anais de história de além-mar

III

ANO 2002

CENTRO DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Homenagem a
Luís Filipe Thomaz

CHAM

ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR

Periodicidade Anual

Apoio FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DO ENSINO SUPERIOR Portugal

Apoio do Programa Operacional Ciência, Tecnologia, Inovação do Quadro Comunitário de Apoio III

Direcção Artur Teodoro de Matos

Conselho Editorial Artur Teodoro de Matos; Luís Filipe Thomaz; Ana Isabel Buescu; Maria do Rosário Pimentel; João Paulo Oliveira e Costa; Ângela Domingues; Pedro Cardim; Jorge Flores

Secretário Pedro Cardim

Edição, propriedade, assinaturas e divulgação: Centro de História de Além-Mar
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade Nova de Lisboa
Av. de Berna, 26-C
1069-061 Lisboa
cham@fcsh.unl.pt

Preço deste número: 30 €

Capa: Patrícia Proença

Revisão: Francisco de Paiva Boléo

Tiragem: 1.000 ex.

ISSN: 0874-9671

Depósito Legal: 162657/01

Composição e impressão: Barbosa & Xavier Lda.
Rua Gabriel Pereira de Castro, 31 A-C
Telefs. 253 263 063 / 253 618 916 • Fax 253 615 350
4700-385 Braga

Articles appearing in this journal are abstracted and indexed in HISTORICAL ABSTRACS and AMERICA: HISTORY AND LIFE

N.º 3, 2002

Anais de História de Além-Mar

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO, Artur Teodoro de Matos 5

ENTREVISTA, Ana Isabel Buescu e Jorge Flores 7

BIBLIOGRAFIA DE LUÍS FILIPE FERREIRA REIS THOMAZ, Jorge Flores 23

ARTIGOS

MOURO PARA OS CRISTÃOS E CRISTÃO PARA OS MOUROS, Maria Augusta Lima Cruz 39

BACCIO DA FILICAIA: UM FLORENTINO ENTRE PORTUGAL E O BRASIL EM FINAIS DO SÉCULO XVI E PRINCÍPIOS DO SÉCULO XVII, Carmen Radulet 65

O NAUFRÁGIO DA NAU «S. ALBERTO» E AS CAUSAS DAS PERDAS DA CARREIRA DA ÍNDIA SEGUNDO JOÃO BAPTISTA LAVANHA, Francisco Contente Domingues... 79

O IMPÉRIO PORTUGUÊS EM MEADOS DO SÉCULO XVI, João Paulo Oliveira e Costa 87

A ÚLTIMA CARTA DE FRANCISCO DE ALBUQUERQUE (COCHIM, 31 DE DEZEMBRO DE 1503), Zoltán Biedermann 123

O REFORÇO DO PODER NAVAL PORTUGUÊS NO ORIENTE COM AFONSO DE ALBUQUERQUE (1510-1515): SUAS IMPLICAÇÕES, Vítor Luís Gaspar Rodrigues..... 155

ENTRE A HONRA E O PROVEITO: NOBRES À MARGEM DO ESTADO PORTUGUÊS DA ÍNDIA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVI, Alexandra Pelúcia 165

SOMBRAS NO ACASO DO *EMPERIUM MUNDI*. A FAMÍLIA REAL E A LUTA PELO PODER EM ORMUZ (1565-1622), João Teles e Cunha..... 177

REI OU BODE EXPIATÓRIO? A LENDA DO SULTÃO BULAQI E A POLÍTICA MOGOL DO ESTADO DA ÍNDIA(1630-1635), Jorge Flores e Sanjay Subrahmanyam..... 199

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS PRAZOS DE BAÇAIM E DAMÃO, Luís Frederico Dias Antunes..... 231

THE FISCAL REFORMS OF VICEROY LINHARES AT GOA, Anthony Disney 259

A PROBLEMÁTICA DA CONVERSÃO AO CRISTIANISMO EM GOA: OS CATECÚMENOS DE BETIM (SÉCULOS XVIII-XIX), Maria de Jesus dos Mártires Lopes 277

JUDEUS DE COCHIM: UM CAMINHO EM ABERTO… SINOPSE DE ESTUDOS EDITADOS E EM PUBLICAÇÃO, José Alberto Rodrigues da Silva Tavim 307

INTÉRPRETES DE PORTUGUÊS NA BIRMÂNIA, Maria Ana Marques Guedes..... 333

A EMBAIXADA DE PEDRO VAZ DE SIQUEIRA AO SIÃO EM 1684, Maria da Conceição Flores 353

AS MOEDAS DE OURO E ESTANHO NOS SULTANATOS DO EXTREMO NORTE DE SAMATRA (séculos XIV a XVI), Jorge Manuel dos Santos Alves 377

NOTAS E CORRECÇÕES PARA UMA EDIÇÃO CRÍTICA DO MS. DA LIVRARIA N.º 805 (IAN/TT), A PROPÓSITO DA PUBLICAÇÃO DE UM TRATADO DO P.E MANUEL DE CARVALHO SJ, Manuel Lobato 389

DA CHINA MING NA CULTURA EUROPEIA: OS PÓLOS PORTUGUÊS E ITALIANO (1499-1550), Luís Filipe Barreto..... 409

THE FUJIANESE, RYUKYUANS AND PORTUGUESE (C. 1511 TO 1540s): ALLIES OR COMPETITORS?, Roderich Ptak 447

TROIS DOCUMENTS SUR UNE DEMANDE DE SECOURS ORMOUZI À LA PORTE OTTOMANE, Dejanirah Couto 469

DEPOIMENTOS

A HISTÓRIA DE UMA AMIZADE, Artur Teodoro de Matos..... 497

TESTEMUNHO, Margarida de Paiva e Pona Corrêa de Lacerda..... 499

A PROPÓSITO DE LUÍS FILIPE THOMAZ, Manuel Clemente 501

UMA MENTE BRILHANTE, MAS SIMPLES!, Roberto Carneiro..... 503

LUÍS FILIPE REIS THOMAZ: UN DÉCOUVREUR DE L'HISTOIRE, Geneviève Bouchon 505

TESTEMUNHO, João de Deus Ramos..... 507

BREVE EVOCAÇÃO DE LUÍS FILIPE THOMAZ, António Manuel Hespanha..... 509

LUÍS FILIPE THOMAZ E OS AÇORES, Avelino de Freitas Meneses..... 511

GOSTAR DO FUTURO, Maria Emília Madeira Santos..... 513

DOWN MEMORY LANE, Lotika Varadarajan..... 515

TABULA GRATULATORIA 517

RESUMOS / ABSTRACTS 521

APRESENTAÇÃO

A revista que agora se apresenta pretende ser uma publicação com periodicidade anual, onde se divulguem trabalhos de investigação sobre a história da expansão portuguesa. Sabemos que a sua aparição não vem preencher qualquer vazio editorial, já que diversas revistas têm vindo a publicar, regularmente, estudos dessa temática, algumas das quais até em exclusivo, como é o caso de Stvdia, de Mare Liberum *ou até de* Oceanos, *embora esta seja de características especiais. Entenderam, todavia, os membros do Centro de História de Além-Mar que, dada a sua natureza e objectivos, fazia sentido empenharem-se numa publicação periódica, de modo a promover-se uma maior divulgação de estudos sobre a expansão, oferecendo-se também aos nossos alunos de pós-graduação uma ocasião de editarem aí trabalhos que, de outro modo, nunca conheceriam a luz do dia.*

Dividida em estudos, documentos, recensões e notícias, pretende-se fazer de Anais de História de Além-Mar *uma publicação que englobe os diferentes tipos de contribuições e, ao mesmo tempo, que divulgue notícias e iniciativas que se relacionem com o tema em apreço. Daí que sejam bem vindas todas as informações que à história dos descobrimentos e da expansão digam respeito.*

Como o próprio nome sugere, não se pretende organizar, por regra, números temáticos, nem regionais, embora um qualquer evento possa vir a recomendar, de quando em vez, tal opção. É desejo do conselho redactorial conferir um especial relevo às recensões críticas, não para traduzir o elogio fácil ou a crítica demolidora, mas para divulgar as

obras que, pela importância do tema ou do seu conteúdo, se julgue útil fazê-lo. Naturalmente que opiniões são opiniões e caberá sempre ao autor criticado o direito de delas discordar, dispondo para isso das páginas desta revista.

O intercâmbio com instituições similares é uma das prioridades deste Centro. Esperamos que, com o lançamento de Anais de História de Além-Mar, *esse objectivo possa melhor e mais rapidamente ser conseguido, sobretudo com os organismos estrangeiros que se dedicam à história colonial e dos quais nos chega menos informação.*

Em suma, apesar da abundância de notícias que nos rodeia, esta revista será também um meio privilegiado do CHAM divulgar as suas iniciativas e actividades, conferindo-lhe uma maior interdisciplinaridade e suscitando um maior interesse pela história que fez Portugal conhecido no mundo.

Lisboa, 27 de Outubro de 2000

ARTUR TEODORO DE MATOS

ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR, Vol. III, 2002, pp. 7-21

ENTREVISTA

Luís Filipe Thomaz é reconhecidamente um dos nomes que, nas últimas décadas, mais e melhor marcou o ensino e a investigação da história da expansão portuguesa e das civilizações asiáticas no nosso país. Não obstante o elevado grau de especialização que atingiu nesses domínios, o homenageado não deixou de cultivar outros (muitos) saberes, o que, em certos aspectos, o aproxima mais da figura do erudito do século XIX do que propriamente do historiador da transição para o século XXI. Ou, como o próprio admitiu na recente cerimónia de atribuição do Doutoramento «Honoris Causa» pela Universidade Nova de Lisboa, de um homem da Renascença que, pela natureza dos seus interesses e do seu trabalho, se sente por vezes deslocado neste tempo que é, apesar de tudo, o seu.

Para além de cerca de centena e meia de trabalhos, resultado de quase quatro décadas de investigação, o estimulante pensamento e a enorme erudição de Luís Filipe Thomaz revelam-se nas aulas e nas conferências, nas viagens ou numa simples conversa de corredor. No caso vertente, talvez mais do que em exemplos similares, o conhecimento científico do homenageado não é passível de ser «aprisionado» num volume de homenagem. Antes, queda património daqueles que tiveram o privilégio de, ao longo destes anos, com ele trocar ideias e discutir problemas. Pareceu-nos apropriado, por isso, entrevistar Luís Filipe Thomaz nesta ocasião particular, procurando conhecer melhor o historiador e o homem que gerou o historiador. A entrevista é, porventura, a única forma capaz de captar alguns filamentos desse horizonte da oralidade, por natureza volátil.

Nesta perspectiva, entendemos que seria útil ultrapassar o mero registo circunstancial, evitar que a entrevista fosse apenas aquilo que o entrevistado quer dizer. Alternativamente, procurámos colocar ao homenageado um leque alargado de questões que o forçassem a, connosco, reflectir acerca das virtudes e das fraquezas da sua obra. São, pois, quatro decénios de um riquíssimo trajecto pessoal e profissional que aqui se revisitam, desde as condições de formação da sua personalidade enquanto historiador à análise da actual situação em Timor e na Indonésia, que conhece como poucos.

ANA ISABEL BUESCU
JORGE FLORES

Anais: Após um trajecto académico de quase quatro décadas, quer reflectir acerca das condições da vida universitária portuguesa quando, no início dos anos 60, se decidiu a cursar História na Faculdade de Letras de Lisboa?

LFT: As coisas eram muito diferentes do que são hoje. Tanto professores como alunos eram em número muito menor e todos se conheciam. Hoje em dia eu não sei o nome de todos os professores do meu departamento, quanto mais o dos alunos todos! A universidade tinha uma dimensão muito menor e, por consequência, tinha uma dimensão humana muito maior. Quanto ao ensino, como cultura humanística, os professores daquele tempo eram bastante melhores. Tinham uma formação muito mais sólida. Sabiam latim e grego, conheciam os clássicos e, em muitos aspectos, eram personalidades mais ricas. Em contrapartida, não eram tão bons tecnicamente quanto os historiadores modernos e, não raro, descuravam o aspecto pedagógico. As pessoas eram muito menos especializadas do que são hoje. Então em matéria de história asiática, a ignorância era generalizada. Todavia, é preciso notar que, por óbvias razões económicas, se circulava muito menos.

Anais: Como despertou em si o interesse pela História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa? Que influências absorveu nessa fase inicial, ainda como estudante universitário e até como jovem licenciado?

LFT: Posso dizer que o assunto já me entusiasmava antes de ingressar na Faculdade. Tinha estado em Goa enquanto aluno do Colégio Militar e, logo nessa altura, me interessei muito pela história da Índia e pela presença portuguesa na Ásia. Assim, a História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, sobretudo na sua vertente oriental, já me interessava, tanto mais que meu avô, Ricardo Leite de Sousa Noronha Esteves, era de Goa e ainda lá tenho parentes. Foi um laço afectivo que restabeleci depois de ter visitado a terra pela primeira vez. Isso não funcionou como um incentivo *a priori*, mas como um incentivo *a posteriori*.

Em termos de influências, os professores que mais me marcaram foram Mário Tavares Chicó – porque insistia na história da arte indiana e na importância de outros espaços geográficos – e o Padre Manuel Antunes. Também o Prof. Borges de Macedo, esse sobretudo no sentido de habituar o aluno a interrogar a história. Não é tanto o que aprendi com ele, mas antes o hábito de colocar hipóteses. As interrogações, mais do que as afirmações. O Prof. Veríssimo Serrão tinha uma informação bibliográfica muito vasta, o que igualmente me moldou. Como formação humana geral, devo porém lembrar sobretudo o Padre Honorato Rosa, que foi quem mais me marcou.

Anais: Que impacto teve a sua experiência de vida em Timor na definição do seu modo de fazer a história da Ásia do Sueste e da expansão portuguesa na região?

LFT: Para começar, teve influência no aspecto humano. Eu fui para Timor um rapaz e regressei um homem e, em muitos aspectos, foram três anos que valeram por vinte! Foi a primeira vez que estive longe da família, assumindo responsabilidades importantes. Foi também a primeira vez que me confrontei com a realidade ultramarina, que em Portugal era conhecida apenas pela propaganda do regime. Lá adquiri outra dimensão do problema. Por outro lado, foram 3 anos em que praticamente não peguei num livro de história. Não havia lá nenhum. Aprendi tétum e um pouco de malaio, mas a história esteve de pousio, o que também é bom porque, tal como nos terrenos, após um período de pousio, produz-se mais. Ganhei também o hábito de ver a história na sua relação com geografia e com a etnologia, dado que a história não se basta a si própria. Revendo artigos que escrevi nessa altura, teria hoje pequenos detalhes a alterar, mas a estrutura dos trabalhos permaneceria a mesma, porque acho que de lá para cá não alterei a minha perspectiva. Em contrapartida, se comparar o que escrevi em 1974 com o que escrevi em 1964, então aí sim há um fosso.

Anais: O seu amadurecimento enquanto historiador passou claramente pelos anos de Paris, frequentando instituições como a École Pratique des Hautes Études ou o Institut des Langues Orientales e privando com historiadores como Jean Aubin e Denys Lombard. Quer reflectir à distância sobre a importância desse período e dessa conjuntura?

LFT: No aspecto humano, em Paris aprendi muito menos do que em Timor, embora a convivência com estudantes de toda a parte do mundo na cidade universitária, na medida em que Paris é um microcosmo, tivesse constituído uma experiência enriquecedora. No aspecto científico, melhorei obviamente a qualidade técnica dos meus conhecimentos, para além das línguas que aprendi. Aperfeiçoei o sânscrito e o malaio, comecei a aprender o siríaco. E depois, frequentando os seminários de Denys Lombard e Jean Aubin, aprendi bastante. Por vezes aprendi coisas interessantes por vias assaz oblíquas: por exemplo, um seminário sobre o monaquismo e a estrutura social do Camboja fez-me reflectir sobre o mesmo tema em Portugal. Talvez o mais interessante tenha sido colocar problemas que nunca se me tinham posto e pensar como é que, *mutatis mutandis*, os mesmos se poderiam aplicar ao caso português. A forma como equacionei a questão da ideologia da expansão portuguesa derivou da leitura de um livro de Elaine Ahrweiler sobre a ideologia imperial bizantina na Alta Idade Média. Em Paris dispersei-me muito, mas não estou arrependido disso.

Anais: Ainda assim, parece-nos que a sua relação com as línguas e os textos orientais é curiosa. Temos um amigo comum que já chamou a atenção para a seguinte ironia: o único historiador português com verdadeira formação de orientalista está muito mais ligado às fontes portuguesas e à

história de Portugal do que aos debates em curso sobre a natureza e devir das sociedades asiáticas no início do período moderno. De facto, essa preocupação com a Ásia propriamente dita é muito clara nos seus trabalhos sobre Malaca, escritos na «fase francesa» do seu percurso mas, em nossa opinião, tem vindo a diluir-se. Quer comentar?

LFT: A formação de orientalista tem-me servido sobretudo para pôr notas de rodapé! Para a micrologia (termo que retomo da Micrologia Camoniana), tem sido útil. Mas aquela observação é verdadeira. Porquê? Primeiro, porque tenho estado sempre muito ocupado, só agora é que deixei o ensino da História da Expansão Portuguesa. Acabei por estudar sobretudo esta área, até porque senti que tinha pequenas contribuições a dar neste campo a partir, por exemplo, das fontes malaias, como o *Sejarah Melayu* ou as *Undang-Undang Melaka*. Tem-se sempre proporcionado produzir estudos no cruzamento entre os estudos orientais e os estudos ocidentais. O Denys Lombard afirmava muitas vezes que não tinha paciência para aqueles orientalistas que sabem tudo sobre os *Upanishadas*, mas depois não sabem mais nada. Dizia-me que a minha vantagem advinha do facto de dominar tanto os estudos orientais como os ocidentais, porque o mundo não tem compartimentos.

Mas é verdade que eu podia fazer mais trabalho nessa área. Comecei a fazer um trabalho sobre a sintaxe dos casos nas inscrições de Açoka. Era uma coisa que gostava de completar. Mas, no fundo, tenho passado a vida a ser conjugado na voz passiva, porque não faço o que quero, faço o que me mandam! Há 20 anos que faço o que me encomendam, quando acabo uma encomenda tenho logo outra para satisfazer. Gostava também de publicar, por exemplo, as *Odes de Salomão*, que já traduzi do siríaco com introdução e notas. E planeio traduzir do sânscrito a *Bhagavad-gitâ*. São textos muito mais ricos, e mais enriquecedores do ponto de vista humano do que, por exemplo, a reconstrução da genealogia de Diogo Pereira *o Malabar*. Está na altura de deixar de lado certas coisas que qualquer investigador cuidadoso pode fazer.

Anais: Como vê a evolução da História da Expansão Portuguesa nos últimos 30-40 anos?

LFT: É uma evolução grande. No tempo do Estado Novo, havia certos condicionalismos políticos. Fazia-se história da expansão para fazer propaganda da colonização. Depois, fez-se história da expansão para fazer propaganda da descolonização. Nesse aspecto, tenho a consciência de que sempre fiz uma história tranquila. Aliás, na discussão da minha tese de licenciatura, uma das coisas que me censuraram foi justamente o facto de, no momento em que a política ultramarina portuguesa era atacada em vários pontos do mundo, «não haver na tese uma palavra de defesa sobre a maneira tradicional dos portugueses serem e estarem no mundo»…

Há agora condições para fazer a história da expansão com muito mais distanciamento, não a escrevendo no presente mas no passado. É necessário notar também que hoje há muito mais documentação publicada, o que facilita o trabalho: é certo que os documentos não são, por si só, história, mas também não se faz história sem documentos. Por outro lado, e mesmo que nem toda a gente saiba ler línguas orientais, a mobilidade é hoje muito maior. É raro o investigador que hoje trabalha sobre a expansão portuguesa no Oriente (incluindo os próprios alunos de mestrado) que não esteve já na Ásia. Eu ofereci-me para fazer serviço militar em Timor porque, tendo feito uma tese sobre Malaca, achei que era a única forma de conhecer a região. Ir daqui para Malaca era economicamente incomportável, representava um ano de trabalho como assistente da Faculdade! Nesse aspecto as coisas mudaram muito. Também se alteraram consideravelmente no que respeita à bibliografia. Quando fiz a minha tese de licenciatura, o único dicionário de malaio que havia em Portugal era um exemplar do dicionário malaio-latim de Haex publicado na Holanda em 1642. Hoje em dia tenho cinco ou seis em minha casa.

Anais: Como avalia o quadro institucional em que o ensino e a investigação nessa área se desenvolve actualmente?

LFT: Tradicionalmente, a história da expansão sempre se desenvolveu mais em Lisboa do que no Porto ou em Coimbra. Provavelmente continuará a ser assim, até pelo ambiente físico. E há uma outra razão, prática, que é a da localização dos arquivos: Torre do Tombo, Arquivo Histórico Ultramarino, Biblioteca da Ajuda e Biblioteca Nacional estão em Lisboa, a maior parte da documentação ultramarina está em Lisboa, o que facilita a investigação desenvolvida nas universidades da capital.

Vai-se criando também um maior grau de exigência. Há certas teses que se faziam há uns anos nesta área e que hoje não seriam admitidas, por exemplo, na Universidade Nova. Não há dúvida de que foi na Universidade Nova que o estudo e a investigação da história da expansão se desenvolveu mais nos últimos anos, através do mestrado que aí foi criado nos anos 80 por Artur Teodoro de Matos. Aquele mestrado foi muito mais longe do que qualquer outro em qualquer outra universidade portuguesa e proporcionou uma formação muito sólida aos alunos. Estou à vontade para falar, porque nem fui eu que concebi o programa. Fui apenas o executante de um plano que já estava traçado. A minha única contribuição foi chamar a atenção para a necessidade de estudar, não tanto a história moderna da Índia e da China, mas sobretudo os fundamentos antigos dessas civilizações. Basta pensar que as campanhas de Mao Zedong contra Confúcio não se explicariam se Confúcio não estivesse ainda «vivo». Assim como não se pode reflectir acerca do pensamento ocidental sem evocar Santo Agostinho, ainda que este tenha morrido há 1500 anos. É preciso buscar as raízes culturais das civilizações.

Infelizmente, o Ministério decretou a redução do tempo consagrado à parte académica dos mestrados. Manda quem pode, obedece quem deve. Mas senti-me numa situação de desemprego técnico, o que também pesou na decisão de me aposentar. No fundo, aquilo que mais gostava de ensinar, que era a história da Ásia, deixou simplesmente de se ensinar.

Anais: Apesar da sua considerável produção escrita, detecta-se uma enorme relutância – quase um receio – em avançar para a síntese, em escrever um livro, enfim. Como explica este facto? Marca da influência de Jean Aubin que, por exemplo, nunca conclui o seu muito anunciado *Portugal Manuelino*?

LFT: Eu não digo que tenha relutância. Talvez nunca me tenham dado tempo para isso, entre colóquios, conferências e artigos. Sucede que, tendo abordado alguns assuntos que mereciam ser tratados em livro e não cabiam num artigo, resultaram monstruosidades de artigos de mais de cem páginas, uma espécie de artigos enxertados em livro. Devo dizer que tenho neste momento três livros praticamente escritos: a ideia imperial manuelina, na sua versão completa, a monografia de Timor e, um pouco mais atrasada, uma história das especiarias. Não se trata de relutância em escrever livros. Nunca tive foi sossego para isso. O que eu gostaria de escrever era um livrinho para a colecção «Que sais-je?» sobre os descobrimentos e a expansão portuguesa. Um trabalho de síntese, que foi o que realmente nunca tentei até aqui.

Anais: Por que razão nunca se interessou pelos séculos XVII-XVIII? Acha esse período pouco estimulante? Não vê interesse num exercício de comparação das diversas expansões europeias no mundo, dado que nos seus trabalhos não vai além da comparação, aqui e ali, com a expansão espanhola?

LFT: Isso foi consequência de estar muitos anos a ensinar história dos descobrimentos e da expansão, onde se tem de começar pelo princípio. Comecei então a descobrir que toda a história da expansão tem de ser revista. Tentei fazer isso para o século XV em «Le Portugal et l'Afrique au XV^{e} siècle», embora não tenha passado então da batalha de Alfarrobeira. Gostaria de prolongar para a segunda metade desse século o que fiz para a primeira. Dediquei-me mais aos séculos XV e XVI pela necessidade de compreender o início do processo expansionista. Realmente, as primeiras coisas que escrevi foram sobre o período de D. Manuel e só recentemente trabalhei sobre a época de D. João III, para além de uma incursão breve no reinado de D. Sebastião, com um artigo sobre a crise de 1565-1575 no Estado da Índia. Só em aspectos de história de Timor é que tenho vindo até ao século XX.

Da história contemporânea não gosto. É mais jornalismo do que história, não há perspectiva suficiente para ver as coisas à distância, há coisas que parecem muito importantes e que no instante seguinte se revelam meno-

res. Foi Denys Lombard quem, em conversa com uma terceira pessoa, formulou aquilo que eu ainda não conseguira exprimir claramente até então: «até 1600, há mais factos do que documentos, depois de 1600 há mais documentos do que factos». Antes de 1600, é necessário reconstituir, é uma metodologia da história que deixa muito lugar à imaginação. As pessoas que se habituam a isso, quando vão lidar com os séculos XVII-XVIII em que há cinco ou seis documentos para a mesma questão, sentem tédio porque não há espaço para a imaginação. Para quem tenha medo de imaginar, ou não goste de pôr hipóteses, colando-se demasiado aos factos, é a situação ideal. Depende da estrutura mental das pessoas. Há pessoas muito sabedoras, mas que não ousam afirmar. Outras não passam dos factos porque não têm cultura para mais. Para mim, a história do século XVII em diante começa a tornar-se fastidiosa.

Depois, há ainda um outro aspecto quanto à história da expansão. Simpatizo muito mais com o fim da Idade Média e o início do Renascimento, que é uma época mais aberta, do que com o período da Contra-Reforma, que é uma época fechada, desconfiada, suspeitosa em relação a tudo. Não é o rigorismo moral da Contra-Reforma que me assusta, é mais a estreiteza intelectual. Sinto muito menos simpatia pelo século XVII do que pelo século XVI, sobretudo no aspecto cultural. Para quem estuda o comércio, pouca diferença faz. Mas, enquanto ler João de Barros ou Fernão Mendes Pinto me dá prazer, ler Sebastião Manrique enfastia-me.

Anais: Lendo-o – e sobretudo conhecendo-o – perdura a convicção de que, muito embora historiador de ofício, promove uma relação «paritária» com disciplinas como a geografia e a linguística. O mesmo se pode dizer da aprendizagem de línguas orientais. Quer dizer, não parece recorrer a esses saberes enquanto «auxiliares» da história, enquanto instrumentos de uma dada investigação em curso. Ao invés, a sensação que fica é a de que utiliza a história como um pretexto para «mergulhar» em áreas científicas que cultiva com tanto ou mais gosto do que a própria história. É assim?

LFT: É verdade. Eu não me atreveria a escrever um livro sobre geografia porque não sou geógrafo. Quanto à linguística, tenho formação universitária nessa área. Exactamente por sentir que sou mais historiador do que geógrafo ou outra coisa qualquer, sinto-me feliz por a história me dar um pretexto para fazer uma «excursão» numa área que me interessa e que eu nunca poderia tratar *ex professo*. Sinto-me muito satisfeito por poder fazer, por exemplo, uma introdução geográfica à história da Ásia do Sueste. Por outro lado, eu sei que hoje em dia é moda trabalhar em equipa, a equipa tornou-se um ideal, quase um ídolo. Se a equipa é uma sinfonia ou, pelo contrário, uma heterofonia, isso torna-se secundário porque, acima de tudo, é chique trabalhar em equipa. Eu não gosto de trabalhar em equipa, as poucas vezes que o fiz deu mau resultado e agora, que estou aposentado, faço tenção de nunca mais trabalhar em equipa. Gosto de trabalhar sozinho, sou um solitário por

natureza. Quando os meus conhecimentos de geografia ou de linguística chegam, prefiro fazer uso deles a recorrer a um especialista. O violino, que é a história, toca a parte principal, sendo a geografia o acompanhamento ao piano. O conjunto é uma sinfonia concertante. Se eu pedisse ajuda a um geógrafo, em vez de uma sinfonia haveria dois solos, que poderiam não estar em harmonia um com o outro. Mas também não estou a fazer propaganda contra o trabalho em equipa. Tudo depende da natureza e do volume do trabalho.

Anais: Um dos seus artigos mais citados e, a nosso ver, mais estimulantes, é «Estrutura política e administrativa do Estado da Índia no século XVI». Ressuma como ponto central o conceito de *rede* aplicada ao império asiático português, muito ao jeito da visão de Denys Lombard para a história da Ásia marítima e, em particular, para a história da Ásia do Sueste insular (por sua vez inspirada nos escritos de seu pai, Maurice Lombard, sobre o Islão). Em contrapartida, historiadores há que recentemente têm retomado e valorizado a ideia de *império* enquanto estrutura sólida e contínua, em detrimento da noção de rede, que pressupõe fragmentação e diluição. O que lhe parece?

LFT: Império *stricto sensu*, aquela ideia de uma jurisdição imperial na concepção medieval, evidentemente que existe. D. Manuel assume uma vaga suserania sobre os reis, semelhante à que o imperador tinha na Europa medieval. Império no sentido moderno do termo, como o britânico ou o francês, também há, naturalmente. Mas, no caso da Ásia, o que é administrado pelo Estado da Índia é ínfimo. Durante muitos anos, é só Goa e Malaca. Mais tarde, temos a «Província do Norte». De qualquer modo, não cabem no conceito de império nem as posições portuguesas no Malabar, como Cochim, nem muito menos os estabelecimentos da contra-costa, casos de Negapatão ou Meliapor. E o mesmo se aplica a Macau e a Timor. Não digo que não haja império, mas a rede é muito mais englobante. Até porque à rede oficial se acrescenta a rede privada dos casados que, sendo o corolário da primeira, não deixa de esbater a importância do império.

Anais: Uma das perspectivas mais interessantes da sua produção é, a nosso ver, a recusa de uma inexistente linearidade das políticas ultramarinas, ao mesmo tempo que acentua as contradições internas da sociedade que dá corpo à expansão. Essa linha de investigação, que tem feito escola, é muito clara tanto no que diz respeito ao que escreve sobre os primórdios da expansão como nos estudos que dedicou ao Oriente manuelino. Todavia, a ideia das facções e dos grupos de interesse, assim como a oposição Coroa-iniciativa privada, são propostas recentemente questionadas de forma crítica. Mantém os seus argumentos?

LFT: De facto, essa oposição entre oficial e não oficial não é estática. Os actores e os problemas do reinado de D. João III já não são os mesmos

do reinado anterior. E depois, tem-se a impressão de que no período filipino essa oposição se dilui um pouco. Por um lado, os casados, que até essa data se podiam dar ao luxo de estar em conflito com o Estado, têm necessidade de se acolherem à protecção do Estado quando começam a entrar em cena holandeses e ingleses. Por outro lado, os próprios Filipes, contestados por serem espanhóis, sentem necessidade de congraçar todos os sectores. Dão foral a Meliapor em 1606, oficializando o estabelecimento, quando no século XVI se pensava em organizar expedições militares para o destruir. Os casados precisam de uma protecção do Estado que antes podiam dispensar e, por seu turno, os Filipes necessitam do apoio de muitos sectores que se podiam congregar à volta de D. António Prior do Crato, pelo menos nos primeiros tempos. Thomas Cavendish diz no diário da sua viagem que, navegando na Insulíndia Oriental, encontrou mercadores portugueses que lhe perguntaram se o Prior do Crato era vivo e se ainda se encontrava em Inglaterra. Pediram-lhe então que, regressando a Londres, dissesse a D. António que viesse para a Ásia para que sobre eles reinasse. Uma ideia parecida com a que germinou ao tempo de D. Constantino de Bragança como vice-rei (1558-1561). Os casados pretendem lançar o grito do Ipiranga, aproveitando a presença de um Bragança na Ásia para proclamarem a independência.

Com a entrada em cena dos holandeses, a situação já é outra. A situação muda a cada momento, até de um ano para o outro. Tem de se ver a conjuntura política em cada zona e em cada momento. E importa observar a dinâmica interna da expansão. Não se pode pensar, por exemplo, que o Infante D. Henrique fez um projecto a prazo, a cem anos, para apresentar ao Papa – como estes projectos que se fazem agora para obter financiamento da União Europeia – e que os sucessivos reis foram executando conforme o calendário…

Anais: Percebe-se que nunca se sentiu muito próximo da produção anglo-saxónica sobre a expansão portuguesa e até sobre a história da Ásia do Sueste. Prefere claramente Jean Aubin a Michael Pearson e revê-se mais em Denys Lombard do que em Anthony Reid. No entanto, a «internacionalização-mediatização» da história da expansão portuguesa tem passado mais por figuras como Boxer, Pearson e Russell-Wood do que por historiadores portugueses, com a óbvia excepção de Vitorino Magalhães Godinho. Embora o conceito de internacionalização desta área de estudos não seja idêntico ao de há 4 décadas, e mesmo sendo o seu trajecto internacional reconhecido e indiscutível, não acha que secundarizou esta questão? Nunca se sentiu no «dever» de escrever uma história do Império português, ou do império português na Ásia?

LFT: Ainda há pouco estava justamente a dizer que gostaria de escrever um livrinho para a colecção «Que sais-je?» sobre os Descobrimentos portugueses, mas não uma história do império português, porque apenas me sinto à vontade quando muito até 1640 e, portanto, custar-me-ia escrever fora

desse período. Não é que tenha propriamente um projecto, mas é uma coisa que não desgostaria de fazer. Quanto à questão das influências, não estou muito de acordo: em certos aspectos, sinto-me mais próximo da historiografia anglo-saxónica porque é mais empirista, e eu sou muito empirista por maneira de pensar. A historiografia francesa às vezes é mais ideológica, o que não era nitidamente a linha de Jean Aubin, um homem claramente positivista, não no sentido ideológico ou político do termo, mas no sentido em que foi um dos últimos representantes da escola positivista pelo menos como metodologia histórica. Por consequência, esse positivismo metodológico está perto do empirismo britânico e, nessa perspectiva, sinto-me próximo tanto dos historiadores de língua inglesa como de Jean Aubin. Depois há aquelas escolas francesas mais idealistas – os franceses sempre gostaram muito de esquemas, dos estruturalismos, da discussão de modelos teóricos, e eu nunca tive muita paciência para abstracções desse género… Gostava muito de matemática, aliás quando fiz o sétimo ano do liceu a cadeira em que tive melhor nota não foi história, foi matemática, sempre gostei muito de matemática, mas são abstracções de outro género. Neste aspecto estou sem dúvida mais próximo de Jean Aubin e de Geneviève Bouchon do que de Denys Lombard, e em termos de metodologia sinto-me sem dúvida mais próximo dos historiadores, como disse, mais empiristas; agora, pessoalmente sempre estive naturalmente muito mais em contacto com Jean Aubin e Denys Lombard, sempre trabalhei muito mais em comunicação com eles – até porque me exprimo muito melhor em francês do que em inglês –, e estive em França e convivi com eles de perto. Mas não posso dizer que esteja mais próximo de um do que de outro, até porque eles são muito diferentes, personalidades muito diferentes, com metodologias muito diferentes.

Anais: Tem interesse, por exemplo, pelos debates que correm, também em Portugal, sobre o Orientalismo (tomando Said como ponto de partida) e o pós-colonialismo? Nunca se «tentou» por exemplo pelo século XVIII?

LFT: Não, porque nunca me interessei pelo século XVIII. A razão é fundamentalmente essa. Mover-se à vontade numa época é importante. Mas o problema do Orientalismo interessa-me: publiquei um pequeno artigo, que gostaria de desenvolver, intitulado «Uma visão cristã do hinduísmo em meados de Seiscentos». Aliás, fiz em tempos uma palestra na Academia de História sobre a religião de Fernão Mendes Pinto. São assuntos a que gostaria de voltar, mas para o século XVI e primeira parte do século XVII. Não para o século XVIII, que conheço mal.

Anais: No prefácio de um desses seus longos-artigos-que-se-transformam-em pequenos-livros (*A questão da pimenta em meados do século XVI*, 1998), escreveu o seguinte: «A história económica é assim, em última análise, o espectáculo das paixões mais baixas do homem, como a cobiça, a avareza e vontade de poder, em mais ou menos livre curso; por isso é deprimente.»

E um pouco acima, já tinha escrito: «Por um lado, é uma história morta, ou apenas viva nas suas consequências indirectas (…). Por outro lado, é o sector da história que foca a parte mais vil do homem» (p. XVII). Não acha o juízo excessivo?

LFT: É preciso ver as coisas no seu contexto. Esse prefácio é um prefácio essencialmente autobiográfico, em que eu conto a minha vida. São as minhas impressões pessoais, não têm a ver com a minha posição como historiador. Evidentemente que o historiador tem de cultivar uma certa neutralidade, o que não quer dizer que se ignore que há um hemisfério direito e um hemisfério esquerdo do cérebro; uma parte tem as ideias, a outra os sentimentos, as intuições, etc. Isso que eu disse insere-se naquela resenha autobiográfica e é aquilo que eu penso pessoalmente, que me dá prazer, e o prazer é extremamente subjectivo, ou seja, a história económica só me dá prazer na medida em que me permite compreender uma série de coisas, de «desatar o nó». Compreender por que é que isto é assim ou assado, isto é, prazer puramente intelectual de explicar as coisas; mas não me dá gozo nenhum estar a contabilizar quintais de pimenta. Quando se pensa na história das religiões, na história da filosofia, o prazer que me dá ler os *Vedas* ou os *Upanishadas* não é como ler um livro da carga das naus da Índia! Naturalmente que a pimenta que se carregou já foi comida, já as pessoas que a comeram cá não estão, mas a *Bhagavad-gitâ* continua a alimentar a vida espiritual de muita gente, inclusivamente a minha. Era nesse sentido que eu falava, naturalmente. As obras de um Confúcio, os sermões do Buda, ou outra coisa qualquer na história cultural e religiosa no Oriente ou no Ocidente continuam vivas, e é nesse sentido que eu digo que prefiro nitidamente a história cultural, pois há mais enriquecimento pessoal e mais proveito; e eu acho que já fiz o suficiente em história económica – embora não se possa pô-la de lado, porque a história cultural não se compreende sem a história social, e a história social não se compreende sem a história económica; e portanto esta é necessária. Mas agora tenho vontade de a «deixar em paz» e de fazer coisas que me tragam mais alegria; passei a vida, como dizia há pouco, a ser «conjugado na voz passiva», a fazer o que me mandavam, e agora apetece-me fazer outra coisa.

Anais: Como vê, em contrapartida, a evolução da história política, em concreto no que respeita ao retorno à narrativa?

LFT: Tradicionalmente o papel da história política nas crónicas era o essencial; e depois com os positivistas voltou a ser o cerne da história. Mas é claro que não pode substituir a história social. Seria idiota um biólogo vir dizer que a visão do tecido epitelial ao microscópio dispensa a anatomia topográfica. As duas visões completam-se: a visão macroscópica e a microscópica estão em correlação dialéctica, certamente uma influi na outra. A história política é por natureza uma história microscópica, enquanto a história

social normalmente é mais macroscópica, tal como a história cultural, em que a evolução é muito mais lenta do que a história política: dois países estão em guerra; mas num ano estão em guerra e no seguinte estão em paz; e a evolução social normalmente é muito mais lenta. Portanto, não se pode compreender a história social sem a história política, nem a história política sem a história social. Metodologicamente pode começar-se de um lado para o outro, mas o que eu não acredito é que ontologicamente se possa dizer que no princípio é a história económica, e que depois vem tudo daí, porque a história económica também é condicionada pela história cultural – por exemplo a mentalidade do consumidor, os padrões culturais, os hábitos, etc. A história económica não é independente da história cultural, não se pode dizer que no princípio está a história económica e depois vem a história cultural, porque as coisas estão em cadeia, e portanto o que eu digo em relação à história económica reage um pouco à ideia marxista de que no princípio é a história económica e o resto é tudo um corolário, que a economia tem leis rigorosas, e depois o resto são consequências que daí decorrem. Na economia também influi a cultura, a situação política. Se de hoje para amanhã os americanos atacarem o Iraque, é capaz de não vir durante uns tempos petróleo do Golfo, e então é a questão política que está a influenciar a questão económica e não o contrário.

Anais: Quais são os seus projectos de investigação para o futuro? A independência recente de Timor, e a consequente intensificação dos seus compromissos pedagógicos e académicos nessa área (publicou recentemente *Babel Loro Sa'e. O problema linguístico de Timor-Leste*, 2002), poderá traduzir-se num regresso «a tempo inteiro» à Ásia do Sueste?

LFT: Quero terminar a monografia de Timor, que está escrita já a três quartos. Tenho depois que ultimar a edição de um manuscrito de Alberto Osório de Castro, que já está orçamentada e, portanto, é para fazer a curto prazo; e a refundição de um relatório que fiz para o Comissariado de Timor sobre o património cultural subsistente em Timor, sobretudo construído. São textos que estão praticamente feitos, para rever e publicar a breve trecho. Continuo também com um projecto que já tinha quando voltei de Timor, em 1972 (no qual esteve também envolvido o Ruy Cinatti), de traduzir textos de viajantes que estiveram em Timor, e fazer uma edição anotada desses testemunhos de viagem. Para além disto, tenho um livro sobre as origens medievais da expansão portuguesa para acabar, para não falar em obras de colaboração dirigidas por Jorge Flores e Maria de Jesus dos Mártires Lopes. Tenho outras duas coisas que estão atrasadas, escritas em francês e que é preciso traduzir para português: uma delas é a edição crítica de um texto sobre os portugueses em Bengala, com comentário filológico; a outra é o livro sobre a ideia imperial manuelina, com uma antologia de textos. Tenho também ideia de editar as obras completas de S. João da Cruz, as *Odes de Salomão* e as inscrições de Açoka, que já traduzi para português;

e talvez mais outros textos. Há outra coisa que gostaria de fazer, porque tenho muita documentação que copiei na Torre do Tombo sobre Malaca, e sobre os portugueses no Sueste Asiático em geral. Gostaria de editar uma colecção de documentos para ficar para uso dos vindouros.

Anais: Como encara, nesta nova conjuntura, as perspectivas de cooperação académica e cultural portuguesa com Timor e com a Indonésia?

LFT: Com Timor é um caso muito particular, e é preciso haver cooperação em muitos aspectos. Timor é um país pequeno, pobre, e o facto de ter adoptado o português como língua oficial, e de ter querido integrar a Comunidade de Estados de Língua Portuguesa traz-nos responsabilidades. Depois da descolonização, houve um período em que era muito difícil publicar e falar sobre Timor. Foi uma época heróica em que também Barbedo de Magalhães se bateu muito. Ele organizava cursos de Verão, em que por motivos de saúde nunca consegui colaborar. Mas batemo-nos pela mesma causa, eu sobretudo no aspecto cultural, ele mais no aspecto político. Uma coisa que eu dizia muitas vezes era que Timor tinha direito à auto-determinação e não à heterodeterminação, portanto, não deviam ser os indonésios a dizer «eles são austronésios, falam uma língua austronésia, no século XIV pertenceram ao reino de Mojopahit» para defender que deveriam pertencer à Indonésia, nem os portugueses a sustentar que os timorenses estiveram ligados a Portugal durante quatrocentos anos, e que a maioria da população é cristã. Naturalmente os timorenses têm ligações com a Indonésia e com Portugal, mas a eles é que compete decidir se são mais fortes os vínculos que os ligam à Indonésia e separam de Portugal, ou os ligam a Portugal e separam da Indonésia. Portanto não somos nós que vamos decidir se os timorenses devem ou não ser independentes, embora pelos vistos parecesse que o queriam ser (como se veio a confirmar pelo referendo de 1999). Tudo o que havia de resistência passiva e activa à ocupação indonésia mostrava que pelo menos um largo sector da população timorense queria a independência. O que eu procurava não era dizer que os timorenses deviam ser independentes porque tinham uma cultura diferente, mas, com uma metodologia empirista, partir dos factos para as explicações: verifica-se que um grande sector da população timorense quer a independência; vamos então à história perguntar porquê, e a história diz-nos que Timor teve uma história, especialmente cultural e religiosa, muito peculiar. E isto, de certo modo, é uma responsabilidade de Portugal, porque se os timorenses hoje são suficientemente diferentes dos indonésios para se quererem dissolver neles, foi porque Portugal esteve presente durante quatrocentos anos e veiculou a transmissão de uma cultura e de uma religião que é diferente da dos indonésios. Portanto no caso de Timor há uma responsabilidade importante por parte de Portugal, e a cooperação tem de resultar, por um lado, dessa responsabilidade, e por outro, de uma certa comunidade cultural que liga Timor não só a Portugal, mas ao Brasil, a Angola, etc.

Quanto à Indonésia, há que recuperar este hiato de vinte e cinco anos nas relações. Da última vez que fui a Timor, em Junho de 2002, vi em Jacarta a exposição promovida pela embaixadora Ana Gomes, que mostra que as relações foram muito boas entre Portugal e a Indonésia no tempo de Sukarno, apesar de tudo. Portanto, hoje essas relações poderão ser melhores ainda porque não há a oposição política que havia. Uma coisa que ficou muito clara dessa exposição, em que havia muitos recortes de imprensa da época, foi que quando Sukarno veio a Lisboa, por duas ou três vezes afirmou que a Indonésia não tinha qualquer espécie de reivindicação sobre Timor. Ao participar, contra o parecer do exército e contra o voto do parlamento, na cerimónia de independência de Timor (em que eu também estive presente) em Maio de 2002, Megawati Sukarnoputri praticou um acto discricionário, mas de certo modo reatou a política de seu pai, que foi o pai da Indonésia, o «pai da pátria». Ela retomou uma linha que se manteve desde a independência, em 1945, até à queda de Sukarno, em 1965, e que portanto não foi um episódio. Por isso é que esta exposição foi extremamente oportuna, porque mostrou que a actual Presidente da Indonésia está de facto a retomar a política do pai quer em relação a Portugal quer em relação a Timor, e não a adoptar uma política nova contra uma tradição.

Quando estava em Timor e era chefe de redacção do jornal *A Província de Timor*, fiz um número especial do jornal, comemorativo dos vinte e cinco anos da independência da Indonésia. Fi-lo de acordo com os meus superiores militares, mas mais ou menos à revelia do governador, e nesse número escrevi vários artigos sobre a Indonésia. Quando deixei Timor, o cônsul indonésio veio acompanhar-me ostensivamente à porta do avião, o que era uma coisa fora do normal, e disse-me: «Quero que o senhor saiba e que as pessoas saibam, que o senhor com os artigos que escreveu sobre a Indonésia fez mais pelas boas relações entre Portugal e a Indonésia que todos os governadores que por aqui passaram desde 1945.»

Nesse número especial do jornal *A Província de Timor*, chamava a atenção para o carácter informal das relações entre os portugueses e os povos que hoje formam a Indonésia, que só em Malaca (que aliás fica na Malásia e não na Indonésia) e em Maluco assumiram um carácter imperialista. Na Indonésia a presença portuguesa foi sobretudo uma presença de aventureiros, de missionários, etc. A presença imperial portuguesa sentiu-se muito pouco, e isso reflecte-se – como na Tailândia e nos países da Ásia do Sueste – no facto de não haver uma consciência histórica comparável à que há na Índia, sobretudo em Goa, em que a presença portuguesa foi sobretudo uma presença imperial. Na Insulíndia as relações eram sobretudo de comércio, relações em princípio de igual para igual, e neste sentido o próprio passado histórico da presença portuguesa na Indonésia é um capital que pode ser utilizado sem falsificar a história, porque a presença portuguesa foi sobretudo amistosa. Não há na consciência colectiva, na consciência histórica, da Indonésia esse peso de um domínio português como há do domínio holandês, nomeadamente sobre Java. Naturalmente que as relações entre Portugal e a

Indonésia têm condições para se desenvolver, e neste momento há o projecto de um colóquio em Larantuka sobre a presença portuguesa, e a embaixadora Ana Gomes tem a intenção de promover uma série de conferências em Jakarta e noutros locais da Indonésia sobre os portugueses no Arquipélago, mas nas diversas modalidades da sua presença histórica. Há muita coisa a fazer, e no fundo urge recuperar o tempo que se perdeu durante estes anos em que não houve relações diplomáticas com a Indonésia.

ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR, Vol. III, 2002, pp. 23-35

BIBLIOGRAFIA DE LUÍS FILIPE FERREIRA REIS THOMAZ

por

JORGE FLORES *

Esta bibliografia foi elaborada com base numa listagem exaustiva fornecida pelo próprio homenageado, já organizada segundo um critério temático e, dentro dele, cronológico. Limitámo-nos a dar-lhe um novo arranjo e a estandartizar a forma de apresentação dos títulos. Para facilitar a consulta e a identificação, os trabalhos foram todos numerados, excepção feita aos artigos de dicionários e enciclopédias.

Assinalam-se com um asterisco os trabalhos que foram posteriormente reunidos na colectânea de artigos *De Ceuta a Timor* (1994). Os textos que constituíram entretanto objecto de reedições ou de traduções em língua estrangeira vão mencionados exclusivamente no ano da sua 1.ª edição, salvo os que foram posteriormente transformados em livro. Os trabalhos cuja publicação se prolongou por mais de um ano (sobretudo aqueles que foram publicados na imprensa ou por fascículos), são referenciados apenas no ano em que se iniciou a respectiva publicação.

Abreviaturas utilizadas:

CCCG	Centre Culturel Calouste Gulbenkian
CCP	Centre Culturel Portugais
CEHCA	Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga
CEPCEP	Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa
CHAM	Centro de História de Além-Mar
CNCDP	Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses
CTMCDP	Comissão Territorial de Macau para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses
EHESS	École des Hautes Études en Sciences Sociales
FCSH	Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
FCG	Fundação Calouste Gulbenkian / Fondation Calouste Gulbenkian
FLL	Faculdade de Letras de Lisboa
FO	Fundação Oriente
ICM	Instituto Cultural de Macau
IICT	Instituto de Investigação Científica Tropical
JIU	Junta de Investigações do Ultramar
UCP	Universidade Católica Portuguesa

* Universidade de Aveiro. Investigador do Centro de História de Além-Mar.

Estudos históricos, filológicos e etnográficos

1963

1. «O Cristianismo e as tradições pagãs na Índia portuguesa», in *Actas do Congresso Internacional de Etnografia*, vol. IV, Câmara Municipal de Santo Tirso, Santo Tirso, pp. 1-10. Também publicado enquanto separata da JIU, Lisboa, 1965.

1966

2. *De Malaca a Pegu – Viagens de um feitor português (1512-1515)*, Instituto de Alta Cultura/ /Centro de Estudos Históricos (FLL), Lisboa.*

1973

3. «Vida rural timorense», in *Geographica* – Revista da Sociedade de Geografia de Lisboa, ano XI, n.º 33 (Janeiro), pp. 3-29.

1974

4. «A arte popular em Timor», in *A Arte Popular em Portugal, Ilhas Adjacentes e Ultramar*, vol. III, Ed. Verbo, Lisboa, pp. 413-441.
5. «Nina Chatu e o comércio português em Malaca», in *Memórias* do Centro de Estudos de Marinha, vol. V, Lisboa, pp. 137-161. Tradução inglesa pelo P.e Manuel Pintado, com prefácio de A. Kalimuthu, *Nina Chatu and the Portuguese Trade in Malacca*, Luso-Malaysian Books, Malaca, 1991.*
6. «Timor – Notas histórico-linguísticas», in *Portugaliae Historica*, vol. II, pp. 167-300. Tam-bém publicado em volume separado para difusão em Timor.

1975

7. «Maluco e Malaca», in *A viagem de Fernão de Magalhães e a questão das Molucas* (Actas do II Colóquio Luso-Espanhol de História Ultramarina), ed. A. Teixeira da MOTA, JIU, Lisboa, pp. 29-48.*

1976

8. «A viagem de António Correia a Pegu em 1519», in *Bracara Augusta*, tomo XXX, fasc. 69 (81) (Janeiro-Julho). Também publicado na série *Separatas* do CEHCA (JIU), n.º 96, Lisboa.*
9. «O afluxo ao meio urbano no Timor Português», in *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, IV série, n.º 1 (1976-1977), pp. 495-552.*

1977

10. «Notas sobre a vida marítima em Timor», in *Memórias* do Centro de Estudos de Marinha, vol. VI, Lisboa, pp. 91-110.

1979

11. «Les Portugais dans les Mers de l'Archipel au XVIe siècle», in *Archipel*, n.º 18, pp. 105-125. Tradução inglesa «The Portuguese in the Seas of the Archipelago during the XVI century», in *Trade and Shiping in the Southern Seas*, SPAFA, Cisarua (Java Ocidental, Indonésia), 1985. Reproduzida in *European Commercial Expansion in Early Modern Asia*, ed. Om PRAKASH, Ashgate Publishing, Aldershot (Hampshire), 1997.*

1981

12. «The formation of Tetun-Praça, vehicular language of East Timor», in *Papers on Indonesian Languages and Literatures*, ed. Nigel Phillips & Khaidir Anwar, School of Oriental and African Studies, Londres, s.p.*

13. (Em colaboração com Denys LOMBARD) «Remarques préliminaires sur un lexique portugais-malais inédit de la Bibliothèque Nationale de Lisbonne», *ibidem*, s.p.

14. «Portuguese sources on sixteenth century Indian Economic History», in *Indo-Portuguese History – Sources and Problems*, ed. John CORREIA-AFONSO, Oxford University Press, Bombaim, 1981, pp. 99-113.

1982

15. «Note sur le «Dictionnaire Français et Timorrien» de F. E. de Rosily (1762)», in *Archipel*, n.º 23, pp. 105-108.

1983

16. «Goa – Une société luso-indienne», in *Bulletin des Études Portugaises et Brésiliennes*, tomo 42-43, pp. 15-44. Tradução inglesa: «Goa: A Luso-Indian Society», in *Portugal Newsletter*, vol. 4, n.º 9, Nova Delhi (Julho de 1997), pp. 2-43.*

1985

17. «A língua portuguesa em Timor», in *Congresso sobre a situação actual da língua portuguesa no Mundo – Actas*, ICALP, Lisboa, pp. 313-338.*

18. «Estrutura política e administrativa do Estado da Índia no século XVI», in *II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa – Actas*, ed. Luís de ALBUQUERQUE & Inácio GUERREIRO, IICT, Lisboa, pp. 515-540. Reproduzido in *Os Construtores do Oriente Português* (catálogo da exposição, Porto, 1998), ed. Jorge M. FLORES, CNCDP, Lisboa, 1998, pp. 53-79.*

19. «The Indian Merchant Communities in Malacca under the Portuguese rule», in *Indo-Portuguese History: Old Issues, new Questions*, ed. Teotónio R. de SOUZA, Concept Publishing, Nova Delhi, pp. 56-72. Reproduzido in *Early Portuguese Malacca*, Macau, 1999.

1986

20. «La prise de Malacca par les Portugais vue par les Malais (d'après le Ms. Raffles 32 de la Royal Asiatic Society)», in *Cultural Contact and Textual Interpretation* (Papers from the Fourth European Colloquium on Malay and Indonesian Studies), ed. C. D. GRIJNS & S. O. ROBSON, Koninklijk Instituut voor Taal-, Land- en Volkenkunde/Foris Publications, Leida/Dordrecht, pp. 158-177.

1987

21. «Os Frangues na Terra de Malaca», in *A Abertura do Mundo – Estudos de História dos Descobrimentos Europeus em homenagem a Luís de Albuquerque*, ed. Francisco Contente DOMINGUES & Luís Filipe BARRETO, vol. II, Ed. Presença, Lisboa, pp. 209-217.

1988

22. (Em colaboração com Geneviève BOUCHON) *Voyage dans les Deltas du Gange et de l'Irraouaddy – Relation portugaise anonyme (1521)*, CCP, FCG, Paris.*

23. «Malaka et ses communautés marchandes au tournant du XVI^e siècle», in *Marchands et hommes d'affaires asiatiques dans l'Océan Indien et la Mer de Chine, 13^e-20^e siècles*, ed. Denys LOMBARD & Jean AUBIN, EHESS, Paris, pp. 31-48.*

24. «Pengaruh Melayu dalam Perabadan Orang Portugis» [= a influência malaia na civilização portuguesa] in *Beriga – Jurnal Bacaan Umum*, n.º 21, Dewan Bahasa dan Pustaka, Brunei (Outubro-Dezembro), pp. 73-83.

25. «L'influence du malais sur le vocabulaire portugais», in *Papers from the III European Colloquium on Malay and Indonesian Studies*, Istituto Universitario Orientale, Nápoles, pp. 251-265.

1989

26. «Expansão portuguesa e expansão europeia – reflexões em torno da génese dos descobrimentos», in *Stvdia*, n.º 47, pp. 371-415.*

27. «Os Portugueses e a Rota das Especiarias», estudo introdutório para a edição portuguesa de *A Rota das Especiarias*, Ed. INAPA, Lisboa, pp. I-IX.*

28. «Le Portugal et l'Afrique au XV^e siècle: les débuts de l'expansion», in *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. XXVI, pp. 161-256. Também publicado na série *Separatas* do CEHCA (IICT), n.º 221, Lisboa.*

29. «O Projecto Imperial Joanino (Tentativa de interpretação global da política ultramarina de D. João II)», in *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua época – Actas*, Universidade do Porto/CNCDP, Porto, pp. 81-98.*

1990

30. (Em colaboração com João Paulo Oliveira e COSTA) «A Bíblia e a Expansão Portuguesa», in *Didaskalia – Revista da Faculdade de Teologia de Lisboa*, vol. XX, pp. 223-240.

31. «The economic policy of the Sultanate of Malacca (XV^th-XVI^th centuries)», in *Moyen Orient & Océan Indien – Middle East & Indian Ocean, XVI^e- XIX^e s.*, n.º 7, Société d'Histoire de l'Orient, Paris, pp. 1-12.

32. «L'idée impériale manuéline», in *La Découverte, le Portugal et l'Europe – Actes du Colloque*, ed. Jean AUBIN, CCP (FCG), Paris, pp. 35-103.

1991

33. «Factions, interests and messianism: The politics of Portuguese expansion in the East, 1500-1521», in *The Indian Economic and Social History Review*, vol. 28, n.º 1, pp. 97-109.*

34. «O Infante D. Henrique e a paternidade da expansão, de Gomes Eanes de Azurara a Vitorino Nemésio», introdução à reedição da obra de Vitorino Nemésio, *Vida e Obra do Infante D. Henrique* (*Obras Completas*, vol. IX), Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, pp. XI-XXIII.

35. (Em colaboração com Jorge Santos ALVES) «Da Cruzada ao Quinto Império», in *A Memória da Nação*, ed. Francisco BETHENCOURT & Diogo Ramada CURTO, Sá da Costa, Lisboa, pp. 81-165.

36. «*A História do Glorioso San Thomé, de sua partida de Hierusalem té sua morte*», in *Boletim do Instituto Menezes Bragança*, n.º 162, s.p.

37. «Malacca: the town and the society during the first century of Portuguese rule», in *Revista de Cultura*, II série, n.os 13/14 (*Os Mares da Ásia, 1500-1800: Sociedades locais, Portugueses e Expansão Europeia*, ed. Jorge M. Flores), (Janeiro-Junho), pp. 68-79.

38. (Em colaboração com Sanjay Subrahmanyam) «Evolution of Empire: The Portuguese in the Indian Ocean during the Sixteenth Century», in *The Political Economy of Merchant Empires – State Power and World Trade, 1350-1750*, ed. James D. Tracy, Cambridge University Press, Cambridge (2.ª ed., brochada, 1997), pp. 298-331.

39. «A lenda de S. Tomé Apóstolo e a expansão portuguesa», in *Lusitania Sacra*, Revista do Centro de Estudos de História Religiosa (UCP), 2.ª série, vol. III, pp. 349-418. Também publicado na série *Separatas* do CEHCA (IICT), n.º 233, Lisboa, 1992.

40. «*A Carta que mandaram os Padres da Índia, da China e da Magna China*, um relato siríaco da chegada dos Portugueses ao Malabar e seu primeiro contacto com a hierarquia cristã local», in *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXXVI, pp. 119-181. Também publicado na série *Separatas* do CEHCA (IICT), n.º 224, Lisboa, 1992.

1992

41. «Sumatra's Westcoast in Portuguese Sources of the Mid 16th Century», in *Regions and Regional Developments in the Malay-Indonesian World* (6th European Colloquium on Indonesian and Malay Studies – ECIMS), ed. Bernhard Dahm, Otto Harrassowitz, Wiesbaden, pp. 23-32.

42. (Em colaboração com João Paulo Oliveira e Costa & Victor Luís Gaspar Rodrigues) *El Proyecto Indiano del Rey Don Juan*, Fundação Mapfre-América, Madrid (direcção do volume e prefácio, pp. 11-25).

1993

43. *Nanban-jin: Os Portugueses no Japão – The Portuguese in Japan*, Correios de Portugal, Lisboa. Versão japonesa publicada em fascículo à parte.

44. «Descobrimentos e Evangelização – Da cruzada à missão pacífica», in *Congresso Internacional de História «Missionação Portuguesa e Encontro de Culturas» – Actas*, Vol. I, UCP/CNCDP/Fundação Evangelização e Culturas, Braga, pp. 81-129.

45. (Em colaboração com Artur Teodoro de Matos) Direcção do volume *As relações entre a Índia Portuguesa, a Ásia do Sueste e o Extremo Oriente – Actas do VI Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa* (Macau, 22 a 26 de Outubro de 1991), Macau/ /Lisboa.

46. «Do Cabo Espichel a Macau – vicissitudes do corso português», *ibidem*, pp. 537-568. Também publicado na série *Separatas* do CEHCA (IICT), n.º 240, Lisboa.

47. «The Malay Sultanate of Melaka», in *Southeast Asia in the Early Modern Era – Trade, Power and Belief*, ed. Anthony Reid, Cornell University Press, Ítaca/Londres, pp. 69-90.

48. «Diogo Pereira *o Malabar*», in *Mare Liberum – Revista de História dos Mares*, n.º 5 (Julho), pp. 49-64.

49. (Em colaboração com Artur Teodoro de Matos) Direcção do volume *Vinte anos de historiografia ultramarina portuguesa, 1972-1992*, CNCDP, Lisboa.

1994

50. De Ceuta a Timor (colectânea dos artigos assinalados *supra* com um asterisco, traduzidos em português quando em francês ou inglês, revistos e refundidos), Difel, Lisboa. Prémio D. João de Castro, atribuído pela CNCDP em 1995; 2.ª ed. 1998.

51. Artigos no *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, dir. Luís de ALBUQUERQUE & Francisco Contente DOMINGUES, 2 vols., Círculo de Leitores/Ed. Caminho, Lisboa: «Abexins, Abássia, Abissínia e Etiópia» (pp. 7-8); «Babilónia, Sultão ou Çoldão de» (pp. 107-108); «Calicut» (pp. 161-168); «Canará» (pp. 185-187); «Champá» (pp. 237-239); «Champana» (p. 239); «Chatigão» (pp. 239-240); «Chaul» (pp. 240-242); «China, Mangi e Cataio» (pp. 242-244); «Chinchéu» (p. 250); «Cipango» (pp. 251-252); «Cochinchina» (pp. 254-256); «Concão» (pp. 283-284); «Coraçones» (pp. 292-293); «Dabul» (pp. 332-333); «Dalaca» (pp. 333-334); «Damão» (pp. 334-335); «Eli, Monte de» (p. 363); «Estado da Índia» (pp. 388-395); «Figo, figueira, figueira da Índia ou bananeira» (pp. 420-423); «Frangues e Rumes» (p. 435); «Gange» (p. 452); «Geórgia» (pp. 457-461); «Índias» (pp. 520-524); «Índigo» (p. 528); «Java» (pp. 541-554); «Malabar e Maabar» (pp. 651-652); «Malaca» (pp. 659-661); «Manuel I, Dom» (pp. 674-679); «Muçulmanos» (pp. 766-790); «Noz da Índia» (pp. 807-808); «Patanes» (pp. 866-867); «Preste João» (pp. 918-923); «Sarnau ou Sornau, Sião, Tailândia e Ansião» (pp. 973-974).

52. «A escravatura em Malaca no século XVI», in *Stvdia*, n.º 53, pp. 253-316. Versão inglesa in *Early Portuguese Malacca,* Macau, 1999.

1995

53. «The image of the Archipelago in Portuguese cartography of the 16th and early 17th centuries», in *Archipel*, n.º 49, pp. 79-124. Versão portuguesa: «Da imagem da Insulíndia na cartografia», in *Rotas da Terra e do Mar* (publicado aos fascículos em suplemento ao *Diário de Notícias*, aos domingos, entre 19.VI.1994 e 15.I.1995), pp. 394-421.

54. «A crise de 1565-1575 na história do Estado da Índia», in *Mare Liberum – Revista de História dos Mares*, n.º 9 (Julho) («O Estado da Índia e a Província do Norte – Portuguese India and its Northern Province» – Actas do VII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa; Goa, 20 a 24 de Janeiro de 1994), pp. 481-519.

55. «Especiarias do Velho e do Novo Mundo – Notas histórico-filológicas», in *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, vol. XXIV, pp. 219-345.

1996

56. «Le renouveau des études luso-orientales au Portugal», in *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, vol. XXXV, pp. 13-20.

57. «Estudos Árabo-Islâmicos e Orientais em Portugal», in *Povos e Culturas*, n.º 5 (*Portugal e o Oriente: Passado e Presente*), pp. 389-414.

1998

58. «Alguns vocábulos portugueses de origem malaia», in *Persembahan – Studi in Onore di Luigi Santa Maria,* Istituto Universitario Orientale, Nápoles, pp. 405-423.

59. (Em colaboração com Artur Teodoro de MATOS) direcção do volume *A Carreira da Índia e a rota dos Estreitos – Actas do VIII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, Angra do Heroísmo.

60. «A questão da pimenta em meados do século XVI», *ibidem*, pp. 37-206. Também publicado em livro com o título *A questão da pimenta em meados do século XVI – Um debate político do governo de D. João de Castro*, CEPCEP (UCP), Lisboa.

61. «Introdução» à *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, dir. A. H. de Oliveira MARQUES, 1.º vol., tomo I (*Em torno de Macau*), FO, Lisboa, pp. 15-122.

62. «L'esclavage à Malacca au XVI^e siècle, d'après les sources portugaises», in *Formes extrêmes de dépendance – Contributions à l'étude de l'esclavage en Asie du Sud-Est*, ed. Georges CONDOMINAS, EHESS, Paris, pp. 357-386.

1999

63. *Early Portuguese Malacca* (colectânea de artigos sobre Malaca vertidos em inglês), CTMCDP/Instituto Politécnico de Macau, Macau.

64. «Portuguese Control over the Arabian Sea and the Bay of Bengal: A Comparative Study», in *Commerce and Culture in the Bay of Bengal, 1500-1800*, ed. Om PRAKASH & Denys LOMBARD, Manohar/Indian Council of Historical Research, Nova Delhi, pp. 115-162.

65. «Uma visão cristã do Hinduísmo na primeira metade de Seiscentos», in *Didaskalia – Revista da Faculdade de Teologia de Lisboa*, vol. XXIX, fascs. 1 & 2, pp. 163-184.

66. Notas «Mordexim», «Alepo», «Provérbio: «mas quiero cardamos en paz»», «Moloc/ /Maluco», «Canela e cravo», «Cantiga malaia», «Noz-moscada», «Osembel ou Oseucasan», «O significado de «Bahâdur»», «Línguas de Mouros e Gentios», «Canarim Vará (povoação de canarins)», «O significado de Hiel-dux-can», «Cristãos de S. Tomé e Preste João», «Gog, Magog e o Quinto Império», «O significado de Tamur Langar», «O significado de Xá Holão», «Decanis», «Os epígonos do Sultanado Bahmânida», «Tis Vari, Tiçoari ou Tissuari»; *in* Diogo do Couto, *Década Quarta da Ásia*, vol. II, edição crítica anotada e coordenada por M. Augusta Lima Cruz, notas históricas e filológicas, glossário e índice de antropónimos e topónimos, CNCDP/FO/Imprensa Nacional–Casa da Moeda, Lisboa, notas n.^os 55, 62, 73, 84, 85, 97, 100, 102, 106, 110, 113, 115, 119, 121, 123, 126, 128, 129, 130.

67. «O nome das especiarias», in *A epopeia das especiarias*, coord. Inácio GUERREIRO, IICT/ /INAPA, Lisboa, pp. 10-41.

68. (Em colaboração com Carmen RADULET) «Fontes Italianas para a História dos Portugueses no Índico, 1497-1513 – Códice *Riccardiano* 1910 de Florença», in *Mare Liberum – Revista de História dos Mares*, n.^os 18-19 (Dezembro de 1999-Junho de 2000), pp. 247-340; n.^os 21-22 (Janeiro-Dezembro de 2001), pp. 231-407. Também publicado em livro (2002).

2000

69. «Timor Loro Sa'e – Uma perspectiva histórica», in *Timor – Um país para o século XXI*, Instituto de Altos Estudos Militares/CEPCEP (UCP), Lisboa, pp. 25-34.

70. Coordenação da secção ultramarina do *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, ed. Carlos de Azevedo, Centro de Estudos de História Religiosa (UCP), 4 vols., Círculo de Leitores, Lisboa, 2000-2001.

71. Artigos «Cruzada», «Descobrimentos», «Missões», «São Tomé, Cristãos de» e «Timor e Solor», *ibidem*, *s.v.*, respectivamente vol. II, pp. 31-38 e 62-66; vol. III, pp. 205-221; e vol. IV, pp. 178-187 e 284-293.

2001

72. «Precedents and parallels of the Portuguese *cartaz* system», in *The Portuguese, Indian Ocean and European Bridgeheads: Festschrift in Honour of Prof. K. S. Mathew*, ed. Pius MALEKANDATHI *et al*., Fundação Oriente, Lisboa, pp. 67-85.

73. «A história de Timor Loro Sa'e e a identidade do povo timorense», in *Timor Loro Sa'e* [livro de fotografias da autoria de Regina SANTOS], Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, 2001.

74. «Povos de Timor», in *Cerâmicas de Timor* – (Catálogo da Exposição, Lisboa, Nov. de 2000-Jun. de 2001), Museu – Centro Científico e Cultural de Macau, Lisboa, s.d. (2001), pp. 29-36.

75. «Timor: o protectorado português», in *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, ed. A. H. de Oliveira MARQUES, vol. II (*Macau e Timor. O declínio do Império*), FO, Lisboa, pp. 493-526.

76. «Os antigos gramáticos portugueses e a declinação neo-árica», in *Anais de História de Além-Mar*, vol. II, pp. 7-32.

77. «Timor: da proto-história à consolidação do protectorado português», in *Oriente*, n.º 1 (Setembro-Dezembro), pp. 39-52.

78. «Were Saint Thomas Christians looked upon as heretics?», in *The Portuguese and the Socio-Cultural Changes in India, 1500-1800*, ed. K. S. MATTEW, Teotónio R. de SOUSA & Pius MALEKANDATHIL, FO/MESHAR, Pangim (Goa)/Tellicherry (Kerala), pp. 27-91.

2002

79. *Babel Loro Sa'e – O problema linguístico de Timor-Leste*, Instituto Camões, Lisboa.

80. (Em colaboração com Carmen RADULET) *Viagens Portuguesas à Índia (1497-1513). Fontes italianas para a sua história: O Códice Riccardiano 1910 de Florença*, CNCDP, colec-ção «Outras Margens», Lisboa.

81. (Co-autoria do texto e revisão técnica) *Atlas de Timor-Leste*, GERTIL/Faculdade de Arquitectura (Universidade Técnica de Lisboa), Lisboa.

82. «O malogrado estabelecimento oficial dos Portugueses em Sunda e a islamização da Java» (Colectânea documental), in *Aquém e Além da Taprobana*, ed. do Centro de História de Além-Mar em homenagem a Jean Aubin e Denys Lombard, Lisboa, 2002, pp. 381-607.

Trabalhos de índole teológica

1967

83. «Oriente e Ocidente», in *Estudos Teológicos*, Actas da IV Semana Portuguesa de Teologia, Lisboa, 1967, pp. 3-32.

1984

84. «Colonização e juízo histórico», in *Communio*, Revista Internacional Católica, ano I, n.º 3 (Maio-Junho), pp. 231-244.

1985

85. «Cruzada e Anti-Cruzada», *ibidem*, ano II, n.º 6 (Novembro-Dezembro), pp. 515-528.

1987

86. «S. Máximo Confessor e os valores fundamentais do Ocidente», *ibidem*, ano IV, n.º 6 (Novembro-Dezembro), pp. 516-529.

1989

87. «Cristo e o encontro das civilizações», *ibidem*, ano VI, n.º 4 (Julho-Agosto), pp. 55-374.

1991

88. «*Gesta Dei per Portucalenses*», *ibidem*, ano VIII, n.º 6 (Novembro-Dezembro), pp. 501-510.

1992

89. «A missão profética do monge na tradição oriental», *ibidem*, ano IX, n.º 3 (Maio--Junho), pp. 251-266.

1994

90. «Da douta ignorância e do silêncio dos espirituais», *ibidem*, ano XI, n.º 3 (Maio--Junho), pp. 233-249.

1995

91. «Liturgia moçárabe – pequena antologia comentada», *ibidem*, ano XII, n.º 1 (Janeiro--Fevereiro), pp. 75-86.

92. «Reflexões sobre a Inquisição», *ibidem*, ano XII, n.º 3 (Maio-Junho), pp. 246-255.

1996

93. «Beleza divina e arte cristã – apontamento», *ibidem*, ano XIII, n.º 1 (Janeiro-Fevereiro), pp. 7-9.

Recensões, notícias e prefácios

1979

94. «O homem e o ambiente no Leste de Timor», in *Finisterra* – Revista Portuguesa de Geografia, vol. XIV, n.º 28.

1980

95. «First International Seminar on Indo-Portuguese History, Goa, Nov. 1978», in *Archipel*, n.º 20.

96. «P. J. Serantes & J. K. Doko «Pelajaran Bahasa Indonesia – Tetun», «Pelajaran Bahasa Percakapan sehari-hari Tetun – Indonesia» et «Kamus Kecil Indonesia – Tetun Belu – Tetun Dili»», *ibidem*.

1981

97. «Joachin Metzner «Man and Environment in Eastern Timor», 1977», *ibidem*, n.º 21, pp. 204-208.

1982

98. «Le second Séminaire International d'Histoire Indo-Portugaise, Lisbonne, 20-24 Octobre 1980», *ibidem*, n.º 23, pp. 29-34.

1984

99. «Le troisième Séminaire International d' Histoire Indo-Portugaise, Goa, Janvier 1983», *ibidem*, n.º 28, pp. 13-16.

1994

100. «T. F. Earle & John Villiers «Albuquerque. Caesar of the East – Selected Texts by Afonso de Albuquerque and his Son», Warminster, 1990», *ibidem*, n.º 47.

1995

101. Prefácio à «Antologia da poesia chinesa, de Qu Yuan até aos nossos dias», por Li Ching, in *Revista de Cultura*, II série, n.º 25 (Outubro-Dezembro), pp. 67-70.

1998

102. Prefácio à edição portuguesa de Sanjay SUBRAHMANYAM, *A Carreira e a Lenda de Vasco da Gama*, CNCDP, Lisboa, pp. I-XVI.

1999

103. Prefácio a Jorge Manuel dos Santos ALVES, *O Domínio do Norte de Samatra – A história dos sultanados de Samudera-Pacém e de Achém e das suas relações com os Portugueses (1500-1580*), Sociedade Histórica da Independência de Portugal, Lisboa, pp. 7-10.

104. Prefácio a Catarina Madeira SANTOS, «*Goa é a chave de toda a Índia*». *Perfil político da capital do Estado da Índia (1505-1570*), CNCDP, Lisboa, pp. 11-14.

2000

105. «A história medievesca de um texto moderno», prefácio a *O Livro de Duarte Barbosa (edição crítica anotada)*, ed. Maria Augusta da Veiga e SOUSA, vol. II, IICT/CNCDP, Lisboa, pp. VII-XI.

2001

106. Prefácio a Aude VIAUD, *Correspondence d'un Ambassadeur Castillan au Portugal dans les années 1530. Lope Hurtado de Mendoza*, CCCG (FCG)/CNCDP, Paris/Lisboa, pp. 11-15.

107. Prefácio à obra de Luís COSTA, *Guia de Conversação Português-Tetum*, Ed. Colibri, Lisboa.

108. Prefácio à obra de Manuel Godinho de ERÉDIA, *Suma de Árvores e Plantas da Índia Intra Ganges*, ed. J. G. EVERAERT, J. E. Mendes FERRÃO & M. Cândida LIBERATO, CNCDP, Lisboa, pp. 9-22.

2002

109. Prefácio a Maria Odete Soares MARTINS, *A Missionação nas Molucas no século XVI. Contributo para o estudo da acção dos Jesuítas no Oriente*, CHAM (FCSH), Lisboa, 2002, pp. 1-7.

Trabalhos menores, de divulgação e jornalísticos

1966-1980

110. Artigos in *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*: «Casa Militar e Civil do Chefe do Estado», «Cosme Indicopleustes», «Eudóxia (Imperatriz)», «Fravartis», «Gala Placídia», «Gaza (Teodoro)», «Germano II», «Grécia (Teologia)», «Henótico (Decreto)», «Heráclio», «Hesicasmo», «Pléton (Jorge Gemisto)», «Psellos (Miguel)», «Raskol, Rasputine», «Romano I, II, III e IV (Imperadores Bizantinos)», «Samuel (Rei da Bulgária)», «Sérgio Radonijski (São)», «Silva (José Celestino)», «Simeão o Grande (Czar da Bulgária)», «Simeão o Novo Teólogo», «Simeão Estilita o Jovem (São)», «Sinésio de Cirene», «Skleros (Bardas)», «Sobornost, Soloviev (Vladimir)», «Svatopluk, Teodora (Imperatrizes de Bizâncio)», «Teodoreto de Ciro», «Teodoro Ducas», «Teodoro Estudita (São)», «Teodoro I Lascaris», «Teodoro II Lascaris», «Teodoro Cenobiarca (São)», «Teofilacto», «Teofilacto Simocates», «Teófilo (Imperador Bizantino)», «Timor (História Geral, Cultural, Religiosa)»*, «Uniatas», «URSS (Teologia e Espiritualidade)», «Vladimiro (São)», «Vladimiro II Monómaco», «Zoé Porfirogéneta», «Timor»* (actualização, suplemento).

1970

111. «Apontamento», rubrica semanal in *A Província de Timor*, Semanário do Comando Territorial Independente de Timor, do n.º 233 (13.VI.1970) ao n.º 342 (22.VII.1972). Assinado L.T.

112. Artigos diversos, *ibidem*, n.º 225 (14.IV.1970) ao n.º 360 (24.XI.1972). Assinados L. T.

1972

113. *Missão em Timor – Guia do Militar Português em Timor*, Comando Territorial Independente de Timor, Quartel General, 2.ª Repartição, Taibesse, Díli, 1972 (115 pp., ciclostilado). Nova edição, revista em 1973, para o Serviço de Publicações do Estado Maior do Exército, tiragem de provas tipográficas apenas, em número muito limitado. Reedição, com uma actualização e título diverso, pelo CEPCEP, UCP (no prelo; cf. *infra*).

1973

114. «Malaca – Aqui Portugal esquecido», in *Observador*, n.º 102 (26.I.1973).

115. «Timor como é», série de sete artigos, *ibidem*, n.os 110-113, 115, 116 e 118, Janeiro-Maio de 1973.

116. «A Lei de Terras do Ultramar e a sua aplicação em Timor», in *Diário de Notícias* de 2.IV.1973.

117. «Timor: impõe-se a racionalização», in *Observador*, n.º 117 (n.º especial dedicado às «linhas de força da economia portuguesa», 11.V.1973).

118. «Os grandes problemas nacionais. 17: Política Ultramarina», *ibidem*, n.º 140 (19.X.1973).

1975

119. «O problema económico de Timor», in *Revista Militar*, 26.º vol. do II século, n.º 8, Lisboa, pp. 378-454.

120. *O Problema Político de Timor*, Ed. Pax, Braga.

1976

121. «O Drama de Timor», in *Brotéria*, vol. 102, n.º 1.

1977

122. *Timor: autópsia de uma tragédia*, Ed. do Autor, Lisboa.

1978

123. «O caso de Timor: Timor na área geográfica em que se insere», in *Democracia e Liberdade*, n.º 6 (Junho), Lisboa.

124. «O Infante D. Henrique, 1394-1460», in *Homens que mudaram o Mundo*, Círculo de Leitores, Lisboa.

125. Artigos no *Dicionário Ilustrado de História de Portugal*, ed. José Hermano SARAIVA, Alfa, Lisboa: «Índia, Portugueses na», «Malaca», «Ormuz», «Samorim», «Timor».

1992

126. «Outras Terras, Outras Gentes / New Lands, New Cultures», in *Descobrimentos Diário de Notícias – A era de Vasco da Gama / The era of Vasco da Gama*, Lisboa.

1993

127. «Macedónia: uma designação polémica» (ou: «Macedónia: o país «sem nome»»), in *História*, ano XV, n.º 169 (Outubro), pp. 22-33.

1995

128. «O descobrimento de Timor», in *Clube do Coleccionador*, n.º 2, CTT – Correios, Lisboa (Junho-Agosto), pp. 18-23.

1997

129. «A Explosão Missionária de Meados de Quinhentos», in *Clube do Coleccionador*, 1997, n.º 3, CTT – Correios, Lisboa (Setembro-Novembro), pp. 7-11.

1999

130. *À Descoberta do Oriente – Agenda dos CTT para 1999* (introdução, selecção de textos portugueses dos séculos XVI e XVII e ilustração).

131. «Hypothèses sur les premiers chrétiens dans l'Inde des Malabars», in *Le Monde de la Bible*, n.º 119 (Maio-Junho), pp. 52-57.

Trabalhos literários

1970

132. Poesias diversas pub. *ibidem*, n.os 231 (30.V.1970), 296 (28.VII.1971), 312 (25.XII.1971), 361 (2.XII.1972), 389 (18.VI.1973). Assinadas L. T. ou Filipe Ferreira.

1971

133. «De Timor a Macau por terras do Oriente», crónica de viagem pub. no semanário *A Província de Timor*, n.º 293 (7.VIII.1971) a n.º 344 (5.VIII.1972). Assinado L. T.

1992

134. *A Nona do Pinto Brás (novela timorense)*, Ed. ERL, Lisboa. Assinado Filipe Ferreira.

Trabalhos no prelo

135. *Timor: A terra e a gente, o passado e o presente*, CEPCEP (UCP), Lisboa.

136. «Le voyage imaginaire: Ludovico di Varthema en Indonésie», *in L'Itinéraire de Ludovico di Varthema*, ed. Paul Teyssier *et al.*, Editions Chandeigne, Paris.

137. «Iberian Expansion and the diffusion of Indian Plants in the New World», comunicação apresentada ao *IX Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, Nova Delhi, Dezembro de 1998.

138. «La colonisation portugaise à Timor Oriental», comunicação apresentada ao colóquio *Réflexion sur la crise de Timor Oriental*, Association Française pour la Recherche sur l'Asie du Sud-Est/Centre d'Études des Relations Internationales, Paris, Setembro de 1999.

139. «As especiarias e o achamento do Brasil», conferência de abertura do *I Simpósio Brasileiro de Especiarias*, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus (Bahia), Abril de 2000.

140. «A agricultura tradicional de Timor», comunicação apresentada ao colóquio *A Agricultura de Timor*, IICT/FCG, Lisboa, Junho de 2001.

141. «As espécies ocidentais no Oriente», in *Mirabilia Asiatica. Produtos raros no comércio marítimo. Produits rares dans le commerce maritime. Seltene Waren in Seehandel*, ed. Roderich Ptak, Jorge M. dos Santos Alves & Claude Guillot, Wiesbaden, Harrassowitz/ /Fundação Oriente.

142. «Entre l'histoire et l'utopie: le mythe du Prêtre Jean», comunicação apresentada ao colóquio *Les civilisations au regard de l'autre*, UNESCO, Paris, Dezembro de 2001.

143. «Monopoly and free trade in Portuguese India», comunicação apresentada ao colóquio *Maritime Malabar and the Europeans*, Tellicherry (Kerala), Janeiro de 2002.

Artigos

ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR, Vol. III, 2002, pp. 39-63

MOURO PARA OS CRISTÃOS E CRISTÃO PARA OS MOUROS – O CASO BENTAFUFA

por

MARIA AUGUSTA LIMA CRUZ *

A Rome, tu étais «le fils de l'Africain»; en Afrique, tu seras «le fils du «Roumi»». Où que tu sois, certains voudront fouiller ta peau et tes prières. Garde-toi de flatter leurs instincts, mon fils, garde-toi de ployer sous la multitude! Musulman, juif ou chrétien, ils devront te prendre comme tu es, ou te perdre. Lorsque l'esprit des hommes te paraîtra étroit, dis-toi que le terre de Dieu est vaste, et vastes Ses mains et Son cœur. N'hésite jamais à t'éloigner, au-delà de toutes les mers, au-delà de toutes les frontières, de toutes les patries, de toutes les croyances.

(Derradeiras palavras de Leão Africano a seu filho, segundo a autobiografia imaginária, *Léon l'Africain*, de Amin Maalouf)

Introdução

Compulsando a documentação relativa à história da ocupação portuguesa da praça marroquina de Safim, desde o processo que antecedeu a conquista desta cidade até sensivelmente aos finais da segunda década do séc. XVI, a nossa atenção não pode deixar de se prender na figura controversa de um homem que, ao tempo, suscitou polémica e, a seu jeito, transgrediu os tradicionais alinhamentos do secular confronto entre muçulmanos e cristãos. Trata-se de um «mouro» que, nas fontes árabes, aparece geralmente designado pelos nomes «Yahya ben Ta'fuft» e «Yahya u Ta'fuft» [1]. Nos textos em

* Universidade do Minho. Investigadora do Centro de História de Além-Mar.

[1] A partícula berbere «u» que, na segunda forma, liga o nome ao sobrenome, é bem provável que remeta, não para a sua filiação, mas para a terra donde seria originária a sua família: Tafuf ou Tanfuf, aldeia situada na região de Xerquia, a quinze léguas de Azamor, junto

aljamia: tanto aparece referenciado pela reprodução do primeiro nome, Ihahia / Ihea / Hehea / Hea / Iehie, precedida frequentemente pelo título «cide» / «side»; como pela do sobrenome, ligado ou não à partícula de filiação «ben», Tanfut / Tafuf / Tafuu / Bentafuf / Bentafufa /.

Tudo indica que este «mouro», que passaremos a designar por Bentafufa [2], era de origem berbere. Nesse sentido aponta o testemunho de Estêvão Rodrigues Bérrio quando, em 1514, aconselhava o rei D. Manuel a atribuir-lhe uma guarda de cem cavaleiros, porque «Vossa Alteza será servido e o Mouro será estimado entre os Alarves (*entenda-se* «árabes»), e as cousas que cumprem a vosso serviço serão feitas, porque este mouro é bárbaro («berbere») e não se faz às vezes o que ele manda pera isto» [3].

Bentafufa foi, com o capitão e governador de Safim, Nuno Fernandes de Ataíde, um dos principais obreiros de criação de um protectorado português nas planícies meridionais de Marrocos, através da constituição de um vasto campo de «mouros das pazes», que abarcava inicialmente as terras de Garabia e Abida e, após a conquista de Azamor (1513), também as de Xerquia, ou seja, toda a região de Duquela. Uma experiência de alargamento da área de intervenção territorial portuguesa que, embora efémera, muito deveu à colaboração prestada por este muçulmano que, durante cerca de oito anos (1510/1511 a 1518), foi, por nomeação da Coroa portuguesa, alcaide dos referidos «mouros das pazes». No seu acidentado percurso de vida, recheado de campanhas militares nos campos marroquinos e de missões político-diplomáticas junto dos senhores e reis locais, destacam-se duas estadias em Portugal: a primeira de 1507 a 1510/1511; a segunda, de 1514 a 1516. Em ambas, partiu da sua terra natal sob suspeita de traição aos portugueses, em ambas a ela regressou ilibado de acusações e com poderes e competências reforçados.

---

ao rio Morbea (Umm al-Rabi). Cf. anotações de Pierre de Cénival à carta de João de Meneses a D. Manuel, s.l., n.d. (Azamor, cerca de 15 de Fevereiro de 1514), pub. em *Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc*, Première série – Dynastie Sa'dienne – Archives et Bibliothèques de Portugal, tome I (Juillet 1486 – Avril 1516), Paris, Paul Geuthner, 1934, p. 482, n. 2, e p. 483, n. 4. Doravante, passaremos a designar esta colectânea pelo título abreviado de *Sources Inédites*.

[2] Seguimos a forma utilizada por David Lopes, *Textos em aljamía portuguesa - Documentos para a História do domínio português em Safim, extrahidos dos originaes da Torre do Tombo*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1897.

[3] Carta de Estêvão Rodrigues Bérrio a D. Manuel, Tavira, 19 de Maio de 1514, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT), *Corpo Cronológico*, I-15-39, pub. em *Documentos do Corpo Chronologico relativos a Marrocos (1488 a 1514)*, coordenados, revistos e prefaciados por António Baião, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925, pp. 90-93; *Sources Inédites*, I, pp. 552-558.

Projecção da área sob influência portuguesa e incursões feitas a partir de Safim (1510-1516), mapa publicado por André Pinto S. D. TEIXEIRA, «Nuno Fernandes de Ataíde, o nunca esta quedo capitão de Safim», *A Nobreza e a Expansão – Estudos Biográficos*, coord. de João Paulo Oliveira e COSTA, Cascais, *Patrimónia*, 2000, p. 204.

É bem significativo o volume de fontes de arquivo existentes sobre este alcaide, não só escritas em línguas românicas como em árabe. Também cronistas e tratadistas da época como, entre outros, Damião de Góis [4], Diego

[4] *Chronica do felicissimo rei Dom Emmanuel, dividida em quatro partes* (1.ª edição, 1566-1567), edição de J. M. Teixeira de CARVALHO e David LOPES, Coimbra, 1926.

de Torres [5], Leão Africano [6] e Luis del Mármol Carvajal [7], lhe dedicaram especial atenção nas suas obras. De entre eles destacam-se Leão Africano e Damião de Góis.

O primeiro porque, nas suas andanças diplomáticas em Marrocos (1508 a 1515), ao serviço dos sultões oatácidas de Fez, conheceu bem o mundo magrebino da época, assim como os efeitos da investidas portuguesas na região, que testemunha sob a perspectiva do olhar muçulmano. Acresce ainda que teve oportunidade de conhecer pessoalmente Bentafufa: foi ele o seu interlocutor em missão diplomática junto dos portugueses de que o incumbiram o rei de Fez e o Xarife, «príncipe de Sus e Hea» [8]; com ele coabitou aquando da sua passagem pela localidade de Tumeglast:

> Io fui in questa terra allogiato com Sidi Iehie, che era venuto a scuoter li tributi di quel paese in nome del re di Portogallo, dal qual era stato fatto capitano della campagna di Azafi [9].

Quanto ao segundo, Damião de Góis, porque foi aquele que mais informação carreou sobre a actuação de Bentafufa, apresentando, por vezes, versões variantes das transmitidas pelas vias oficiais, algumas das quais teria colhido em testemunhos orais e em testemunhos escritos hoje eventualmente perdidos.

Refira-se, por último, que são conhecidos pelo menos catorze documentos da autoria de Bentafufa, dos quais dez cartas dirigidas ao rei D. Manuel.

Além das cartas a D. Manuel, há uma dirigida a um tal D. Nuno (sem apelido, possivelmente Nuno da Cunha, o que foi vedor da Fazenda e governador da Índia) e outra a seu tio e aos habitantes de Cernu. Os restantes textos são duas ordenanças de nomeação de almocadéns, acompanhadas dos códigos penais das respectivas tribos.

Todos estes escritos da autoria de Bentafufa se conservam nos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo: nove são originais (quatro escritos em árabe e cinco em português); os restantes são cópias da época, escritas quer em árabe, quer em tradução portuguesa, quer em aljamiado (tradução portu-

---

[5] *Relacion del origen y suceso de los xarifes y del estado de los reinos de Marrocos, Fez y Tarudante* (1.ª edição, póstuma, 1586, sendo a redacção anterior a 1575), nova edição anotada de Mercedes García ARENAL, Madrid, Siglo XXI de España Editores, 1980.

[6] «Della descrizione dell'Africa e delle cose notabili che quivi sono per…», *Navigazioni e viaggi*, de Giovanni Battista RAMUSIO, vol. I (1.ª edição, 1550), edição de Marica MILANESI, Turim, Einaudi Editore, 1978, pp. 9-460.

[7] *Descripcion general de Affrica, con todos los sucesos de guerras que a avido entre los infieles, y el pueblo Christiano…*, Granada / Málaga, 1573 e 1599.

[8] Leão AFRICANO, *Della descrizione dell'Africa*, ed. cit., p. 110.

[9] *Idem*, *ibidem*, p. 92. A localidade, em que ocorreu este encontro, situava-se a pouco mais de 20 km da costa e a cerca de 50 km da cidade de Marráquexe.

guesa em caracteres árabes). De alguns, possuem-se mesmo três versões contemporâneas: em árabe, em tradução portuguesa e em aljamiado.

Nos finais do século XIX, David Lopes publicou grande parte destes documentos, assim como outras fontes de arquivo relativas à história do domínio português em Safim, na colectânea *Textos em aljamía portuguesa*, precedendo-a de uma introdução, que inclui um encomiástico capítulo dedicado à figura de Bentafufa, a cuja actuação como alcaide dedicou, anos mais tarde, atenção especial num dos capítulos que escreveu sobre os portugueses em Marrocos para *História de Portugal*, dirigida por Damião Peres [10]. Posteriormente, estes e outros documentos viriam a ser publicados por Pierre de Cénival, David Lopes e Robert Ricard na monumental recolha de fontes sobre Marrocos, *Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc, Première série – Dynastie Sa'dienne*, feita em arquivos e bibliotecas de Portugal [11].

A partir destas fontes e do seu cruzamento com muitas outras sobre a expansão portuguesa em Marrocos, particularmente em Safim, procuraremos, neste estudo, gizar a trajectória de Bentafufa. Um percurso cujo sentido tentaremos compreender à luz, não só da evolução das estratégias de poder e do complexo jogo de lealdades e de alianças, mas também da multiplicidade de experiências e vivências que as expansões marítimas europeias, designadamente ibéricas, configuraram.

O caso de Bentafufa ilustra a história de um homem que, sem arrenegar da fé em que nasceu e foi criado, escolheu colaborar com o «infiel» e invasor e, ao serviço dele, conduzir acções armadas contra / entre os seus «compatriotas» e irmãos de religião. E, em última análise, testemunha o drama de um homem que, pouco antes de morrer assassinado, confessava:

> Os Mouros dizem que sou cristão, e os Cristãos dizem que sou mouro, e assim estou em balanças sem saber o que hei-de fazer de mim, senão o que Deus quiser, e quem boa correição tiver Alá o salvará [12].

---

[10] Cf. capítulo V – «Os portugueses em Marrocos no tempo de D. Manuel», da *História de Portugal*, dirigida por Damião PERES, Barcelos, Portucalense Editora, 1931, pp. 485-499; a resenha biográfica de David Lopes, assente na *Crónica de D. Manuel* e em documentos não datados publicados nos *Textos em aljamía*, enferma de algumas imprecisões no ordenamento dos passos fundamentais da vida do alcaide.

[11] Para o estudo em apreço, só os dois primeiros tomos interessam: tomo I (Julho de 1486 a Abril de 1516), organizado por Pierre de CÉNIVAL, Paris, Paul Geuthner, 1934; tomo II (Maio de 1516 a Dezembro de 1526), organizado por David LOPES e Robert RICARD, Paris, Paul Geuthner, 1939.

[12] Carta de Bentafufa a D. Nuno, s.l., n.d. (escrita dos arredores de Safim, depois de 24 de Junho de 1517), IAN/TT, Casa dos Tratados, Documentos árabes, Caderno dos aljamiados; pub. David LOPES, *Textos em aljamía*, pp. 62-71, e *Sources Inédites*, II, pp. 106-110.

1. De Marrocos a Portugal – a ascensão de um caudilho (1506-1510)

Nada sabemos sobre a vida de Bentafufa até 1506, data em que emerge na vida política de Safim ligado a acontecimentos que, a breve prazo, levariam à conquista desta cidade pelos portugueses, em 1508.

O porto de Safim, sendo uma das principais escápulas da produção cerealífera das planícies meridionais de Marrocos, designadamente Duquela e Enxovia, desde cedo estimulou o interesse português. Interesse acrescido, à medida que a expansão marítima foi avançando para a África sub-sahariana e se foi constatando a importância da Berbéria como produtora de mercadorias de troca essenciais para o resgate do ouro e dos escravos da Guiné.

> Trigo, cavalos e panos de Marrocos eram as principais moedas de troca das feitorias de Arguim e da Mina. Dos têxteis – lambéis (*hambels*), alquicés (*haiks)* e aljarvias (*djebalas*) –, os mais apreciados eram os lambéis ou alambéis (semelhantes a mantas alentejanas), de tal modo que D. Manuel, ainda antes da conquista de Safim, ordenou que aí se instalasse uma manufactura [13].

Esta uma das razões fundamentais que explica que, a partir da segunda metade do século XV, se assista a uma progressiva intervenção portuguesa nestas regiões marroquinas, bem diferente, pelo menos nos meios, da estratégia de conquista e efectiva ocupação territorial que fora e continuava a ser seguida no norte de Marrocos, o chamado «Algarve de Além-Mar» [14].

Aproveitando a fragmentação política do território e a situação de insegurança de algumas cidades marítimas que se tinham emancipado do reino de Fez ou do emirado de Marráquexe, a Coroa portuguesa conseguiu nelas instalar feitorias, através de contratos previamente acordados com os seus moradores. Estes, a troco da garantia de protecção e de oferta de condições de comércio em Portugal semelhantes às que gozavam os mercadores portugueses, reconheciam a suserania da Coroa portuguesa, comprometiam--se ao pagamento de um tributo anual e a ceder, nas respectivas cidades, espaços adequados ao funcionamento de feitorias portuguesas. Deste modo, estabeleceram-se senhorios nominais em localidades como Anafé, Azamor, Safim e Meça. No caso de Safim, um primeiro contrato deste tipo teria sido feito por volta de 1450 ou 1460, ainda no reinado de D. Afonso V, posteriormente renovado por D. João II [15] e D. Manuel I [16]. As «cartas de

---

[13] Sobre o assunto ver o estudo pioneiro de Robert RICARD, «Le commerce de Berbérie et l'organisation économique de l'empire portugais aux XV et XVI siècles», *Annalles de l'Institut d'Études Orientales de la Faculté des Lettres d'Alger*, II, 1936, pp. 266-290; reed. *Études sur l'Histoire des Portugais au Maroc*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1955, pp. 81-114.

[14] Sobre as diferentes estratégias de expansão portuguesa em Marrocos, no séc. XV, ver António Dias FARINHA, *Portugal e Marrocos no séc. XV*, dissertação de doutoramento, apresentada à Faculdade de Letras de Universidade de Lisboa, Lisboa, 1990, 3 volumes (policopiado), designadamente, pp. 286-292 e 306-310 do vol. I.

quitação» passadas por D. Manuel aos seus feitores de Safim, desde 1491 até à conquista da cidade, em 1508, permitem avaliar a importância comercial de que se revestiu esta região na economia do império [17].

No entanto, na primeiras décadas do século XVI, verifica-se uma viragem na estratégia de intervenção portuguesa no Marrocos meridional, a qual não pode deixar de relacionar-se com a política imperial de D. Manuel [18] e com o que poderá considerar-se o projecto recorrente de conquista do reino de Fez, que, apesar dos sucessivos adiamentos, bloqueios e insucessos, foi um sonho que alimentou um «mito» nacional e religioso português até, pelo menos, os finais do século XVI [19].

Resolvidos com Castela os problemas de partilha da conquista do Norte de África pelos tratados de Alcáçovas/Toledo (1479-1480) e de Tordesilhas (1494) e, mais tarde, pelo convenção de Sintra (1509), o rei D. Manuel teve como primeira preocupação o estabelecimento de fortificações ao longo de toda esta costa marítima. Naturalmente, estas fortificações foram erguidas de preferência nos lugares onde já existiam feitorias portuguesas. Assim, conseguiu autorização para construir uma fortaleza em Meça, logo em 1497. Tentou alcançar similar autorização em Mazagão e Azamor, cerca de 1502, e ainda uma outra vez nesta última cidade, em 1505. Conseguiu erguê-las em Santa Cruz do Cabo de Guer (Agadir), em 1505; Castelo Real de Mogador, em 1506; Safim, em 1507; e Aguz, cerca de 1508. Na maioria dos casos, estas fortalezas foram o primeiro passo para uma posterior conquista dos lugares ou cidades em que as mesmas tinham sido instaladas, e, no seu conjunto, tornaram-se as bases a partir das quais se procurou estender o domínio português para o interior. Um plano que, na região, visava a conquista do emirado de Marráquexe, e se integrava numa estratégia mais lata de cerco e ataque pelo sul ao reino de Fez.

No caso de Safim, foi no conturbado processo que envolveu a construção

---

[15] Carta patente de D. João II, datada de Setúbal, 16 de Outubro de 1488, IAN/TT, *Corpo Cronológico*, p. I, m. 1, doc. 43, pub. A. BAIÃO, cit., pp. 3-9, e *Sources Inédites*, I, 25-30.

[16] Cartas patentes do rei D. Manuel, datadas de Setúbal, 12 de Abril de 1496, e de Lisboa, 9 de Dezembro de 1500; IAN/TT, Gaveta 15, maço 5, n.º 17, pub. em *Sources Inédites*, I, pp. 57- 62.

[17] Cf. «Cartas de quitação del Rei D. Manuel», publicadas por Anselmo Braamcamp FREIRE, *Archivo Histórico Portuguez*, Lisboa, vols. I a V e VIII a X, 1903-1916. Sobre a importância económica de Safim, antes e após a conquista portuguesa, veja-se ainda Ahmed BOUCHARB, «A importância de Safi no império comercial português», *Mare Liberum*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, n.º 7, Março de 1994, pp. 193-201.

[18] Sobre a política imperial de D. Manuel e a sua estratégia de «cerco» ao Islão, através das campanhas militares em Marrocos e no Índico, ver Luís Filipe THOMAZ, «L'idée impériale manuéline», *La Découverte Portugaise et l'Europe*, Actes du colloque, Paris, les 26, 27 et 28 mai 1988, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian / Centre Cultural Portugais, 1900, pp. 35-103.

[19] Cf. Marcel BATAILLON, «Le rêve de la conquête de Fês et le sentiment impérial portugais au XVI siècle», *Mélanges d'études luso-marocaines dédiés à la mémoire de David Lopes et de Pierre de Cénival*, Lisboa, Institut Français au Portugal, 1945, pp. 31-39.

da fortaleza que os portugueses, explorando as rivalidades e intrigas entre facções da cidade, levaram a cabo a conquista da cidade.

A partir de 1498, começam a tornar-se claras as intenções de efectiva ocupação [20], as quais foram, em certa medida, aceleradas pelas tentativas castelhanas de intervenção política na região. Jogando com as ambições políticas Aziate (Yahya ez-Zayyat) e Abderramão (Abd er-Rahman), os dois sobrinhos de Amadux ben Farão (Ahmed ben Ali), o velho alcaide da cidade, usaram ora um ora outro, para levar a cabo os seus intentos. Levou a melhor Abderramão que, com o apoio português, afastou Aziate, assassinou o tio e assumiu o governo da cidade, em 1498-1499.

Não se apaziguou, no entanto, a situação com o novo alcaide, pois durante o seu mandato Abderramão sempre se opôs à instalação da feitoria portuguesa em espaço fortificado, num braço-de-ferro que progressivamente o empurrou para as fileiras daqueles que eram hostis à intervenção portuguesa na cidade. Seu primo, Aziate, suspeito de inicialmente ter ligações com interesses castelhanos na região, procurou aproveitar a ocasião, movendo influências junto da Coroa portuguesa para o substituir, a troco de várias promessas: i) reconhecimento da suserania portuguesa por parte de algumas tribos de Almedina e do emir de Marráquexe; ii) garantia de que, uma vez alcaide de Safim, autorizaria a construção de uma fortaleza na cidade. Inclusivamente, deslocou-se a Portugal e logrou convencer D. Manuel que, em 1505, encarregou o comandante da armada do Estreito, Garcia de Melo, de o acompanhar até Safim, para destituir Abderramão. Sem sucesso, todavia, e seria afinal Ali Xemen ou Aliadux (Ali ben Oachman), um servidor do alcaide, que como seu delegado já estivera em Portugal, quem acabaria por o destronar [21]. Para o efeito, conluiou-se com Bentafufa e, a pretexto de um drama doméstico [22], assassinou Abderramão. É a propósito deste acto que Bentafufa aparece pela primeira vez citado nas fontes. Segundo alguns testemunhos, limitou-se a apoiar Ali Xemen; segundo outros, foi com ele executante do assassínio. Seja como for, interesses políticos os moveram, pois ambos são dados como chefes de importantes facções da cidade e, de imediato, ambos tomaram conta do poder.

No período conturbado que se seguiu a estes sucessos, que teriam ocorrido no final do ano de 1506, os dois jovens caudilhos tiveram como primeira preocupação garantir a sua posição através do reconhecimento da

---

[20] Denuncia essa intenção a bula do papa Alexandre VI, datada de 17 de Junho de 1499, fixando os limites da diocese de Safim e nela integrando as povoações de Azamor, Almedina, Tite e Mazagão.

[21] Foi ele que se deslocou a Portugal, em 1500, para obter a confirmação da investidura da Abederramão no cargo de alcaide da cidade, sendo, na carta de D. Manuel, apresentado como «parente e criado» do dito Abederramão. Cf. Carta patente de D. Manuel, Lisboa, 9 de Dezembro de 1500, IAN/TT, Gaveta 15, m. 5, d. 17, pub. em *Sources Inédites*, I, pp. 57-62.

[22] Segundo Leão Africano e Damião de Góis, o pretexto foi a oposição que Abderramão fazia às relações amorosas de uma sua filha com Aliadux, que passavam pela ameaça do o mandar matar.

Coroa portuguesa. Recorreram a Diogo de Azambuja, o célebre fundador da fortaleza de S. Jorge da Mina, que ao tempo era capitão de Castelo Real de Mogador. Este, depois de uma breve passagem por Safim, conduziu a Portugal uma delegação de quatro notáveis da cidade, chefiada pelo próprio Ali Xemen. Período de tempo em que Bentafufa ficou em Safim como único alcaide.

Esta delegação, acompanhada mais uma vez por Diogo de Azambuja, regressou a Safim em finais de Julho de 1507. Um pouco antes, já aí ancorara a armada do Estreito, capitaneada por Garcia de Melo, indício claro de que se preparava acção armada, caso os dois alcaides não cumprissem as exigências portuguesas de construção de uma fortaleza na cidade. E, de facto, foram as resistências colocadas, quer por Bentafufa quer por Ali Xemen, ao cumprimento da promessa, feita sob pressão da necessidade, que serviram de pretexto para a consumação da conquista. Ardilosamente, Azambuja e Garcia de Melo atiçaram rivalidades entre os dois alcaides. Começaram por tentar desenvencilhar-se de Bentafufa, o primeiro que, secretamente, induziu as gentes da terra a não transportar os materiais necessários às obras, convencendo Ali Xemen a introduzir na cidade a tribo dos Beniméguer [23] para assassinar Bentafufa e pilhar as casas dos seus partidários. Este, ignorando a conivência portuguesa no golpe, acolheu-se à protecção da feitoria, de onde, ao fim de oito dias, foi enviado para Portugal. Todos estes sucessos, que são contados com bastante pormenor por Leão Africano e Damião de Góis, ocorreram antes de 13 de Agosto de 1507.

Despachado Bentafufa, Ali Xemen ficou como único alcaide da cidade, mas também ele, embora inicialmente apoiado por Azambuja, começou a hostilizar os trabalhos de construção. E, mesmo que o não fizesse, a ruptura era inevitável, pois, como se disse, o objectivo português era mesmo a conquista da cidade, que acabou por concretizar-se entre Janeiro e Março de 1508. Ali Xemen foi deposto e Diogo de Azambuja assumiu o cargo de primeiro governador português, tendo exercido um curto mandato de cerca de um ano, marcado por prepotências e violências que provocaram a fuga da grande parte dos habitantes de Safim [24].

A conduta de Bentafufa em vésperas de ser despachado para Portugal valeu-lhe importantes apoios locais. Deduz-se, por outro lado, que a sua «viagem» forçada a Portugal contribuiu de algum modo para a idealização

---

[23] Sob várias formas, aparece ortografado o nome desta tribo berbere que também é o de uma montanha situada cerca de 40 km a sudoeste de Safim, na margem direita do rio Tensift: Benimagre (Góis), Beni Maker (Ibn Kaldun), Benimegher (Leão Africano). Cf. *Sources Inédites*, I, p. 193, nota 1.

[24] Para além das obras citadas de Leão Africano e de Damião de Góis que fornecem a informação mais detalhada sobre o processo que desembocou na conquista da cidade, podem encontrar-se sínteses sobre o assunto em: Durval Pires de Lima, *História da dominação portuguesa em Çafim (1506-1542)*, Lisboa, Imprensa Lucas, 1930; David Lopes, «Os portugueses em Marrocos no tempo de D. Manuel», *História de Portugal*, cit., pp. 413 e segs.; e «La conquête de Safi par les portugais, 1508», *Sources Inédites*, I, pp. 151-161.

da imagem que dele retiveram as gentes da terra, não manchada pelo jogo de golpes, intrigas e traições que caracterizou a vida da cidade nos meses que antecederam a conquista e o seu primeiro ano de administração portuguesa.

Com efeito, pouco depois da sua partida de Safim para Portugal, os moradores e os alarves da cidade, as cabildas de Regraga e Duquela [25], assim como vinte «adiantados» (alcaides), escreveram a D. Manuel, queixando-se de Ali Xemen e solicitando a sua substituição por Bentafufa. Asseveram serem falsas as suspeitas contra ele levantadas por Azambuja, que acusam de estar a impor-lhes, «com a espada e per força», um alcaide – Ali Xemen – que traiu os seus amigos e a cidade, metendo nela ladrões (os Beniméguer) que mataram e roubaram a sua população. Face ao crescente despovoamento e ao estado de anarquia em que se encontra Safim (confirmado aliás por agentes comerciais portugueses) [26], só vêem uma solução, caso o monarca deseje vê-la repovoada de mouros: substituir Ali Xemen por Bentafufa [27].

Dois anos mais tarde, já após a conquista portuguesa e em tempo em que cidade era governada pelo sucessor de Azambuja, Pedro de Azevedo, novo apelo dos habitantes de Safim, acompanhado de longa listagem das «perfídias» cometidas por Azambuja, de que resultou o abandono da cidade por parte de muitos árabes pobres e berberes e o receio que os árabes e berberes do campo tinham de a ela irem negociar. Curiosamente, os subscritores desta carta assumem-se como representantes de um todo, constituído pelas tribos dos Abida, dos Regraga, dos Retnana e dos Duquela, que tem como inimigo comum os Beniméguer. Neste conjunto, relevam o importância económica dos árabes do campo, designadamente a tribo dos Abida [28], cuja actividade de cultura e armazenamento de cereais asseveram fundamental para a prosperidade da cidade. Por fim, reconhecendo a necessidade da existência de uma figura que servisse de intermediário entre os muçulmanos e os cristãos e estabelecesse a paz com os árabes do campo, sugerem o nome de

---

[25] De acordo com anotação à publicação desta carta, em *Sources Inédites*, tanto os Regraga como os Duquela eram cabildas (tribos) berberes. No entanto, tendo em consideração a ocupação da região da Duquela por tribos árabes, a partir do século XIII, e o rechaço da população berbere para as cidades e aldeias e para algumas regiões montanhosas, fica a dúvida se a passagem em causa remete para as tribos árabes que habitavam a Duquela ou para elementos berberes que subsistiam na região. Cf. *Sources Inédites*, I, p. 136, nota 1.

[26] Cf. cartas de João Lopes Alvim e de Cristóvão de Almeida, feitores em Safim, a D. Manuel e de Nuno Ribeiro, encarregado de compra de trigo e venda de mercadorias em Safim, dirigida ao mesmo monarca, escritas de Safim e datadas, respectivamente, de 25 e 27 de Dezembro de 1507, IAN/TT, Cartas dos Governadores de África, n.º 39, e *Corpo Cronológico*, p. I, m. 7, doc. 74, pub. em *Sources Inédites*, I, pp. 145-148 e 149-150.

[27] Carta dos habitantes de Safim a D. Manuel, Safim, 13 de Agosto de 1507, Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL), ms. 7638, n.º 63, pub. David LOPES, *Textos*…, cit., pp. 82-83, e *Sources*…, cit., I, pp. 136-138.

[28] Tribo árabe que partilhava com os Garbia os territórios envolventes de Safim. Cf. *Sources Inédites*, I, p. 194, nota 3.

Bentafufa, nos seguintes termos:

> Pusemo-nos à procura do homem em questão e não encontrámos ninguém melhor, mais fiel, mais sincero e mais isento de todo o vício, que o xeque Yahya ben Ta'fuft [29].

Apesar destes apelos, Bentafufa permaneceu em Portugal. Mas, sem dúvida, eles terão pesado para que, mais tarde, fosse nomeado alcaide dos «mouros das pazes» de Safim com alçada sobre a Garabia e a Abida, cargo que começou a desempenhar em 1511.

Quanto à sua estadia em Portugal pouco ou mesmo nada se sabe. No entanto, decisões e intervenções posteriores de D. Manuel permitem concluir que ganhou a confiança do monarca português e que desenvolveu rede de relações e influências. Assim o asseverava, anos mais tarde, Nuno Fernandes de Ataíde, governador de Safim, em carta dirigida ao monarca:

> E o muito favor, Senhor, qu'este Mouro cá tomou demasiado, que não cumpre a vosso serviço, de lá me parece, Senhor, que lhe veio [ou seja, da estadia no Reino], e lho trouxeram estes Judeus seus amigos [30].

2. Entre Mouros e Cristãos – um alcaide controverso (1511-1516)

Em 1511, Bentafufa regressou a Safim. Provavelmente desembarcou no Norte de África em 1510, mas teria permanecido algum tempo em Conte, nas proximidades do cabo de Cantim. O facto de não se registar a sua presença entre os combatentes que defenderam Safim no cerco que lhe foi posto entre Dezembro de 1510 e Janeiro de 1511, permite concluir que teria entrada na cidade depois desta última data, para exercer as funções de alcaide dos «mouros das pazes». Era então capitão de Safim Nuno Fernandes de Ataíde, que se notabilizou não só pelas proezas militares, que lhe valeram o cognome de «o nunca está quedo», como também pela sua acção governativa, assim caracterizada por Pierre de Cénival:

> Il fut le principal artisan de la politique audacieuse et nouvelle qui assura au Portugal, pendant quelques années, de si brillants succès dans le royaume de Marrakech. Au lieu d'user à l'égard des indigènes des procédés violents et perfides de Diogo de Azambuja, il sut leur inspirer confiance, en faire des fidèles alliés et tributaires du Portugal et organiser les tribus

---

[29] Carta dos habitantes de Safim a D. Manuel, Safim, 2 de Julho de [1509], IAN/TT, Casa dos Tratados, Documentos árabes, pub. *Sources*…, cit., I, pp. 177-201.

[30] Carta de Nuno Fernandes de Ataíde a D. Manuel, Safim, 19 de Agosto de [1512], IAN/TT, Cartas dos Governadores, 317, pub. David Lopes, *Textos*…, cit., pp. 122-127, e *Sources*…, cit., I, pp. 337-352, citação colhida na p. 353.

> d'entre Safi et Marrakech. Réalisant ainsi, de 1510 à 1516, une première expérience de politique de protectorat [31].

Sublinhe-se que a primeira experiência de criação de uma área de mouros tributários ocorreu em Alcácer Ceguer, nos primeiros anos da década de 1460, quando era capitão da fortaleza D. Duarte de Meneses [32]. Segundo Gomes Eanes de Zurara, foram os próprios xeques locais que solicitaram a protecção portuguesa a troco de um tributo anual [33]. Uma experiência que, embora se tenha estendido a outras praças do norte de Marrocos, designadamente Arzila e Tânger [34], nunca teve a dimensão e a projecção alcançadas na região meridional, nem tão-pouco houve da parte da população o compromisso de, em caso de necessidade, participar nas acções militares portuguesas em Marrocos, como aconteceu na área circundante de Safim.

Nos documentos de chancelaria de D. Afonso V estes mouros começam por ser designados «mouros tributários». A fórmula «mouros das pazes», embora já utilizada por Zurara, é mais corrente na chancelaria de D. João II. No período manuelino, além destas duas formas, encontram-se muitas outras de sentido semelhante, como: «terras das pazes», «mouros em nossa paz e serviço», «mouros assentados em nossa paz»; só muito esporadicamente aparece a designação «mouros de pazes» ou «mouros de as pazes».

Por outro lado, a formação de uma vasta área de intervenção portuguesa no sul de Marrocos, exceptuando o enclave de Santa Cruz do Cabo de Guer, revestiu-se de outras especificidades que não podem deixar de relacionar-se com as características geográficas da região. Extensas planícies habitadas por tribos nómadas ou semi-nómadas, salpicadas de povoados, habitados predominantemente por berberes sedentários. Era difícil gerir estes espaços,

---

[31] Sobre Nuno Fernades de Ataíde, ver o estudo biográfico de André Pinto S. D. TEIXEIRA, «Nuno Fernandes de Ataíde, o nunca esta quedo, capitão de Safim», *A Nobreza e a Expansão – estudos biográficos*, coord. de João Paulo Oliveira e COSTA, Cascais, *Patrimónia*, 2000, pp. 159-205.

[32] O tratado entre o capitão de Alcácer e os mouros de algumas aldeias dos arredores de Alcácer, embora não datado, considera-se que foi firmado em 1463, embora já no ano anterior, mais precisamente em 1462, D. Afonso V tenha feito mercê a D. Duarte de Meneses, capitão de Alcácer, e a seu filho, D. Henrique, dos direitos de comércio e dos tributos pagos pelos mouros, IAN/TT, Chancelaria de D. Afonso V, l. 1, f. 105, doc. 1, pub. A. D. FARINHA, *Portugal e Marrocos*…, cit., vol. II, pp. 256-257.

[33] Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, edição diplomática de Larry King, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Universidade Nova de Lisboa, 1978, cap. CXXXI, pp. 316-321, onde publica o referido tratado, do qual existe testemunho manuscrito, conservado no IAN/TT, Manuscritos da Livraria, n.º 520, fls. 194-195, que é reproduzido por A. D. FARINHA, *Portugal e Marrocos*…, cit., vol. II, pp. 261-263.

[34] As cartas de mercê das capitanias de Alcácer Ceguer, Arzila e Tânger, da segunda metade do século, confirmam que os capitães tinham direito ao quinto destes tributos. O documento mais significativo para avaliação deste tributos é a carta de quitação de Luís Esteves, almoxarife de Alcácer Ceguer, nos anos de 1481 a 1485, IAN/TT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 4, fl. 1551v, doc. 2, Lisboa, 1 de Agosto de 1486, pub. por P. M. Laranjo COELHO, *Documentos Inéditos de Marrocos. Chancelaria de D. João II*, Lisboa, Academia das Ciências, 1943, pp. 197-198.

como reconhece o rabino Abrãao: «las cosas de las cabilas (tribos) non se pueden fazer como donde ay una cabeça» [35], razão que teria determinado o recurso à figura do alcaide principal, ou seja, um agente que, além das funções de intermediário, tinha alçada sobre os alcaides tribais. Bentafufa foi o primeiro destes alcaides e, por duas vezes, teve alçada sobre toda a Duquela. No entanto, as desavenças entres confederações tribais e os inevitáveis problemas entre as chefias portuguesas acabaram por determinar a divisão da Duquela em duas zonas, cada uma delas com o seu alcaide principal: Xerquia, com extensões na Enxovia, sob alçada do governador de Azamor; Garabia e Abida, com extensões na Xiatima (entre Mogador e Aguz), sob alçada do governador de Safim. Falharam as tentativas de constituição de uma área autónoma em Xiatima: a primeira, em 1510, quando Nicolau de Sousa recebeu a capitania de Mogador, fortaleza que se perdeu logo no final desde mesmo ano [36]; a segunda, em 1515, quando o filho de Diogo de Azambuja projectou assumir a capitania de Aguz [37].

Mas, como salienta Pierre de Cénival, é com Nuno Fernandes de Ataíde que se dão os passos mais consistentes para a formação e organização de um protectorado na região. Sem dúvida grande parte do sucesso alcançado pelo capitão de Safim deveu-se à colaboração prestada por Bentafufa, servindo, como escreve o próprio Ataíde, de «terceiro entre mim e os mouros». Nessa qualidade, ajudou o governador português a organizar uma vasta zona de apoio indígena na região circundante de Safim que, embora não se possa delimitar com rigor, pois tinha uma base de apoio mais tribal do que geográfica, chegou a abarcar um vasto território que se estendia desde o rio de Azamor – o Morbéa (Umm al-Rabi) –, ao norte, até Tensift, ao sul, e da costa atlântica até aos arredores da cidade de Marráquexe [38].

Embora a protecção e submissão que os «mouros das pazes» solicitavam, ou se viam forçados a aceitar, colhesse de um estado endémico de guerra que, por isso, interessava fomentar, e a manutenção do protectorado dependesse em grande parte do prestígio e da força dos portugueses no terreno: «Senhor, a vontade desta gente de Duquela tenho bem sabida, tanto que Vossa Alteza não tiver boa força de gente com boas arreféns (…) fazendo-a

---

[35] Carta do Rabi Abrão a D. Manuel, Safim, 3 de Janeiro de 1511, IAN/TT, Gaveta 20, m. 1, n.º 21, pub. em *Sources Inédites*, I, pp. 281-283. Como provou José Alberto Tavim (*Os Judeus na Expansão Portuguesa em Marrocos durante o séc. XVI*, Braga, Edições APPACDM distrital de Braga, 1997, 195-203), este «Rabi Abrãao» não é Abrão Benzamerro, tal como aparece identificado *Sources Inédites*, mas sim Abrãao Rute.

[36] Carta patente de D. Manuel a Nicolau de Sousa, Almeirim, 12 de Maio de 1510, IAN/TT, *Livro das Ilhas*, f. 129, pub. *Sources Inédi*tes, I, pp. 226-229.

[37] Cf. Carta patente de D. Manuel a Diogo de Azambuja (filho), Almeirim, 18 de Janeiro de 1515, IAN/TT, *Chancelaria de D. João III*, liv. 47, fl. 127, pub. em *Sources Inédites*, I, pp. 672--675 (a capitania do castelo de Aguz fora doada, de juro e de herdade, a Diogo de Azambuja e a todos os seus descendentes por linha direita masculina, em 1508).

[38] Robert Ricard, «Duquela», *Dicionário de História de Portugal*, dir. de Joel Serrão, Porto, s.d., p. 344.

conhecerem e gostarem o bem da paz, não hão-de ser fiéis», sustentava Nuno Fernandes de Ataíde, «teoria» que é defendida até à exaustão pela grande maioria dos responsáveis políticos e militares portugueses na região [39]; o que é certo é que a experiência, enquanto durou, alimentou esperanças de ir mais longe e rendeu à Fazenda real e aos seus agentes bons proveitos. Aos muitos cativos, gado, cereais, manteiga, mel etc., obtidos em cavalgadas e entradas, vinha agora juntar-se o tributo, sobretudo em cereais e gados, pagos pelos «mouros das pazes».

> Só uma entrada, que levou as tropas portuguesas e dos «mouros das pazes» de Safim até às proximidades do Alto Atlas em perseguição de aduares de mouros que se iam juntar ao Xerife, rendeu: 420 cativos, 10 000 cabeças de gado miúdo, 6000 de gado vacuum, 500 camelos, 600 asnos, 60 cavalos e 5 éguas [40].

Damião de Góis, que teve acesso a cartas e livros de contas de contadores, feitores e almoxarifes de Safim, apresenta alguns valores para os primeiros anos do governo de Nuno Fernandes de Ataíde, na ordem das mil cargas de camelo de trigo e cevada e quatro cavalos por tribo [41]. O livro de receita de Pedro Álvares Faria, recebedor dos mantimentos de Azamor, anota que só os mouros de Tite deveriam pagar um tributo de 400 camelos em trigo e 100 camelos em cevada, registando, nos meses de Setembro a Novembro de 1513, entregas de cerca de 600 fangas de trigo e 10 500 de cevada [42].

Mas apesar dos resultados obtidos, cedo começaram a surgir desentendimentos entre Ataíde e Bentafufa. O primeiro não era homem para partilhar as rédeas do poder, nem tão-pouco os louros das vitórias alcançadas nos campos de batalha. Por seu lado, Bentafufa também não era alcaide para se ficar, tal como pretendia Ataíde, pelo papel «terceiro» entre o capitão e os mouros e pela arrecadação dos tributos [43].

As primeiras queixas de Ataíde contra Bentafufa, de que se possui registo escrito, datam de Agosto de 1512. E embora não se conheça escrito de Bentafufa que refute as acusações do capitão, sabe-se, por carta do monarca portu-

---

[39] Carta de Nuno Fernandes de Ataíde a D. Manuel, Safim, 19 de Agosto de [1512], IAN/TT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 317, pub. D. Lopes, *Textos*…, cit., pp. 122-137, e *Sources Inédites*, I, pp. 337-353 (transcrição colhida na p. 343).

[40] Carta de Nuno Fernandes de Ataíde a D. Manuel [Safim, 15 de Fevereiro de 1514], BNL, ms. 7638, n .º 64, fl. 123, pub. em *Sources Inédites*, I, pp. 480-481.

[41] D. Góis, *Crónica de D. Manuel*, cit., liv. III, cap. 14.

[42] Livro de receita de Pedro Álvares Faria, ano 1513, IAN/TT, Núcleo Antigo, pasta 600 A, dados pub. Maria Augusta Lima Cruz, *Os Portugueses em Azamor (1513-1541)*, dissertação de licenciatura, Lisboa, Faculdade de Letras, 1967 (policopiado), cap. II, título 4 – «O abastecimento da cidade».

[43] Carta de Luís de Ataíde a D. Manuel, Safim, 19 de Agosto de 1512, IAN/TT, *Cartas dos Governadores de África*, 317, pub. D. Lopes, *Textos*…, cit., pp. 122-137, e *Sources*…, cit., I, pp. 337-353.

guês, que também ele teria apresentado a sua versão. É bem provável ainda que outros testemunhos favoráveis a Bentafufa tenham sido remetidos também para o Reino, pois numa das suas primeiras cartas Ataíde diz expressamente: «e por me parecer que nisto entravam alguns amigos cristãos do dito Heha, que quererão escrever, da sua parte deste Mouro ou por si, como em alguma maneira ao seu entender…» [44]

Além das cartas que escreveu, Ataíde instruiu um verdadeiro processo contra Bentafufa, em que incluiu as provas das suas acusações: nomeações de almocadéns em que Bentafufa se arrogava as atribuições de governador de Safim, depoimentos vários de judeus e sobretudo de muçulmanos, alguns dos quais designados como «mouros principais».

Resumindo, Bentafufa era acusado de exceder as suas competências e de constantemente desautorizar Ataíde. Sem consultar o governador português, nomeava alcaides e almocadéns, estabelecia os contribuições que cada tribo deveria pagar, intitulava-se e deixava que o intitulassem «rei dos mouros». Mais: desviava, em proveito próprio, tributos e presentes devidos ao rei de Portugal, o que lhe permitia ter «muito com que peitar» e ganhar ascendente sobre as populações locais. Neste particular, suspeita Ataíde que beneficiava da ajuda de alguns judeus, por considerar que «levar esta negociação tão ordenada não é de Mouro, mas cuido que é de Judeus seus amigos, que de parte desta fazenda se logram» [45]. No mesmo conjunto de acusações se inscreve carta endereçada pelo rabino da cidade, Abraão Rute, a personalidade do reino sobre a actuação de Bentafufa, em que, depois de mais um rol de denúncias, conclui que «não é cosa que cumpre a seu serviço (do monarca português) ter Moro senhorio nenhum» [46].

Ao longo deste primeiro processo acusatório, que se desenvolveu até inícios do ano de 1513, foi subindo o tom das acusações, de tal modo que Bentafufa já não era só acusado de ambição excessiva de poder, mas também de traição, conspirando contra os portugueses e trocando correspondência com o rei de Marráquexe e com os marabutos, aos quais afirmava que era «Mouro e mais que Mouro», e assegurava que só aceitava servir os cristãos para um dia ganhar o poder que lhe daria forças para os aniquilar.

A reacção da D. Manuel à gravidade destas acusações indicia que as não levou totalmente a sério. Fez chegar a Nuno Fernandes de Ataíde uma carta dirigida a Bentafufa, para que lha entregasse quando achasse mais conveniente. Nela, o monarca português manifesta o desejo de se inteirar dos factos pela boca de Bentafufa: «folgaremos de logo vos virdes a nós pera nos falardes de vossas cousas e vos ouvirmos em tudo, com aquela boa vontade

---

[44] *Idem*, *ibidem*.

[45] Cfs. carta de Nuno de Ataíde citada na nota anterior.

[46] Carta do rabino Abraão, Safim, 12 de Outubro de [1512], IAN/TT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 69, pub. em *Sources Inédites*, I, pp. 357-361. Sobre a identidade deste rabino, ver nota 35.

que sempre vos tevemos e temos». Significativo que acrescente: «E além de pelo que vos cumpre folgarmos virdes a nós, ainda nos prazerá pera falarmos convosco nas cousas dessa cidade e dos Mouros, e nos dardes em tudo vosso parecer e conselho…» [47] O tom não deve ter agradado a Nuno Fernandes de Ataíde que não a entregou de imediato a Bentafufa.

A reacção de D. Manuel tem uma explicação. Por outras vias, chegavam-lhe também informações bem diferentes sobre o comportamento do alcaide. Figuras de peso, entre as quais sobressai D. Rodrigo de Noronha – conhecido pela alcunha de «o aravia», em virtude dos seus conhecimentos da língua árabe –, que era um dos grandes amigos de Bentafufa. Companheiro de campanhas militares do alcaide, foi também o seu principal defensor junto do monarca português. Uma relação de amizade que Nuno Fernandes de Ataíde não se cansava de criticar nas suas cartas. D. Rodrigo, afirmava ele, é tão amigo de Bentafufa que não tem dúvidas em «desculpar a ele e culpar a mim, sendo eu Cristão e ele Mouro» [48]. E, numa outra passagem, referindo-se àqueles que defendiam Bentafufa em Portugal, assevera que eles só o podiam fazer por ignorância da situação ou por serem contra o próprio Ataíde, «pois fazerem-no pelo Mouro, isso é contra natureza» [49].

Pouco se sabe sobre este D. Rodrigo de Noronha, que era filho primogénito de D. Luís de Noronha, comendador de Sines da Ordem de Santiago. Casou com D. Joana, filha de Rui Penteado, almoxarife dos escravos da Guiné e foi comendador de Arguim da Ordem de Cristo [50].

Mas, de entre os portugueses que tinham experiência de Marrocos, não era só D. Rodrigo de Noronha a testemunhar a lealdade e o bom trabalho desenvolvido por Bentafufa. Há muitas outras cartas, escritas por agentes portugueses com conhecimento e responsabilidade no terreno, muito elogiosas para o alcaide. Veja-se, a título de exemplo, o testemunho de Heitor Gonçalves, asseverando que «Yhye Tafu anda em companhia d'eles (*Mouros*) e é homem que faz cá as cousas de Vosso serviço (*dirige-se a D. Manuel*) muito inteiramente, porque lhe têm os Mouros muito acatamento, porque é mouro como eles» [51]. Ou o de António Silva, inserto em carta de António Correia, contando os aliciamentos do irmão do rei de Fez a Bentafufa, pro-

---

[47] Carta de D. Manuel a Bentafufa, datada de Évora, 22 de Novembro de 1512 e posteriormente alterada para Almeirim, Agosto de 1514, IAN/TT, *Corpo Cronológico*, p. I, m. 12, doc. 13, pub. D. Lopes, *Textos*…, cit., pp. 100-102, *e Sources Inédites*, I, pp. 596-597.

[48] Carta de Nuno Fernades de Ataíde a D. Manuel, Safim, 12 de Setembro de 1514, IAN/TT, *Corpo Cronológico*, I, maço 16, n.º 13, pub. David Lopes, *Textos*…, cit., pp. 95-100, A. Baião, *Documentos*…, cit., pp. 120-124, e *Sources*…, cit., I, pp. 630-637.

[49] Carta de Nuno Fernades de Ataíde a D. Manuel, Safim, 16 de Outubro de 1514, IAN/TT, Gaveta 15, maço 16, n.º 32, pub. em *Sources*…, cit., I, pp. 642-648.

[50] Estes dados resultam de pesquisa feita por André Pinto S. D. Teixeira, a quem expresso o meu agradecimento pela informação fornecida.

[51] Carta de Heitor Gonçalves a D. Manuel, Safim, 15 de Dezembro de 1512, IAN/TT, *Cartas dos Governadores de África*, 105, pub. em *Sources*…, cit., pp. 366-369.

pondo-lhe «que se alevantasse das pazes e quisesse ser com ele e que lhe perdoaria o mal que tinha feito aos Mouros e lhe faria muito bem»; ao que o alcaide teria respondido «que lhe não mandasse mais tal recado, se não mataria quem lho trouxesse, porque ele não havia de ser senão vassalo de Vossa Alteza (D. Manuel)» [52].

Supõe-se, como já foi dito, que a outros testemunhos, orais e escritos, teria tido acesso Damião de Góis que, na *Crónica de D. Manuel*, apresenta uma versão bastante favorável ao alcaide. Por exemplo, em carta escrita a D. Manuel, narrando ataque contra alguns aduares do Alto Atlas, ocorrido em 1514, Nuno Fernandes de Ataíde apresenta-se como o principal obreiro do empreendimento. Ora na versão de Góis, consignada na referida crónica, o destaque vai para as actuações de Bentafufa e de Lopo Barriga, adail, sendo que a intervenção de Ataíde se confina ao envio de reforços militares [53].

Outro sinal da posição de D. Manuel, relativamente a este conflito entre governador e alcaide, encontra-se na doação feita a Bentafufa dos rendimentos e direitos da localidade de Cernu (18 quilómetros a nordeste de Safim), como recompensa pelos combates vitoriosos contra as tropas do rei de Fez que, em Abril de 1514, tentaram saquear os campos da Duquela, na qual sublinha:

> sempre tivemos inteira confiança que havíamos de ter em vós mui fiel e verdadeiro vassalo e servidor, e temos recebido muito prazer de vermos que corresponderam até aqui vossos serviços com a confiança que de vós sempre tivemos, nos quais nos tendes mostrado coração limpo e de muito leal e verdadeiro vassalo [54].

Mas Ataíde não era homem para facilmente desistir. Cerca de dois anos após as primeiras incriminações contra Bentafufa, alegando suspeitar que este se preparava para o assassinar traiçoeiramente, despachou-o para Portugal, utilizando para o efeito a carta que D. Manuel anteriormente lhe remetera, na qual a data de 1512 foi manifestamente alterada para 1514. Bentafufa abalou de Safim em finais de Agosto de 1514 e, pouco antes da sua partida, seguiria também para o Reino novo libelo. As mesmas acusações de 1512, acrescidas agora de provas da responsabilidades de Bentafufa no assassínio do judeu Dardeiro (intérprete de Safim), no levantamento de

---

[52] Carta de António Correia a D. Manuel, Tavira, 10 de Maio de 1514, IAN/TT, *Corpo Cronológico*, I, maço 15, doc. 15, pub. em A. Baião, *Documentos*..., cit., pp. 88-89, e *Sources*..., cit., I, pp. 549-551.

[53] Carta de Nuno Fernandes de Ataíde a D. Manuel, s.l., n.d. (Safim, cerca de 15 de Fevereiro de 1514), Biblioteca Nacional de Lisboa, ms. 7638, n.º 64, fól. 123, e Biblioteca Pública de Évora, ms. CIII/2-20, fól. 47, pub. *Sources*..., cit., I, pp. 480-481; Damião de Góis, *Crónica*..., cit., vol. III, cap. 49, pp. 230-231.

[54] Carta de D. Manuel a Bentafufa, Lisboa, 25 de Agosto de 1514, IAN/TT, *Corpo Cronológico*, I, maço 15, n.º 118; pub. em D. Lopes, *Textos*..., cit., pp. 83-85, e *Sources*..., cit., I, pp. 601-602.

algumas tribos aquando da conquista de Azamor, assim como despovoamento de Almedina [55].

Bentafufa permaneceu em Portugal cerca de dois anos – desde finais do mês de Agosto de 1514 até Julho de 1516 –, período em que o seu sobrinho Said o substituiu na alcaidaria de Abida e de Garabia, pois que um outro alcaide foi designado para Xerquia, em Setembro de 1514, o qual ficou sob a dependência directa do governador de Azamor.

Dois anos de ausência em se apostou fortemente na conquista de Marrocos, mas em que também se sofreram grandes desaires que abalaram profundamente o projecto imperial de D. Manuel. Logo após a conquista de Azamor, em 1513, que, como se sabe, se revestiu de um verdadeiro aparato de cruzada, o monarca português deu passos decisivos para a conquista do reino oatácida de Fez, no norte, e do emirado hintata de Marráquexe, no sul. No que respeita a este último, situado na mais directa área de intervenção de Safim e Azamor, há indícios de que se preparou, no início de 1514, uma investida contra a cidade de Marráquexe.

Logo após a vitória de Azamor, o monarca português escreveu ao Papa Leão X, assegurando-lhe que, em breve, seria senhor da região em causa. A 8 de Março, o mesmo Papa emitia bula de cruzada em favor de todos os cristãos que combatessem os «infiéis» de África e, a 17 de Junho do mesmo ano, dando a conquista de Marráquexe como iminente, pede ao rei de Portugal para aí colocar o bispo titular, D. Martinho Cabeça de Vaca.

E se ela não se concretizou nesse ano, deveu-se, primeiro, às rivalidades entre Nuno Fernandes de Ataíde e D. João de Meneses, capitão do campo de Azamor: ambos queriam ter os louros da expedição, mas sem os partilhar. Depois, à oportunidade que surgiu de submissão do rei de Marráquexe à suserania portuguesa, pela via da negociação. No entanto, as exigências colocadas pelo rei de Portugal foram tão altas que Mulei Nacer, o Hintata, não as pôde aceitar [56].

Foi pouco depois do fracasso destas negociações que começaram a correr rumores sobre o regresso de Bentafufa a Marrocos. É o próprio Ataíde que, nas suas cartas ao monarca, deles faz eco. As várias missivas que a este propósito escreveu são um verdadeiro manifesto de indignação, mas também de amargura, por o monarca dar mais crédito à palavra do Mouro do que à sua. Considera-se vítima daqueles que enchem os ouvidos ao rei, para o prejudicar:

---

[55] Memória do Rabi Abraão (Safim), 11 de Setembro de 1514, IAN/TT, *Corpo Cronológico*, p. III, m. 5, doc. 75, pub. D. Lopes, *Textos em aljamía*, pp. 86-94 e *Sources Inédites*, I, pp. 619-629; Carta de Nuno Fernandes de Ataíde a D. Manuel, Safim, 12 de Setembro de 1514, IAN/TT, *Corpo Cronológico*, p. I, m. 16, doc. 13, pub. D. Lopes, *Textos em aljamía*, pp. 95-100 e *Sources Inédites*, I, pp. 630-637.

[56] Sobre todo este processo que culminou com a tentativa de conquista de Marráquexe, em Abril de 1515, ver a síntese «Expédition contre Marraqueche, 23 avril 1515», *Sources*…, cit., I, pp. 687-692.

> Eu falaria mais largo, se tivesse licença de Vossa Alteza em provar pelas armas a quem vos fala neste Mouro que não diz bem e falsamente fala e que cega o seu juízo pela inveja que me têm mais que pelo desejo que têm de vosso serviço, e não de baixelas nem de pedrarias, porque eles as têm, senão pelas mercês que me Deus cá tem feitas [57].

Não se sabe se D. Manuel teve efectivamente intenção de nesta data reenviar Bentafufa para Marrocos, mas uma coisa é certa, o alcaide dos «mouros das pazes» não tinham perdido a confiança e reconhecimento do monarca português, que, em Novembro de 1514, o presenteou com duas peças finas e luxuosas de vestuário [58].

Mas a notícia que mais indignou Ataíde foi saber que Bentafufa, caso regressasse a Marrocos, seria para desembarcar em Azamor, e daí, com o novo governador da cidade, D. Pedro de Sousa, avançar para a conquista de Marráquexe. Esta notícia foi a gota de água que fez transbordar o copo: Ataíde assevera ao monarca que, se tal se verificar, nunca mais sairá da cidade de Safim, não só por recear ser assassinado por Bentafufa, mas também porque, perante tal desconsideração, perderá o respeito dos «mouros das pazes» e dos moradores de Safim.

Numa carta perpassada de ressentimento, não esconde ainda quanto o desagradou saber que, para mais, o monarca lhe tirou alçada sobre os «mouros das pazes» da Xarquia, colando-os sob a dependência do governador de Azamor, terminando com o seguinte desabafo:

> E se, nas cousas de cá, não tenho dado a Vossa Alteza esperanças de miríades, é por vos falar verdade, porque não sou homem mais que de um caminho e Vossa Alteza bem o sabe. Digo isto assi a Vossa Alteza porque pouco me fica já que lhe fale, nem que escreva [59].

Mesmo assim, ainda faz uma última tentativa recolhendo mais um punhado de testemunhos contra Bentafufa, na esperança de que eles «abastem pera porem este Mouro em lugar donde perca a esperança de não tornar mais a terra de Mouros» [60].

É bem provável que tais rumores não passassem de boatos, postos a circular pelos adversários de Ataíde, pois não nos parece plausível que o monarca português quisesse desautorizar e desacreditar Ataíde, um dos seus

---

[57] Carta de Nuno Fernandes de Ataíde a D. Manuel, Safim, 12 de Dezembro de 1514, IAN/TT, *Corpo Cronológico*, p. I, m. 17, doc. 12, pub. em *Sources…*, I, pp. 658-663 (citação colhida na p. 660).

[58] Alvará de D. Manuel, Lisboa, Novembro de 1514, IAN/TT, *Corpo Cronológico*, I, maço 16, n.º 99, pub. em *Sources…*, I, pp. 651-652.

[59] Carta de Nuno Fernandes de Ataíde a D. Manuel, Safim, 19 de Dezembro de 1514, IAN/TT, *Corpo Cronológico*, I, maço 17, n.º 26, pub. em *Sources…*, I, pp. 664-666.

[60] Carta de Nuno Fernandes de Ataíde a D. Manuel, Safim, 27 de Dezembro de 1514, IAN/TT, *Corpo Cronológico*, p. 1, m. 19, doc. 58, pub. em *Sources…*, I, pp. 667-669.

melhores agentes e guerreiros no terreno. Mas se tal hipótese chegou a ser ventilada, bebia na opinião de alguns portugueses que conheciam bem a região. Um deles, o já citado Estêvão Rodrigues Bérrio, em carta ao monarca sugere-lhe que aumente a renda a Bentafufa, «porque ele merece tudo», e lhe forneça cem cavalos para a sua guarda, e considera que um ataque contra Marráquexe só resultaria se os guerreiros portugueses fossem ajudados pelos mouros, utilizando as suas tendas para as deslocações, «pois os homens não podem sofrer andar três noites no campo, nem menos os cavalos, senão nas próprias alcaimas, que são as tendas dos Mouros» [61].

Em Abril de 1515 concretizou-se a grande investida contra Marráquexe. Sem Bentafufa, mas com um significativo apoio das tropas muçulmanas aliadas: 2500 homens, além de 550 guerreiros portugueses, todos sob o comando supremo de Nuno Fernandes de Ataíde e de D. Pedro de Sousa, governador de Azamor. Era difícil, defendem alguns historiadores, que Nuno Fernandes de Ataíde, o mentor desta iniciativa, admitisse conquistar a cidade só com 3000 homens, pelo que deduzem que o seu desígnio seria aumentar o prestígio pessoal, suscitar entusiasmo nas suas tropas e aterrorizar o inimigo. E, de facto, as tropas portuguesas tiveram de retroceder ao fim de quatro horas de combate, face à resposta das tropas do Hintata, que contava com a ajuda do Xarife de Suz e de um alcaide do rei de Fez [62].

Meses depois ocorreria o desastre da expedição de Mamora (Junho-Agosto de 1515). Uma armada de mais de 8000 homens de armas portugueses que partiu de Lisboa, sob o comando de D. António de Noronha, com o objectivo de construir uma fortaleza que deveria servir de base à conquista do reino de Fez. A derrota portuguesa face ao ataque das tropas do rei de Fez resultou na morte de cerca de 4000 combatentes. Damião de Góis considera mesmo que esta foi a maior perda de homens e de munições de guerra que D. Manuel teve durante o seu reinado [63]. Para já não falar no descrédito das armas portuguesas, em Marrocos que, a médio prazo, resultaria na retracção do senhorio dos campos [64].

3. O verdadeiro senhor do campo (1516-1518)

Nuno Fernandes de Ataíde foi morto, entre 21/22 de Maio de 1516, no decurso de uma expedição punitiva no interior. Com ele pereceram mais de

---

[61] Carta de Estêvão Rodrigues Bérrio a D. Manuel, Tavira, 19 de Maio de 1514, IAN/TT, *Corpo Cronológico*, maço 5, n.º 39, A. Baião, *Documentos…*, cit., pp. 90-93; *Sources…*, I, pp. 552-558.

[62] Para uma síntese sobre esta investida, ver «Expédition contre Marraqueche, 23 avril 1515», *Sources…*, I, pp. 687-692.

[63] Damião de Góis, *Crónica…*, cit., III, p. 246.

[64] Sobre o desastre de Mamora, além de Damião de Góis, *Crónica…*, cit., III, cap. 76, ver a síntese «L'expédition de La Mamora», *Sources…*, I, pp. 695-702.

250 combatentes e 35 ficaram prisioneiros. Dois meses depois, mais precisamente em 21 de Julho, Bentafufa desembarcava novamente em Safim, onde, segundo Góis, foi recebido com contentamento de seus amigos, mouros e cristãos: «Fizeram-se por todos os aduares grandes festas de tambores, tangidos em todas as tendas, com jogos danças e cantares.» [65]

Chegava na companhia do novo governador da cidade, D. Nuno Mascarenhas, e com poderes reforçados, o que prova que D. Manuel não perdera a confiança no Mouro. Por carta datada de Julho do mesmo ano, nomeou-o novamente alcaide de toda a Duquela. No exercício deste cargo tinha direito ao quinto do despojo das cavalgadas e poderes para administrar justiça «segundo os costumes antigos de entre os xeques e povos da Duquela». No que respeita à escolha dos seus colaboradores, que tantos problemas lhe tinha trazido em tempo de Nuno Fernandes de Ataíde, determina que: os alcaides seriam de nomeação régia, mas sob sugestão de Bentafufa; os arrecadadores de tributos seriam da sua exclusiva competência. Por último e seguindo a sugestão Estêvão Rodrigues Bérrio, D. Manuel concede-lhe uma guarda pessoal de cem lanças de mouros [66]. Alguns meses mais tarde outorgou-lhe ainda uma tença anual de trezentas onças de prata de trezentos e vinte reais a onça [67].

Mas mais significativo talvez é que, a partir deste seu derradeiro regresso a Marrocos, Bentafufa começa a corresponder-se mais assiduamente com o monarca, dando-lhe directamente informações sobre a sua acção no campo, problemas com que se debatia etc., tomando o próprio monarca precauções para que as cartas que dirigia a Bentafufa não passassem pelos capitães e fossem entregues em mão a Bentafufa [68].

Pode afirmar-se, por isso, que Bentafufa, se bem que sob a dependência formal dos governadores portugueses de Safim e Azamor, emerge, neste período final, como o verdadeiro senhor do campo. Estatuto que é, aliás, confirmado pelas cartas em que D. Manuel várias vezes lembra a D. Nuno de Mascarenhas que as suas competências se confinam à defesa da cidade de Safim, e reconhecido (e quantas vezes contestado) pelos governadores. Simão Correia, capitão de Azamor, ao noticiar ter sido contactado por alguns xeques da tribo Uled Amram que se queriam colocar sob a suserania portuguesa, apressa-se a esclarecer o monarca:

---

[65] D. Góis, *Crónica…*, cit., liv. IV, cap. 7.

[66] Carta patente de D. Manuel, s.l., Julho de 1516, IAN/TT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 11, pub. D. Lopes, *Textos…*, cit., pp. 115-118, *e Sources Inédites*, II, pp. 6-9.

[67] Mercê a Bem Tafufa de trezentas onças de prata, s.l., n.d. (1516), IAN/TT, *Cartas misssivas*, maço I, doc. 49, pub. em D. Lopes, *Textos…*, cit., pp. 118-119.

[68] D. Nuno Mascarenhas, governador de Safim, manifesta o seu despeito por este procedimento, revelador da desconfiança do monarca. Cf. Carta a D. Manuel, Safim, 11 de Março de 1517, IAN/TT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 309, pub. em D. Lopes, *Textos…*, cit., pp. 139-142, e *Sources Inédites*, II, pp. 63-66.

> E a Cide Hea tenho já escrito do que me estes xeques escreveram, dizendo-lhe em minha carta que como alcaide principal de toda a Duquela de Vosa Alteza eu não queria fazer nenhum assento com este Mouros nem outro senão por sua mão [69].

Por outro lado, torna-se evidente que D. Manuel procura agora investir mais numa política de expansão assente nas boas relações entre muçulmanos e cristãos, determinada, é certo, pela conjuntura político-militar, mas para a qual poderá também ter contribuído a opinião de Bentafufa. Mais atento aos problemas de relacionamento entre as duas comunidades, promulga alvarás tendentes a cercear muitos dos abusos e prepotências dos portugueses. Um deles teria sido mesmo levado pelo próprio Bentafufa. Os restantes foram promulgados nos inícios de 1517 [70]. E, ainda no mesmo ano, dá instruções ao seu embaixador em Roma para que solicite ao Papa autorização para fornecer armas aos alcaides mouros que estão ao seu serviço, com base na seguinte argumentação:

> Porque as cousas da guerra dos Mouros estão agora, louvores a Nosso Senhor, d'outra maneira do que estavam, porque entre eles mesmos temos capitães e alcaides nossos mouros, que com nossa gente e com a gente dos mouros, que estão assentados em nossa paz e nos pagam páreas e tributos, fazem a guerra aos mesmos mouros que não estão assentados em nosso serviço, assi como é agora em Safim um mouro principal, que se chama Cide Yhea Tafuu, que é nosso capitão de toda a Duquela [71].

Estas novas orientações superiores não parecem ter mudado muito as coisas no terreno. Diria mesmo que elas tenderam a agravar-se. Às querelas decorrentes da partilha de poderes vinha juntar-se agora a animosidade daqueles que viram cerceados os privilégios das cavalgadas e entradas. Assim, as relações de Bentafufa com os capitães portugueses, sobretudo o de Safim, começaram a degradar-se. Acontecimentos ocorridos em Safim, na noite de S. João de 1517, acabaram por estalar numa desordem. Indo Bentafufa a caminho do sul, acompanhado de guerreiros de Garabia, para evitar que se consumasse acordo entre o Xarife e os Abida, fez uma paragem em Safim para dar conta a D. Nuno Mascarenhas da sua missão e para visitar a sua família. Ao outro dia, os combatentes mouros que o acompanhavam entra-ram na cidade, circunstância que foi aproveitada pelos seus adversários para meter os moradores em pânico, espalhando que ele vinha com intenções de tomar a cidade de assalto. Advertido, Bentafufa arrostou sérias

---

[69] Carta de Simão Correia a D. Manuel, Azamor, 3 de Outubro de [1516], IAN/TT, Gaveta 15, m. 1, n.º 32, pub. em *Sources Inédites*, II, pp. 34-36 (citação colhida na p. 36).

[70] Alvarás de D. Manuel, Lisboa, 2 de Janeiro de 1517, IAN/TT, *Corpo Cronológico*, p. 1, m. 21, doc. 1, pub. em *Sources Inédites*, II, pp. 54-56. Sobre estes alvarás e sobre o que teria sido levado pelo próprio Bentafufa, ver também carta de D. Nuno Mascarenhas citada na nota 68.

[71] Instruções de D. Manuel a D. Miguel da Silva (11 de Maio de 1517), IAN/TT, Gaveta 7, maço 16, n.º 5, pub. em *Sources Inédites*, II, 82-84, e em várias colectâneas documentais.

dificuldades para convencer os moradores das suas boas intenções e libertar alguns dos seus companheiros entretanto aprisionados.

Este episódio marcou-o profundamente, como provam as cartas que escreveu a D. Manuel e a D. Nuno, um dos influentes amigos que tinha no Reino [72]. A reacção de D. Manuel às cartas de Benfafufa e às que, entretanto, lhe remeteram também D. Nuno Mascarenhas, capitão da cidade, e D. Rodrigo de Noronha, o amigo e defensor de Bentafufa, não se fez esperar. A Bentafufa reafirma a sua total confiança e procura acalmar, justificando a actuação de D. Nuno Mascarenhas e prometendo expulsar da cidade os mexeriqueiros que estiveram na origem do incidente. A D. Rodrigo de Noronha que, deduz-se, desagradado com o procedimento de D. Nuno Mascarenhas, manifestara vontade de regressar ao Reino, aconselha a não sair da cidade, considerando fundamental a sua intervenção para apaziguar a «torvação em que é posto Yhea Tafuu com esse caso passado». Bem mais dura é a carta que remete para D. Nuno Mascarenhas em que, além de manifestar o seu desprazer por ter acusado Bentafufa de traição, o proíbe expressamente de submeter a actuação do alcaide a um inquérito, não só porque não admite que se possa pôr em causa a lealdade do alcaide mouro, como também por saber que esse inquérito seria conduzido por pessoas que não ofereciam garantias de isenção. Sintomática é a recomendação final

> Abastará por então olhardes pela guarda e segurança da cidade, assim como sem este movimento o devíeis fazer e nós vo-lo temos mandado, e nisso consiste vossa obrigação e a conta que de vós principalmente nos haveis de dar [73].

Apesar dos esforços de D. Manuel, Bentafufa, profundamente ferido, continuou a clamar, praticamente até à data da sua morte, por justiça e pelo castigo daqueles que o difamaram, designadamente alguns judeus e oficiais de Safim, que considerava mais responsáveis. As cartas que, no seguimento deste episódio, escreve ao monarca português são, como caracteriza David Lopes, «um grito de alma», e um testemunho lancinante de um homem acossado, que tem consciência da insustentabilidade da sua posição, numa conjuntura local em que, dia a dia, crescia a luta contra a presença portuguesa, conduzida pelos Xarifes e dinamizada pelos movimentos religiosos.

Bentafufa morreu em 16 de Fevereiro de 1518. Foi assassinado quando fazia uma visita a um xeque da tribo dos Abida, vítima de uma armadilha, em que foram capturados vários portugueses que o acompanhavam, entre os quais o seu amigo e defensor, D. Rodrigo de Noronha.

---

[72] Não conseguimos apurar o apelido deste D. Nuno. Os editores das *Sources Inédites* aventam tratar-se de Nuno da Cunha, o que foi vedor da Fazenda e governador da Índia.

[73] Estas três cartas de D. Manuel são datadas de 23 de Julho de 1517, IAN/TT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 22, n.os 39, 40 e 41, pub. em *Sources Inédites*, II, pp. 112-121; as cartas dirigidas a Bentafufa e a D. Rodrigo de Noronha foram também pub. por D. Lopes, *Textos…*, cit., pp. 104-109.

Se, depois da derrota de Mamora e da morte de Nuno Fernandes de Ataíde, a zona de «mouros das pazes» em redor de Safim e Azamor sofreu o seu primeiro golpe e Bentafufa, após o seu regresso de Portugal, mais não conseguiu que transitoriamente reanimá-la, pode afirmar-se que, após o seu assassínio, foi irreversível o processo de retracção. A breve prazo, a presença portuguesa na região ficaria confinada aos redutos fortificados de Safim, Azamor e Mazagão. Os dois primeiros seriam abandonados, logo após a perda de Santa Cruz do Cabo de Guer, em 1541.

Conclusão

Como escrevemos na introdução a este breve apontamento sobre a vida de Bentafufa, o seu percurso inscreve-se na multiplicidade de experiências e vivências configuradas pela expansão portuguesa em terras de além-mar. Ele ilustra, tal como o de muitos outros votados ao esquecimento, o papel fundamental que certos agentes locais tiveram no processo das colonizações europeias. Sem arrenegarem o mundo e os valores espirituais/religiosos em que foram criados, trilharam o difícil caminho da colaboração com o conquistador ou com o colono estrangeiro. Bentafufa não foi um arrenegado, nem um trânsfuga ou um tornadiço, como se dizia ao tempo. Fica, no entanto, a dúvida quanto às suas verdadeiras intenções. O mais provável é que, muito pragmaticamente, tenha apostado no lado daqueles que, na ocasião, lhe parecia reunirem melhores condições para dominar. Correu o risco e sofreu as consequências quando a correlação de forças se alterou.

Independentemente de ter ou não ter sido um leal servidor da Coroa portuguesa e das ambições pessoais que o moveram, não se lhe pode negar a estatura de estratega militar e de político. Defendeu causas e batalhou por elas.

Como alcaide dos «mouros das pazes», sempre se recusou a desempenhar o mero papel de intermediário. Assumiu-se, não raras vezes, como defensor dos interesses destes mouros junto das autoridades portuguesas. Assim o testemunham as suas queixas contra as taxas que, abusivamente, os obrigavam a pagar, as suas intervenções em defesa daqueles que injustamente eram aprisionados ou maltratados, a sua benevolência para com os cativos muçulmanos, as suas críticas aos oficiais portugueses que pagavam o trigo que era levado à cidade, metade em dinheiro, metade com pauladas. Enfim, tudo isto nos fala de um alcaide que lutava por que os «mouros das pazes» tivessem um estatuto de igualdade e não de submissão. O rabino Abrãao Rute, num dos seus libelos acusatórios, captou bem este seu esforço para dar dignidade aos mouros de pazes: «a alguns dos Mouros, que vinham a submeter-se e com medo, dizia que porque vinham com tanto medo, que davam favor e punham fantasia nos Cristãos.» [74]

---

[74] Memória do rabino Abrãao Rute, Safim, 11 de Setembro de 1514, IAN/TT, *Corpo Cronológico*, p. 3, m. 5, n.º 75, pub. em D. Lopes, *Textos…*, cit., pp. 86-94, e *Sources Inédites*, I, pp. 620-629 (citação colhida na p. 622).

Por outro lado, concebeu o protectorado, que ajudou a construir, como uma verdadeira zona de mouros de pazes (não de mouros de guerra). E, como se viu, conseguiu, pelo menos a partir da sua segunda estada em Portugal, convencer o monarca português a aderir à bondade desta estratégia, o que lhe valeu outras guerras.

Se junto de D. Manuel venceu a batalha da difamação, pois o monarca sempre o favoreceu e defendeu das acusações de traição que lhe foram feitas, outras batalhas teve de enfrentar no terreno, nomeadamente daqueles que se opunham a que se desse tanto poder a um Mouro, e que achavam uma perda de tempo investir no que Nuno Fernandes de Ataíde considerava a «geometria» das negociações, ou seja, reger e concertar as cousas de Alarves e Berberes e destes com Cristãos e Judeus. Por isso, a sua situação do lado português tornou-se insustentável, a partir do momento em que D. Manuel lhe deu o senhorio do campo: congregou a oposição dos governadores das cidades e daqueles que, «pela necessidade e costume que tinham cada dia em partir cavalgadas, agora não têm nada, por eu ter tudo em paz, como Vossa Alteza me mandou, e não ser proveito seu deles» [75]. Quando ao lado muçulmano, exarcebado pela guerra santa contra os invasores, ele próprio define claramente a situação em que se encontrava:

> «Não tenho terra onde viva em terra de Mouros, que não morra.» [76]

---

[75] Carta de Bentafufa a D. Manuel [Safim, depois de 24 de Junho de 1517], IAN/TT, Casa dos Tratados, documentos árabes, caderno dos aljamiados, pub. em D. Lopes, *Textos*…, cit., pp. 51-61, e *Sources Inédites*, II, pp. 100-105 (citação colhida na p. 104).

[76] Carta de Bentafufa a D. Nuno [Safim, depois de 24 de Julho de 1517], IAN/TT, Casa dos Tratados, Documentos árabes, caderno dos aljamiados; pub. em David Lopes, *Textos*…, cit., pp. 62-71, e *Sources*…, cit., II, 106-110 (citação colhida na p. 110).

ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR, Vol. III, 2002, pp. 65-77

BACCIO DA FILICAIA: UM FLORENTINO ENTRE PORTUGAL E O BRASIL EM FINAIS DO SÉCULO XVI E PRINCÍPIOS DO SÉCULO XVII

por

CARMEN M. RADULET *

Sobretudo durante as últimas cinco décadas numerosos investigadores, de diferente nacionalidade e formação científica, dedicaram a sua atenção às relações estabelecidas entre o reino de Portugal e Florença. As problemáticas enfrentadas focaram aspectos diferentes da questão em função das perspectivas e das épocas analisadas [1] mas o que representa uma constante em todos estes estudos é a convicção de que Lisboa constituiu para Florença uma chave de acesso para o Atlântico, uma possibilidade de alargar a sua influência, inicialmente em direcção à Europa do Norte, sucessivamente para as ilhas atlânticas e para as costas da África e, após a viagem de Vasco da Gama, para o mítico Oriente e para o Novo Mundo.

Também outros estados italianos tiveram relações com Portugal e participaram activamente na grande aventura da conquista do Atlântico e da abertura das rotas marítimas para o Oriente, todavia, os operadores florentinos diversificaram a sua acção devido à especificidade da história local, às relações diplomáticas e políticas travadas com numerosos estados europeus e ao desenvolvimento económico e cultural desta região.

Federigo Melis afirma a propósito da peculiaridade da presença florentina no quadro das navegações ibéricas que

> «le forti dotazioni di capitali permettevano un largo sviluppo delle operazioni in proprio, con incalcolabili vantaggi nella sicurezza, durata ed economicità. E per quanto riguarda il mare, le grandi società erano in grado di prendere in loro mani l'atto della navigazione (con il noleggio delle navi a tempo o a viaggio), abbinandolo a quello, principale, di scambio: ed è per questa coincidenza che (…) la navigazione ha potuto compiere il più grande

* Università della Tuscia – Viterbo – Itália.

[1] A bibliografia relativa ao tema é demasiado ampla e diversificada para neste ensaio ser citada de uma maneira exaustiva, razão que nos induziu a limitar as referências aos textos específicos.

> balzo di progresso prima della introduzione del motore, mediante la strutturazione dei noli, dalle fattezze di piena modernità. L'aspetto quantitativo delle transazioni, oltrechè il volume, concerne il raggio del loro dispiegamento geografico, che è considerevolissimo» [2].

Com efeito, a comunidade de mercadores florentinos estava presente em Portugal a partir do século XIV mas foi durante o século XV que estes operadores, agindo individualmente ou organizados em companhias, adquiriram um papel relevante na sociedade local e na política de expansão atlântica. A propósito destes operadores, Marco Spallanzani nota que eles

> «svolgevano un'attività commerciale in proprio e nello stesso tempo agivano da corrispondenti efficienti e fidati per le aziende che, non avendo una filiale a Lisbona, facevano ad essi capo per operare in Portogallo. Furono proprio quei mercanti, con il loro intenso carteggio e una completa padronanza dei più sofisticati meccanismi del settore bancario, a rendere possibile e conveniente anche per i loro connazionali non dimoranti a Lisbona la partecipazione finanziaria alla grande espansione portoghese. Una partecipazione aperta a molti (…)» [3].

A Coroa portuguesa, que geria o comércio atlântico em regime de monopólio, concedia a alguns estrangeiros licenças, limitadas no tempo e nos objectivos e, ao mesmo tempo, fazia recurso à disponibilidade financeira oferecida pelas casas comerciais italianas – muitas das quais florentinas – ou pelas associações temporâneas de mercadores [4]. Esta situação deu a possibilidade a muitas companhias e a mercadores florentinos de desenvolverem um papel activo nos comércios no Atlântico e nas ligações com a Itália. Em consequência, após a viagem histórica de Vasco da Gama, os mesmos operadores ampliaram a sua intervenção nas frotas enviadas para o Oriente. A intenção era, como testemunham as cartas escritas já em 1499, em Lisboa, por Girolamo Sernigi e Guido di Tomaso Detti, transformar Porto Pisano num empório para o comércio dos produtos orientais no Mediterrâneo e na Europa Central, um centro alternativo a Veneza [5].

---

[2] Federigo MELIS, «Gli italiani e l'apertura delle vie atlantiche», em *Mercaderes italianos en España Siglos XIV-XVI (Investigaciones sobre su correspondencia y su contabilidad)*, Sevilha, Anales de la Universidad Hispalense, 1976, n.° 1, pp. 169-175 (p. 170).

[3] Marco SPALLANZANI, *Mercanti fiorentini nell'Asia portoghese*, Florença, SPES, 1997, pp. 10-11.

[4] Cf. Federigo MELIS, «Di alcune figure di operatori economici fiorentini attivi nel Portogallo nel XV secolo», no vol. Federigo MELIS, *I mercanti italiani nell'Europa medievale e rinascimentale*, introdução de Hermann Kellenbenz, organização de Luciana Frangioni, Florença, Le Monnier, 1990, pp. 1-18.

[5] As cartas em questão foram publicadas pela primeira vez no vol. Carmen M. RADULET, *Vasco da Gama. La prima circumnavigazione dell'Africa (1497-1499)*, Reggio Emilia, Edizioni Diabasis, 1994, pp. 169-198; e sucessivamente em tradução portuguesa amplamente comentada, em Carmen M. RADULET e Luís Filipe F. R. THOMAZ, *Fontes italianas para a História dos Portugueses no Índico. 1497-1513. Códice Riccardiano 1910 de Florença* (I parte) em *Mare Liberum*, n.° 18-19, pp. 247-340 (pp. 301-340).

A grande euforia determinada pelo sucesso conseguido por Vasco da Gama com a viagem de 1497-1499 e os lucros obtidos pelos mercadores florentinos graças à sua participação activa na frota de Pedro Álvares Cabral, acentuaram o empenho desta comunidade não apenas com o fornecimento de recursos financeiros avultados mas também com o envio para o Oriente de pessoal altamente qualificado [6]. Se o sonho de Florença de desempenhar um papel de relevo no processo de expansão através de Porto Pisano fracassou devido a motivos de política interna e internacional [7], o envolvimento das companhias, dos banqueiros e dos mercadores toscanos nos negócios orientais continuou, com modalidades diferentes, durante toda a primeira parte do século XVI [8].

O grão-duque da Toscana, Cósimo I de Médicis, retomou, de certa maneira, a ideia de um envolvimento político de Florença nas rotas do Índico e do Extremo Oriente, como testemunha o facto de, em 1571, ter tentado obter de Fernão Mendes Pinto, através do seu embaixador em Lisboa, Bernardo Neri, informações acerca das «coisas do Oriente». Fernão Mendes Pinto, numa carta enviada a Bernardo Neri [9], recusou redigir a relação que tinha prometido ao grão-duque mas indicou alguns dos aspectos que considerava essenciais para um conhecimento qualificado do Oriente, sublinhando, porém, que seria possível encontrar todas estas informações no livro que estava redigindo, isto é, com toda a probabilidade, na sua *Peregrinação*.

Cósimo, apesar de muitas dificuldades, tinha conseguido assegurar ao grão-ducado da Toscana uma dimensão internacional caracterizada pelo equilíbrio entre as posições da França, Espanha e Santa Sé, mas o seu sucessor, Francesco I, escolheu privilegiar com todos os meios a política de Filipe II. A partir de 1574, o peso internacional de Florença diminuiu não apenas por causa das escolhas políticas mas também devido a investimentos, doações e empréstimos efectuados pelo grão-duque a favor de príncipes e de reis como mostra, por exemplo, o apoio à campanha em Marrocos de D. Sebastião [10] e, sucessiva-

---

[6] Cf. Carmen M. RADULET, «Os italianos nas rotas do comércio oriental (1500-1580)», in *A Carreira da Índia e as rotas dos estreitos*, «Actas do VIII Seminário Internacional de História Indo-portuguesa», Angra do Heroísmo, 1998, pp. 257-267.

[7] Cf., por exemplo, o ensaio de Nicolai Rubinstein e a bibliografia citada: Nicolai RUBINSTEIN, «Dalla Repubblica al Principato», no vol. AA.VV., *Firenze e la Toscana dei Medici nell'Europa del '500, I. Strumenti e veicoli della cultura. Relazioni politiche ed economiche*, Florença, Leo S. Olschki Editore, 1980, vol. I, pp. 159-176.

[8] Indicativos do envolvimento económico florentino nesta fase da Expansão portuguesa são, por exemplo, os milhares de documentos conservados no Arquivo Datini de Prato e os registos da sociedade Cambini presentes no Archivio dello Spedale degli Innocenti, de Florença.

[9] A carta foi publicada pela primeira vez por Rebecca CATZ no vol. *Cartas de Fernão Mendes Pinto e outros documentos*, Lisboa, Editorial Presença, 1983.

[10] O embaixador António Pinto pediu a Francesco I um empréstimo de 300 000 escudos e 2000 soldados de infantaria. Sobre a questão, cf. B. BATTELLI, «Relazioni tra il Portogallo e la Toscana in occasione dell'impresa d'Africa del re don Sebastiano», em Archivio Storico Italiano, XCIX, 1941, pp. 120-124.

mente, o financiamento a favor de Filipe II para a realização da «União das Coroas» de Espanha e Portugal [11].

Durante o século XV e parte do século XVI as companhias toscanas tinham criado uma rede bem articulada de filiais presentes nos pontos-chave de vários países europeus que garantiam a Florença a possibilidade de gerir os comércios no Velho Continente e os comércios com o Oriente e com o Novo Mundo, mas o sucesso desta sua actividade dependia em grande parte dos equilíbrios internacionais que, em finais do século XVI, registaram mudanças consideráveis. Os efeitos da política de Francesco I tiveram, por consequência, reflexos negativos também sobre o comércio florentino e sobre a vida das companhias, muitas das quais tiveram que enfrentar grandes perdas ou foram levadas à falência. O apoio, quase incondicional, que, neste contexto, o grão-duque ofereceu a Filipe II determinou o fracasso de uma parte considerável dos negócios dos seus súbditos – aqueles negócios que fizeram a fortuna económica de Florença durante cerca de dois séculos –, não apenas a nível europeu mas também nas transacções com as regiões que começaram a fazer parte das zonas de influência das monarquias ibéricas: o financiamento ao duque de Parma contribuiu para a queda de Anversa, onde a comunidade toscana detinha uma das praças principais, os vários conflitos com a França, a crise de Lyon, as guerras religiosas e os ataques dos piratas ingleses e holandeses a várias regiões do ex-império português, fizeram o resto…

Francesco I faleceu em 1587 sem deixar herdeiros legítimos, circunstância que determinou a subida ao governo de Florença do seu irmão, o car-deal Ferdinando de Médicis. O novo grão-duque tentou reorganizar a política internacional em função de uma linha de equilíbrio, semelhante à seguida por Cósimo, que implicava também uma revisão da atitude assumida por Francesco I em relação à Espanha e, numa dimensão diferente, à Inglaterra. Ferdinando compreendeu que a Inglaterra estava assumindo um papel de relevo no quadro da expansão ultramarina devido não apenas ao aumento da sua potência naval mas também graças à crise que envolveu o Império português em seguida à perda da independência do reino.

Perante este quadro – e para enfrentar a crise das companhias comerciais florentinas –, o grão-duque empenhou-se na criação da cidade-porto de Livorno, capaz de assegurar a Florença as condições para se tornar uma verdadeira potência marítima, seguindo o modelo da Inglaterra:

> «il punto nodale consistette nell'imitazione delle fortune marinare, delle tecniche navali, delle imprese contrabbandiere e corsare degli inglesi, in una prospettiva non più limitata al solo Mediterraneo sibbene aperta verso

[11] Francesco I doou a Filipe II 400 000 escudos pedindo unicamente que o seu irmão Pietro recebesse o título de comandante das tropas de infantaria. Num segundo momento, este financiamento não só foi aumentado para 800 000 escudos mas foram destinados a favor das operações militares espanholas também 4000 soldados florentinos.

> l'Atlantico. Fra l'altro, in questo suo sforzo di fare della Toscana uno stato marinaro sul modello dell'Inghilterra, Ferdinando non esitò neanche a valersi di capitani ed esperti inglesi» [12].

Com a «União da Coroas» de Espanha e Portugal os frágeis equilíbrios estabelecidos através do Tratado de Tordesilhas estavam perdendo progressivamente o seu valor como ponto de referência no que dizia respeito à corrida das nações europeias, quer em matéria de ocupação territorial nas Américas e no Oriente quer nas numerosas tentativas de utilização temporal de determinados empórios já existentes ou criados extemporaneamente. Esta situação teve, como é natural, reflexos consideráveis também sobre a política florentina conduzindo a uma inversão de tendências: após a tentativa de participar activamente nos negócios orientais e de transformar Porto Pisano numa espécie de feitoria para o Mediterrâneo comparável a Antuérpia para a Europa do Norte [13], que caracterizou a primeira metade do século XVI, com a «União das Coroas», o grão-duque Ferdinando e as companhias toscanas recuperaram o seu interesse pela área atlântica. O Oriente apresentava-se não apenas mais difícil de alcançar, mais inseguro de um ponto de vista do controlo das operações em larga escala, mas também cada vez mais ameaçado pelas tentativas inglesas e holandesas de substituir os portugueses nas redes dos comércios orientais.

A situação no Atlântico não se apresentava pacífica, já que os franceses, os ingleses e os holandeses estavam empenhados numa corrida sem precedentes para a ocupação de territórios «pertencentes» aos países ibéricos. Todavia, devido também à colocação geográfica, à diversificação dos produtos que era possível comercializar e a uma menor incidência dos custos na organização das frotas, as costas atlânticas da África e do Novo Mundo ofereciam, teoricamente, maiores possibilidades para a criação de espaços ou de empórios directamente controlados a partir do Mediterrâneo, regiões, portanto, mais condizentes com as aspirações ultramarinas de Florença. Por esta razão, durante os últimos anos do seu governo, o grão-duque Ferdinando I, ao lado das incursões de carácter piratesco organizadas no Mediterrâneo, utilizou o porto de Larache para o contrabando com o Brasil e, contemporaneamente, tentou criar colónias florentinas na Serra Leoa e no Brasil.

---

[12] Giorgio SPINI, «Il principato dei Medici e il sistema degli stati europei del Cinquecento», no vol. AA.VV., *Firenze…*, cit., vol. I, pp. 177-216 (p. 214).

[13] Sobre este tema, cf. António Augusto Marques de ALMEIDA, *Capitais e capitalistas no comércio da especiaria. O eixo Lisboa-Antuérpia (1501-1549). Aproximação a um estudo de geofinança*, Lisboa, Edições Cosmos, 1993, *passim*.

*

As relações entre Florença e Portugal e o papel desenvolvido pelos banqueiros, pelos mercadores e pelas companhias florentinas no processo de Descoberta e Expansão promovido pela Coroa portuguesa foram amplamente estudados pelos investigadores, sobretudo no que diz respeito aos séculos XV e XVI [14], mas, até agora, menor atenção foi dedicada ao período relativo à «União das Coroas», período em que Florença, após um momento de crise, tentou novamente encontrar um espaço próprio no contexto da política ultramarina europeia. Por este motivo escolhemos analisar a figura do florentino Baccio da Filicaia como personagem paradigmática para uma melhor compreensão de determinados fenómenos que caracterizaram o relacionamento entre Florença e Portugal em finais do século XVI e princípios do século XVII. O nosso objectivo não é, portanto, o de proceder a uma reconstrução completa da biografia e das obras realizadas por Baccio da Filicaia na sua qualidade de arquitecto e engenheiro militar mas, num sentido mais amplo, tentar colocar o seu trajecto humano e profissional no contexto de uma determinada fase da política da expansão europeia.

A lenda construída ao redor dos Filicaia (ou Filicaja) coloca a origem desta família antes da fundação do ducado longobardo de Lucca, mas foi a partir do século XV que os Filicaia – já considerados florentinos – começaram a ocupar lugares públicos importantes na administração e na vida política da cidade de Florença: «essi ebbero a Firenze dodici gonfalonieri di giustizia, moltissimi priori e magistrati superiori della Repubblica; sotto il Principato parecchi furono senatori, e si imparentarono anche coi Medici. Il più celebre fra essi è senza dubbio il poeta Vincenzo; ma la famiglia conta altri scrittori e letterati» [15]. Durante o século XVI os Filicaia efectuaram também investimentos no comércio, e parece que, graças à atitude de abertura e colaboração que o grão-duque Francesco I efectuou em relação aos projectos de D. Sebastião, estes mercadores conseguiram também privilégios na importação de especiarias. A crise que se seguiu à perda da Independência do reino de Portugal envolveu também os exponentes desta família nessa mesma crise que conduziu algumas companhias comerciais toscanas à falência.

A data de nascimento de Baccio da Filicaia, filho de Baccio e de Alfonsina de Bastiano Caianini de Montauto, foi, tradicionalmente, colocada pelos investigadores entre 1565 e 1575, apesar da ausência de documentos a este propósito. Efectivamente, até este momento a fonte mais completa para a

---

[14] Sendo o número dos ensaios específicos e das obras de síntese relativos a este tema tão elevado resulta impossível citar nesta ocasião uma bibliografia exaustiva.

[15] Giacomo GORRINI, «Un viaggiatore italiano nel Brasile. Baccio da Filicaia (1565-1609)», em *Atti del Congresso Internazionale di Scienze Storiche*, Roma, Tipografia della R. Accademia dei Lincei, 1904, Vol. X, pp. 39-54 (pp. 39-40); cf. no mesmo ensaio também duas árvores genealógicas desta família.

reconstrução da biografia desta personagem é constituída por uma carta autógrafa enviada em 30 de Agosto de 1608 pelo próprio Baccio de Lisboa ao grão-duque Ferdinando de Médicis [16].

Baccio começa a sua carta-relação relembrando a sua infância e o facto de, muito novo, ter sido enviado pela família a Lisboa onde ficou quatro anos, sendo depois obrigado a regressar a Florença por causa das perdas sofridas pela família, perdas que conduziram ao encerramento da casa comercial [17]. Este episódio biográfico pode ser relacionado com o facto de o grão-duque Francesco I ter enviado em 1575 o seu emissário, Antonio Vecchietti, a Portugal para obter de D. Sebastião o exclusivo da comercialização na Toscana de especiarias e de outros produtos preciosos e com a crise seguida à perda da Independência de Portugal, que determinou a falência de muitas das companhias comerciais florentinas estabelecidas em Lisboa.

O investigador Giacomo Gorrini, com base unicamente na carta de Baccio, coloca a hipótese de que os Filicaia «possedevano in Lisbona una casa e magazzini propri, e il commercio col Portogallo doveva costituire tutta la loro ricchezza» [18], porém, na documentação até agora analisada e no arquivo da Igreja do Loreto, em que se conserva uma parte considerável dos materiais relativos à comunidade italiana residente em Lisboa, o apelido Filicaia não aparece [19], falta que, todavia, não invalida as afirmações de Baccio já que, como é bem sabido, nas companhias participavam numerosos financiadores e mercadores, ligados por laços familiares ou meramente comerciais [20].

Federigo Melis notava que

> «le grandi dimensioni [das sociedades] riguardavano anche il personale: tra i molti soci e fattori, alcuni poterono distaccarsi dalla pratica degli affari e raccogliersi nella funzione pura di direzione, che vuol dire la totale dedizione allo studio dei fenomeni interni e di quelli esterni, spaziando su campi vastissimi. Dotandosi, come nessun'altri poteva fare, degli strumenti di

---

[16] A carta, conservada no Archivio di Stato, de Florença, Archivio Mediceo del Principato (*filza* 949, cc. 1346 e 1349), foi publicada pela primeira vez por Gustavo Uzielli num volume muito raro (edição de apenas 102 exemplares) intitulado *Cenni storici sulle imprese scientifiche, marittime e coloniali di Ferdinando I, Granduca di Toscana (1587-1609)*, Florença, Spinelli, 1901 (per le nozze Rita Uzielli-Guglielmo degli Uberti). Sucessivamente, foi publicado, juntamente com outros três documentos, por Giacomo Gorrini, *Un viaggiatore…*, cit., Apêndice, pp. 50-54.

[17] «per perdite che tennono li miei maggiori, si serrò la casa»; as citações respeitam o texto publicado por Giacomo Gorrini.

[18] Giacomo Gorrini, *Un viaggiatore…*, cit., p. 41.

[19] Também no estudo clássico de Prospero Peragallo, *Cenni intorno alla colonia italiana in Portogallo nei secoli XIV, XV e XVI* (Turim, Stamperia Reale della Ditta G. B. Paravia, 1904) falta qualquer referência a esta família.

[20] Este período o próprio grão-duque Francesco I era um dos principais accionistas da Companhia florentina; cf. Giuseppe Canestrini, «Intorno alle relazioni commerciali de' fiorentini co' portoghesi, avanti e dopo la scoperta del Capo di Buona Speranza», em Archivio Storico Italiano, Florença, 1846, Série I, Apêndice, Vol. III, pp. 98-107.

> studio – carteggio, che abbondantemente si riceveva da molte località e dovizioso di notizie, portolani grafici e descrittivi, invio di propri esponenti in giro nel mondo conosciuto – queste aziende divennero delle vere scuole, degli ideali centri di preparazione e di addestramento, particolarmente per il fenomeno della navigazione (…)» [21].

É muito provável, portanto, que também o jovem Baccio da Filicaia tivesse sido enviado para a filial de uma companhia florentina em Portugal com o objectivo de apreender os mecanismos complexos do comércio internacional.

A carta esclarece outros aspectos relativos à formação profissional de Baccio, pondo sobretudo o acento sobre a sua mudança de interesses: obrigado pela crise a regressar a Florença e pouco dado à arte da mercadoria, escolheu dedicar-se à matemática e ao estudo da arquitectura, da artilharia e da cosmografia. A carta é claramente autobiográfica mas, ao mesmo tempo, é também um texto com uma forte caracterização auto-apologética com finalidades de auto-promoção junto do grão-duque e do governo florentino interessado, naquele determinado momento, numa participação activa na expansão no Novo Mundo. Por este motivo, Baccio insiste no papel que os excelentes professores pagos pelo grão-duque tiveram na sua formação científica e no facto de que a sua partida para o Brasil, para a terra do «Verzino» [22], não representou um abandono da pátria mas foi motivada pelo desejo de aperfeiçoar a sua formação livresca através da experiência: tudo para depois ter a possibilidade de regressar a Florença e servir melhor o grão-duque, como faziam tantos «virtuosos» que gozavam da sua generosa protecção [23].

É natural, portanto, que para motivar de maneira convincente o seu valor como potencial «servidor», Baccio passe a contar a sua vivência no Brasil e a pôr em relevo os encargos importantes que lhe foram atribuídos naquela região. Assim, sem indicar a data, conta que ao chegar àquela terra foi imediatamente contratado por D. Francisco de Sousa como engenheiro-mor [24] e que acompanhou o governador através do Brasil tendo também

---

[21] Federigo Melis, «Gli italiani e l'apertura delle vie atlantiche», em *Mercaderes*…, cit., p. 170.

[22] Filicaia não utiliza a palavra portuguesa «Brasil», mas a tradução italiana «Verzino» (o nome «verzino», «brasil» ou «legno di brace» indicava a madeira de *Caesalpinia sapan*, enquanto que com o nome «madeira de Pernambuco» era conhecida a variedade da *Caesalpinia echinata*). A este propósito vale a pena lembrar que os italianos não empregaram o nome «Terra de Vera Cruz», escolhido por Pedro Álvares Cabral em 1500 para indicar a terra por ele descoberta, mas o de «Terra dei pappagalli» e, sucessivamente, o de «Verzino», como alternativa do português «Brasil».

[23] «mi risolsi a salire fora e correre mondo, buscando parte dove potessi porre in esecuzione questo mio desiderio, per di poi di bene esercitado tornare alla patria, a godere el dolcie giogo di V. A. Ser.ma e servirla con quello averia imparato in terre strane, invidioso di tanti virtuosi, che sotto la sua protezione si racogliono, tanto favoriti e ocupati ne' suoi servitj».

[24] Baccio da Filicaia sucedeu a Alexandre de Urbino, recebendo o encargo de engenheiro-mor em 1597.

recebido a incumbência de restaurar algumas fortalezas, de construir outras em defesa de alguns portos e de, na qualidade de capitão de artilharia, instruir o corpo dos bombardeiros e reorganizar a defesa militar de determinadas praças [25]. Sempre em companhia de D. Francisco de Sousa passou outros cinco anos desempenhando as mesmas funções e participando na procura das minas de ouro e de prata que todos ansiavam encontrar.

Continuando a sua narração, Baccio declara que, no momento em que este governador acabou o seu mandato, considerando que tinha feito «pochi servitj, e, desideroso di esercitarmi in maggiore cose, mi accostai al nuovo Governatore mandato di questo regno chiamato Diego Boteglio [26], e, come lui determinassi di scoprire e conquistare le provinzie de' fiumi del Maragnone e Amazone saputo di mia curiosità, mi mandò in compagnia di un Generale Portughese [27], servendo el carico di Sergente Maggiore e Cap.an di una compagnia». Baccio teria passado com Pero Coelho de Sousa outros seis anos mas recusou receber o ordenado, que considerava demasiado insignificante, para, como ele afirma: «obrigare più a S. M.de, a rimunerarmi li miei travagli».

Após esta campanha, em que foram conquistadas duzentas léguas de terra e muitas povoações de gentios foram evangelizadas, Baccio recebeu do seu General o encargo de continuar com um pequeno navio a exploração da costa do Maranhão mas, devido às condições contrárias do tempo, não conseguiu voltar à terra do «Verzino», chegando às «Yndie di Nuova Spagna», isto é, ao México. Aí, decidiu regressar à Europa para, como ele próprio afirma, «domandare rimunerazione a questa Corona delli miei servitij, delli quali porto bastantissime informazione».

Neste ponto da carta, depois de ter apresentado, com bastante ênfase, ao grão-duque o seu trajecto humano e as façanhas que caracterizaram a sua vida aventurosa, Baccio enfrenta a parte final da epístola, isto é, a clássica *suplicatio*: em 30 de agosto de 1608, cerca de um mês após a sua chegada a Lisboa, solicita a Ferdinando I cartas de apresentação para o embaixador florentino em Espanha, conde Orso, o envio de cartas para D. Cristóvão de Moura, vice-rei do Brasil, e para o Presidente do Conselho das Índias, documentos, a seu ver, indispensáveis para conseguir as recompensas que pretendia. No fim do texto, Baccio da Filicaia também anuncia ao seu soberano a sua intenção de voltar ao Brasil por cerca de três anos para acompanhar o governador, Franscisco de Sousa, na obra de construção e de

---

[25] «andando yn sua compagnia a visitare tutto lo stato e sua fortezze, mi ocupò yn restaurare molte di esse et altri porti fortificare di nuovo e juntamente mi dete el carico di Cap.an d'artig.a; con el quale esercitai molti bombardieri, e acomodai tutta l'artiglieria di dette piaze forte».

[26] Trata-se de Diogo Botelho, que chegou em finais do mês de Março de 1602 a Pernambuco com o encargo de Governador, não de Vice-Rei, como ele teria desejado.

[27] A alusão é a Pero Coelho de Sousa que, em 1603, partiu com um grupo de militares e de colonos à conquista do Maranhão.

fortificação de determinadas praças, sublinhando novamente a sua determinação de regressar a Florença após esta nova expedição, para, finalmente, poder servir com todo o empenho que merece o seu senhor e a sua pátria.

Evidentemente, Baccio da Filicaia conseguiu despertar a atenção do grão-duque da Toscana para a sua pessoa e a para a sua vivência, como testemunham as duas cartas enviadas ao conde Orso, embaixador junto da Corte espanhola e a D. Cristóvão de Moura, marquês de Castel Rodrigo, vice-rei do Brasil [28]. Na primeira carta o grão-duque, depois de ter resumido as informações fornecidas por Baccio acerca da obra por ele desenvolvida na terra do «Verzino» ao serviço das monarquias ibéricas, solicita explicitamente ao embaixador florentino um apoio imediato e eficaz para satisfazer os pedidos de recompensas avançados pelo seu súbdito: «e, mentre si doverà costì consultare la sua remunerazione secondo la recognizione fatta nel Regno di Portogallo delle suddette informazioni ch'egli manderà, Vogliamo che con ogni efficacia sia raccomandata e aiutata in Nome Nostro la buona e favorita spedizione di questo suo negozio». Na carta dirigida a D. Cristóvão de Moura, o teor, apesar de conservar a mesma atitude de apreço pelas façanhas de Baccio da Filicaia, muda ligeiramente, já que o grão-duque solicita explicitamente ao vice-rei a protecção para um seu vassalo, um gentil-homem florentino que durante muitos anos serviu os interesses ibéricos no Novo Mundo.

Como se viu, numerosos florentinos desenvolviam as suas actividades em vários países do mundo – na Europa, no Oriente e no Novo Mundo –, não apenas para satisfazer uma curiosidade pessoal de melhorar os conhecimentos ou de ganhar fama mas também facultando, directa ou indirectamente, proveitos materiais e fama à pátria de origem. Através do seu próprio testemunho sabemos que Baccio ainda jovem deixou Florença para estudar quatro anos em Portugal, sabemos também que, devido à crise económica que envolveu várias companhias comerciais, foi obrigado a regressar à terra de origem, onde escolheu mudar o rumo da sua formação profissional: não como mercador ou agente comercial, como a família tinha programado inicialmente, mas arquitecto militar, artilheiro e cosmógrafo. Uma vez conseguida uma nova qualificação profissional decidiu partir («salire fuora e correre mondo») para confrontar a teoria com a prática, sem, porém, oferecer à pátria e ao seu senhor algum serviço de relevo. Porquê então a carta de Baccio conseguiu despertar tão eficazmente a atenção do grão-duque induzindo-o a atender com grande prontidão às solicitações de apoio deste seu súbdito [29]?

---

[28] Também estas cartas, conservadas no Archivio di Stato, Archivio Mediceo del Principato, de Florença, foram publicadas por Gustavo UZIELLI no vol. *Cenni…*, cit., e sucessivamente por Giacomo GORRINI no ensaio *Un viaggiatore…*, cit.

[29] A carta de Baccio foi escrita em Lisboa no dia 30 de Agosto de 1608 e a resposta para o embaixador, conde Orso, tem a data 14 de Novembro: considerando o tempo necessário para a viagem da carta de Lisboa até Florença e do período inerente ao processo de selecção típico de qualquer gabinete, trata-se de um despacho excepcionalmente rápido.

A resposta a esta interrogação, com toda a probabilidade, encontra-se, de forma indirecta, na correspondência trocada entre Baccio da Filicaia, Ferdinando I e a sua secretaria. Na carta-relação, escrita em 30 de Agosto de 1608, o arquitecto e engenheiro militar, ao narrar o período passado em companhia de D. Francisco de Sousa, afirmava ter percorrido todo o estado, ter participado na procura de minas de ouro e de prata e, sobretudo, ter redigido uma descrição de todas aquelas províncias [30]. Além disso declarava, com bastante ênfase, ter participado também na exploração e na conquista das «provinzie de' fiumi del Maragnone e Amazone».

Como se viu, o grão-duque Ferdinando I, além de apoiar o contrabando com o Brasil e a actividade dos corsários ingleses contra as frotas espanholas, estava acarinhando o sonho de criar um império colonial florentino no Atlântico: ou nas costas africanas ou no Brasil. Por este motivo – não por mera curiosidade intelectual – estava interessado em recolher a maior quantidade possível de informações acerca do Brasil e os testemunhos mais qualificados fornecidos por pessoas já empenhadas naquelas áreas. Sem dúvida, o grão-duque tinha à disposição numerosas cartas de mercadores florentinos que negociavam com o Brasil a partir da Península Ibérica, mas também informes provenientes de outras nações que tentavam, naquele mesmo momento, conquistar nas Américas espaços que pertenciam ao império filipino [31]. Todavia, a carta de Baccio da Filicaia teve o condão de mostrar ao seu interlocutor que se tratava de uma pessoa que detinha um conhecimento profundo do Brasil, não apenas das costas atlânticas mas também do interior e sobretudo das defesas militares da colónia e, elemento ainda mais interessante, da colocação das minas de ouro e prata que todos cobiçavam. A este propósito é indicativa a nota, devida provavelmente a um dos secretários de Ferdinando I, em que se solicita a Baccio da Filicaia que, para satisfazer a curiosidade do seu Príncipe, efectue uma descrição pormenorizada de todo o Brasil e da viagem que efectuou [32].

Em 5 de Janeiro de 1609, após ter recebido as cartas solicitadas, Baccio enviou imediatamente ao secretário do grão-duque uma resposta com agradecimentos, comunicando também que já tinha escrito uma informação e uma relação acerca da terra do «Verzino» em que descreveu apenas a sua

---

[30] «dove fui yn sua companhia [de D. Francisco de Sousa], faciendo una discrizione di tutte quelle provincie, e facilitando el beneficio di dette mine».

[31] A este propósito é interessante lembrar uma relação, datada 6 de Dezembro de 1605, intitulada *Ragguagli sul modo con cui negoziano gli Olandesi in America, Costa di Guinea e altre terre*, conservada nos papéis de Giovanni Vanderneesen, agente comercial do grão-duque na Alemanha e nos Países Baixos (Archivio di Stato, de Florença, Archivio Mediceo del Principato, *filza* 4259, c. 9).

[32] «Che il Filicaia mandi nota in scritto di tutto el paese e 'l viaggio che ha fatto con più particularità e notizie che si possa, per curiosità di S.A., sentendo volentieri questi avvisi». A mensagem foi escrita num papel, actualmente colocado entre as duas páginas da carta de Baccio (c. 1347-1348).

peregrinação de cinco anos em companhia de D. Francisco de Sousa. A esta declaração inicial de modéstia acrescenta porém que, com base nesta sua experiência, pôde igualmente apresentar os costumes, as guerras, os remédios, a maneira de viver e as leis dos indígenas, o que – juntamente com o facto de ele não ser um historiador – deu origem a um texto bastante extenso. Também aproveita a ocasião para anunciar que tinha começado a redigir uma outra relação, geral, de todo o estado do «Verzino», mas que, devido ao facto de ter aí deixado muitos desenhos e memoriais, não tinha a possibilidade de concluir na Europa este seu trabalho. Empenhava-se, porém, a levar a cabo esta sua obra no Brasil, circunstância que lhe daria a possibilidade de juntar ao texto também algumas coisas fora do vulgar, algumas «curiosidades» que aí conservava.

Esta carta, como a primeira enviada ao grão-duque, tem uma retórica claramente com a finalidade de fazer auto-apologia e auto-promoção, elemento que incide de maneira considerável sobre as notícias contidas no texto e sobre a verdade de determinadas afirmações. Baccio afirmava que a relação que tinha escrito era demasiado extensa para ser enviada com o mensageiro, facto que o induzia a esperar uma urca que tinha que partir em meados daquele mês para Veneza. Ora, o autor declara escrever a resposta passados dois dias após ter recebido as cartas de Florença, período em que teria sido materialmente impossível elaborar um texto descritivo de amplas dimensões, como afirma ser a sua relação. Qual, portanto a realidade? Evidentemente, Baccio da Filicaia não estava à espera de um pedido deste tipo tão rapidamente e, em consequência, tentou ganhar algum tempo para redigir a sua relação, ou talvez tivesse já apontamentos ou a relação a que fazia referência na primeira carta; se se tratava de uma relação escrita precedentemente tinha de ser em português ou espanhol, e portanto dez ou quinze dias podiam ser suficientes para a traduzir e actualizar antes da partida do navio para Veneza. O que é facto é que nem esta relação nem a outra obra que o autor prometeu escrever foram até agora encontradas nos arquivos florentinos, ou porque não chegaram a ser redigidas em italiano ou porque se extraviaram [33] devido ao acaso ou às vicissitudes da história política local.

Ferdinando I, para concretizar o seu sonho imperial, fez recurso a todos os meios ao seu alcance, alguns perfeitamente lícitos, como era a recolha sistemática de informações, outros menos justificáveis de um ponto de vista ético, como era a participação directa no contrabando e o apoio às acções

---

[33] Há alguns anos dedicámos um estudo a uma obra anónima intitulada «Ritratto et Riverso del Regno di Portogallo», levantando a hipótese de o seu autor poder ser Baccio da Filicaia («Um retrato italiano do Reino de Portugal no século XVI», em *Mare Liberum*, 1997, n.° 14, pp. 99-114); o facto de Baccio não fazer nenhuma referência a este tratado, eventualmente por ele escrito, não invalida a possibilidade de ser ele o autor, já que a produção deste texto deve ser colocada durante o governo do grão-duque Francesco I, circunstância que não representava um elemento positivo aos olhos de Ferdinando I.

dos corsários ingleses. Neste contexto de busca espasmódica de um território no Atlântico onde criar um empório florentino coloca-se também a primeira carta de Baccio da Filicaia, que teve a capacidade de concentrar definitivamente a atenção no território brasileiro: com efeito, passado cerca de um mês, o grão-duque fez armar no porto de Livorno dois navios entregues ao capitão inglês Robert Thornton. Para a realização desta expedição, Ferdinando I tinha solicitado ao conde de Warwick um mapa da região amazónica por ele explorada em 1595, e portanto as informações que Baccio prometia oferecer, dada a sua experiência naquela mesma região, representavam um complemento útil às notícias já recolhidas. Warwick e Filicaia falavam na possibilidade de encontrar na Amazónia ricas minas de ouro e de prata mas, antes de tudo, o grão-duque desejava possuir uma terra, um empório no Brasil.

Robert Thornton navegou cerca de um ano explorando o Amazonas, o Orinoco e a ilha Trinidad, porém, regressando a Livorno a 12 de Julho de 1609 [34] não teve a possibilidade de narrar ao grão-duque as suas façanhas: Ferdinando I tinha falecido a 7 de Fevereiro do mesmo ano. Assim, também a relação de Baccio da Filicaia – se foi escrita – não chegou a satisfazer a curiosidade do Príncipe e a reforçar ulteriormente o seu interesse pela terra do «Verzino». Por seu lado, Baccio regressou ao Brasil continuando a sua actividade de arquitecto e engenheiro militar em várias capitanias e, já sem a perspectiva de poder gozar as benesses que esperava conseguir em Florença, acabou a sua vida aventurosa, provavelmente em 1628, na Bahia, ao serviço da administração filipina [35].

---

[34] Sobre esta expedição cf. G. Guarnieri, «L'ultima impresa coloniale di Ferdinando I dei Medici. La spedizione R. Thornton al Rio Amazones, all'Orinoco, all'isola Trinidad», em *Annali dei R.R. Istituti tecnico e nautico di Livorno*, 4.ª série, IX, Livorno, 1910.

[35] Falta ainda um estudo exaustivo sobre a actividade de arquitecto e de engenheiro militar desenvolvida por Baccio da Filicaia, apesar de em vários ensaios aparecerem indicações parciais e referências a algumas das obras por ele realizadas; cf., por exemplo, Leone Andrea Maggiorotti, «Architetti militari italiani in Portogallo», no vol. AA.VV., *Relazioni storiche fra l'Italia e il Portogallo*, Roma, Reale Accademia d'Italia, 1940, p. 430; Carlos Lemos, «O Brasil», no vol. AA.VV. *História das fortificações portuguesas no mundo*, direcção de Rafael Moreira, Lisboa, Publicações Alfa, 1989; Rafael Moreira, «O engenheiro-mor e a circulação das formas no império português», em *Portugal e Flandres. Visões da Europa (1550-1680)*, Lisboa, Instituto Português do Património Cultural/Mosteiro dos Jerónimos, 1992; Marino Viganò, *Architetti e ingegneri militari all'estero dal XV al XVIII secolo*, Istituto Italiano dei Castelli, Sillabe, 1994; Beatriz Siqueira Bueno, *Desenho e desígnio – o Brasil dos engenheiros militares*, «Oceanos», n.° 41, 2000, pp. 40-58.

ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR, Vol. III, 2002, pp. 79-86

O NAUFRÁGIO DA NAU «S. ALBERTO» E AS CAUSAS DAS PERDAS DA CARREIRA DA ÍNDIA SEGUNDO JOÃO BAPTISTA LAVANHA

por

FRANCISCO CONTENTE DOMINGUES *

A publicação da *História Trágico-Marítima* em 1735 e 1736 [1], pela reunião de doze relatos de naufrágios que corriam autonomamente, foi muito ao gosto de uma sociedade setecentista ávida de papéis volantes, folhetos e opúsculos em que o fantástico e o maravilhoso andavam de mãos dadas com o horrendo e o bestial, o que já foi dito ser «um dos fenómenos culturais mais curiosos da primeira metade do século XVIII» [2]. Os relatos de acontecimentos relacionados com a vida no mar tiveram neste conjunto um sucesso particular, com abundância de notícias sobre combates navais, muitos nem sequer envolvendo navios portugueses – mas quase sempre armadas cristãs contra inimigos turcos –, acidentes vários, perdas de navios, aparecimento de monstros, ou até notícias de descobertas de ilhas fantásticas, prefigurando a literatura utópica mas sem chegar ao nível de elaboração das obras que caracterizaram o novo género literário, inaugurado com a *Utopia* de Thomas More, na qual, não por acaso, o protagonista é um navegador português; pois, algo estranhamente, em Portugal não houve utopias, nem o episódio da Ilha dos Amores, n'*Os Lusíadas*, pode ser considerado como tal [3]. Mas houve o relato nu e cru do reverso da medalha, nas dezenas de descrições de

---

* Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

[1] Bernardo Gomes de BRITO, *Historia Tragico-Maritima Em que se escrevem chronologicamente os Naufragios que tiveraõ as Naos de Portugal, depois que se poz em exercicio a Navegaçaõ da India*, 2 tomos, Lisboa Occidental, Na Officina da Congregaçaõ do Oratorio, 1735-1736. Mais tarde apareceu um outro volume com mais seis naufrágios, que ficou conhecido por «pseudo-terceiro volume», já que não era da responsabilidade de Gomes de Brito nem correspondia exactamente à forma dos que organizou.

[2] Violeta Crespo FIGUEIREDO, «Papéis volantes do século XVIII – 1», *História*, n.º 1, Lisboa, 1978, p. 54.

[3] João MEDINA, *Não há utopias portuguesas*, Coimbra, Centro de História da Cultura e da Sociedade da Universidade de Coimbra, 1979.

navios perdidos, com o estendal de misérias humanas que se seguiam quase sempre à tragédia no mar.

A colectânea de Gomes de Brito agrupa textos com características diversas, quer sob o ponto de vista estilístico quer na forma de tratar os acontecimentos, indo das descrições mais ou menos secas dos factos até às páginas carregadas de dramatismo, como são logo aquelas que abrem o primeiro volume e narram o chamado naufrágio de Sepúlveda. São também diferentes entre si num outro aspecto: alguns dos textos revelam um profundo conhecimento das realidades do mundo naval por parte de quem os escreve e, nesse núcleo, avulta a *Relação do Naufragio da Nao S. Alberto*, de João Baptista Lavanha [4].

O que distingue este texto de quase todos os outros é precisamente o profundo conhecimento evidenciado pelo autor sobre os problemas técnicos com que deparou o navio na sua rota de regresso ao reino, bem visível no relato, apesar de este ser um homem sobre o qual não há notícia de alguma vez ter embarcado. Ou, em rigor, do qual só há notícia de ter navegado no estuário do Tejo, aquando dos trabalhos hidrográficos que aí se realizaram debaixo da sua direcção, e eventualmente numa outra ocasião similar; experiência bem pobre e que de nada valia comparada com a da navegação para o Oriente. Mas nem por isso Lavanha deixou de descrever e analisar as circunstâncias que rodearam a perda da nau «S. Alberto» em termos que tornam o relato num dos mais interessantes e úteis de toda a compilação, sob o ponto de vista da análise dos aspectos técnicos [5], muito embora não se afaste do padrão comum, já que a maior parte do texto descreve as vicissitudes por que passaram os sobreviventes em terra depois do acidente que interrompeu a jornada marítima.

A nau «S. Alberto» foi para a Índia em 1592, como capitânia da armada que saiu sob o comando de Francisco de Melo Canaviado, e regressou no ano seguinte, capitaneada por Julião de Faria, com 347 pessoas e muita carga a bordo [6]. A viagem iniciou-se sem problemas, mas a nau começou a meter água – ainda que pouca – logo que alcançaram os 10º Sul, mas quando atingiram os 27º a situação piorou. Nessa altura, quando procuravam fugir

---

[4] «Relaçaõ do Naufragio da Nao S. Alberto, No penedo das Fontes no anno de 1593. E Itinerario da gente, que delle se salvou, athè chegarem a Moçambique. Escrita por Joaõ Baptista Lavanha Cosmographo mòr de Sua Magestade No anno de 1597», *in* Bernardo Gomes de Brito, cit., t. II, pp. 215-313.

[5] «O presente relato merece talvez ser considerado o mais bem escrito de toda a colecção», escreveu António Sérgio, aludindo aos seus méritos estilísticos e informativos (António Sérgio, *História Trágico-Marítima*, compilada por Bernardo Gomes de Brito, Anotada, Comentada e Acompanhada de um Estudo por…, vol. 3, p. 12; o texto é reproduzido nas pp. 9-76).

[6] Henrique Quirino da Fonseca, *Os Portugueses no Mar*, 2.ª ed., Lisboa, Instituto Hidrográfico, 1989, Lisboa, p. 377. Há mais informação conhecida sobre esta nau e as suas viagens para a Índia: v. Luís de Figueiredo Falcão, *Livro em que se contém toda a fazenda e real património dos Reinos de Portugal, India e Ilhas Adjacentes e outras particularidades ordenado por…*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1859, p. 180.

da ponta austral da ilha de S. Lourenço, sobreveio o primeiro acidente e partiu-se o mastro do gurupés, mas continuaram e a bomba não dava ainda muito trabalho. Quando avistaram a costa do Natal a água começou subitamente a entrar com muita força, e depararam com uma das piores situações possíveis:

> Foraõ logo abaixo a reconhecella, e entendeo-se que entrava pelas picas de popa, por baixo de huma caverna, lugar muy perigoso, e de difficil remedio [7].

A água entrava por um dos pontos de pior acesso, a zona do casco que revestia as cavernas ou balizas da popa; este tipo de avaria poderia eventualmente ser consertado sem problema de maior num porto ou em seco, mas não no alto mar, onde o acesso às zonas submersas do casco, para executar operações mais complicadas, se tornava praticamente impossível. O remédio encontrado não foi o melhor, para não dizer que pode bem ter estado na origem da perdição do navio: determinou-se o corte de uma parte da caverna para se poder chegar ao casco na parte onde a água entrava, e momentaneamente essa solução pareceu ter resultado, mas logo de seguida a água encontrou aquele ponto fraco e começou a entrar em grande quantidade, conforme diz Lavanha quase por estas palavras [8].

O caso não era para menos: o corte de uma caverna não podia deixar de afectar a rigidez estrutural do navio, apesar das traves que reforçavam interna e externamente a estrutura do casco, com consequências muito graves para a navegação. Consequências essas que eram conhecidas e já tinham provado poder ser catastróficas.

Um dos factos que mais impressona o leitor da *História Trágico-Marítima*, ou dos relatos de naufrágios em geral, é justamente o subaproveitamento da experiência dos acidentes anteriores, que parecem ser esquecidos, menos por aqueles que se confrontam novamente com as mesmas situações. Isso ficou bem patente no relato do naufrágio da nau «S. Bento», escrito por Manuel de Mesquita Perestrelo, um dos outros poucos autores da *História* com bom conhecimento do meio naval [9]. Quando a nau em que seguia avistou terra, já ia com água a cobrir duas cobertas; o que era por um lado um alívio, era por outro motivo de apreensão, por todos se recordarem que iam parar à costa perto do sítio onde se perdera Manuel de Sousa Sepúlveda, havia apenas dois anos [10].

---

[7] João Baptista Lavanha, cit., pp. 219-220.

[8] *Idem*, *ibidem*, p. 220.

[9] Dionísio David, «Perestrelo, Manuel de Mesquita», in *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, pp. 884-886.

[10] Manuel de Mesquita Perestrelo, *Sumario da Viagem que fez Fernão dalvarez Cabral…*, BNL, Reservados, colecção Pombalina, n.º 490, fl. 7. Seguimos o manuscrito em vez da versão impressa (este o é segundo relato compilado na *História Trágico-Marítima*, logo a seguir ao

Lavanha escreveu o relato com dois objectivos, declarados logo na abertura: ensinar os viajantes a proceder perante os eventos e a acautelar a jornada por terra; e analisar a causa de perdição da nau, igual à de quase todas as que se perdiam – no que ia avançando as conclusões a que pretendia chegar [11].

O que sucedera antes à nau «S. Tomé» não aproveitou aos que seguiam na nau «S. Alberto», mas o relator dos acontecimento apontou de imediato o paralelismo das situações:

> E assim tem mostrado a experiencia, por este successo, e pelo da Nao S. Thomè, que foy quasi a elle semelhante, que se devem procurar e fazer todos os outros remedios para tomar a agoa, mas naõ este de cortar madeira, sendo mais necessario accrescentalla que tirá-la, porque posto que em boa apparencia, he depois muy danado, como se vio nestas duas Naos, que se se naõ cortàra em Santo Alberto huma caverna, em S. Thomè hum pedaço da escota, e ponta de pica, naõ se senhoreàra dellas tanto a agoa [12].

O que se segue é a descrição das tentativas desesperadas no sentido de adiar o inevitável. Tal como se fazia sempre nestas circunstâncias, tratou-se de atirar ao mar a carga em excesso, para aliviar o peso do navio. Tão logo pareceu estar a conseguir-se evitar a entrada de mais água, alguns tripulantes e passageiros pararam o trabalho de descarga, tentando salvar ainda uma parte dos seus pertences. Só continuaram porque Nuno Velho Pereira, o antigo capitão de Sofala que vinha a bordo, ofereceu os seus 45 quintais de pimenta aos que traziam a sua carga na coberta. Passou-se isto no dia 22 de Março, e no dia seguinte já não conseguiam tirar os caixotes da 2.ª coberta, tanta era a água, pelo que os partiam a machado e faziam subir os conteúdos pela escotilha, entretanto alargada, para serem lançados ao mar. Nessa noite levavam 12 palmos de água e as bombas entupiram-se com a pimenta, outra situação frequente nestas circunstâncias. O navio encalhou na manhã de dia 24, e da sorte dos sobreviventes, 125 portugueses e 160 escravos, como diz a relação, não cabe tratar aqui.

As causas profundas do sucedido mereceram um longo comentário a Lavanha, que cumpre transcrever apesar da sua extensão:

> Tal foy a perdiçaõ desta Nao Santo Alberto, taes os successos do seo Naufragio, causado naõ das tormentas do Cabo de Boa Esperança (pois sem chegar a elle, com prospero tempo se perdeo), mas da querena, e sobrecarga, que como a esta Nao, assim a muitas outras no fundo do mar haõ sepultado. Ambas poz em pratica a cobiça dos contratadores, e navegantes.

---

do naufrágio de Manuel de Sousa Sepúlveda): embora não haja diferenças de grande relevo, as existentes ilustram bem o tipo de intervenção editorial feita por Gomes de Brito sobre os textos que publicou.

[11] João Baptista LAVANHA, cit., pp. 217-218.

[12] *Idem, ibidem*, p. 220.

> Os contratadores, porque como seja de muito menos gasto dar querena a huma Nao que tiralla a monte, folgaõ muito com a invençaõ Italiana, a qual posto que serve para aquelle mar de Levante, a cujas tormentas e tempestades pòdem parar Galès, e onde cada oito dias se toma porto: neste nosso Oceano he o seo uso huma das causas da perdiçaõ das Naos: porque, àlem de se apodrecerem as madeiras (posto que sejaõ colhidas em sua sazaõ) com a continua estancia no mar, e desencadernarem-se com as voltas da querena, e grande pezo de tamanhas Carracas, calafetando-as por este modo, recebem mal a estopa por estarem humidas, e pouco enxutas: e quando depois navegando saõ abaladas de grandes marès, e combatidas de rijos ventos, despedemna, e abertas daõ entrada a agoa, que as soçobra. E assim tem mostrado a experiencia, que quando desta danosa invençaõ se não usava, fazia huma Nao dès ou doze viagens à India, e agora com ella naõ faz duas [13].

Além da principal causa do mau estado a que tinham chegado os navios, que Lavanha atribuía ao processo da querena à italiana, o regime de contratos e o corte de madeiras fora da estação eram igualmente apontados como factores profundamente negativos.

A política de construção de navios por contrato fazia com que os arrematadores do encargo poupassem no tempo, já que não o podiam fazer nos materiais. Os consertos por contrato tinham as mesmas consequências, por idênticas razões: os oficiais disfarçavam as situações mais graves de modo a parecer que tudo estava bem, e debaixo do disfarce «fica a perdiçaõ escondida e certa» [14].

As naus perdiam-se ainda porque as madeiras eram cortadas fora de tempo, pelo que eram pesadas, verdes e «desasonadas», e

> trocem, encolhem, e fendem, e desencaixaõ-se do seo lugar: com que despedindo a pregadura, e estopa, abrem: e com a humidade da agoa de fóra, e grande quentura da pimenta, e drogas de dentro, logo se apodrecem e corrompem na primeira viagem: e assim basta huma só taboa colhida sem vez, para causar a perdiçaõ de huma Nao [15].

Poderia ser o caso presente, segundo Lavanha, porque Nuno Velho partiu a quilha, dada à costa, com uma pequena bengala.

A cupidez dos viajantes tinha o seu quinhão de culpa, por arrumarem mal a mercadoria, com as leves em baixo e as pesadas em cima:

> E por enriquecerem brevemente, de tal maneira a sobrecarregaõ, que passaõ a devida proporçaõ da carga à Nao, a qual excedida, he forçado que fique incapaz de governo, e que precendendo qualquer das couzas apontadas, abra e se và a pique ao fundo [16].

---

[13] *Idem, ibidem*, pp. 226-227.
[14] *Idem, ibidem*, p. 227.
[15] *Idem, ibidem*.
[16] *Idem, ibidem*, p. 228.

O que se passara com a «S. Tomé» fora em tudo semelhante, excepto que o relato de Diogo do Couto fica longe deste que temos vindo a seguir: mais curto e seco na descrição dos factos, e muito mais parcimonioso na análise do naufrágio, sem procurar um conjunto de explicações genéricas, como fez Lavanha. Ainda assim vale a pena reter um passo, justamente o alusivo à decisão que pode ter estado na origem da perda do navio. Couto considerou contraproducente o corte das balizas,

> por ser aquelle lugar o em que se fecha toda a Nao, e nella naõ hia pregadura para se tornar a remediar, porque as mais, ou todas estas Naos andaõ a Deos misericordia, por pouparem quatro cruzados [17].

Repetiu-se a história: a água a entrar cada vez com mais força, as bombas a entupir-se, e o navio perdido de vez.

É difícil fazer juízos objectivos em tais matérias, mas a nosso ver o relato de Lavanha constitui a mais séria tentativa de escalpelizar as razões que estavam na origem do crescente número de perdas da Carreira da Índia. Não há alusão no texto a factores que não possam ser assacados a erros ou opções técnicas, à parte a sempre presente invocação da cupidez dos viajantes, de facto responsável por algumas perdas (embora aqui referida em termos inusuais): os navios viam as suas capacidades de manobra afectadas quando era necessário fazê-lo com celeridade e o convés se encontrava ocupado pelas caixas e fardos das liberdades [18]. Embora numa ou noutra situação isso pudesse ser resolvido com presteza, tal não seria a regra; o que normalmente se apontava como consequência principal era o efeito que o carregamento excessivo provocava por sua vez em naus cujas condições de navegabilidade já não eram as melhores.

Temos hoje indicações mais ou menos precisas sobre as razões que estiveram na origem da perda dos navios da Carreira da Índia, e a sobrecarga pode, genericamente, ser considerada a primeira causa identificada na origem dos inêxitos das viagens na segunda metade do século XVI, já que nos primeiros cinquenta anos do século preponderaram muito signi-

---

[17] Diogo do COUTO, «Relaçaõ do Naufragio da Nao S. Thomè Na Terra dos Fumos, no anno de 1589. E dos grandes trabalhos que passou D. Paulo de Lima Nas terras da Cafraria athè sua morte. Escrita por Diogo do Couto Guarda mòr da Torre do Tombo. A rogo da Senhora D. Anna de Lima irmãa do dito D. Paulo de Lima no Anno de 1611», *in* Bernardo Gomes de BRITO, *Historia Tragico-Maritima*, t. II, p. 156.

[18] Sobre as formas de pagamento em géneros, v. Maria do Rosário Sampaio Themudo Barata de Azevedo CRUZ, *O Sistema de Distribuição das Cargas nas Armadas da Índia*, Lisboa, INIC, 1988, pp. 16 segs.; António Augusto Marques de ALMEIDA, «Quintaladas», in *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, vol. II, pp. 929-930; e Rui Landeiro GODINHO, «Soldos e formas de pagamento na Carreira da Índia (séculos XVI e XVII)», in *Fernando Oliveira e o Seu Tempo. Humanismo e Arte de Navegar no Renascimento Europeu (1450-1650)*, Cascais, *Patrimonia*, 2000, pp. 505-526.

ficativamente os casos em que se desconhece de todo em todo o motivo da perda [19].

A sobrecarga dos navios prende-se ainda com um outro aspecto, o do gigantismo das naus; aqui não nos interessa particularmente, por entrar num âmbito de explicação a que Lavanha dá uma relevância muito lateral.

O relato do naufrágio da «S. Alberto» é notável, dizíamos, pela enumeração das causas técnicas dos acidentes, cuja simples descrição faz crer que podem estar na origem de motivos mais evidentes para as perdas que se verificaram. Mas o rigor técnico de Lavanha sobreleva o discurso de contornos mais imprecisos que normalmente impera.

A crítica à querena à italiana, os cortes de madeiras «desasonados», e o regime de contratos são os factores invocados no texto, em termos que evidenciam quão ciente estava Lavanha da realidade das navegações em geral, e da Carreira da Índia em particular. O problema das madeiras é recorrente, e na crítica ao regime de contratos não está isolado: no parecer escrito nesta altura por Diogo da Fonseca (um documento interessante que se mantém inédito), atribuem-se os males da navegação ao mesmo motivo [20].

A crítica de Lavanha mais relevante para os nossos propósitos é também a que tem contornos menos claros. Dizer que a querena à italiana é uma espécie de raiz de todos os males pode fazer todo o sentido à primeira vista, mas uma leitura mais atenta revela que, em última análise, poderá não ser bem assim, e isto por dois motivos diferentes: em primeiro lugar, Lavanha não dá qualquer alternativa, quer dizer, não diz qual é o método que supostamente se usava antes, e que pelos vistos considerava ser melhor; em segundo lugar, este passo induz o leitor a pensar que se tratava de uma solução nova, quando na verdade era praticada em Portugal pelo menos desde os finais do século XV. Estas duas incongruências do texto, argutamente apontadas por Richard Barker, levaram este investigador a perguntar se Lavanha não estaria a desculpar-se perante o insucesso sofrido por uma nau de que ele próprio tivesse sido responsável, ou co-responsável, como sucedeu mais tarde, pelo menos na construção de dois outros navios [21]; é uma explicação possível, embora algo rebuscada, que passa pela necessidade de atribuir ao relator do naufrágio responsabilidades ao nível da construção naval, pelo menos uns dez anos anteriores às datas que podemos documentar.

O certo é que o processo era antigo, o que significa que provara repetidas vezes; e, por outro lado, não era sequer forçosamente mais barato do

---

[19] António LOPES, Eduardo FRUTUOSO e Paulo GUINOTE, *Naufrágios e Outras Perdas da «Carreira da Índia». Séculos XVI e XVII*, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, pp. 112 segs.

[20] BNL, Reservados, ms. 285, n.º 55. Este documento foi adquirido em leilão pela BNL em 1995 e está disponível para leitura há pouco tempo, razão pela qual julgamos que nunca foi estudado, ou sequer citado.

[21] Richard BARKER, «Careening: art and anedocte», *Mare Liberum*, n.º 2, Lisboa, 1991, p. 189.

que as alternativas, nem menos perigoso. Richard Barker ilustrou-o bem no artigo que dedicou ao assunto: a querena à italiana, que implicava adornar o navio para fazer emergir partes do casco normalmente submersas, incluindo a quilha, de modo a permitir o acesso e reparação dessas partes, era uma manobra que podia ter os seus inconvenientes [22]; mas outras soluções que sabemos terem sido praticadas, embora em momentos diferentes, tinham-nos também. O «pôr os navios a monte», como então se dizia, isto é, consertar o navio em seco aproveitando o jogo das marés, não se podia fazer em toda a parte e tinha os seus riscos próprios. O recurso à doca seca seria sempre o melhor, mas só se documenta para Portugal tão tarde quanto 1788 [23].

Há pois que reconhecer que estes comentários de Lavanha carecem de ser adequadamente explicados, mas isso não retira ao texto esse carácter tão próprio de procurar nas questões de natureza técnica a razão da perda das naus da Índia.

---

[22] *Idem*, *ibidem*, *passim*.

[23] A. Estácio dos Reis, *O Dique da Ribeira das Naus*, Lisboa, Academia de Marinha, 1988.

ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR, Vol. III, 2002, pp. 87-121

O IMPÉRIO PORTUGUÊS EM MEADOS DO SÉCULO XVI [1]

por

JOÃO PAULO OLIVEIRA E COSTA *

No século XV e no início do século XVI, os Portugueses criaram um império marítimo, quase sem territorialidade, assente no domínio de rotas marítimas apoiadas por ilhas ou por portos situados nas orlas costeiras de África, Ásia e América. Mais tarde, em meados de Seiscentos, a maioria das posições que haviam permanecido ligadas apenas a essa lógica já não pertenciam ao império ou estavam em vias de cair. Nessa época, porém, o império não se desmoronou nem desapareceu; pelo contrário, reformulou-se, adquirindo então uma outra grandeza e uma nova configuração baseada na territorialidade.

Completou-se, assim, um lento processo de mudança das dinâmicas estruturais da Expansão que havia começado por meados do século XVI, no

---

* Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Investigador do Centro de História de Além-Mar.

[1] Este texto reproduz, com ligeiras alterações, a lição que apresentei nas provas para obtenção do título de Agregado no Grupo de História, na Disciplina de História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, que decorreram na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, a 17 e 18 de Junho de 2002. Este trabalho completa um outro que apresentei ao X Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa (Salvador da Bahia, 4 a 9 de Dezembro de 2000) «A política expansionista de D. João III (1521-1557); uma visão global». Nesse trabalho focalizei o meu estudo na análise das principais linhas de força da política expansionista de D. João III e das diversas conjunturas que é possível identificar ao longo do seu reinado.

Entretanto, decorreu em Lisboa e Tomar, entre 4 e 8 de Junho de 2002, um congresso internacional sobre D. João III e o Império, mas esta lição foi preparada antes e não usa, por isso, informações novas decorrentes dessa reunião, embora me pareça que as ideias principais deste artigo vão ao encontro das linhas interpretativas mais inovadoras que foram bem acolhidas nesse evento. Do mesmo modo, já não tive em conta dois outros estudos recentes (Paulo Drummond BRAGA, *D. João III*, Lisboa, Hugin, 2002; Maria Leonor García da CRUZ, *A governação de D. João III: a Fazenda real e os seus vedores*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2001), obras que os autores tiveram a amabilidade de me oferecer, mas que não tive possibilidade de ler em tempo útil para a elaboração deste trabalho.

final do reinado de D. João III. É precisamente esse período especial da génese de novos comportamentos estruturais da Expansão que me proponho analisar, neste trabalho.

I. Uma conjuntura difícil (1521-1549)

O reinado de D. João III foi marcado por mudanças profundas nas áreas envolventes do Império Português, que se caracterizaram principalmente por uma pressão cada vez maior sobre as rotas e os entrepostos controlados pelos Portugueses, tanto no mundo atlântico como no oriental. Ao mesmo tempo, a Europa vivia também ela um período de transformações e de desafios complexos que acabaram por afectar o país.

a) *O teatro euro-mediterrânico*

A Cristandade enfrentava, então, o apogeu do império dos Otomanos, sob Soleimão *o Magnífico* (1520-1566) [2]. Senhores da Anatólia, os Turcos haviam-se concentrado inicialmente na conquista da Europa balcânica, mas em 1516 Selim I tinha aberto uma nova frente de conquista e apossara-se do velho Império Mameluco, numa campanha fulminante concluída em 1517. O seu herdeiro, Solmeimão, prosseguira a expansão em várias direcções: avançara pelo vale do Danúbio, conquistara a ilha de Rodes e ganhara influência no norte de África, dominara o Mar Vermelho e a Mesopotâmia, e, finalmente, conquistara Bagdade, em 1534, e Baçorá, em 1546. Deste modo, a ameaça otomana atingia Portugal quer pelo Mediterrâneo quer pelo Índico, onde era, aliás, o maior adversário do Estado da Índia [3].

Entretanto, em Marrocos decorria a unificação do país pelos Saadidas; esta dinastia, nascida no sul do território fizera da guerra santa contra os Portugueses, uma das suas bandeiras principais, e lograra conquistar Fez em 1549, pondo fim a um longo período de fragmentação política do noroeste

---

[2] Para a história do Império Otomano, segui principalmente Dimitri KITSIKIS, *L'empire Ottoman*, Paris, PUF, 1985; Robert MANTRAN, *Histoire de l'empire ottoman*, Paris, 1989. Sobre o período correspondente ao reinado de D. João III, veja-se ainda o livro de Adré CLOT, *Soliman, le magnifique*, Paris, Fayard, 1983.

[3] Para a acção dos Portugueses no Oriente sigo, basicamente, o estudo que realizei com Victor Luís Gaspar RODRIGUES, sob a direcção de Luís Filipe THOMAZ, *Portugal y Oriente: el proyecto indiano del rey Juan* (título original *O Estado Português da Índia no século XVI*), Madrid, 1992; uso ainda especialmente o trabalho de Sanjay SUBRAHMANYAM, *The portuguese empire in Asia, 1500-1700. A political and economic history*, Londres e Nova Iorque, 1993.

africano que os Portugueses haviam aproveitado para dominar grande parte da sua orla costeira atlântica [4].

Por meados de Quinhentos, o Islão representava uma grande ameaça geo-estratégica à Cristandade que afectava directamente Portugal.

Enquanto crescia o poderio dos Muçulmanos, a Europa era abalada pelo Cisma protestante [5] e por uma grande instabilidade política [6]. Portugal mantivera-se neutral no seio da Europa e a sua situação periférica afastara-o bastante das polémicas que estiveram na base do Protestantismo, mas o país sentia dificuldades acrescidas de afirmação diplomática fora do contexto ibérico.

Dois factos bem distintos contribuíram para esta situação: por um lado, o rei perdeu prematuramente a maioria dos seus filhos e irmãos. Conforme se pode ver pelo quadro n.º 1 [7], D. João III, ao longo da sua vida, perdeu os seus 10 filhos e seis irmãos mais novos, tendo sido particularmente penoso o período entre 1 de Janeiro de 1537 e 20 de Setembro de 1540, pois nesses 33 meses morreram-lhe quatro filhos e quatro irmãos.

Este facto trágico limitou-lhe as hipóteses de negociar casamentos junto das cortes europeias; além disso, estes anos de definição do cisma protestante reduziam significativamente o campo das escolhas, ficando a Casa Real portuguesa quase confinada a uma política de sucessivos casamentos com a Casa de Áustria, ou a uma política de casamentos no interior do país, como sucedeu com os infantes D. Fernando e D. Duarte, que poderia ter salvaguardado a continuidade dinástica se tivesse sido suficientemente fecunda [8].

---

[4] Cf. Bernard LUGAN, *Histoire du Maroc. Des origines à nos jours*, Paris, Perrin, 2000, pp. 129-182. Para uma visão global da presença portuguesa em Marrocos, *vide* David LOPES, *A expansão em Marrocos*, Lisboa, Teorema / O Jornal, 1989; Bernard ROSEMBERGER, «Le Portugal et l'Islam maghrebin (XV-XVI siècles)», in *Histoire du Portugal, Histoire Européenne*, Paris, Centro Cultural Português, 1987, pp. 59-84.

[5] Para a história do Cristianismo baseamo-nos sobretudo em *Histoire du Christianisme* (dir. de J.-M. MAYEUR, C. PIETRI, A. VAUCHEZ e M. VENARD), 14 vols. (em publicação), especialmente vol. 6 (1274-1449), Paris, 1990; vol. 7 (1450-1530), Paris,1994; vol. 8 (1530-1620). Veja-se também Jean DELUMEAU, *Le Catholicisme entre Luther et Voltaire*, Paris, PUF, 1985, 3.ª edição, revista; Hans KUNG, *O Cristianismo. Essência e História*, Lisboa, *Círculo de Leitores*, 2002 (original, 1994), pp. 427-449; 486-558.

[6] Para as relações internacionais europeias nesta conjuntura segui, basicamente, Richard BONNEY, *The european dynastic states, 1494-1660*, Oxford, Oxford University Press, 1991.

[7] Fonte: Joaquim Veríssimo SERRÃO, *História de Portugal*, 12 vols., Lisboa, Editorial Verbo, vol. 3, 1978, pp. 421-424.

[8] O infante D. Fernando (1507-1534) casou em 1530 com D. Guiomar Coutinho, herdeira dos condados de Marialva e de Loulé, e foi feito duque da Guarda. A morte precoce do casal e dos seus descendentes levou ao desaparecimento desta Casa e desta linha de sucessão, tendo o condado de Marialva revertido para a Coroa, e o de Loulé passado para o infante D. Luís, em 1537, por via da sogra de D. Fernando. O infante D. Duarte (1515-1540), por sua vez, contraiu matrimónio, em 1537, com D. Isabel, irmã de D. Teodósio, 5.º duque de Bragança; por esta via

No campo católico a principal alternativa, apesar das graves convulsões internas, era a França [9], mas Portugal nunca se ligara antes à monarquia gaulesa, e mais tarde, quando tentou negociar aí o casamento de D. Sebastião, o processo fracassou [10]. Além disso, no reinado joanino, a França era, na verdade, o grande rival de Portugal no Atlântico [11]. Embora nunca tivessem afrontado formalmente os direitos de exclusividade reclamados por Portugal por via das bulas papais, Francisco I estimulara as acções predatórias dos seus súbditos no Atlântico, e Henrique II, rei desde 1547, apoiava os projectos de expansão francesa no Brasil [12].

*

O quadro das relações internacionais era, pois, muito mais complexo e ameaçador por esta altura do que quando D. João III herdara inesperadamente o trono português, no final de 1521 [13]. Além disso, vivia-se, como refe-

---

foi feito duque de Guimarães, à custa do património da Casa de Bragança. O seu herdeiro varão, D. Duarte (1541-1576), já nasceria após o falecimento do infante, mas a casa ducal e a linha sucessória extinguir-se-iam à morte deste. Sobre esta matéria sigo, principalmente, os seguintes trabalhos: Miguel RODRIGUES e Luís Filipe OLIVEIRA, «Um processo de reestruturação do domínio social da nobreza. A titulação na 2.ª dinastia», *Revista de história económica e social*, Lisboa, Sá da Costa, n.º 22, 1988, pp. 77-114; João Cordeiro PEREIRA, «A estrutura social e o seu devir», in *Nova História de Portugal* (dir. Joel SERRÃO e A. H. de Oliveira MARQUES), Lisboa, Editorial Presença, vol. V, *Portugal. Do Renascimento à crise dinástica* (dir. João Alves DIAS), 1998, pp. 277-336. Sobre o caso concreto da nobreza titular no reinado de D. João III deve-se acrescentar o estudo de Jean AUBIN, «La noblesse titrée sous D. João III. Inflation ou fermeture ?», in *Le latin et l'astrolabe I*, Paris-Lisboa, Centre Culturel Calouste Gulbenkian – CNCDP, 1996, pp. 371-383.

[9] Para a história da França quinhentista, além de obras mais específicas citadas adiante, *vide* Bernard QUILLIET, *La France du beau XVIe siècle*, Paris, Fayard, 1998.

[10] Cf. Pedro Soares MARTINEZ, *História diplomática de Portugal*, Lisboa, Editorial Verbo, 1992, pp. 107-109.

[11] Cf. Ana Maria Pereira FERREIRA, *Problemas marítimos entre Portugal e a França na primeira metade do século XVI*, Redondo, Patrimonia Historica, 1995.

[12] Cf. Philippe HAUDRÈRE, *L'empire des rois (1500-1789)*, Paris, Éditions Denoel, 1997, pp. 28-30. Para a biografia dos monarcas franceses vide Jean JACQUART, *François Ier*, Paris, Fayard, 1994, 2.ª edição (1981); Ivan CLOULAS, *Henri II*, Paris, Fayard, 1985.

[13] D. João II gizara o seu plano expansionista enquanto governava a costa da Guiné, e, em 1481, iria aplicá-lo, mesmo que seu pai não tivesse falecido após doença fulminante, como o prova a doação que D. Afonso V lhe fez dos territórios a sul do Bojador, em Maio desse ano, assim como o documento pontifício que nos atesta que a decisão de construir a fortaleza de São Jorge da Mina também foi tomada antes de o *Príncipe Perfeito* ser aclamado rei (cf. o meu artigo «D. Afonso V e o Atlântico: a base do projecto expansionista de D. João II», in *Mare Liberum*, Lisboa, CNCDP, n.º 17, 1999, pp. 39-71). D. Manuel I tivera igualmente tempo para amadurecer a sua política expansionista enquanto D. João II era consumido pela doença que o vitimaria (sobre o processo de sucessão de D. João II *vide* Jean AUBIN, «D. João II devant sa succession», in *Le Latin et l'astrolabe II. Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales*, Paris-Lisboa, Centre Culturel Calouste Gulbenkian –

rimos, o prenúncio de uma crise dinástica, devido à morte dos filhos do rei e de seis dos seus irmãos; além do infante D. Luís, que morreria sem descendência legítima em 1555 [14], e do cardeal D. Henrique, só restavam dois descendentes varões de D. Manuel I por via varonil legítima, o bisneto, D. Sebastião (1554-1578), herdeiro da Coroa, e o neto D. Duarte, 5.º duque de Guimarães (1541-1576), não esquecendo que do outro lado da fronteira vivia o outro neto de D. João III, o príncipe D. Carlos (1545-1568) [15].

Esta fragilidade foi acentuada pelo facto de o infante D. Luís e mais tarde o 5.º duque de Guimarães não terem contraído matrimónio que gerasse descendência legítima o que é, por certo, um sinal de desorientação política, o que já se notou, igualmente, no final do reinado de D. João III pois não foram reunidas cortes para jurar D. Sebastião herdeiro da Coroa e D. João não deixou testamento com instruções sobre a regência, em caso do seu falecimento. O colapso quase total de duas gerações de príncipes reais motivou ainda que permanecesse nos circuitos mais próximos da Coroa uma velha fidalguia, pouco ajustada à realidade geo-estratégica e à dinâmica social que sustentava agora o processo expansionista.

CNCDP, 2000, pp. 49-82). D. João III, pelo contrário, estava ainda arredado da governação quando seu pai foi vitimado pela doença que o matou em poucos dias. Isto significa que o novo rei se viu forçado inicialmente a tomar decisões sem estar totalmente inteirado dos processos e logo numa altura em que se levantavam novos problemas, como o resultante da conclusão da viagem de circum-navegação por Sebastião del Cano. Os anos 20 correspondem, por isso, a um período de avaliação, concluído com a assinatura do tratado de Saragoça (1529).

[14] O papel do infante D. Luís na história de Portugal queda por estudar, assim como a sua relação pessoal com o régio irmão. Este, tanto quanto se percebe, procurou sempre conservá-lo discreto na corte, sem lhe dar azo para mostrar os seus dotes de chefia e de guerreiro, assim como nunca promoveu o seu casamento, nem tendo em vista uma aliança diplomática nem consagrando uma política de consolidação da dinastia de Avis perante a tragédia dos príncipes que morriam sucessivamente. É sintomático dessa relação difícil o facto de D. Luís ser relacionado com os sectores da corte que pugnavam pelo ideal cruzadístico, em oposição, como veremos, ao modelo de expansão idealizado por D. João III. Segundo Damião de Góis, o infante sempre procurou participar na guerra contra os mouros, tendo mesmo tentado passar a Marrocos e à Índia, e só logrou participar na expedição de Carlos V a Tunes, em 1535, porque saiu secretamente do Reino (cf. Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo rei D. Manuel*, parte I, cap. ci). Sobre este infante veja-se Sylvie Deswarte-Rosa, «Espoirs et désespoir de l'infant D. Luis», in *Mare Liberum*, Lisboa, CNCDP, n.º 3, 1991, pp. 243-298. Também Francisco de Andrada refere que «perante a insatisfação de D. João, D. Manuel I começou a inclinar-se mais para seu filho D. Luís» (Francisco de Andrada, *Crónica d'el-rei Dom João o III*, parte I, cap. vi), o que ajudaria a compreender o maior apego deste infante à Cruzada. O facto de D. Manuel I lhe ter doado o (emblemático) título de duque de Beja logo em 1521, quando o infante tinha apenas 15 anos, parece enquadrar-se nesse relacionamento privilegiado e nessa possível sintonia ideológica.

[15] Sobre as tentativas de interferência na sucessão dinástica portuguesa por Carlos V, através deste seu neto, *vide* Isabel M. R. Mendes Drummond, *Um espaço, duas monarquias (interrelações na Península Ibérica no tempo de Carlos V)*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos – Hugin, 2001, pp. 245-254. Para o príncipe D. Carlos, veja-se também Ivan Cloulas, *Philippe II*, Paris, Fayard, 1992.

Este quadro de algum imobilismo social era reforçado pelo facto de D. João III, entretanto, ter introduzido a Inquisição no Reino. Como é sabido, este organismo eclesiástico seria responsável pela saída do país de muitos dos mercadores de grande cabedal, por uma menor mobilidade social e por uma falta de pluralismo cultural; a sua existência era, por si só, um factor de maior intolerância na sociedade, de intranquilidade dos indivíduos e contribuiu, sem dúvida, para reforçar a sensação de decadência que era vivida por muitos naquele tempo.

b) *Os rivais do Império*

Além dos problemas já enunciados, a Coroa portuguesa enfrentava, em meados de Quinhentos, outros desafios difíceis que condicionavam significativamente a sua política ultramarina [16]. Com efeito, o corso europeu junto ao continente ou nos Açores, a pirataria muçulmana, a acção de aventureiros na costa ocidental africana e dos Franceses no Brasil, e ainda a pressão otomana no Índico haviam levado a Coroa a empenhar muitos meios navais só em acções de defesa, a partir de 1520, ao contrário do que sucedera até essa época. Trata-se de um esforço de mobilização de recursos como nunca havia ocorrido antes: no século XV, as áreas de intervenção ultramarina ainda eram limitadas e Portugal não enfrentava concorrência significativa; depois, o alargamento da intervenção ao Índico decorrera sem que os negócios atlânticos tivessem sofrido desafios graves, mas a partir da terceira década quinhentista tudo mudara rapidamente.

A pirataria nas águas dos Açores levou a Coroa a criar a Armada das Ilhas, constituída em regra por seis a oito navios e uma tripulação com cerca de 500 homens, que tinha por missão escoltar os navios da Carreira da Índia, na torna-viagem, desde o arquipélago até à Península. Ao longo do reinado joanino, a pressão sobre as naus do comércio transoceânico nunca diminuiria, pelo que o rei teve sempre que empregar meios de defesa consideráveis no exercício da soberania sobre as águas dos Açores [17]; além disso, estes meios militares apoiaram também, muitas vezes, as armadas das Índias de Castela, no percurso da torna-viagem [18].

---

[16] Para uma visão global desta conjuntura é particularmente útil o estudo de Vitorino Magalhães GODINHO, «A viragem mundial de 1517-1524 e o Império português», in *Ensaios II*, Lisboa, Sá da Costa, 1978, 2.ª edição, pp. 205-221.

[17] Cf. Artur Teodoro de MATOS, «A provedoria das armadas da ilha Terceira e a Carreira da Índia no século XVI», in *II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa – Actas* (ed. Luís de ALBUQUERQUE e Inácio GUERREIRO), Lisboa, IICT, 1985, pp. 63-72.

[18] Conforme foi demonstrado por Artur Teodoro de MATOS, entre 1518 e 1598, as esquadras castelhanas vindas da América escalaram os Açores pelo menos em 39 ocasiões. Cf. «Os Açores e a Carreira das Índias no século XVI», in *Estudos de História de Portugal (Homenagem a A. H. Oliveira Marques)*, 2 vols., volume II – sécs. XVI-XX, Lisboa, *Editorial Estampa*, 1983, pp. 93-117.

Entretanto, a presença de particulares no Atlântico tropical era irreversível. Muitas das vezes, esses navegantes atacavam os navios portugueses, assim como os seus entrepostos. No século XV, os meios navais da Coroa estavam concentrados, como referimos, numa faixa estreita do Atlântico e a concorrência era diminuta e mal conhecedora das águas tropicais. Agora, o Império crescera imenso, mas a concorrência estrangeira concentrava-se predominantemente na costa ocidental africana – a zona mais acessível aos aventureiros europeus. D. João III tentou ainda reforçar a presença portuguesa na região com a construção de uma nova fortaleza na Costa da Malagueta, mas as expedições, enviadas em 1532 e em 1540, foram mal sucedidas; no entanto, a partir de 1529, a zona da malagueta passou a ser patrulhada regularmente por esquadras portuguesas [19].

O comércio luso na região ressentia-se tanto da concorrência como da actividade predadora desses rivais, e o trato que foi então atingido mais duramente foi o da Mina que, na segunda metade do século, registaria sempre remessas de ouro inferiores às da primeira metade da centúria [20]. Também os habitantes do arquipélago de Cabo Verde se queixavam dos ataques frequentes de corsários franceses [21], embora o comércio de escravos prosperasse em meados do século, como veremos adiante.

O Estado da Índia, por sua vez, era incapaz de bloquear o acesso das especiarias ao Mediterrâneo. Ormuz era, aliás, um dos fornecedores desses produtos aos mercados do Golfo Pérsico, e os navios portugueses já não bloqueavam a boca do Mar Vermelho. Assim, a rota do Cabo sofria uma forte concorrência, e a Coroa decidiu encerrar a feitoria da Flandres, em 1549 [22].

Estas dificuldades não significam que o sistema comercial português entrara em colapso mas tão-só que o modelo monopolista idealizado pelo

---

[19] Cf. Vitorino Magalhães GODINHO, *Descobrimentos e economia mundial…*, vol. 2, p. 155. No que respeita às expedições fracassadas, Godinho não adianta pormenores relativamente à primeira, mas refere que a segunda foi destroçada por uma tempestade.

[20] Cf. João Cordeiro PEREIRA, «Resgate do ouro na costa da Mina nos reinados de D. João III e D. Sebastião», in *Stvdia*, Lisboa, n.º 50, 1991, pp. 5-48.

[21] Cf. Maria Manuel TORRÃO, «Actividade económica externa de Cabo Verde: organização, funcionamento, evolução», in *História Geral de Cabo Verde* (dir. de Luís de ALBUQUERQUE e Maria Emília Madeira SANTOS), Lisboa-Praia, IICT – Direcção-Geral do Património Cultural de Cabo Verde, vol. I, 1991, pp. 322-332.

[22] Sobre a evolução dos negócios sob monopólio régio veja-se o estudo de Manuel Nunes DIAS, *O capitalismo monárquico português (1415-1549). Contribuição para o estudo das origens do capitalismo moderno*, 2 vols., Coimbra, Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1963-1964. Desta obra interessam-me sobretudo os dados apresentados, pois para uma visão interpretativa do papel do mercantilismo régio no âmbito da expansão portuguesa, parece-me muito mais objectiva a análise de Luís Filipe THOMAZ («Vicissitudes do Mercantilismo Régio Português»), apresentada no seu estudo *A questão da pimenta em meados do século XVI. Um debate político do governo de D. João de Castro*, Lisboa, CEPCEP, 1998.

infante D. Pedro [23], aplicado por D. Afonso V [24] e prosseguido pelos sucessores do *Africano*, começava a estar inadequado aos ventos da História. Olhando para os avanços e recuos que se iam verificando, podemos afirmar que os negócios no Atlântico e no Índico continuavam a crescer [25], mas o mercantilismo régio dava lugar, então, à preponderância crescente da iniciativa privada [26].

A estas mudanças, que podiam ser interpretadas como indícios de um certo declínio, juntavam-se outros sinais de uma aparente fragilidade do sistema militar.

De facto, a situação em Marrocos tornara-se insustentável; após a queda de Santa Cruz do Cabo de Gué (1541), o rei ordenou a evacuação de quatro praças, Safim e Azamor, logo em 1541, e Alcácer-Ceguer e Arzila, em 1550. A esta incapacidade para suster a investida dos Mouros, acrescentavam-se as grandes dificuldades por que passavam os Portugueses no Brasil. O sistema das capitanias-donatarias, ensaiado pelo monarca por meados da década de

---

[23] Para os primórdios da Expansão baseio-me, especialmente no estudo de Luís Filipe THOMAZ, «A evolução da política expansionista portuguesa na primeira metade de Quatrocentos», *in De Ceuta a Timor*, Lisboa, 1994, pp. 43-147. Parece-me particularmente importante a doação feita em 1443 por D. Pedro, o regente, ao infante D. Henrique, na medida em que esse diploma é a primeira intervenção política da Coroa portuguesa no sentido de controlar efectivamente as águas a sul do Bojador; a aplicação da carta de doação foi criando hábitos exclusivistas ligados a um particular, mas membro da família real portuguesa, e ganhou rapidamente uma expressividade diplomática, que acabou por ser consagrada pela Santa Sé, através da bula *Romanus Pontifex*, em 1455, documento em que assentaria a doutrina portuguesa do *mare clausum*.

[24] Sobre o papel do *Africano* na Expansão baseio-me nos meus estudos: «D. Afonso V e o Atlântico: a base do projecto expansionista de D. João II», in *Mare Liberum*, Lisboa, CNCDP, n.º 17, 1999, pp. 39-71; «A formação do aparelho central da administração ultramarina portuguesa no século XV», in *Anais de História de Além-Mar*, Lisboa, CHAM, 2001, vol. II, pp. 87-114.

[25] Quanto à sustentabilidade deste crescimento vejam-se, por exemplo, Frédéric MAURO, *Le Portugal, le Brésil et l'Atlantique au XVIIe siècle (1570-1670)*, Paris, Centro Cultural Português, 1983; Luís Filipe THOMAZ, «A crise de 1565-1575 na História do Estado da Índia», in *Mare Liberum*, Lisboa, CNCDP, n.º 9 (*O Estado da Índia e a Província do Norte, actas do VII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa)*, 1995, pp. 481-520. Sobre esta questão, Vitorino Magalhães Godinho apresentou uma imagem sugestiva, quando definiu a evolução da economia do império, neste período como um «jogo complexo de acordeão». Cf. V. M. GODINHO, «Les fluctuations économiques au XVIe siècle. Problèmes de diagnostic et d'interprétation», in *Revista de Economia*, Lisboa, vol. IX, fasc. III, 1956, p. 109.

[26] Há cerca de 40 anos, Virgínia Rau, à semelhança de Manuel Nunes Dias, realçava o que entendia ser uma fraqueza estrutural do império português no reinado joanino – o facto de a economia ter revelado uma falta de liquidez sistemática, que levara a Coroa a recorrer regularmente ao crédito para manter a operacionalidade do império (cf. Virgínia RAU, «Os mercadores-banqueiros estrangeiros em Portugal no tempo de D. João III (1521-1557)», in *Estudos sobre História Económica e Social do Antigo Regime*, Lisboa, Editorial Presença, 1984, pp. 67-81). Parece-me, porém, que esse recurso sistemático ao crédito, só por si, mesmo tendo em conta o pagamento de juros que provocou, não é necessariamente um sinal de fraqueza; em meu entender, pode ser visto antes como um sinal dos enormes recursos disponíveis que se revelaram sempre suficientes para cobrir os empréstimos contraídos pela Coroa.

30, fracassara na maior parte dos casos, embora tivesse mostrado as potencialidades do território para a produção açucareira. Aquando da criação do governo-geral, em 1549, a presença lusa no território tinha de facto um carácter assaz precário [27].

Vivia-se, assim, uma conjuntura complexa e com muitas dificuldades, a que se acrescentava ainda uma outra de carácter natural ou ecológico, pois a floresta portuguesa começava a dar sinais de incapacidade de fornecer madeira ao ritmo exigido pelos estaleiros navais, o que motivou emissão de alvarás limitando o abate de árvores na bacia do Tejo, em 1546 e em 1576 [28].

c) *Desconfortos e imobilismo*

Na mesma ocasião, aumentavam as reclamações de muitos dos que haviam servido a Coroa e que entendiam que não tinham sido suficientemente recompensados [29]; gerava-se, assim, um ambiente de insatisfação que acabava por redundar num olhar desencantado para a Expansão e, sobretudo, para o serviço à Coroa no Ultramar, adensado ainda pelas suspeitas de enriquecimento ilícito que recaíam sobre muitos dos veteranos [30].

Deste modo, ganhava força um sentimento de crise alicerçado num olhar saudosista para o início do século, que começava a ser lembrado como uma *Idade de Ouro*, o que também decorria das críticas que chegavam ao Reino vindas dos mais variados pontos do Império; esse olhar saudosista era então reforçado pela publicação das primeiras crónicas que recordavam os feitos heróicos dos primeiros anos da centúria, ou seja, a *História do Descobrimento e da Conquista da Índia pelos Portugueses*, de Fernão Lopes de Castanheda, que começou a ser editada em 1551, a *Ásia* de João de Barros, cuja publicação se iniciou em 1552, e os *Comentários de Afonso de Albuquerque*, compostos por Brás de Albuquerque e dados à estampa pela primeira vez em 1557. Sucediam, por essa altura, as acusações de corrupção,

---

[27] Para a presença portuguesa no Brasil no século XVI segui essencialmente Jorge COUTO, *A construção do Brasil*, Lisboa, Edições Cosmos, 1995; *O Império Luso-Brasileiro, 1500-1620* (coordenação de Harold JOHNSON e Maria Beatriz Nizza da SILVA, Lisboa, Estampa, 1992; vol. VI da colecção *Nova História da Expansão Portuguesa*; dir. de Joel SERRÃO e A. H. de Oliveira MARQUES). Sobre os primórdios da colonização parece-me particularmente interessante o estudo de Luis Walter Coelho FILHO, *A capitania de São Jorge e a década do açúcar (1541-1550)*, Salvador, Editora Vila Velha, 2000.

[28] Cf. Leonor Freire COSTA, *Naus e galeões na Ribeira de Lisboa. A construção naval no século XVI para a Rota do Cabo*, Cascais, Patrimonia Historica, 1997, p. 316. Esta autora nota que no final do século parte da madeira utilizada na construção naval não era a mais adequada para o efeito.

[29] Cf., por exemplo, Luís de ALBUQUERQUE e José Pereira da COSTA, «Cartas de «Serviços» da Índia (1500-1550)», in *Mare Liberum*, Lisboa, CNCDP, n.º 1, 1990, pp. 309-396.

[30] Sobre este assunto sigo, especialmente a comunicação de Mafalda Soares da CUNHA, «Nobreza, mobilidade social e clientelismo», apresentada ao colóquio «A governação da Índia. Concepções e práticas no reinado de D. Manuel I» (Arrábida, 19 e 20 de Abril de 2002).

de incapacidade governativa e de desorganização da máquina político-administrativa e militar, que se acentuariam nos anos seguintes [31].

Este tipo de documentação pode levar a crer que quase nada funcionava e que poucos eram competentes. Pensamos, porém, que se trata de uma visão «emotiva», as mais das vezes parcial, escondendo ambições pessoais e rivalidades. Embora seja inegável que tanto o aparelho político-administrativo como o militar tinham deficiências estruturais significativas, também é verdade que o Império funcionava com bastante eficácia, como se verá adiante.

Finalmente, importa notar que os sectores da nobreza, que haviam sido os principais protagonistas da Expansão, começavam agora a ser uma força de bloqueio. Os valores da honra e da cavalaria e o individualismo anárquico que haviam animado as hostes dos alvores quinhentistas [32] estavam a ficar inadequados em face dos novos armamentos, mas perduravam no espírito de muitos dos fidalgos que serviam a Coroa no Império. No século XV, a Expansão funcionara como um escape social para muitos membros da nobreza, mas ao permitir a sua sobrevivência sem que tivessem que se reconverter ou reorganizar, a Expansão gerava, em meados do século XVI, um fenómeno de hipertrofia da nobreza e de imobilismo social, que era agravado pela acção da Inquisição contra muitos mercadores cristãos-novos [33].

As forças militares careciam, pois, de uma profunda reorganização. Com efeito, persistia um sistema organizativo que ainda se aproximava bastante do velho modelo da hoste medieval. Quer no Reino quer na Índia, a modernização do sistema havia sido tentada várias vezes, mas esbarrara sempre na oposição deliberada da fidalguia. Crescia, assim, uma fragilidade que não afectava significativamente as operações militares levadas a cabo no Oriente e no Brasil, mas que acabaria por ser fatal, em 1578, na batalha de Alcácer-Quibir.

---

[31] Creio que são bons exemplos deste tipo de perspectiva as cartas do bispo D. Jorge Themudo, de 1568 e 1569 (cf. José WICKI S.J., «Duas relações sobre a situação da Índia Portuguesa nos anos de 1568 e 1569», in *Stvdia*, Lisboa, n.º 8, 1961, pp. 123-221), assim como o *Soldado Prático*, de Diogo do COUTO. Sobre este texto *vide* António Coimbra MARTINS, «Uma questão de método sobre o *Soldado Prático*», in *II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*…, pp. 683-720; sobre o seu enquadramento na conjuntura da época, *vide* Luís Filipe THOMAZ, «A crise de 1565-1575…»

[32] Um documento que me parece assaz ilustrativo desta mentalidade dominante entre os «construtores do Estado da Índia», é a carta que Afonso de Albuquerque escreveu ao rei, a 23 de Novembro de 1512, em que lhe relatava o feito de Benasterim [*Cartas de Afonso de Albuquerque seguidas de documentos que as elucidam* (dir. de R. A. Bulhão PATO e H. Lopes de MENDONÇA), 7 vols., Lisboa, Academia das Ciências, 1884-1935, vol. 1, pp. 101-116]. Sobre esta questão baseio-me também nos meus estudos: «Simão de Andrade, fidalgo da Índia e capitão de Chaul», in *Mare Liberum*, Lisboa, CNCDP, n.º 9, 1995, pp. 99-116; «A nobreza e a fundação do Estado Português da Índia», in *Vasco da Gama, homens, viagens e culturas, Actas do Congresso Internacional*, 2 vols., Lisboa, CNCDP, 2001, vol. 2, pp. 39-73.

[33] Cf. João Cordeiro PEREIRA, «A estrutura social e o seu devir»…, pp. 334-336.

d) *Um problema pontual*

Além dos problemas atrás referidos, na década de 1550-1560 o Império conhecia outras dificuldades que seriam ultrapassadas rapidamente, mas que na época ajudavam a compor a imagem da crise.

Antes do mais, importa salientar que o meado do século foi um período de crise internacional, pois nessa altura verificava-se, por exemplo, o recuo do comércio inglês no Mediterrâneo [34] e o Oriente foi flagelado por anos de más colheitas [35]. Regressando ao caso português, devemos notar que a Carreira da Índia perdeu então muitos navios, sobretudo na torna-viagem. Com efeito, entre 1551 e 1560 perderam-se cinco navios na viagem para a Índia e 10 na de regresso.

Paulo Guinote, Eduardo Frutuoso e António Lopes, ao analisarem as perdas da Carreira neste período definem deste modo as baixas então verificadas: seis por causa desconhecida (todas na torna-viagem), quatro por temporal, uma por mau estado, uma por incêndio antes de zarpar do Tejo, duas por má navegação e uma por sobrecarga no regresso, valendo a pena recordar que outro caso idêntico sucedera com um navio da armada de 1550 [36]. É muito provável que alguns dos casos de que se desconhecem as causas possam estar associados a problemas de mau acondicionamento e excesso de carga, pois este é um período em que se verifica algum afrouxamento da autoridade régia, nesta matéria.

Veja-se que nos últimos anos do reinado joanino os capitães-mores das armadas da Índia foram, em regra, fidalgos inexperientes, ao contrário do que sucedera no quarto de século anterior. De facto, ao longo do segundo quartel quinhentista, o rei mantivera uma política razoavelmente coerente em relação ao comando supremo das armadas da Índia.

No quadro n.º 2, podemos ver o seguinte: depois dos navios separados que zarparam em 1522 [37] e da entrega da armada de 1523 ao inexperiente Diogo da Silveira [38], de 1524 a 1549 saíram do Tejo 34 armadas, sendo certo que pelo menos em 28 dos casos o monarca nomeou um capitão-mor de armada; destes, 24 (85,7%) já tinham navegado anteriormente na Carreira da

---

[34] Cf. Vitorino Magalhães Godinho, «Crises et changements géographiques et structuraux au XVIe siècle», in *Revista de Economia*, Lisboa, vol. xi, fasc. i, 1958, pp. 1-14.

[35] Cf. Sanjay Subrahmanyam, *The Portuguese Empire in Asia*…, pp. 94-95.

[36] Cf. Paulo Guinote, Eduardo Frutuoso e António Lopes, *Naufrágios e outras perdas da «Carreira da Índia». Séculos XVI e XVII*, Lisboa, GTMECDP, 1998, pp. 210-215.

[37] Do ponto de vista da mudança política verificada com a subida ao trono de D. João III, o caso mais significativo entre os capitães que partiram neste ano é o de D. Pedro de Castelo Branco. Para a sua biografia veja-se o estudo de Andreia Martins de Carvalho, «D. Pedro de Castelo Branco, capitão de Ormuz», in *A nobreza e a Expansão. Estudos biográficos* (coord. de João Paulo Oliveira e Costa), Cascais, Patrimonia Historica, 2000, pp. 319-338.

[38] Sobre Diogo da Silveira, *vide* Silvina Silvério, «Diogo da Silveira, capitão-mor da Carreira da Índia», *ibidem*, pp. 339-376.

Índia; no que respeita aos outros cinco, importa notar que Martim Afonso de Sousa (capitão-mor da armada de 1534) e Pero Lopes de Sousa (capitão-mor da de 1539) tinham ambos larga experiência de comando naval, pois haviam dirigido as operações da armada que patrulhara a costa brasileira entre 1530 e 1532. Além disso, Lourenço Pires de Távora (1546) ia acompanhado de vários capitães assaz experimentados na Carreira [39].

A partir de 1550, o modelo de nomeações alterou-se radicalmente, pois nos últimos anos do reinado joanino apenas um entre os oito capitães-mores já tinha experiência na rota do Cabo. Já notámos noutro estudo que as competências do capitão-mor não se relacionavam especificamente com a navegação, mas antes com a necessidade de impor a disciplina a bordo e conduzir as relações com o exterior, fosse por via da diplomacia, fosse pela da guerra [40]. Parece-nos, porém, que a mudança de modelo de nomeações do comandante supremo das armadas pode ter sido visto como um sinal de alguma fragilidade do poder central, gerador de indisciplina conducente a menor rigor na preparação das viagens que parece ter sido característico desta década.

Foi, todavia, uma crise momentânea, pois como se vê pelo quadro seguinte, nas duas décadas que se seguiram a Carreira atingiria as melhores percentagens de viagens bem sucedidas do século, quase sem perdas no percurso entre Lisboa e a Índia e com as melhores percentagens da segunda metade quinhentista no percurso inverso. No entanto, a Carreira da Índia começava a ser vista, exageradamente, como uma *História Trágico-Marítima* [41].

II. A reacção

Vimos, pois, até aqui um conjunto numeroso de dificuldades que condicionavam o Império Português. Muito frequentemente, este aspecto parcelar da conjuntura é visto como o todo, ou pelo menos como o elemento predominante, o que leva a crer que a Expansão portuguesa vivia já num período de declínio.

Nessa mesma ocasião, porém, tanto no Oriente como no Atlântico, o Império reagia, defendendo-se, contra-atacando e criando novas áreas de intervenção e mesmo novas formas de actuação. O próprio rei tomava

---

[39] Estes dados resultam da pesquisa que realizei aquando da preparação da comunicação «Os capitãos-mores da Carreira da Índia no reinado de D. João III», comunicação apresentada ao *V Simpósio de História Marítima, organizado pela Academia de Marinha* (Lisboa, 21 a 23 de Outubro de 1998).

[40] Cf. o meu artigo, «A armada de Pedro Álvares Cabral. Significado e protagonistas», in *Os Descobridores do Brasil. Exploradores do Atlântico e construtores do Estado da Índia*, Lisboa, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 2000, pp. 11-70.

[41] Cf. Paulo GUINOTE, cit., p. 166.

decisões de fundo, ordenando o abandono de posições indefensáveis, enviando novos agentes para o terreno e consagrando de vez o envolvimento directo da Coroa no Atlântico Sul.

a) *A dinâmica tradicional – o domínio de circuitos de comércio marítimo*

Nesta época, a Expansão continuava subordinada, essencialmente, a um modelo de imperialismo marítimo. Embora se verificasse uma quebra nas cargas de especiarias vindas do Oriente, e nas remessas de ouro despachado da Mina, os Portugueses controlavam um número considerável de negócios transoceânicos e uma série de produtos adquiriam uma importância cada vez maior no contexto da economia lusa ultramarina, a saber: o açúcar e os escravos, no Atlântico; a prata, o cobre, a seda e as porcelanas, no Oriente; a estes poderíamos ainda juntar a importância dos cereais e do pastel oriundos dos Açores [42] e o desenvolvimento sustentado das exportações de vinho madeirense [43].

Os escravos eram enviados agora tanto para as Índias de Castela como para o Brasil. Conforme se vê pelo quadro n.º 3, as remessas de escravos de Cabo Verde para as Índias de Castela foram muito significativas na década de 40 e no início da de 60, o que leva a supor que a mesma dinâmica tenha caracterizado a década de 50, que no quadro fica em branco, pois não se conhecem os respectivos registos. Depois, no último terço quinhentista, este circuito foi marcado, como se vê, por alguma instabilidade, mas o quantitativo global da exportação de escravos africanos para o continente americano cresceu certamente, pois foi nesse período que se verificou o aumento das remessas para o Brasil e é bom não esquecer que a ilha de São Tomé era outro grande centro exportador de cativos negros, cujo movimento comercial quinhentista, porém, queda por estudar de um modo sistemático.

Além disso, enquanto o arrendamento dos quartos e vintenas de Cabo Verde em 1529, 1530 e 1531 valia 4 contos de réis, em 1574 o contrato de Cabo Verde foi arrematado por 18 contos de réis e o de 1583 por 16 contos

---

[42] Cf. Maria Olímpia da Rocha GIL, «Os Açores e a nova economia de mercado (séculos XVI-XVII)», in *Arquipélago – série Ciências Humanas*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, n.º III, 1981, pp. 371-425; *idem*, «Açores – comércio e comunicações nos séculos XVI e XVII», in *Arquipélago*…, n.º IV, 1982, pp. 349-415.

[43] Já Cadamosto referenciara a existência de vinhedos na ilha da Madeira, mas foi na segunda metade quinhentista que este produto se tornou na principal exportação da ilha. Por meados do século, em 1547, Hans Staden ainda referia que a economia madeirense assentava no binómio açúcar/vinho, mas na entrada para o último quartel da centúria, em 1578, Duarte Lopes já relatava que o vinho se destacava entre as exportações madeirenses, tendo como principal destino os portos da Inglaterra. Cf. Vitorino Magalhães GODINHO, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, 4 vols., Lisboa, Editorial Presença, 1982-1983, vol. 3, pp. 243-244.

e 400 000 réis [44]. Quer isto dizer que, independentemente das flutuações próprias do negócio, os proveitos da Coroa relativamente ao trato negreiro subiram consideravelmente ao longo do segundo e do terceiro quartel de Quinhentos.

Deve-se ainda acrescentar que o decréscimo de remessas de ouro da Mina foi compensada, em grande medida, pelos ingressos ou créditos de metal americano. Em 1540, por exemplo, 57,82% do metal amoedado em Lisboa era proveniente da América e só o restante de S. Jorge da Mina [45].

Por sua vez, o açúcar era um produto essencial nas exportações portuguesas para a Europa, desde do século XV. No início de Quinhentos, a Madeira chegara a exportar mais de 200 000 arrobas por ano e mantivera, em regra, a sua produção acima das 100 000 arrobas, durante o primeiro quartel da centúria. Depois, quando a sua produção decaiu irreversivelmente, já S. Tomé produzia mais de 120 000 arrobas anuais. As exportações de açúcar santomense mantiveram-se sistematicamente altas (na casa das 125 000/150 000 arrobas por ano) no segundo quartel do século XVI [46]; depois entraram numa fase irregular, mas que ainda atingiria um pico de produção muito elevado em 1578 e 1580, tendo chegado então às 175 000 e às 200 000 arrobas, respectivamente. Entretanto, a aposta da Coroa no Brasil possibilitara o nascimento de uma nova zona produtora de açúcar. Na década de 60, já saíam da costa sul-americana cerca de 160 000 arrobas anuais, e em 1580-82 o Brasil juntava 350 000 arrobas às 200 000 saídas de São Tomé, ao mesmo tempo que a Madeira ainda contribuía com uma pequena produção. Assim, Portugal dispunha então de uma produção já a chegar às 600 000 arrobas anuais.

Mais tarde quando a produção santomense entrou em declínio já o Brasil exportava mais de 1 000 000 de arrobas por ano [47]. Isto significa que, do ponto de vista do Império, o fornecimento de açúcar à Europa conheceu, genericamente, uma certa estabilidade ao longo da primeira metade do século e um crescimento sistemático na segunda metade. As quebras de

---

[44] Cf. Maria Manuel TORRÃO, *Tráfico de escravos entre a costa da Guiné e a América Espanhola. Articulação dos impérios ultramarinos ibéricos no espaço atlântico (1466-1595)*, 2 volumes (dissertação apresentada em provas científicas de acesso à categoria de Investigadora Auxiliar), Lisboa, IICT, 2000 (texto policopiado), vol. 1, p. 283.

[45] Cf. João Cordeiro PEREIRA, «O resgate do ouro na costa da Mina nos reinados de D. João III e D. Sebastião», in *Stvdia*, Lisboa, n.º 50, 1991, pp. 5-48, pp. 18-19.

[46] O açúcar santomense era de qualidade inferior ao madeirense, pelo que era vendido nos mercados europeus por preços mais baixos. Isto significa que produções globais de quantitativos semelhantes correspondiam a receitas diferentes, o que significa que a Coroa pode ter sofrido, de facto, algumas quebras momentâneas nas receitas fiscais obtidas sobre o comércio do açúcar. É, no entanto, inegável que Portugal manteve a capacidade de fornecer grandes quantidades de açúcar aos mercados europeus, ao longo da primeira metade quinhentista.

[47] Para lá da bibliografia citada no quadro n.º 4, é particularmente importante o estudo de Virgínia RAU, *O açúcar de São Tomé no segundo quartel do século XVI*, Lisboa, Centro de Estudos da Marinha, 1971.

produção em certas regiões foram sempre compensadas pelo desenvolvimento de novas áreas de produção. Nesta matéria, D. João III teve um papel fundamental, pois ao criar o governo-geral do Brasil permitiu a chegada ao terreno dos homens e dos meios necessários para o estabelecimento de melhores relações com os índios, o que foi essencial para que se desenvolvesse uma sociedade colonial assente numa produção agrícola de exportação, que, como se vê pelo quadro n.º 4, proporcionou um salto extraordinário na capacidade produtiva do Império.

Deve-se realçar ainda que estes negócios (os tratos negreiro e açucareiro) eram conduzidos por mercadores particulares e não por oficiais da Coroa. Tal facto torna hoje mais difícil a quantificação do volume do comércio, mas este protagonismo é um sinal inequívoco das mudanças estruturais por que o império estava a passar.

*

No Índico, os Portugueses haviam obtido duas vitórias significativas nos anos 30 – o controlo da costa do Guzerate [48] e o domínio do Mar de Ceilão [49]. Tinham também derrotado as grandes ofensivas turcas de 1538 e 1546 contra Diu, e a de 1554 contra Ormuz. O Estado da Índia era, sem dúvida, uma das grandes potências do Oceano, e os oficiais régios reinstalavam-se, então, na ilha de Ceilão. A Coroa mantivera um esforço de guerra intenso no Índico, e chegara mesmo a enviar uma segunda armada com reforços militares para o Oriente nos Outonos de 1533, 1537 e 1547 [50], o que representa a existência no país de uma logística complexa e muito eficaz [51]. Vale a pena lembrar ainda que no final dos anos 30, os navios da armada real no Índico ultrapassavam a cifra extraordinária das três centenas [52].

---

[48] As ocupações de Baçaim, em 1534, e de Diu, no ano seguinte, reforçaram significativamente o poderio dos Portugueses na região, e fizeram crescer bastante as receitas alfandegárias do Estado da Índia. Cf. Luís Filipe THOMAZ, *A questão da pimenta…*, p. 79.

[49] Cf. Jorge Manuel FLORES, *Os Portugueses e o mar de Ceilão. Trato, diplomacia e guerra (1498-1543)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1998.

[50] Cf. Maria Augusta Lima CRUZ, «As viagens extraordinárias pela rota do Cabo (1505--1570)», in *A Carreira da Índia e as rotas dos estreitos. Actas do VIII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa* (ed. Artur Teodoro de MATOS e Luís Filipe THOMAZ), Angra do Heroísmo, 1998, pp. 581-596.

[51] Esta capacidade logística demonstrara todo o seu virtuosismo no momento do grande crescimento da armada portuguesa, no início do século XVI, conforme demonstrou Luís Adão da FONSECA (*Pedro Álvares Cabral. Uma viagem*, Lisboa, Edições Inapa, 1999), e mais recentemente José Virgílio PISSARRA (*A armada da Índia. Cômputo, tipologia e funcionalidade das armadas de guerra portuguesas do Oriente (1501-1510)*, (dissertação de mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa), Lisboa, Faculdade de Letras de Lisboa, 2001). Para o seu funcionamento ao longo da centúria quinhentista *vide* o estudo citado atrás de Leonor Freire COSTA, *Naus e galeões na ribeira de Lisboa…*

[52] Cf. José Virgílio PISSARRA, cit., p. 261.

Além disso, por essa mesma altura, em 1535, D. João III enviara uma forte esquadra, composta por um galeão, duas naus grossas e 20 caravelas, para apoiar Carlos V no ataque a Tunes, manobra que se integrava no quadro geral da guerra contra os Turcos [53]. Note-se que apesar do intenso esforço de guerra conduzido pelo rei contra os Otomanos, o monarca também tentou uma via mais pragmática no início dos anos 40, quando chegou a entabular negociações com a Sublime Porta [54]. Todavia, o acordo fracassou e o conflito reacendeu-se com particular ardor até 1554, como já referi.

Enquanto perdurava este estado de guerra no Índico Ocidental, muitos particulares instalavam-se em novos portos do Golfo de Bengala [55] e da Ásia Oriental. Mantinham muitas vezes uma relação tensa com os oficiais da Coroa [56], mas possibilitavam, mesmo assim, o alargamento da influência do Estado, como sucedeu nos casos de Macau, S. Tomé de Meliapor ou de Negapatão.

A Coroa abandonara, entretanto, o controlo directo de alguns dos circuitos mas instituíra o sistema das concessões, pelo qual estimulava a intervenção dos particulares no comércio asiático em colaboração com o estado [57]. Parece-nos interessante notar que muitos dos beneficiários deste sistema eram os mesmos membros da nobreza que antes haviam ajudado a Coroa a construir o império. No entanto, esta nova forma de recompensa fugiria, em breve, à lógica do seu grupo social. Até então o reconhecimento dos serviços prestados era materializado em tenças ou na nomeação para cargos militares ou ofícios palatinos. Ao longo da segunda metade quinhentista, porém, o rei passou a dar direitos comerciais; isto significava que o fidalgo teria que investir parte do seu cabedal para depois eventualmente acrescentá-lo, se a viagem que lhe havia sido concedida decorresse sem problemas. Esta recompensa régia obrigava, pois, o fidalgo a actuar como um mercador, o que lhe desagradava e para o que, as mais das vezes, não estava preparado, o que levou muitos a venderem os seus direitos a terceiros,

---

[53] Cf. Francisco de Andrada, *Crónica de D. João III*, Porto, Lello & Irmão – Editores, 1976, pp. 625-631.

[54] Cf. Salih Ozbaran, «An imperial letter from Suleyman the magnificent to Dom João III concerning proposals for an ottoman-portuguese armistice», in *Portuguese Studies*, vol. 6, 1990, pp. 24-31.

[55] Para o estabelecimento dos Portugueses no Golfo de Bengala ao longo do século xvi, sigo especialmente Sanjay Subrahmanyam, *Improvising Empire. Portuguese trade and settlement in the Bay of Bengal 1500-1700*, Deli, Oxford University Press, 1990.

[56] Sobre esta questão, além da obra citada na nota anterior, veja-se o estudo de Jorge Manuel Flores, «Um "homem que tem muito crédito naquelas partes": Miguel Ferreira, os "alevantados" do Coromandel e o Estado da Índia», in *Mare Liberum*, Lisboa, CNCDP, n.º 5, 1993, pp. 21-37.

[57] Sobre esta matéria, para lá da bibliografia já citada, é também importante o estudo de Luís Filipe Thomaz, «Os Portugueses nos mares da Insulíndia no século XVI», in *De Ceuta a Timor…*, pp. 567-590.

realizando assim uma receita menor, mas segura, e entregando o protagonismo a um outro agente social – o mercador.

Muitos dos comerciantes particulares eram antigos soldados que haviam deixado o serviço régio e que se haviam infiltrado no sistema mercantil asiático. Formavam um corpo numeroso que se espalhara sobretudo pelo golfo de Bengala e pelo Extremo Oriente, as zonas onde a presença de oficiais da Coroa era menos densa. Estes homens contribuíam então consideravelmente para o alargamento da influência portuguesa, mas eram mal vistos pela fidalguia guerreira, arreigada ainda aos valores mais antigos da honra e do serviço ao rei e que não compreendiam esta nova dinâmica do expansionismo luso alicerçado no espírito da iniciativa privada e na valorização explícita do lucro. Assim, muitas das vozes que criticavam o funcionamento do império e o denunciavam como decadente representavam, na verdade, a reacção despeitada do grupo social que ia perdendo protagonismo na Expansão.

Haviam sido, por exemplo, esses novos protagonistas que tinham criado a ligação regular entre a Índia e o Japão, rota que intensificara simultaneamente uma série de negócios regionais, sobretudo entre o Sueste Asiático e o Extremo Oriente, entre a China e o Japão e entre a China e a Índia. Este é um caso que merece uma referência um pouco mais detalhada, pois é paradigmático das novas dinâmicas que condicionavam o processo expansionista.

A penetração nas redes mercantis do mar da China deveu-se à intervenção individualista dos aventureiros, a que se juntaram depois os missionários. No entanto, a obtenção de um porto na costa do Celeste Império só foi possível depois de a Coroa ter decretado o monopólio sobre a ligação sino-nipónica e de ter enviado um seu representante ao Extremo Oriente [58]. A Coroa não colocou oficiais régios na China, mas a sua intervenção disciplinou a presença portuguesa na zona e possibilitou inclusive a fundação de duas novas grandes escápulas do comércio oceânico – Macau e Nagasaki, cidades que se tornariam rapidamente em duas novas pontes de diálogo cultural [59]. Este alargamento da expansão ao Extremo Oriente enquadrava-se, assim, no velho modelo do expansionismo marítimo baseado quase só no controlo de redes de comércio, mas assentou, ainda assim, numa outra

---

[58] Sobre este assunto sigo o meu estudo *A descoberta da civilização japonesa pelos Portugueses*, Macau-Lisboa, Instituto Cultural de Macau – Instituto de História de Além-Mar, 1995.

[59] Para o caso de Macau sigo essencialmente o estudo de Luís Filipe Barreto, «Macau, fronteira cultural, 1560-1660», in *Portugal e a China. Conferências no II Curso Livre de História das Relações entre Portugal e a China (séculos XVI-XIX)*, (coord. de Jorge Manuel dos Santos Alves), Lisboa, Fundação Oriente, 1999, pp. 67-81. Para o de Nagasaki, sigo os meus estudos «Nagasaki, um porto cristão no país do Sol Nascente», in *Os Espaços de um Império – Estudos*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999, pp. 213-223; «Nagasáqui e a primeira abertura do Japão ao Ocidente», in *História das ciências matemáticas. Portugal e o Oriente,* Lisboa, Fundação Oriente, 2000, pp. 243-262.

dinâmica nova, pois neste caso os Portugueses fundaram novas cidades, em vez de se infiltrarem em rotas e portos pré-existentes [60].

Embora o trato do Extremo Oriente fosse concedido a particulares, a Coroa retirou daí receitas importantes, pois no regresso à Índia as mercadorias que enchiam os porões da nau do trato eram taxadas pela alfândega de Goa. Gostaria de salientar ainda o facto de que esta grande nau do trato navegava entre a Índia, a China e o Japão carregada de riquezas sem necessitar de escolta. É provável que um galeão privado tenha sido capturado por uma esquadra chinesa em 1566, depois de ter sido semi-destruído por um tufão, mas as perdas de grandes naus do trato no século XVI resumem-se aos casos da de 1573, que naufragou nas imediações de Amakusa, durante um tufão, da de 1582, que encalhou na costa de Taiwan, e da de 1594, que naufragou na costa de Samatra [61].

Isto significa que o Estado da Índia, independentemente das suas dificuldades internas, era uma potência asiática que tinha capacidade suficiente para fazer face aos desafios económicos e militares que lhe eram colocados pelas outras potências asiáticas, como se comprovaria também pela forma como reagiria às grandes mudanças geo-estratégicas ocorridas na Índia em 1565, aquando do colapso do Império de Vijayanagar, e em 1572 aquando da conquista do Guzerate pelos Mogores, e ainda pelo modo como resistiu ao ataque generalizado que os inimigos muçulmanos lhe dirigiram em 1570-1571.

Vemos, assim, que o modelo original da Expansão, assente no controlo de linhas de comércio marítimo, dava sinais claros de vitalidade tanto no Atlântico como no Índico e que a diminuição do volume de certos negócios era compensada pelo crescimento de outros. Era o caso da exportação de pimenta da Índia para Portugal, que decrescera significativamente, mas cuja diminuição havia sido compensada pelo maior peso de outros produtos, nomeadamente as sedas, as porcelanas [62] e a canela [63].

No Oriente, o comércio luso-asiático enriquecia os particulares e permitiria que o Estado da Índia, ao longo da segunda metade quinhentista, apre-

---

[60] Sobre a integração de Macau no sistema mercantil português veja-se a obra de Jorge Manuel Santos ALVES, *Um porto entre dois impérios. Estudos sobre Macau e as relações luso-chinesas*, Macau, Instituto Português do Oriente, 2000; sigo ainda o meu estudo «Macau e Nagasaki – os pólos da presença portuguesa no Mar da China na segunda metade do século XVI», in *Portugal e a China. Conferências no III Curso Livre de História das relações entre Portugal e a China (séculos XVI-XIX)* (coord. de Jorge Manuel Santos ALVES), Lisboa, Fundação Oriente, 2000, pp. 79-103.

[61] C. R. BOXER, *The great ship from Amacon*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1963, pp. 21-64.

[62] Cf. Luís Filipe THOMAZ, «A crise de 1565-1575…», p. 493.

[63] Godinho realça que no final do século XVI as quantidades de canela embarcadas na Carreira da Índia eram bastante significativas. Cf. Vitorino Magalhães GODINHO, «A rota do cabo da Boa Esperança: de Vasco da Gama ao começo do século XIX», in *Ensaios*, vol. II, pp. 281-322 (ref. em p. 307).

sentasse sistematicamente orçamentos positivos [64]. Na segunda metade quinhentista, o comércio com o Extremo Oriente contribuiu especialmente para uma diversificação dos negócios; ganhou particular significado o grande volume de prata japonesa que foi canalizada para a China, e que foi o principal sustentáculo das relações luso-nipónicas durante um século [65]. Ao mesmo tempo, os Portugueses passaram a transportar cobre chinês para a Índia, que era particularmente importante para a fundição de artilharia [66]. Outros circuitos regionais importantes permitiam o trânsito do marfim, de pérolas e do sândalo pelos mercados asiáticos, a partir de zonas controladas pelos Portugueses, na costa oriental africana, na Índia meridional e no mar de Timor, respectivamente; em meados do século XVI, persistia ainda o riquíssimo comércio dos cavalos árabes e persas na Índia. A estes podemos ainda acrescentar outros igualmente importantes, sobretudo o arroz, mas também, por exemplo, cânfora, âmbar, aljôfar, benjoim, escravos, cauris [67], as especiarias raras, lacre, almíscar, chumbo ou carapaças de tartaruga [68]; acrescente-se ainda o cravo, produto que constitui mais um testemunho das capacidades do Estado Português da Índia na segunda metade quinhentista, pois, ao longo do terceiro quartel quinhentista, os rendimentos da Coroa derivados do comércio do cravo cresceram 66% [69].

Deve-se ainda referir que, globalmente, tecidos de variadíssimas qualidades e de múltiplas origens contribuíam para a fluidez de negócios tanto no Índico como no Atlântico. Neste oceano a quinquilharia e objectos de latão,

---

[64] Esta afirmação baseia-se na análise dos orçamentos do Estado da Índia que são conhecidos (1571, 1574, 1581, 1588, 1607, 1609, 1620, e 1635) e que estão disponíveis nas seguintes publicações: Vitorino Magalhães GODINHO, *Les finances de l'État Portugais des Indes Orientales (1517-1635)*, Paris, CCP, 1982; *O Orçamento do Estado da Índia. 1571* (dir. e prefácio de Artur Teodoro de MATOS), Lisboa, CNCDP, 1999; Artur Teodoro de MATOS, «A situação financeira do Estado da Índia no período filipino (1581-1635)», in *Na rota da Índia, estudos de história da expansão portuguesa*, Macau, Instituto Cultural de Macau, 1994, pp. 61-107.

[65] Sobre as relações luso-nipónicas baseio-me sobretudo no meu estudo *Portugal e o Japão: o século namban*, Lisboa, INCM, 1993; ainda na obra de referência de Charles R. BOXER, *The christian century in Japan*, Manchester, Carcanet, 1993, 3.ª edição (1951). Para o período inicial, existe um outro estudo de síntese particularmente importante: Léon BOURDON, *La Compagnie de Jésus et le Japon. 1547-1570*, Paris – Lisboa, CCP – CNCDP, 1993.

[66] Cf. Vitorino Magalhães GODINHO, *Descobrimentos e economia mundial…*, vol. 2, pp. 48-49.

[67] Estas conchas asiáticas merecem uma menção especial, na medida em que eram comerciadas pelos Portugueses nos mercados da África atlântica, nomeadamente no delta do Níger, onde eram trocados por umas pedrinhas redondas, os coris, que depois eram negociadas em S. Jorge da Mina. Cf. João Cordeiro PEREIRA, «Resgate de ouro…», p. 39.

[68] Da vitalidade e diversidade destes circuitos e dos produtos neles transportados encontramos um excelente testemunho no *Livro das cidades e fortalezas qve a coroa de Portvgal tem nas partes da India, e das capitanias, e mais cargos, qve nelas há, e da importancia delles* (ed. de Francisco Paulo Mendes da LUZ, Lisboa, CEHU, 1960).

[69] Era, além disso, um produto que animava essencialmente as redes mercantis asiáticas, pois a rota do Cabo não absorvia mais que 1/14 a 1/12 da produção. Cf. Vitorino Magalhães GODINHO, *Descobrimentos e economia mundial…*, vol. 3, pp. 148-158.

os cavalos e o algodão em bruto continuaram a ser utilizados nas trocas com os africanos [70], enquanto outros produtos afro-atlânticos (além dos escravos, do açúcar e do ouro) continuavam a ter um papel importante nos negócios dos Portugueses, nomeadamente a malagueta [71], o marfim e os couros.

Finalmente, importa referir que à sombra dos produtos afamados circulavam pelos mares muitos outros produtos que faziam a fortuna de alguns aventureiros e que, se não contribuíam directamente para o enriquecimento dos cofres da Coroa, facilitavam negócios mais importantes e enriqueciam significativamente a dinâmica cultural associada ao fenómeno expansionista, nomeadamente no que respeita à Revolução Geográfica, ou, para usar um termo actual, para a globalização [72]: refiro-me a produtos como os cristais de Veneza, vinhos, as peles de animais selvagens, animais exóticos, como pavões da Índia ou araras e papagaios do Brasil, armas requintadas, peças religiosas, peças de mobiliário, lacas, livros e mapas, além de toda a sorte de pedras preciosas [73]. São negócios difíceis de detectar, mas de que encontramos testemunhos dispersos; no caso japonês, por exemplo, encontramo-los quer na narrativa de Luís Fróis [74], quer em imagens dos biombos *nanban*, onde o comércio de animais exóticos parece óbvio.

---

[70] Nesta região, os oficiais da Coroa portuguesa viam-se confrontados com a concorrência dos mercadores privados que ofereciam aos africanos outras mercadorias, especialmente o ferro, que Portugal não negociava oficialmente, por respeito às bulas papais que interditavam tal comércio, o que remete essencialmente para razões estratégicas (impedir o reforço do armamento dos gentios), que não preocupavam os mercadores que buscavam o enriquecimento rápido e não o trato contínuo, ao longo dos tempos.

[71] Segundo Vitorino Magalhães Godinho, este produto continuaria a figurar entre as exportações portuguesas para Antuérpia nos anos de 1560-1567. Cf. Vitorino Magalhães Godinho, *Descobrimentos e economia mundial*…, vol. 2, p. 156.

[72] Cf. Vitorino Magalhães Godinho, «A rota do cabo da Boa Esperança…», pp. 304-308. Sobre esta matéria, realce-se ainda a realização, recentemente, do colóquio *Produção e comércio de mercadorias raras*, realizado pela Fundação Oriente, sob coordenação de Jorge Manuel dos Santos Alves (Arrábida, 26 e 27 de Outubro de 2001), cujas actas constituirão certamente um elemento de trabalho de grande utilidade.

[73] Para o papel das pedras preciosas nos pequenos negócios da soldadesca na Índia, logo na primeira década quinhentista, *vide* Artur Teodoro de Matos, «Aspectos do comércio português no Malabar: Cochim e as «mercadorias miúdas» (1506-1508)», in *Na rota da Índia*…, pp. 15-58.

[74] Luís Fróis relata que, em 1569, quando correu voz em Miyako (actual Kyoto) que Oda Nobunaga apreciava bastante roupa e objectos ocidentais, os fidalgos que lhe desejavam requerer favores passaram a oferecer-lhe «vestidos de Europa, capas de grã, gorros e sombreiros de veludo com suas plumas, e medalhas de ouro com a imagem de Nossa Senhora, peças de cordovão, relógios, pelicas riquíssimas, vidros de Veneza cristalinos mui ricos, damascos, cetins e outras diversas peças da Índia, de que enchiam muitos e grandes caixões» (Cf. Luís Fróis, *Historia de Japam* (ed. José Wicki S.J.), 5 vols., Lisboa, Biblioteca Nacional, 1976-1984, vol. II, p. 274). Note-se que os Portugueses comerciavam apenas nos portos da ilha de Kyūshū, situados a centenas de quilómetros da capital do Império Nipónico.

b) *Uma retirada estratégica*

Entretanto, uma outra dinâmica própria do modelo inicial da Expansão – a intervenção em Marrocos – era agora claramente subalternizada pela Coroa, conforme já referi anteriormente.

Importa notar, porém, que o monarca ordenou o abandono de posições de defesa muito difícil, quer pelos maus portos que as serviam quer por não terem sido concebidas para enfrentar o poder da artilharia. Tendo o rei abandonado o sonho de conquista do noroeste africano, e sendo a rede de praças existente incapaz de prevenir os ataques ao litoral português, a Coroa optou por concentrar os seus esforços apenas em três bastiões inexpugnáveis que os muçulmanos jamais tomariam pela força [75].

Parece-me interessante notar que D. João III enfrentou a oposição da maioria dos seus conselheiros relativamente ao abandono de praças marroquinas [76]. Enquanto o monarca tentava reformular o Império, modernizando-o, adequando-o, assim, à grandeza dos espaços oceânicos, muitos dos seus conselheiros permaneciam apegados à velha estratégia focalizada no eixo mediterrânico que fora própria da Cristandade medieval e que perdurara nos modelos de Expansão que haviam sido gizados quer por D. João II quer por D. Manuel I.

c) *Uma nova visão estratégica*

Esta fora exactamente outra matéria em que D. João III alterara profundamente o curso da História da Expansão. Até ao final do reinado de D. Manuel I, a Expansão fora condicionada pela grande esperança dos seus dirigentes em encontrar o mítico Preste João, o que só pode ser associado à velha ideia da Grande Cruzada contra o Islão, especialmente no que respeita aos reinados de D. João II e de D. Manuel I [77].

---

[75] Vale a pena lembrar que Filipe II manteve essas três praças sob o seu domínio, mas ordenou a evacuação de Arzila em 1588, o que realça, sem dúvida, a razão da opção tomada por D. João III anteriormente.

[76] Sobre a evolução da política joanina em relação a Marrocos *vide* Otília Rodrigues Fontoura, *Portugal em Marrocos na época de D. João III. Abandono ou permanência?*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1998; Maria Leonor Garcia da Cruz, «As controvérsias ao tempo de D. João III sobre a política portuguesa no Norte de África», in *Mare Liberum*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, n.º 13, 1997, pp. 123-199; n.º 14, 1997, pp. 117-198.

[77] Baseio-me, essencialmente, nos estudos de Jean Aubin e de Luís Filipe Thomaz. Cf. Jean Aubin, «L'ambassade de Prêtre Jean à D. Manuel», in *Le latin et l'astrolabe I. Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales*, Lisboa-Paris, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses – Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 1996, pp. 133-182 ; Luís Filipe Thomaz, «O projecto imperial joanino (tentativa de interpretação global da política ultramarina de D. João II)», in *De Ceuta a Timor*,

Ao subir ao trono, em 1521, D. João III, que havia já alguns anos apoiava os sectores oposicionistas da corte [78], mudou de imediato o curso da política expansionista portuguesa. A edição da *Carta das Novas*, com que D. Manuel I esperava mobilizar a opinião pública a favor da Cruzada contra a Terra Santa em aliança com o Preste João, foi neutralizada [79]; Fernão Lopes de Castanheda, por sua vez, relata que logo em Janeiro de 1522 seguiram ordens para o Índico exigindo que o programa de construção de novas fortalezas que D. Manuel I confiara ao governador, D. Duarte de Meneses, fosse interrompido de imediato [80]. Pouco depois, alguns dos homens de confiança do *Venturoso* eram humilhados: Duarte Pacheco Pereira, o *Aquiles Lusitano*, vinha a ferros da Mina [81], e D. Duarte de Meneses regressaria ao Reino, em 1524, igualmente sob prisão [82]. Ambos foram acusados de corrupção e D. Duarte permaneceu detido por muitos anos [83]. Não é possível avaliar se as queixas eram justas, mas não podemos deixar de notar que estas foram as primeiras detenções de oficiais superiores do império por tal razão e que coincidiram com um momento de brusca viragem política.

Carnaxide, Difel, 1994, pp. 149-167; *Idem*, «L'idée impériale manueline», in *La Découverte, le Portugal et l'Europe. Actes du Colloque,* Paris, CCP, 1990.

[78] Segundo Damião de Góis, a ligação do príncipe aos sectores oposicionistas foi a razão que levou D. Manuel I a contrair matrimónio com D. Leonor, pois antes o *Venturoso* teria pensado se «aposentar no reino do Algarve e com as rendas daquele reino e do mestrado de Cristo fazer dali, como fronteiro, a guerra aos mouros», mas «veio a saber que os privados do príncipe D. João seu filho lhe aconselhavam algumas cousas fundadas em lhe ser desobediente». Cf. Damião de Góis, *Crónica…*, parte IV, capítulo XXVI. Perante este cenário o rei optou por ser ele o cunhado de Carlos para evitar que este se pusesse ao lado do príncipe se a tensão no seio da corte aumentasse. Cf. Francisco de Andrada, *Crónica d'el-rei Dom João o III*, parte I, capítulo V.

[79] Cf. Luís Filipe Thomaz, «L'idée impériale manueline…», pp. 60-61.

[80] Cf. Fernão Lopes de Castanheda, *História do descobrimento e da conquista da Índia pelos Portugueses*, livro V, cap. LXXIX.

[81] Sobre Duarte Pacheco Pereira *vide* Jean Aubin, «Les frustrations de Duarte Pacheco Pereira», in *Le latin et l'astrolabe II…*, pp. 111-132; A. Teixeira da Mota, «Duarte Pacheco Pereira, capitão e governador de S. Jorge da Mina», in *Mare Liberum*, Lisboa, CNCDP, n.º 1, 1990, pp. 1-27; André Murteira, «A carreira de Duarte Pacheco Pereira», in *Descobridores do Brasil. Exploradores do Atlântico e construtores do Estado da Índia*, Lisboa, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 2000, pp. 299-330.

[82] D. Duarte de Meneses era capitão de Tânger, alferes-mor do Reino e herdeiro do 1.º Conde de Tarouca e Prior do Crato, quando foi nomeado governador da Índia, em 1521, precisamente na sequência da chegada a Portugal das notícias do achamento do Preste João. Veterano prestigiado das campanhas marroquinas, era o nobre de maior estatuto que até então havia sido enviado para a Índia, e segundo Damião de Góis o monarca atribui-lhe «o maior ordenado que nunca dera a nenhum outro» governador. Cf. Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo rei D. Manuel*, parte IV, cap. LXV.

[83] D. Duarte herdou o senhorio de Tarouca, mas não o título de conde. A 22 de Agosto de 1528, D. João III acusava laconicamente a recepção de uma carta de Carlos V com pedido de clemência para D. Duarte de Meneses (cf. *Lettres des souverains portugais à Chales Quint et à l'impératrice (1528-1532)* (ed. Aude Viaud), Lisboa–Paris, CNCDP – Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 1994, p. 109).

Note-se que o próprio Diogo Lopes de Sequeira, governador da Índia entre 1518 e 1521 [84], foi alvo de inquérito após o seu regresso, o que não sucedera antes com o Lopo Soares de Albergaria (1515-1518), apesar de este último não ter cumprido a estratégia que o rei lhe ordenara, ter liberalizado o comércio e de não ter sequer acatado as ordens do monarca quando este enviou Fernão de Alcáçova, em 1517, como vedor da Fazenda com grandes isenções relativamente ao governador. Na luta política particularmente dura que se travou na corte logo após a morte do *Venturoso*, D. João III terá permitido que a desforra dos seus sequazes fosse ao extremo de manchar a honra dos seus adversários, o que parece ter tido um efeito incontrolável – desde então cresceu a imagem de que o serviço à Coroa nos trópicos redundava geralmente em práticas de corrupção, facto que muito contribuiu, por sua vez, para alimentar a ideia de que o Império estava decadente. É muito provável que, neste caso, o feitiço se tenha virado contra o feiticeiro.

d) ***Dinâmicas «modernizantes»***

A lenta modernização do Império também se reflecte nos modelos de construção militar. Nos castelos erguidos no Ultramar durante o reinado de D. João II e de D. Manuel I, embora estes já fossem concebidos para o uso da artilharia, nomeadamente ao nível do solo ou à tona de água, subsistia sempre a velha torre de menagem, como podemos ver pelo exemplo das fortalezas de Cananor, de 1506, na de Ormuz, de 1515, ou na de Ceilão, de 1518 [85]. Este modelo ainda persistiu na construção das fortalezas de Pacém [86], de acordo com o relato de João de Barros, na de Chaul, conforme se vê pela pena de D. João de Castro, ambas construídas em 1521 assim como na de Ternate, erguida em 1522 [87]. Depois, porém, o modelo cedeu finalmente a favor do que Rafael Moreira designa como uma «visão unitária da fortaleza» [88], de que os primeiros exemplos no Império foram, muito provavelmente os casos de Chale (1532) e de Baçaim (1536) [89].

---

[84] Para a biografia deste fidalgo *vide* Ronald Bishop Smith, *Diogo Lopes de Sequeira*, Lisboa, 1975.

[85] Cf. Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, 4 vols., Porto, Lello & Irmão – Editores, 1975, vol. 2, pp. 250-251, 438-439, 540-541.

[86] Cf. João de Barros, *Ásia*, Década III, Livro viii, Capítulo 4.

[87] Cf. Fernão Lopes de Castanheda, *História*, VI, cxxviii.

[88] Rafael Moreira, «A época manuelina», in *História das fortificações portuguesas no mundo* (dir. de Rafael Moreira), Lisboa, Alfa, 1989, p. 93.

[89] Cf. Gaspar Correia, *Lendas*, vol. 3, pp. 438-439, 688-689.

*

Para lá do abandono da ideia da Grande Cruzada, da criação de novos circuitos mercantis transoceânicos e do papel activo de novos grupos sociais, a Expansão assistia, por meados de Quinhentos, a uma outra nova dinâmica particularmente importante para o futuro do Império – a territorialização.

Este modelo surgiu espontaneamente na Índia. Após a ocupação de Chaul, em 1521, e de Baçaim, em 1534, os Portugueses passaram a dominar uma faixa de terra que seria fechada a norte com a conquista de Damão, em 1559; tratava-se da Província do Norte – uma área que possibilitou a obtenção de rendas fundiárias e a criação de uma aristocracia local; seguiu-se, na década de 40, a conquista definitiva de Bardez e Salsete, territórios em torno da ilha de Goa, além do domínio de toda a ilha de Diu, que proporcionou igualmente novas receitas fundiárias [90]. Note-se que tanto os territórios da província do norte, salvo Chaul [91], como os que rodeavam Goa, não contribuíam, em regra, com produções para os circuitos marítimos dominados pelo Estado da Índia, mas antes com os seus produtos alimentares para uma maior auto-suficiência do Estado, ao mesmo tempo que facilitavam, como disse, a formação de uma aristocracia local [92].

Como nota Luís Filipe Thomaz, em 1554 já um terço das receitas do Estado da Índia eram obtidas por via de foros, rendas fundiárias, taxas locais e páreas, sendo o restante recolhido por via do comércio marítimo; passados 20 anos, o comércio marítimo já só representaria 62% das receitas do Estado da Índia [93], valor que permaneceu relativamente estável até ao final do século [94].

Entretanto, no Atlântico, sob as ordens do rei, a presença portuguesa no Brasil também passava a obedecer a esta nova dinâmica. Com efeito, a criação do governo-geral do Brasil, em 1549, alterou radicalmente a dinâmica da presença lusa no território. Como referi, o estabelecimento de boas

---

[90] Para o conhecimento desta dinâmica são muito úteis os seguintes estudos: Artur Teodoro de Matos, «Sistema tributário e rendimento fundiário de Goa no século XVI», in *Las relaciones entre Portugal y Castilla en la época de los Descubrimientos y la expansión colonial* (ed. Ana María Carabias Torres), Salamanca, Ediciones Universidad Salamanca, 1995, pp. 271-292; *Idem*, «Tenants and rents of Diu in the 16th century: an appraisal on the accounts of the *Fazenda Real*», in *Mare Liberum*, Lisboa, CNCDP, n.º 9, 1995, pp. 197-208; Lívia Baptista de Souza Ferrão, «Tenants, rents and revenues from Daman in the late 16th century», *ibidem*, pp. 139-148.

[91] Para o caso específico de Chaul, *vide* Artur Teodoro de Matos, «Chaul, porto estratégico, "feira permanente" e terra de artífices», *Os Espaços de um Império – Estudos*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999, pp. 161-167.

[92] Cf., por exemplo, Mário César Leão, *A província do Norte no Estado da Índia*, Macau, Instituto Cultural de Macau, 1996, pp. 44-56.

[93] Cf. Luís Filipe Thomaz, «A crise de 1565-1575…», p. 497.

[94] Cf. o artigo citado atrás de Artur Teodoro de Matos, «A situação financeira do Estado da Índia no período filipino (1581-1635)», pp. 61-107.

relações com muitas tribos índias possibilitou a consolidação de uma série de pequenas colónias e foi decisivo para a expulsão dos Franceses [95].

Nesta ocasião, a presença portuguesa na região era intermitente e confinada a enclaves entre o sertão e o mar. Tinha, pois, uma configuração ajustada à lógica do imperialismo marítimo. No entanto, as colónias criadas ao longo da orla costeira não estavam viradas apenas para o comércio marítimo; pelo contrário, olhavam para o sertão e viam aí a sua razão de ser; não queriam ser entrepostos de comércio mas focos exportadores das suas próprias produções; as raízes da territorialidade já estavam presentes e condicionariam a actividade dos Portugueses nos anos seguintes, levando-os a dominarem todo o litoral e a penetrarem lentamente pelo sertão, sempre em parceria com os índios aliados. Parece-me emblemático da emergência desta nova dinâmica a fundação São Paulo de Piratininga, em 1554, a primeira cidade lusíada distante do mar [96].

Assim, o império passava a ter uma dupla natureza – persistia a velha lógica do imperialismo marítimo, mas despontava um outro modelo assente na ocupação de espaços terrestres. Ao longo dos 100 anos seguintes, o primeiro modelo definharia, incapaz de fazer frente aos novos inimigos que passaram a atacá-lo, a partir da última década quinhentista, mas a outra dinâmica resistiu e continuou a crescer, apesar das perdas sofridas no mar. Chegados à Guerra da Restauração (1640-1668), quase todas as possessões que haviam permanecido ligadas apenas à lógica do imperialismo marítimo tinham sido perdidas, mas a área territorial sujeita à Coroa portuguesa crescera extraordinariamente nesse período. No Oriente, acrescentava-se então Timor [97] e os prazos da Zambézia, que compensavam, em parte, a perda de Ceilão e dos entrepostos do comércio marítimo; no Atlântico, o Brasil tornara-se na mais rica colónia dos europeus do século XVII, nas palavras de Frédéric Mauro [98].

---

[95] Para esta questão específica, além da bibliografia sobre o Brasil atrás citada, utilizei ainda o estudo de John Manuel MONTEIRO, «Brasil indígena no século XVI: dinâmica histórica tupi e as origens da sociedade colonial», in *Ler História*, Lisboa, n.º 19, 1990, pp. 91-103; Beatriz PERRONE-MOISÉS, «Aldeados, aliados, inimigos e escravos: lugares dos índios na legislação portuguesa para o Brasil», in *Congresso Luso-Brasileiro. Portugal – Brasil, Memórias e Imaginários – Actas*, 2 vols., Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 2000, pp. 147-164; finalmente, o meu artigo «A expansão militar europeia e os povos ultramarinos – o caso do Brasil quinhentista», *in* «Brasil e Portugal. História das Relações militares», *Actas do X Colóquio de História Militar,* Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2001, pp. 53-69.

[96] Cf. Jaime CORTESÃO, *A fundação de S. Paulo – capital geográfica do Brasil*, Rio de Janeiro, 1955; Vitorino NEMÉSIO, *O Campo de S. Paulo. A Companhia de Jesus e o Plano Português do Brasil (1528-1563)*, Lisboa, INCM, 2001.

[97] Cf. Artur Teodoro de MATOS, *Timor Português, 1515-1769. Contribuição para a sua história*, Lisboa, Instituto Histórico Infante Dom Henrique, 1974.

[98] Cf. Frédéric MAURO, *Le Portugal, le Brésil et l'Atlantique…*, p. 595.

*

Uma outra inovação apoiada por D. João III prende-se com a propagação do Cristianismo, matéria em que registamos uma vez mais uma dinâmica modernizadora. Em primeiro lugar deve-se notar o facto de ter sido D. João III quem criou a primeira rede de bispados ultramarinos, com as dioceses de Cabo Verde (1533), São Tomé (1533), Goa (1533), Salvador (1551), Etiópia (1555), Cochim (1558) e Malaca (1558), ao mesmo tempo que reorganizava o mapa das dioceses do Reino, o que implicou também a fundação da diocese de Angra (1533); refira-se, a propósito, que esta foi a primeira instituição que abarcava simultaneamente as nove ilhas açorianas.

Além disso, as velhas concepções medievais deram lugar, finalmente, a uma nova militância, estimulada particularmente pela acção dos Jesuítas [99]. O Cristianismo ganhava então uma dimensão mundial, e a Igreja portuguesa colocava missionários para lá dos limites do Império, aumentando significativamente o impacto cultural dos Portugueses em várias áreas do Globo [100].

Os religiosos da Companhia de Jesus desempenhariam um papel fundamental na construção do Brasil, pois foram o principal veículo de aproximação entre a Coroa e muitos dos chefes indígenas. Além disso, também participavam activamente no estabelecimento dos Portugueses no Extremo Oriente. A acção dos missionários também facilitava então o alargamento da influência noutras áreas como Ceilão ou Timor, e possibilitava a consolidação do domínio luso, nomeadamente nos territórios de Bardez e Salsete, acções em que intervieram também outras ordens religiosas, nomeadamente Franciscanos e Dominicanos, que haviam precedido os filhos de Santo Inácio no terreno, mas que só agora iniciavam uma intervenção mais dinâmica, adaptando-se assim à renovação da Igreja e ao sentido da evangelização e da militância eclesiástica próprias da Igreja tridentina [101].

Nesta matéria, D. João III personifica muitas das contradições do seu tempo, pois por um lado permitiu que a Igreja em Portugal ficasse ao serviço

---

[99] Sobre a organização das missões jesuíticas no Padroado Português a obra de referência é o estudo de Dauril ALDEN, *The making of an enterprise, the Society of Jesus in Portugal, its empire and beyond, 1540-1750*, Stanford, 1996.

[100] Sobre a evolução do conceito de missionação e a forma como a dimensão religiosa da Expansão se foi manifestando sigo o meu estudo «A diáspora missionária», in *História religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo dos Leitores, 2000, vol. 2, pp. 255-313. São ainda especialmente úteis os estudos de David J. BOSCH, *Dynamique de la mission chrétienne, histoire et avenir des modèles missionaires*, Paris-Lomé-Genebra, 1995; Jean DELUMEAU, *Le Catholicisme entre Luther et Voltaire*, Paris, 1985, 3.ª edição (revista).

[101] Para uma visão do modo como evoluiu a noção de evangelização dos povos na época dos Descobrimentos, *vide* o estudo de Luís Filipe THOMAZ, «Descobrimentos e evangelização. Da Cruzada à missão pacífica», in *Congresso Internacional de História da Missionação Portuguesa e Encontro de Culturas – Actas*, 4 vols., Braga, 1993, vol. 1, pp. 81-129, assim como o meu trabalho «D. João II e a cristianização de África», in *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua época – Actas*, 5 vols., Porto, 1989, vol. 1, pp. 405-416.

da intolerância e de valores contrários ao Evangelho, por via da Inquisição, mas, por outro, abriu caminhos para que o Evangelho genuíno fosse anunciado nas mais variadas partes do mundo. A Igreja que perseguia e torturava, e que nas áreas ultramarinas controladas pela Coroa também se associava a políticas de uniformidade religiosa, oferecia, ao mesmo tempo, muitos dos seus clérigos para uma vida arriscada e profundamente desconfortável entre os gentios.

*

Finalmente, deve-se referir que o governo joanino consagrou uma política de comandos unificados tanto no Índico como no Brasil, ao contrário do que fora a prática de D. Manuel I, monarca que ensaiara repetidamente a divisão do governo das partes orientais [102]. Também nesta matéria podemos detectar um fio condutor na política joanina, pois a intervenção directa da Coroa no Índico e no Brasil assentou sempre num modelo de governo central. Isto levou a que despontassem então duas capitais ultramarinas – Goa [103] e Salvador da Baía; uma e outra, dois centros políticos, militares e religiosos coordenadores da intervenção dos Portugueses no Oriente e na América do Sul, respectivamente, e ainda hoje dois espaços urbanos que nos seus centros históricos conservam uma marca indelével do luso-tropicalismo e da grandeza própria das capitais.

e) *Eficácia, desenvolvimento e prestígio*

Antes de terminar, gostava de chamar a atenção para outros dois assuntos que me parecem particularmente significativos quanto às capacidades do Império e à dinâmica do processo expansionista em meados do século XVI.

Foi, pois, com D. João III que o império atingiu a sua máxima extensão, abrangendo uma área vastíssima que se estendia do Brasil ao Japão. Importa referir que a existência deste império gerou o mais amplo e complexo sistema de comunicações até então controlado por uma única potência. Demorado, por vezes imperfeito, como é próprio de um modelo pioneiro, era no entanto um sistema eficaz. Com efeito, mantinha em contacto indivíduos que, nos

---

[102] Baseio-me na minha comunicação «Os governos da Índia», comunicação apresentada ao colóquio *A governação da Índia. Concepções e práticas no reinado de D. Manuel I* (Arrábida, 19 e 20 de Abril de 2002).

[103] Para a História da cidade de Goa *vide* Maria Catarina M. H. dos SANTOS, «*Goa é a chave de toda a Índia» – Perfil político da capital do Oriente Português: formação e definição (1505--1570)*, Lisboa, CNCDP, 1999; Maria de Jesus dos Mártires LOPES, *Goa setecentista. Tradição e modernidade*, Lisboa, Centro de Estudos de Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 1996; *Goa, 1510-1685. L'Inde portugaise, apostolique et commerciale* (dir. de Michel CHANDEIGNE), Paris, Ed. Autrement, 1996.

casos limite, estavam a mais de dois anos de distância para que se estabelecesse comunicação num sentido ou mais de quatro para a obtenção de uma resposta [104].

Além disso, a expansão portuguesa proporcionava então avanços importantes da ciência europeia, sobretudo no campo da Geografia e domínios afins. Merece especial referência Pedro Nunes, o célebre cientista e cosmógrafo-mor do Reino que, com o auxílio das experiências dos navegadores, realizou descobertas importantes, como a curva loxodrómica ou a variação das declinações magnéticas [105]. Note-se que estas descobertas resultaram de observações realizadas por Martim Afonso de Sousa no Brasil e por D. João de Castro, na sua primeira viagem à Índia, respectivamente. Quer isto dizer que alguns dos principais cabos de guerra, responsáveis pelo alargamento do império no Atlântico e no Índico, também contribuíam para o avanço da ciência. Pedro Nunes foi igualmente responsável por invenções como o anel náutico e o instrumento de sombras; estas viriam a revelar-se pouco úteis para a navegação, mas a sua concepção e experimentação são, por si só, sinais óbvios do modo como a Expansão estimulava o desenvolvimento científico em Portugal.

Também no campo da roteirística e da cartografia as viagens realizadas pelos Portugueses continuavam a contribuir para um aperfeiçoamento sistemático da percepção do mundo e os cartógrafos e pilotos portugueses eram cobiçados por muitas cortes europeias.

Finalmente, deve-se realçar que esta difusão do conhecimento não se circunscrevia ao campo restrito dos cientistas, mas começava a atingir outros públicos, nomeadamente pela difusão de obras impressas. Logo na primeira metade do século XVI, várias obras, algumas com múltiplas edições, haviam divulgado os novos mundos descobertos pelos Portugueses [106]. Na segunda metade da centúria, as notícias chegadas a Lisboa conheceriam ainda uma maior divulgação através de atlas, relatos de viagens ou crónicas [107]. Além

---

[104] Um sistema que permitia, por exemplo, que Ôtomo Yoshishige escrevesse em 1560 à Regente da Coroa portuguesa, lamentando a morte do rei de Portugal, ocorrida em 1557, e renovando os laços de amizade entre a casa de Bungo e a Coroa lusitana. Cf. o meu artigo, «A Coroa portuguesa e o Japão», in *Oceanos*, Lisboa, CNCDP, n.º 15, 1993, pp. 26-33.

[105] Cf. «NUNES, Pedro», in *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*; Luís de ALBUQUERQUE, *Curso de história da náutica*, Coimbra, Livraria Almedina, 1972, pp. 199-229.

[106] Cf. A. A. Banha de ANDRADE, *Mundos novos do mundo*, 2 vols., Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1972 ; J. S. da Silva DIAS, *Os Descobrimentos e a problemática cultural do século XVI*, Lisboa, Editorial Presença, 1982; W. G. L. RANDLES, «La diffusion dans l'Europe du XVIe siècle des connaissances géographiques dues aux découvertes portugaises», in *La Découverte, le Portugal et l'Europe*, Paris, 1990, pp. 269-277; Jorge Borges de MACEDO, «Livros impressos em Portugal no século XVI, interesse e formas de mentalidade», *in* Arquivos do Centro Cultural Português, Paris, vol. IX, 1975, pp. 183-221.

[107] O caso particular do Japão, que estudei detalhadamente, parece-me constituir um excelente exemplo deste fenómeno: «O Japão e os Japoneses nas obras impressas na Europa quinhentista», in *O Japão e o Cristianismo no século XVI. Ensaios de História Luso-Nipónica*,

disso, os Jesuítas, que haviam sido enviados tão depressa para as áreas da Expansão portuguesa, iniciavam por meados do século uma actividade editorial intensa que propagandeava os seus feitos, mas que daria a conhecer, simultaneamente, a acção dos Portugueses pelo mundo a um público cada vez mais vasto [108].

Balanço final

Em meados do século XVI, o Império Português era uma entidade dinâmica que iniciava um processo de mudanças significativas, por então ainda lentas, mas que viriam a transformá-lo profundamente. Era um Império marítimo que começava a desenvolver uma lógica de domínio terrestre.

Até 1521 predominara uma geo-estratégia adequada ao mundo medieval, ou seja, ajustada à Geografia conhecida, *grosso modo*, até meados do século XV. As áreas descobertas no final de Quatrocentos e no início de Quinhentos haviam sido concebidas essencialmente como meios de enriquecimento rápido, e também como pontos de apoio que permitiriam alcançar velhos objectivos, como o da Grande Cruzada contra a Mourama. D. João III, por sua vez, já crescera e formara a sua personalidade no mundo moderno e global, dado a conhecer pelas Descobertas, e que se abrira maravilhosamente aos olhos dos europeus na viragem da centúria, precisamente na época em que D. João III nasceu. É emblemático desta nova maneira de ver o mundo, que date de 1502, precisamente o ano do nascimento de D. João, o primeiro planisfério moderno, que foi elaborado em Lisboa e que é conhecido hoje como a carta de Cantino [109].

O monarca pôde, por isso, desenvolver uma nova concepção geo-estratégica da Expansão, ajustada a essa nova realidade geográfica, que tinha o seu eixo fundamental nos oceanos e que tinha como prioridade a economia

---

Lisboa, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1999, pp. 189-290. No que respeita ao caso da China, veja-se o estudo recente de Manel OLLÉ, *La invención de China. Percepciones y estrategias filipinas respecto a China durante el siglo XVI*, Wiesbaden, Harrassowitz Verlag, 2000.

[108] Desde a década de 1550-60, os Jesuítas publicaram centenas de textos por toda a Europa Católica, com traduções numerosas para latim, castelhano, francês, italiano, alemão e polaco, além de que os próprios jesuítas organizaram colectâneas manuscritas dessas cartas em inglês para circulação clandestina; os seus escritos passaram mesmo oficialmente para o lado protestante, pois em Inglaterra, por exemplo, seriam publicadas traduções de cartas de vários religiosos, nomeadamente de Luís Fróis. Para lá do meu estudo, citado atrás, sobre esta matéria, também recorri ao trabalho de John Correia AFONSO S.J., *Jesuit letters and Indian history*, Oxford, 1969, 2.ª edição (1955). O principal catálogo para levantamento da produção jesuítica é o de Charles SOMMERVOGEL S.J., *Bibliothèque de la Compagnie de Jésus*, Bruxelas, 1890-1909, 10 vols.

[109] Cf. *Portugaliae Monumenta Cartographica* (ed. Armando CORTESÃO e A. Teixeira da MOTA), 5 vols., Coimbra, 1960, vol. 1, estampa 4.

em vez da ideologia: o velho sonho da Cristandade foi então definitivamente substituído pelos interesses específicos de Portugal [110].

A partir de meados do século XVI, a Expansão assentava em dois eixos comerciais diferentes e igualmente importantes: o oriental, que articulava circuitos mercantis do Índico e do Pacífico, e o ocidental, virado essencialmente para o Atlântico sul. Completava-se, assim, a política expansionista de D. João III, também marcada pelo ajustamento a uma nova conjuntura exterior muito mais pressionante e que se caracterizou ainda pelo alargamento considerável das áreas de influência de Portugal, pela diversificação dos negócios e pelo aparecimento de novos protagonistas. Assim, a Expansão mostrava ser um processo pleno de vitalidade, capaz de enfrentar com sucesso os desafios com que deparava, de se renovar e de se reformular.

Mais tarde, e face a uma nova ordem geo-estratégica mundial e a um envolvimento empenhado de outras potências europeias nos negócios ultramarinos, Portugal viu-se forçado a reformular as suas opções ultramarinas na época da Restauração. Deu-se então a subalternização definitiva do Oriente e desenvolveu-se uma estratégia assente na expansão territorial especialmente no Atlântico Sul [111], dando razão, assim, à visão moderna do Império que havia sido concebida por D. João III.

A terminar observemos o quadro n.º 5, que me parece particularmente elucidativo. Aí estão indicadas as possessões principais que estavam sujeitas à Coroa portuguesa à morte de D. Manuel I, à morte de D. João III e no final da Guerra da Restauração. Notamos, assim, que a maioria das possessões controladas em 1521 já não pertenciam ao Império em 1668: restavam apenas as ilhas atlânticas, uma praça marroquina – Mazagão; além disso, Moçambique, Sofala, Chaul e Goa também permaneciam sob domínio português, mas enquadrados em sistemas de controlo de áreas territoriais, o que não sucedia em 1521. Podemos ver ainda que à morte de D. João III as posições herdadas de D. Manuel I permaneciam no império. No final do reinado joanino, porém, já podemos assinalar a negrito várias zonas ligadas ao domínio de territórios, além de que quase todas as novas áreas dominadas durante este reinado continuavam a fazer parte do Império no final do século XVII. Na transição do terceiro quartel quinhentista para o terceiro seiscentista, as novidades principais são o desaparecimento quase completo das possessões ligadas ao imperialismo marítimo e o aparecimento das primeiras possessões em terra firme da costa ocidental africana, o que foi, em grande

---

[110] Parece-nos interessante notar, a este propósito, que é precisamente durante o reinado de D. João III que as crónicas se passam a referir aos portugueses no Ultramar como «os Portugueses» e não como «os Cristãos», expressão que ainda é corrente nos textos de Rui de Pina, cronista que compôs as suas crónicas sobre o século XV, já no reinado de D. Manuel I.

[111] Sobre esta matéria recorro sobretudo a Pedro Soares MARTINEZ, cit., pp. 135-155; Jorge Borges de MACEDO, *História diplomática portuguesa. Constantes e linhas de força. Estudo de Geopolítica*, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, s/d., pp. 143-199.

medida, o resultado da intensificação do trato negreiro no Atlântico em direcção ao Brasil.

Hoje é relativamente fácil olhar para trás, organizar estes dados e interpretá-los, mas a reestruturação do império levada a cabo por D. João III parece não ter sido percebida pelos seus contemporâneos, ainda ofuscados pelas conquistas do Almeida e de Albuquerque. Além de incompreendido, o rei não conseguiu renovar nem as mentalidades nem o tecido social, pelo que a sua obra foi, em regra, desvalorizada, ao longo dos tempos.

Como é próprio de todos os seres humanos, o seu legado não é exemplar; D. João III, como quase todos os homens, não foi um herói, mas foi, sem dúvida, um governante capaz de adaptar o império ao seu tempo e de prepará-lo para o futuro; nesta matéria tratou-se, sem dúvida, de um rei com visão e, em minha opinião, foi, nesta matéria, um governante bem sucedido.

QUADRO N.º 1

FILHOS E IRMÃOS DE D. JOÃO III FALECIDOS DURANTE O SEU REINADO

DATA DA MORTE	NOME	PARENTESCO	IDADE	
Março de 1526	D. Afonso	**filho**	1 mês	
c.1529	D. Isabel	**filha**	poucos meses	
c. 1530	D. Beatriz	**filha**	poucos meses	
7/11/1534	D. Fernando	irmão	27	
1/1/1537	D. Dinis	**filho**	19 meses	
14/4/1537	D. Manuel	**filho**	5	jurado herdeiro em 1535
8/1/1538	D. Beatriz	irmã	33	Falecida em Nice
29/4/1539	D. Filipe	**filho**	6	jurado herdeiro em 1537
1/5/1539	D. Isabel	irmã	35	Falecida em Toledo
20/1/1540	D. António	**filho**	9 meses	
21/4/1540	D. Afonso	irmão	31	
20/9/1540	D. Duarte	irmão	24	
11/11/1543	D. Duarte	**filho**	22	bastardo
12/8/1545	D. Maria	**filha**	17	Falecida em Valladolid
2/1/1554	D. João	**filho**	16	jurado herdeiro em 1539
27/11/1555	D. Luís	irmão	49	

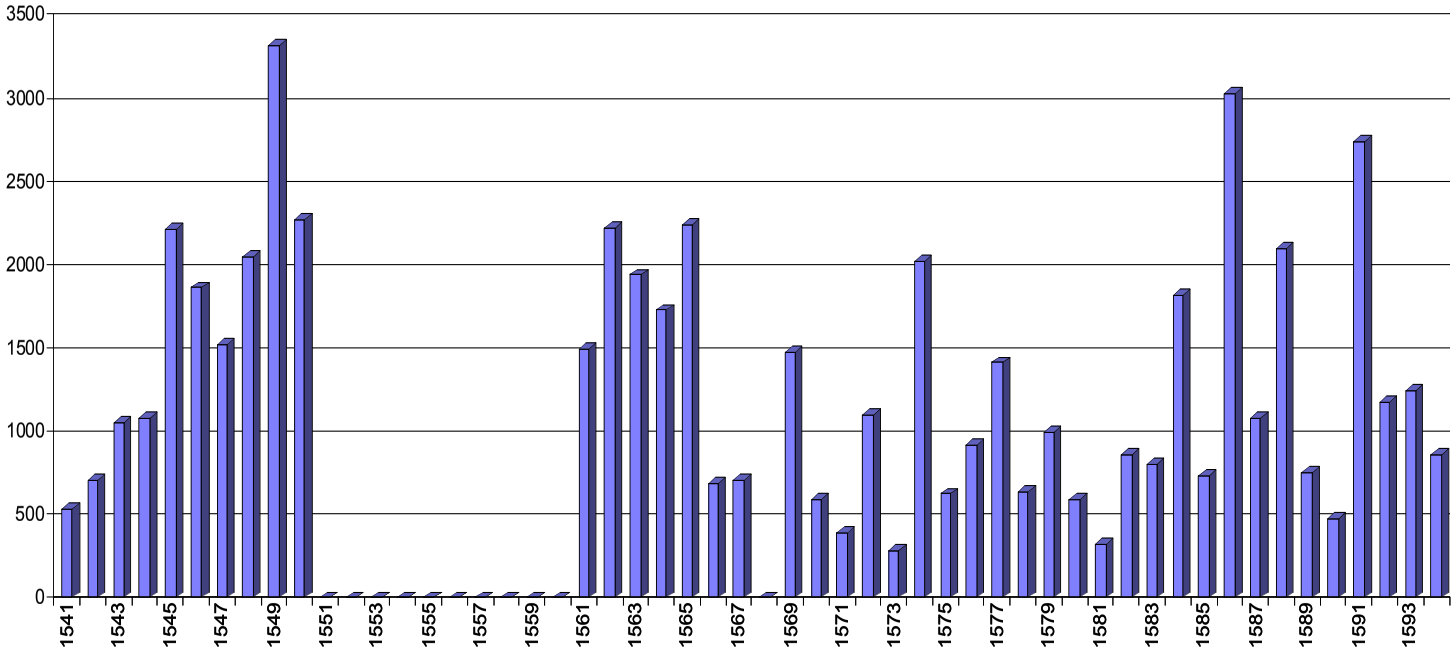
QUADRO N.º 2

CAPITANIA-MOR DAS ARMADAS DA ÍNDIA NO REINADO DE D. JOÃO III

ANO	CAPITÃO-MOR	COM EXPERIÊNCIA NO ÍNDICO?	COM EXPERIÊNCIA DE COMANDO DE ARMADAS?	ARMADA COM CAPITÃES COM EXPERIÊCIA?
1522	-	-	-	NÃO
1523	Diogo da Silveira	NÃO	NÃO	SIM
1524	D. Vasco da Gama	SIM	-	-
1525	Filipe de Castro	SIM	-	-
1526	-	-	-	SIM
1527	Manuel de Lacerda	SIM	-	-
1528	Nuno da Cunha	SIM	-	-
1529	Diogo da Silveira	SIM	-	-
1530	-	-	-	SIM
1531	-	-	-	SIM
1532	D. Estêvão da Gama	SIM	-	-
1532	D. Paulo da Gama	SIM	-	-
1533	D. João Pereira	SIM	-	-
1533	D. Gonçalo Coutinho	SIM	-	-
1533 *	D. Pedro de Castelo Branco	SIM	-	-
1534	Martim Afonso de Sousa	NÃO	SIM	-
1535	Fernão Peres de Andrade	SIM	-	-
1536	Jorge Cabral	SIM	-	-
1537	-	-	-	SIM
1537 *	Diogo Lopes de Sousa	SIM	-	-
1538	D. Garcia de Noronha	SIM	-	-
1539	Pero Lopes de Sousa	NÃO	SIM	-
1540	Francisco Sousa Tavares	SIM	-	-
1541	Martim Afonso de Sousa	SIM	-	-
1542	-	-	-	SIM
1543	Diogo da Silveira	SIM	-	-
1544	Fernão Peres de Andrade	SIM	-	-
1545	D. João de Castro	SIM	-	-
1546	Lourenço Pires de Távora	NÃO	NÃO	SIM
1547	D. Francisco de Lima	SIM	-	-
1547 *	Martim Correia da Silva	SIM	-	-
1547 *	Francisco Barreto	NÃO	NÃO	NÃO
1548	D. João Henriques	SIM	-	-
1548	João Mendoça	SIM	-	-
1548	Manuel Mendoça	SIM	-	-
1549	-	-	-	SIM
1550	D. Afonso de Noronha	NÃO	NÃO	SIM
1551	Diogo Lopes de Sousa	SIM	-	-
1552	Fernão Soares de Albergaria	NÃO	-	SIM
1553	Fernão Álvares Cabral	NÃO	NÃO	1
1554	D. Pedro de Mascarenhas	NÃO	NÃO	SIM
1555	D. Leonardo de Sousa	NÃO	NÃO	NÃO
1556	D. João Meneses Sequeira	NÃO	NÃO	NÃO
1557	D. Luís Fernandes Vasconcelos	NÃO	NÃO	1

QUADRO N.º 3

QUANTITATIVOS ANUAIS DE ESCRAVOS REGISTADOS PARA SEREM ENVIADOS PARA AS ÍNDIAS DE CASTELA ATRAVÉS DAS ILHAS DE CABO VERDE OU DOS RIOS DA GUINÉ (1541-1550; 1561-1594)



FONTES: Maria Manuel TORRÃO, *Tráfico de Escravos entre a Costa da Guiné e a América Espanhola. A Articulação dos Impérios Ultramarinos Ibéricos num Espaço Atlântico (1466-1595)*, Dissertação apresentada para provas de acesso a Investigador Auxiliar, Lisboa, 2000 (texto policopiado pp. 406, 468 e 485).

QUADRO N.º 4
PRODUÇÃO DE AÇÚCAR NAS ÁREAS DO IMPÉRIO PORTUGUÊS
(estimativas em arrobas)

ANO	MADEIRA	S. TOMÉ	BRASIL	TOTAL
1497	90.295			90.295
1501	100.625			100.625
1504	182.910			182.910
1505	209.362			209.362
1506	230.015			230.015
1507	176.984			176.984
1508	173.092			173.092
1509	146.400			146.400
1516	122.101	[+ 50.000]		[+ 170.000]
1517		100.000		[200.000]
1521	106.337			[200.000]
1528	84.535	123.170		207.705
1537	46.700	135.860		182.560
1550		150.000	[+ 50.000]	[+ 200.000]
1565			180.000	[+ 250.000]
1578		175.000		[+ 350.000]
1579				
1580	c.40.000	200.000	350.000	c.590.000
1590			900.000	900.000
1600		9.000	1.200.000	+ 1.200.000
1602		40.000		[+ 1.000.000]
1605		60.000		[+ 1.000.000]
1610		60.000	1.000.000	[+ 1.000.000]

FONTES: Miguel Jasmins RODRIGUES, «Açúcar», in *Dicionário de História dos Descobrimentos…*; Alberto VIEIRA, «Consequências do povoamento e o ciclo do açúcar na Madeira nos séculos XV e XVI», in *Portugal no mundo* (dir. de Luís de ALBUQUERQUE), 6 vols., Lisboa, Alfa, 1989, p. 219; Vitorino Magalhães GODINHO, *Descobrimentos e Economia Mundial…*, vol. 4, pp. 96-97; Cristina Seuanes SERAFIM, *As ilhas de S. Tomé no século XVII…*, p. 257; Frédéric MAURO, *Le Portugal, le Brésil et l'Atlantique au XVIIe siècle…*, pp. 219, 278-281.

QUADRO N.º 5
POSSESSÕES PRINCIPAIS DO IMPÉRIO PORTUGUÊS

1521	**1557**	**1670**
Ilhas atlânticas	Ilhas atlânticas	Ilhas atlânticas
Marrocos Ceuta, Alcácer-Ceguer, Tânger, Arzila, Azamor, Mazagão, Safim, Santa Cruz de Cabo de Gué	Marrocos Ceuta, Tânger, Mazagão	Marrocos Mazagão
Arguim / Mina	Arguim / Mina	-
Moçambique / Sofala	Moçambique / Sofala	Moçambique / Sofala **Prazos da Zambézia**
Ormuz Fortalezas adjacentes	Ormuz Fortalezas adjacentes	-
Chaul	Província do Norte **Diu, Baçaim, Chaul**	Província do Norte **Diu, Damão, Baçaim, Chaul**
Ilha de Goa	**Goa, Bardez e Salsete**	**Goa, Bardez e Salsete**
Cananor / Calicut / Cochim / Coulão	Cananor / Chale / Cranganor / Cochim / Coulão	-
Colombo	Colombo	-
Malaca / Pacém	Malaca / Maluco	-
–	Negapatão / Paliacate	-
–	Macau	Macau
-	Timor	Timor
-	Brasil **S. Vicente / S. Paulo / Santos / Vitória / Porto Seguro / Ilhéus / Salvador / Recife / Olinda**	Brasil **S. Vicente / S. Paulo / Santos / Rio / Vitória / Porto Seguro / Ilhéus / Salvador / Recife / Olinda / Natal / Fortaleza / S. Luís / Belém**
-	-	Cacheu
-	-	Luanda / Benguela

ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR, Vol. III, 2002, pp. 123-153

A ÚLTIMA CARTA DE FRANCISCO DE ALBUQUERQUE (COCHIM, 31 DE DEZEMBRO DE 1503)

por

ZOLTÁN BIEDERMANN *

Nota introdutória

Entre as primeiras viagens portuguesas à Índia, aquela que Francisco de Albuquerque efectuou em 1503 constitui o objecto central de um dos mais conhecidos estudos de Jean Aubin [1]. Porém, o principal testemunho dessa viagem, a última carta enviada por Francisco de Albuquerque a D. Manuel, chegou até nós apenas numa versão alemã de inícios do século XVI conservada em Augsburgo entre os papéis de Konrad Peutinger. Este documento foi editado em 1861 num verdadeiro *introuvable* da historiografia germânica, o «26.° Anuário da Associação Histórica do Distrito de Suábia-Neuburgo» [2] e, se bem que nem o mais obscuro dos lugares de publicação pode garantir o esquecimento definitivo de um bom texto, é também verdade que passaram mais de cem anos até à divulgação de um resumo em português da carta, pela pena de Banha de Andrade [3].

---

* Investigador do Centro de História de Além-Mar e bolseiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

[1] Jean AUBIN, «L'apprentissage de l'Inde. Cochin, 1503-1504», in *Moyen-Orient et Océan Indien, XVIe-XIXe siècles*, 4 (1987), pp. 1-96; novamente publicado em *Le latin et l'astrolabe. Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales*, vol. I, Centre Culturel Calouste Gulbenkian-CNCDP, Lisboa-Paris, 1996, pp. 49-110.

[2] B. GREIFF, «Briefe und Berichte über die frühesten Reisen nach Amerika und Ostindien aus den Jahren 1497 bis 1506 aus Dr. Conrad Peutingers Nachlass», in *Sechsundzwanzigster Jahres-Bericht des historischen Kreis-Vereins im Regierungsbezirke von Schwaben und Neuburg für das Jahr 1860*, Augsburgo, 1861, pp. 111-172. A carta de Francisco de Albuquerque (pp. 139-157) encontra-se no apêndice documental ao diário de Lucas Rem, escrito nos anos de 1494 a 1541.

[3] António Alberto Banha de ANDRADE, *Mundos Novos do Mundo, Panorama da difusão, pela Europa, de notícias dos Descobrimentos Geográficos Portugueses*, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 1972, vol. I, pp. 330 segs.

A retroversão completa que dela agora se apresenta ajudará a fazer conhecer em Portugal o único documento coevo que narra desde o princípio até bem perto do seu fim a expedição de Francisco de Albuquerque a Cananor e Cochim (14 de Abril de 1503 até 31 de Janeiro de 1504), com uma pouco falada passagem por Melinde e vários episódios muito interessantes para o estudo de um momento crucial da história da expansão. Na segunda metade de 1503 alguns portugueses, muçulmanos e hindus ponderaram seriamente a hipótese de uma paz duradoira e de um convívio comercial regularizado por um acordo escrito que limitasse as hostilidades já em curso. O fracasso deste projecto evidencia bem a dolorosa originalidade da presença portuguesa no Índico a partir de 1498 e os obstáculos que se opuseram a uma integração pacífica dos portugueses no sistema comercial asiático. Os arautos da confrontação armada levaram a melhor de ambos os lados, e foi até com alegria que os círculos mais próximos de D. Manuel viram a obra de Francisco de Albuquerque desmoronar-se em pouquíssimo tempo, conforme se depreende de um trecho de uma outra carta, escrita em Outubro de 1504 na feitoria lisboeta dos Welser, cuja tradução juntámos ao presente trabalho em jeito de epílogo [4].

A carta de Francisco de Albuquerque não constitui, evidentemente, o único documento referente aos acontecimentos de 1503. Conhecem-se uma notícia enviada de Lisboa, pouco depois de 15 de Julho de 1504, por mercadores e banqueiros italianos [5], um relato enviado por Giovanni da Empoli ao seu pai em Setembro de 1504 [6], uma carta anónima de 16 de Setembro de 1504 conservada no manuscrito 1910 da Biblioteca Riccardiana de Florença [7] e três cartas de Giovanni Francesco Affaitadi, copiadas por Marino Sanuto no seu diário [8]. Há ainda uma carta de Pero de Ataíde de finais de

---

[4] Originalmente publicada por GREIFF, cit., pp. 158-159.

[5] «Exemplum quarundam literarum negotiatorum et collybistarum ac trapezitarum Hispaniae ad correspondales suos in urbe Florentiae & Venetiarum», *in* Fracanzano di MONTALBODDO, *Paesi nuovamente ritrovati*, Vicenza, 1507, fls. 77-79v; também em GRYNAEUS, *Novus orbis regionum ac insularum veteribus incognitarum*, Paris [& Basileia], 1532, pp. 117-121. A carta contém uma versão latina do texto do tratado entre o rei de Calicute e Francisco de Albuquerque, mas há diferenças entre ela e a versão portuguesa incluída na carta de Albuquerque. (Cf. AUBIN, «L'apprentissage de l'Inde», pp. 70 segs.)

[6] «Chopia del primo viaggio che Giovanni di Lionardo da Empoli fecie in India, per la lettera che iscrive a Lionardo su padre», publicada em Marco Spallanzani, *Giovanni da Empoli un mercante fiorentino nell'Asia portoghese* [1984], nova edição, Edizioni Scelte, Florença, 1999, pp. 139-151. Empoli viajou na armada de Afonso de Albuquerque e, segundo Banha de Andrade, este relato terá sido escrito por ele ainda durante a viagem de regresso, ou nos dias que se seguiram à chegada a Lisboa, em 16 de Setembro de 1504 (cit., p. 324).

[7] Edição crítica em Carmen RADULET & Luís Filipe THOMAZ, «Fontes italianas para a história das primeiras viagens portuguesas ao Índico. O Códice Riccardiano 1910 de Florença» [2.ª parte], in *Mare Liberum*, n.° 21 (no prelo).

[8] *I Diarii di Marino Sanuto (1496-1533)* (ed. Rinaldo FULIN *et al.*), reimpressão Forni Editore, Bolonha, 1969, vol. VI, pp. 55-57, 75 segs. e 86-88. Há também ecos delas nos diários de Girolamo Priuli (R. FULIN, «I Portoghesi nell'India e I Veneziani in Egitto [dai Diarii di Girolamo Priuli]», in *Archivo Veneto*, 12 (1881), pp. 155-248.

1503 ou inícios de 1504 [9] e um belíssimo relato anónimo em italiano sobre a viagem da nau de Setúbal [10].

Contudo, nenhum destes documentos foi produzido no âmbito da viagem de Francisco de Albuquerque, e quase nada se encontra neles sobre a própria viagem (uma das mais rápidas de sempre) nem sobre os acontecimentos que mediaram entre a chegada a Angediva, 6 de Agosto de 1503, e a chegada do seu primo e rival, Afonso, a Cochim, a 15 de Setembro do mesmo ano, onde Francisco, entretanto, reconduzira o rei, reabrira as hostilidades com o Samorim, negociara a compra de uma quantidade considerável de pimenta e iniciara, inclusive, a construção de uma fortaleza. Além disso, a presente carta ilumina também, melhor do que qualquer outro documento, a génese do tratado firmado em 21 de Dezembro de 1503 com o Nabeaderim. Neste contexto, salta à vista como passaram quatro meses entre a primeira proposta de paz vinda de Calicute, já em finais de Agosto de 1503, e a efectivação do tratado, a 21 de Dezembro, cujo texto, bastante favorável aos portugueses, se fornece aqui na íntegra. No fim da carta, Francisco de Albuquerque quantificou ainda uma parte das cargas enviadas para Lisboa no início de 1504.

Muitos dos acontecimentos narrados por Francisco de Albuquerque foram também descritos detalhadamente pelo autor anónimo da *Crónica do descobrimento e conquista da Índia* [11] e por Fernão Lopes de Castanheda, cuja versão é a mais citada. Ambos fornecem de facto numerosas informações de grande utilidade (para uma melhor compreensão do texto de Albuquerque e vice-versa), mas as três versões estão em algumas passagens muito longe de concordarem entre si. A fase mais duvidosa é aquela que se estende desde a chegada de Francisco de Albuquerque a Cochim no dia 2 de Setembro de 1503 até ao firmar das pazes com o Samorim a 21 de Dezembro do mesmo ano. Para este período, e principalmente para o tempo anterior à chegada de Afonso de Albuquerque a Cochim em meados de Setembro, a narrativa dos dois cronistas está por vezes francamente desfasada daquilo que Francisco de Albuquerque relata, ao que tudo indica, em estreito seguimento das suas próprias anotações diárias.

Uma justaposição simples dos três textos revela-se portanto pouco elucidativa em várias passagens. Enquanto Albuquerque praticamente não fornece dados concretos sobre o contexto geográfico em que a acção se desenvolve (apenas duas ilhas próximas a Cochim são identificadas pelos

---

[9] Datada de 20 de Fevereiro de 1504 e publicada em *Cartas de Afonso de Albuquerque* (ed. R. A. Bulhão Pato), Lisboa, 1884-1935, vol. II, pp. 262-267.

[10] A. Teixeira da Mota, *A viagem de António de Saldanha em 1503 e a rota de Vasco da Gama no Atlântico Sul*, Lisboa, 1971, pp. 31-56.

[11] *Crónica do descobrimento e conquista da India pelos Portugueses (Códice anónimo, Museu Britânico, Egerton 20,901)*, introdução e notas de Luís de Albuquerque, Coimbra, JIU-Agrupamento de Cartografia Antiga, 1974.

seus nomes), Castanheda e o anónimo, que são mais precisos na toponímia, pecam por uma quase total ausência de datas (apenas dois acontecimentos são situados em termos absolutos, ambas as vezes em crasso desfasamento com a versão de Albuquerque).

Assim, depois de uma concordância relativa na narração do regresso do rei de Cochim à sua cidade (no dia 4 de Setembro de 1503, segundo Albuquerque) e do ataque efectuado, ainda no mesmo dia, a uma ilha que se situava algures entre Cochim e o anterior lugar de refúgio do rei, logo no dia seguinte a confusão instala-se nas narrativas. Albuquerque menciona um pedido do rei para que se levasse até ao fim a destruição do dia anterior, satisfeito apenas no dia 6 com o regresso dos portugueses ao dito lugar e o corte de um milhar de tamareiras. Castanheda e o anónimo, pelo contrário, situam o segundo ataque logo no dia seguinte ao regresso do rei (ou seja, no dia que corresponde ao 5 de Setembro da carta) [12], e Castanheda faz-lhe mesmo seguir, no dia imediatamente posterior (portanto dia 6), uma aparatosa acção na ilha de «Charauaipim» [13]. Esta, por sua vez, assemelha-se de tal forma a um episódio que Albuquerque situa expressamente no dia 9 de Setembro, numa ilha apelidada de «Charnexa», que a identidade dos feitos narrados queda tão fora de qualquer dúvida quanto o erro do cronista.

Ainda segundo Albuquerque, estariam por então em curso as negociações com o rei de Cochim para a construção de uma fortaleza (as negociações iniciaram-se, segundo a carta, ainda no dia 6 ou 7, e terão sido concluídas antes de 14 de Setembro, dia de Santa Cruz, em que o forte foi oficialmente fundado). Ora, Castanheda e o anónimo fornecem ainda *outro* episódio guerreiro anterior ao acordo estabelecido com o rei sobre o forte [14], mas Albuquerque não tem mais façanhas para narrar, pelo menos até ao domingo posterior à chegada do seu primo Afonso, a qual se deu, na sua versão, no dia 15 [15]. Ou seja, os cronistas fornecem uma batalha a mais, talvez por terem desdobrado um único feito (aquele do dia 9, na versão de Albuquerque) em dois (a segunda descrição carece de facto de vivacidade e detalhe). É pelo menos esta a hipótese mais viável que de momento nos ocorre perante a improbabilidade de Francisco de Albuquerque se ter esquecido de narrar as suas próprias façanhas numa carta dirigida ao rei.

Outro problema, embora menor, prende-se com a chegada de Afonso de Albuquerque (dia 15 de Setembro segundo a carta, dia 30 em Castanheda e

---

[12] *História*, I, p. 119; *Crónica*, p. 53.

[13] *História*, I, p. 120.

[14] *História*, I, p. 121; *Crónica*, pp. 55 segs.

[15] Este domingo foi o dia 17 de Setembro de 1503 (para a identificação dos dias da semana, recorremos a Leopold Raab, *Universal-Kalender für die julianische, gregorianische, und jüdische Zeitrechnung*, ed. do autor, Budapeste, 1887, tabuada n.° i).

24 dias depois de Francisco, mas sem data, na crónica anónima) [16] e com o início das obras no forte (o mais tardar no dia 14 segundo a carta, não antes do dia 26 em Castanheda e no dia da chegada de Afonso segundo a crónica anónima) [17]. O imbróglio é considerável, mas aqui, pelo menos, o ênfase dado por Francisco de Albuquerque ao trabalho dos seus homens nas obras, em marcado contraste com a versão dos cronistas (segundo a qual o rei de Cochim tudo fazia para que os soldados portugueses pudessem descansar enquanto os seus súbditos trabalhavam), faz sentido em termos de uma narrativa que procura fundamentar as glórias do autor, e que pode ser criticada enquanto tal.

Apenas bem mais adiante, na terça-feira que se seguiu ao dia 15 de Outubro [18], se acha uma concordância indiscutível (em termos de acção, não de data) entre Albuquerque e Castanheda, quando, durante uma expedição conjunta com o seu primo, Afonso de Albuquerque se adianta aos outros no escuro da noite e sai em terra sem o conhecimento de Francisco, que acabaria por chegar num momento de grande aperto do *Terribil*, prestes a soçobrar perante os defensores locais [19].

Não nos deteremos mais nas dificuldades de uma leitura conjunta da carta de Francisco de Albuquerque e das principais crónicas portuguesas. As possibilidades são igualmente numerosas, e quedam retidas nas notas que juntámos ao texto conforme no-lo propôs numa tépida tarde de Primavera, com a candura de quem oferece a um amigo três goles de chá indiano, o nosso querido professor Luís Filipe. O leitor interessado em entrar mais a fundo no labirinto das três narrativas principais do ano de 1503 – e, quiçá, em analisar pormenorizadamente as possíveis incongruências da Crónica anónima e do texto de Castanheda – terá certamente todo o prazer em perscrutar e criticar a retroversão.

Nota à tradução

O texto que aqui segue é a tradução de uma tradução e não pode, por isso, ser tomado à letra em todos os seus detalhes. Em casos de dúvida, a versão alemã (cuja paginação se indica em parênteses rectos) terá sempre a primazia sobre a nova versão portuguesa.

---

[16] *História*, I, p. 122; *Crónica*, p. 52. O anónimo italiano de 1504 menciona que da sua nau se avistou o monte Deli a 2 de Setembro e que chegou a Cananor no dia seguinte, mas não fornece nenhuma data para a chegada a Cochim; Empoli, por sua vez, situa a chegada a Cananor a 11 de Setembro, mas não data o reencontro com Francisco de Albuquerque em Cochim (SPALLANZANI, cit., p. 144).

[17] CASTANHEDA, cit., vol. I, p. 122; *Crónica*, cap. 26, p. 56.

[18] Ou seja, dia 17 de Outubro de 1503.

[19] CASTANHEDA, cit., vol. I, p. 123; *Crónica*, cap. 28, p. 58.

Dada a impossibilidade de apresentar uma reprodução exacta do que foi o texto original de Francisco de Albuquerque, optámos por uma tradução maximamente fiel ao sentido que o primeiro tradutor (muito provavelmente alguém que enviava notícias a partir da feitoria dos Welser) retirou do original, mas largamente actualizada em termos de sintaxe e grafia. Teria sido demasiado arriscado intentar uma reconstrução das frases e palavras na sua forma original a partir de uma versão alemã feita, visivelmente, sem ambições de absoluta firmeza e realizada num estilo arcaico suficientemente confuso para lançar numerosas dúvidas no leitor.

Suprimimos algumas conjunções («e», «então», «depois», etc., todas profusamente usadas no alemão da época e sem correspondência linear no português), e alterámos parte da pontuação para dar mais fluência do texto, desde que isso não lhe alterasse o sentido. Adicionámos, por outro lado, alguns sujeitos e complementos circunstanciais, frequentemente omitidos pelo primeiro tradutor, sem os quais a leitura do texto se torna desnecessariamente penosa. Nos casos em que a adição de uma ou várias palavras inclui uma possibilidade de alteração do sentido original, recorremos a parênteses rectos para sinalizar tudo o que não vem na versão alemã.

Finalmente, introduzimos três tipos de notas: *a*) notas que informam sobre problemas de tradução, palavras e frases pouco claras ou expressões curiosas na versão alemã; *b*) notas que corrigem erros evidentes do primeiro tradutor; *c*) notas críticas ao texto enquanto fonte, em confrontação, principalmente, com o citado estudo de Jean Aubin, a *História* de Fernão Lopes de Castanheda e a Crónica anónima.

«Relato da viagem de Francisco de Albuquerque, de 27 de Dezembro de 1503» [20]

[139] *Item*, esta é a cópia de uma carta que foi escria por um capitão chamado *Dalbuquerque*, que em Março do ano de 1503 partiu de Lisboa para a Índia com 12 navios [21] e de lá escreveu uma carta ao rei seu senhor, a qual aqui nos chegou no dia 16 de Junho de 1504 [22].

---

[20] O cabeçalho adopta a data de uma carta transcrita junto com o tratado de paz que se acha perto do fim do presente relato. Esse documento, erradamente datado pelo tradutor de 27 de Dezembro de 1503 (na realidade, o tratado deverá ter sido firmado no dia 21, conforme se depreende dos acontecimentos que medeiam entre ele e o encerramento da carta) constitui apenas uma parte do relato de Albuquerque. A carta no seu todo terá sido acabada no dia 30, data do último acontecimento narrado (uma missa celebrada na capela de Santa Cruz de Cochim), ou mesmo no dia 31 (AUBIN, cit., p. 70). É contudo evidente, também, que toda ela segue apontamentos feitos ao longo da viagem, possivelmente num diário de bordo. Por exemplo, a esperança expressa no dia 11 de Setembro por uma próxima chegada de Afonso de Albuquerque, a qual efectivamente aconteceu quatro dias depois, não foi retirada do relato encerrado dois meses e meio mais tarde.

[21] Na realidade, Afonso de Albuquerque saíra de Lisboa a 6 de Abril com quatro embarcações: a nau capitaina *Santiago*, a *Espírito Santo*, capitaneado por Fernão Martins de Almada (nela seguia Giovanni da Empoli), o *São Cristóvão*, fretado por Bartolomeu Marchionni, e uma

Conforme de seguida se poderá ver, esse capitão escreveu na carta o que fez na Índia até ao momento em que dela saiu o navio que trouxe a carta.

Conforme já escrevi a Vossa Alteza [23] por via de João Lopes e Pero Estrelo [24] sobre a boa viagem que Deus Nosso Senhor nos deu em tão poucos dias, viemos de Lisboa até ao Cabo da Boa Esperança num mês e 27 dias [25]. Dali fomos até ao Cabo das Correntes em poucos dias, mas depois dele não velejámos mais do que 10 milhas [26] em 15 dias, pois o que de dia fazíamos, de noite se perdia de novo, não havendo muito vento, senão contrários, e ainda correntes marítimas e uma tormenta.

---

embarcação de Catarina Dias de Aguiar, mais pequena e capitaneada por Pero Vaz da Veiga. Francisco de Albuquerque, primo co-irmão de Afonso, partiu no dia 14 de Abril de 1503 com três embarcações: a principal, baptizada de *São Miguel Rainha Nova*, a *Santa Maria do Faial*, comandado por Nicolau Coelho e, provavelmente, a nau *Conceição*, capitaneada por Duarte Pacheco, segundo defende Jean Aubin. O escopo da viagem, organizada depois da chegada de notícias muito positivas sobre o estado das feitorias de Cochim e Cananor (recebidas em Lisboa com João da Nova em Setembro de 1502), era fundamentalmente trazer-se larga quantidade de especiarias para o reino (J. Aubin, cit., pp. 53-56). Nas palavras de Castanheda, «parecendo a el rey de Portugal, que ho Almirante dom Vasco da gama deixaria assentadas pacificamente as feytorias de Cochim, & de Cananor, & que não aueria necessidade de mandar grande armada, não quis mandar mais de seys naos repartidas em duas capitanias» (vol. I, p. 117). Veja-se no entanto também a versão de Barros, cujas informações divergem significativamente da síntese de Aubin (*Ásia*, I, vii, 2; p. 249). No mesmo ano de 1503, a 12 de Maio, saíram ainda dois navios comandados por António de Saldanha com o objectivo de patrulhar as entradas no Golfo de Ádem, acompanhados por uma nau de Setúbal destinada ao carregamento de especiarias em Cochim (J. Aubin, cit., 54).

[22] António do Campo, que levava a carta, chegou de facto a Lisboa na noite de 15 de Julho de 1504. Uma carta de Affaitadi datada de 16 de Julho confirma a recepção das novas da Índia (*I Diarii di Marino Sanuto*, vol. VI, p. 55).

[23] O tradutor usou aqui a fórmula «*Ewr Herlichkeit*» («Vossa Senhoria ou Vossa Magnificência»), passando depois, no resto da carta, a *Ewr. K. Maj.*, ou seja, traduzida à letra, *Vossa Magestade Imperial*. Ambas as expressões eram comuns no território de língua alemã, mas não podem, evidentemente, ser retrovertidas à letra para o caso português, onde tal titulatura só foi adoptada mais tarde, por D. Sebastião. As primeiras propostas conhecidas para que D. Manuel se proclamasse imperador por ser «rei de reis» datam de finais de 1505 (Luís Filipe Thomaz, «L'idée impériale manuéline», in *La découverte portugaise et l'Europe, Actes du colloque, Paris, les 26, 27 et 28 Mai 1988*, SFHP/FCG/CCP, Paris, 1990, pp. 48 segs.).

[24] «*Johann Lapis, auch Pitro Estrello*»; trata-se de João Lopes Perestrelo, capitão da segunda armada de Vasco da Gama (Castanheda, cit., vol. I, p. 98). Francisco de Albuquerque cruzou-se com ele em Julho de 1503, muito provavelmente algures na costa de Moçambique, e ter-lhe-á entregue uma primeira carta ao rei.

[25] Ou seja, a 10 de Junho, embora Affaitadi indique o dia 4 de Junho (Aubin, cit., 56). Segundo a presente carta [p. 143] duas das três embarcações separaram-se de Francisco de Albuquerque numa tempestade perto do Cabo da Boa Esperança, chegando a Cochim no dia 4 de Setembro de 1503 (cf. também o relato de Empoli em Spallanzani, cit., pp. 142 segs.). Sobre as peripécias da viagem de Afonso de Albuquerque cf. a carta anónima de 16 de Setembro de 1504 (C. Radulet & L. F. Thomaz, cit.).

[26] O tradutor empregou por quatro vezes o termo «milhas» [*meil*] na sua versão da carta. É uma menção segundo a qual os viajantes avistaram a costa indiana a partir de uma distância de 20 ou 30 milhas que assegura não se tratar de uma simples substituição da palavra *légua*, mas

Item, no primeiro dia de Junho [27] saímos para o mar alto. Aí achámos melhor vento, de modo que nos fomos até uma cidade chamada [140] Melinde, [onde chegámos] no dia 18 do dito mês. Fomos recebidos com grande alegria [28]. O irmão do rei de Melinde [29] veio ter conosco com muitos grandes senhores da terra, dizendo-nos que o rei de Melinde estava doente e não podia por isso vir à nossa nau.

Mas eu entreguei a carta que Vossa Alteza lhe enviava ao [dito] irmão.

Responderam-me que tinham muita vontade de seguir a Vossa Alteza com amor e amizade, como se eles próprios tivessem nascido em Portugal. Disseram que queriam ter boa paz connosco, embora já tivessem, por nossa causa, muitos inimigos em seu redor, com os quais se inquietavam [30]. Pediram-nos ainda que fizéssemos com eles uma paz por muitos anos. Decidimos, nessa mesma hora, fazê-la, para que estivessem satisfeitos e se alegrassem. Perguntei-lhes se queriam ou aceitavam ter em Melinde um feitor do rei de Portugal. E eles responderam que sim, mostrando-se satisfeitos com isso.

Entreguei então António Lopes [31] às mãos do irmão do rei, para que fosse levado ao rei e lhe obedecesse até que viessem as próximas naus de Portugal para Melinde.

Recebemos depois numerosos presentes e, pouco antes de nos irmos embora, perguntámos ainda se eles se contentavam com o nosso feitor. Ao que eles responderam que sim, e que me dariam o que eu lhes pedisse. Pedi-lhes então uma carta do seu rei com o seu sinal [32] e o de vários prín-

---

sim de uma adaptação à medida mais corrente na Europa Central, ou seja, uma milha de cerca de 1,6-1,7 km – seria de facto impossível avistar-se a terra de uma distância três vezes superior. Também Empoli, na sua carta de Setembro de 1504, converteu as distâncias percorridas na Índia em milhas, corrigindo até, riscando-a em certa passagem, a palavra *leghe* pela de *miglia* (cf. SPALLANZANI, p. 145).

[27] Leia-se: 1 de *Julho* (a soma dos dias de viagem é de dois meses e meio a contar a partir de 14 de Abril; cf. J. AUBIN, cit., p. 56).

[28] Ainda antes de chegar a Melinde, Albuquerque cruzou-se com João Lopes Perestrelo – capitão da segunda armada de Vasco da Gama – que vinha de regresso para o reino por via de Moçambique, e a quem entregou uma primeira carta para o rei (J. AUBIN, cit., p. 56; cf. nota *supra*). Melinde era «porto amigo» dos portugueses desde a primeira viagem de Gama (CASTANHEDA, cit., vol. I, pp. 30-35), tendo sido visitado também por Pedro Álvares Cabral, que levava um presente de D. Manuel para o rei de Melinde (*ibid.*, pp. 77 segs.), e por Gama na sua segunda viagem (*ibid.*, p. 99). Segundo Giovanni da Empoli, que ia com Afonso de Albuquerque, «*[siamo] partiti a Melinde, dove per obrighatione e comandamento del rei di Portighallo bisongniava andare per aspettare il chapitano maggiore, el qual s'era da noi perduto per la fortuna grande passata*» (SPALLANZANI, cit., p. 143), mas a embarcação em que seguia Empoli acabou por ir a Pate em vez de Melinde, devido a ventos adversos.

[29] Nenhuma das obras que consultámos indica o nome deste rei, possivelmente o mesmo que ficou associado à entrega de um piloto a Vasco da Gama, cinco anos mais cedo.

[30] Melinde, importante porto de saída para os produtos da região de Sofala, em troca dos quais recebia têxteis do Guzerate, concorria com Quíloa e Mombaça, mas a aliança com os portugueses acabaria por não trazer as mesmas vantagens que trouxe, noutro contexto, a Cochim. Os portugueses instalaram-se em Sofala em 1505 e impuseram o monopólio régio sobre o comércio de Cambaia na África Oriental.

[31] «*Antonio Lapis*»; não lográmos identificar este indivíduo.

[32] «*handzeichen*»

cipes, a qual me deram ali, na mesma hora. Se não tivéssemos querido deixar nesta terra o feitor de Vossa Alteza António Lopes [33], poderíamos ter passado ao largo dela sem parar, pois tínhamos ainda a bordo todos os mantimentos necessários. Louvado seja Deus Nosso Senhor! [34]

Item [partimos] no dia 24 de Junho [35] e ao dia 6 de Agosto vimos a terra da Índia à distância de 20 ou 30 milhas [36]. Aí [em Angediva] achámos António do Campo, conforme este dirá a Vossa Alteza, e não lhe tivéssemos, Deus e eu, acudido tão prontamemte com coisas que lhe dei para a sua nau, talvez ele nunca chegasse a Portugal [37].

Fizemos depois as pazes com o senhor da terra. A dita ilha chama-se Angediva, queda contra o vento chamado boreal [38], e pertence ao rei de Narsinga [39].

Quando quisemos partir, no dia 13 do dito mês, chegou Fernando Rodrigues com a sua caravela [40], junto com Pedro e [141] Rodrigo Reinel [41] e alguma outra gente, e as suas caravelas estavam bem carregadas, mas precisavam de mantimentos [42]. Pediram por isso que dividíssemos com eles

---

[33] «*Antonio Lapis*».

[34] Note-se que Francisco de Albuquerque nem menciona a hipótese de reencontrar em Melinde o seu primo Afonso, conforme explica Empoli (cf. nota *supra*).

[35] Mais uma vez, 24 de *Julho* (cf. J. AUBIN, cit., p. 56).

[36] Cf. nota s*upra*.

[37] António do Campo saíra do reino como capitão de uma embarcação da segunda armada de Vasco da Gama, mas não conseguira apanhar a monção de 1502 e invernara na costa de Melinde. Associado a um Cristóvão Jusarte, terá sido, nas palavras de Jean Aubin, «le premier, dès 1502-1503, d'une longue série de chefs de bord que la tentation de faire de l'argent jeta aux marges de l'illégalité dans l'Océan Indien». Antes de chegar a Angediva terá passado pelas ilhas de Maldiva, mas o facto de estar em apuros quando Albuquerque o encontrou mostra que as suas actividades tiveram sucesso reduzido até essa data (J. AUBIN, cit., p. 57; sobre Jusarte, cf. Luís Filipe THOMAZ & Geneviève BOUCHON, *Voyage aux deltas du Gange et de l'Irraouaddy en 1521*, Paris, 1988, pp. 395-403 e quadro n.° IV).

[38] «*Wöreall*»

[39] «*Dieselb Insel gehört zu dem küng von Narsinga*»: esta frase não exprime necessariamente uma relação de propriedade, podendo resumir-se a uma simples dependência tributária ou aliança.

[40] Fernando Rodrigues Badarças, capitão da caravela Santa Maria; cf. nota *infra*.

[41] «*Piro und Rodrigo Renil*»; ambos deverão ter saído de Portugal com a esquadra dos Sodrés, mas não são referidos nesse âmbito nas fontes que consultámos. Rodrigo Reinel quedou em Calicute depois da partida de Francisco de Albuquerque para o reino (CASTANHEDA, cit., vol. I, pp. 132 segs.).

[42] Tratava-se de um grupo de três ou quatro embarcações com os sobreviventes da esquadra de Vicente Sodré, vitimada por uma tormenta nas ilhas de Curia Muria a 1 de Maio de 1503 (J. AUBIN, cit., p. 58; CASTANHEDA, cit., I, p. 116; cf. BARROS, cit., I, vii, 2, p. 250). Fernando Rodrigues Badarças, capitão da caravela Santa Maria, rebelou-se com Pero Rafael e Diogo Pires, igualmente capitães, contra Sodré ainda no fim de Abril, abrigando-se de uma tormenta, anunciada pelos habitantes locais, sem permissão do capitão-mor. Depois da tempestade, os sobrviventes elegeram Pero de Ataíde, que fora até então capitão apenas de uma caravela e quedara fiel às ordens de Sodré, como novo capitão-mor, e dirigiram-se para a costa indiana (CASTANHEDA, *loc. cit.*). O facto de virem com as embarcações bem carregadas deveu-se certamente às acções de saque levadas a cabo na região do Golfo de Ádem ainda antes do episódio de Curia Muria, e possivelmente também depois, noutras paragens.

os nossos mantimentos, para suprir a necessidade que tinham, e eu mandei na mesma hora dar-lhes o que precisassem [43].

Item no dia 23 do dito mês, três horas depois do meio-dia, saímos de Angediva. Deixei nessa ilha duas cartas debaixo de uma pedra, para que, caso viessem aqui outros navios, se soubesse que eu tinha partido com os meus navios.

Item no dia 25 do dito mês encontrámos Pero de Ataíde, perto de um monte chamado *Ely* [44]. Ele seguiu pelo seu caminho rumo a Cananor, e nós chegámos a Cananor na noite de sábado [45], onde falámos com o feitor [46] e os escrivães [47]. No dia 27 do dito mês chegou-nos a nova da grande devastação e incêndio da cidade de Cochim, e de como o rei de Cochim fugira e a nossa feitoria se achava destruída. Falei então com Gonçalo Gil, o nosso feitor, e mandei retirar toda a gente do navio de Pero de Ataíde e da caravela. Dividi depois a gente pelos outros navios, pois assim me parecia ser útil, e substituí o capitão da caravela pelo meu irmão, Lionel de Albuquerque, de quem se esperam boas acções, das quais certamente ainda se ouvirá falar [48].

---

[43] A generosidade com que Albuquerque distribuía mantimentos que ainda trazia do reino era possível graças à curta duração da sua viagem até à Índia, efectuada em tempo-recorde. Nas palavras de João de Barros, ele «ya muy jnteyro com mantimentos e cousas do reyno» (cit., I, vii, 2, p. 251).

[44] Pedro de Ataíde [«*Piro de Kade*»] viera do reino na armada de 1502. Avesso ao conflito aberto, apenas deixou Sodré depois de este se ter perdido em Curia Muria em Maio de 1503. Feito capitão-mor da pequena armada de sobreviventes em que se incluíam Pedro Rafael, Fernão Rodrigues Badarças e Diogo Pires (cf. nota *supra*; talvez tenha sido este o momento em que se lhe entregou uma nau a troco da caravela que até então comandara; cf. nota *infra*), dirigiu-se para a Índia onde, não podendo tomar o porto de Cochim devido à monção, acabou por arribar a Angediva (Castanheda, cit., vol. I, pp. 116 segs.; cf. sobre este personagem o artigo de André Teixeira, «Pedro e Vasco de Ataíde», *in* João Paulo Oliveira e Costa (coord.), *Descobridores do Brasil. Exploradores do Atlântico e Construtores do Estado da Índia*, SHIP, Lisboa, 2000, pp. 123-155). António do Campo teria chegado à mesma ilha três ou quatro dias depois, por lhe ter morrido um piloto ainda no início da travessia do Índico e assim ter sido obrigado a velejar à vista pelo litoral (Castanheda, cit., vol. I, p. 117). O facto de Albuquerque ter encontrado em Angediva primeiro António do Campo e só uma semana mais tarde os outros portugueses indica que estes entretanto terão andando pelo litoral indiano em actividades que nenhum dos cronistas refere.

[45] Portanto no dia 26 de Agosto de 1503. Segundo Gaspar Correia, que erradamente situa a chegada em finais de Setembro, Pero de Ataíde teria esperado em Cananor a chegada de Albuquerque, indo ao seu encontro com várias embarcações e regressando com ele ao porto de partida no mesmo dia (cit., vol. I, p. 375).

[46] Gonçalo Gil Barbosa; cf. nota *infra*.

[47] *Schreibern*; o uso desta palavra em contextos variados da presente carta deixa algumas vezes dúvidas sobre o número de escrivães em cada situação, sendo que no acusativo dificilmente se distingue a forma singular da plural. Por isso transcrevemos, em todos os casos duvidosos, a forma alemã (*schreibern*, aqui). Geralmente, mas não obrigatoriamente, era costume haver dois escrivães por feitoria.

[48] Segundo Castanheda, «el rey [de Cananor] foy falar ao mar a Fra*n*cisco dalbuquer*que*, & co*n*tou-lhe o que sucedera em Cochim, & onde el rey estaua. E sabido isto [Albuquerque] partiose logo pera Cochim» (cit., vol. I, p. 117). Correia escreve, no entanto: «sairão a terra e forão á Igreja fazer oração. E logo Fransico d'Alboquerque polo feitor Gil Fernandes Bar-

Item, feito isto, Gonçalo Gil, feitor de *Kolin* [*sic*] [49] fez-me saber do grande aperto que ali havia, requerendo-me [também] que eu fosse em socorro do rei de Cochim, e que soubéssemos mais precisamente do estado da feitoria e de como tudo acontecera. O feitor de Cananor foi então ter com o rei [de Cananor] para lhe dizer que não se entristecesse com a partida do capitão de Portugal para Cochim, onde o rei se encontrava em grande aperto, acrescentando que, caso [o rei de Cananor] precisasse da sua ajuda, estaríamos dispostos a ajudá-lo atempadamente e em qualquer altura [50].

Quando quis partir de Cananor para Cochim, vieram perguntar-me se não queria fazer as pazes com o rei de Calicute [51].

Saímos de Cananor na quinta-feira, dia 31 de Agosto, e chegámos a Cochim [52] no sábado, dia 2 de Setembro [53]. O rei de Cochim fugira, junto

---

bosa [*sic*] mandou visitar elRey, que estaua doente daly a huma legoa, e as cartas e presente que lhe trazia, e dizer que lhe perdoasse nom o ir ver, porque logo se partia pera Cochym. ElRey lhe mandou seus agradecimentos e visitar polo Gozil […] Francisco de Albuquerque se deu pressa por ganhar esta honra, e logo tomou lenha e agoa, e se partio pera Cochym» (cit., vol. I, pp. 375 segs.) – versão que, vista a presente carta e a pouca probabilidade de o rei de Cananor se dirigir em pessoa a uma embarcação para anunciar o ataque a Cochim, parece bastante mais credível.

Segundo Aubin, o capitão substituído foi Fernão Rodrigues Badarças, que ia na caravela Santa Helena (AUBIN, cit., p. 58). Note-se que a entrega, ordenada por Albuquerque a Gonçalo Gil Barbosa no dia 30 de Agosto, de três bares de breu para os arranjos do *São Pedro* e de duas caravelas (*ibid.*), é posterior à entrega da caravela a Lionel de Albuquerque. Segundo Gaspar Correia, Albuquerque levou consigo «Pero d'Ataide e Antonio do Campo em seus nauios, e as seis carauellas, porque deitou a gente das naos, porque as carauellas hauião d'entrar no rio de Cochym, e todos muy prouidos d'artelharia, e poluora, e todo o necessario, que hião a pelejar» (cit., vol. I, p. 376).

[49] Esta referência é enigmática, mesmo que se identifique *Kolin* com Cochim. Gonçalo Gil Fernandes Barbosa de Santarém, tio do Duarte Barbosa que foi língua e escreveu o *Livro*, fora de facto feitor em Cochim, mas havia sido substituído, em 1502, seguindo uma ordem de Vasco da Gama, por Diogo Fernandes Correia. Passou desde então a servir como feitor em Cananor, de onde apenas saiu em 1505 (cf. Ana Rita CANAVARRO, «Gonçalo Gil Barbosa», in *Descobridores do Brasil* [nota *supra*], p. 262; cf. também nota *infra*). Outra hipótese, bastante mais remota, seria uma identificação de *Kolin* com Coulão. De facto, Vasco da Gama havia já ido a esse porto na sua segunda viagem, antes de Afonso de Albuquerque. Havendo mais do que um Gonçalo Gil na Índia por esta época (cf. o artigo de Jorge Santos ALVES em DHDP), seria teoricamente possível existir aí um feitor com esse nome, mas a acepção parece demasiado forçada perante o contexto da presente menção e a ausência de qualquer outra referência a tal personagem. A explicação mais simples não deixa portanto de ser um erro do primeiro copista e tradutor, pouco familiarizado, conforme se depreende de toda a carta, com a onomástica portuguesa e a toponímia indiana.

[50] Cf. nota *supra*.

[51] Gaspar Correia refere que entre a saída de Cananor e a chegada a Cochim Albuquerque teria ainda tido tempo para, numa acção-relâmpago empreendida a meio do caminho, surgir diante de Calicute e bombardear a cidade (cit., I, p. 376).

[52] *«für Cutzin»*.

[53] Segundo Castanheda, «chegou quasi noyte […] e logo foy visto por el rey ter vigias, q*ue* ja sabia sua vi*n*da. E foy a festa muyto grande em Vaipim por sua chegada […] e fazião grandes tangidas, & folias: em que logo os de Calicut que estauão nas tranqueyras atentarão» (cit., vol. I, p. 118).

com a nossa feitoria, para um lugar a duas milhas de Cochim [54]. Quando me deram esta nova, desisti de ordenar salvas de artilharia [55], nem houve outras mostras de alegria. Mandei recado ao rei da minha chegada. E ele alegrou-se muito e esqueceu toda a sua tristeza, pois tinham chegado os seus amigos de Portugal [56]. O rei ordenou que se me pedisse que eu desse salvas de artilharia. E eu assim o cumpri na mesma hora, mandando dar salvas com os [canhões] grandes e pequenos. O rei fez-me ainda saber [142] que todos os nobres gentios [57] e também os Malabares [58] e cristãos estavam alegrados com a minha chegada. Pediu-me que todos os meus navios lançassem âncora defronte da cidade queimada de Cochim, e que o pusesse novamente no seu reino, pois todo o mal lhe advinha de ser amigo do rei de Portugal. Fez-me saber também que desde que o almirante partira da última vez, nunca mais tivera paz nem sossego do rei de Calicute.

Item, logo que lancei a âncora do meu navio no porto defronte de Cochim [59], o nosso feitor de Cochim [60] veio para o meu navio e contou-nos o que se havia passado. Disse-me também que o rei pedia que nos chegássemos mais perto da terra com o navio. Contou-me ainda o mesmo feitor que o rei de Calicute viera sobre Cochim com muita gente, por terra e por água, e que na primeira batalha morreram dois príncipes de Cochim, um irmão e um primo do rei, e ainda muita gente, os quais morreram, uns espancados, outros queimados; devastaram também as terras de Cochim, e esta guerra durou mais do que um mês. Enquanto os homens do rei de Calicute devastavam a terra de Cochim, o rei de Cochim fugiu com o nosso feitor e os escrivães [61] para uma ilha, levando consigo os bens que pertenciam ao rei de Portugal, onde os achei, com muita da mercadoria estragada. Contou-me ainda que o rei de Calecut quisera que o rei de Cochim lhe entre-

---

[54] Começa aqui toda uma série de referências a lugares muito difíceis de identificar, incluindo, nomeadamente, várias ilhas do vasto sistema fluvial e lagunar da região de Cochim, cuja morfologia tem vindo a mudar ao longo dos séculos e carece de um estudo de cartografia histórica credível. O lugar de refúgio poderá ter-se situado na ilha de Vaipim, que, embora comece a muito menos de «duas milhas» da cidade, se estende por uma vintena de quilómetros para Norte (cf. Jean DELOCHE, *La circulation en Inde avant la révolution des transports*, Paris, École Française d'Extrême-Orient, 1980, vol. I, p. 89). É pelo menos esse o topónimo avançado por CASTANHEDA (cit., vol. I, p. 118), CORREIA (cit., vol. I, p. 377) e o autor da Crónica anónima (cap. 23, p. 52).

[55] «*püchsen*».

[56] A compreensível alegria do rei é relativizada apenas por Correia: «vendo que era armada da India, e que do Reyno erão só três naos, ficarão tristes e desconfiados» (cit., vol. I, p. 377).

[57] «*hayden*».

[58] «*Melberess*».

[59] «*in der porten für Cutzin*».

[60] Diogo Fernandes Correia, que fugira com o rei de Cochim e vinha agora com recados dele (CASTANHEDA, cit., vol. I, p. 118, e CORREIA, cit., vol. I, p. 377; cf. nota *supra*).

[61] «*mit unserm factor und schreibern*»; segundo Castanheda (vol. I, p. 102), «foy apousentado [por Vasco da Gama] na feytoria [de Cochim] Diogo fernandes correa, que como disse foy de Portugal & fora*m* seus escriuães Lourenço moreno q*ue* já la éstaua, & hu*m* Aluaro vaz q*ue* ya de Portugal, & do*m* Vasco lhe deu hu*m* lingoa & certos Portugueses pera seruiço da feytoria». Ambos os escrivães permaneciam em funções em Setembro de 1503 [*Commentarios de Afonso de Albuquerque, 5a edição, conforme à 2a edição, 1576* (ed. J. Veríssimo SERRÃO), IN-CM, Lisboa, 1973, vol. I, p. 4].

gasse o feitor, os escrivães e a mercadoria [62], como condição para se fazerem as pazes, mas que o rei de Cochim não o quizera fazer de maneira nenhuma. E que, vendo os reis de Calicute como a fé [63] do rei de Cochim era forte e como ele se mantinha ao lado dos portugueses, quatro grandes senhores do rei de Calicute se passaram para o rei de Cochim por amor à sua justiça.

Item, no dia 4 de Setembro armámos os nossos batéis [64] e saímos em terra [65]. O rei de Cochim veio em pessoa para o meu batel, fazendo-me as suas honras, pois não queria estar em terra e retomar o seu reino sem ser primeiro reconhecido pelo capitão do rei de Portugal e por ele reposto na sua cidade [66]. O rei ficou muito tempo com os seus principais [67] nos meus batéis. E eu fiz presentes ao rei e a todos os senhores que ele consigo trazia.

Depois de tudo isto, tive conselho com o nosso feitor, os capitães e os escrivães; fomos de parecer e decidimos [143] que eu, o feitor e os escrivães fôssemos com o meu batel sair em terra junto à cidade queimada de Cochim, a qual estava tão destruída e queimada que assustava a todos que assim a vissem [68].

Enquanto fazíamos caminho, achámos uma ilha que era do rei de Calicute [69]. E enquanto a gente desta ilha fugia de nós na direcção de Cochim, nós pusemos fogo às suas casas, de modo que se via muito bem desde Cochim, e capturámos muitos deles. O rei alegrou-se muito com isto. Pela mesma altura, chegaram dois dos nossos navios, os quais eu tinha deixado para trás numa grande tormenta junto ao Cabo da Boa Esperança [70].

Item, no dia seguinte o rei de Cochim fez-me pedir que destruíssemos por completo a dita ilha [71], pois [os seus habitantes] tinham sido maus vizinhos.

No dia 6 do dito mês, ordenei a minha gente e voltei a sair em terra, onde queimámos o restante das casas e cortámos todas as árvores de fruto

---

[62] «*die factor, schreiber auch guot*».

[63] «*gloub*».

[64] «*barken*».

[65] Albuquerque não esclarece totalmente a cronologia dos acontecimentos dos dias 2, 3 e 4 de Setembro, nomeadamente o momento exacto do regresso do rei a Cochim. O mais plausível é que, em proximidade ao que descrevem Castanheda e o anónimo, Albuquerque tenha ido surgir diante de Vaipim, onde o rei o esperava na praia com a sua gente e alguns portugueses, na segunda-feira, dia 4 de Setembro.

[66] Castanheda omite a vinda do rei para o batel, mas descreve também com vivacidade o calor da recepção, durante a qual Duarte Pacheco estaria já presente (cit., vol. I, p. 118).

[67] «*obersten*».

[68] Curiosamente, Albuquerque omite por completo o episódio do regresso do rei ao seu palácio de Cochim, pomposamente encenado por Gaspar Correia (cit., vol. I, pp. 377 segs.) e mencionado também por Castanheda (cit., vol. I, p. 119) para o mesmo dia em que, à noite, se teria feito o ataque descrito no parágrafo seguinte. A crer na versão do cronista anónimo, «elrrey emtrou nos bateis e asy como estava*m* se fora*m* llogo a Cochy, que ja acharam despejado» (cap. 24, p. 53).

[69] Segundo Castanheda (cit., vol. I, p. 119), tratava-se da «ilha que fica defronte de Cochim», e o ataque ter-se-ia dado depois do regresso do rei a Cochim, mas ainda antes do cair da noite. Também segundo a crónica anónima (p. 53) este ataque deu-se «avemdo dous dias que chegaram e tendo ja rrestetuido Elrrey e*m* Cochim, hu*m*a tarde».

[70] Cf. nota *supra*.

[71] «*dieselben Inseln*».

que encontrámos, sendo a maior parte delas tamareiras [72]. O rei de Cochim ficou deveras contente com tudo isto. Pediu-me porém, por três vezes, que me retirasse com a minha gente e que não fizéssemos tamanhas vinganças, pois entre os gentios não se conhece mal nem desonra maior do que vir o inimigo cortar as tamarareiras. Das quais eu não mandei cortar e queimar mais do que 1000. Voltei então a encontrar-me com o rei de Cochim em terra, junto do mar. E do que com ele conversei, quero dar notícia a Vossa Alteza pessoalmente.

Item, o nosso feitor Diogo Fernandes e os escrivães pediram-me, em nome do rei de Portugal, que mandasse construir um forte [73], em que eles pudessem depositar as mercadorias e defender-se dos inimigos, para que todos os mercadores ficassem mais seguros [74]. Disseram ainda que, caso eu não o mandasse fazer, eles se viriam embora comigo para Portugal e deixariam tudo. Tive então conselho com o feitor, os escrivães e os capitães, e chegámos a um acordo. Pedimos então ao rei de Cochim um lugar ou pedaço de terra em que pudéssemos fazer o forte [75].

Este pedido não agradou ao rei de Cochim, que me respondeu parecer-lhe a ele e aos seus que o lugar [que apontávamos] ficava demasiado perto do templo e da cidade alta de Cochim [76]. E que, mesmo que nos desse autorização, [144] seria necessário fazer tudo com grandes cautelas e forças. Por fim, contudo, tanto se falou que ele acabou por concordar conosco [77].

Item, concluímos que o melhor seria fazer-se o forte junto do rio que passa pela cidade de Cochim e perto do mar, pois dentro na cidade não teria muita força.

O rei enviou-me então uma carta pelo nosso feitor, na qual escreveu que nos concedia, pela ajuda que eu dera ao seu amado reino, fazermos a fortaleza e pedirmos toda a ajuda necessária ao seu povo, que prestamente nos serviria seguindo os nossos desejos. Fez também anunciar em todo o seu reino que nenhum homem cioso da sua vida tivesse a ousadia de entrar

---

[72] Albuquerque é muito claro – pelo menos na versão alemã – em afirmar que este ataque, a 6 de Setembro, se dirigia à mesma ilha que o ataque de dia 4, e que se destinava a arrasar o que quedara por destruir nesse dia. Castanheda, pelo contrário, entende que, já no dia seguinte ao primeiro ataque (ou seja, no dia 5 de Setembro, seguindo a datação de Albuquerque), os portugueses teriam lançado uma grande ofensiva com 600 homens e todos os capitães contra *outra* ilha, chamada *Charauaipim* (cit., vol. I, p. 119; o episódio é também narrado detalhadamente na crónica anónima, pp. 54 segs.). Ora o ataque assim descrito por Castanheda e o anónimo assemelha-se de tal modo àquele que Albuquerque descreve para o dia 9 de Setembro, que só podemos estar perante um erro dos cronistas no que toca à sua situação cronológica.

[73] «*schloss*».

[74] «*auch daz alle kaufmanschaft darin versichert wer*».

[75] Ou seja, e ao contrário do que afirma Castanheda (cit., vol. I, p. 121), o pedido foi apresentado ao rei de Cochim dois dias depois do seu regresso à cidade, e não depois da expedição contra o senhor de Repelim. A decisão, algo espontânea, nascida da iniciativa não tanto do capitão mas mais daqueles que iriam ficar em Cochim à mercê das guerras locais, mostra bem como, ao contrário do que afirma Brás de Albuquerque, o regimento dado por D. Manuel a Francisco de Albuquerque não incluía a construção de um forte em Cochim (J. AUBIN, cit., p. 59).

[76] Ou seja, da residência do rei.

[77] Segundo Aubin, a cedência deveu-se principalmente à fraquíssima posição do rei de Cochim face ao homem que, poucos dias antes, lhe emprestara 10 mil cruzados para prover os seus cofres completamente esvaziados pela guerra (J. AUBIN, cit., p. 60).

no perímetro do lugar escolhido para fazer-se o forte. Depois de se terem feito estas coisas, mandei sair a minha gente em terra para cortar árvores para o forte e atravessar o rio para buscar pedra, juntando-se assim tudo o que era necessário para fazer o forte [78].

Item, correndo tal rumor pela Índia, vieram de uma ilha que pertence ao rei de Calicute dois grandes príncipes amedrontados, com muito povo. Os quais príncipes se entregaram ao rei de Cochim com todo o seu povo, jurando-lhe amizade e obediência. No mesmo dia, o rei [de Cochim] enviou-nos muita quantidade de fruta e de presentes, pedindo-me que eu fosse destruir uma ilha povoada (a qual ficava junto da outra que tão bem queimámos), a qual pertencia a um senhor chamado *Quaima*, obediente ao rei de Calicute [79], onde havia muita gente armada, e ao irmão [do rei] de Calicute.

Item aos 9 do dito mês cheguei à ilha chamada *Charnexa* [80], com a minha gente bem armada. Ao querermos sair em terra, essa gente atacou-

---

[78] Castanheda, que aliás não menciona as reticências iniciais do rei face ao projecto do forte, vai bastante mais longe na descrição dos favores concedidos pelo rei de Cochim na construção do forte, pois este teria prometido «que logo a mandaria fazer á sua custa […] E por não terem pedra, ne*m* cal, ne*m* officiais que a fizessem, ne*m* outros materiays necessarios, fizera*m*na de madeira, que el rey mandou cortar em abasta*n*ça […] E deu muita ge*n*te pera fazer a obra, dizendo que nã*o* queria q*ue* os nossos trabalhassem: porq*ue* be*m* lhes abastaua ho trabalho da guerra: & co*m* tudo eles não deixarão de trabalhar […] E el rey ya muytas vezes ver como trabalhauão, & folgaua muyto de ver a diligencia dos nossos no trabalho, & dizia que na*m* auia tays homen*s*, porq*ue* erão pera tudo» (cit., vol. I, p. 122). O mesmo se lê na crónica anónima (cap. 26, p. 56). O edifício era certamente de dimensões modestas e teve de ser feito em grande parte de madeira, conforme afirmou também Empoli na sua carta («*faciemo in detto luogho di Chuccim uno castello in su la punta del rio di Repellim, molto forte di legnami e fosse grandi circhundato e con molta gente e artiglierie*»; SPALLANZANI, cit., p. 145). Daí termos optado por verter a palavra alemã *schloss* para «forte», e não fortaleza. A estrutura, da qual se reproduz uma hipotética imagem em Aubin (cit., p. 61), devia permitir o armazenamento das mercadorias, mas também assegurar a defesa do pessoal da feitoria em caso de novo ataque ou distúrbio por parte da gente do Samorim. Tratar-se-ia portanto de uma espécie de tranqueira bem acabada, com fosso circundante (terminados a 1 de Novembro; cf. texto *infra*), e com um edifício no interior, certamente o último a ser acabado. Segundo Castanheda, «era feyta em quadra, & tinha o vão de noue braças de largo, & de co*m*prido as paredes era*m* de duas andainas de palmeiras, & outras aruores fortes metidas no chão percintadas, com percintas de ferro muyto fortes, pregadas co*m* pregos muyto grandes: & o vão dantre as andainas era entulhado de terra & area. E destas andainas, tinha dous baluartes em cada canto, & todos bem artilhados, & era cercada de caua q*ue* se enchia dagoa» (CASTANHEDA, cit., vol. I, p. 122). O forte subsistiu mesmo depois da construção de uma fortaleza em pedra por ordem de Dom Francisco de Almeida, em 1505-1506.

[79] *Caimal* é a designação genérica de qualquer pequeno senhor tributário de um rei no âmbito das hierarquias de poder no Kerala (cf. Geneviève BOUCHON, «Les musulmans du Kérala à l'époque de la découverte portugaise», in *Mare Luso-Indicum*, II (1973), p. 38. O emprego algo desajeitado do termo é talvez mais um sinal da relativa ignorância do primeiro tradutor.

[80] Provavelmente a ilha que Castanheda apelida de *Charauaipim*. O episódio é narrado extensamente por este cronista (cit., vol. I, pp. 119 segs.), mas erradamente situado no dia seguinte ao regreso do rei a Cochim. Segundo Castanheda, o caimal de *Charauaipim* fora vassalo do rei de Cochim, mas passara-se para o lado de Calicute nas guerras de 1503. Teria em sua defesa três milhares de naires, 700 frecheiros e 40 espingardeiros, alguns paraus com artilharia, fornecidos pelo Samorim, e ainda uma boa tranqueira no centro da ilha. Desta feita, a

-nos com muitas setas. Nós, porém, saímos em terra com as nossas espingardas [81] e fomos subindo pela margem de um pequeno rio que corre por essa parte da ilha, enquanto do outro lado um capitão chamado Nicolau Coelho entrou por essa parte da ilha até ao lugar onde estava reunida a maior parte da gente da ilha. A maior parte da gente inimiga foi ferida, e dos meus homens apenas um foi morto, por um tiro de espingarda deles [82].

Item, quando vi que não havia inimigos do meu lado [da ilha], velejei com a minha gente até ao outro lado, onde estava Nicolau Coelho com a sua gente. Mas quando o encontrei, [145] já a peleja tinha acabado, tendo sido morto o caimal, senhor e príncipe da terra, com a sua gente. Tinham também saqueado as suas casas, que eram muito fortes e tinham portas que muito dificilmente se conseguiam abrir. Tudo isso aconteceu antes de eu chegar. Por isso, senhor, meu rei, parece-me que tal homem e capitão é merecedor de todas as salvas de honra e outras coisas [83]. Visto que eu estava com a minha gente no mar [*sic*] enquanto eles ganharam a terra sem a nossa ajuda, pareceu-me que eram merecedores das honras devidas. Por isso fiz cavaleiro a Leonel de Albuquerque meu irmão, e a outros 23 que fizeram bem as suas tarefas de bons cavaleiros. Acabado isto, fomos novamente de barco até ao rei de Cochim, que me recebeu junto à água e disse: «Capitão, quer-me parecer que agora estamos bem vingados da morte do meu irmão e dos meus primos.» Isto me disse a mim el-rei de Cochim com as lágrimas nos olhos. Acreditai, meu senhor, o que vos escrevo, pois não diria senão a verdade a Vossa Alteza.

Mandei então trazer ao rei todas as lanças, paus, espadas, arcos e flechas que tinha tomado aos seus inimigos mortos. Dei tudo isso ao rei e aos seus principais [84]. E o rei tomou na sua própria mão uma lança, mostrando-se contente e tendo por grande serviço o que eu fizera para devolver-lhe toda a sua honra perdida. Muitos principais [85] tomaram também lanças nas mãos e mostraram-se muito satisfeitos com o que eu lhes trouxera.

Item a peleja por esta ilha acima mencionada durou de manhã cedo até às duas horas da tarde, sendo feridos 22 da minha gente, e morto um homem, com um tiro de espingarda.

Item, quando os de Calicute souberam o que fizéramos [ou seja] o que aqui vai escrito, enviaram [uma mensagem] ao nosso feitor pedindo as pazes e perguntando se lhas concederíamos. Eu porém mantive-me silencioso, dizendo apenas que não tinha a ver com o assunto. Entretanto, mandava que a minha gente trabalhasse, trazendo pedra e madeira para o forte, para que eu não perdesse uma única hora, servindo sempre bem a Vossa Alteza.

---

resistência foi mais feroz, mas a artilharia portuguesa ajudou mais uma vez a resolver a situação (cf. *Crónica anónima*, cap. 25, pp. 54 segs. e nota *supra*).

[81] «*püchsen*».

[82] Segundo Castanheda (cit., vol. I, p. 120), os dois flancos portugueses contaram também com o auxílio, aqui «esquecido» pelo autor da carta, de tropas do rei de Cochim, as quais teriam avançado pelo meio.

[83] «*freudenfeuer und mereress*».

[84] «*seinen herrn*».

[85] «*ytlicher fürst*».

Depois, no dia 10, veio ter comigo ao navio, vindo da terra, um dos maiores mercadores da Índia, o qual já carregara a nau do almirante com especiarias, mas [146] nunca fizera tal honra a ninguém senão a mim, pois antes nunca entrara num navio. Este é [um homem] poderoso que tem muitas especiarias para se carregarem e despacharem [nas naus].

Dei-lhe por isso um presente de veludo carmesim [86].

Antes disto o rei fizera-me saber que [o mercador] queria ver o meu navio, se eu lho permitisse. Pensei então que seria impróprio da minha parte recusar tal pedido ao rei, sendo o mercador um homem poderoso que me poderia ser útil no carregamento das especiarias. Por isso fiz saber ao rei que corresponderia ao seu desejo, embora não fosse hábito entre nós [permitir tais visitas].

No dia 11 do dito mês falei com os mercadores de *Korans*, que são uma grande companhia [87], e comprei-lhes 4000 bares de pimenta seca, velha e boa, em presença do rei de Cochim, do feitor e do escrivão [88], conforme está estipulado no regimento de Vossa Alteza, e da mesma maneira que já o fizera o almirante. A mim porém venderam-me a pimenta mais barata um fanão. Parece-me, Senhor, que este favor que eles me fizeram constitui um grande serviço a Vossa Alteza. Eles prometeram também trazer a mercadoria ao longo de todo o mês de Novembro.

Item, no mesmo dia eu soube que o rei de Calicute despedira [89] os dois lapidários ou pedreiros que Vossa Alteza aqui enviou com o feitor no navio do almirante, por lhe terem mentido e feito traições, dizendo que Portugal era um país pequeno sem mais poder do que algumas embarcações pequenas, e ainda outras muitas mentiras [90]. Ele porém via bem como, desde que o almirante daqui partiu, as armadas e os navios vinham novamente em cada ano, uns após os outros, sendo assim tudo o que lhe diziam de muito dano para ele, pois eram mentiras e traições.

Assim espero que quando me encontrar com Afonso de Albuquerque e se juntarem os nossos barcos e toda a armada, Deus queira que [o rei de Calicute] nos dê bom tratamento.

Item, no dia 14 do dito mês, no dia de Santa Cruz, estabeleci as medidas que o forte deveria ter no seu lugar [91], e dei à igreja o nome de Santa Cruz, pois trazíamos a cruz nas nossas velas, e também para que a

---

[86] «*rotem Kremesim Samet*».

[87] Não conseguimos identificar esta companhia ou topónimo.

[88] «*in beiwesen des konigs von Cutzin und schreiber und factor*».

[89] «*het lassen fahen*»; a expressão não é totalmente clara (*fahren lassen* equivale a «despedir», e não a «prender», que seria *fassen lassen*), mas deixa fora de dúvida que os indivíduos em questão caíram em desgraça junto do Samorim.

[90] Tratava-se de dois lapidários ou joalheiros milaneses, vindos de Roma para Portugal e embarcados na armada de 1502. Ambos ficaram incumbidos pelo almirante de comprar pedraria para a feitoria de Cochim. Na verdade, iam, sem o admitir, também com bons conhecimentos de artilharia, provavelmente já a pensar em passar-se para o lado indiano. A imagem de um Portugal pequeno e pobre que tentaram espalhar corresponde à esperança veneziana de desacreditar D. Manuel junto dos enviados malabares em Lisboa e assim salvar a rota do Levante (J. AUBIN, cit., pp. 73-75).

[91] «*do leget ich die mass, wie gross das schloss solt sein auf seim platz*»; em alemão, esta expressão sugere que se desenharam no chão, nesse dia, os principais elementos da planta do forte.

Santa Cruz [147] seja venerada em todos os lugares e confins [da terra], e ainda porque a igreja foi começada no dia de Santa Cruz [92].

No dia 15 do dito mês, juntou-se a nós Afonso de Albuquerque com os seus navios vindos de Portugal [93]. Demos-lhe notícia das coisas que havíamos feito. Na segunda-feira [94], começámos a escavar os fundamentos e demos ao forte o nome de *Castelo d'Albuquerque* [95].

Depois, eu e Afonso de Albuquerque reunimo-nos no forte e mandámos declarar que ambos ordenávamos, em nome do rei de Portugal, que daí por diante todos os domingos se armassem todos os nossos batéis com gente e artilharia, pois o rei de Cochim queria ouvir a nossa missa com todos os seus principais, e era bom que ele visse as honras e triunfos que fazíamos a Deus Nosso Senhor, e o modo pelo qual lhe fazíamos as nossas preces. Assim sendo, o rei de Cochim veio com a sua gente e os seus principais. Estes folgaram muito com o nosso modo de cantar e vestir, e ficaram na igreja, junto com o rei, durante toda a missa.

Item, fomos depois todos [para um lugar situado] entre Cochim e *Caylha* [96], a baixo de *Arrcall* [97], sem o conhecimento dos gentios [98]. Fomos ali a uma ilha, na qual matámos muita gente preta, queimando-lhe todas as suas casas e capturando 20 gentios. A noite surpeendeu-nos enquanto fazíamos isto, e assim não pudemos fazer mais estragos. Nessa ilha e peleja, foram feridos oito dos nossos e morreu um.

---

[92] Segundo Jean Aubin, esta capela já deveria existir antes da chegada de Francisco de Albuquerque, que apenas lhe teria dado o nome. De facto, como se pode ler dois parágrafos adiante, a igreja esteve em estado de acolher o rei de Cochim apenas uma semana depois da «fundação» descrita por Albuquerque. Segundo João de Barros, o capitão teria pelo menos enriquecido a igreja com um oratório dedicado a São Bartolomeu, primeiro apóstolo das Índias (cit., p. 62).

[93] Sobre a viagem de Albuquerque até à Índia, veja-se a carta de Empoli (SPALLANZANI, cit., pp. 139-144) e a carta anónimo da 16 de Setembro de 1504 (C. RADULET & L. F. THOMAZ, cit.). Empoli chegou a Cananor no dia 11 de Setembro de 1503, e dali «*partimoci a lungho dalla chosta e andamo a Chuccim, facciendo il cammino per Chalicut e que' altre terre circhustante. Giunti a Chuccim, trovamo essere arrivati la nave della chapitania, di Francesco d'Albuquerque*» (SPALLANZANI, cit., p. 144).

[94] Dia 18 de Setembro de 1503.

[95] A designação varia segundo as fontes. Segundo Castanheda, Afonso de Albuquerque teria preferido chamar-lhe «Castelo Manuel» e Brás de Albuquerque avança mesmo o título de «Convento de Cristo», por se ter situado em terras do mestrado de Cristo. O nome que se manteve nos anos seguintes foi o de «Albuquerque». Melhorado em 1504-05, acabou por sofrer a concorrência da fortaleza de pedra erguida por D. Francisco de Almeida em 1506 e baptizada de «Santiago». Ambas as estruturas continuaram em funcionamento pelo menos até 1514 (J. AUBIN, cit., pp. 61 segs.).

[96] Talvez *Alwaye*, perto da bifurcação do rio Periyar (cf. J. DELOCHE, *La circulation en Inde*, vol. II, p. 89).

[97] Possivelmente *Narakkal*, na ilha de Vaipim (cf. *ibid.*).

[98] Este episódio será possivelmente o mesmo que Castanheda narra na p. 121. Os portugueses teriam partido à noite e feito o caminho, de quatro léguas, até um lugar do senhor de Repelim. Na versão de Castanheda, teria sido apenas depois desta expedição que Albuquerque teria pedido autorização ao rei de Cochim para se fazer o forte. Ainda segundo o cronista, o episódio ter-se-ia dado ainda antes da chegada de Afonso de Albuquerque, o que, mais uma vez, não condiz com a versão da presente carta.

Após isto, armei cavaleiro a Álvaro Verini [99], por bem o merecer. Os gentios cativos disseram-me que nunca nenhum rei da terra tivera a ousadia de atacar a sua ilha, nem mesmo com 10 000 homens, e que se admiravam muito de nós o termos feito com tão pouca gente.

Item, feito isto, veio o feitor de Cananor pedir-nos uma caravela, a qual queria enviar com António de Sá para *Agulonj* [100], para que ele fizesse as pazes com a gente e mercadores da mesma ilha e pudesse acordar com eles os preços de todas as mercadorias que trazíamos para esta terra e das especiarias, mesmo enquanto a ordenança [101] ainda estivesse em Cochim. Eu dei-lhe a caravela, e fez-se a ordenança. Porém, os ditos gentios não queriam que nós enviássemos embarcações ao lugar onde o almirante esteve a carregar duas naus [102].

Item, no dia 29 de Setembro enviei quatro capitães com quatro navios que estavam em terra para irem pela costa e apresarem alguma nau de Meca, a fim de termos mantimentos no Castelo d'Albuquerque [148] por bastante tempo, e ainda, também, para tomarem alguns navios de Calicute. Isto porque tinha ouvido dizer que [os de Calicute] nos queriam cortar o abastecimento em víveres. Mandei partir para esta empresa quatro embarcações [103].

Item no dia 7 de Outubro veio ter comigo um grande mercador gentio chamado Cherian Marakkar [104], que me pediu que eu fizesse armar as

---

[99] «*Albaro Verini*»; não lográmos identificar este personagem, algo estranho na medida em que *Álvaro*, nome de origem peninsular, não é comum entre italianos, nacionalidade sugerida pelo apelido.

[100] António de Sá estava no Malabar havia quase um ano. *Agulonj* poderá ser Coulão ou algum outro lugar. O facto de o requerimento provir do feitor de Cananor e não de Cochim poderá relacionar-se com a pouca vontade de Cherian Marakkar e de Diogo Fernandes Correia em facilitar fluxos de mercadorias fora da sua área de influência imediata. Os impulsos para criar novos contactos teriam assim vindo de fora de Cochim (J. AUBIN, cit., p. 66; cf. nota *infra*).

[101] «*ordinantz*».

[102] Antes de Afonso de Albuquerque, já Vasco da Gama carregara pimenta em Coulão, em Janeiro de 1503 (cf. nota *infra*).

[103] A escassez dos mantimentos, compreensível numa cidade recentemente devastada, torna-se mais clara ainda graças a um documento publicado por Aubin, datado do mesmo dia 29 de Setembro. Neste mandado, Francisco de Albuquerque ordenava a Gonçalo Gil Barbosa, feitor de Cananor, a entrega de 30 fardos de arroz e de peixe seco a Nicolau Coelho, para o abastecimento dos homens que estavam a construir o forte em Cochim (AUBIN, cit., pp. 62 e 106). Talvez esta necessidade explique, pelo menos em parte, a continuação dos ataques portugueses, face a duas propostas de compromisso que o Samorim fez chegar a Gonçalo Gil Barbosa, feitor de Cananor, uma das quais chegou no dia 4 de Outubro de 1503. Nesta carta, o soberano dizia-se surpreendido por Francisco de Albuquerque não ter ainda vindo a Calicute carregar as especiarias que lhe foram prometidas (*ibid.*, p. 107).

[104] «*Karine Mecarij*»; Cherian Marakkar, irmão de Mamale Marakkar, era um dos mais poderosos mercadores muçulmanos da região. Exercia grande influência nos negócios da pimenta, mas também da canela de Ceilão e do cravo e maça vindos por via de Malaca. No mesmo ano de 1503, um outro irmão de Cherian estabeleceu-se também em Coulão. Juntos, os membros desta família viriam a manter largos poderes sobre a venda das especiarias aos portugueses durante toda uma década (G. BOUCHON, «Les musulmans du Kérala», pp. 52 segs.; mais bibliografia em José Alberto Rodrigues da Silva TAVIM, «A cidade portuguesa de Santa Cruz de Cochim ou Cochim de Baixo. Algumas perspectivas», in *Aquém e Além da Taprobana. Estudos luso-orientais à memória de Jean Aubin e Denys Lombard* [dir. Luís Filipe F. R. THOMAZ], Centro de História de Além-Mar, Lisboa, 2002, p. 137.

nossas embarcações, pois tivera de deixar [no caminho] a pimenta que nos trazia, por medo de a gente de Calicute não o deixar prosseguir viagem. Disse-me também em que paragem havia muita gente armada obediente ao rei de Calicute, a qual andava incessantemente com a sua armada subindo e descendo pelo mesmo distrito ou região [105].

O nosso feitor Diogo Fernandes pediu-me então que mandasse o nosso navio ao dito lugar, o qual ficava apenas a quatro milhas [*meil*] de Cochim, junto de um rio com muitas embarcações, pois seria impossível carregarmos [a especiaria] senão aí. Por isso tive conselho com Afonso de Albuquerque e todos os seus capitães. Tivemos por bem não armar todas as nossas embarcações para trazer a totalidade da pimenta do dito mercador. Ordenei que todos estivessem preparados, que o feitor e o escrivão se aprestassem e que Afonso de Albuquerque fosse com eles e nos trouxessem a pimenta, para que ela se começasse a carregar. Mas ele não o quis fazer. Apesar de eu lho ordenar por três vezes da parte de Sua Alteza [106], ele sempre recusou, alegando que seria um [longo] caminho a velejar. A outra razão, di-la-ei eu a Vossa Alteza em pessoa [107].

Constatando que ele não queria ir, vi-me obrigado a partir eu próprio. Cheguei junto da sua frota [108]. Aí me disse o mercador gentio chamado *Charine Mecar*, que comigo ia, que parasse quieto com as minhas caravelas e gente, para que ele pudesse trazer a pimenta e outras mercadorias que tinha deixado em fardos num lugar da mesma ilha do rei de Calicute, pedindo-me contudo que lhe desse bastante gente do rei de Cochim que o ajudasse a guardar as mercadorias [109]. Concedi-lhe tudo isso. E enquanto eles foram buscar as mercadorias, enviei Duarte Pacheco à terra para que se queimassem as casas que havia no lugar dessa mesma ilha. Enquanto elas tão bem ardiam, chegou o gentio com a pimenta, que eram 150 bares, a três quintais o bar em Lisboa. Dali regressei a Cochim.

[149] *Item*, no dia seguinte o rei de Cochim e o nosso feitor pediram-me que voltasse a ajudar os mercadores que trouxeram a pimenta a passar pelo [dito] lugar, pois levavam consigo dinheiro e mercadorias preciosas. Armei então os batéis e enviei o meu irmão provido de muita artilharia. No regresso, eles avistaram a armada do rei de Calicute, mas vendo os de Calicute quão bem o meu irmão estava apetrechado de artilharia, deixaram-no seguir e foram pelo seu caminho.

Item no dia 14 de Outubro vieram para junto de mim Nicolau Coelho e o meu irmão Leonel de Albuquerque, da armada [110], ajudando-nos com mantimentos para comermos e para apetrecharmos o forte, e também para me ajudar a apresar algumas naus de Meca e de Calicute. Ambos nos trou-

---

[105] Segundo Jean Aubin, o lugar indicado por Cherian Marakkar ficaria na ilha de Repelim ou Edapalli, situada a nordeste de Cochim numa bifurcação de caminhos fluviais, entre as áreas de influência de Cochim e Calicute (cit., p. 63).

[106] «*Wie wol ichs zu dreymalen von Ew. K. Maj. begeret an In*»; a expressão não deixa totalmente claro se Afonso deu ordens ao seu primo ou se lhe fez um pedido *inter pares*.

[107] Sobre a rivalidade entre os dois Albuquerques, veja-se J. Aubin, cit., p. 64.

[108] «*Und ich kam an ir fluett*»; Greiff dá como significado «frota», ou seja, uma frota de gentios, mas a frase pode também traduzir-se, eventualmente, por «cheguei junto do seu rio», o que faz mais sentido no presente contexto.

[109] «*damit das gut* verward *wurd*» tanto pode significar «guardar» como «resgatar».

[110] «*von der Armada*».

xeram uma nova segundo a qual o Soldão do Cairo tinha grande guerra e desordens com os gentios da cidade de Meca na Arábia, onde está sepultado Maomé, e que mandou indagar junto do seu rei porque se perdiam as taxas alfandegárias das especiarias e da pedraria e ainda se eles não tinham culpa do que faziam os cristãos [111].

Item, no outro dia, a 15 de Outubro, eu e Afonso de Albuquerque chegámos ao lugar de passagem, isto é, ao lugar por onde se deve passar [para ir contra o rei de Calicute] [112]. Queríamos ver se encontrávamos conselho ou alguma maneira de se nos aliarem vários reis, de forma a podermos avançar com grande poder de reis amigos pela terra e com a nossa armada contra o rei de Calicute. Na segunda-feira [113], seguimos caminho e tivemos conselho sobre o que havíamos de fazer. Na terça-feira de manhã, Afonso de Albuquerque saiu em terra e afastou-se de mim um longo pedaço de caminho sem ordem nem conhecimento meu, e sem me ter feito saber coisa alguma sobre o que queria fazer [114]. Ele contudo foi para um lugar de uma ilha. E na altura em que eu o encontrei, trouxeram-lhe a nova de que um dos seus homens havia sido morto, e outros quatro feridos mortalmente. Também tivemos nova, na mesma hora, de que os reis nossos amigos, com os quais queríamos entrar pelas terras do rei de Calicute, não quereriam vir. Vendo isto, aprestei-me a mandar abrir fogo sobre a terra, donde vinham muitas pedras sobre a nossa gente. Mas quando eles viram isto, puseram-se em fuga. Voltámos para as naus e velejámos pela terra um longo pedaço de caminho, queimando todas as casas que encontrávamos. No entanto, não saímos em terra. Mas Duarte Pacheco estava em terra [115], na dita ilha de Repelim, e ali queimou o que pôde. E, ao irmos embora, [150] aproximaram-se vários navios do rei de Calicute, bem armados com muita artilharia [116] à sua maneira. Eram 35 ou 36 navios e estavam posi-

---

[111] Esta notícia provinha certamente de uma carta que Gonçalo Gil Barbosa escrevera a Francisco de Albuquerque em Cananor, a 4 de Outubro de 1503. No dia anterior, uma embarcação de um mouro de Cananor vinda de Ádem trouxera, junto com três cavalos e 20 bares de ópio, novas de que em Meca e noutros lugares da Arábia havia «muyta fama e guerra E que elRey do Cayro premdeo o de Mequa e se asenhoreo da terra e ha amtre todos gramdes devisões» (J. Aubin, cit., p. 107). De facto, Ibn Iyâs menciona que em Janeiro de 1503 um indivíduo chamado Djâzâni, filho do homem que então senhoreava Meca sob a tutela de Cairo, atacou e saqueou a cidade santa, espalhando o terror e obrigando o Sultão a enviar o seu marechal Qait Radjabi em defesa dos seus interesses. Este repôs a ordem em Meca em Junho do mesmo ano, deixando fugir Djâzâni, mas aprisionando vários dos seus irmãos (Gaston Wiet, *Journal d'un bourgeois du Caire. Chronique d'Ibn Iyâs*, A. Colin, Paris, 1955, vol. I, pp. 43 e 50).

[112] «*kamen wir auf den Passann, das ist zu sagen, do man durch muss gên oder faren*»; trata-se de um lugar onde o rio era tão estreito que a passagem dos barcos portugueses era particularmente perigosa. Nas palavras do cronista anónimo, «foram ter a hu*m*a ylha que fazia hu*m*a pomta co*n*tra houtra ilha defromte, e por casso desta ponta hera aquelle passo muy estreyto» (cap. 29, p. 59).

[113] Dia 16 de Outubro de 1503.

[114] Este é o episódio narrado por Castanheda nas pp. 123 segs. e pelo cronista anónimo no cap. 28, p. 58.

[115] «*Duart Pacheco der lag am land in dieser Insel*»; a expressão sugere que Pacheco estava com as suas embarcações sobre uma praia de Repelim, e decidiu então lançar um ataque em terra.

[116] «*püchsen*».

cionados da melhor maneira possível, mas a nossa artilharia [117] afastou-os. Depois, quando o rei de Calicute quis fazer as pazes, não no-las pediu [directamente], pois pensava que não lhas concederíamos. Mandou-nos, em vez disso, dizer que, se quiséssemos fazer as pazes com ele, fôssemos a Cranganor receber 100 bares de pimenta, a qual lá nos dariam da sua parte, e que se nos daria a restante, que montaria a 1400 bares, em Calicute ou noutro lugar que ele nos haveria de indicar. Tal proposta pareceu-nos boa em todos os aspectos [118].

Enviei então Afonso de Albuquerque, o feitor e os capitães, junto com os escrivães, para que fossem receber a pimenta, o que eles fizeram, começando a carregar o nosso navio. Enquanto isso se fazia, pensávamos que o rei de Calicute faria as pazes conosco, e a gente da cidade de Cranganor [119] fazia também grandes festas, de modo que os mouros que aí havia se lançavam no chão diante dos capitães, como se estes fossem seus ídolos [120], e a alegria não poderia ser maior. Mas depois de termos carregado tudo, veio sobre nós, durante a noite, uma tempestade tão grande que me vi obrigado a partir para Calicute, e Afonso de Albuquerque para Coulão [121], com muitas peças e gente, a qual nessa noite se dividiu em duas partes

---

[117] «*geschütz*».

[118] A oferta do Samorim vinha no seguimento de um pedido de indemnização formulado por Vasco da Gama em Janeiro de 1503 e repetido por Gonçalo Gil Barbosa em Setembro, respeitando à morte do feitor Aires Correia às mãos da gente de Calicute. Segundo Jean Aubin, os 1500 bares oferecidos pelo Samorim e aceites por Albuquerque constituíam uma cedência portuguesa, na medida em que, caso eles correspondessem aos 20 000 ducados que o Samorim se dispôs a entregar, o preço da pimenta foi calculado segundo os padrões de Calicute. Caso se tenha, pelo contrário, calculado pela tabela de Cochim, os 1500 bares apenas valiam 12 600 ducados (cit., p. 72). Exceptuando esta concessão, o tratado não deixa porém de ser extremamente favorável aos portugueses, conforme adiante se verá. A ideia de salvaguardar a preponderância de Calicute no comércio da pimenta através de um tratado com os portugueses era acarinhada por uma facção política que, nesta segunda metade do ano de 1503, ganhou forte influência na corte do Samorim, sem nunca poder, contudo, assegurar uma acalmia total, amiúde impossibilitada por manifestações de intransigência tanto da parte portuguesa como da parte muçulmana e hindu (*ibid.*, p. 63).

[119] «*Carnagallor*».

[120] «*abgotter*».

[121] «*Kaloni*».

[122] Não é de espantar que a versão de Empoli sobre estes acontecimentos tenha um enfoque ligeiramente diferente. Segundo este viajante, «*chominciamo a domandare la charicha degli spezi: trovamo nella terra esservi dodicimila chantara di pei, e quali avevano comperati l'altro chapitano, che era giunto prima di noi* [ou seja, Francisco de Albuquerque]. *E doppo molte differenzie che ebbe il nostro chapitano con l'altro sopra la divisione d'essi, perché noi volavamo la metà, rimissensi i ne' fattori del re che là stavano: fu giudichato che e fussino li spezie degli altri, per l'essere prima giunti. E chosì, fuori di speranza, e disperati avere tanto affatichati e nostri chorpi e venuti sì lontani per avere a tornare sanza spezi, deliberamo piutosto non tornare a Portoghallo e cierchare nostro ventura più avanti, che a quel tempo non era notorio.*» (SPALLANZANI, cit., p. 145.) Foi com um sentimento de frustração, mas certamente também com alguma esperança em encontrar pimenta num lugar menos concorrido, que Afonso de Albuquerque acabou por dirigir-se a Coulão, onde já em Janeiro de 1503 Vasco da Gama conseguira uma carga de especiaria. De facto, em Coulão os portugueses conseguiriam, com ajuda do comerciante cristão, Matias de Kayankulam, carregar pimenta enquanto Francisco de Albuquerque, com as margens de manobra consideravelmente reduzidas pela aproximação ao Samorim, esperava em vão novos envios de especiaria (J. AUBIN, cit., pp. 65-67).

[122].

Item, no dia 9 de Novembro entrámos novamente no rio [123] onde havíamos passado para ir buscar a pimenta do mercador gentio, e disseram--nos que viria ainda mais pimenta ao mesmo lugar. No dia seguinte, tentámos ir até lá para a receber, mas as caravelas não conseguiam subir o rio, por este ser pouco fundo e ter muitos baixios. Mas a maior parte da especiaria desceu o rio e foi levada para Cochim e Calicute. No mesmo rio estava muita gente armada [124] do rei de Calicute, para tomar a especiaria que ia ser levada ao rei de Cochim. Sabendo disso, eu e o meu irmão subimos ainda mais o rio, para afugentar essa gente e para que o rio ficasse livre e as especiarias nos fossem trazidas. E eu tinha comigo a maior parte da minha gente. Ao ouvir disso, o rei de Cochim aprestou também a sua gente, junto com um outro rei seu amigo, que no dia anterior se lhe juntara com 8000 homens. Esse rei é senhor na Índia [151] onde cresce a maior parte da especiaria, e donde é levada para Cochim e Calicute [125]. Ambos vieram ter comigo e pediram-me [que lhes entregasse] a terra dos canais e das ilhas [126] que atrás mencionei, pois estavam descontentes de não as possuir, mesmo depois de eu as ter tomado. Tive por bem dar-lhes o que pediam, parecendo-me que seria do agrado de Vossa Alteza não negarmos tal coisa a dois reis com os quais mantemos boas relações.

No dia seguinte, mandei juntar a gente no forte para fazer obras e apetrechá-lo com espingardas e artelharia [127], e também fiz descer a gente do navio chamado *Esmeralda* [?], e ainda de outro chamado *São Pedro*, onde estava um judeu chamado *Ir Quittelas* [128]. No mesmo dia, chegou um recado do rei de Calicute, por via de um homem que me disse que o seu rei estava disposto a fazer o que eu ordenasse. Mandei então que o feitor Fernandes Rodrigo [129] e Álvaro Verini [130] fossem perguntar o que eu havia de entender por tal coisa. E a resposta que me trouxeram do rei de Calicute, foi quererem ter paz conosco. Trouxeram-me o sinal do rei de Calicute e do irmão desse rei, chamado Beaderim [131], pedindo por contrapartida que eu também lhes enviasse o meu sinal por garantia. Pouco depois de me ter

---

[123] «*in die Rifir*»; a palavra *rifir*, que se repete por várias vezes neste parágrafo, é pouco clara, mas deverá derivar de «ribeiro» ou «ria».

[124] «*Auf derselben Rifir lag vil gewapnetz volcks*».

[125] Ou seja, no *hinterland* das duas cidades, entre o litoral e os Gates, sendo o controlo das vias fluviais essencial para o assegurar dos fluxos da especiaria até aos portos do mar.

[126] «*das land von Kanallen und Inseln*».

[127] «*mit püchsen und artelaria*».

[128] Esta passagem («*ich schafft auch dem volck von dem schiff, das genannt ist dess Marada* [Esmeralda?], *und von einem anderen, das man nennt Sant Peter, das eym Juden (?) Ir Quitellas in derselben Schiff.*») é de leitura muito pouco clara. A tradução que aqui se oferece é apenas uma hipótese que não deve ser tomada à letra de maneira nenhuma. Poderá estar em jogo, também, um erro de leitura do próprio Greiff. Sobre os mercadores judeus, que não constituíam por esta época uma comunidade particularmente próspera na Índia meridional, cf. G. Bouchon, «Les musulmans du Kérala», pp. 47 segs.

[129] Diogo Fernandes Correia.

[130] «*Alvara Vaony*»; cf. nota *supra*.

[131] O «Nambeadarim», herdeiro do trono de Calicute, era na realidade sobrinho do Samorim. Dentro da corte deste rei, liderava a facção mais favorável a um entendimento pacífico com os portugueses.

chegado este recado, mandei fazer conselho com todos os capitães, o feitor e os escrivães, para que se tomasse uma decisão sobre esta paz e a maneira como ela se devia fazer, e ainda as condições que eu deveria impor por serviço e honra de Vossa Alteza [132].

No dia seguinte, recebi um assento avisando-me do que eles decidiram que eu pedisse [ao rei de Calicute] pelo bem de Vossa Alteza e de todos os cristãos. Mandei então recado ao rei de Cochim, propondo que falássemos um com o outro. Ele respondeu-me que queria vir falar comigo ao lugar onde eu estava, trazendo consigo outros reis e príncipes seus vizinhos. Mandei-lhe então recado de que não viesse e de que seria melhor que eu fosse para junto dele, com o que ele se contentou. E quando lá cheguei, estava tanta gente em seu redor que não consegui falar com ele sobre nada em particular. O rei acabou por propor-me que nos fôssemos sentar num batel, o que fizemos. E todos se espantaram de ele ir comigo e de falarmos a sós. Disse-lhe então que, sendo ele um rei indiano, eu esperava dele que fizesse as pazes com o rei de Calicute conforme eu lho pedia. Do que [152] ele me deu o seu sinal, dizendo que aceitaria sem protestos tudo o que eu conseguisse por ele em Calicute [133].

Item no dia 17 de Dezembro enviei por mar dois feitores em direcção a Calicute, e no mesmo dia eles nos trouxeram 300 bares de pimenta, e no dia 20 do mesmo mês, trouxeram-me o sinal do Nabeadarim, conforme ao que eu pedira, anunciando que me queriam dar resposta. E eu poderia ter cortado as cabeças aos quatro gentios principais do seu reino, pelo jogo que fizeram entre Vossa Alteza e o rei de Calicute, do modo que contarei a Vossa Alteza quando chegar a Portugal [134].

Item no dia 21 do dito mês, saí de manhã cedo com os meus batéis bem armados e fui à terra falar com o rei de Cochim, que estava em companhia de dois reis, de muito povo e também dos embaixadores do rei de Calicute. Mandei proclamar publicamente as pazes perante o povo e os reis, e também o rei as fez proclamar no reino do Malabar, com o que o povo se pôs muito contente. Mandei nessa mesma hora retirar todas as espingardas e escudos das barcas, das caravelas e dos navios, o que eles muito apreciaram.

Segue-se a proclamação das pazes que se fizeram entre o rei de Portugal e o rei de Calicute, etc.

O primeiro capítulo:

«Ouvi, ouvi, ouvi como o alto e poderoso rei cristão Dom Manuel, rei de Portugal, dos Algarves d'aquém e d'além-mar nas partes de África,

---

[132] O tom algo triunfante deste trecho da carta dificilmente disfarça o momento de viragem que parece ter constituído a peleja do dia 9 de Novembro, na qual se disputou, fundamentalmente, o acesso directo à pimenta que vinha das terras onde era produzida. Depois desta data e até Janeiro do ano seguinte, as quantidades de pimenta efectivamente compradas pelos homens de Francisco de Albuquerque foram muito reduzidas (J. AUBIN, cit., p. 68).

[133] A carta omite os acontecimentos entre 11 de Novembro e 16 de Dezembro, mas a conjuntura parece ter sido favorável a um entendimento nestas semanas, com o Nambeadarim, sobrinho e herdeiro do Samorim, a dominar as intrigas da corte (J. AUBIN, cit., pp. 68 segs.).

[134] A frase não esclarece se esta possibilidade fazia parte das concessões de Calicute, ou se se tratava de uma simples hipótese que Albuquerque não seguiu por alguma razão em particular.

Senhor da Guiné e da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e da Índia [135], faz as pazes por mil anos, por si e pelo rei de Cochim e o rei de Cananor, e também por si e por todos os seus amigos que lhe queiram ser fiéis, o queiram seguir e queiram aceitar que daqui para a frente tenha e mantenha a paz com o Samorim e com todos os seus principais que lhe queiram ser fiéis e queiram manter esta paz.

Item, estes são os capítulos da paz que se fez e que Deus queira ajudar a manter, conforme aqui seguem etc.

O primeiro é que [eu] Francisco de Albuquerque, fidalgo [136] do rei de Portugal meu senhor e seu mais alto capitão e comandante da armada que em 1503 veio para a Índia, em nome do dito senhor, pelo testemunho deste papel faço as pazes com o rei Samorim, rei de Calicute, e lhe garanto que as manterei seguras e firmes por tempos eternos [153], de modo que se mantenham os capítulos seguintes conforme ao que neles fica escrito. Primeiro, que o rei de Calicute pagará ao rei de Portugal 1500 bares de pimenta – a saber, de três quintais o bar – pelo mal que recebeu na sua terra com o assassínio, pela gente [do Samorim], do feitor Aires Correia. Dessa mesma pimenta entreguar-me-á 300 bares em Cranganor, e os restantes 1200 bares em Calicute, conforme ao peso dessa cidade [137]. Acorda-se também que o rei de Calicute manterá a paz com o rei de Cochim e todos os seus amigos que estejam incluídos na presente paz e a queiram garantir. E acorda-se ainda que manterá a paz com o rei de Cananor, e que essa paz se manterá por todos os tempos, tal como com o meu senhor, o rei de Portugal. E que caso alguém rompa as pazes ou o queira fazer, será castigado por nós.

Item, acorda-se ainda que o dito rei de Calicute não consentirá em parte alguma do seu reino o comércio ou carregamento de navio algum que seja de Meca ou que seja de outra parte e queira ir a Meca, nem deixará navegar ou carregar no seu reino navio algum de África [138] ou Arábia [139] nem de outra parte. E que, caso se verifique o contrário, todos os navios que os portugueses encontrem serão dados por perdidos e tomados com todos os seus bens e as pazes quebradas.

Item acorda-se ainda que o rei de Portugal faça uma casa forte [140] no reino de Calicute afim de dar segurança aos seus mercadores e mercadorias, para a qual [o rei de Calicute] lhe deverá dar um lugar ou pedaço de terra e conceder ajuda, pedra e madeira, a serem pagas com o seu dinheiro [141].

---

[135] A versão alemã da titulatura régia portuguesa é aqui: «*Manoel, konig von Portigal, von Algarbo herwärts mers, und über mer in Africa, ein herr von Genuea und von der findung und schiffung aller traction der kauffmannschaft von Morenland, von Arabia und Persia und von India*».

[136] «*edelman*».

[137] Cf. nota *supra*.

[138] «*Genüa*» (ou seja, *Genuea*, sendo *ü* a forma abreviada de *ue*); o uso do termo é incorrecto para a região visada (África Oriental, e não Ocidental), mas constitui a única hipótese plausível de retroversão. Na titulatura de D. Manuel (*supra*) a Guiné aparece com a mesma grafia.

[139] «*Arboria*».

[140] «*ein starck haws*».

[141] A versão alemã não permite identificar claramente se os bens mencionados deveriam ser pagos pelo rei de Portugal ou pelo Samorim.

Item acorda-se ainda que o feitor que venha a residir em Calicute tenha direito de dizer a sua justiça e de mandar enforcar e decapitar a sua gente que com ele estiver ou que venha de Portugal em qualquer altura, e que nem o rei de Calicute, nem nenhuma outra pessoa se intrometa na sua justiça, deixando-o fazer com a sua gente o que melhor lhe parecer, e assegurando-lhe todas as liberdades dadas ao outro feitor, Correia, que foi morto.

Item acorda-se que sobre toda a especiaria e droga que for comprada no reino de Calicute o feitor do rei de Portugal pagará os costumes e direitos feitos e acordados em Cochim [154], e que o rei de Calicute e os seus não receberão da especiaria que se comprar o que recebiam do feitor que foi morto, a saber, 20% [142]. O rei de Calecute e os seus ficam isentos de pagar mais do que aquilo que for acordado em Cochim.

Item acorda-se ainda que o rei de Calicute nos entregará os nossos dois homens que fugiram para as suas terras, e entregará também outros que tenham fugido há mais tempo. Se souber alguma coisa deles, responderá por eles com o seu ouro, prata e todos os meios, sejam isso mercadorias ou outras coisas que valham dinheiro, e nós faremos o mesmo com a gente que fuja das suas terras e venha para os nossos navios, do modo que for necessário [143].

Item acorda-se ainda que, querendo Deus que algum dos nossos navios venha por má fortuna ao reino e terras de Calicute e faça naufrágio, como muitas vezes acontece nas partes do mar, e se Deus quiser que tal aconteça também na sua terra, todos os bens que forem achados no navio ou levados em terra sejam novamente entregues ao capitão do mesmo navio ou ao nosso feitor, sem protesto [144] do rei de Calicute. Também no caso dos navios ou bens serem achados noutros seus reinos, terras e ilhas, será obrigado a entregá-los novamente.

Item, o rei de Calicute está de acordo com a paz que assim se faz e os seus capítulos, e quer mantê-la com firmeza e constância [145], conforme fica escrito e estabelecido numa carta que levarei a Vossa Alteza, e na qual se declara:

«Eu acima mencionado Francisco de Albquerque declaro em nome do meu senhor que [as pazes] se deverão manter e respeitar severamente, como se fossem dadas por Sua Alteza [o rei de Portugal] em pessoa, por mil anos

---

[142] Este parágrafo é confuso, pelo que uma análise pormenorizada deverá levar em conta a versão alemã: «*und daz der konig von Calucutt frey sei, dem factor nichtz von solcher specerey, so kauffi wird, er oder die seinen dürfen zalen, also vor haben von Kalocut, was sy verkauffi haben dem factor, der da zu tod ward geschlagen, müssen bezahlen, 20 per C°*.»

[143] «*Ob er der ein wissen hab, soll er uns auch antworten, mit gold, silber, mit aller manier, wie man sy find, es sei kaufmannschaft oder ander ding das gelts werd sei, in derselben mass, do sy von uns geflohen sein […]*» Também aqui a formulação alemã deixa dúvidas. Não está claro se o Samorim deve pagar uma espécie de indemnização aos portugueses por cada súbdito da coroa portuguesa que ande fugido pelas terras de Calicute (é o que se deduz da insistência no valor monetário das coisas com que o Samorim entrará, e também da frase seguinte) ou se o rei de Calicute deverá simplesmente fazer tudo para os capturar, nem que isso lhe custe muito dinheiro ou outros bens.

[144] «*on einigen zuspruch*».

[145] A versão alemã omite aqui o sujeito, pelo que se pode também, teoricamente, ler: «e eu quero mantê-la» – o que seria, de resto, lógico, tendo em vista o conteúdo da carta de acompanhamento que se segue.

a partir do dia de hoje. Declaro a todos os capitães e feitores que daqui por diante venham a estas partes da Índia, que todos os portos, terras, gente e navios [que estão] no reino de Calicute sejam poupados [146] como se fossem do próprio rei de Calicute, pois este rei fez uma boa paz e amizade conosco. Entrego a Pero Álvaro, escrivão da feitoria do rei nosso misericordioso senhor, uma cópia desta carta, a qual eu próprio assinei no dia 27 de Dezembro de 1503.» [147]

[155] *Item* depois, à meia-noite de terça-feira [148], enviei Rodrigo Reinel com uma cópia desta carta de pazes por mim assinada ao Nabeadarim, irmão do rei de Calicute.

No dia 22 do dito mês, vieram dois negros que foram [servos] de um senhor chamado *Quiamal*, o qual eu matara, sendo que entre eles, quando um senhor é morto, é costume e obrigação que dois dos seus servos morram por ele ou vinguem a sua morte junto daquele que o fez matar.

Os dois servos do dito senhor vinham encobertos para matar o rei de Cochim. Mas não conseguiram chegar-se perto dele, e por isso lançaram grande confusão, começando a bater na gente do rei. Feriram nessa peleja um cristão e dois criados do rei, que morreram pouco depois. Mas os dois servos do caimal também foram rapidamente mortos e os seus corpos levados até ao mar, onde os deixaram ficar sem lhes levar nada do que possuíam, pois não queriam nada que tivesse sido desses traidores.

Item no dia 24 do dito mês deixei os meus trabalhadores, que trabalhavam no forte, e fui falar com o rei de Calicute, a quem mandei perguntar se pedira para eu vir falar com ele. Foi-me então apresentado um senhor gentio chamado *Mangati Aquaramall* [149], de quem me diziam que era traidor, [porém] pediram-me que o tratasse como meu amigo. Eu mostrei-me amigável com ele, e assim acabaram por entregar-mo ao meu poder.

Item no dia 25 [150] veio o nosso feitor de Cranganor trazendo-nos uma cópia de todos os negócios que tinha feito, conforme é devido ao bem de Sua Alteza. Ordenei então que se aprestassem as naus adiante nomeadas, tendo por melhor serviço de Sua Alteza que elas voltassem depressa e não se demorassem mais, pois estavam já em mau estado e muito navegadas, sendo preciso ter em conta também o muito que custa o sustento da sua gente. Outra razão é que eu queria enviar a Vossa Alteza as primeiras páreas [151] do rei de Calicute. Espero também que a paz que assim fiz nestas partes da Índia seja do agrado de Vossa Alteza.

Item segue-se o que tinham carregado as duas naus que se juntaram

---

146 «*bewart*»; esta palavra pode também, teoricamente, significar «protegidos».

147 O tratado deverá, na realidade, ter sido assinado na quinta-feira, dia 21, conforme se deduz pela ordem estritamente cronológica de toda a carta, onde os acontecimentos imediatamente posteriores são do dia 22 (J. AUBIN, cit., p. 70). Não parece, de facto, provável que o tratado se fizesse no dia 21 e a carta de acompanhamento seis dias mais tarde. Poder-se-á portanto tratar de um simples erro do copista-tradutor.

148 Leia-se quinta-feira, dia 21 de Dezembro.

149 Não lográmos identificar este personagem.

150 Quarta-feira, dia de Natal de 1503.

151 «*Bezahlung*».

152 António do Campo e Pero de Ataíde. Sobre as datas da sua partida veja-se J. AUBIN, cit., p. 75.

a nós depois de longas viagens, das quais eram capitães António do Campo etc. [152]

[156] *Item* a primeira nau carregava, quando veio ao meu encontro, 372 bares de pimenta. Agora, a nau deverá ainda ir, junto com a outra que se nomeia, a Cananor, onde carregará boa quantidade de canela [153] e gengibre e partir para Portugal com o primeiro vento favorável, se Deus quiser. Para isso, mandei dar-lhe todos os mantimentos e gente, para que possam estar prontas e partir em pouco tempo.

Item a outra nau, de que é capitão Pero de Ataíde [*Petro Chaide*]. Dei-

	Quintais	**Arrobas**	**Arráteis**
Beijoim, o qual é uma coisa de óptimo sabor [154]	18	–	–
Cravo de bastão [155]	20	2	28
Anil [156], com o qual se tingem panos pesados	2	2	2
Espiquenardo [157]	2	2	28
Sândalo [158]	8	-	28
Pimenta	171	1	1
Pau-brasil [159]	72	–	–

-lhe tudo de que tinha necessidade. Ele leva carregado o que aqui se segue:

Mandei depois Rodrigo Reinel em direcção a Cranganor para tratar e carregar os 200 bares de pimenta que para ali se nos deveriam trazer.

---

153 «*Channell*».

154 «*Beygoin*»; resina do *Styrax Benzoin*, Dryander, usada como desinfectante; o beijoim do Sião era considerado o melhor de todos, distinguindo-se pela sua cor clara e um perfume delicado, embora tenha pouco sabor; o beijoim de Samatra é de qualidade menor (cf. George WATT, *Dictionnary of the Economic Products o India*, reprint Delhi 1972, vol. VI-3, pp. 383-385, e Garcia da ORTA, *Colóquios dos Simples e Drogas da Índia* [ed. Conde de Ficalho], Lisboa, 1891, I, pp. 84-86 e 113-116).

155 «*Bastaroni, das sind Fusti*»; nas palavras de Orta, «o que os Castelhanos chamão fuste, e os Portuguezes bastam […] sam os páos donde estes cravos pendem» (cit., vol. I, p. 363).

156 «*Naire*» na versão alemã; produto obtido pela repetida molhagem e secagem de diversas *Indigoferae* da costa indiana ocidental, nomeadamente da *Indigofera tinctoria* (WATT, cit., vol. IV, p. 383.

157 «*Spigo*»; espiga de nardo, mezinha tonificante, anti-espasmódica, laxante e diurética, extraída do *Nardostachys Jatamansi*, DC., da família das Valerianeae, e proveniente, no século XVI, das regiões montanhosas de Mandu e Chitor, na Índia central (*ibid.*, vol. V, pp. 338-341).

158 «*Sandoli*»; muito provavelmente sândalo vermelho, madeira do *Pterocarpus santalinus*, Lineu, da família das *Leguminosae*; empregado como mezinha adstringente e tonificante, como refrigerante para baixar as febres, e como matéria tintureira, o sândalo vermelho provém da Índia meridional e distingue-se do sândalo branco, muito mais caro, pela falta de aroma (*ibid.*, vol. VI-1, pp. 359-362).

159 «*Brisilj*»; matéria tintureira e mezinha adstringente proveniente da *Caesalpina sappan*, Lineu, da família das *Leguminosae*, a qual se acha em várias regiões do subcontinente indiano (*ibid.*, vol. II, pp. 9-12).

No sábado seguinte [160], despachei Duarte Pacheco para que fosse receber 1200 bares de pimenta em Calicute e depois se aprestasse sem demoras, para que todos possamos regressar ao reino rapidamente.

Item no sábado seguinte [161] fiz cantar uma missa cristã na nossa capela da Santa Cruz, com o forte enfeitado com muitos panos e todas as coisas muito bem compostas [162]. E estando feita a missa em presença de todos os capitães e fidalgos, e também de gente comum, entreguei a chave e o comando do forte a Diogo Fernandes, fazendo-o capitão dele, o que ele recebeu jurando fidelidade e [jurando] que, com a ajuda de Deus, faria completar os muros e portas de forma que só um grande exército lhe pudesse fazer dano. Dei-lhe ainda outro homem para guardar o forte enquanto ele tratasse de negócios com algum rei ou para o caso de ele morrer.

Item deixei 40 homens de Vossa Alteza no forte para a sua guarda, os quais vieram à Índia na minha nau. Dei-lhe também 30 homens dos nossos que já estavam nestas partes antes da minha vinda, e [deixei] o capitão Diogo Fernandes com [157] o seu companheiro, que está debaixo dele. Deixei ainda no forte um barbeiro, um serralheiro e um alfaiate, a ainda as armas e objectos que se seguem [163]:

4 peças grandes de artilharia [164]
3 peças inteiras grandes, das quais uma com câmara [165]
2 columbrinas grandes [166]
8 columbrinas pequenas [167]
15 espingardas [168]
7 barris de pólvora e quantidade suficiente de pedras de diversos tamanhos
300 lanças
60 lanças compridas da Flandres
30 capacetes [169]
18 bestas [170]
4 caixas de cetas
40 capacetes de ferro [171]

---

[160] Dia 30 de Dezembro de 1503.

[161] Ainda dia 30 de Dezembro; teoricamente, seria também possível o sábado seguinte (pois a expressão é usada duas vezes seguidas), ou seja, o dia 6 de Janeiro de 1504, mas não parece plausível que Albuquerque tivesse deixado passar mais uma semana, havendo já naus carregadas e prestes a partir.

[162] Entre os religiosos que poderão ter celebrado esta missa, contam-se os dominicanos frei Rodrigo Homem (realçado por Brás de Albuquerque) e frei Domingos de Sousa, vindo para a Índia como vigário-geral (mencionado por Castanheda e Correia) e ainda o franciscano frei Gastão (próximo de Francisco de Albuquerque; J. AUBIN, cit., p. 64).

[163] A retroversão destes termos é particularmente difícil, pelo que a correspondência não se garante de modo nenhum. Por isso se indicam todas as palavras alemãs usadas pelo primeiro tradutor.

[164] «*4 haupt stuck von püchsen*».

[165] «*3 grosse gantze stuck, und ains mit einer kamer*»; a câmara permitia carregar a arma pela culatra.

[166] «*gross schlangen*».

[167] «*klein schlangen*».

[168] «*handpüchsen*».

[169] «*helmpartten*».

[170] «*stehlin pogen*».

[171] «*eyssen hütt*».

Item disse-me então o capitão ter opinião de eu ter deixado várias caravelas em terra, perguntando se eu lhe permitiria que as lançasse ao mar com a sua gente ou que as usasse no forte, ou onde fossem necessárias [172]. Parece-me bem, por isso, deixar-lhe mais 10 homens, para além dos que acima mencionei. Mas quero ainda, antes da minha partida, decidir com todos os capitães se devo fazê-lo, ouvindo a sua opinião etc.

Não sei por agora escrever mais coisas importantes a Vossa Alteza, pois das pequenas lhe falará quem levar esta carta. Mas espero também, com a ajuda de Deus, regressar ao reino depressa. Deus guarde Vossa Alteza.

Dada no dia 27 de Dezembro do ano de 1503 [173].
Francisco de Albuquerque
Capitão [174].

Extrato de uma carta escrita em Lisboa a 10 de Outubro de 1504 [175]

«Extrato de uma carta enviada de Lisboa, datada de 10 de Outubro. Recebida em Augsburgo no dia 13 de Setembro de 1504 [176].

Sabei que há muitos dias vieram três navios da Índia. Traziam 20 mil cântaros [177] de especiaria de diversas sortes, as quais carregaram em Coulão e Cochim. Esperam-se ainda outras duas ou três, das quais as nada se sabe. O rei de Portugal mandou dois capitães principais à Índia. O menor deles, que saiu daqui mais tarde, chegou lá primeiro e fez-se capitão-mor, lançando as desgraças de que vos escrevi e que [se lêem] na cópia da carta que vos enviei [178].

Este [FA] lançou muitas [desgraças]. E quando este [AA], que agora regressou, chegou à Índia, ficou deveras descontente por o outro querer estar acima dele. Não conseguiam chegar a acordo, procurando barrar e dificultar os caminhos um ao outro, e o primeiro fazia guerra, e de início paz, conforme queria, e sem receber ordens do outro. Do que o outro não se quis contentar, nem assinar o tratado de paz com Calicute. Sendo que

---

[172] A versão alemã não deixa totalmente claro se o capitão pedia licença para se livrar destas embarcações usando a sua madeira ou, o que é bem mais plausível, para as empregar em acções de corso e trato.

[173] Tendo a missa mencionada no fim da presente carta sido celebrada num sábado, que deverá ter sido o dia 30 de Dezembro, a carta não pode ter sido acabada antes desse dia, e é até provável que a data final do texto seja 31 de Dezembro de 1503, conforme defende Jean AUBIN (*op. cit.*, p. 76).

[174] O trágico fim do capitão, naufragado possivelmente nos baixios de São Lázaro, queda resumido nas palavras de Castanheda: «partira*m*se os capitães móres pera Portugal ho derradeyro de Ianeyro de mil & quinhentos & quatro, partindo primeiro Afonso dalbuquerque, & Francisco dalbuquerque, & Niculao coelho se perderão no caminho, porque nunca mais ouue noua deles.» (Cit., vol. I, p. 134.)

[175] B. Greiff vê a origem desta carta na feitoria do Welser em Lisboa e atribui-a a Lucas Rem ou Valentim Fernandes (cit., p. 158).

[176] Leia-se 13 de Dezembro de 1504.

[177] «*Cantar*».

[178] Ou seja, a cópia da carta de Francisco de Albuquerque.

o outro não precisava sequer de acatar todas as ordens do rei, [não podia aceitar] que o primeiro viesse fazer paz da sua guerra etc.[179] e foi-se para Coulão, depois [regressou a] Cochim, carregou ali as ditas especiarias e veio [para Portugal] contra a vontade do outro, deixando-o seguir as suas ideias sozinho. O que este conseguiu desde que o outro se veio embora, com o tempo se saberá. Mas a paz entre Calicute e este rei [de Portugal] está quebrada, do que a gente de cá, e principalmente o rei, se contentam muito, pois agora [D. Manuel] poderá enviar mais gente e, com a ajuda dos reis de Cochim, Cananor, Coulão e Calecoulão etc., que por extremo se contentam disso, destruir, desgraçar e queimar o rei de Calicute. [Estes portugueses] não têm a mínima precoupação [180], pois dizem que é impossível que o Soldão senhor de Meca, os venezianos e os turcos alguma vez lhes possam colocar obstáculo algum, e dizem que [já] nem precisam do rei de Calicute, pois irão directamente aos portos onde cresce a especiaria, e ganharão para si os lucros dos mouros, e destruirão por completo o rei de Calicute.»

---

[179] Esta frase não é totalmente clara no original alemão: «*dann der ander in vil dingen des kungs ordinantz noch befehl nit thun hett, also dass dieser komen, den andern seim kriegen frid machen etc. ton lies*».

[180] «*Hand des gar kein sorg*».

ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR, Vol. III, 2002, pp. 155-163

O REFORÇO DO PODER NAVAL PORTUGUÊS NO ORIENTE COM AFONSO DE ALBUQUERQUE (1510-1515): SUAS IMPLICAÇÕES [1]

por

VITOR LUÍS GASPAR RODRIGUES *

A vitória naval da armada de D. Francisco de Almeida em Diu sobre as forças coligadas do império mameluco e dos potentados muçulmanos da Índia, ocorrida em Fevereiro de 1509, marca, no que ao Estado Português da Índia importa, o início de um período de relativa acalmia em que não houve recontros navais significativos no Índico, o que contribuiu para que Afonso de Albuquerque pudesse desenvolver uma política de forte pendor imperialista, assente na conquista de uma série de praças-fortes com recurso a operações militares anfíbias [2].

Essa fase resultou, por um lado, da incapacidade do Sultão do Cairo para responder à destruição da armada de Mir Hocém, e por outro da inflexão da política militar dos potentados malabares que, encabeçados por Calecut, enveredaram por uma estratégia de não afrontamento directo da potência europeia. Constatada a sua incapacidade para manterem um conflito nos moldes que vinham praticando, optaram por pôr em prática uma verdadeira guerra de guerrilhas baseada nos seus portos, que fazia de cada embarcação comercial um potencial navio de guerra, pronto a tomar de assalto os navios comerciais dos portugueses ou os daqueles que lhes eram afectos.

Esse abrandamento das actividades militares contra os estabelecimentos portugueses permitiu a Albuquerque avançar com o seu plano de conquista dos principais centros estratégicos do Índico, a saber: Goa, Malaca, Ádem,

---

* Investigador Auxiliar do Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga – Instituto de Investigação Científica Tropical.

[1] O presente trabalho resulta da comunicação apresentada no *V Simpósio de História Marítima e Naval Ibero-Americana*, que teve lugar no Rio de Janeiro em Outubro de 1999, cujas actas não foram até hoje publicadas.

[2] Sobre o assunto veja-se o quadro das «Acções navais no Índico, 1498-1518», elaborado por Saturnino MONTEIRO, em *Operações navais no Índico (1498-1668)*, Lisboa, Ed. policopiada, 1995.

Calecut e Ormuz. Com efeito, as operações militares conduzidas por Albuquerque na ilha de Goa em 1510 e em Malaca em 1511 só foram possíveis graças à acalmia verificada um pouco por todo o Índico, o que lhe permitiu deslocar navios e soldados sem pôr em risco os estabelecimentos do Malabar. Basta recordar, a este propósito, que a conquista e manutenção dessas duas praças obrigou o «Grande Capitão» a proceder à deslocação de significativos contingentes de homens de armas e navios, num total aproximado de 1000 homens e mais de duas dezenas de velas [3].

Afonso de Albuquerque começava, assim, a cumprir o plano que traçara, e que se encontra perfeitamente delineado nas cartas que em Outubro e Novembro de 1510 escreveu ao monarca [4]. Delas se depreende claramente que o seu principal objectivo era transformar Goa no centro político da presença portuguesa no Oriente, pois, como afirma, «vosso capitam e governador de todas estas cousas estará seu assento em Goa, porque he lugar mais groso de madeyra e de mantymentos, linho, ferro e carnes, salitre e oficiaes pera todo o negócio de vossas armadas» [5]. Defendia ainda a conquista «das quatro cousas», ou seja, Malaca, Diu, Ormuz e Ádem, onde ficariam estacionadas forças terrestres e navais, que estariam às ordens dos seus capitães «ou homde a necessidade das cousas de lá mais ho obrigarem» [6]. Assim se evitariam

> «os rebates da Índia, e as despesas de grandes armadas que comprirá fazerdes, por qualquer nova que da Índia ouverdes (…) e terês a Imdia segura pera sempre» [7].

Com essa estratégia visava não só lançar os alicerces para a manutenção da rede comercial que se começava a estender pelo Oriente, mas também

---

[3] Relativamente a Goa, Gaspar CORREIA refere que, após a sua conquista, aí ficaram 400 homens de armas e uma armada composta por 6 velas. Cf. *Lendas da Índia*, Porto, Lello & Irmão, 1975, vol. II, p. 179. No caso de Malaca, segundo as informações de João de Barros e do autor dos *Comentários*, terão permanecido na fortaleza aproximadamente 600 homens. Cf. *Da Ásia de…, dos feitos que os Portuguezes fizeram no descubrimento e conquista dos mares, e terras do Oriente*, Lisboa, Livraria S. Carlos, 1973, Déc. II, liv. VI, cap. VI, p. 80; e Afonso [Brás] de ALBUQUERQUE, *Comentários de Afonso d'Albuquerque*, ed. por Joaquim Veríssimo SERRÃO, 5.ª ed., Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973, III, cap. XXXI. Quanto aos navios que aí permaneceram, António Real, em carta ao rei, de 15 de Dezembro de 1512, afirmava que o governador ali deixara 12 velas, a que, mais tarde, se juntaram outros dois. *In* A.N.T.T., *C. C.*, I-12-44, publ. em *Cartas de Affonso de Albuquerque seguidas de Documentos que as elucidam*, publ. por R. A. de Bulhão PATO, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1885, vol. III, p. 350.

[4] Em carta de 19 de Outubro de 1510, anterior à segunda conquista de Goa, refere já a necessidade de assentar «senhorios em terra» por forma a poder sustentar a presença dos portugueses na Índia. Cf. A.N.T.T., *C. C.*, I-9-88, publ. em *C. A. A.*, vol. I, p. 25.

[5] Cf. sumário da carta enviada a D. Manuel em 26 de Novembro de 1510, A.N.T.T., *Cartas de Afonso de Albuquerque e outros para el-rei D. Manuel*, maço único, n.º 1, publ. em *C. A. A.*, vol. I, p. 428.

[6] *Idem*, *Ibidem*.

[7] *In* carta de Afonso de Albuquerque para o Rei, de 4 de Novembro de 1510, *ibidem*, p. 426.

assegurar a posse de alguns dos principais centros político-militares do Índico, por forma a cimentar com sólidas posições em terra a supremacia naval entretanto adquirida durante a governação do seu antecessor. Daí resultou, em boa parte, que a estrutura política do Estado Português da Índia passasse a ser, na sua essência, como afirma Luís Filipe Thomaz, «uma rede, ou seja, um sistema de comunicação entre vários espaços, com uma língua veicular própria, interessado não na produção dos bens, mas na sua circulação e aspirando mais ao controlo dos mares do que à dominação da terra» [8]. Albuquerque procurava também, por forma a assegurar essa rede, evitar a concentração dos efectivos navais numa única armada a operar ao longo da costa ocidental indiana, substituindo-a por várias esquadras estacionadas nessas fortalezas. Para além disso, e como ele próprio afirmava a D. Manuel, cada uma dessas praças devia ficar guarnecida por um contingente de «quinhentos homens e seicentos e dellas myll, e quamto mais gemte, tanto estaram mais seguras (…) pera nam mandar pedir socorro ha portugall, mas teello dentro em sy» [9].

Esse desiderato implicava, naturalmente, não só um grande número de tropas e de material (navios e artilharia), mas também abundância de capitais, daí decorrendo a necessidade de um estado forte, centralizado e monopolista, que, recorrendo ao comércio marítimo «de Índia em Índia», procuraria conseguir a necessária liquidez financeira.

A concretização da política gizada por Albuquerque, que conduziu à duplicação da área ocupada pelo Estado Português da Índia, passou não só pela adopção de uma série de medidas de reformação ao nível das suas estruturas organizativas, destinadas a conferir uma maior operacionalidade ao seu exército, de entre as quais avulta, pela sua importância, a primeira tentativa de criação de companhias de ordenança, mas também, e sobretudo, por um reforço do seu poder naval. Necessitando de assegurar uma eficaz articulação das suas armadas com o potencial das fortalezas, orientou toda a sua acção no sentido de dotar o Estado da Índia com os meios navais que lhe permitissem assegurar a rede que se ia criando, caracterizada, como referimos, pela sua extraordinária extensão e pela dispersão dos seus pontos de apoio em terra.

Durante a sua governação o «Terribil» não só fomentou uma política de incentivo à construção naval no Oriente, que decorreu em paralelo com a incorporação nas suas frotas de muitos navios capturados aos potentados locais inimigos, como lançou em 1511 as bases do sistema de armadas de guarda-costa que todos os anos partiam de Cochim e, mais tarde, de Goa.

---

[8] Cf. «Estrutura Política e Administrativa do Estado da Índia no século XVI», in *Actas do II Seminário de História Indo-Portuguesa*, dir. por Luís de Albuquerque e Inácio Guerreiro, Lisboa, I.I.C.T. – C.E.H.C.A., 1985, pp. 515 a 519.

[9] Cf. carta de Afonso de Albuquerque para o monarca, de 4 de Novembro de 1510, já cit., p. 420.

Essas armadas foram, assim, as precursoras daquelas que anualmente partiam para o Norte, em direcção a Cambaia, e para o Sul, no sentido do Cabo Comorim, em missão de vigilância, bem como de apoio à navegação portuguesa e às suas praças [10].

Por outro lado, proveu as fortalezas conquistadas com um número significativo de navios destinados à sua defesa e ao patrulhamento da área envolvente [11], sendo igualmente o responsável pela criação da futura armada dos mares do Sul, ao estacionar em Malaca um forte contingente naval composto por 11 navios de vela (dos quais cinco eram naus de rumes capturadas em Goa) e um de remos, a que se juntaram mais tarde dois outros navios [12]. O potencial militar naval dos portugueses não se esgotava, no entanto, com as unidades referidas, uma vez que é forçoso levar-se em linha de conta os navios que compunham regularmente a armada de Albuquerque e bem assim mais alguns que se encontravam adstritos às fortalezas do malabar e da costa oriental africana, apoiando não só os tratos das feitorias, mas servindo igualmente para vigiar as costas e o fluxo naval dessas áreas.

De acordo com as informações de João de Barros, o número de navios portugueses estacionados no Oriente em Janeiro de 1510 rondava as 40 velas, montante que resultava em grande medida da chegada da armada do reino, capitaneada por D. Fernando Coutinho, constituída por 14 navios de alto-bordo. Daquelas, cerca de 30 participaram na expedição militar contra Calecut, permanecendo algumas naus à carga em Cochim e encontrando-se as restantes dispersas pelas fortalezas do Índico ou integradas na armada do Estreito, encarregadas da vigilância dos fluxos comerciais de e para o mar Vermelho [13].

Cerca de dois anos depois esse número era já significativamente maior, apontando António Real um total de 45 navios e 15 catures, isto não obstante Albuquerque haver perdido, por naufrágio, duas naus e duas galés durante a expedição a Malaca. Por outro lado, importa realçar que nesse quantitativo não foram contabilizados os navios em serviço ao longo da costa africana ou estacionados em Moçambique e Sofala, nem os que se encontravam na boca do estreito de Bab-el-Mandeb, o que, a acontecer, ampliaria significativamente a diferença detectada [14].

Uma rápida análise da relação dos navios revela que o crescimento da armada resultou, em primeiro lugar, da incorporação de um número elevado

---

[10] Cf. Gaspar Correia, *Lendas*, vol. II, pp. 176 a 183.

[11] Relativamente a Goa, Albuquerque afirma, em carta a D. Manuel, de 1 de Dezembro de 1513, tratar-se de seis fustas aí capturadas e postas ao serviço como navios de guarda-costa. *In* A.N.T.T., *C. C.*, I-14-3, publ. em *C. A. A.*, vol. I, p. 166. No caso de Ormuz, Gaspar Correia refere que a frota era constituída por 1 galeota, 1 bergantim, 1 catur e 1 caravela. Cf. *Lendas*, vol. II, p. 454.

[12] Cf. nota n.º 3 deste trabalho.

[13] Cf. João de Barros, *Da Ásia*, Déc. II, Liv. IV, cap. I, p. 353.

[14] Cf. carta de António Real para o rei, de 15 de Dezembro de 1512. A.N.T.T., *C. C.*, I-12-44, publ. em *C. A. A.*, vol. III, p. 350.

de «naus de rumes», que sabemos terem sido capturadas em Goa, uma vez que, como refere João de Barros, o governador ordenara aos bombardeiros que só pusessem fogo às naus que se encontravam nos estaleiros da cidade em caso de retirada e se não as pudessem levar, «polla necessidade que havia dellas pera os caminhos que havia de fazer, e mais havendo pessoas dignas de capitanias a que deixara de prover por não ter vasilhas» [15]. Em segundo lugar, esse aumento significativo dos vasos de guerra procedeu da construção de, pelo menos, três novas naus, das quais uma na Ribeira de Cochim e outra na de Goa [16]. Por último, resultou da incorporação crescente de navios orientais de pequeno porte, sobretudo catures, destinados à guerra de esteiro. Com efeito, estes navios eram utilizados não só para o policiamento dos rios, das suas embocaduras e das reentrâncias da costa, mas também para apoio das armadas nas acções de desembarque, por forma a evitar o sucedido em Goa e Malaca, onde, para poderem desembarcar, tiveram de recorrer, respectivamente, aos paraus e pagueres de Cochim e Cananor, ou às barcas dos juncos chineses que aí se encontravam [17].

Neste particular, a acção desenvolvida pelo governador no sentido do fomento da construção desse tipo de navios nas ribeiras indianas remonta ao ano de 1512. Como Gaspar Correia afirma, o «Terribil», sabendo que o Samorim mandara fazer cerca de sessenta catures, para com eles pôr em risco toda a navegação de Cochim e Cananor, bem como as naus da carreira da Índia, ordenou a construção de 30 navios destes [18]. Esta medida representava, assim, um primeiro passo da sua estratégia na luta contra o aumento das acções de corso levadas a efeito pelos «mouros da terra», apoiados por Calecut, ao longo da costa ocidental indiana. Por outro lado, resultava também da necessidade de controlar o fluxo comercial de e para o reino do Samorim, por forma a provocar o seu asfixiamento económico e o consequente depauperamento das suas forças militares. Como o próprio Albuquerque afirmava em carta ao rei, de fins de 1513, entendia que o bloqueio a Calecut só seria eficaz quando confiado a uma armada grossa no alto mar, apoiada por uma esquadra ligeira de correr a costa e por inúmeras galés ou fustas em todos os recantos dos rios [19].

Iniciava-se, assim, um lento processo de adaptação da marinha portuguesa às realidades locais, provocada por uma desgastante acção de corso

---

[15] In *Da Ásia*, Déc. II, liv. V, p. 535. Gaspar Correia corrobora estas afirmações dizendo que era política dos portugueses incorporarem nas suas armadas navios apresados localmente, ou organizarem pequenas frotas com eles. In *Lendas*, vol. II, p. 179.

[16] Cf. carta de Albuquerque para D. Manuel, de 4 de Dezembro de 1513, *in* A.N.T.T., *C. C.*, I-14-15, publ. em *C. A. A.*, vol. I, pp. 199 e segs.

[17] Cf. Fernão Lopes de CASTANHEDA, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, Porto Lello & Irmão, 1979, Liv. III, cap. X, p. 516, e cap. LVI, p. 631.

[18] *Idem*, *ibidem*, cap. LXXX, p. 689.

[19] Cf. carta do governador para o rei de Portugal, de 30 de Novembro de 1513. A.N.T.T., *C. C.*, I-13-106, publ. em *C. A. A.*, vol. I, p. 127.

que se acentuou na década seguinte, e que conduziu ao desenvolvimento crescente de esquadras de navios ligeiros – paraus, fustas, pagueres, etc. – em detrimento dos navios de alto-bordo. Esta transformação, que agora tomava mais força, foi responsável, em grande medida, pelo abandono, mais tarde, da prática do combate naval feito à distância com recurso à artilharia e à manobra do navio, que tão bons resultados militares havia permitido durante a primeira década de instalação no Oriente. Contribuiu, por outro lado, para a utilização generalizada da táctica de abordagem, que transformava os navios em verdadeiros palcos dos combates, muito mais ao gosto da mentalidade guerreira da fidalguia, que continuava a desconsiderar os combates resolvidos com armamento piro-balístico, e que estava muito mais interessada na captura da presa e do seu espólio do que no seu afundamento.

Para além disso, assistiu-se ainda, durante o período de governação de Afonso de Albuquerque, a um acentuar da tendência para a formação de armadas mistas, compostas por navios de remos e de velas. Por acção do próprio governador, e contra o parecer dos que se lhe opunham na Índia [20], foi desenvolvida a construção de navios de remos – galés, galeotas, bergantins e outros, mais adaptados às guerras de esteiro. Importa referir, no entanto, que a oposição dos seus inimigos e detractores a essa medida resultava menos das suas preocupações com o decurso da empresa militar do que com os aspectos económicos que lhe estavam subjacentes. Com efeito, para esses homens, que consideravam que a Índia fora descoberta para negociar e não para a guerra, preocupava-os, sobretudo, a adopção de uma política que visava a construção de um grande número de navios exclusivamente militares, como era o caso das galés, que, pelas suas próprias características, só muito dificilmente podiam ser aproveitadas para o transporte de mercadorias, o que, como é sabido, já não sucedia com os navios de alto-bordo [21].

Esse aumento do número de navios de remos no seio da frota portuguesa acentuou-se após a expedição falhada do governador ao Mar Vermelho e decorre da sua determinação de proceder ao assentamento de uma base militar em Maçuá. Em carta ao rei D. Manuel, de 1 de Dezembro de 1513, afirmava a este propósito:

---

[20] A propósito da forte oposição que lhe foi movida no Oriente por um grupo de oficiais régios instalados em Cochim desde a primeira hora, veja-se o nosso artigo, elaborado de parceria com Inácio José GUERREIRO, «O "grupo de Cochim" e a oposição a Afonso de Albuquerque», in *Stvdia*, n.º 51, Lisboa, I.I.C.T.-C.E.H.C.A., 1992.

[21] António Real, que integrava a facção que na Índia se opunha aos desígnios imperialistas do governador, afirmava ao monarca a sua oposição à construção de galés argumentando que lhe pareciam «menos necessarias que nenhuns outros navios, porque trazem muita gente e nam servem de nada; e pera esta costa fazem mais gerra e he mais proveytosso caravelas latinas, que todas as galles do mundo (…). As galles senhor, nam sse fazem senam por realeza e pera porem jemte em terra, o que as caravelas tambem podem fazer». Cf. carta de 15 de Dezembro de 1512 para D. Manuel, *in* A.N.T.T., *C. C.*, I-12-44, publ. em *C. A. A.*, vol. III, p. 349.

> «aviso vosa alteza e digo primeiramente, que se a noso senhor apraz descobryrmos estes blocos de Suez e da armada do soldam, que vosa alteza se devia de tirar das naos e trazer vosa armada em galees, e aynda que antre ellas andem tres ou quatro naos, nom he senom bem; e como huma vez formos seguros que hy nom ha armada o soldam no mar, aynda que depois fizese cem myl velas e se ajuntassem todolos Reis mouros do mundo a fazer naos, com quatro galés lhe tolherês que as nom lamcem ao mar» [22].

Um ano mais tarde informava o monarca que tinha prontas duas galés e uma galeota construídas em Goa, e que havia ordenado a construção de mais três, a saber, duas na Ribeira de Cochim e uma em Calecut [23], para no caso de

> «nos noso senhor deixar tomar asemto nele, como espero, conservalo com armada de galees, por ser o mar e portos e navegaçam proprios pera iso, (…) e asy tambem pera o feito de Baharem e do mar da Persya, se Ormuz estiver em voso poder; que pera todas estas partes sam muito proveitosas galees».

Todavia, não obstante Albuquerque ter-se apercebido desde cedo da inevitabilidade de prover com um número significativamente maior de navios de remo as suas esquadras de guarda dos estreitos, tinha igualmente a noção exacta da importância dos navios de alto-bordo no Oriente, uma vez que termina afirmando:

> «porém eu queria ver primeiro com boas naos Suez e armada dos Rumis; que dizem lá, senhor, na minha terra, a madeira peleja no mar; e eu posso isto dizer pela pouquydade de Jemte e mall armada que ha na India» [24].

Com efeito, Afonso de Albuquerque jamais descurou a construção de navios de alto-bordo, sobretudo de naus e caravelas, como o atesta a poderosa armada com que foi a Ormuz em 1515, composta por 24 velas, das quais apenas quatro eram navios de remo. Em relação aos navios de alto-bordo a sua distribuição era a seguinte: 10 naus, seis caravelas e cinco navios. Significativamente, as caravelas que compunham a armada haviam sido todas construídas na Índia, a saber, três em Cochim, duas em Chaul e uma em Cananor, facto que atesta o enorme potencial das ribeiras indianas como centros de construção naval, em especial a de Cochim [25]. Aliás, a importância da Ribeira de Cochim como o principal centro de construção e reparação naval durante a governação de Albuquerque está bem atestada na

---

[22] *In* A.N.T.T., *C. C.*, I-14-2, publ. em *C. A. A.*, vol. I, p. 171.

[23] *In* A.N.T.T., *C. C.*, II-59-181, publ. em *C. A. A.*, vol. II, p. 155.

[24] Cf. carta de 23 de Outubro de 1514, para D. Manuel, *in* A.N.T.T., *C. C.*, I-16-61, publ. em *C. A. A.*, vol. II, p. 155.

[25] Cf. carta de Albuquerque para o Rei, de 22 de Setembro de 1515. A.N.T.T., *C. C.*, I-18-101, publ. em *C. A. A.*, vol. I, pp. 375 e 376.

carta de António Real para D. Manuel, em que o informava que em finais de 1512 se encontravam já consertados sete navios, dos quais dois haviam sido apresados aos muçulmanos. Para além desses, tinham sido construídos quatro navios de alto-bordo e dois de remos [26]. Por outro lado, Albuquerque incentivou também a construção de um número significativo de navios de remo – galés, galeotas, bergantins, etc., tarefa de que ele próprio nos dá notícia e cuja conclusão está confirmada por Manoel Sodré [27].

Do exposto se conclui que, contrariamente ao que sucedera até 1509, em que o aumento de número de navios em circulação no Índico se fizera quase exclusivamente à custa da produção naval do Reino, durante a governação do «Terribil» o extraordinário incremento verificado resultou sobretudo da actividade das ribeiras indianas, em especial de Cochim, Goa, Calecut e Chaul, bem como da incorporação de navios locais nas suas frotas, em virtude dos apresamentos efectuados pelas suas forças aos potentados e mercadores orientais.

Esta nítida perda de importância do Reino enquanto centro de produção de navios para as armadas do Estado da Índia, é atestada igualmente pelo movimento de chegadas e partidas dos navios da rota da carreira da Índia. De acordo com os dados que compilámos é possível apurar que entre 1505 e 1509 chegaram à Índia pela rota do Cabo 77 navios, dos quais 34 ficaram no Oriente, enquanto que durante o governo de Albuquerque arribaram 41, aí permanecendo apenas 11, isto é, menos de um terço dos que haviam sido transferidos para a Índia anteriormente em igual espaço de tempo. Sabendo-se através da «Relação da composição das armadas existentes na Índia e artilharia», documento de cerca de 1515, que o número de velas ao serviço dos portugueses aumentou consideravelmente durante o período [28], não obstante terem ocorrido perdas significativas por naufrágio, facilmente se percebe a importância da acção desenvolvida por Albuquerque neste capítulo, acção essa que possibilitou dotar o Estado Português da Índia com um efectivo naval à altura dos seus desígnios expansionistas.

Para terminar gostaríamos de salientar que estas transformações operadas no seio das armadas portuguesas do Oriente, e bem assim a mudança da sua forma de combater, se por um lado resultam de um fenómeno de

---

[26] Cf. carta de 15 de Dezembro de 1512, já cit., p. 355.

[27] Cf. carta do governador para o rei, de 23 de Outubro de 1514. *In* A.N.T.T., *C. C.*, I-16-61, publ. em *C. A. A.*, vol. I, p. 295; e carta de Manoel Sodré para D. Manuel, de 27 de Dezembro de 1515. *In* A.N.T.T., *C. C.*, I-19-68, publ. em *C. A. A.*, vol. IV, p. 23.

[28] O documento em questão refere que haveria só na Índia «passante de 40 naaos e navios em que entram algumas galees e caravelas de bombardas grossas e muitas destas naaos sam grossas que passam de 600 botas. (…) Averá na Índia passante de 1500 tiros de artilharia grossa e miuda (…) e toda esta artilharia he de metal e polvora em toda a abastança». *In* «Treslado do memorial da armada da Índia de 1515», A.N.T.T., *C. C.*, I-17-99, publ. em *Documentos Sobre os Portugueses em Moçambique e na África Central*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos – National Archives of Rhodesia and Niasaland, 1965, vol. IV, pp. 21-23.

adaptação às realidades, físicas, geográficas e político-militares da região, estão também directamente relacionadas com a inexistência no Índico, por esta altura, de Estados com capacidade naval para, a exemplo do que haviam feito no início do século, se oporem aos portugueses com esquadras muito numerosas, as quais, em boa parte, se serviam da sua enorme superioridade numérica para contrabalançar os efeitos decorrentes de um muito menor poder de fogo da sua artilharia. Na verdade, as armadas portuguesas, ao assumirem a sua condição de principal potência militar naval no Índico, passaram gradualmente a assentar toda a sua estratégia de combate naval na prática da abordagem, uma vez que agora não só já não se punha com tanta aquidade o problema da disparidade dos efectivos navais em confronto, mas também porque importava, sobretudo, capturar as presas e não destruí-las.

Por outro lado, a utilização crescente de navios de remos pelos portugueses no Oriente e a consequente vulgarização da prática da abordagem, foram-se acentuando igualmente à medida que a fidalguia passou a deter um papel cada vez mais interventivo na condução do processo, em especial após o extraordinário alargamento da área ocupada pelos portugueses no Oriente, dada a necessidade de prover não só as capitanias das fortalezas, mas também as das diferentes armadas, com um número cada vez maior de elementos conhecedores da arte da guerra. Esses homens, que, por via da sua condição nobiliárquica e de uma aprendizagem militar toda ela feita nas praças marroquinas, onde se praticava ainda uma guerra de gaziva, feita de escaramuças e em que se priveligiava a acção individual em detrimento do colectivo, tinham, por via disso, uma natural tendência para priveligiar a prática de combates à abordagem, em detrimento das batalhas navais travadas com recurso à artilharia. Não dominando minimamente os segredos dessa nova arma, que desconsideravam por, em seu entender, não permitir mostrar as reais qualidades de um cavaleiro, e desconhecendo também as técnicas de navegação dos complexos navios de alto-bordo, viriam, naturalmente, a contribuir, para a profusão crescente dos navios de remos no seio das armadas portuguesas do Índico e bem assim para um aumento significativo do número de confrontos decididos à abordagem, com recurso às armas brancas. Este facto, que representou uma clara regressão em termos tácticos e estratégicos, aliado a uma sempre crescente utilização de navios de remos, acabou, a longo prazo, por contribuir para o declínio do potencial militar-naval dos portugueses no Oriente e para a rápida afirmação das potências norte-europeias mais tarde.

ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR, Vol. III, 2002, pp. 165-176

ENTRE A HONRA E O PROVEITO: NOBRES À MARGEM DO ESTADO PORTUGUÊS DA ÍNDIA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVI [1]

por

ALEXANDRA PELÚCIA *

A expansão ultramarina portuguesa foi desencadeada pela confluência de uma série, bem conhecida, de factores estruturais e conjunturais [2]. Entre os últimos assumiu particular importância o bloqueio social e económico sentido pela nobreza portuguesa a partir dos inícios da segunda década do século XV. O Reino foi então confrontado com uma realidade completamente desconhecida na sua história recente, isto é, uma situação de paz, tanto a nível interno como externo, que era prejudicial aos interesses do grupo nobiliárquico, especialmente dos seus estratos médios e inferiores, na medida em que lhes dificultava a expressão de comportamentos susceptíveis de serem premiados com a conquista de honra e proveito.

O binómio citado fazia parte do vocabulário preferido da nobreza portuguesa, desde os tempos da fundação da nacionalidade, traduzindo a necessidade de satisfazer dois objectivos complementares e indissociáveis: o prestígio do nome pessoal e familiar, de modo a assegurar o reconhecimento geral e a sobrevivência da sua memória, e o acesso a rendimentos compatíveis com o sustento de um estilo de vida adequado a um estatuto de elite [3]. Na sociedade medieval e moderna portuguesa, a melhor via de concretizar

---

* Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Investigadora do Centro de História de Além-Mar.

[1] Comunicação apresentada, sob o título «Between Honour and Profits: Portuguese Noblemen Beyond the "Estado da Índia"», à *IV European Social Science History Conference*, Haia, 27 de Fevereiro a 2 de Março de 2002.

[2] Vejam-se os estudos de Luís Filipe F. R. THOMAZ, «Expansão Portuguesa e Expansão Europeia – Reflexões em Torno da Génese dos Descobrimentos», e «A Evolução da Política Expansionista Portuguesa na Primeira Metade de Quatrocentos», in *De Ceuta a Timor*, s.l., Difel, 1994, pp. 1-41 e 43-147.

[3] Cf. Armindo de SOUSA, «A Socialidade (Estruturas, Grupos e Motivações)», in *História de Portugal*, dir. José MATTOSO, vol. II, *A Monarquia Feudal (1096-1480)*, coor. José Mattoso, s.l., Círculo de Leitores, 1993, pp. 440-441.

tais propósitos era através do dedicado serviço à Coroa e do valor demonstrado no campo de batalha, que eram usualmente premiados pelo rei com a oferta de vários privilégios, incluindo funções públicas e terras.

Ora, a paz luso-castelhana firmada em 1411 implicou a drástica redução das oportunidades de a nobreza se salientar aos olhos do rei. Para complicar a situação, Portugal era um país de reduzida dimensão, perfeitamente definido em termos geo-políticos no seio da Península Ibérica, e onde a transmissão do património concedido pela Coroa revertia, exclusivamente, a favor dos herdeiros primogénitos legítimos [4]. Significava isto que a recém-fundada dinastia de Avis estava a braços com um problema deveras sério, nomeadamente uma nobreza excedentária, composta por um largo contingente de filhos segundos e bastardos, e desocupada, logo, impossibilitada de exercer o seu *munus* e a um passo de se afirmar como um foco de tensão interna.

A expansão ultramarina portuguesa, primeiro sob a liderança do infante D. Henrique, ele próprio uma personagem bloqueada da alta nobreza, e após a sua morte sob o controlo directo da Coroa, deu oportunidade a um significativo número de homens bem-nascidos de continuarem a justificar o seu papel e a sua superioridade social, desenvolvendo actividades, que lhes eram mais ou menos tradicionais, em novos cenários geográficos. Na qualidade de dirigentes militares e políticos, participaram assim nas conquistas em Marrocos, na ocupação das ilhas atlânticas e no descobrimento e na exploração comercial da costa ocidental africana. De uma forma geral, lograram obter honra e proveito e, com o seu afastamento físico ou mesmo com o seu desaparecimento no exercício de missões, contribuíram para a durabilidade da ordem social do Reino, em que o predomínio nobiliárquico se manteve sem sobressaltos [5].

A descoberta do caminho marítimo para a Índia e a subsequente fundação do Estado Português da Índia concorreram para multiplicar as hipóteses de promoção disponíveis para a nobreza. Com efeito, embora se tratasse de uma empresa patrocinada pelo poder central e substancialmente desenvolvida em favor dos interesses da Coroa, a colaboração dos nobres afigurava-se imprescindível para garantir o exercício de vários níveis de comando a bordo de navios e de armadas, no interior de fortalezas e feitorias, bem como no decurso de intervenções militares e diplomáticas ou, simplesmente, como guerreiros bem preparados e quadros administrativos [6].

---

[4] Explicações pormenorizadas sobre esta forma de transmissão de bens estão disponíveis na obra de Maria de Lurdes Rosa, *O Morgadio em Portugal, Séculos XIV-XV. Modelos e Prática de Comportamento Linhagístico*, Lisboa, Editorial Estampa, 1995.

[5] Seguimos as conclusões gerais formuladas por João Paulo Oliveira e Costa, «A Nobreza e a Expansão. Particularidades de um Fenómeno Social Complexo», in *A Nobreza e a Expansão: Estudos Biográficos*, coor. João Paulo Oliveira e Costa, Cascais, *Patrimonia*, 2000, pp. 11-51.

[6] Cf. *Idem*, «A Nobreza e a Fundação do Estado Português da Índia» (comunicação apresentada ao Congresso Internacional *Vasco da Gama, Homens, Viagens e Culturas*, Lisboa, 4-7 de Novembro de 1998, cujas actas aguardam publicação).

As recompensas podiam traduzir-se, por um lado, na possibilidade de retirar dividendos financeiros da participação em actos de conquista, corso e comércio e, por outro, de brilhar em combate, tanto melhor se os oponentes professassem o credo islâmico. O alvo de todas as atenções era constituído pelos lugares mais apetecidos da hierarquia ultramarina (por ordem crescente, as capitanias marítimas, as capitanias terrestres e, no topo, o governo-geral ou vice-reinado) [7]. Estas funções, além de proporcionarem significativos benefícios materiais, conferiam maior prestígio aos respectivos detentores e, principalmente, maior visibilidade aos olhos do monarca e dos seus colaboradores mais próximos. Nesse sentido, poder-se-ia sempre perspectivar o ganho de maiores e melhores mercês [8].

O acesso à chave que abria as portas da referida hierarquia dependia de vários factores: em primeiro lugar, resistência física, seguindo-se uma boa folha de serviços e uma sólida estrutura clânica ou clientelar de apoio, de preferência influente tanto no Reino como no Oriente e adaptável à evolução das conjunturas políticas.

A história da presença portuguesa no Oriente ficou, porém, marcada pela atitude de alguns nobres que decidiram arriscar a sua honra, quase sempre na mira de maior proveito, desertando do serviço real e afirmando-se, de acordo com a documentação contemporânea, como levantados, ou seja, indivíduos em posição de rebeldia contra a autoridade e os interesses do Estado da Índia [9].

Antes de prosseguirmos a nossa exposição, convirá explicar que os casos de sedição que abordaremos não podem ser equiparados a outros episódios, igualmente protagonizados por elementos do grupo nobiliárquico, que, de acordo com a moldura jurídico-legislativa do Reino e do Estado da Índia, poderiam configurar situações de delito. Com relativa frequência, os excessos cometidos eram de natureza similar; o que diferia era a relação

---

[7] Cf. Maria Augusta Lima Cruz, «A Viagem de Gonçalo Pereira Marramaque do Minho às Molucas ou os Itinerários da Fidalguia Portuguesa no Oriente», in *Stvdia*, n.º 49, Lisboa, 1989, p. 329.

[8] Tenha-se presente que, na maioria dos casos, o prestígio e os cabedais acumulados por veteranos da Índia não foram de molde a proporcionarem-lhes uma posição política e social de primeiro plano no Reino, mas sim um estatuto consolidado no seio da média nobreza. Cf. João Paulo Oliveira e Costa, cit.

[9] Recordamos a existência de outra classe de portugueses que entraram em ruptura, não só contra o Estado, mas também contra a própria sociedade de origem. Referimos-nos aos renegados, indivíduos cujo afastamento era marcado, principalmente, pela sua conversão ao Islamismo. Conquanto se encontrassem entre eles alguns nobres, não os consideraremos como objecto de análise directa do presente estudo, atendendo às reflexões que já lhes foram dedicadas por Maria Augusta Lima Cruz, «Exiles and Renegades in Early Sixteenth Century Portuguese India», in *The Indian Economic and Social History Review*, vol. xxiii (3), 1988, pp. 249-262; Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático Português, 1500-1700. Uma História Política e Económica*, s.l., Difel, s.d., pp. 352-361, e Dejanirah Couto, «Quelques Observations sur les Renégats Portugais en Asie au XVI^{e} Siècle», in *Mare Liberum*, n.º 16, s.l., CNCDP, 1998, pp. 57-85.

entre o sujeito prevaricador e a estrutura oficial portuguesa, podendo o primeiro manter-se fiel à segunda e sujeitar-se à aplicação de eventuais penalidades [10], ou optar por contestar os fundamentos daquela e amotinar-se.

A maior parte das referências de que dispomos acerca de levantados não diz respeito a figuras de elite, mas sim a pessoas de estatuto social inferior, a saber, soldados, tripulantes de navios, fundidores e artilheiros [11]. Ao longo da primeira metade do século XVI, que constitui o limite cronológico do presente trabalho de investigação, detectamos cerca de meia dúzia de ocorrências em que estiveram envolvidos membros da segunda ordem [12]. Se considerarmos que, naquele lapso de tempo, muitas centenas de nobres portugueses demandaram o Oriente, não podemos deixar de sublinhar que foi uma pequenís-sima minoria que se prestou à automarginalização. É claro que existe a probabilidade de se terem registado outros casos, mal explicados ou silenciados pelas crónicas quinhentistas [13], que se afiguram, nesta matéria, as principais fontes de informação disponível. Ainda assim, julgamos que, em relação à época e ao grupo em apreço, a realidade não deverá ter sido substancialmente mais grave, atendendo sobretudo às consequências negativas que a cisão, assumida de forma pública, poderia produzir no relacionamento entre um gentil-homem e os seus pares e, por conseguinte, no desenvolvimento da respectiva carreira social e profissional. Tenha-se em mente que a condição nobiliárquica era transmitida por favor régio ou, mais usualmente, pelo enquadramento linhagístico a partir do nascimento. Porém, o sujeito nobre jamais ficava isento da responsabilidade de manter e ampliar o dom recebido,

---

[10] Atendendo à perspectiva de significativos benefícios materiais, o patrulhamento marítimo era uma área de actividade bastante propícia à violação de regras instituídas e à exemplificação da dupla realidade a que aludimos. Casos concretos são analisados na nossa dissertação de mestrado – *Corso e Pirataria: Presas Portuguesas no Golfo de Bengala (1516-1666)*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1998, pp. 47-53 (texto policopiado).

[11] Cf. Maria Augusta Lima CRUZ, cit., pp. 250-251, e Sanjay SUBRAHMANYAM, cit., pp. 361-368.

[12] Não incluímos nesta contabilidade a audaz sublevação cometida, em 1519, por um dos capitães da Carreira da Índia, o fidalgo castelhano D. Luís de Gusmão, na medida em que a mesma se desenrolou em pleno oceano Atlântico – Cf. João de BARROS, *Da Ásia*, Lisboa, Livraria Sam Carlos, 1973, III, iii, ix (obra doravante citada como *Ásia*); Fernão Lopes de CASTANHEDA, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, Porto, Lello & Irmão, 1979, V, xv-xviii (obra doravante citada como *História*); e Gaspar CORREIA, *Lendas da Índia*, vol. II, Porto, Lello & Irmão, 1975, pp. 574-575 (obra doravante citada como *Lendas*).

[13] E possível avaliar esta circunstância através da revelação, feita pelo capitão António Miranda de Azevedo a D. Manuel I, de que, nos primeiros meses de 1519, circulara pelo golfo de Bengala uma embarcação de levantados, sob o comando de um tal D. Francisco, filho de D. João de Travanca, os quais tinham acabado por se submeter à autoridade do primeiro – Cf. Geneviève BOUCHON e Luís Filipe THOMAZ, *Voyage dans les Deltas du Gange et de l'Irraouaddy – Relation Portugaise Anonyme (1521)*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian – Centre Culturel Portugais, 1988, pp. 62-63. O facto não encontrou eco nos textos de Barros, Castanheda e Correia, sendo de notar que, malgrado os nossos esforços, não achámos outras referências ao cabecilha do grupo, nem nos nobiliários de referência nem nos registos da Chancelaria Real.

sob pena de projectar de si mesmo uma imagem negligente e ponderando ainda que a reputação cimentada por uma conduta pessoal irrepreensível era essencial à capitalização de novas e importantes recompensas [14].

Identifiquemos então os levantados que constituem a nossa matéria de estudo e a data dos acontecimentos por eles promovidos. As duas primeiras ocorrências verificaram-se, sem surpresa, nos anos de 1517 e 1518, durante o governo de Lopo Soares de Albergaria, que foi responsável pela chamada «grande soltura», ou seja, um período de valorização da iniciativa privada portuguesa no Oriente em detrimento dos interesses estatais, que contrastou profundamente com a administração de pendor centralizador que tinha sido desenvolvida por Afonso de Albuquerque, entre os finais de 1509 e 1515 [15]. Os protagonistas das situações a que aludimos foram, respectivamente, Jerónimo de Sousa e João Fidalgo, curiosamente dois oficiais que tinham servido sob a autoridade de Albuquerque, mantendo com ele uma relação algo estreita [16]. Ainda sob os efeitos da «grande soltura», podemos considerar as acções praticadas por Simão de Brito Patalim e pelos respectivos companheiros de aventura, que se tornaram especialmente notadas em 1523. Os três últimos casos desenrolaram-se mais tardiamente: dois começaram a evoluir em 1540, por iniciativa de Lançarote Guerreiro e de Gonçalo Vaz Coutinho, vindo a figura de Diogo Soares a emergir em 1542.

---

[14] «Honra e vergonha são preocupações constantes de indivíduos em sociedades pequenas e fechadas onde as relações pessoais face-a-face, por oposição a relações anónimas, são de extrema importância e em que a personalidade social do actor é tão significante como o papel que tem a desempenhar.» – Cf. J. G. Peristany, «Introdução», in *Honra e Vergonha, Valores das Sociedades Mediterrânicas*, ed. J. G. Peristany, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkain, 1988, pp. 4-5. A fim de melhor se compreender a importância da honra como valor nobiliárquico sugerimos ainda a consulta do texto de Julian Pitt-Rivers, «Honra e Posição Social», in *ibidem*, pp. 11-59.

[15] A «grande soltura» é evocada e explicada por João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Luís Gaspar Rodrigues, *Portugal y Oriente: El Proyecto Indiano del Rey Juan*, Madrid, Editorial Mapfre, 1992, pp. 122-137.

[16] A presença de Jerónimo de Sousa nos domínios da Ásia marítima remonta, tanto quanto é possível descortinar, a 1512, ano em que se empenhou, como capitão, na luta contra o cerco imposto por forças muçulmanas ao passo de Benasterim, em Goa (*Ásia*, II, vii, 5; *História*, III, xcii, e *Lendas*, Vol. II, p. 303). Sempre em posições de comando, participou posteriormente nas expedições militares, conduzidas pelo *Leão dos Mares*, ao Mar Vermelho, em 1513 (*Ásia*, II, vii, 7, e *História*, III, cxiiii) e a Ormuz, em 1515 (*Ásia*, II, x, 2, 5; *História*, III, cxxvii, cxlii, e *Lendas*, vol. II, p. 404). Em 1514, já estivera em Ormuz, no âmbito da missão que ali foi exercida por Pero de Albuquerque (*Ásia*, II, x, 1, e *História*, III, cxxvii).

A fim de conferir maior eficácia à organização militar portuguesa no Oriente, Afonso de Albuquerque criou as companhias de ordenança, em 1510, nomeando como capitães das mesmas Rui Gonçalves e João Fidalgo, homens que haviam adquirido uma valiosa experiência das tácticas de guerra moderna em Itália (*Ásia*, II, vii, 5, e *Lendas*, Vol. II, p. 44). Nessa qualidade, João Fidalgo também esteve presente na reconquista de Benasterim (*Ásia*, II, vii, 4-5; *História*, III, xc, xcii, e *Lendas*, Vol. II, p. 303) e no ataque lançado contra Adém, em 1513 (*Ásia*, II, vii, 9, e *História*, III, cv-cvi). João de Barros atesta a sua presença, em Fevereiro de 1515, no conselho de capitães convocado por Afonso de Albuquerque, nas vésperas da partida da armada para Ormuz (*Ásia*, II, x, 2), mas não é seguro que tenha viajado a bordo.

A interrogação que de imediato se levanta é: quais foram as razões que motivaram estes homens a assumirem posições de revolta? Uma primeira resposta, concludente por sinal, é-nos facultada por via da constatação de que todos eles resolveram, sem excepção, dedicar-se a actividades de rapina marítima após se terem eximido à tutela oficial portuguesa. A escolha do mister e dos teatros de operações não foi inócua. Tratava-se de desenvolver uma actividade relativamente lucrativa, com a qual a generalidade dos comandos portugueses instalados no Índico estava familiarizada, devido à tentativa de assegurar o monopólio português de comércio de especiarias através de acções de patrulha e represália marítima. A grande diferença residia, pois, no estatuto de quem as levava a cabo: de oficiais empenhados em actos de corso, mais ou menos legítimos, passaram a agir como levantados dependentes da pirataria. Mas tratava-se também de desenvolver uma actividade que continuasse fiel, o mais possível, ao *modus vivendi* da nobreza empenhada na empresa ultramarina e que garantisse a manutenção de alguma autoridade e distanciamento social em relação aos seus acólitos. Nestes casos, por norma, o levantamento era feito em termos colectivos, sendo a liderança do grupo entregue à personagem socialmente mais destacada, sobre quem costumava ainda recair a maior parte da responsabilidade na decisão da fuga e de reunir os meios necessários ao sucesso da mesma. No que respeitava aos teatros de operação, observamos que se afiguravam mais atraentes a costa de Melinde, na África oriental, onde o aparato do dispositivo militar português não era comparável ao do Mar Arábico e, sobretudo, o golfo de Bengala, onde a influência do Estado da Índia era residual [17].

À vista deste panorama, somos levados a entender que motivações de ordem financeira foram determinantes na decisão de insubordinação. Desejosos de alcançar meios de fortuna em curto prazo, objectivo que lhes era vedado no âmbito do serviço da Coroa [18], os oficiais esqueceram a lealdade devida à hierarquia portuguesa no Oriente e resolveram assumir o controlo dos próprios destinos, livres de quaisquer constrangimentos políticos ou económicos. Podemos subentender esse impulso, nomeadamente nos comportamentos de Jerónimo de Sousa, Simão de Brito Patalim, Lançarote Guerreiro e João Fidalgo.

O desaparecimento do primeiro e do navio por ele dirigido foi sentido, em Goa, quando se ultimavam os preparativos da armada que o governador Lopo Soares de Albergaria deveria conduzir ao Mar Vermelho [19]. A suspeita de que o oficial se decidira a realizar uma excursão predatória nas águas

---

[17] Cf. a nossa dissertação de mestrado, cit., e Luís Filipe F. R. Thomaz, «Portuguese Control over the Arabian Sea and the Bay of Bengal: a Comparative Study», separata de *Commerce and Culture in the Bay of Bengal, 1500-1800*, eds. Om Prakash e Denys Lombard, Nova Deli, Manohar – Indian Council of Historical Research, 1999, pp. 115-162.

[18] Cf. Geneviève Bouchon e Luís Filipe Thomaz, cit., pp. 412-413.

[19] Cf. *História*, IV, x, e *Lendas*, Vol. II, pp. 487 e 508.

das ilhas Maldivas não tardou a emergir, mas resta apurar o grau de intencionalidade da acção. Com efeito, Gaspar Correia informa que, navegando de Cochim para Goa, a embarcação de Jerónimo de Sousa foi vítima de percalços que a empurraram para o mar alto. Terá sido só nessa ocasião que o capitão, secundado por familiares que o acompanhavam, resolveu rumar à região de Melinde, contrariando a vontade do piloto, do mestre e de outros tripulantes. Mercê do exercício de coacção, acabou por prevalecer o interesse dos primeiros, «onde na costa, achando boas prezas e boa repartição, todos forão amigos e contentes, que forão riqos» [20]. A versão do episódio divulgada por Fernão Lopes de Castanheda regista a passagem do capitão, em primeiro lugar, pelas Maldivas

> «& q*ue* se fizera logo na volta de Melinde, õde sese ouue tão mal com ho piloto & com ho mestre do seu navio q*ue* lhes fez lembrar como ele hia leuantado, & a pena q*ue* tinhão por ire*m* coele, pelo q*ue* determinarão de ho prender e leualo ao gouernador. E assi ho fizerão, & preso Ieronimo de sousa, se partirão com ho nauio pera ho cabo de Goadafum õde esperauão dachar ho gouernador: & neste caminho por ho nauio fazer muyta agoa se mudarão a hua não, & nesta mudãça se soltou Ieronimo de sousa, & foy despois ter a Goa» [21].

Por seu turno, Simão de Brito Patalim seria o elemento mais notável de um grupo de cerca de meia centena de homens que, em circunstâncias obscuras, se organizaram na costa do Coromandel para piratear no golfo de Bengala. A expedição foi tumultuosa não só devido à violência e aos incidentes que naturalmente provocou, mas também por via da existência de conflitos internos, os quais culminaram no assassinato do capitão Diogo Gago [22] e na subida de Patalim à posição de comando supremo [23].

A ambição material impulsionou, de modo semelhante, Lançarote Guerreiro. Decidiu-se este a empreender uma fuga para se aplicar no cometimento de assaltos marítimos por conta própria quando dava assistência a uma missão naval no estreito de Meca, cujos objectivos eram, precisamente, a recolha de dados sobre movimentações turcas e a realização de pilhagens [24]. O vínculo ao segmento do oficialato assegurava *a priori* a Lançarote Guerreiro um quinhão apreciável das presas que fossem ganhas, mas em todo o caso inferior àquele que poderia amealhar através de tomadias ilegí-

---

[20] Cf. *Lendas*, Vol. II, pp. 503-504.

[21] Cf. *História*, IV, xvi.

[22] É de presumir que este fosse, de acordo com as palavras de João de Barros, um dos indivíduos de «bom sangue» que compunham o grupo. O cronista é, no entanto, parco em explicações, limitando-se a apontar que Diogo era um filho natural, nascido da ligação entre uma mourisca e um homem de quem apenas se sabia ser portador do apelido Gago – Cf. *Ásia*, III, viii, 2.

[23] Cf. Geneviève Bouchon e Luís Filipe Thomaz, cit., pp. 93-94.

[24] Cf. *Lendas*, Vol. IV, p. 110.

timas, uma vez que neste âmbito não havia lugar ao pagamento do quinto nem ao reembolso das despesas de armação, que eram devidos à Fazenda Real em condições normais [25].

É, todavia, graças ao testemunho directo de João Fidalgo que podemos perceber cabalmente que por trás de uma aparente manifestação de cobiça por parte de elementos da nobreza emigrada se podia esconder uma situação delicada. Assim, se enquanto serviu como capitão da ordenança João Fidalgo já se queixava de sofrer dificuldades financeiras [26], corroboradas aliás por Afonso de Albuquerque [27], facilmente se deduz que só as terá visto agravarem-se com a extinção das companhias de ordenança, implementada por Lopo Soares de Albergaria no quadro da desvirtuação da obra do *Terríbil* [28]. Tendo granjeado a oportunidade de se associar à armada que D. João da Silveira conduziu às regiões de Bengala e do Arracão em 1518 [29], João Fidalgo acabou por não resistir à tentação de desertar «& tornouse aa boca deste rio Darracão a fazer presas e*m* naos que sabia q*ue* auião de sair delle» [30], decerto

---

[25] As particularidades da forma de repartição das presas implementada pelas autoridades portuguesas no Oriente são conhecidas graças à existência de vários documentos coevos que discorrem expressamente sobre o assunto. Veja-se a nossa tese de mestrado, cit., p. 37.

[26] «O anno pasado escprevy a Vossa alteza fazendo vos saber como amdava sem quintaes e com pequeno partido e bem saberaa Vossa alteza com quam boa vomtade vym quando pera qua me mandou e vim com o que me Vossa Ateza quis dar sem repricar mais cousa algua e ysto porque senpre desejey acabar nas cousas de voso serviço. Lenbre se Vosa Alteza de minha ydade que sam de cinqoenta annos e tenho laa minha molher e hua filha de xb com muito pouqua fazenda pera as agasalhar e atee quy nam tenho nada aproveitado na Yndia ne[m satis]fação de xxbiij annos que servy a senhora ynfante vosa may que Deus tem e acho me com menos do que trouxe porque com trinta mil reaes que quaa tenho cada anno faze[ndo] minhas despesas mamteendo quaa hua casa e em P[o]rtugal outra com minha molher bem pode Voss[a] Alteza conhecer o que pode fiquar e em terra de tanto gast[o] e careza como he a Ymdia que he mais despesa do que Vosa [Al]teza tem por enformaçam.

«Peço que aja a todo bom resp[eito] e me faça merce tal com que leve de quaa alg[ua] cousa com que descanse alguns dias de minha vi[da] e posa cassar esa filha que la tenho.» – Cf. Carta de João Fidalgo a D. Manuel I, Goa, 15-X-1514, pub. in *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. IV, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1964, p. 478.

[27] «Senhor – Voss alteza deu tam pequeno ssoldo a rruy gomçaluez e a joham fidalguo que he *huua* pyadade de ver, porque os gastos da imdia sam muy grandes: sse lhe vosa alteza ordenase alguuas quymtaladas, nam seria senam muyto voso sseruiço, porque elles o merecem, e sam dous homes muy necesareos pera mim e pera cousas de voso seruiço [...]. Parece me, senhor, voso seruiço fazerdes lhe mercê dos quintaes que os outros capitãees tem, e serem de lá afauorecidos com cartas e mercês porque eu os tenho quá em gramde istima.» – Cf. Carta de Afonso de Albuquerque a D. Manuel I, s.l., s.d., pub. in *Cartas de Affonso de Albuquerque Seguidas de Documentos que as Elucidam*, ed. Raymundo António de Bulhão Pato, vol. I, Lisboa, Academia das Ciências, 1884, pp. 385-386 (obra doravante citada como CAA).

[28] Sobre o assunto veja-se o artigo de Vítor Luís Gaspar RODRIGUES, «As Companhias de Ordenança no Estado Português da Índia, 1510-1580: Ensaios de Criação do Insucesso», in *Oceanos*, n.º 19/20, *Indo-portuguesmente*, Lisboa, CNCDP, Setembro-Dezembro, 1994, pp. 213-215.

[29] Cf. *Ásia*, III, ii, 3, e *História*, IV, xxxii. Sobre esta viagem veja-se Geneviève BOUCHON e Luís Filipe THOMAZ, cit., pp. 56-63.

[30] Cf. *História*, IV, xxxix.

na expectativa de aceder a proventos que lhe permitissem solucionar os seus problemas monetários.

Gonçalo Vaz Coutinho e Diogo Soares emergem, pois, como as únicas personalidades nobres que foram induzidas à rebelião pela responsabilidade, directa ou indirecta, na prática de crimes de sangue. Daí que, confrontados com o malogro das primeiras diligências feitas no sentido de acederem ao perdão, ambos tivessem optado pela fuga de Goa [31].

Analisadas as razões imediatas que condicionaram a sublevação destes indivíduos, compete-nos procurar outras, de natureza mais complexa e profunda, adoptando um modelo originalmente proposto por Geneviève Bouchon e Luís Filipe Thomaz [32]. Para tanto, deveremos tentar clarificar a posição daqueles no seio da sociedade portuguesa quinhentista e, em particular, no sector nobiliárquico. Apuramos, deste modo, que Jerónimo de Sousa [33], Simão de Brito Patalim [34], Diogo Soares [35] e Gonçalo Vaz Coutinho [36] usufruíam do estatuto de fidalgos. Este podia derivar de uma mercê régia, mas estava, sobretudo, associado aos membros das linhagens do Reino, fossem elas constituídas pela aristocracia titulada, pelo médio e alto funcionalismo ou por terra-tenentes. Por seu turno, João Fidalgo era cavaleiro [37], ao passo que, acerca de Lançarote Guerreiro, ignoramos qualquer grau de nobreza específico de que pudesse ser detentor. Ao identificarem-no

---

[31] De origem galega, Diogo Soares fora enviado para a Índia na condição de homiziado, mercê da culpa de vários homicídios cometidos em Portugal. Em Goa, contribuiu para semear discórdias entre dois fidalgos, Fernão Drago e Cristóvão de Lacerda, das quais resultou a morte do primeiro, em plena residência do governador D. Estêvão da Gama. A fim de evitar a aplicação da pena capital e beneficiando da ajuda de vários cúmplices, Diogo Soares escapou da cidade a bordo de uma fusta – Cf. *Lendas*, Vol. IV, pp. 153-154 e 226.

Em relação a Gonçalo Vaz Coutinho sabe-se que era um dos oficiais ao serviço do Estado da Índia, pelo menos, desde 1527, ano em que esteve ao comando da fusta S. Clara – Cf. «Instrumento de posse que o capitão Francisco de Sá tomou do reino de Sunda em nome de el-rei D. João III», Sunda, 29-VII-1527, pub. in *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. VII, pp. 562-563. Nos anos seguintes participou, sempre com distinção, em diversas operações militares, que tiveram lugar em Diu, Goa e Onor – Cf. *Ásia*, IV, iv, 12, 14, 16, 19, e IV, vii, 15-17; *História*, VIII, viii, xxxii, cvi, cl, clxv e IX, i, ii; *Lendas*, Vol. II, pp. 348, 465-466, 756, 758, e Vol. IV, pp. 41, 46, 64; Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, s.l., Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988, caps. viii-xii, pp. 31-38. Em 1540, Gonçalo Vaz Coutinho estava encarcerado no Tronco de Goa «por grandes crimes e males que tinha feytos», nos quais se incluiam «mortes de homens». Dali se evadiu, primeiro para terra firme e depois em direcção ao golfo de Bengala, numa sequência de actos arrojados - Cf. *Lendas*, Vol. IV, pp. 149-151.

[32] «Dans une société que l'on devine assez basée sur les structures familiales et des rapports de parenté, l'identification des personnages de l'histoire s'avère un élément important, voire une des clefs pour la compréhension des faits.» – Cf. Geneviève Bouchon e Luís Filipe Thomaz, cit., p. 367.

[33] Cf. *Lendas*, Vol. II, p. 487.

[34] Cf. Geneviève Bouchon e Luís Filipe Thomaz, cit., p. 407.

[35] Cf. *Lendas*, Vol. IV, p. 154.

[36] Cf. *Ib.*, Vol. IV, p. 149.

[37] Cf. Carta de Afonso de Albuquerque a D. Manuel I, s.l., s.d., pub. in *CAA*, vol. i, p. 385.

como capitão de uma fusta [38], as fontes autorizam-nos, no entanto, a presumir tratar-se de um nobre, muito provavelmente de baixa extracção, mas o suficiente para se distinguir do comum dos plebeus [39].

A respeito das ligações familiares mantidas pelas figuras em questão, o esforço de investigação saiu, em grande medida, frustrado. Escaparam ao cenário de desolação Jerónimo de Sousa, que verificámos ter sido o sexto filho varão de Rui Mendes de Vasconcelos, senhor de Figueiró e de Pedrógão [40]; Simão de Brito Patalim, filho bastardo de João de Brito Patalim, morgado de S. Pedro, nos arredores de Évora, e sobrinho do primeiro capitão de Malaca, Rui de Brito Patalim [41]; e, por último, Gonçalo Vaz Coutinho, filho de Manuel Coutinho, por sua vez bastardo de outro Gonçalo Vaz Coutinho, que fora decapitado no reinado de D. João II por implicação na morte das duas esposas. Na ascendência varonil deste levantado são ainda de destacar os nomes de Fernão Coutinho, senhor de Celorico de Basto e Monte Longo, seu bisavô, bem como o de mais um homónimo, desta feita seu trisavô, que foi o primeiro marechal do Reino, nos tempos de D. João I, e também servia de antepassado comum aos condes de Marialva e do Redondo [42].

Dos dados colocados em evidência ressalta que, talvez à excepção de Gonçalo Vaz Coutinho, os fidalgos em causa não se podiam gabar e aproveitar de manterem ligações estreitas com personalidades-chave da sociedade portuguesa, sabendo nós que a história do Estado da Índia é fértil em exemplos que ilustram a importância de tais relações na construção de uma sólida e vantajosa trajectória profissional [43]. No que toca aos restantes

---

[38] Cf. *supra* nota 25.

[39] Não é descabido pensar que o moço de estrebaria que dava pelo nome de Lançarote Guerreiro e foi promovido à categoria de almoxarife do armazém de Cochim, em 1530, é a mesma personagem que se amotinou passada uma década – Cf. Carta de nomeação régia, Lisboa, 22-IX-1530, in IANTT, *Chancelaria de D. João III*, liv. 42, fl. 53.

Refira-se, a propósito, que existem nas colecções da *Chancelaria Real* e do *Corpo Cronológico*, conservadas nos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo, outros documentos relativos a supostos homónimos das personalidades que temos vindo a evocar. Optámos, contudo, por não os considerar em virtude da manifesta dificuldade em garantir que se reportam às mesmas pessoas cujo rasto seguimos, além de que o respectivo teor não se afigura relevante a ponto de poder influenciar as conclusões aqui formuladas.

[40] Cf. *Ásia*, II, x, 1, e Manuel José da Costa Felgueiras Gayo, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, vol. x, Braga, Carvalhos de Basto, 1992, p. 99.

[41] Cf. Geneviève Bouchon e Luís Filipe Thomaz, cit., p. 406. Sobre Rui de Brito Patalim e a sua família aguardam-se os resultados do trabalho que será publicado por Silvina Silvério na obra *Capitães de Afonso de Albuquerque*, coordenada por João Paulo Oliveira e Costa e nós.

[42] Cf. Manuel José da Costa Felgueiras Gayo, cit., vol. iv, p. 19.

[43] Entre os mais recentes estudos que ilustram a temática contam-se as obras coordenadas por João Paulo Oliveira e Costa, *A Nobreza e a Expansão: Estudos Biográficos* e *Descobridores do Brasil – Exploradores do Atlântico e Construtores do Estado da Índia*, Lisboa, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 2000. Ainda neste âmbito se inserem algumas comunicações apresentadas ao Colóquio Internacional *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia*, Lisboa, 16 a 19 de Outubro de 2001, cujas actas se encontram no prelo.

oficiais a conclusão aponta exactamente no mesmo sentido, uma vez que a ausência de informações genealógicas é o melhor indício de que podemos dispor sobre o seu isolamento social.

Neste contexto, parece-nos válido subscrever a ideia de que a inferioridade do estatuto nobiliárquico e a falta de estruturas clânicas de apoio devem ter contribuído, não de forma exclusiva, mas imperativa, para uma tomada de posição radical, como era o levantamento; tanto mais que só metade dos casos apreciados correspondeu à interrupção de carreiras que, estando longe de serem deveras impressionantes, representavam o reconhecimento de alguma competência técnica. Referimos-nos, em concreto, a Jerónimo de Sousa, João Fidalgo e Gonçalo Vaz Coutinho.

O derradeiro aspecto que prende a nossa atenção prende-se com o destino dos seis levantados nobres que estudámos. Simão de Brito Patalim foi degolado, em 1528, depois de ter hipotecado a sua fidelidade aos castelhanos, nas ilhas Molucas, e de ter atentado contra os respectivos interesses [44]. Gonçalo Vaz Coutinho acumulou a condição de levantado com a de renegado, a partir de meados da década de 1540, depois de se ter colocado ao serviço do sultanato indiano de Bijapur e convertido ao Islamismo. Fê-lo, todavia, desperdiçando a oportunidade de perdão total que lhe foi concedida pelo governador Martim Afonso de Sousa e que antes lhe havia sido recusada pelo governador, D. Estevão da Gama [45]. Todos os restantes oficiais amotinados acabaram por beneficiar do perdão do topo da hierarquia portuguesa no Oriente [46].

---

[44] Cf. Geneviève Bouchon e Luís Filipe Thomaz, cit., pp. 408-409.

[45] Cf. *Lendas*, Vol. IV, pp. 153, 298, 540, e Diogo do Couto, *Ásia*, VI, iv, 9.

[46] Jerónimo de Sousa foi perdoado sem delongas por D. Guterre de Monroy, capitão de Goa, e posteriormente por Lopo Soares de Albergaria – Cf. *Lendas*, vol. II, p. 503. Logo em 1517, o fidalgo assumiu o comando de uma vela na expedição ao Mar Vermelho, continuando a integrar armadas portuguesas nos mares da Ásia nos anos que se seguiram – Cf. *Ásia*, III, i, 2, e *História*, V, xxiii-xxiiii, xxxii; Vi, lxxiii, lxxxiiii, lxxxviii.

João Fidalgo não demorou a regressar voluntariamente à Índia, quiçá desmotivado pela total ausência de lucros proporcionada pelas suas andanças, acabando por beneficiar da complacência do governador Diogo Lopes de Sequeira – Cf. *História*, IV, xxxix.

Diogo Soares recebeu o indulto de Martim Afonso de Sousa em 1542, quando este se dirigia para a Índia a fim de tomar posse como governador e fez escala em Melinde. A exposição da questão foi feita por via escrita e nela Diogo Soares ofereceu os seus préstimos em troca de um seguro. A iniciativa foi tão bem acolhida que o fidalgo galego integrou de imediato a comitiva, vindo a ser despachado, em Janeiro de 1543, para conduzir explorações em torno da ilha de S. Lourenço com o objectivo de confirmar os rumores do naufrágio do navio do irmão do governador, Pero Lopes de Sousa, aproveitando a ocasião para realizar novas presas – Cf. *Lendas*, Vol. IV, pp. 226 e 266.

Lançarote Guerreiro foi encontrado no Bengala, em 1544, por D. João de Mascarenhas, que prometeu interceder por ele e pelos outros levantados portugueses refugiados na zona junto de Martim Afonso de Sousa. Em contrapartida, foi-lhes exigido que abandonassem a carreira de salteadores e voltassem a Goa. Martim Afonso de Sousa concedeu, de facto, o perdão atinente aos delitos cuja autoria foi assumida pelos arrependidos. Houve restrições nos casos em que os antigos insurrectos omitiram crimes nas petições que elaboraram, bem como em relação a

Estamos, assim, em condições de concluir que, aceitando o sacrifício de procurar nos domínios orientais a honra e o proveito que lhes escapavam no Reino, raros nobres se decidiam a arriscar a sua posição. Motivos de força maior podiam, no entanto, favorecer sérios desvios ao padrão de conduta. Ironicamente, os levantados oriundos do ramo nobiliárquico nunca deixavam de pertencer por completo a um grupo de elite [47]. Daí que a recuperação do antigo estatuto privilegiado lhes fosse quase sempre permitida. A título de comparação, note-se que o degredo, a pena capital e os castigos corporais eram os destinos reservados, na mesma época em apreço, para todos aqueles que, possuindo uma condição inferior, cometiam justamente o mesmo género de infracções [48].

Em última análise, poder-se-á considerar que a superioridade de classe funcionava também um factor catalisador de revolta, uma vez que havia a elevada probabilidade de, mais cedo ou mais tarde, até os nobres arredados das redes clânicas mais profícuas e organizadas virem a conseguir sensibilizar as esferas de poder para a atribuição do perdão absoluto e para o favorecimento da respectiva reintegração social e profissional.

Lançarote Guerreiro, embora não seja claro se por motivo igual. Lançarote Guerreiro optou então por se acoutar nas terras de Bijapur, vindo a conseguir a remissão das suas faltas em 1546, por intermédio do governador Garcia de Sá, de quem era conterrâneo. Durante a administração de Jorge Cabral, obteve ainda outras benesses, que incluíram a nomeação para comissões de serviço nas Molucas – Cf. *ib*., Vol. IV, pp. 110, 398-399.

[47] Repita-se que, apesar de não ter sido alvo de um perdão formal, Gonçalo Vaz Coutinho dispôs dessa oportunidade e declinou-a por vontade própria. Não dispensou, porém, socorrer-se da estreita amizade que o unia a Martim Afonso de Sousa para fazer sair de Goa a sua família e fazenda e, através de outros parentes, tratou de manter abertos excepcionais canais de comunicação com as estruturas portuguesas no Oriente – Cf. *Lendas*, Vol. IV, pp. 153, 298, 540, e Sanjay SUBRAHMANYAM, cit., p. 358.

[48] Cf. a nossa tese de mestrado, cit., pp. 55, 68-69; *Ásia*, III, ix, 6, e IV, ix, 3; *História*, VIII, xlvii; *Lendas*, Vol. II, p. 816, e Vol. III, pp. 446-449.

ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR, Vol. III, 2002, pp. 177-198

SOMBRAS NO ACASO DO *EMPERIUM MUNDI*. A FAMÍLIA REAL E A LUTA PELO PODER EM ORMUZ (1565-1622)

por

JOÃO TELES E CUNHA *

> «E sendo Ormuz huma ilha tão seca he tão fertil de todas as cousas que os antiguos lhe chamarão Emperium Mundi, e os parsios vesinhos e naturaes dizem que o mundo que he um anel, e que Ormuz he a pedra preciosa que nelle esta engastada.» [1]

Em 1634, obedecendo a ordens provenientes do Reino, o vice-rei, conde de Linhares (1629-1635), mandou montar uma complexa rota de fuga para tirar o deposto monarca de Ormuz, Mamede Xá (Muḥammad Shâh III, r. 1609-1622), da sua prisão de Xiraz (Shîrâs). A fuga contava com mudas de cavalos e barcos para tirarem o rei da custódia persa e colocá-lo sob a portuguesa, a fim de lhe devolverem o trono quando as forças do Estado da Índia na zona do Estreito reconquistassem Ormuz, perdida há uma dúzia de anos. Mas o monarca, que engordara substancialmente durante o cativeiro, recusou a oferta portuguesa, apesar dos animais terem sido preparados para o seu peso e de o número de mudas ter sido pensado em função do mesmo.

D. Miguel de Noronha deu por encerrada a tarefa, mais preocupado com a consolidação da posição do Estado no volátil litoral omanita, mas de Lisboa voltaram a insistir com o seu sucessor, Pedro da Silva (1635-1639), para reanimar o projecto [2].

Este episódio punha fim, um pouco ingloriamente, ao relacionamento que se iniciara cento e dezanove anos antes, no qual a família real desem-

---

* Investigador do Centro de História de Além-Mar.

[1] *In* A. Silva REGO [Ed.], *Documentação Ultramarina Portuguesa* (doravante DUP seguido do número do volume), vol. I, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960, p. 215.

[2] In Torre do Tombo, *Livros da Monções*, n.º 36, «Carta de Filipe III para Pedro da Silva», Lisboa, 30/01/1636, fl. 97.

penhou um papel que se foi apagando à medida que progredia a ingerência portuguesa em todos os assuntos do reino de Ormuz, até que o monarca, a família e parte da elite ormuziana passaram a ser os peões de um tabuleiro que tinham deixado de controlar. Mau grado as diversas tentativas da Coroa para equilibrar os diversos poderes existentes em Ormuz, quer os nativos, rei e guazil, quer os introduzidos com a conquista, o capitão e o vedor da Fazenda, a interferência portuguesa acabou por minar estes esforços.

Reis e guazis

A dualidade e a partilha de poder entre o rei e o guazil [3] foi algo que os portugueses herdaram quando passaram a controlar Ormuz. A conflitualidade entre ambos foi utilizada para os debilitar, quando não eram as próprias autoridades portuguesas locais a fomentar a guerrilha institucional para proveito próprio. Nos primeiros tempos da sua relação institucional com o soberano e o seu primeiro-ministro, os portugueses deixaram-lhes margem de manobra, intervindo pontualmente quando o equilíbrio de poderes estava em causa e ameaçava a estabilidade geral do reino.

Tal foi o caso do afastamento de Sargol Xá II (Salgur Shâh II, r. 1535--1543) em 1541 para a Índia, na sequência de um conflito que o opôs ao guazil Rocanadim (Rukn al-Dîn) e que envolveu o então capitão da fortaleza, Martim Afonso de Melo Jusarte. Este monarca, aliás, já tinha sido exilado para Goa na sequência da tentativa de assassinato do irmão, Mahamed Xá II (Muḥammad Shâh II, r. 1526-1534), durante a capitania de António da Silveira em 1532, a instigação da mãe para subir ao trono. Gaspar Correia, prolixo nos detalhes, chamou-o Rexeale (Ra'îs 'Alî ?) e indicou que o conspirador acabaria por partir no navio que trouxera o novo capitão a fim de aquietar os bandos que já se manifestavam em Ormuz [4].

O exilado só teve que esperar pela morte do irmão em 1534 e do sobrinho, um menor de oito anos proclamado monarca por António da Silveira, «que depois foy morto com peçonha, que lhe mandou dar Rayxaleque que estaua degradado na India, & por ser seu tio sucedeu no reyno, (…)», conforme escreveu Castanheda. O novo rei embarcou para Ormuz na companhia do novo guazil, Xeque Hamed (Shaykh Ahmad), filho de Xeque Raxete (Shaykh Rashîd), o anterior ocupante do cargo falecido em 1534. Aquele fora colocado no posto apesar de existirem outros candidatos, possi-

---

[3] Do árabe *wazîr*, «primeiro-ministro», «governador», também grafado em português vizir. A partir do étimo árabe registam-se três vocábulos em português: alguazil, mais antigo e anterior à chega dos portugueses à Ásia, «oficial de justiça», guazil e vizir; cf. DALGADO, *Glossário*, s.v.

[4] *In* Gaspar CORREIA, *Lendas da Índia*, tomo III, parte II, p. 460, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1931; Fernão Lopes de CASTANHEDA, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, VIII, xlix, p. 279, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1933.

velmente familiares do desterrado Reis Xarrafo, não só para contrabalançar o peso dos persas no aparelho burocrático ormuziano como ainda para ficar nas mãos do capitão português que o colocara lá. Deve ter sido para se congraçar com o novel monarca que Xeque Hamed o foi buscar à Índia, onde o governador Nuno da Cunha (1528-1538) acabara de proclamar Sargol rei de Ormuz. A viagem de regresso foi reveladora, já que o navio aportou primeiro à costa omanita, terra de origem da família do guazil e sua base de apoio, tendo os seus partidários obrigado Sargol Xá a confirmar a nomeação de Xeque Hamed, o que o rei fez. Contudo, por volta de 1540, Sargol substituiu Hamed por Rex Rocanodim, com o qual entraria em conflito pouco depois [5].

À luz dos cronistas, parece provável que a prisão tenha sido uma armadilha montada por Rocanodim e Martim Afonso de Melo Jusarte, já que este entrou no momento em que Sargol se preparava para apunhalar o guazil. Na troca acalorada de palavras que se seguiu, Sargol, alcoólico ou alcoolizado, teria tentado golpear Martim Afonso de Melo com uma adaga, mas foi detido e humilhado pelos homens do capitão. Ambas as partes temeram o pior, os portugueses uma nova sublevação com os Rumes a rondarem no Índico ocidental, e Sargol a sua vida, pelo que decidiu entregar-se na fortaleza com a família e o tesouro, lembrando ao capitão que emprestara 30 000 cruzados para a conclusão de um baluarte da fortaleza, de cuja construção Martim Afonso se vangloriara a D. João III (r. 1521-1557) em 1540. Entretanto o capitão, com ajuda do guazil, instituiu uma devassa a Sargol Xá que, nas palavras de Correia, «se tirou, e como os que n'ella testimunhauão esperauão de ficar gouernando o reyno sendo ElRey fóra d'elle, disserão d'ElRey o que compria pera que fosse tirado do Reyno, como foy, e trazido a Goa, (…), e tudo com grandes falsidades, que se fazião por grandes peytas». No seu lugar deixaram um filho como regente, possivelmente o futuro Torun Xá, um miúdo cuja idade andaria pelos nove anos, enquanto o poder real ficava nas mãos do guazil e do capitão [6].

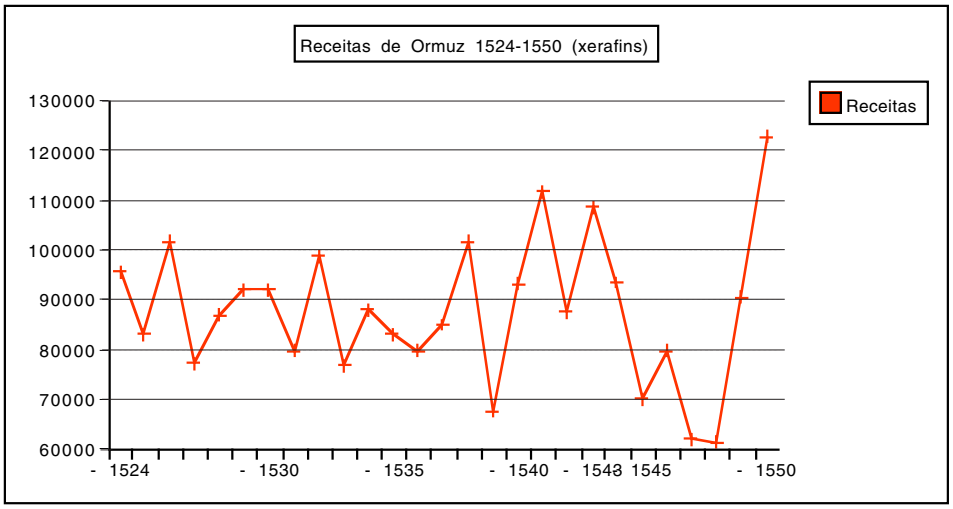
De 1541 a 1544 Sargol Xá permaneceu preso na Índia, tendo tentado libertar-se das acusações durante o governo de Martim Afonso de Sousa (1542-1545). Mas o governador tinha outros problemas mais prementes nas mãos, com destaque para a situação financeira do Estado da Índia em geral e de Ormuz em particular. De facto, as receitas da alfândega de Ormuz tinham decrescido ao longo da década de 1530, devido à crise política que afectara Cambaia, cuja economia estava intimamente ligada à de Ormuz,

---

[5] *In* Fernão Lopes de Castanheda, cit., VIII, lxxvi, p. 328; Diogo do Couto, *Década* 5.ª, X, 1; *CC*, I-79-115, 424.ª «Carta de Sargol Xá para D. João III», Ormuz, s/d [c. 1539], *in* Georg Schurhammer, *Die Zeitgenössischen quellen zur geschichte Portugiesisch-asiens und seiner nachbarländer zur zeit des Hl. Franz Xavier (1538-1552)*, Roma, Istituto Historicum S.I., 1962, p. 33.

[6] *In* Fernão Lopes de Castanheda, *idem*, IX, xxvii, p. 571; Gaspar Correia, cit., tomo IV, parte I, Lisboa, Academia das Ciências, 1969, pp. 160-161; *CC*, I-68-41, 568.ª «Carta de Martim Afonso de Melo Jusarte para D. João III», Ormuz, 25/09/1540, *in* Georg Schurhammer, cit., p. 42.

devido à guerra travada entre o sultão guzerate Badur (Bahâdûr Shâh, r. 1526-1537) e Hamau Paxá (Humâyûn Pâdishâh, r. 1530-1556).



FONTE: Simão BOTELHO, «Tombo do Estado da India», *in* Rodrigo José da Lima FELNER, *Subsidios para a Historia da India Portugueza*, pp. 87-92.

Apesar da recuperação verificada no novo decénio, o governador precisava de dinheiro fresco para pagar as despesas do Estado que não cessavam de crescer, tal como a dívida do soberano ormuziano, cujas páreas em atraso, aumentadas para além do possível desde o acordo assinado por Nuno da Cunha e Mahamed Xá em 1528, orçavam em mais de 185 000 xerafins na véspera da integração da alfândega na Coroa portuguesa em 1543 [7].

Nesse ano, enquanto estudava o caso de Sargol Xá, Martim Afonso de Sousa colocou em leilão a aduana local, que chegou a ser arrematada. Então, na versão de Correia, quando tudo parecia resolver-se, Martim Afonso de Melo mandou ameaçar os licitadores, pelo que a arrematação ficou sem efeito, e despachou Miguel de Aiala, da privança do governador, para Goa com dinheiro a fim de impedir a partida de Sargol Xá, que já se encontrava a bordo de um navio. Foi decidido desembarcar o rei e enviar o secretário do Estado António Cardoso para lavrar nova devassa ao comportamento do rei. Todavia, Correia, o cronista que mais dados forneceu, não mencionou a outra tarefa do secretário, rever o regimento da alfândega. Tal medida não era isolada, já que abarcava as principais fontes de receitas do Estado (Ormuz, Goa e Malaca), tendo sido despachado ao mesmo tempo Simão

[7] *In* Simão BOTELHO, «Tombo do Estado da Índia», *in* Rodrigo José da Lima FELNER, *Subsidios para a Historia da India Portugueza*, Lisboa, Real Academia das Ciências, 1868, pp. 85-86.

Botelho para Malaca, reservando-se o próprio governador a reforma da aduana goesa que concluiu em 1544 [8].

António Cardoso não só ilibou a actuação do capitão em toda esta história, como conseguiu obter do filho de Sargol, que ocupava interinamente o trono, a cedência completa da alfândega para remir a dívida acumulada pelos soberanos locais. Em compensação, a Coroa portuguesa passava a pagar uma tença anual ao monarca e à família real, bem como ao guazil, mas os cargos ocupados por muçulmanos no aparelho administrativo de Ormuz continuavam a ser de nomeação régia. Perante os protestos, António Cardoso incluiu a renda da casa das urracas no património régio ormuziano. Só que outras fontes de receitas foram sonegadas ou esquecidas, como a do equecerá [9], a da ramia, a Casa da Moeda e os proventos retirados das possessões da talassocracia ormuziana. O secretário regressou a Goa com a missão terminada e, segundo Correia, «se disse geralmente que trouxera muyto dinheiro e riqas cousas pera o Gouernador, pera que nom consentisse a ElRey d'Ormuz tornar ao seu Reino» [10].

A acusação que circulava na Índia devia ter algum fundo verídico, já que Martim Afonso de Sousa era conhecido pela cupidez com que espremia possíveis fontes de receitas para proveito próprio. Uma vez cumprida a sua parte, o governador decidiu enviar Sargol Xá para Ormuz na companhia do novo capitão, Luís Falcão, em 1544, com instruções para o colocar no trono, já que Martim Afonso de Melo terminava o seu tempo. Só que Sargol morreu pouco depois da chegada, mais uma vez sob a suspeita da peçonha segundo a pena de Correia, porque queria castigar quem fora responsável pelo seu exílio. Apesar dos indícios que apontavam o envenenamento, o cronista justificou a ausência de inquérito «porque a nom ha como entrão peitas, que estes são os bocados com que engordão os capitães que vem pobres do Reino».

Tal descrição poderia aplicar-se a Luís Falcão como a qualquer predecessor e sucessor, revelando um padrão de comportamento que o remanescente século XVI se encarregaria de sublinhar. Mas um novo dado surgiu desta vez, prefigurando algo que se instituiria com regularidade no futuro. Antes que Torun Xá (Tûrân Shâh V, r. 1543-1565), o filho menor do defunto Sargol, fosse proclamado soberano na mesquita principal de Ormuz, Luís Falcão obrigou-o a reconhecer que a sua acessão dependia da aprovação do Governador da Índia e que, em caso de necessidade, poder-lhe-iam ser pedidos todos os recursos do Reino. Torun Xá viu-se ainda obrigado a

---

[8] *In* Gaspar CORREIA, cit., Tomo IV, parte I, pp. 210-211, 271-275; Diogo do COUTO, *Década* 5.ª, IX, 3 e 5.

[9] Dalgado não faz qualquer referência tanto à origem como ao significado de equecerá. Luís Filipe F. R. Thomaz é da opinião de que será de origem persa, já que «eque» poderá corresponder a *yek* «um». «Um centésimo» seria *yek çadom*, aproximando-se do significado da renda do equecerá, 1% taxado às mercadorias em passagem por Ormuz.

[10] *In* Gaspar CORREIA, *idem*, *ibidem*, p. 310; Diogo do COUTO, *Década* 5.ª, IX, 5; Simão BOTELHO, «Tombo do Estado da India», *in* Rodrigo José de Lima FELNER, cit., pp. 86-87.

reconhecer que cumpriria os contratos e obrigações vigentes, assim como os seus sucessores, sob pena de ser declarado traidor e perder o trono. Tal documento resultou de uma acção concertada entre as diversas autoridades portuguesas, as quais obtiveram a assinatura do infante rei e da elite ormuziana [11].

Gerir expectativas a médio prazo

Embora a Fazenda Real ficasse com a totalidade das receitas da alfândega desde o acordo de 1543, em troca do pagamento da anuidades ao rei, família real, criados, corte e guazil, Torun Xá conservou uma parte importante dos rendimentos do reino, como a renda do equecerá e a Casa da Moeda de Ormuz. Para além disto, o monarca continuava a nomear os oficiais da administração, fisco e justiça, e era ainda a suprema autoridade judicial sobre os não-portugueses residentes ou de passagem em Ormuz. O monarca mantinha ainda autoridade directa sobre parcelas significativas do reino de onde provinham parte substancial dos rendimentos, como o Barém (Bahrain) e Julfar (Julfâr). Mas um menor no trono como Torun Xá, era um convite para eclodirem conflitos na periferia, como ocorreu na restinga do golfo Pérsico que separa o Barém de Catifa (al-Qatîf) por volta de 1544-1545. A guerra acabou por afectar os barcos de Ormuz atracados em Catifa, incendiados quando Reix Mamed (Ra'îs Ahmad) governador de Barém atacou Catifa, e alastrou-se a Baçorá para onde o derrotado rei de Laçaa (al-Hassâ), Xeque Maneng Bem Rasyd (Shaykh Mâni' b. Rashîd), procurou vingar os seus direitos ao trono de Baçorá (al-Basra), visto ser familiar do rei morto que deixara um filho menor, tendo ocupado a cidade com apoio da «principal jemte da terra» conforme informou Reis Racanodim a Rex Xarrafo.

Mas ao prender os mercadores do Barém e apreender os barcos e mercadorias destes, o Xeque alienou o apoio que tinha e levou os mesmos que lhe tinham aberto as portas a aclamar como soberano um seu familiar, Xeque Yhayha (Shaykh Yaḥyâ), que expulsou Maneng para Laçaa e restabeleceu as ligações comerciais normais no Golfo. Mas esta situação seria de curta duração. Em 1546, os otomanos, suseranos de Baçorá já desde 1534, tornaram-se nos senhores de facto da cidade ao ocuparem-na militarmente e ao nomearem directamente o governador. Para piorar a situação económica, D. João de Castro mandou cortar as relações comerciais com Baçorá, algo não aplicado na realidade. O guazil de Ormuz, o regressado Rex Xarrafo, entabulou negociações secretas com o governador militar de Baçorá e com a Porta, na pessoa de Solimão (Sulëyman, r. 1520-1566), com fins dúbios. Em pano de fundo, houve duas expedições otomanas no Índico oci-

[11] *In* Gaspar Correia, *idem, ibidem*, pp. 337-338, 399-400.

dental, a de Pirbec (Pîrî Re'is) e de Ale Chelobi (Seydi 'Ali Re'îs), que de 1549 a 1554, prejudicaram o tráfico comercial no Golfo, para além de terem atacado possessões ormuzianas e cercado o próprio centro da talassocracia [12].

Por paradoxal que possa parecer, a instabilidade política e económica beneficiou aparentemente Torun Xá durante o seu reinado, já que conseguiu reequilibrar as relações institucionais em Ormuz com habilidade. A sua adesão ao xiismo garantiu-lhe ainda o favor político dos Safévidas na pessoa de Xathamas (Shâh Tahmâsp I, r. 1524-1576). O Sofi isentou o rei de Ormuz do pagamento da mocarraria [13] durante todo o seu reinado, o que salvaguardou as possessões ormuzianas no litoral persa. Mas o fim do reinado de Torun Xá V foi marcado pelo conflito com o seu guazil, Rais Xarrafo, ao não querer autorizar a transmissão de propriedades no Barém ao seu filho e sucessor no guazilato, Rais Nordim Eroxá (Ra'is Nûr al-Dîn).

Só que ao morrer sem herdeiros directos em 1565, Torun Xá abriu o caminho do trono ao primo, Mamu Xá (Mahmûd Shâh, r. 1565), um filho de Turân Shâh IV (r. 1517-1526), que se encontrava desterrado em Goa. Diogo do Couto deu-lhe esta filiação, mas acrescentou que o governador Nuno da Cunha o trouxe consigo para Goa na companhia do pai de Torun Xá V, Sargol Xá. Ora Sargol era filho de Ceifadim e sobrinho de Torun Xá IV, pelo que não podia ser irmão de Mamu Xá. Por outro lado, Sargol só seguiu exilado para Goa em 1532 e não em 1528, ano em que aparentemente Couto colocou a ida de Mamu Xá. Todavia, ao referir que este príncipe foi exilado em 1528 para evitar alterações, não era assim tão descabido quanto isso, tendo em conta os acontecimentos ocorridos nesse ano em Ormuz.

Em 1565, Mamu Xá era um homem de idade, pelo que a sua presença em Ormuz passado tanto tempo não causaria alterações. Assim, Mamu Xá partiu para Ormuz na companhia do novo capitão, D. Pedro de Sousa, mediante licença do vice-rei, para, nas palavras da Couto, «ir morrer na sua natureza, e enterrar-se na cova dos seus avôs». Na sua companhia embarcou

---

[12] *In* Gaveta 15-11-2, «Treslado da carta de Reis Rocanadim para Rex Xarrafo», s/l (Ormuz), s/d (c. 1545), *in* A. da Silva Rego, *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. iv, Lisboa, CEHU, 1962, pp. 357-359; Halil Inalcik, «The Heyday and Decline of the Ottoman Empire», *in* P. M. Holt, Ann K. S. Lambton, Bernard Lewis, *The Cambridge History of Islam*, vol. IA, *The Central Islamic Lands from Pre-Islamic Times to the First World War*, Cambridge, Cambridge University Press, 1970, pp. 331-332.

[13] Do árabe *muqarrariyya*, descreve uma das duas entradas principais dos registos de contas mensais e anuais dos Ilkhânidas, sob as quais caíam os pagamentos regulares (*muqarrar*) feitos anualmente por ordem do soberano aos cadis (*qâdîs*), xeques (*shaykhs*), cides (*sayyids*), estudantes, oficiais fiscais, etc. Cf. J. van Lent e P. J. Bearman, *The Enciclopædia of Islam. New Edition. Glossary & Index of Technical Terms to Volumes I-VIII*, Leida, Brill, 1997, *s.v.* Em Ormuz representava o montante pago anualmente pelo rei local aos monarcas das regiões por onde passavam as rotas comerciais, marítimas e terrestres, que irradiavam da ilha de Gerum. Sem estes pagamentos, na prática uma forma encoberta desses soberanos conduzirem um comércio privilegiado com Ormuz, as cáfilas podiam ser detidas e saqueadas, prejudicando as receitas ormuzianas.

o filho Farraco Xá (Farrukh Shâh), nascido em Goa da sua relação com uma «moura de Dabul». Mamu Xá deve ter chegado pouco antes ou pouco depois da morte do primo, pelo que, com apoio de D. Pedro de Sousa, foi proclamado rei de Ormuz. O seu reinado foi efémero, tendo durado catorze dias. Sucedeu-lhe o filho, Farraco Xá (r. 1565-1602), cujo longo governo espelhou as crescentes debilidades internas de Ormuz, tanto face às forças centrífugas, as autoridades portuguesas e o guazil, como às centrípetas, as antigas chefaturas da periferia que, face a um centro fraco, se independentizaram gradualmente [14].

A acessão de Farraco Xá enfraqueceu ainda mais o já de si frágil equilíbrio interno pelas concessões feitas ao guazil Rais Nordim Eroxá de palmares e casas em Barém às expensas dos usufrutuários locais, contribuindo assim para o crescimento do ressentimento árabe. Farraco Xá cedeu ainda a renda do equecerá de Ormuz e da ramia [15] de Julfar ao guazil, o que reduziu os seus rendimentos pessoais e dificultou a coesão da talassocracia ormuziana, dado não poder manter as redes clientelares que giravam em torno da corte ou da família real. O novo acordo relacionado com o pagamento das mocarrarias em 1567, que alterou o acordado em 1543, enfraqueceu ainda mais o papel do monarca no mercado local e aumentou o ascendente do guazil. Este consolidou mais tarde o seu poder mediante o casamento da sua irmã com Farraco Xá, o qual reconheceu a preeminência dos filhos deste matrimónio na sucessão [16].

A progressiva intromissão portuguesa na esfera de actuação económica do soberano no mercado local, com a nomeação de portugueses para cargos anteriormente providos pelo rei, caso do corretor dos cavalos, prejudicou a coesão da rede clientelar alimentada por Farraco Xá. Para além disto, os capitães de Ormuz intrometeram-se cada vez mais nos canais comerciais onde Farraco Xá operava, principalmente no importante mercado perlífero do Barém e na exportação de cavalos a partir de Catifa. A tentativa de colocação de um castelão na fortaleza do Bandel do Comorão (Bandar Gombrun, o futuro Bandar 'Abbas), gorada por via da decisão de um tribunal português, evidenciava a apetência portuguesa para tornar o monarca cada vez mais numa figura decorativa.

---

[14] *In* Diogo do Couto, *Década* 7.ª, X, 7; A. Silva Rego, DUP, vol. II, p. 62.

[15] Desconhecemos a origem desta palavra, mas trata-se de um imposto sobre a pesca cobrado aos barcos que utilizavam o porto de Julfar. De recordar que o peixe seco constituía, a par das tâmaras e dos cavalos, os produtos de maior exportação das costas omanitas. Dalgado não registou este vocábulo e Jean Aubin na transcrição de um documento do século XVI deu tão só o significado da renda, não fornecendo mais explicações sobre a sua origem etimológica, cf. Jean Aubin «Documents Européens», n.º 1, «Titolo das remdas que remde a ylha d'Orumuz», in *Mare Luso-Indicum*, 2-1973, p. 219.

[16] *In* J. H. da Cunha Rivara, *Archivo Portuguez Oriental*, (doravante APO seguido do número do fascículo, parte e documento), 5-2-703 (Reimpressão da edição goesa de 1857-1866), Nova Deli, Asian Educational Services, 1992, «Provisão de D. Sebastião», Lisboa, 10/02/1571, pp. 758-760; Diogo do Couto, *Décadas*, 5.ª-X-1; DUP, vol. I, pp. 201-210.

Por outro lado, o baixo valor e o atraso no pagamento das mocarrarias, sobretudo a soberanos na esfera de influência de Ormuz, como o caso do rei do Mocarão (Makrân), levou estes a cortarem progressivamente laços com Farraco Xá. Alguns autonomizaram-se, caso do xeque de Sohar (Suhâr), mas o facto mais importante decorrente do atraso na liquidação da mocarraria foi o fim da neutralidade dos Nautaques e dos Niquilus, alimentando desta forma a instabilidade na navegação comercial nos golfos Pérsico e de Omã. Os Naquilus não se dedicaram só a pilhar a linha comercial de Ormuz para Baçorá, restabelecida a partir do decénio de 1560, como ainda desviaram parte da produção de aljofre do Barém, prejudicando os canais de abastecimento português, mormente o do capitão de Ormuz. Os Naquilus contavam com o apoio do rei de Lara (Lâr, Ibrâhîm Khân), que não só cedeu bases logísticas de operações como veio a fornecer ajuda militar em 1586. A expedição punitiva lançada nesse ano contra as actividades dos Naquilus, comandada por Pedro Homem Pereira, redundou num fracasso clamoroso para as armas portuguesas, conforme a narração que dele fizeram Diogo do Couto e o «soldado prático» Francisco Rodrigues Silveira [17].

Esta instabilidade contribuiu para a diminuição das receitas advenientes da taxação do tráfico mercantil, a base de sustentação do empório ormuziano, não tanto pelo rendimento em si, uma vez que subiu de 51.000$000 em 1581 para 54.000$000 em 1588, mas sim pelo aumento da despesa, que passou de 11.705$267 para 17.368$547. Este facto, aplicável ao resto do Estado da Índia, não deixou de se registar até à queda de Ormuz, em 1622. A isto somava-se ainda a turbulência vívida no golfo Pérsico no início da década de 1580, com os ataques desferidos por Alibec (ʻAli Bey) na costa omanita, tendo Mascate sido saqueada em 1581, o que semeou o pânico nas rotas comerciais do Golfo e do Índico. Para completar o quadro de dificuldades de Ormuz, o antagonismo entre o Sofi e o Turco prejudicou o mercado financeiro, com a diminuição do fluxo de prata e, consequentemente, dos rendimentos auferidos pelo soberano do registro e recunhagem da moeda de prata, à excepção de *reales* e larins, na Casa da Moeda. A este movimento juntava-se a expansão Safévida sob Abas (ʻAbbâs, r. 1587-1629), que anexou progressivamente as possessões ormuzianas encravadas no litoral persa. Esta limitação dos rendimentos do rei de Ormuz tornava-o cada vez mais dependente da anuidade paga das receitas alfandegárias. Só que os 1920 xerafins estipulados para ele, dez familiares e 50 criados não tinham sido actualizados desde que o estipêndio fora estabelecido em 1543 [18].

---

[17] *In* Diogo do Couto, *Década* 10.ª-VI-10 e VII-17; Costa Lobo [Ed.], *Memórias de um soldado na Índia*, Lisboa, 1987, pp. 45-51.

[18] *In* Biblioteca Nacional de Lisboa, Fundo Geral (doravante BNL-FG), códice 11.410, «Orçamento de 1610», fl. 108v; Francisco Paulo Mendes da Luz (ed.), *Livro das Cidades e Fortalezas*, fls. 35-36v, in *Stvdia*, 6-1960; Artur Teodoro de Matos, *O Estado da Índia nos anos de 1581--1588*, Ponta Delgada, 1982, p. 65.

Apesar da diminuição de rendimentos, era costume os reis de Ormuz emprestarem dinheiro ao capitão da fortaleza entrante, mau grado a sua proibição por ordens do Reino. Este empréstimo era feito a coberto da cedência de alguns direitos que o monarca ainda detinha, como a renda das barcas e serviços dos cavalos, e direitos dos mantimentos, que montava em cerca de 40 000 xerafins por triénio. A partir de 1585, Filipe I (r. 1580-1598) mandou instaurar residências a todos os capitães saintes. Embora enquadrada na legislação geral para o Estado, no caso de Ormuz as residências incidiram particularmente sobre dois itens: os empréstimos e o mau tratamento infligido pelo capitão ao rei. A alteração legislativa coincidiu com um período de conflito do capitão, na altura Matias de Albuquerque, com Farraco Xá I. O capitão criou um candidato para disputar o trono na pessoa de xeque Joete, filiando-o num casamento de Torun Xá V com uma mulher da ilha de Queixome (Qishm). A disputa em torno da sucessão decorreu na Relação de Goa até 1587-1589 pelo xeque, falecido em circunstâncias misteriosas, e continuou a ser querelado pelo filho, D. Jerónimo Joete.

Tanta interferência de Matias de Albuquerque acabou por fazer eclodir um conflito entre as autoridades portuguesas e a elite ormuziana graças ao seu proselitismo militante. Tudo ocorreu devido ao desejo de conversão, induzido ou voluntário, de dois filhos do guazil, Rais Nordim Eroxá, Rais Lamixá (Ra'îs al-Amîn Shâh ?) e da filha Bifátima (Bîbî Fâtima), casada com um filho de Farraco Xá e presumível sucessor do trono. Bifátima acabou por ser baptizada de forma aventurosa com a conivência de Matias de Albuquerque, mas o caso originou protestos generalizados e armados em Ormuz, tendo Farraco Xá pedido a devolução da nora mediante o apoio de uma hoste militar pertencente ao governador do Magostão (Mughistân), Reis Bardadin (Ra'îs Burhân al-Dîn ?), estacionada perto.

O caso não deflagrou em guerra aberta, porque as autoridades ormuzianas temeram o poder de fogo da fortaleza e concordaram com a proposta de Matias de Albuquerque sobre a realização de um encontro entre as partes para decidir o futuro da conversa, mas antes foi proclamado um recolher obrigatório na cidade a fim de serenar os ânimos e evitar possíveis acidentes. Bifátima, baptizada como D. Filipa, acabou por dizer que não desejava voltar a professar o islamismo, passo que o irmão seguiria pouco depois. Matias de Albuquerque levou-os consigo quando deixou Ormuz. D. Filipa casou com António de Azevedo e veio a receber a capitania de Ormuz com 11 000 cruzados de dote do vice-rei, D. Duarte de Meneses (1584-1588), mas morreu antes de o marido entrar na fortaleza. O irmão, D. Afonso Noradim, acompanhou Matias de Albuquerque de regresso ao Reino, onde foi educado no convento da Graça de Lisboa, e seguiu o protector de volta à Índia em 1590, mas morreu antes de chegar ao destino. Este caso parece não ter estado alheio ao proselitismo católico registado desde o III Concílio de Goa (1585), cujo decreto 3.º da 2.ª acção ordenava a destruição de pagodes, sina-

gogas, acrescida da expulsão dos judeus, e a destruição da maior mesquita de Ormuz [19].

Todavia, o mesmo decreto aconselhava precaução na adopção de medidas anti-islâmicas, recomendando o faseamento da acção destruidora das mesquitas e do grande alcorão [20] defronte da fortaleza por razões políticas. Do Reino, vieram ordens mais taxativas para refrearem o proselitismo pós-tridentino, com ordens para se respeitarem as tradições muçulmanas em Ormuz. Estas preocupações com o Islão prendiam-se com o alarme causado pela movimentação otomana no golfo Pérsico e pela conflitualidade existente em Ormuz depois do episódio dos filhos do guazil. Por seu lado, Farraco Xá manobrou para arregimentar apoios portugueses, procurando favorecer os seus partidários junto de Filipe I e queixando-se da intromissão dos capitães. Este tipo de queixas funcionava com regularidade, particularmente quando pendia sobre Ormuz qualquer ameaça, já que a ilha era considerada uma fonte de rendimento-chave para o Estado da Índia. Assim, em 1588, Filipe I procurou repor o equilíbrio em Ormuz mediante a extinção do imposto extraordinário de 1%, a demissão do corretor-mor e do arrumador, tendo ainda sido entregue ao vedor da Fazenda um maior controlo do mercado local, obviamente às expensas do capitão [21].

Enquanto isso, a querela entre o xeque Joete e Farraco Xá decorria na Relação de Goa sem se vislumbrar o desenlace. As instruções provenientes do Reino ordenavam a aplicação da sentença da Relação, independentemente do teor desta. No final da década de 1580 e início da de 1590, vieram também ordens para o capitão de Ormuz estabelecer ligações directas com os potentados do Barém, à margem dos canais do soberano. Não era de excluir que a ilha de Barém se tivesse autonomizado progressivamente desde o episódio das doações de 1565, graças à animosidade das elites da periferia face ao poder do soberano num momento de enfraquecimento deste. Por outro lado, o alerta anti-otomano nas águas do golfo Pérsico, que continuou em vigor até à centúria seiscentista, levou as autoridades portuguesas a estreitar as relações com o Barém por razões de defesa. A penetração portuguesa, ou antes, a interferência do capitão de Ormuz no Barém

---

[19] *In* APO, 4, «Terceiro Concílio Provincial de Goa», 2.ª Acção, Decreto 3.º, p. 122; Boletim da Filmoteca Ultramarina Portuguesa (doravante BFUP), n.º 2, «Alvará de Filipe I», Lisboa, 26/03/1585, p. 173; «Carta de Filipe I para D. Duarte de Meneses», Lisboa, 13/02/1587, p. 273; «Vida e acções de Mathias de Albuquerque capitão e viso-rei da Índia» (editado por Antonella VIGNATI), separata da *Mare Liberum*, 15-17 (1998-1999), pp. 62-74; José WICKI «Matias de Albuquerque, 16.º vice-rei da Índia 1591-1597», in *Stvdia*, 48-1989, p. 85.

[20] *Alcorão* tem dois significados: o «livro sagrado dos muçulmanos» (al-Qur'ân) ou o minerete, como neste caso; cf. DALGADO *Glossário*, *s.v*. O minerete da grande mesquita não foi destruído, pois Fr. Gaspar de São Bernardino viu-o *in situ* quando passou por Ormuz em 1607; cf. Fr. Gaspar de São BERNARDINO, *Itinerário da Índia por terra até à ilha de Chipre* (Introdução e notas de Augusto Reis MACHADO), Lisboa, 1953, p. 128. Esta relação mencionou ainda a sinagoga, pelo que as ordens do concílio goês não foram pura e simplesmente aplicadas.

[21] *In* BFUP, n.º 2, «Carta de Filipe I para D. Duarte de Meneses», Lisboa, 1/03/1588, p. 276.

e, consequentemente, em Catifa, não cessou de crescer desde esta data, pelo que foi necessário a intervenção da Coroa durante o decénio de 1590 para refrear a apetência dos capitães nestes dois mercados às expensas de Farraco Xá [22].

A nomeação de Matias de Albuquerque (1591-1597) como vice-rei da Índia marcou um novo período no relacionamento das autoridades locais com as goesas. Apesar das indicações recebidas no início do governo para manter boas relações com Farraco Xá, invertendo o tratamento proporcionado enquanto fora capitão de Ormuz, o novel vice-rei favoreceu as pretensões do filho do seu antigo candidato ao trono, D. Jerónimo Joete, procurando influenciar os círculos administrativos do Reino a favor das pretensões do seu protegido. O catolicismo de D. Jerónimo Joete tornava-o no candidato ideal para o trono. Tal política enquadrava-se numa linha mais vasta debuxada para o Índico Ocidental, a qual favorecia os reis cristãos ou a sucessão em candidatos conversos, como tinha vindo a acontecer um pouco com os monarcas aliados na costa Suaíli. A meados da década de 1590, reapareceu o debate em torno do derrube dos edifícios e da proibição de cerimónias não cristãs em Ormuz, pedindo o Reino novamente pareceres de teólogos e canonistas para tomar uma solução definitiva [23].

Com a grave crise económica que atingiu o empório ormuziano c. 1595, eclodiu uma querela entre o soberano e o guazil, que a aliança matrimonial tinha apenas adiado. Mais do que o reflexo da crise económica, o que detonou o conflito foram as perspectivas delineadas para a sucessão de Farraco Xá, há mais de trinta anos no trono. A gestão dos interesses em torno da sucessão, de certo modo vinculativa dos direitos dos filhos tidos do matrimónio de Farraco Xá com a irmã de Rais Nordim, Mira Faru Xá (Mîr Fîrûz Shâh) e Mira Sargol Xá (Mîr Salgur Shâh), face às pretensões dos filhos de outros casamentos fez eclodir uma crise dinástica em Ormuz pelos anos de 1596-1597. A indefinição quanto ao sucessor acabou por afectar todo o relacionamento institucional na ilha de Gerum, limitou a influência e o funcionamento das instituições locais, e abriu caminho para a intervenção portuguesa.

Ao mesmo tempo o novo vice-rei, o conde da Vidigueira (1597-1600), com apoio da Coroa, procurou arranjar um novo equilíbrio institucional em Ormuz entre as autoridades portuguesas e as locais. O objectivo desta política visava cercear as pressões do capitão, bem como as de outros oficiais portugueses, mediante uma maior fiscalização por parte do vedor da Fazenda. Para esse fim, a Coroa devolveu a Farraco Xá o poder de nomear os

---

[22] *In* BFUP, n.º 2, «Carta de Filipe I para D. Duarte de Meneses», Lisboa, 26/03/1589, p. 298; «Carta de Filipe I para D. Duarte de Meneses», Lisboa, 6/02/1589, pp. 300-301; «Carta de Filipe I para Matias de Albuquerque», Lisboa, 12/01/1591, p. 307.

[23] *In* BFUP, n.º 2, «Carta de Filipe I para Matias de Albuquerque», Lisboa, 16/02/1591, p. 195; «Carta de Filipe I para Matias de Albuquerque», Lisboa, 3/02/1594, p. 213; «Carta de Filipe I para Matias de Albuquerque», Lisboa, 12/01/1591, p. 307; «Carta de Filipe I para Matias de Albuquerque», Lisboa, 18/02/1595, p. 326.

seus súbditos para certos cargos, como o corretor de cavalos, tendo em vista aumentar as receitas da alfândega. Foi neste novo quadro político que os possíveis herdeiros trataram de influenciar D. Francisco da Gama para melhor se posicionarem na corrida à sucessão. Em 1598, Mira Faru Xá apresentou a sua posição ao vice-rei por meio de diversas cartas, onde afirmou possuir um formão de seu pai em que o nomeava sucessor no trono, tendo ainda enviado um representante, Baltasar Pinheiro, a Goa para apresentar o seu caso. Paradoxalmente, Farraco Xá não deixou transparecer o conflito que grassava na sua família em torno da sucessão na correspondência que manteve com o vice-rei.

Contudo, a gestão das expectativas sucessórias já tinha ultrapassado a capacidade de manobra das instâncias locais, porque o mau relacionamento institucional entre rei e o guazil tinha colocado em xeque a política de reequilíbrio institucional introduzida pela Coroa em Ormuz. Nos dois últimos anos de Quinhentos, na troca epistolar mantida entre a Coroa e a administração goesa propugnavam a substituição de Farraco Xá por um dos seus filhos. Neste ponto ambos os círculos administrativos estavam de acordo, mas divergiam quanto ao partido a tomar. Enquanto Filipe I por carta de 1598 privilegiava as relações com Rais Xarrafo, D. Francisco da Gama escolhia como seu candidato Mira Faru Xá, argumentando que esta candidatura limitaria o poder do guazil, o que não aconteceria se o herdeiro fosse escolhido entre os restantes sobrinhos de Rais Xarafo. D. Francisco da Gama recomendou ainda a abdicação de Farraco Xá, seguida do casamento de Mira Faru Xá com uma filha do guazil para apaziguar eventuais conflitos. O vice-rei deu instruções precisas no caso da morte repentina do rei e ordenou a sucessão provisória de um dos candidatos até vir confirmação de Goa. Na perspectiva do conde da Vidigueira, a importância de Ormuz justificava ainda o fim imediato da demanda judicial entre Farraco Xá e D. Jerónimo Joete. Argumentava o vice-rei que um parecer favorável da Relação de Goa ao candidato cristão, e tudo indicava que a decisão seria nesse sentido, provocaria um levantamento generalizado contra os portugueses, à imagem do que sucedera na Costa Suaíli com os soberanos convertidos [24].

---

[24] *In* Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Miscelâneas Manuscritas do Convento da Graça de Lisboa* (doravante Graça), caixa 2-3.º, «Carta de Mira Faru Xá para o conde da Vidigueira», Ormuz, 16/04/1598, fl. 263; «Carta do Príncipe de Ormuz [Mira Faru Xá ?] para o conde da Vidigueira», Ormuz, 20/04/1598, fl. 289; «Carta de Farraco Xá I para o conde da Vidigueira», Ormuz, 1598, fl. 321; Graça, caixa 3-6.º L, «Carta de Filipe II para o conde da Vidigueira», Lisboa, 21/11/1598, fls. 251-260; «Carta de Filipe II para o conde da Vidigueira», Lisboa, 29/06/1599, fl. 471; «Carta de Filipe I para o conde da Vidigueira», Lisboa, 15/01/1598, fls. 480-481; BNL-FG, códice 1976, «Carta do conde da Vidigueira para Filipe I», Goa, s/d [1597], fls. 33v-34; «Carta do Estado», s/d [1597], fls. 7-11; «Carta do conde da Vidigueira para Filipe I», Goa, s/d [1599], fls. 136-140v; «Carta do conde da Vidigueira para Filipe I», Goa, s/d [1599], fls. 144-147; «Carta do conde da Vidigueira para Filipe II», Goa, 23/12/1599, fls. 141-143v; «Carta do conde da Vidigueira para Filipe II», Goa, 28/12/1599, fls. 169-172; BFUP, n.º 2, «Carta de Filipe I para o conde da Vidigueira», Lisboa, 21/11/1598, p. 234.

Lutas dinásticas no acaso de Ormuz

A morte de Farraco Xá em Janeiro/Fevereiro de 1602 agudizou o conflito sucessório por não estar nada decidido. No Reino, os diferentes círculos administrativos discutiam ainda a substituição do anoso Farraco Xá por Mira Faru Xá, retomando a proposta realizada no final de Quinhentos por D. Francisco da Gama. Contudo, esta deliberação só veio a ser adoptada em 1603, quando Farraco Xá já tinha falecido. O vice-rei, Aires de Saldanha (1600-1605), favoreceu a candidatura de Mira Faru Xá contra a de Mira Torun Xá, passando para o efeito uma provisão ao primeiro. O irmão preterido não abandonou a disputa sucessória e começou a litigá-la na Relação de Goa. A situação complicou-se mais ainda com a interrupção das cáfilas para o Bandel do Comorão por acção de Cambarbeque (Camber Beg), sob o pretexto do não pagamento das mocarrarias. O expansionismo Safévida, que acabara de conquistar o Barém e Lara, aproveitou a confusão em torno da sucessão ao trono em Ormuz para daí retirar proveitos imediatos.

A morte de Rais Xarafo por volta destes anos, 1603-1604, aumentou ainda mais a crise institucional vivida em Ormuz. Os sucessores no trono e no guazilato, Mira Faru Xá I (r. 1602-1609) e Rais Nordim (Ra'îs Nûr al-Dîn), foram obrigados a ceder parte da sua jurisdição para obterem a confirmação dos cargos. O novo rei só veio a ser reconhecido *de jure* como monarca mediante uma provisão de Filipe II (r. 1598-1621) datada de 1605, a qual não excluía a possibilidade de Mira Torun Xá vir a subir ao trono caso a Relação de Goa deferisse o processo. O candidato litigante escreveu a Filipe II sobre o seu caso e propôs deslocar-se ao Reino para o advogar pessoalmente junto do soberano.

Rais Nordim, empossado no cargo apesar de só ter quinze anos, pediu a Filipe II a confirmação de todas as doações feitas pelos reis de Portugal ao guazilato, entre elas a do cargo de juiz da alfândega. O novo rei via os seus rendimentos cada vez mais limitados pelas concessões que fora obrigado a fazer aos capitães e pela própria situação económica do Golfo. As despesas realizadas de 1602 a 1604 deixaram extenuados os recursos financeiros do tesouro pessoal de Mira Faru Xá I, já de si endividado pelas obrigações contraídas pelo pai para manter a corte e a rede clientelar, tendo o novo rei pago provavelmente as mocarrarias em atraso ao Sofi. Mas as rendas do guazil não foram afectadas da mesma maneira, já que a legislação emanada de Goa no início de Seiscentos protegia a fatia de mercado controlada pelo guazil das atitudes coercitivas do capitão e de outros oficiais portugueses. A má situação económica generalizada aumentou as pressões destes sobre o monarca de Ormuz. Para aliviar a pressão portuguesa, Mira Faru Xá voltou a favorecer alguns oficiais portugueses [25].

---

[25] *In* APO, 6-1226, «Alvará de Aires de Saldanha», Goa, 6/11/1601, pp. 1032-1033 (renovado a 14/03/1614); APO, 6-328, «Alvará de D. Fr. Aleixo de Meneses», Goa, 16/12/1605,

Os rendimentos de Mira Faru Xá não cessaram de diminuir devido a pressões externas. Em 1606, o Cão de Lara barrou novamente a passagem das cáfilas do e para o Bandel do Comorão. Para piorar a situação, o capitão, D. Pedro Coutinho, apossou-se de todas as rendas alternativas do monarca em Ormuz. Os rendeiros da alfândega também contribuíram para reduzir mais a presença de Mira Faru Xá no mercado local, na tentativa de controlar todas as rotas comerciais em torno da ilha. O equilíbrio institucional introduzido pela Coroa no fim de Quinhentos volatilizara-se ainda com a fragilização da posição real devido à quezília sucessória a decorrer em Goa.

A morte do querelante Mira Torun Xá c. 1607 não encerrou o processo a decorrer na Relação de Goa, já que as ordens recebidas do Reino foram no sentido de o processo continuar a ser avaliado apesar de a viúva se ter casado com Mira Faru Xá. A fragilização do poder político do soberano continuou com a cedência às deliberações do V Concílio Provincial de Goa, quando em 1607-1608 anuiu com o arcebispo governador D. Fr. Aleixo de Meneses na destruição dos três banhos públicos de Ormuz que, segundo o prelado, eram fontes do pecado nefando. O relativo apagamento do guazil por estes anos, deixou Mira Faru Xá sozinho para fazer frente aos excessos das autoridades portugueses. A crónica falta de pagamento de mocarrarias ocasionou mais uma incursão de Camberbeque ao Bandel do Comorão. No rescaldo desta, Mira Faru Xá e Rais Nordim pagaram uma contribuição extraordinária para saldar a dívida em atraso, tendo os mercadores de Ormuz contribuído à força com 25,2% da soma colectada. Por volta de 1608, Mira Faru Xá procurou recuperar o poder perdido refazendo a rede clientelar mantida por seu pai. O primeiro passo deu-se com a reconstituição de um «Livro da Nobreza de Ormuz», uma imitação do português «Livro das tenças», na qual se assentaria o nome dos membros da elite ormuziana que deviam prestar vassalagem a Mira Faru Xá, sobre os quais teria jurisdição própria sem interferência portuguesa. A morte de Mira Faru Xá no princípio de 1609 deixou incompleto o seu debuxo político, bem como o plano para recuperar as ligações económicas com os remanescentes mercados de Ormuz [26].

---

pp. 1039-1040 (renovado a 14/03/1614); APO, 6-329, «Alvará de D. Fr. Aleixo de Meneses», Goa, 16/12/1606, pp. 1040-1041 (renovado a 14/03/1614); BFUP, n.º 3, «Carta de Filipe II para Aires de Saldanha», Lisboa, 12/02/1603, p. 545; Bulhão Pato, *Documentos Remettidos da India ou Livros das Monções* (doravante DRI, seguido do volume e número de documento), (Lisboa-1880), I-3, «Carta de Filipe II para D. Martim Afonso de Castro», Lisboa, 26/02/1605, pp. 14-16; I-17, «Carta de Filipe II para D. Martim Afonso de Castro», Lisboa, 3/01/1607, pp. 53-55.

[26] *In* Arquivo Histórico Ultramarino (doravante AHU, seguido da caixa de documentos avulsos da Índia e número do documento), cx. 4-18, «Diligência de D. Jerónimo de Azevedo», Goa, 26/01/1616; APO, 4, «V Concílio Provincial de Goa (1606)», acção 2.ª, decreto 13.º, p. 211; José Inácio de Abrances Garcia, Archivo da Relação de Goa, contendo documentos dos séculos XVII, XVIII e XIX até à organização da nova Relação pelo decreto de 7 de Dezembro de 1836 (Doravante ARG, seguido pelo volume e número do documento), Nova Goa, 1871, I-60, «Acordão da Relação», Goa, 3/12/1607, pp. 49-50; I-61, «Acordão da Relação», Goa, 3/12/1607, pp. 50-51; DRI, I-23, «Carta de Filipe II para D. Martim Afonso de Castro», Lisboa, 17/01/1607, pp. 79-80; DRI, I-79, «Carta de Filipe II para D. Martim Afonso de Castro», Lisboa, 15/03/1608,

A falta de um herdeiro directo e de um procedimento claro em caso de sucessão, permitiu mais uma vez a ingerência portuguesa. O capitão, D. Henrique de Noronha, reuniu na fortaleza os dois melhores candidatos ao trono: Mira Mofle e Mamede Xá (Muhammad Shâh), respectivamente o filho mais velho e o mais novo da primeira mulher de Farraco Xá. Os filhos de Mira Torun Xá, cuja mulher se tinha casado em segundas núpcias com Mira Faru Xá, e que continuavam a disputar a herança, foram afastados liminarmente do trono por D. Henrique. Mira Mofle dispunha de apoio nos meios mais tradicionais de Ormuz, nos moulanas [27] entre outros, enquanto Mamede Xá dispunha de apoio dos grupos mercantis ormuzianos e estrangeiros. O capitão acabou por aclamar Mamede Xá (r. 1609-1622) como o terceiro rei com esse nome em troca de um pagamento de 10 000 pardaus de larins (12 000 xerafins), a serem saldados enquanto o monarca continuava refém na fortaleza [28].

A sucessão foi contemporânea da missão do vedor da Fazenda, Garcia de Melo, a qual acabou por limitar a possibilidade de o soberano ormuziano interferir no mercado ormuziano ao nomear a Coroa os corretores. Contudo, o novo rei não revelou qualquer animosidade pública face à reforma, já que a sua preocupação se prendia de momento com a consolidação da sua posição política. Para tal, começou a substituir o grupo dirigente, em larga medida apoiante de Mira Mofle, pelo seu grupo de apoio, reforçando deste modo as ligações pessoais dos diferentes xeques e guazis das possessões da talassocracia ormuziana, principalmente as da costa árabe. Para esse fim, pediu e recebeu uma série de alvarás do vice-rei, Rui Lourenço de Távora (1609-1612). A jurisdição de Mamede Xá III sobre os seus súbditos foi assegurada para os proteger da ingerência dos capitães de Ormuz e de Mascate, particularmente os xeques e guazis que se deslocavam à ilha de Gerum para prestar vassalagem e pagar tributo. O próprio pagamento dos direitos alfandegários que ainda lhe eram devidos na xabandaria foi reconfirmado. Do ponto de vista político Mamede Xá averbou outra vitória, já que o vice-rei ordenou aos capitães que reconhecessem a proeminência protocolar do soberano em Ormuz [29].

---

pp. 218-219; DRI, I-124, «Alvará de Filipe II», Lisboa, 22/02/1610, pp. 362-363; DRI, I-130, «Carta de Filipe II para Rui Lourenço de Távora», 9/03/1610, p. 369; DRI, I-135, «Carta de Filipe II para Rui Lourenço de Távora», Lisboa, 16/03/1610, pp. 382-383; DRI, III-468, «Carta de Filipe II para D. Jerónimo de Azevedo», Lisboa, 14/03/1614, p. 137.

[27] Moulanas ou Mulás, do árabe *mollâ* ou *mullâ*, são mestres ou doutores da lei muçulmana; cf. DALGADO, *Glossário*, *s.v.*

[28] *In* AHU, cxs. 3-12, «Residência de D. Henrique de Noronha», Ormuz, 20/01/1615; DRI I-135, «Carta de Filipe II para Rui Lourenço de Távora», Lisboa, 16/03/1610, pp. 382-383; DRI II-347, «Carta de Filipe II para D. Jerónimo de Azevedo», Lisboa, 8/03/1613, pp. 381-383.

[29] *In* BNL-FG, códice 1975, «Carta de Rui Lourenço de Távora para Filipe II», Goa, s/d [1610], fls. 362-365v; APO, 6-1227, «Alvará de Rui Lourenço de Távora», Goa, 8/02/1610, pp. 1033-1034 (renovado a 14/03/1614); APO, 6-1228, «Provisão de Rui Lourenço de Távora»,

Apesar de tudo a questão da sucessão estava longe de se encontrar encerrada para Mamede Xá. No ano seguinte à sua aclamação, 1610, veio do Reino uma carta condenatória de todo o processo sucessório, o que colocou em xeque o novo soberano. Na óptica de Filipe II, Mamede Xá apenas era governador interino de Ormuz enquanto não se pronunciava a sentença da Relação de Goa sobre o caso de Mira Torun Xá e filhos. A questão complicou-se quando o candidato preterido, Mira Mofle, se queixou a Filipe II, aumentando para quatro o número de pretendentes em liça pelo trono. Para tentar resolver a questão sucessória, que não só agravou o conflito institucional em Ormuz como prejudicou a política de reequilíbrio institucional da Coroa, as autoridades reinóis procuraram estabelecer pela primeira vez um quadro legal para a sucessão. A situação só ficou clarificada com o alvará de 31 de Janeiro de 1612, o qual atribuía ao soberano português a palavra final na sucessão, podendo o capitão de Ormuz eleger apenas um governador interino após ter consultado e obtido a anuência do vice-rei [30].

A clarificação legislativa do Reino teve uma correspondência inversa na situação vivida em Ormuz. A viúva de Mira Torun Xá e de Mira Farraco Xá, entretanto consorciada com Mamede Xá III, pediu a Filipe II para reconhecer como herdeiro o seu filho mais velho. No meio da disputa, outro interessado, Mira Mofle, acusou-a de estar a envenenar toda a família para colocar no trono os filhos por ódio persa à cepa árabe da dinastia. Enquanto toda esta disputa decorria, as novas nomeações de Mamede Xá não foram aceites devido às contestações dos oficiais portugueses e da elite ormuziana afecta a Mira Mofle.

Apesar dos alvarás favoráveis de Rui Lourenço de Távora promulgados em 1611, o novo soberano não recebeu a lealdade de alguns oficiais ormuzianos nem o pagamento das rendas que lhe eram devidas. O enfraquecimento dos laços entre o monarca e os ocupantes de cargos, facilitado pela conflitualidade existente, aumentou com o início da querela entre Mamede Xá e o guazil Rais Nordim. A montante desta hostilidade jaziam as nomeações e confirmações dos cargos do reino de Ormuz que Mamede Xá podia fazer em virtude da legislação promulgada pelo vice-rei, bem como a defesa que o guazil fazia da candidatura dos filhos mais novos de Farraco Xá, entre os quais se encontrava Mira Sargol Xá (Mîr Salgur Shâh), seus primos direitos. Boa parte da conflitualidade fora fomentada pelos capitães de Ormuz para tirarem partido da situação. Só em 1613 Filipe II escreveu pela

---

Goa, 4/02/1610, pp. 1034-1036 (renovada a 14/03/1614); I-189, «Alvará de Rui Lourenço de de Távora», Goa, 18/02/1611, pp. 156-157; I-190, «Alvará de Rui Lourenço de Távora», Goa, 18/02/1611, pp. 157-158; I-191, «Alvará de Rui Lourenço de Távora», Goa, 18/02/1611, pp. 159-160; DRI, II-347, «Carta de Filipe II para D. Jerónimo de Azevedo», Lisboa, 8/03/1613, pp. 381-383.

[30] *In* DRI, I-134, «Carta de Filipe II para Rui Lourenço de Távora», Lisboa, 12/03/1610, pp. 382-383; DRI, II-227, «Alvará de Filipe II», Lisboa, 31/01/1612, pp. 149-150.

primeira vez a Mamede Xá, mas esclareceu que tal não implicava da sua parte a exclusão dos outros candidatos na querela sucessória [31].

Não era só a posição de Mamede Xá que se fragilizava, já que a de Rais Nordim sofreu uma erosão similar. O conflito entre os dois intensificou-se por acção do tesoureiro-mor, Coge Ceinadim, que, para reaver as rendas reais usurpadas ou simplesmente não pagas, começou a investigar as rendas do guazil, com o objectivo de recuperar algumas destas para as mãos de Mamede Xá. Para o fazer, Coge Ceinadim recorreu à reconfirmação de todas as doações feitas aos antecessores de Rais Nordim pelos reis de Ormuz. O propósito era que as duas partes chegassem a cedências mútuas que compensassem o depauperado tesouro régio.

Todavia, o guazil não aceitou o formão [32] emanado de Mamede Xá para o confirmar no cargo, nem outro qualquer associado, uma vez que o fim da medida era retirar-lhe os proventos económicos do cargo, que o monarca usaria para estabelecer lealdades políticas. Uma das principais fontes de receitas visada era o equecerá, o 1% taxado sobre toda a mercadoria em trânsito pela ilha de Gerum. Apesar de ter sido doada por Farraco Xá ao guazil em 1565, confirmada posteriormente pelos reis de Portugal, Mamede Xá pediu a sua incorporação nas rendas da coroa ormuziana. Para neutralizar a movimentação do soberano, o guazil pediu a Filipe II a reconfirmação de todas as doações e prerrogativas do guazilato desde a incorporação da ilha sob a suserania portuguesa em 1515. A fim de apresentar o ponto de vista de ambas partes a Filipe II, o rei e o guazil despacharam os seus representantes por terra.

A má situação económica da praça também não contribuiu para aumentar as receitas de Mamede Xá. Uma das principais rendas auferidas, os direitos pagos na Casa da Moeda pela recunhagem, arrendada c. 1615 a Agostinho da Costa, decaíram por desrespeito da lei vigente. Durante a vigência da capitania de D. Jorge de Castelo Branco (1611-1613), os Baneanes utilizaram Ormuz para reexportarem moeda de prata para a Pérsia e o Sinde (Sînd) sem pagarem direitos na Casa da Moeda. Uma sentença judicial obrigou-os a pagar os direitos devidos, mas, aproveitando a questão da sucessão, os Baneanes usaram mercadores portugueses como testas-de-ferro para passarem as moedas sem pagar. Como o capitão fazia o mesmo comércio, não acatou a decisão do tribunal nem atendeu às queixas de Mamede Xá.

---

[31] *In* ARG, I-187, «Alvará de Filipe II», Lisboa, 14/03/1614, p. 155; DRI, II-173, «Carta de Filipe II para Rui Lourenço de Távora», Lisboa, 17/02/1611, p. 38; DRI, II-333, «Carta de Filipe II para Mamede Xá», Lisboa, 1/03/1613, pp. 356-357; DRI, II-335, «Carta de Filipe II para D. Jerónimo de Azevedo», Lisboa, 2/03/1613, pp. 359-361; DRI, II-347, «Carta de Filipe II para D. Jerónimo de Azevedo», Lisboa, 8/03/1613, pp. 381-383; DRI, II-361, «Carta de Filipe II para D. Jerónimo de Azevedo», Lisboa, 20III/1613, pp. 407-408.

[32] Do étimo persa *farman*, derivado de *farmudan*, que significa «mandar», «ordenar»; *i.e.*, decreto, provisão ou carta régia; cf. DALGADO, *Glossário*, *s.v.*

A má situação económica da fortaleza por volta de 1613-1615 obrigou o capitão, bem como os outros oficiais portugueses, a captarem as receitas do rei. Uma dessas áreas foi a do comércio de pérolas de Julfar, monopolizado pelo capitão, que também confiscou parte dos tributos pagos ao soberano pelos seus vassalos árabes. De novo, para repor o equilíbrio institucional e impedir o ascendente do capitão sobre Ormuz, a Coroa e a administração goesa decidiram intervir. Em 1614, o Reino procurou restabelecer o equilíbrio institucional mediante a protecção dos direitos e rendas de Mamede Xá, renovando os alvarás de Rui Lourenço de Távora. O vice-rei, D. Jerónimo de Azevedo (1612-1617), legislou no sentido de proteger da ganância dos oficiais portugueses o quinhão de Mamede Xá na pesca de aljofre de Julfar. Ao mesmo tempo, Lisboa e Goa procuraram reequilibrar as relações entre o soberano e o guazil, e reconfirmaram as doações feitas aos antecessores de Rais Nordim desde o século XVI [33].

Foi nesta conjuntura que Mamede Xá patrocinou o ressurgimento do islamismo em Ormuz. Embora desde 1610 o proselitismo católico tivesse uma expressão reduzida, procurando apenas contrariar o culto público das religiões não cristãs, o passado recente não tinha apagado da memória local o encerramento dos banhos públicos e as tentativas de conversão forçadas. A pressão política safévida também deve ter contribuído para a adopção de uma presença católica mais serena. O soberano ormuziano procurou captar para si a população local, aparecendo como campeão de uma causa popular, defensor do islão. Uma parte do apoio de Mira Mofle, pelo menos o mais influente, provinha dos mulás, o que justificou a tentativa de captação destes partidários, esvaziando a base de suporte do seu irmão. Por outro lado, Mamede Xá prosseguiu uma linha de aproximação à Pérsia, evidenciada no seu casamento com uma persa, o da irmã Bibigapo/Biguapoi com um capitão do exército de Camberbeque, Xá Mansur (Shâh Mansûr), e na escolha de persas para postos-chave da administração, caso do tesoureiro-mor Coge Ceinadim. Depois de 114 anos sem obras importantes, o alcorão da grande mesquita de Ormuz foi reparado e iniciou-se um plano de construção de novas mesquitas, a arrepio das instruções emanadas de Lisboa e vigentes desde a centúria precedente. Em 1616, Filipe II ordenou o derrube dos novos edifícios, por terem sido construídos sem autorização [34].

Contudo, ao contrário do campo religioso, os planos económicos do soberano não surtiram efeito. Na realidade as suas receitas não paravam de

---

[33] *In* ARG I-187, Alvará de Filipe II, 14/III/1614, p. 155; ARG I-206, Alvará de D. Jerónimo de Azevedo, 26/XI/1614, pp. 172-173; DRI III-468, «Carta de Filipe II para D. Jerónimo de Azevedo», 14/III/1615, pp. 133-141; DRI III-469, «Carta de Filipe II para D. Jerónimo de Azevedo», 15/III/1615, pp. 141-143; DRI III-475, «Carta de Filipe II para D. Jerónimo de Azevedo», 20/III/1614, pp. 153-154.

[34] *In* DRI, III-468, «Carta de Filipe II para D. Jerónimo de Azevedo», Lisboa, 14/03/1615, pp. 133-141; DRI, III-699, «Carta de Filipe II para D. Jerónimo de Azevedo», Lisboa, 6/03/1616, pp. 441-442.

diminuir com o fim das possessões ormuzianas em território persa, tendo o Bandel do Comorão sido tomado em 1614, no mesmo ano em que uma armada persa efectuou uma razia em Julfar, à data o melhor banco perlífero controlado por Mamede Xá. A par disto, e devido ao aumento dos direitos cobrados em Ormuz, verificou-se o desvio das rotas marítimas para portos persas ou para outros que tinham pertencido à talassocracia ormuziana, como Sohar, cujas taxas eram mais baratas. O comércio marítimo sofreu ainda da concorrência da ressurgida via terrestre pelo Passo de Candar (Kandahâr), o que em conjunto com a pressão dos oficiais portugueses, mormente do capitão de Ormuz, contribuiu para a diminuição das receitas alfandegárias, o único sustentáculo financeiro certo do rei.

Estes reveses económicos não foram compensados por conquistas na área política. As disputas com Rais Nordim continuaram até serem resolvidas pelo casamento de um filho de Mira Torun Xá e da consorte de Mamede Xá, com uma filha do guazil, que era prima do nubente. Mas a disputa do trono não se resolveu com este casamento c. 1615-1616, apesar de o guazil ter deixado de advogar a causa dos outros primos, Mira Farraco Xá e Mira Sargol Xá. Todavia, o candidato preterido em 1609, Mira Mofle, continuou a reivindicar os seus direitos ao trono até à queda de Ormuz em 1622, mudando-se para Goa a fim de defender melhor o seu caso na Relação. O pretendente litigante insinuou junto das administrações goesa e lisboeta que o irmão mantinha ligações suspeitas com Abas e que favorecera os interesses persas para sacudir o domínio português, tendo repetido as acusações feitas em 1613, segundo as quais Mamede Xá tinha fornecido secretamente armas ao exército de Cambarbeque por intermédio do cunhado, Xá Mansur [35].

A degradação da situação económica de Ormuz foi acompanhada da de Mamede Xá, sobretudo por acção dos oficiais da fortaleza. A falta de recursos financeiros levou-o a pedir ao seu suserano português para extinguir um certo número de cargos da corte por falta de dinheiro para lhes pagar, já que as suas receitas dependiam quase por inteiro da renda anual paga na alfândega de Ormuz. Apesar disso, conseguiu manter laços de vassalagem com os guazis e xeques das possessões ormuzianas na costa da Arábia, que ajudaram os portugueses no seu esforço bélico na boca do golfo Pérsico desde 1620. Na véspera da conquista anglo-persa, Mamede Xá continuava a pedir a intervenção de Filipe II e de Filipe III (r. 1621-1640) para acabar com a prepotência do capitão em Ormuz. Os pedidos foram feitos por carta para o Reino e através do seu representante em Goa, Mateus Duarte, junto da estrutura administrativa do Estado.

---

[35] *In* TT-Manuscritos de São Vicente (Doravante S.V.), códice 19, «Carta de Filipe III para os governadores do Reino», Madrid, 3/03/1622, fl. 47; DRI, III-627, «Carta de Filipe II para D. Jerónimo de Azevedo», Lisboa, 27/01/1616, pp. 368-370; DRI, III-683, «Carta de Filipe II para D. Jerónimo de Azevedo», Lisboa, 5/03/1616, pp. 428-429; DRI, III-684, «Carta de Filipe II para D. Jerónimo de Azevedo», Lisboa, 5/03/1616, pp. 429-430; DRI, IV-814, «Carta de Filipe II para o conde do Redondo», Lisboa, 10/03/1617, pp. 33-34.

Contudo, as autoridades portuguesas deixaram de se preocupar com as queixas de Mamede Xá, virando antes a sua atenção para as movimentações de Abas na área e tentando recuperar economicamente a praça. A necessidade de usar todos os recursos fiscais disponíveis em Ormuz, levou a Coroa a discutir a recuperação da renda do equecerá em 1620, apesar de ter confirmado a sua doação ao guazil Rais Nordim, como os seus ministros vieram a verificar na pesquisa conduzida na Torre do Tombo de Goa. Já durante o cerco da fortaleza as autoridades portuguesas locais tentaram convencer o Cão de Xirás a abandonar a praça sitiada, oferecendo-lhe os rendimentos auferidos pelo soberano ormuziano na alfândega local. A sorte de Mamede Xá deixara de interessar às autoridades portuguesas [36].

Um rei encalhado e um reino perdido

A queda da fortaleza em Maio de 1622 ditou o fim da elite ormuziana. Por ter transferido a fortuna para fora de Ormuz durante o cerco, o guazil Rais Nordim foi decapitado em Xiraz por volta de 1625 [37]. Melhor sorte foi reservada para Mamede Xá, enviado como prisioneiro para Xiraz. Na década de 1630, coincidindo com um momentâneo ascendente português na zona do Estreito de Ormuz e com planos traçados para reconquistar a ilha, Filipe III mostrou um renovado interesse sobre o destino do destronado monarca para o voltar a colocar no trono. Mas o deposto rei não correspondeu ao interesse português, tanto mais que os quiméricos planos de reconquista de Ormuz jamais seriam concretizados. O Estado da Índia teria de contentar-se com a alfândega mista de Congo (Bandar Kung), onde manteria a sua derradeira presença no Golfo até à queda dos Safévidas.

A conquista anglo-persa de Gerum marcou também o fim de um relacionamento institucional *sui generis* no Índico ocidental. Nele, uma potência estrangeira e exógena cultural e religiosamente, dominou por força das armas uma complexa estrutura administrativa e económica já montada, à qual retirou progressivamente partes da jurisdição, quer por doação quer pela força, enfraquecendo-a até a elite autóctone que a governava ter perdido o controlo político sobre as diversas parcelas do seu território e ter ficado

---

[36] *In* TT-S.V., códice 19, «Carta de Mateus Duarte para Filipe III», Goa, 23/04/1622, fl. 76; Samuel PURCHAS, *Hakluytus Posthumus or Purchas his Pilgrimes, Containing a History of the World Sea Voyages and Lande Travells by Englishmen and Others*, vol. X, Glasgow-1906, «Relation of the late Ormuz bussiness gathered out of the Journal of Master Edward Monoxe the Agent of the East India Merchants Trading in Persia», pp. 366-367; *Comentários do grande capitão Rui Freire de Andrada*, Lisboa, 1940, pp. 248-249, 335-336, 354; DRI, VI-8, «Carta de Filipe II para o conde do Redondo», Lisboa, 26/03/1620; DRI, VII-189, «Parecer de António Barreto da Silva», s/l [Goa], posterior a 21/12/1620, pp. 274-276.

[37] *In* William FOSTER, *The English Factories in India*, vol. III (1624-1629), Oxford, 1909, «Captain Weddel to the EIC», Bandar Abbas, 27/04/1625, p. 85.

sem receitas substanciais que lhe permitissem manter a coesão interna. A suserania externa impôs-se aproveitando as contradições internas da dualidade administrativa dessa mesma estrutura, até a reduzir a um apêndice sustentado pelo lado português, que acabou por controlar tudo à excepção das ligações pessoais do soberano com os xeques e guazis dos territórios da antiga talassocracia ormuziana.

Contudo, os portugueses não foram capazes de recriar estas particularidades institucionais quando transferiram o centro de gravidade da sua presença para o litoral omanita após 1622, mau grado as tentativas de federar sob a égide de Mamede Xá (Muhammad Shâh), sobrinho do deposto soberano, a fidelidade pessoal dos xeques árabes das antigas possessões ormuzianas. A realidade política das cabildas omanitas escapou à tentativa de controlo português, sendo aglutinadas progressivamente pela acção do imã de Nizva a partir da década 1630 e que viria a culminar na expulsão dos portugueses da costa omanita em 1650 com a conquista de Mascate.

ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR, Vol. III, 2002, pp. 199-229

REI OU BODE EXPIATÓRIO? A LENDA DO SULTÃO BULAQI E A POLÍTICA MOGOL DO ESTADO DA ÍNDIA (1630-1635)

por

JORGE FLORES *
SANJAY SUBRAHMANYAM **

... pareçe hé este Bolaquim cõ os mogores,
outro Rey Sebastião cõ os Portuguezes

Conde de Linhares
Goa, 19 de Janeiro de 1635

O tópico do «duplo» real é um tema forte e, potencialmente, encerra a capacidade de ultrapassar divisões culturais, ainda que se encontre mais radicado em certas culturas do que noutras. A ideia central é bastante simples. Uma figura real – que tanto pode ser o monarca reinante como um anterior monarca, ou alguém próximo do trono – possui um duplo idêntico, que a ele (ou a ela) se assemelha na perfeição e que é um total estranho ou, alternativamente, um gémeo. Numa variante, o «duplo» é, na verdade, um impostor, um falso pretendente que, ou acaba desmascarado por aquilo que é ou, pelo contrário, logra impor com sucesso a sua falsa reivindicação perante uma população crédula. A primeira destas correntes deu origem a temas literários populares, como o do gémeo de Luís XIV, desenvolvido por Alexandre Dumas (ou pelos seus *nègres*) em *O Homem da Máscara de Ferro*. O domínio da sub-literatura gerou exemplos como o livro de Anthony Hope, *O Prisioneiro de Zenda*, de finais do século XIX. A segunda corrente é, do ponto de vista histórico, bem mais fecunda. Sabemos por exemplo que, na Rússia dos czares, um vasto número de candidatos pretendendo ser este ou aquele príncipe existiu desde o século XVI, numa longa tradição que se prolongou mesmo depois da Revolução Russa, com várias pessoas reclamando ser Aleksei ou Anastasia, ou até outros membros da família dos czares que haviam sobrevivido à execução em massa perpetrada pelos bolcheviques [1].

---

* Universidade de Aveiro. Investigador do Centro de História de Além-Mar.
** École des Hautes Études en Sciences Sociales. Paris.

[1] Gyula SZVÁK, *False tsars*, trad. Peter Daniel, Boulder, 2000.

Também na Inglaterra dos finais do século XV, a emergente dinastia Tudor teve de enfrentar idêntico desafio, sob a forma de vários pretendentes que afirmavam descender dos reis da casa de York. Um destes homens, Lambert Simnel, foi neutralizado com relativa facilidade por Henrique VII. Mas o outro, Perkin Warbeck, representou uma ameaça bem mais séria, acabando por ser enforcado por crime de traição em 1499, após ter conduzido vários ataques e revoltas mais ou menos inconsequentes com o auxílio de vários monarcas europeus que reconheciam os seus direitos [2]. O que torna o caso de Warbeck particularmente interessante para nós é a sua ligação a Portugal. Ainda que nascido na Flandres, viveu algum tempo em Portugal, sendo que um dos seus principais apoiantes era um aventureiro judeu de origem portuguesa, Duarte Brandão ou Edward Brampton [3].

Se nos fixarmos noutro horizonte geográfico e civilizacional – o Irão de finais do século XVI –, há a registar o curioso episódio envolvendo um *qalandar* chamado Muzawwar. Em 1580, reclamando ser o falecido Shah Isma'il II (r. 1576-1577), este homem logrou arregimentar vinte mil seguidores e desafiar os governadores regionais safávidas, até assistir à violenta repressão do seu movimento [4].

Também a Índia teve a sua quota-parte destas histórias, das quais uma das mais conhecidas entre os casos modernos é a do chamado Kumar de Bhawal, no Bengala, recentemente estudada com considerável detalhe por Partha Chatterjee [5]. Ainda que o caso Bhawal, que foi julgado nas décadas de 1920-1930, seja pouco comum dado que gerou uma quantidade assinalável de material forense, Chatterjee e outros sublinharam que o mesmo se inscreve numa longa tradição indiana. Um notável exemplo anterior é o chamado «falso Pratapchand», que se reporta a um candidato a uma das propriedades de zamindares no Bengala no início do século XIX [6]. No entanto, se recuarmos até aos séculos XVI e XVII, encontramos já casos idênticos. Um exemplo bem conhecido é o de Shah Shuja', o filho do imperador mogol Shahjahan que, tudo indica, fora morto no reino de Arracão nos anos de 1660, mas que aparecia periodicamente em diferentes partes do império. Um caso menos divulgado, mas assente num conjunto de outras fontes e igualmente relevante para o objecto deste artigo, é narrado pelo cronista Diogo do Couto no relato que compôs acerca do sultanato do

---

[2] Ian ARTHURSON, *The Perkin Warbeck conspiracy, 1491-1499*, Stroud, 1994.

[3] Jean AUBIN, «D. João II et Henry VII», *in* Aubin, *Le Latin et l'Astrolabe*, vol. II*: Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales*, Paris, 2000, pp. 83-92.

[4] Ver Roger M. SAVORY, «A curious episode in Safavid history», *in* C. E. BOSWORTH, ed., *Iran and Islam: In Memory of the Late Vladimir Minorsky*, Edimburgo, 1971, pp. 461-73.

[5] Partha CHATTERJEE, *A Princely Impostor? The Kumar of Bhawal and the Secret History of Indian Nationalism*, Nova Delhi, 2002.

[6] Veja-se John R. MCLANE, *Land and Local Kingship in Eighteenth-Century Bengal*, Cambridge, 1993.

Gujarat no século XVI. Neste contexto, a vida do sultão Bahadur (r. 1526--1537) segue um padrão familiar. Escreve Couto:

> «[O Sultão] Modafar (…) teve muitos filhos, e o primogenito se chamou, soltan Bador, e não Badur, como as historias da India lhe chamão. Este sendo ainda moço, ou por dizerem a seu pay os astrologos, que em poder do filho mais velho se perderia aquelle reino, ou (o que parece mais certo) que por desejar de o dar ao outro filho mais moço, a que estava afeiçoado, pareçe que mostrava ma vontade ao Bador, que ou porque fosse avisado d'isto, ou porque entendesse no pay que lhe desejava a morte, furtoulhe o corpo, e foisse por esse Industão açima em trajos de peregrino, a que elles chamão calandar, e assi andou muitos annos, aprendendo differentes lingoas, vendo, e notando novos ritos, e costumes, e cousas muito novas e peregrinas.» [7]

Temos, assim, o tópico do exilado real que renuncia (persa *qalandar*) e que deambula incógnito. Couto desenvolve então a logicamente necessária segunda parte desta tema do seguinte modo:

> «Em quanto elle assi andou faleçeo o pay, e soçedeo no reino o irmão a que o pay desejava de o dar, que durou pouco, e deixou o reino ao outro irmão mais moço, a que não soubemos os nomes. Correndo as novas por esse Industão da morte de Modofar, chegarão ao Bador, que logo voltou pera vir requerer o seu reino, e assi em trajos de calandar, dizem, que entrou na corte de Amadaba, onde estava inda sua mãe viva, e o rey seu filho, que era ainda mançebo, e sem se dar a conhecer a pessoa alguma, entrou com a mãy, e se lhe descobrio, pedindolhe que quisesse ordenar com que ouvesse o seu reino. A rainha (pode muito bem ser, que não fosse sua mãy, senão sua madrasta, e que os Guzarates que isto contão se embarassem) lhe disse, que se fosse, porque se seu irmão soubesse d'elle, que o mandaria matar, do que nos inferimos que ella seria mãy do rey, e não do Bador. Elle vendo seu desengano, foisse para o rei de Mandou, e se lhe descobrio pedindolhe ajuda e favor pera cobrar seu reino. E como os grandes do mundo, nenhuma cousa mais os move, que miserias de hum principe desterrado, prometeolhe todo favor, ate ir em pessoa ajudallo: e pera isso solicitou alguns reys vizinhos, que se ajuntarão com elle com grande poder.»

O sultão Bahadur recupera então o seu trono, ou com a ajuda do soberano de Mandu, ou (numa variante que Couto também regista) através do auxílio da rainha de Chitor. Todavia, uma vez no trono, «como era mao, cruel, e fraco», não perde tempo em atacar aqueles que antes o haviam ajudado. As origens de uma parte desta narrativa, na qual Bahadur vagueia em exílio, podem já ser encontradas num texto anónimo português dos meados da década de 1530, que descreve o modo como «o dito Bador se fez calamdar amdamdo descalço e vestido de peles» [8]. Couto, a quem este tema agradava manifestamente, usa-o subsequentemente de forma mais ou menos

---

[7] Diogo do COUTO, *Década Quarta da Ásia*, ed. M. Augusta Lima CRUZ, Lisboa, 1999, p. 55.

[8] Sanjay SUBRAHMANYAM, «A Crónica dos Reis de Bisnaga e a Crónica do Guzerate: Dois Textos Indo-Portugueses do século XVI», *in* Jorge Manuel FLORES, ed., *Os Construtores do Oriente Português* (catálogo da exposição, Porto), Lisboa, 1998, pp. 131-54.

Fig. 1. «Jogues jintios, calandares jintios»

[Roma, Biblioteca Casanatense, Ms. 1889, fls. 84-85. Reprodução autorizada pelo Ministerio per i Beni e le Attività Culturali (Itália)]

indiscriminada na sua crónica. Fá-lo, por exemplo, a propósito de um antepassado dos Mogóis, que ele próprio parece ter inventado. Na sua perspectiva, um dos filhos de Timur, chamado 'Umar Shaikh («Haomarxac»), também teve uma carreira similar. Couto nota como «Haomarxac, que alguns nomeão por Balobo, que era moço (…) ficou sem nada, porque os outros dous irmãos lançarão mão de tudo o que poderão». Perante estas circunstâncias, o inevitável aconteceu:

> «Este Haomarxac, ou Balobo, vendose desherdado, determinou servir a Mafamede, e saindose dos estados que forão de seu pay em trajos de calandar (que he peregrino) foi caminhando pera as partes da India, e atravessou todo o Industan, e foi parar no reino de Delhi, donde se deixou ficar». [9]

Couto descreve de seguida o modo como ele se tornou popular entre os outros «calandares», graças à «fama de sua vida e religião, que era espantosa». Depois, transformou estes seguidores num exército não despiciendo e

---

[9] Couto, *Década Quarta*, pp. 544-45.

acabou por atacar e matar o rei de Delhi, tomando o poder ele próprio e formando um reino considerável graças a uma série de conquistas. Couto nota mesmo que este Balobo, «que se intitulou rey dos Magores», fundara o poderio mogol na Índia e era avô de Babur, que viria a reinar no século XVI.

Mas a manifesta inexactidão do relato de Couto, que confunde a história mogol com a do soberano afegão Bahlul Lodi (seguramente o «Balobo» do seu relato) não constitui propriamente o nosso objecto. O que interessa reter é que o referido tema era comum e bem difundido à época, tendo Couto dele feito uso por forma a conferir à sua crónica um toque popular, «folclórico». É bem claro que, no século XVI, já existia uma tradição no norte da Índia de príncipes que vagueiam no exílio em situação de reclamar direitos a um dado trono, contanto que se apresentassem ostensivamente como «calandares». Se estes homens eram verdadeiros ou falsos, esse não é um problema que preocupe Couto, dado que o cronista assume genericamente que eram autênticos. É o que sucede tanto no caso do sultão Bahadur como no episódio de Balobo. Mas, relativamente ao caso que ponderamos de seguida, o panorama é bem mais complexo e conduz-nos para uma variante diversa, aquela onde pretendentes «falsos» e «verdadeiros» se movimentam na mesma arena política.

A tradição mogol e o caso de Bulaqi

A sucessão mogol foi muito contestada na primeira fase da dinastia, que se estabeleceu na Índia nos anos de 1520. Depois da morte do primeiro imperador, Zahir-ud-Din Muhammad Babur (r. 1526-1530), os seus filhos lutaram anos a fio pela sucessão, obrigando o herdeiro designado, Humayun, a um permanente conflito com os seus irmãos Hindal, ʿAskari, e especialmente Kamran, cuja base de operações era Kabul. Por fim, Humayun logrou pôr termo a esta ameaça cegando Kamran. Mas, se recuarmos ao momento exacto do desaparecimento de Babur, constatamos que o facto foi mantido em segredo durante algum tempo por forma a evitar a agitação social própria desses momentos críticos. Uma passagem muito interessante do *Humâyûn Nâma*, de Gul-Badan Begam, revela que nem sequer se admitiu publicamente a morte do imperador. Ao invés, disse-se ao povo que Babur se tornara *dervish* e, decidindo renunciar e partir, nomeou Humayun para lhe suceder. Mais um exemplo de como o tópico do rei-*dervish* está bem enraizado e difundido à época:

> «Este acontecimento foi mantido secreto. Finalmente, um *âmir* da Índia chamado Ârâyich Khan propôs: «Não é bom manter este assunto em segredo, dado que no Hindustão, quando estes infortúnios sucedem aos imperadores, é usual as pessoas do bazar roubarem. Oxalá, sabendo esta notícia, que os Mogóis não venham pilhar as casas. Conveniente seria cobrir alguém com um manto vermelho, colocá-lo sobre um elefante e fazê-lo proclamar que o Senhor Imperador Bâbur se tornara um *dervish* e que confiara a soberania ao Imperador Humâyûn.»

> «O Senhor Imperador Humâyûn ordenou que assim se procedesse. Logo que se fez este anúncio, o povo ficou tranquilo e todos fizeram orações pela sua fortuna.» [10]

Aquando da morte de Humayun em 1556, o panorama não foi muito diferente. O herdeiro designado era Jalal-ud-Din Muhammad Akbar (r. 1556--1605), mas também ele tinha um meio-irmão, Mirza Muhammad Hakim, que, apesar de ser ainda uma criança nessa altura, contava já com os seus próprios seguidores. O almirante otomano, Seyyidi 'Ali Reis, que se encontrava em Delhi na altura da morte de Humayun (Janeiro de 1556), afirma que teve de se lançar mão de um estratagema para ocultar a morte do imperador durante algum tempo, até que Akbar regressasse à capital. Escreve ele:

> «Entre os familiares do imperador [Humayun], contava-se um personagem chamado Munla Bi-Kesi que tinha uma certa parecença física com ele, ainda que fosse mais baixo. Finalmente, na terça-feira, instalaram-no no trono que havia sido colocado num arco dominando o rio. Cobriram-no com as roupas do imperador e ocultaram-lhe a face e os olhos com um pano, Khushhal Beg manteve-se próximo dele e Mîr Munshî em frente. Todos os sultões, os *mirzas*, os súbditos e o comum do povo chegaram, viram o imperador a partir da margem do rio e oraram por ele. Foi tocada uma música alegre, ofereceu-se um manto de honra ao médico, sendo-lhe assegurado que o imperador se encontrava de boa saúde.» [11]

Com o regresso de Akbar a Delhi, esta impostura pôde então ser desfeita e a morte do imperador foi finalmente anunciada. A morte de Akbar, meio século volvido, foi objecto de menos subterfúgios. O seu sucessor, Nur-ud-Din Muhammad Jahangir (r. 1605-1627), assistiu à morte sucessiva dos seus irmãos e potenciais rivais, Daniyal e Murad, sendo que o seu único sério rival era o seu próprio filho, Khusrau, cuja rebelião foi rapidamente suprimida. O próprio Jahangir, ainda que tivesse mantido um conflito com o pai nos últimos anos do reinado de Akbar, conheceu um processo de transição relativamente suave, o que parecia constituir um bom augúrio para o futuro de uma dinastia cujas regras de sucessão eram pouco claras. É que, se bem que os Mogóis se inclinassem para a sucessão através da primogenitura, o facto é que não existia ainda um total consenso quanto a esta questão.

O problema voltou a colocar-se de novo um quarto de século mais tarde, em 1627, ano em que morreu Jahangir. No dia 28 de Outubro desse ano, quando o imperador expirou em Rajauri, nos arredores da cidade de Lahore, existiam já vários pretendentes ao trono. Ainda que a robustez das insti-

---

[10] Gul-Badan Baygam, *Le Livre de Humâyûn*, trad. Pierre Piffaretti, ed. Jean-Louis Bacqué--Grammont, Paris, 1996, p. 44.

[11] Seyyidi 'Ali Re'is, *Le miroir des pays: Une anabase ottomane à travers l'Inde et l'Asie centrale*, trad. Jean-Louis Bacqué-Grammont, Paris, 1999, pp. 90-91. Para o texto original, veja-se Seydi Ali Reis, *Mir'âtü'l-Memâlik*, ed. Mehmet Kiremit, Ankara, 1999, pp. 120-21.

tuições políticas do império mogol já fosse suficiente para evitar crises profundas em momentos como o da morte de um imperador [12], não restam dúvidas de que estes períodos de transição se continuavam a revelar como algo conturbados. A ascensão ao trono de Shahjahan, o «Rei do Mundo» (r. 1628-1658), não constituiu excepção. Um observador holandês então em Surat, o comissário Dirck van der Lee, recebera entretanto notícias nada tranquilizadoras de Agra: alguns dos notáveis haviam deixado a cidade levando consigo as suas riquezas, enquanto que outros reforçaram a vigilância das suas casas. As estradas tornaram-se inseguras e os mantimentos muitíssimo caros [13].

De facto, a morte de Jahangir encetava um curto período de três meses dominado pela instabilidade política com raízes directas na crise da sucessão. O príncipe Parwiz, filho mais velho de Jahangir e principal candidato ao trono, morrera um ano antes. O príncipe Khusrau, que disputara o poder a seu pai aquando do desaparecimento de Akbar, morrera na prisão entretanto. Assim, a contenda decidir-se-ia entre o príncipe Shahryar, filho mais novo de Jahangir, casado com uma filha da imperatriz Nur Jahan, e o príncipe Khurram, que se havia rebelado contra seu pai em 1622 e sobre quem impendiam suspeitas quanto à morte de ambos os irmãos.

No processo de sucessão, o papel central coube a Asaf Khan, irmão de Nur Jahan e *wazîr* do império. Enquanto que Nur Jahan preferia Shahryar, Asaf Khan bater-se-ia por Khurram. Dado que este, como governador do Decão, se encontrava muito longe de Lahore e era necessário neutralizar Shahryar entretanto, Asaf Khan engendrou uma solução alternativa que lhe permitiria ganhar algum tempo. Com o apoio de uma parcela considerável da nobreza mogol, fez imperador Dawar Bakhsh, o filho de Khusrau, que entretanto tinha sido feito prisioneiro. Segundo o cronista Muhammad Hadi,

> «Asaf Khan, leal apoiante de Shahjahan, conspirou com Iradat Khan no sentido de libertar Dawar Bakhsh, filho de Khusrau, da prisão e de lhe dar a boa nova relativa ao seu governo-fantasma. No entanto, ele não acreditou até que eles aceitassem jurar solenemente que era realmente assim. Então, Asaf Khan e Iradat Khan colocaram Dawar Bakhsh em cima de um cavalo, ergueram o sombreiro real e seguiram para a paragem seguinte. Apesar das muitas mensagens que Nurjahan Begam enviou com o propósito de intimar o seu irmão, Asaf Khan desculpou-se e não foi nunca ao seu encontro». [14]

---

[12] Cf. Muzaffar Alam & Sanjay Subrahmanyam, «Witnessing transition: Views on the end of the Akbari dispensation», *in* K. N. Panikkar *et al*., eds., *The Making of History. Essays presented to Irfan Habib*, Nova Delhi, 2002, pp. 104-40.

[13] Om Prakash sumariou em inglês o diário deste comissário em «Archival source material in the Netherlands on the history of Gujarat in the early modern period», in Ernestjne Carreira, ed., *Sources européennes sur le Gujarat* (*Moyen Orient & Océan Indien*, 10), Paris, 1998, pp. 141-51 [145].

[14] *The Jahangirnama: Memoirs of Jahangir, Emperor of India*, trad. Wheeler M. Thackston, Nova Iorque, 1999, pp. 456-57.

Deste modo, Shahryar, que já se proclamara imperador e se apropriara do tesouro imperial em Lahore, era obrigado a reagir e a combater o usurpador. O embate ocorreu nos arredores desta cidade e Asaf Khan logrou capturar Shahryar vivo, obrigando-o a submeter-se formalmente a Dawar Bakhsh. Este, também conhecido por sultão Bulaqi [15], capitalizava o carisma do pai, e vinha igualmente ganhando o favor de Jahangir nos últimos anos do reinado. Assim, em 1623, Dawar Bakhsh tinha sido nomeado governador do Gujarat, e no mesmo ano havia recebido o *mansab*, elevado, de 8000/3000 [16]. Mas na estatégia do *wazîr*, Bulaqi era uma figura tão crucial quanto decorativa, descrita pelos cronistas mogóis como nada mais do que um «carneiro de sacrifício» (*gosfand qurbânî*) [17].

Pouco mais de 20 dias volvidos sobre o desaparecimento de Jahangir, o príncipe Khurram recebia no Decão a notícia da morte do pai. Dirigiu-se de imediato a Agra, não sem antes enviar um *farmân* ordenando a Asaf Khan que eliminasse Shahryar, Dawar Bakhsh e, bem assim, outros possíveis e legítimos candidatos ao trono. A 19 de Janeiro de 1628, Bulaqi é feito prisioneiro, ao mesmo tempo que as orações de sexta-feira passam a ser lidas em nome de Khurram, proclamado imperador com o título de Shahjahan. Dois dias depois dá-se a execução de Shahryar, de Dawar Bahksh e do irmão Gurshasp, e ainda de dois filhos do príncipe Daniyal (Tahmurs e Hoshang), irmão de Jahangir [18]. Shahjahan aguarda nos arredores de Agra o momento ideal para fazer a sua aparição. A 3 de Fevereiro (7 Jumada II), seguindo escrupulosamente as indicações dos astrólogos quanto ao dia e à hora para entrar na cidade, era coroado imperador em Agra [19].

Uma vez no trono, Shahjahan enfrenta enormes desafios na fronteira meridional do seu império. Em Outubro de 1629, Khan Jahan Lodi, homem de mão de Jahangir e um dos mais importantes nobres afegãos ao serviço do império (que tinha apoiado a candidatura de Dawar Bakhsh), abandona Agra e refugia-se no Decão. Antigo governador da província, é acolhido de imediato por Murtaza Nizam Shah II, sultão de Ahmadnagar. Shahjahan, que teme um levantamento da nobreza afegã ao seu serviço, reage duramente.

---

[15] Bulaqi, escrito por vezes nos textos safávidas como «Bulaghi», parece ser um nome turco e não de origem persa. A etimologia que tenta relacionar este nome com Bulaq, pequena vila perto do Cairo, parece falsa.

[16] *Jahangirnama*, trad. Thackston, p. 397. Os números indicados (*zat/sawâr*) correspondem aos graus numéricos do sistema mogol de *mansabdarî*.

[17] Shahnawaz KHAN, *Ma'asir-ul-Umara, being biographies of the Muhammadan and Hindu officers of the Timurid sovereigns of India from 1500 to about 1780 A.D.*, trad. H. Beveridge, 3 vols., Calcutá, 1911-52, vol. I, p. 290. Veja-se igualmente Khwaja Kamgar HUSAINI, *Ma'asir-i Jahangiri: A contemporary account of Jahangir*, ed. Azra Alavi, Bombaim, 1978.

[18] *Jahangirnama*, trad. Thackston, pág. 460.

[19] Para um resumo dos acontecimentos, ver Banarsi Prasad SAKSENA, *History of Shahjahan of Dihli*, reimp., Allahabad, 1968, pp. 56-65; John F. RICHARDS, *The Mughal Empire*, vol. I, 5, *The New Cambridge History of India*, Gordon JOHNSON *et al*., eds., reimp., Nova Delhi, 1995, pp. 116-18.

Dirige-se para sul e instala a sua corte em Burhanpur, no antigo reino de Khandesh, em Março de 1630. Aí se manterá até Março de 1632 e é daí que lança sucessivos ataques contra Khan Jahan Lodi ao longo de todo o ano de 1630. Este acaba por ser capturado e morto em Janeiro do ano seguinte [20].

A presença da corte no Decão é um claro sinal de que o imperador pretende acompanhar directamente o governador da província, Mahabat Khan, no processo de submissão dos sultanatos da região. Uma primeira campanha contra Ahmadnagar, que acolhera Khan Jahan, desenrola-se até 1633, culminando no cerco ao forte de Daulatabad. Em 1635-1636, e para além da extinção formal da dinastia Nizam Shahi de Ahmadnagar, Shahjahan lograra «domesticar» os sultanatos de Bijapur e Golconda. Ambos reconhecem desde então a hegemonia mogol, expressa no pagamento de um tributo e na leitura da *khutba* em nome de Shahjahan.

Todavia, os primeiros anos do reinado de Shahjahan estiveram longe de ser tão simples e lineares quanto esta breve súmula pode fazer crer. Para além de muitos outros escolhos, entre os quais avulta a terrível fome de 1630--1631, o imperador teve de enfrentar desde o início uma espécie de fantasma. Na verdade, e logo após a morte dos cinco príncipes em Janeiro de 1628, difundiu-se o rumor de que o sultão Bulaqi teria sido poupado e de que, como legítimo herdeiro de Jahangir, preparava um exército revoltoso para disputar o poder ao usurpador Shahjahan. A sua fuga teria contado com a conivência de Asaf Khan, que sacrificara uma outra pessoa no lugar do príncipe. A colaboração de Mahabat Khan, um importante nobre de origem persa que havia sido muito próximo de Khusrau, fora igualmente decisiva.

Na mesma ocasião, propagou-se o boato de que Baisunghar – um outro filho do príncipe Daniyal que tomara o partido de Shahryar aquando da controversa sucessão de Jahangir – teria sobrevivido depois da derrota infligida em Lahore por Asaf Khan. De facto, este primo de Bulaqi logrou escapar para o Badakhshan, onde acabaria por morrer. No entanto, alguém fazendo-se passar pelo príncipe viajou até Balkh, e daí para a Pérsia, acabando por se instalar em Istambul. Pretendia desapossar Shahjahan do trono mogol com o apoio do sultão Murad IV (r. 1634-1640). Todavia, e tendo deixado uma péssima impressão na corte otomana, este homem não tardou a ser identificado como impostor. Enviado para a Índia a pedido de Shahjahan, seria executado em 1636 [21].

---

[20] Sobre Khan Jahan Lodi, ver Afzal Husain, *The Nobility under Akbar and Jahangir: A study of family groups*, Delhi, 1999, págs. 149-50; e M. A. Rahim, *History of the Afghans in India, A.D. 1545-1631*, Karachi, 1961.

[21] Naimur Rahman Farooqi, *Mughal-Ottoman Relations (A study of political & diplomatic relations between Mughal India and the Ottoman Empire, 1556-1748)*, Delhi, 1989, pp. 6, 26, 46-48. Farooqi apoia-se na crónica de Mustafa Na'ima (1655-1716), *Tarikh-i Na'ima*, ou *Rauzat al-Husayn fî Khulâsat Akhbâr al-Khâfiqayn*. Para uma tradução parcial deste texto, veja-se Charles Fraser, *Annals of the Turkish Empire, from 1591 to 1659*, Londres, 1832; e também a edição moderna, *Naîmâ Târîhî*, ed. Zuhuri Danishman, Istambul, 1967-69, 6 vols., vol. iii, pp. 1260-64, *passim*.

Os observadores ocidentais, excepção feita aos Portugueses por razões que adiante se explicitarão, não deram grande relevo ao episódio de Baisunghar. Contudo, foram assaz sensíveis à lenda de Bulaqi e dela fizeram amplo eco nos seus escritos. Para além de breves referências a Bulaqi nos textos de Johannes De Laet [22] e Peter Mundy [23], há a registar um punhado de interessantes versões sobre este episódio. O alemão Mandelslo, notando que Shahjahan usurpara o trono ao sobrinho, diz que encontrou o príncipe «Polago» em Qazwin, na Pérsia [24]. Já Thomas Herbert é mais prolixo. Explica que Jahangir chegou a nomear Bulaqi seu sucessor mas que este, muito novo e sem experiência, se viu desde logo condicionado por Nur Jahan e também por Asaf Khan, que ordenou a um tal 'Radgy Bandor' que o matasse em Delhi. E remata a história do «pobre príncipe» que reinou apenas três meses, sublinhando que não tardaram a aparecer dois falsos Bulaqis, cada um deles suficientemente carismático para arregimentar seguidores [25].

O excurso de Jean-Baptiste Tavernier sobre Bulaqi, cuja fuga para a Pérsia também dá como certa, é igualmente muito interessante. Este viajante francês refere-se ao sultão a propósito da guerra de sucessão (1657-1658), estabelecendo uma curiosa associação entre crime e castigo. Para Tavernier, a prisão de Shahjahan pelo próprio filho, Aurangzeb, não era mais do que o pagamento da injustiça que o próprio havia cometido três décadas antes, ao mandar matar o sobrinho Bulaqi [26]. Encontra-se a mesma ideia no texto do viajante italiano Gemelli Careri, que conta a história do seguinte modo: «Se olharmos para a vida de Sciah-Gehan, verificamos que foi punido pela mão de Deus tal como merecia, pelo mal que fez a seu sobrinho Bulaki, usurpando-lhe a Coroa». E narra a luta pela sucessão depois da morte de Jahangir, terminando com o episódio da fuga de Bulaqi com a ajuda de Asaf Khan, que teria jurado ao imperador, antes deste morrer, «que nunca consentiria que Bulaki fosse morto; o que acabou por cumprir fielmente, mas sem o colocar no trono». Careri finaliza a sua versão dizendo:

> «Ao receber estas tristes notícias [da sucessão de Shahjahan] no caminho, Bulaki ficou consternado e percebeu que só estaria em segurança

---

[22] *De Imperio Magni Mogolis* (1631), trad. & ed. J. S. Hoyland & S. N. Banerjee, *The Empire of the Great Mogol. De Laet's Description of India and Fragment of India History*, reimp. Nova Delhi, 1974, p. 238.

[23] *The Travels of Peter Mundy, in Europe and Asia, 1608-1667*, ed. Richard C. Temple, vol. II (*Travels in Asia, 1628-1634*), Londres, 1914, pp. 105, 107, 206.

[24] *Relation du voyage D'Adam Olearius en Moscovie, Tartarie, et Perse, augmentée en cette nouvelle edition de plus d'un tiers, particulierement d'une seconde voyage de Mandelslo aux Indes Orientales*, 2.ª ed., 2 tomos, Paris, 1679, tomo 2, p. 179.

[25] Thomas Herbert, *Relation du Voyage de Perse et des Indes Orientales*, Paris, 1663, pp. 175-79. A edição de William Foster não inclui a parte relativa ao império Mogol (*Travels in Persia, 1627-29*, Nova Iorque, 1929).

[26] *Travels in India by Jean-Baptiste Tavernier*, eds. V. Ball & William Crooke, reimp., vol. I, Nova Delhi, 1995, liv. II, cap. III, pp. 267 segs.

> fugindo, o que era fácil de fazer dado que os seus inimigos não acharam apropriado persegui-lo. Deambulou pela Índia durante muito tempo, tornando-se um Fachir. Cansado, por fim, com essa penosa ocupação, retirou-se para a Pérsia, onde foi nobremente recebido e acolhido por Scia Sofi.» [27]

Regressamos aqui à ideia do príncipe transformado em *qalandar* ou em *faqîr*, tema tão presente na crónica de Couto. Mais tarde, nos finais do século XVII, Niccolò Manuzzi, enredando-se em detalhes mais ou menos fantasiosos e confundindo em absoluto os parentescos dos protagonistas, dá conta da entrada triunfal de Shahjahan em Agra e da queda de Bulaqi a quem, desde então, nada mais restava senão viver fugindo [28]. O texto de Manuzzi vai acompanhado de um retrato (ao estilo mogol) de Bulaqi, com o título seguinte:

> «È questo il ritratto dell'infelice principe sultan Bolaqui, figlio maggiore di Djehanguir; per aver voluto vivere fra i sollazzi come suo padre, diede modo a suo fratello di usurpare il trono; per questo che nelle cronache egli non ha mai il titolo di re; per salvarsi fuggì presso il re di Persia, e là restò fino alla morte.» [29]

Como adiante se verá, a existência de uma pessoa na corte safávida que todos tomam pelo verdadeiro Bulaqi, tem pleno acolhimento na generalidade dos textos escritos por viajantes europeus, mas também nas fontes portuguesas. É desconhecido, no detalhe, o modo como o recorrente boato da «ressurreição» de Bulaqi, conjugado com a oposição movida pelo falso Baisunghar, incomodou Shahjahan. Era necessário saber até que ponto estes episódios condicionaram a sua acção, tanto ao nível da autoridade interna como no plano externo, nomeadamente no que se refere às sempre delicadas relações com a Pérsia. Não dispomos de informação suficiente para estabelecer um paralelo, por exemplo, com a enérgica e bem documentada reacção do imperador chinês Yongzheng (r. 1723-1735) a um rumor de revolta, contra si e contra o domínio manchu da China, que grassou em 1728 [30].

---

[27] Surendranath SEN, *Indian travels of Thevenot and Careri*, Nova Delhi, 1949, pp. 232-233.

[28] Niccolao MANUCCI, *Storia do Mogor or Mogul India*, trad. Willliam Irvine, vol. I, reimp., Nova Delhi, 1981, pp. 172-75.

[29] *Storia del Mogol di Nicolò Manuzzi veneziano*, ed. Piero FALCHETTA, vol. I, Milão, 1986, p. 98.

[30] Um tal Zhang Xi, mensageiro de um professor do Hunan chamado Zeng Jing, procurara aliciar para essa causa o governador-geral das províncias de Shaanxi e Sichuan, o general Yue Zhongqi. Este informou de imediato Pequim do sucedido, dando origem a um processo verdadeiramente kafkiano de investigação promovido pelo próprio imperador e que foi recentemente estudado de forma admirável por Jonathan D. SPENCE (*Treason by the Book*, Nova Iorque, 2002).

2. «Bulaqi visto por Manuzzi»

(*in* Piero FALCHETTA, ed., *Storia del Mogol di Nicolò Manuzzi veneziano*, vol. I, Milão, Franco Maria Ricci, 1986, p. 98)

A perspectiva de Goa

A lenda de Bulaqi alcançou alguma notoriedade na documentação portuguesa da época. Ao contrário do que se verifica com os restantes registos ocidentais, não são os viajantes, nem sequer os missionários, a falar do assunto. No caso vertente, as informações devem colher-se na documentação de estado, tanto na correspondência trocada entre Goa e Lisboa, como nas reflexões do vice-rei de então e nas actas das reuniões formais que promoveu na capital do Estado da Índia para a discussão do problema.

A extraordinária dimensão do império mogol, e o seu claro ascendente sobre a política do Decão, poderiam ter um impacto tão imediato quanto devastador sobre as posições portuguesas no subcontinente. Recebendo detalhadas notícias por intermédio dos jesuítas que viviam na corte, sem prejuízo de informações recolhidas por outros canais, os vice-reis em Goa habituaram-se a observar e a avaliar todos os movimentos dos Mogóis, incluindo o devir da sua política externa. Seguiam com particular cuidado as revoltas e as deslocações de exércitos, mesmo as que ocorriam na remota fronteira da Ásia central. Assim, não é de estranhar que os Portugueses tivessem dedicado considerável atenção aos processos de transição régia. Em situações críticas, defrontados com um imperador demasiado adverso aos interesses de Goa, as lutas fratricidas pelo poder e a agitação em Agra, Delhi ou Lahore eram fenómenos acarinhados pelos Portugueses, tendo em vista a salvaguarda do Estado da Índia.

Apenas dois exemplos. Dada a debilidade de Akbar, conjugada com a revolta do príncipe Salim, o assunto da previsível sucessão imperial era amplamente discutido entre Goa e o reino nos primeiros anos do século XVII. Em Março de 1604, Filipe III antecipava um quadro muito favorável aos interesses portugueses: «O estado em que me dizeis que esta o Equebar com seu filho mais velho he o que mais convem a esse Estado conforme aos intentos deste Rei quererá Deus que emquanto viver contynue esta divisão entre elles que por sua morte bem se entende que a avea em todos os seus Rejnos.» [31] Um ano e meio depois, a morte de Akbar e a ascensão de Jahangir foi acompanhada com enorme atenção pelos jesuítas que viviam na corte [32].

Avaliemos agora, já na segunda metade do século, a reacção portuguesa à ascensão de Aurangzeb (r. 1658-1707). O sucessor de Shahjahan suscitou, entre os Portugueses, os temores mais fundos e as imagens mais críticas. Mas, uma vez mais, o espectro das guerras intestinas e da «implosão» política do império constituía um cenário favorável ao Estado da Índia. Escrevia o vice-rei para Lisboa em 1666: «Os irmãos filhos do Mogor andão em (…) guerras, e o mais velho se foi para a parte da Perçia, e não se sabe com

---

[31] Rei ao vice-rei, Valhadolid, 23.III.1604; Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, cód. 282, fls. 206-207v [207].

[32] Cf. Alam & Subrahmanyam, «Witnessing Transition», esp. pp. 108-12.

certeza delle, por haver cido desbaratado; os mais irmãos tem tido varios encontros o que se intitula Rey Auranzeb e esta de posse do reino dizem ser tirano e cruel e não muito afeiçoado aos christãos.» [33] O perfil de Aurangzeb levava, pois, a que se apoiasse uma solução alternativa. É esse o sentido das instruções dadas a Gregório Pereira Fidalgo aquando da sua embaixada a Pérsia em 1696-1697. Dada a idade avançada de Aurangzeb, o embaixador deveria promover um contacto com o príncipe Akbar, então refugiado na corte safávida: «Para o levares a este fim lhe mostrareis as grandes utilidades que se lhe seguirão da nossa amizade para as pretenções que elle tiver no Industão como filho do Mogor, achando-se este tão velho, he força tenha pouca duração a sua vida.» [34]

A reacção portuguesa à subida ao trono de Khurram e às movimentações de Bulaqi inscreve-se neste modelo de actuação. Como é de ver, a emergência da figura de Shahjahan foi seguida em Goa, e também em Lisboa, com particular preocupação. Os primeiros passos do «Rei do Mundo» prenunciavam uma difícil relação com os Portugueses e com o Cristianismo. De facto, o eclectismo religioso de Akbar e de Jahangir, origem de sonhos e desilusões quanto a uma possível conversão da corte mogol, era substituído por uma cultura política islâmica de carácter mais ortodoxo, prosseguida e intensificada por Aurangzeb. Os preceitos da *Sharî'a* implicavam o encerramento parcial de templos de outras religiões e as perseguições a missionários não tardaram. Os jesuítas mantiveram a missão do «Mogor», mas longe do fulgor de outros tempos.

A este revés, religioso mas também político, juntava-se um outro escolho, político mas também económico. Falamos da destruição do estabelecimento português de Hugli em 1632 que, independentemente da hierarquia dos motivos em presença, põe a claro o pendor mercantil da estratégia imperial de Shahjahan [35]. Por tudo isto, não admira que a imagem de Shahjahan nos textos portugueses da época seja claramente negativa, bem pior do que a do seu pai ou a do seu avô. De acordo com os jesuítas que vivem em Agra, o imperador tem «aos padres e aos frangis todos naturalmente asco» [36].

---

[33] Vice-rei ao Rei, Goa, 22.III.1666; Goa, Historical Archives of Goa [doravante HAG], *Monções do Reino*, n.º 36, fl. 535.

[34] Jean AUBIN, *L'Ambassade de Gregório Pereira Fidalgo à la cour de Châh Soltân-Hosseyn, 1696-1697*, Lisboa, 1971, pp. 99-128 [115]. Ver ainda P. PISSURLENCAR, «Prince Akbar and the Portuguese», in *Bengal Past and Present*, XXXV (1928), pp. 163-169.

[35] Cf. Sanjay SUBRAHMANYAM, «Through the looking glass: some comments on Asian views of the Portuguese in Asia, 1500-1700», *in* A. Teodoro de MATOS & L. F. THOMAZ, eds., *As relações entre a Índia portuguesa, a Ásia do Sueste e o Extremo Oriente. Actas do VI Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, Macau-Lisboa, 1993, esp. pp. 396-401; Jorge M. FLORES, «Relic or Springboard ? A Note on the «"Rebirth" of Portuguese Hughli, ca. 1632-1820», in *The Indian Economic and Social History Review*, 39/4 (2002), pp. 381-95.

[36] «Relação d'algumas cousas que passarão na Missão do Mogol, des do fim do anno 627 te ao dia presente 13 de Junho de anno 1628»; Londres, British Library, Add. Ms. 9854, fls. 116--30, pub. in *Documentação Ultramarina Portuguesa*, vol. III, Lisboa, 1963, pp. 187-98 [188].

«Tirano» e «cruel» são alguns dos adjectivos mais comuns entre os Portugueses para caracterizar aquele que continuam a designar, em tom pejorativo, como o «sultão Corromo».

A ascensão de Shahjahan e os primeiros passos da sua política enquanto imperador coincidiram, *grosso modo*, com o início do mandato do 3.º conde de Linhares como vice-rei da Índia (1629-1635). D. Miguel de Noronha começa a governar em Outubro de 1629, justamente no momento em que Khan Jahan Lodi abandona Agra em direcção ao Decão. A investida de Shahjahan sobre o Decão, bem como a deserção do nobre afegão e a morte de Bulaqi, são assuntos com considerável projecção na documentação portuguesa da época. Para mais, o governo do conde de Linhares encontra-se particularmente bem documentado, dado que, seguindo instruções régias, D. Miguel de Noronha preparou um diário do seu governo [37]. E é esse admirável texto, conjugado com a informação veiculada nos «livros das monções» e com os assentos do conselho de estado, que permite reconstituir o modo como os Portugueses lidaram com a lenda do «sultão Bolaquim».

A primeira notícia sobre Bulaqi registada nas fontes portuguesas data de 15 de Março de 1630. Informado por um espião seu, colocado no «campo do Mogor», o vice-rei regista no seu diário o avanço de Shahjahan em direcção ao Decão e nota que o imperador deixara Agra, «que he çidade aberta e sem defenssa», por temer a reacção de Bulaqi, mais do que para conquistar o sultanato de Ahmadnagar. Descreve de seguida a sangrenta tomada do poder por Shahjahan e defende a legitimidade do filho de Khusrau ao trono. Segundo a versão que chegara a Goa, tinha sido a mulher de Mahabat Khan a salvar Bulaqi, «pondo em seu lugar outro morto». O verdadeiro Bulaqi fugiu para Delhi e, sob a protecção de Mahabat Khan, acabou por casar com uma filha deste. Linhares exulta ainda com uma possível aliança entre Khan Jahan e o sultão de Ahmadnagar e remata notando que, se Bulaqi chegar ao poder, os holandeses serão expulsos de Surat [38].

Dois meses volvidos, mais notícias sobre Bulaqi. A 12 de Maio, Linhares dá conta da chegada a Goa de cartas do Bengala, provavelmente escritas e/ou enviadas por Gaspar Pacheco de Mesquita, fonte de informação privilegiada do vice-rei sobre os assuntos daquela região. Dizem-lhe

---

[37] Todavia, o diário de Linhares não se encontra completo e dele existem actualmente três partes distintas. A primeira, conservada na Biblioteca da Ajuda [BA], Lisboa (cód. 51-VII-12), abarca o período que vai de 3 de Março de 1630 a 6 de Fevereiro de 1631. A segunda, também inédita, guarda-se na Biblioteca Nacional, Lisboa (cód. 939), e cobre praticamente todo o ano de 1631 (9 de Fevereiro a 20 de Dezembro). A última, a única em letra de forma (*Diário do 3.º conde de Linhares, vice-rei da Índia*, 2 tomos, Lisboa, 1937), abarca o período de Fevereiro de 1634 a Janeiro de 1635.

[38] BA, cód. 51-VII-12, fls. 13v-14. Para uma perspectiva holandesa dos acontecimentos deste período, ver o diário do Comissário Dirck van der Lee, cit. *supra*, nota 13. O feitor holandês nota que a morte de Bulaqi tinha causado «um certo ressentimento, tanto entre os grandes como entre os pequenos» (p. 150).

> «que o bolaquim hé vivo, e que esta muy amado e querido de todos, e que o segue muita gente e vay ajuntando muito grosso exerssito, e que o nababo de Bengala com hum genrro seu se metera em quatro naos, e fogira cõ medo para Massulapatão e que esta aquilo por aquela parte muito bem posto» [39].

A 28 de Agosto, o vice-rei recebe cartas de Diogo Saraiva, seu informador na corte de Ahmadnagar. Corria em Daulatabad «que he vivo o bulaquim rei do Mogor, de que atras faço menssão que se tinha por morto, e que esta fazendo hum exerçito de vinte mil homês para vir sobre o Idalcão [40]. Após o cruzamento de informações algo confusas, Linhares passa o resto da monção em Goa sem outros detalhes acerca das estranhas movimentações de Bulaqi. Mas em Outubro, o vice-rei recebe uma avalanche de notícias que o levam a actuar. Sigamos a cronologia dos eventos.

A 11 de Outubro, chega ao seu conhecimento um agradável boato. Shahjahan teria morrido, já que os baneanes afirmavam insistentemente «que he acabada a sua hera grande» [41]. A esta notícia, que o vice-rei recebe com entusiasmo mas também com cautela, soma-se uma outra, chegada de Bijapur no dia 14:

> «Reçebi cartas de Vizapor do primeiro deste mes em que me dizem que Bulaquim rey mogor que andava auzente e se tinha por morto estava ja em companhia do Mellique posto que tinha somente coatro mil cavalos e tinha ja seus embaxadores 40 legoas de Vizapor, e he o que os baneanes dizião que se lhe acabara a sua hera grande porque esteoutro vem para tomar posse do reino ainda que dizem se trata com grande aperto a paz entre o Mogor e o Mellique, mas para o estado sera de muito effeito que o Bulaquim tome posse do reino.» [42]

Entretanto, também Diogo Saraiva lhe escrevera de Daulatabad por 5 vezes durante o mês de Outubro, dando conta, entre outros assuntos, das andanças de Bulaqi. De posse dessas informações, o vice-rei envia para o reino uma primeira reflexão sobre esta delicada questão. Fá-lo em duas cartas, a primeira datada de 4 de Novembro 1630 [43] e a segunda escrita a 6 de Dezembro [44].

Neste preciso momento, Linhares passa do simples registo de possíveis boatos e da recolha de informações esparsas à necessidade de se informar sistematicamente, por forma a poder formular uma política consistente em

---

[39] BA, cód. 51-VII-12, fl. 36v.

[40] *Ibid.*, fl. 87.

[41] *Ibid.*, fl. 97. Shahjahan, nascido no ano 1000 da Hégira (1591-1592), possuía uma aura de tipo milenarista. Todavia, esta profecia parece ser de origem vaishnava ou jaina.

[42] *Ibid.*, fl. 98.

[43] HAG, *Monções do Reino*, n.º 16, fl. 175.

[44] *Ibid.*, fl. 178-178v; pub. P. Pissurlencar, *Assentos do Conselho do Estado*, vol. I, Goa-Bastorá, 1953, pp. 523-25.

articulação com Lisboa. Daí o sentido da sua resposta a Diogo Saraiva, redigida a 6 de Novembro:

> «Com o que me dizeis sobre o sultam Bulaquim me não ey por satisfeito, e convem que vos alargueis em fazer hũa rellassão larga do tempo em que escapou da morte e como e para onde se foi e esteve escondido, e como se manifestou e em que tempo, e porque cauza e de quem se valleo e o ajuda, e onde esta e con que gente e o que determina fazer, e se vem ahi valersse e ajudarsse delrrey Mellique e de Canajão, e do que se entende farão con sua vinda os capitães do mogor xaajahan, e se o dezeyão e aclamarão por seu Rey verdadeiro como he, e tambem do que seu embaxador vos disse do dezejo que trazia em tratar comigo muitas couzas declarandoas se as puderes alcanssar, e esta rellassão me manday mui bem feita por menos com todas as declarações necessarias e ma enviay para eu a enviar a Sua Magestade.» [45]

Na verdade, era necessário avaliar o rigor das informações entretanto recebidas e esboçar uma linha coerente de actuação. Em menos de um ano, a presença de Bulaqi tinha sido assinalada em Delhi, no Bengala e em vários locais do Decão, sendo-lhe atribuídos os mais díspares projectos de aliança. Para aumentar o desnorte, Linhares recebe notícias de Bijapur a 16 de Novembro, de cuja veracidade duvida claramente, segundo as quais Bulaqi preparava uma aliança com ʻAbdullah Qutb Shah, sultão de Golconda (r. 1626-1672) [46].

O projecto de Linhares passava pelo estabelecimento de uma liga anti-Shahjahan formada pelo sultão de Ahmadnagar, Khan Jahan Lodi, e Bulaqi. O Estado da Índia daria um apoio discreto a este movimento, facilitando a utilização dos portos do subcontinente sob o seu domínio. Daí que Linhares escreva a Bulaqi no dia 2 de Dezembro, «dizendo-lhe que escolhesse a parte aonde queria vir ou para o norte, ou para o sul que ahy o mandaria buscar cõ armadas em que elle viesse seguro, e que me avizasse com toda pressa» [47]. Era necessário, antes do mais, fazer entrar o sultão nas terras de Ahmadnagar [48].

As vantagens desta aliança eram óbvias para Goa, tanto do ponto de vista político como no plano económico. Por um lado, o Estado da Índia arre-

---

[45] BA, cód. 51-VII-12, fl. 107.

[46] *Ibid.*, fl. 110v.

[47] *Ibid.*, fl. 121v; HAG, *Monções do Reino*, n.º 16, fl. 178-178v. O portador da carta do vice-rei é um «bramane inteligente», que Pissurlencar identifica com Ramogi Sinai Cotthari (cf. *Agentes da diplomacia portuguesa na Índia (hindus, muçulmanos, judeus e parses)*, Bastorá-Goa, 1952, p. 30).

[48] BA, cód. 51-VII-12, fls. 120v, 121. Também aqui se pode estabelecer um paralelo com a projectada aliança do Estado da Índia com o príncipe Akbar em finais do século. O vice-rei faz notar a Gregório Pereira Fidalgo que o filho de Aurangzeb deve ser instado a tomar o trono servindo-se dos portos controlados pelos Portugueses, «que temos tantas portas para elle, quantas são de Dio até Goa» (AUBIN, *L'ambassade de Gregório Pereira Fidalgo*, p. 115).

dava do poder um imperador manifestamente hostil aos Portugueses, tomando o partido do consensual neto de Jahangir. Ao longo de todo este processo, Linhares não se cansa de realçar a sua legitimidade. Trata-o por «verdadeiro Rei Mogor», vinca a empatia do povo com o sultão e, tão ou mais importante, nota a adesão da mais influente nobreza mogol à causa de Bulaqi. Num outro plano, e em caso de vitória, era certo que «as terras e alfandega de Surrate, Cambaja, e Baroche» passariam para a tutela de Goa. Aparentemente, os embaixadores de Khan Jahan já se tinham entendido com Bulaqi a este propósito [49].

O mês de Dezembro de 1630 é absolutamente decisivo. A 6 desse mês, o vice-rei recebe cartas de Chaul que seriam determinantes para o desfecho do caso Bulaqi. Para além do capitão da fortaleza portuguesa, escreve-lhe Manuel de Azevedo, dando conta do facto de Bulaqi se encontrar em Chaul de Cima (Rewadanda). Viajara desde Goga de forma discreta, numa embarcação pequena e acompanhado de um número restrito de criados. Azevedo enviara-lhe alguns baneanes da sua confiança com dinheiro e presentes, homens que o conheciam bem e que garantiam tratar-se do verdadeiro Bulaqi. O capitão da fortaleza de Chaul também tinha oferecido assistência ao herdeiro de Jahangir, nomeadamente para que este abandonasse Chaul de Cima em segurança [50]. O problema, de facto, é que o governador («sarssamata», i.e., *sar-samat*) de Chaul isolara Bulaqi do exterior e submetia-o a uma verdadeira campanha anti-portuguesa. Instalara-o numa fortaleza que distava algumas léguas da cidade, procurando convencê-lo de que os portugueses eram seus inimigos e que planeavam matá-lo [51].

A importância das notícias vindas de Chaul levam o vice-rei a reunir o conselho de estado logo no dia seguinte para debater o assunto [52]. Ficou decidido solicitar de imediato ao jesuíta Francisco Leão que partisse de Goa para Chaul a fim de identificar Bulaqi. É que o P.e Leão havia sido o superior da missão entre 1627 e 1628. Na corte, acompanhara a transição de Jahangir para Shahjahan e conhecia bem Bulaqi [53].

O sonho da aliança do Estado da Índia com o presumível herdeiro do trono mogol esfumava-se ainda antes da entrada do ano de 1631. A 27 de Dezembro, o vice-rei recebia uma carta do P.e Francisco Leão, anunciando a sua chegada a Chaul. O jesuíta apurara já que Bulaqi se carteava com Khan Jahan Lodi e contava encetar no dia seguinte a viagem até à fortaleza onde

---

[49] BA, cód. 51-VII-12, fl. 119.

[50] *Ibid.*, fl. 122v.

[51] *Ibid.*, fls. 122v, 123v, 126.

[52] *Ibid.*, fl.122v; «Conselho sobre Soltão Bolaquim que veyo a Chaul de Cima», Goa, 7.XII.1630, in *Assentos do Conselho do Estado*, I, doc. 111, pp. 331-33.

[53] É destituído dessa função em 1628, por se ter deixado imprudentemente envolver num conflito com três venezianos que viviam na corte mogol, incompatibilizando-se em simultâneo com o poderoso Asaf Khan (cf. *supra*, n. 36).

o neto de Jahangir se encontrava retido [54]. Dois dias volvidos, nova missiva. O homem que acabara de visitar não era o mesmo que conhecera anos antes na corte mogol. Assevera o missionário ao vice-rei que o Bulaqi de Chaul de Cima não passava de um impostor [55]. O conceito de prova da identidade a que se recorreu neste caso era, pois, simples e directo: o testemunho de uma testemunha credível, neste caso um jesuíta, é visto como suficiente para descredibilizar as alegações de um homem que se denominava ele próprio Bulaqi. Nem sempre as coisas foram assim tão simples nos diferentes casos de impostura ocorridos nos séculos XVI e XVII [56].

Poucos dias depois, a 12 de Janeiro de 1631, o vice-rei relata a Filipe IV o sucedido:

> «em vinte de Novembro do anno passado chegou por mar a Chaul hum homẽ embussado, com voz que era o dito Bolaquim, e persuadio a todos os Mouros, e ainda christãos que aly assistem que era verdadeiro Rey do Mogor, e posto que o Morro de Chaul aonde elle em desembarcando se foi com adorações, e venerarão, e segurarão em hua fortaleza que está naquela serra a que chamão o Drugo me avizarão com toda diligençia para que eu o mandasse parar na fortaleza de Chaul, e como eu sou considerado em crer materias semelhantes tão depressa me pareçeo mandar primeiro a hum padre da Companhia a que chamão Francisco de Leão que assistio muitos annos em doutrinar este Prinçipe, fez Francisco de Leão esta diligençia muy bem feita posto que com risco de sua pessoa entrou na fortaleza do Drugo e em carta de 24 de Dezembro me escreve que não hé aquelle o Bolaquim.» [57]

O conde de Linhares desinteressa-se imediatamente do assunto. Nos anos que se seguem, o vice-rei aposta numa delicada estratégia de concertação entre Bijapur, Ahmadnagar e Golconda com o escopo de suster o avanço de Shahjahan no Decão e, desse modo, salvaguardar Goa e as fortalezas do Norte. De facto, é com dificuldade que se segue a lógica das alianças e dos conflitos entre o Estado da Índia, Shahjahan e os sultanatos do Decão durante o restante período do consulado de Linhares.

Na mesma lógica de actuação que se reconhece no caso de Bulaqi, D. Miguel de Noronha passa a dar algum crédito ao «duplo» de Baisunghar e a miragem de uma aliança do Estado da Índia com um legítimo herdeiro do trono deslocava-se agora da fronteira meridional do império para a fronteira setentrional. Sucede que Baisunghar é um dos três filhos de Daniyal que haviam sido baptizados pelos jesuítas em Agra no ano de 1610, episódio

---

[54] BA, cód. 51-VII-12, fl. 129.

[55] *Ibid*. fl. 129v; HAG, *Monções do Reino*, n.º 16, fl. 202v.

[56] Cf. Miriam ELIAV-FELDON, «Invented Identities: Credulity in the Age of Prophecy and Exploration», in *Journal of Early Modern History*, 3/3 (1999), pp. 203-32.

[57] Rei ao vice-rei, Goa, 12.I.1631; HAG, *Monções do Reino*, n.º 16, fl. 202v. Em erro, a carta vai datada de 12 de Dezembro de 1630.

que teve enorme ressonância na época. Nessa altura, a conversão de D. Carlos (Baisunghar), D. Filipe e D. Henrique, foi vista como um prenúncio da conversão do próprio imperador Jahangir e do seu reino [58].

No Conselho de Estado reunido a 6 de Novembro de 1632 deliberou-se, pois, dar apoio à luta do apóstata:

> «… neste meo tempo que era o em que o exercito do Mogor estaua destroindo o Reino do Idalcão se levantou no Reino de Cabul que he do Mogor hum primo seu que ja foy baptizado pello Pes da Compª e se chamou Dom Carlos, e depois tornou a retroceder a fee, e se apoderou do ditto Reino, trazendo em seu favor a gente dos vsbeques, que ha a mais temida e valente de todas estas terras porque casou o dito Dom Carlos com hũa filha daquelle Rey com que o Mogor se achou necessitado a acudir a Cabul, porque daquella parte lhe vem todos os cauallos com que forma seus exercitos, allem de que temeo que Dom Carlos se apoderasse facilmente do Reino de Laor que auisinha com o de Cabul e entendese que o fará cõ facilidade porque o ditto Mogor he tirano e malquisto (….) e Dom Carlos valente e liberal.» [59]

De outro modo, as referências a Bulaqi nas fontes portuguesas passam a rarear. É certo que os anos de 1632-1633 estão menos documentados, dado que não chegaram até nós os diários do vice-rei relativos a esse período. Mas não restam dúvidas de que o assunto perde acuidade em Goa. Para Linhares, o projecto de aliança com Bulaqi esfumava-se ao mesmo tempo que se diluía a ideia de tirar partido da revolta de Khan Jahan Lodi contra Shahjahan. O nobre afegão fora capturado em Janeiro de 1631 e a sua cabeça levada ao imperador, então em Burhanpur, um episódio que os artistas que ilustraram o *Pâdshâhnâma* que se guarda na Royal Library, Windsor Castle, não deixaram de registar [60]. Para mais, a destruição da colónia portuguesa de Hugli em 1632 colocara ao vice-rei desafios quase tão importantes quanto os que enfrentava no Decão, obrigando-o a equacionar de outro modo os interesses portugueses no lado oriental do império mogol.

Em carta datada de 28 de Fevereiro de 1632, o rei reage às informações redigidas em Goa nos meses de Novembro-Dezembro de 1630. A resposta de Lisboa é, claro está, anacrónica, porquanto não leva em linha de conta os desenvolvimentos de Chaul. Ainda assim, há um pormenor curioso a ressaltar. O rei aconselha prudência e que o «Estado ande sempre em paz com o

---

[58] Para uma simples reconstituição dos acontecimentos, ver Arnulf Camps, *Jerome Xavier S.J. and the Muslims of the Mogul Empire. Controversial works and missionary activity*, Schöneck-Beckenried, 1957, pp. 8-10; e Angel Santos Hernandez, *Jeronimo Javier S.J. Apostolo del Gran Mogol y Arzobispo electo de Cranganor, en la India, 1549-1617*, Pamplona, 1958, pp. 226-32.

[59] «Sobre a guerra do Mogor suas detreminações e retirada entra aqui a carta sobre as cousas do Melique e tambem a retirada do Turco de Babilonia», Goa, 6.XII.1632; in *Assentos do Conselho do Estado*, I, pp. 556-57 [557].

[60] Pintado por Abid, *ca*. 1633; *The Padshahnama. King of the World*, Milo Cleveland Beach & Ebba Koch, eds., Londres, 1997, n.º 16, pp. 50-51.

Mogor», dado o seu enorme poderio. Assim, qualquer negociação com Bulaqi deveria ser o mais discreta possível, por forma a que Shahjahan nunca suspeitasse e viesse a fazer guerra ao Estado da Índia. De sublinhar a postura pragmática do monarca quanto ao possível acordo com Bulaqi. A Filipe IV não lhe repugna a possibilidade de o Estado da Índia estar, eventualmente, a promover uma aliança com um falso Bulaqi, ou seja, com um «homẽ que debaxo de seu nome pretende o reino do Mogor». Um «bom» falso Bulaqi era tão útil quanto o verdadeiro [61]. Como quer que fosse, a prudência recomendada ao conde de Linhares para que evitasse um conflito com Shahjahan é idêntica àquela que o conde de Vila Verde manifesta meio século depois, ao mandatar Gregório Pereira Fidalgo para estabelecer uma aliança com o príncipe Akbar, filho rebelde do imperador Aurangzeb [62].

Na resposta a Filipe IV, redigida no final de 1632, D. Miguel de Noronha informa o rei acerca da sua decisão de não mais favorecer Bulaqi, um Bulaqi que o P.e Francisco Leão lhe asseverara haver-se refugiado na Pérsia. De facto, após este «momento» português, o «fantasma» de Bulaqi viajou para norte, passando a alimentar sonhos de aliança na corte safávida. Segundo as fontes portuguesas, o rei safávida, Shah Safi (r. 1629-1642), cobri-lo-ia de mercês, confiando-lhe o comando de um exército e o próprio governo de Qandahar, a província que os Safávidas haviam conquistado aos Mogóis em 1622. Ainda que não arrisque um novo envolvimento directo, Linhares não deixa de se regozijar com esta notícia: «se isto he assy nehũa couza nos pode ter mais cõveniente» [63].

Na corte de Isfahan

É facto que um «Bulaqi» se terá exilado na Pérsia e, com o apoio de Shah Safi, procurou organizar um movimento de tomada do poder a Shahjahan. Um inglês, William Pitt, afirma mesmo ter emprestado dinheiro ao «Mogulls

---

[61] Lisboa, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo [IAN/TT], *Livros das Monções*, liv. 30, fl. 7. Também em HAG, *Monções do Reino*, n.º 16A, fl. 3.

[62] «Em todas estas negociações que tocarem ao Principe Acabar vos havereis com duas cautellas, (…) a segunda em procurar saber se o pae o Grão Mogol tem na côrte alguns parciaes, que lhe sirvão de espias para observar o trato de seu filho, vos prevenireis muito destas, antes conhecendo-as lhe mostrareis a fidelidade que usamos com o Mogor, porque se não escandalise este, que como he tão vizinho nosso, e o seu poder abraça as nossas terras, poderá escandalisado romper comnosco em grande damno do Estado, que não está em tempo de resisitir a tão grande inimigo», AUBIN, *L'ambassade de Gregório Pereira Fidalgo*, p. 116.

[63] IAN/TT, *Livros das Monções*, liv. 30, fl. 7. Filipe IV haveria de tomar conhecimento deste novo facto em Novembro do ano seguinte, concordando com a estratégia seguida por Linhares. Não percebeu o rei, todavia, que Shah Safi teria atribuído a administração de Qandahar a Bulaqi. Interpretou, antes, que lhe confiara o mesmo exército com que Shah 'Abbas I (r. 1587--1622) havia conquistado Qandahar em 1622 (Lisboa, 12.XI.1633, *ibid.*, liv. 31, fl. 65). A versão que se colhe nas fontes persas é bem diversa da versão portuguesa, como se verá adiante.

brother which fledd into Persia», temendo por isso uma reacção violenta de Shahjahan [64]. As fontes persas dos Safavidas articulam-se até um certo ponto com as europeias neste particular, mas também há divergências significativas a registar. O cronista oficial de Shah 'Abbas, Iskandar Beg Munshi, apresenta-nos uma primeira versão dos acontecimentos ocorridos na corte mogol, que é a seguinte. Depois da morte de Jahangir – escreve ele – «os principais dignitários do estado mogol, aparentemente cumprindo uma disposição testamentária lavrada por Jahangir no momento da sua morte, nomearam como seu sucessor Dawar Bakhsh, o filho do cego sultão Khusrau que era conhecido como sultão Bolaghi, cunhando moeda e mandando ler a *khutba* no seu nome». Os outros príncipes parece terem concordado com esta solução, excepção feita a Shahryar que se encontrava em Lahore. O conflito entre Bulaqi e Shahryar é então descrito, terminando com a derrota e a cegueira de Shahryar. Iskandar Beg enreda-se seguidamente na discussão do destino do sultão Khurram e das suas flutuantes relações com Jahangir. Chega mesmo a sugerir que, algures na década de 1620, desgastado pela sua miserável condição, Khurram «tentou passar ao Irão e procurar o auxílio de Shah 'Abbas». À data da morte de seu pai, a sua posição é, pois, apresentada como sendo bastante fraca, exceptuando-se o facto de ter conseguido recolher o apoio de Mahabat Khan, que, como aí se vinca, não tinha boas relações com Asaf Khan, o principal apoiante de Bulaqi. E foi com a ajuda deste poderoso nobre e, bem assim, com a dos «príncipes do Decão», que Shahjahan marchou em direcção ao norte, logrando concitar pelo caminho o apoio de «Chagatais, Mogóis, Afegãos e Rajputes». Esta inesperada vaga de apoio acabou por conduzir a uma súbita fragilização da situação de Bulaqi. Assim, escreve Iskandar Beg:

> «A fortuna do sultão Bolaghi começou a declinar, e os dignitários do estado que o seguiam, bem como as mais sagazes cabeças entre os seus comandantes militares, não viam futuro algum para um neto, agora que um ambicioso filho natural do falecido imperador estava na corrida ao trono. A sua lealdade ao sultão Bolaghi diluiu-se e eles começaram a abandonar Lahore e a dirigir-se para Agra a fim de se juntarem a Shahjahan, competindo uns com os outros para provarem a sua lealdade e serviços.» [65]

Abandonado pelos seus nobres e tropas, Bulaqi acabou traído também pelo seu principal apoiante, Asaf Khan, que é retratado nesta crónica, não como o mentor da operação que haveria de colocar Shahjahan no trono, mas antes como um cúmplice pouco convicto. Foi apenas para se colocarem nas boas graças de Shahjahan que Asaf Khan e os seus homens mataram os cinco

---

[64] Carta a William Methwold (em Surat); Dabul, 19.V.1636; *in* William Foster, ed., *The English Factories in India, 1634-1636*, Oxford, 1911, p. 259.

[65] Eskandar Beg Monshi, *History of Shah 'Abbas the Great (Tarikh-i 'Alamara-ye 'Abbasi)*, trad. Roger M. Savory, Boulder, 3 vols., 1978-86, vol. II, pp. 1290-93. Para a tradição cronística dos Safavidas neste período, ver Sholeh A. Quinn, *Historical writing during the reign of Shah 'Abbas: Ideology, imitation, and legitimacy in Safavid chronicles*, Salt Lake City, 2000.

príncipes. Um dos que foram mortos é denominado por Iskandar Beg como «Dawar Bakhsh ibn Sultan Khusrau, conhecido como sultão Bolaghi e intitulado Sher Shah». Esta última informação, relativa ao título que Bulaqi alegadamente assumiu ao ascender ao trono, não é passível de ser encontrada em nenhuma outra fonte, quer mogol quer portuguesa.

Não obstante, a informação fornecida por Iskandar Beg na sua crónica é contraditada por uma outra fonte persa, paradoxalmente um texto que constitui a continuação da mesma crónica do mesmo Iskandar Beg, escrita de parceria com um tal Muhammad Yusuf, intitulada *Zail-i Târîkh-i ʻÂlamârâ-yi ʻAbbâsî* [66]. A *Zail*, no relato que faz dos acontecimentos relativos ao ano de 1041-1042 H. (1632), contém uma minuciosa descrição do caso do «sultão Bulaghi», que valerá porventura a pena parafrasear aqui com um certo detalhe, dado que lança alguma luz sobre um conjunto de questões. A secção relevante da crónica começa por notar que, entre os afegãos Tarin (na fronteira entre os domínios safavidas e os mogóis), vivia um rapaz de 15 anos, que havia sido trazido clandestinamente (*duzdîda wa poshîda*) à presença do seu líder, Sher Khan Tarin. Este, por sua vez, decidiu admiti-lo ao seu serviço. O rapaz era tido como filho do príncipe mogol, o falecido sultão Khusrau, que por sua vez era filho de Shah Salim, filho de Jalal-ud-Din Muhammad Akbar, outrora soberano do Hindustão. Aparentemente, o nome do rapaz era Nabdi Mirza, e é afirmado que Sher Khan o tinha em grande segredo, tanto que muito poucas pessoas sabiam da sua existência até o rapaz ser capturado por ʻAli Mardan Khan, o governor safavida (*beglerbegî*) de Qandahar, durante uma escaramuça com os Tarins. ʻAli Mardan Khan enviou-o então ao rei safavida, com detalhes relativos à sua história e às suas origens reais mogóis. Por seu lado, o Shah colocou-o sob custódia do *wazîr* de Isfahan, pedindo-lhe para o manter no fortaleza de Tabrak, com todas as honras e dignidades próprias de um príncipe da sua condição, até que a verdade sobre ele se apurasse.

No entretanto, todavia, um outro rapaz, este na casa dos vinte anos, chegara à ao sul da região iraniana de Fars via porto de Surat. Reivindicava nada mais nada menos do que ser o próprio Dawar Bakhsh Mirza, o filho de Khusrau, e disse que havia sido coroado a caminho de Kashmir (*dar râh-i Kashmîr*), com a ajuda de alguns nobres, como sucessor do sultão Salim depois da morte deste. Este príncipe, sublinha-se, era commumente conhecido, não pelo seu nome formal, mas antes por sultão Bulaghi (não «Bulaqi»). Os autores da *Zail* vincam o facto de Dawar Bakhsh ter sido já mencionado na *Târîkh-i ʻÂlamârâ-i ʻAbbâsî* no âmbito do relato dos últimos anos de Jahangir. E resumem a história do seguinte modo: aquando da morte de Jahangir (ou Salim), Bulaghi – tirando partido do facto de o príncipe Khurram não estar de boas relações com o falecido imperador, mas também

---

[66] Iskandar Beg Munshi & Muhammad Yusuf, *Zail-i Târîkh-i ʻÂlamârâ-yi ʻAbbâsî*, ed. Suhaili Khwansari, Teerão, 1938, pp. 120-26. Estamos profundamente gratos a Muzaffar Alam pela sua generosa ajuda no que respeita à leitura e interpretação deste texto.

por se encontrar muito longe nessa altura (no Decão) – dirigiu-se para Lahore e fez-se coroar imperador. Mas quando os seus apoiantes ouviram falar da chegada iminente de um grande exército sob o comando de Khurram, abandonaram-no e fugiram todos. Assim, Khurram tomou Agra, a capital mogol, estabelecendo-se firmemente como novo imperador com o nome de Shahjahan. Asaf Khan – que é apresentado como o principal apoiante de Khurram (em contraste com o que diz a outra crónica safavida, anterior) – e outros nobres pensaram ser melhor fazer a paz com Bulaghi, assim como com outros príncipes rivais. Asaf Khan persuadiu então Bulaghi a submeter-se ao novo imperador, explicou a sua posição a Shahjahan e tentou que este o perdoasse. Mas o imperador não cedeu e ordenou a morte de Bulaghi, juntamente com a de vários outros príncipes. Consequentemente, Bulaghi foi executado (*badarjâ-i shahâdat*), assim como cinco outros desafortunados príncipes. Dado que esta versão corria no Irão em 1630, quando o homem que reclamava ser Dawar Bakhsh entrou na província de Fars, o governador local, Imam Quli Khan, enviou um relatório sobre ele ao Shah. Este, prudentemente, ordenou que o mesmo fosse recebido de forma consentânea com a dignidade real e enviado para a corte se, após uma investigação, a sua versão provasse ser verdadeira. Continua o cronista:

> «A história que ele contou de si próprio em Bandar ['Abbas] e que eu ouvi é a seguinte: «Quando Shahjahan ascendeu ao trono, ele ordenou a minha execução. Fui informado por alguns dos meus amigos acerca dessa conspiração, e também me revelaram em que noite é que era suposto eu ser preso. Eu tinha um escravo quase da minha idade. Disse-lhe para dormir na minha cama no meu lugar. Ele hesitou de início, mas eu assegurei-lhe que nenhum mal lhe sucederia, uma vez que era eu, e não ele, o alvo do imperador. Nessa mesma noite, fugi na escuridão em direcção à selva, sobrevivi comendo ervas durante catorze dias enquanto vagueava pelo sertão e me escondia das pessoas. Então, disfarçado de *dervish*, juntei-me a um grupo de *fâqirs* e, finalmente, cheguei a Surat. Aí conheci o governador (*hâkim*) do porto e dei-lhe conta da minha difícil situação. Ele foi muito gentil e ajudou-me bastante. Guardou segredo, colocou homens e dinheiro à minha disposição e aconselhou-me a partir para o Irão, por forma a evitar que algum mal me acontecesse a mim, mas também a ele. Com a ajuda de Deus, parti para a corte régia [Ispahan].
>
> «Quando cheguei ao porto de Fars [Bandar 'Abbas], muitos pensaram que eu era um impostor e um mentiroso. Alguns, no entanto, reconheceram em mim sinais de nobreza e acreditaram no que eu disse. Fiquei em suspenso entre a verdade e a mentira, entre o medo e a esperança (*khauf-o-rajâ, sidq-o-kizb*) durante algum tempo após ter entrado na província de Fars, até que encontrei algumas pessoas que me haviam visto enquanto sultão a caminho de Kashmir. Reconheceram-me e difundiram entre os outros as novas sobre mim. Vi-me então rodeado de numerosos servidores (*khidmatgârân).* Gente da Índia e mercadores hindus vieram ao meu encontro, dando-me toda a ajuda que podiam, quer em dinheiro quer em géneros (*naqd-o-jins*).
>
> «Num primeiro momento, Imam Quli Khan acreditou no meu testemunho e demonstrou o respeito adequado. Mas, mais tarde, dada a negação (*inkâr*) da minha identidade por alguns mercadores, começou a suspeitar de mim e, consequentemente, desci na sua estima. Enviou então um relatório sobre mim ao Shah, apresentando as suas próprias dúvidas. Por conse-

> quência, fui convocado para ir a Isfahan e aí, de novo, fiquei suspenso entre a esperança e o medo. O Shah, no entanto, foi muito cordial, fez com que eu fosse tratado com respeito, e assegurou-me que o meu conforto estava garantido e que os meus pedidos seriam tomados em conta, de acordo com as regras da hospitalidade»».

Este longo relato, escrito na primeira pessoa, dando voz ao homem que reclamava ser o sultão Bulaghi, constitui uma contribuição particularmente valiosa para o nosso entendimento daquilo que então era conhecido no Irão sobre este assunto. Integra vários elementos já revelados, incluindo o que se refere ao período passado por Bulaghi como *dervish*. Em simultâneo, introduz também um novo tema de cariz conspirativo, ou seja, o tópico da substituição (neste caso do príncipe pelo escravo) [67]. Verificamos, assim, que tal como Linhares enviara um seu representante jesuíta a fim de confirmar a identidade do pretendente, também no Irão as reivindicações deste «Bulaghi» foram encaradas com cepticismo e postas à prova. A *Zail* termina o seu relato notando que Bulaghi viveu durante algum tempo como convidado de um importante funcionário, o *nâzir-i buyûtât*. A certa altura, e na presença deste último, dois indianos visitaram Bulaghi e comprovaram as suas pretensões. Sabendo da sua existência, muitos mercadores de Multan (*tabaqa-i multâniyân*), que então viviam em grande número em Isfahan, reuniram-se na residência do príncipe para lhe apresentarem os seus respeitos (*kûrnish*). Dois meses volvidos, o Shah expressou finalmente o desejo de o conhecer. Durante a sua audiência com o Shah, Bulaghi foi distinguido com a oferta de um cavalo especial, e o Shah terá sublinhado: «Realmente, tanto a linhagem como a grandeza são evidentes no seu semblante. A julgar também pela sua elocução, parece grave e sensato. Não usa palavras vãs (*bi-mahâsal*).»

O Shah determinou então que Bulaghi e Nabdi Mirza, o rapaz que chegara via Qandahar (e que alegadamente também era filho do sultão Khusrau), se conhecessem. Talvez isto constituísse também um teste, ainda que neste caso estivesse em questão, não uma, mas duas pretensões. Quando os dois se encontraram, não se reconheceram. No entanto, passaram uma noite juntos e aludiram a nomes de várias mulheres pertencentes aos haréns de Khusrau, Shahjahan e de outros príncipes, fazendo considerações sobre as suas qualidades e defeitos por forma a testarem mutuamente as respectivas reivindicações e, também, para aferirem do grau de familiaridade de um e de outro relativamente às pessoas mencionadas. Tornou-se então claro para o sultão Bulaghi que este Nabdi era de facto seu irmão, tendo-o abraçado de modo afectuoso (*aghosh-i mihrbânî*). O Shah ordenou, por consequência, que os dois irmãos deveriam viver juntos doravante.

---

[67] É possível relacionar as origens da ideia de substituição e do resgate clandestino de um príncipe do interior de um palácio durante um cerco, com um conjunto de textos que remontam ao período de Vijayanagara no sul da Índia. Não é este o lugar para se explorar o tema, pelo que remetemos para o estudo de Velcheru Narayana RAO, David SHULMAN & Sanjay SUBRAHMANYAM, *Textures of Time: Writing History in South India, 1600-1800*, Nova Delhi, 2001. Ver ainda Robert SEWELL, *A Forgotten Empire: Vijayanagar*, Londres, 1900, pp. 222-31.

Mais tarde, regista a crónica, quem quer que viesse da Índia confirmava que também no Hindustão o assunto da fuga de Bulaghi era amplamente discutido, ainda que – escrevem os autores da *Zail* – a história de Bulaghi fosse verdadeiramente incrível. Era realmente uma das «maravilhas da época» que ele tivesse logrado escapar ao seu destino, apesar de sujeitos – ele e os restantes príncipes que se opunham a Shahjahan – a uma vigilância apertadíssima por parte dos apoiantes do imperador. O que ainda tornava a história mais estranha era o facto de Bulaghi ter alimentado a ambição de vir a ser ele próprio imperador, e de ter sido emitida uma ordem régia para pôr termo à sua vida. Assim, escrevem as crónicas iranianas, é possível que alguns dos guardas tivessem afrouxado a vigilância, ou até que estes o tenham ajudado a fugir, matando de seguida o escravo por forma a apaziguar a cólera do rei. Só Deus podia saber a verdade acerca de tudo isto.

Mas a crónica não termina com este relato dos príncipes mogóis em fuga, porquanto passa a tratar do caso de um outro príncipe de que já aqui se falou, Mirza Baisunghar, filho do príncipe mogol Daniyal. É referido na *Zail* que, depois da morte do sultão Salim, Baisunghar juntou-se aos apoiantes de Shahryar quando este último lutou contra o sultão Bulaghi nos arredores de Lahore. Shahryar foi derrotado e o seu exército desmantelado, enquanto que Baisunghar lograva fugir para Kabul graças à ajuda de alguns dos soldados de Shahryar. No caminho, tomou conhecimento da situação de Bulaghi e da tomada do poder por Shahjahan. Achou então que seria imprudente dirigir-se para Kabul e, alternativamente, viajou para Balkh, onde viveu durante algum tempo entre os Uzbeques e o seu soberano, Muhammad Khan. Mas como era desprovido de bom-senso, e sendo um simples fugitivo, acabou por não ser de grande utilidade para os Uzbeques. Para mais, tinha um temperamento algo difícil, pelo que os Uzbeques se tornaram indiferentes e frios para com ele. Assim, com o objectivo de partir para a corte safavida, Baisunghar viaja para Qandahar, onde conheceu ʻAli Mardan Khan, e aí ficou como seu convidado durante algum tempo antes de partir para a corte do Shah na companhia de alguns dos homens do governador. Shah Safi, regista a crónica, enviou um número considerável de homens para o receber com aparato.

Todos estes acontecimentos ocorreram antes da chegada ao Irão do homem que reclamava ser «Bulaghi». Na verdade, quando este último aí chegou, Baisunghar recusou aceitar a sua reivindicação e, como gozava da estima do Shah, não tardou a afrontar Bulaghi. Os dois homens, ambos afirmando ser príncipes mogóis, trocaram então palavras inconvenientes. Numa ocasião, em plena assembleia organizada para que se encontrassem e na qual, excepcionalmente, era esperado o próprio Shah, Baisunghar ter-se-á dirigido a Bulaghi usando termos injustos e impróprios, gritando-lhe com raiva e chamando-lhe fraude. Mas Bulaghi manteve-se calmo, ignorou as invectivas e, atribuindo tudo aquilo que acabara de ouvir à iliteracia e à loucura (*jahl wa junûn*) de Baisunghar, deixou a assembleia.

Sabendo destes acontecimentos, o Shah também declinou estar presente na assembleia. Mais tarde, aquando da marcha do Shah contra Tahmurs Gurji, que havia sido instigado a revoltar-se contra o soberano safavida pelo irmão de Imam Quli Khan e outros, Baisunghar solicitou ao Shah autorização para abandonar os seus domínios. O Shah não hesitou em autorizá-lo a voltar à Índia. Nesta ocasião, Baisunghar afirmou que pretendia regressar na esperança de colher o apoio dos sultões do Decão. Mais não recebeu do que uma centena de *tomâns* que o Shah lhe tinha enviado antes para as suas despesas no Irão. A *Zail* nota que Baisunghar era um jovem capaz, mas demasiadamente orgulhoso, tanto da sua bravura como da sua posição real. Enquanto esteve no Irão, adoptou uma postura arrogante, com um comportamento inadequado. Revelou pouca sensatez e sagacidade, para além de ser intolerante e de ter vistas-curtas.

O extenso e precioso relato da *Zail* deixa, ainda assim, um número crucial de questões em aberto. Em primeiro lugar, não resolve inteiramente todas as dúvidas acerca da autenticidade do homem que reclamava ser Bulaqi ou Bulaghi, como a própria crónica admite. Mantém-se em aberto, nomeadamente, o problema do relacionamento entre Bulaqi e Baisunghar, isto é, o facto de o último apelidar o primeiro de embuste ou fraude, quando outras fontes (como acima notámos, da sua carreira posterior junto dos Otomanos) sugerem que Baisunghar é que era realmente uma fraude. Se assim é, por que é que o Bulaqi que se encontrava na corte safavida (se acaso era o genuíno) não o desmascarou? Uma outra série de problemas reporta-se ao relacionamento entre o homem que o Padre Leão encontrou em Chaul de Cima e o homem que chegou a Bandar ʻAbbas a partir de Surat. Trata-se de uma e da mesma pessoa? No caso do pretendente que se encontrava no Irão, como é que podemos conciliar o facto de um número considerável de pessoas que conheceram Bulaqi na corte mogol não hesitar em identificá-lo como tal? Em qualquer caso, parece que, após os problemas iniciais, este pretendente foi aceite pelos Safavidas como genuíno, passando a ser mencionado periodicamente nas crónicas da época, tanto nas secções mais tardias da *Zail* como noutras fontes [68].

Para além do testemunho das crónicas, há que considerar a correspondência trocada entre os monarcas Shah Safi e Shah ʻAbbas II (r. 1642-1666), e o sultão Bulaqi. O primeiro conjunto de cartas data *ca*. 1632, pouco depois, portanto, da chegada do pretendente ao Irão. Aqui, Shah Safi assegura ao homem que afirmava ser o príncipe mogol que ele asseguraria o seu bem-estar, anunciando que enviaria um tal Zu'lfiqar Beg Qurchi Baiburdlu para o assistir. A carta é endereçada a «Bulaghi» enquanto genuíno príncipe mogol, enunciando títulos como *shâhzâda* and *farâzinda-i sarîr-i saltanat* [69].

---

[68] Ver, por exemplo, *Zail*, pp. 230-40, *passim*.

[69] Cf. Riazul Islam, *A Calendar of Documents on Indo-Persian Relations (1500-1750)*, vol. I, Teerão, 1979, doc. Sh. 113, pp. 243-44.

Possuímos também uma outra carta do mesmo período, escrita por Bulaqi/ /Bulaghi a Shah Safi, ainda que não seja claro se esta missiva precede a outra acima referida ou se é uma resposta à mesma. O autor desta outra carta intitula-se Bulaghi *pâdshâhzâda-i Hindustân* («descendente do imperador do Hindustão») e refere-se aos seus próprios antepassados ilustres, de Timur a Humayun (que procurou refúgio junto de Shah Tahmasp no século XVI). Uma característica interessante desta carta consiste na referência que faz aos locais sagrados do Xiismo no Irão, como sejam Karbala, Ardabil ou Najaf, aos quais o autor da missiva revela ter uma especial ligação. Humilde no tom, o objectivo da carta é claramente acarinhar as pretensões safavidas e sugerir que o autor não está longe de ser, também ele, um xiita. E afirma esperar pôr termo à opressão do povo por Shahjahan com o apoio de Shah Safi [70]. As fontes portuguesas, como adiante veremos, sugerem que nos anos seguintes os Safavidas atribuíram a este Bulaghi alguns rendimentos, permitindo-lhe até que causasse distúrbios na fronteira mogol-safavida. Mas o essencial da actividade militar parece só ter durado até ao meado dos anos de 1630, já que, depois disso, o príncipe (verdadeiro ou falso) ter-se-á retirado para Qazwin a fim de gozar as rendas que os Safavidas lhe haviam atribuído.

O apoio safavida a este príncipe haveria de prolongar-se. Ainda ao tempo de Shah Safi, regista-se outra troca de correspondência. Uma carta, datada de Novembro de 1640, refere-se aos presentes enviados pelo sultão Bulaghi ao Shah, incluindo um escudo e uma espada. As cartas deste período sugerem uma certa familiaridade, intimidade até, entre o «príncipe» mogol e o soberano safavida, e é sabido que, por essa altura, este Bulaghi acompanhou Shah Safi numa visita a Ashraf, na região de Mazandaran [71]. Quando o Shah morreu, sucedendo-lhe Shah ʻAbbas II, Bulaghi contava-se entre os que escreveram uma carta de condolências e de felicitações ao novo monarca, o que originou a troca de mais correspondência amigável entre ambos, assim como mútuas ofertas de presentes [72]. Numa destas cartas, uma *ruqʻa* alinhavada por Mirza Muhammad Riza, o destinatário Bulaghi é distinguido com títulos particularmente elevados, como *Nizâm al-saltanat wa'l-khilâfat*, o que sugere que, por esta altura, quaisquer dúvidas residuais acerca da sua identidade já estariam resolvidas. Estas cartas devem ter sido escritas no tempo em que Bulaghi vivia em Qazwin, encontrando-se com vários visitantes europeus como notámos acima. Sabemos igualmente que Shah ʻAbbas II terá levado consigo este Bulaqi aquando da reconquista de Qandahar aos Mogóis em 1648. E quando as falsas notícias da morte de Shahjahan chegaram à Pérsia em 1658, Bulaqi solicitou (ainda que sem sucesso) de

---

[70] *Id.*, *ibid.*, doc. Sh. 113.1, pp. 245-46.

[71] *Id.*, *ibid.*, docs. Sh. 130 e 131, pp. 276-77. Ver também o relato da visita a Ashraf, in *Zail*, pp. 237-238.

[72] *Id.*, *ibid.*, docs. Sh. 134, 135, 136 e 136.1, pp. 281-84.

imediato apoio ao monarca safavida para o colocar no trono mogol, e apressou-se a viajar de Qazwin para Isfahan [73]. Este parece constituir o último traço de «Bulaghi» nos documentos safavidas, ainda que encontremos alguma correspondência relativa à concessão de rendas a seu filho, sultão Khusrau [74].

A continuidade da tradição

Quanto aos portugueses, o seu profundo interesse por Bulaqi não logrou sobreviver ao desapontamento que se seguiu ao encontro com o Padre Leão em Dezembro de 1630. Todavia, Bulaqi voltaria a cruzar-se uma última vez com o conde de Linhares. A 18 de Julho de 1634, o vice-rei recebe notícias de Surat, por intermédio do jesuíta Paulo Reimão. É então informado de «que o Rei Mogor estava em Laor para responder ao Perssa sobre as couzas do Bulaquim, a quem avião passado muitos fidalgos mogores como o fizera Mirzamadafar que com capa de se hir para meca se embarcara com muita riqueza nũa nao em Surrate e tanto que se vio no mar lanssou os Romeiros de meca em hũs bateis e os que ficarão lanssouy ao mar, e se foi na volta da Perssia ajuntar com o bulaquim» [75].

Uma semana depois, no dia 25, volta a ter notícias de Surat pela pena do P.e Reimão. Shahjahan estava em Lahore a caminho do Kashmir, onde esperava defrontar Bulaqi. Desta vez, o filho de Khusrau resolvera desafiar claramente o tio, enviando-lhe uma embaixada, «e de prezente hũa espada e hum catre de ouro, e dizia a embaixada escolhesse qual fosse de mais seu gosto ou o catre para descansar entregandolhe o reino, ou a espada com a qual o podia esperar, o Mogor sentio muito isto e quizera matar os embaixadores, mas desprezouos, e sem reposta se aparelhava para a guerra porque tem o Perssa dado grande poder e ajuda ao Bolaqui» [76].

A 19 de Janeiro de 1635, registamos o último eco da lenda de Bulaqi nas fontes portuguesas. Nessa tarde, o vice-rei leu atentamente uma carta que lhe havia chegado de Bijapur. Entre outros assuntos, nela se dava conta da proposta de Bulaqi para uma aliança com o Estado da Índia:

> «Pede soltão Bolaquim a sua exª seguro real, e em nome de S. Magestade para poder estar seguramente em goa para dahy se conssertar cõ os capitães do reino do Mogor, e escreuer outro sy a seu Irmão que tambem escapou [77], e esta com o Rey da Perssia, e depois disto conssertado darlhe o

---

[73] Muhammad Tahir Wahid Qazwini, *'Abbâs Nâma yâ Sharh-i Zindagânî yi 22-sâla-yi Shâh 'Abbâs-i sânî (1052-1073)*, ed. Ibrahim Dihgan, Arak, 1951, pp. 234-35, secção intitulada 'Sharh âmadan-i Sultân Bulâghî ba Dâr al-Saltanat Isfahân'.

[74] Riazul Islam, *Calendar*, docs. Sh. 229 e 229.1, pp. 424-25.

[75] *Diário do 3.º Conde de Linhares. Vice-rei da Índia*, tomo ii, Lisboa, 1937, pp. 146-47.

[76] *Ibid.*, pp. 149-50.

[77] Será esta uma referência ao misterioso Mirza Nabdi, que encontrámos na *Zail*?

> sõr vizoRey passagem por hum dos portos que elle apontar, e que para isso fará todo o consserto e partidos que o sôr vizzorey quizer fazendo logo esta diligençia despida vm este patamar porque assim o tenho assentado cõ o soltão Bolaquim, e não escrevo a Sua ex[a] por não saber se lanssra mão deste negoçio, e me encomendou muito que por via de vm o desse saber ao sõr vizorrey, e querendo fazer isto avizasse logo com resposta do sõr Vizorrey para escreuer em forma; vm. com breuidade faça este neg[o].» [78]

Mas as circunstâncias não eram mais as do final do ano de 1630. Nessa altura, o conde de Linhares acreditava na possibilidade de uma aliança e, conjugando várias informações de diferentes proveniências, preocupou-se em avaliar a veracidade do personagem e, bem assim, a exequibilidade de uma manobra conducente à destituição de Shahjahan. Agora, no início de 1635, Linhares está absolutamente descrente. O seu governo está na fase final e o vice-rei limita-se a registar um último pensamento sobre o assunto, dois dias antes de terminar o diário relativo a esse ano e de o enviar para o reino: «Tenho isto por fabula e pareçe hé este Bolaquim cõ os mogores, outro Rey Sebastião cõ os Portuguezes.»

Era a segunda vez que a história do *Encoberto* se cruzava com a história dos imperadores mogóis. A crer nos jesuítas que viviam na corte de Akbar, ao avô de Shahjahan impressionara vivamente a figura de D. Sebastião: «e do caso d'el-rey Dom Sebastião tem muito sentimento, e quando falla daquelle caso louva o animo esforçado d'el-rey Dom Sebastião» [79]. Meio século volvido, temos esta interessante comparação de D. Miguel de Noronha. Na verdade, há pontos de contacto entre os vários Bulaqi e os vários (e falsos) D. Sebastião do ocaso do século XVI, do Rei de Penamacor e do Rei da Ericeira ao pasteleiro do Madrigal e ao Calabrês [80]. A omnipresença da lenda e o lugar central do rumor, alimentado pela errante presença física de um embuçado. A componente trágica de ambas as histórias e de ambos os personagens, que comove o observador estrangeiro, tanto quanto os Portugueses se comoveram com o infortúnio de Bulaqi ou Akbar com o drama de D. Sebastião. Num e noutro caso, a mesma legitimidade para governar, a mesma adesão popular, a mesma inquietação de quem usurpara o poder e o exercia em sobressalto.

O caso do sultão Bulaqi não foi certamente o último do género na Índia mogol. Encontramos outros exemplos, como o do irmão de Aurangzeb, Shah Shuja', nos anos de 1660-1670, que já citámos. No início do século XVIII, os

---

[78] *Diário do 3.º Conde de Linhares*, p. 265.

[79] Excerto de uma carta dos P.es R. Acquaviva, A. Monserrate e F. Henriques ao capitão de Damão, Fatepur Sikri, Março-Abril 1580; pub. in *Documenta Indica*, ed. J. WICKI, vol. XII, Roma, 1972, doc. 3, p. 23.

[80] Ver, sobre este assunto, António Machado PIRES, *D. Sebastião e o Encoberto*, reed., Lisboa, 1982, esp. pp. 59-64; Jacqueline HERMANN, *No reino do Desejado: A construção do sebastianismo em Portugal, séculos XVI e XVII*, São Paulo, 1998, e o clássico de Miguel D'ANTAS, *Les faux Don Sébastien. Étude sur l'histoire de Portugal*, Paris, 1866.

casos de pessoas que pretendiam ser príncipes mogóis continuaram a proliferar, talvez por existir de facto, nesta altura, um grande número de príncipes de sangue real. Assim, topamos em 1717 com o caso de um homem, cujo verdadeiro nome parece ter sido 'Aqibat Mahmud, que apareceu no Decão reclamando ser o príncipe mogol Muhammad Akbar e que acabou por ser feito prisioneiro pelo governador mogol de Arcot [81]. Mais tarde ainda, já depois da queda da dinastia safavida, homens alegando ser príncipes daquela casa real apareceram periodicamente na Índia, sendo que, em algumas ocasiões, as suas reivindicações eram tidas por verdadeiras. É o caso de Abu'l Fath Sultan Muhammad Mirza Safavi nos finais do século XVIII [82]. Será que estes homens tiveram conhecimento da história do sultão Bulaqi, passada quase dois séculos antes? Ou, de outro modo, o episódio entrou na memória popular como um tema mais genérico, tanto mais que a própria lenda de Bulaqi assenta no mesmo *corpus* de crenças e lendas relativas a duplos de reis, ou a «calandares» que poderiam revelar-se eles próprios como soberanos. Temos uma única certeza: o tema não perdeu o seu *charme* no domínio da cultura popular, seja com Subhas Chandra Bose na Índia ou com Elvis Presley nos Estados Unidos. O Rei morreu, Viva o Rei!

---

[81] Sobre este caso, veja-se Sanjay SUBRAHMANYAM, «Penumbral Visions: Making Polities in Early Modern South India», Nova Delhi, 2001, pp. 128-29.

[82] Giorgio ROTA, «Un Sofi tra i Nababi: L'ultimo Safavide a Lucknow», *in* Daniela BREDI & Gianroberto SCARCIA, eds., *Ex libris Franco Coslovi*, Veneza, 1996, pp. 337-80; e também ROTA, «The Man who would not be King: Abu'l Fath Sultan Muhammad Mirza Safavi in India», in *Iranian Studies*, 32/4 (1999), pp. 513-35.

ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR, Vol. III, 2002, pp. 231-257

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS PRAZOS DE BAÇAIM E DAMÃO

por

LUÍS FREDERICO DIAS ANTUNES *

Em meados de 1990 propôs-me o professor Luís Filipe Thomaz, no âmbito do Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, que elaborasse a dissertação final sobre os Prazos da Coroa e a presença portuguesa na Índia. Por vários motivos que não importa agora referir, não foi possível então efectuar essa monografia. A proposta, essa, não ficou esquecida.

O presente estudo, que apenas pretende ser um pequeno contributo para a compreensão da história agrária e da presença portuguesa em Baçaim e Damão, na «Província do Norte», entre 1535 e 1570, fica a dever-se, em grande parte, ao artigo do falecido professor Alexandre Lobato bem como ao acesso que me foi facultado ao acervo documental meticulosamente reunido e que esteve na base do referido artigo [1].

1. Embora exista bibliografia importante sobre os Prazos da Coroa, ainda hoje não conseguimos saber com rigor quando foi realizado na Índia o primeiro inventário autêntico dos bens de raiz com todas as demarcações e confrontações.

Diogo do Couto assinalou que, logo após Nuno da Cunha ter colocado, em 20 de Janeiro de 1535, «a primeira pedra no fundamento» da fortaleza de S. Sebastião em Baçaim, compareceram perante o governador os diversos funcionários nativos com os documentos que regulavam a administração municipal e indicavam os seus limites e privilégios, a partir dos quais o mesmo Nuno da Cunha mandou elaborar os primeiros tombos das terras

---

* Investigador no Centro de Estudos Africanos e Asiáticos do Instituto de Investigação Científica Tropical.

[1] Alexandre LOBATO, «Sobre os Prazos da Índia», in *II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa. Actas*, edição de Luís de ALBUQUERQUE e Inácio GUERREIRO, Lisboa, 1985, pp. 459-466.

sem, no entanto, se proceder a qualquer tipo de alteração ao modelo que até aí vigorava em Baçaim:

> «Os tanadares [2] começarão a correr a darem a obediência, levando com sigo todos os pateis [3], e rendeiros, com os foraes, que se apresentarão ao Governador, de que mandou fazer novos tombos. A todas estas pessoas deu peças e cabayas ricas, com que ficarão muy contentes e satisfeitos, mandando que corressem os arrendamentos como estavão, sem innovar nelles cousa algua.» [4]

João de Barros, Fernão Lopes de Castanheda, Gaspar Correia, Francisco de Andrade e Simão Botelho são omissos quanto à ordem dada pelo governador Nuno da Cunha para a realização dos novos tombos das terras de Baçaim. Isso não significa, no entanto, que não tenha sido iniciada a sua elaboração, com o intuito de organizar o cadastro das terras e o arquivo das rendas que a Coroa deveria colectar.

A questão fundiária, que frequentemente suscitou reacções contrárias, por vezes violentas, entre os proprietários de terras e as autoridades, era um assunto delicado e da maior importância para a permanência portuguesa na Índia, que requeria outro tipo de relações sociais, políticas e económicas com o poder muçulmano e com os nativos. Como assinala Luís Filipe Thomaz, em comparação com a organização interna das capitanias que se manteve sem sofrer grandes modificações ao longo do século XVI, a estrutura e a administração do território e da população alteraram-se substancialmente. A administração goesa, que não estava preparada para organizar e administrar território e população, quando teve de o fazer, nomeadamente na «Província do Norte», conservou, com pequenos reajustamentos, a antiga estrutura agrária hindu e manteve os preceitos legais e consuetudinários vigentes [5].

---

[2] Nas fontes coevas portuguesas, *tanadar* podia designar o «capitão de um posto militar, juiz de uma povoação, e especialmente cobrador de rendas duma aldeia ou tesoureiro duma alfândega». Segundo Dalgado, o vocábulo de origem sânscrita, *sthânadar*, é composto de *sthâna*, «lugar», «estação», e *dâr*, «chefe». Actualmente, o termo significa, «chefe de esquadra de polícia»; cf. Sebastião Rodolfo DALGADO, *Glossário Luso-Asiático*, vol. II, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1921, pp. 351-352.

[3] *Patel*, chefe de aldeia que superintende na generalidade dos assuntos locais e que funciona como intermediário com as autoridades governamentais. Do guzerate *patel*, marata *pâtil*; cf. DALGADO, *Glossário…*, II, pp. 192-193.

[4] Diogo do COUTO, *Década Quarta da Ásia*, Liv. IX, cap. II, edição crítica, anotada e coordenada por Maria Augusta Lima CRUZ, vol. I, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Fundação Oriente, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999, p. 488.

[5] Sobre a origem dos prazos, sistema adoptado na Província do Norte, entre Damão e Baçaim, e mais tarde na Zambézia; sobre a caracterização do regime agrário da Índia muçulmana; e sobre o esclarecimento da evolução das estruturas e do regímen agrário da Índia hindu desde a época Gupta, no séc. V, é imprescindível consultar a obra de Luís Filipe F. R. THOMAZ, *De Ceuta a Timor*, Lisboa, Difel, 1994, em especial o capítulo VI, «Sobre a estrutura política e administrativa do Estado da Índia», pp. 207-243.

Do ponto de vista histórico é sabido que na origem da estrutura fundiária e do regime fiscal sobre o rendimento das propriedades agrícolas no norte da Índia, esteve a escassez de circulação de dinheiro e o incremento da prática de doação de terras como forma de remunerar as instituições religiosas e personalidades do clero hindu. O sistemático estudo de milhares de vestígios arqueológicos recentemente revelados, nomeadamente inscrições em pedra e em placas de cobre da época Gupta e pós-Gupta, não só contribuirá para uma melhor compreensão do modo como as elites alcançaram e reproduziram o seu poder, como também permitirá reconstruir a complexa cadeia de relações políticas, sociais e económicas em que aqueles testemunhos foram produzidos. No estado actual da investigação sabemos que a análise das inscrições nos permite conhecer um apreciável conjunto de transacções, nomeadamente contratos de compra e venda, relações de despesas, listas de mercadorias armazenadas, matérias relacionadas com a construção e manutenção de diques e canais, imposição de taxas de irrigação, dados estatísticos de rendimentos agrários e, ainda, registos de propriedade dos bens patrimoniais dos templos e da elite brâmane [6]. Este processo, iniciado no período de declínio do Império Gupta (final do século V), adquiriu enormes proporções durante a dinastia Harsha (início do século VII), quando a outorga de propriedades rurais se estendeu ao pagamento de serviços prestados por leigos. Segundo David Ludden, a dispersão deste tipo de inscrições por um vasto território confirma a existência de uma rápida multiplicação de estados após a queda do império Gupta, e cerca do século XI, durante o império Chola, essas inscrições já cobriam grande parte das férteis planícies da Índia [7]. O aumento do número de doações de terras não só abriu caminho à formação de um sistema político de características feudalizantes na sociedade indiana como também conduziu ao enfraquecimento do controlo real, uma vez que os beneficiados tornaram-se influentes colectores de impostos, uma espécie de funcionários da fazenda que estavam responsáveis por cobrar os foros das terras e por entregar ao rei a parte que lhe pertencia.

No fundamental, quando os portugueses tomaram posse de territórios agrícolas em Baçaim, e mais tarde em Damão, conservaram grande parte da estrutura fundiária e do sistema de tributação existentes.

---

[6] Sobre o estudo das inscrições em suporte de pedra e cobre; veja-se o resultado da investigação em curso, realizada pela Missouri Southern State College, no âmbito do Project South Asia iniciado em 2000, em particular a secção «Documentos e Textos» onde se encontra a tradução de numerosas inscrições Samudragupta (335-375), Chandragupta (375-415), Kumaragupta (415-455), Skandagupta (455-467) e Budhagupta (467-497), bem como de outras datando dos séculos VI a VIII; cf. www.mssc.edu/projectsouthasia/ about.htm

[7] David LUDDEN, «India before colonialism: the international impact of Indian Research since 1947», in *India's Worlds and U. S. Scholars: 1947-1997*, ed. de Joe ELDER, Ainslee EMBREE e Ed DIMOCK, Nova Deli, American Institute of Indian Studies, Manohar Publishers, pp. 276-277.

Neste sentido, à semelhança de Diogo do Couto, também Gaspar Correia referiu que Nuno da Cunha tinha exigido que a entrega de Baçaim e das suas terras limítrofes fosse confirmada com o selo do sultão Bahadur «pera que as gentes obedecessem e nom se alevantassem». Talvez por essa razão Nuno da Cunha manteve a obrigação de pagar o *chouto* [8] e, em troca, o rei dos *Sarcetas* [9], que vivia nas serranias em redor de Baçaim, deixaria de saquear as terras do distrito. Nesta fase de transição política afigurava-se fundamental que a transmissão do poder se processasse sem rotura. No âmbito da organização económica, mantiveram-se não só a estrutura agrária mas também os cargos e, por vezes, até os funcionários da administração muçulmana:

> «o embaixador por hum seu criado mandou tanger huma trombeta polas terras, a que logo vierão a Baçaim todolos tanadares das terras, e a todos mostrou a chapa do Badur, que mandava que todos auião d'acudir com as rendas ao feitor, que lho mostrou, e em todo lho auião d'obedecer como fazião a El Rey; o que todos a huma voz outorgarão, pondo as cabeças no chão, e cada hum meteo na mão do feytor hum raminho d'erva cheirosa, ou froles, em sinal d'obediencia.» [10]

Para tentar resumir sucintamente a questão da posse da propriedade agrícola talvez se possa afirmar, sustentado nas opiniões de diversos viajantes europeus, nomeadamente os franceses Anquetil-Duperron e o abade Dubois, que a origem do problema parece residir na diferente concepção que europeus e indianos tinham sobre propriedade fundiária. Enquanto que, em muitos casos, o conceito de propriedade agrícola europeia se aplicava ao próprio solo e era essencialmente personalista, na Índia ele limitava-se aos direitos relativos à exploração agrícola e às rendas da terra. Aqueles a quem, por direito, pertencia alguma coisa, quer fossem cultivadores, aldeãos ou rendeiros, quer fossem diferentes poderes regionais ou até o próprio imperador, eram todos eles parte interessada no aumento da produção e das rendas fundiárias [11].

---

[8] *Chouto*, termo que deriva do sânscrito *chaturtha*, «quarto», deu em marata *chaut*, em guzerate *choth* e em hindi *chout*, sendo um imposto que designava a quarta parte do rendimento da terra. Para uma completa compreensão do significado e da evolução histórica do termo veja-se Artur Teodoro de Matos (dir. e pref.), *O Tombo de Damão 1592*, C.N.C.D.P./Centro de Estudos Damião de Góis, Lisboa, 2001, n. 169. Sobre os conflitos posteriores em torno do pagamento do «chouto», veja-se Alexandre Lobato, *Fundamentos de Portugal na Índia / Formação territorial do Estado da Índia*, sep. de *Esmeraldo*, n.º 3, 1954, especialmente o § 4, «As guerras dos *choutos*», do cap. III, «Damão», pp. 113-115.

[9] Os *Sarcetas* seriam *rajputs*, os *resbutos* dos cronistas portugueses, que de acordo com estes, depois de fugirem dos ataques muçulmanos ocorridos durante os séculos XIII e XIV, se dispersaram por toda a região a norte do Guzerate.

[10] Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Tesouros da Literatura e da História, Lello e Irmão Editores, Lisboa, 1975, Vol. III, Cap. XV, p. 586.

[11] Florence d'Souza, «Le régime des terres dans les aldées du XVIII siècle», in *Revue Française d'Histoire d'Outre-Mer*, t. LXXXI, n.º 303, Paris, Société Française d'Outre-Mer, 1994, pp. 161-169.

É quase certo que, na primeira fase da governação portuguesa em Baçaim, os funcionários muçulmanos responsáveis pela cobrança das rendas fundiárias coexistiram com os funcionários portugueses que em cada *caçabé* [12] centralizavam a recolha dos foros.

Através de Gaspar Correia e de Francisco de Andrade, ficamos a saber que, em Dezembro de 1534, logo após o acto de cedência de Baçaim «com todas suas terras, asy firmes como ilhas e maar, com toda sua jurdição, mero, misto imperio, e com todas suas rendas, e direitos Reaes, e quaesquer outras rendas que nas ditas terras ouver», o governador, Nuno da Cunha, proveu Gaspar Paes [13] no cargo de feitor e recebedor, dois escrivães e um tanadar-mor, a quem deu regimentos particulares e minuciosos das suas novas funções. Proveu ainda, Martim Afonso de Sousa [14], que a todos superintendia na tarefa de anualmente recolherem os mais de 100 000 *pardau*s de ouro provenientes das rendas de Baçaim [15].

Por outro lado, Castanheda, ao discriminar o valor e a proveniência das rendas, traça com alguma precisão as funções de tanadar-mor de Baçaim: 50 000 *pardau*s de ouro eram provenientes da venda de cartazes e dos direitos alfandegários que os navios muçulmanos costumavam pagar em Diu e em outros portos do Guzarate e que, agora, eram obrigados a fazê-lo a

---

[12] Sede de província ou do distrito na Índia. O termo provém do árabe *qasba* de que resultou «alcáçova» em português; cf. DALGADO, *Glossário*…, I, pp. 223-224.

[13] Neto de João Rodrigues Paes, contador-mor em Lisboa, e irmão de outro João Rodrigues Paes, capitão de uma galé, que em 1530 participou no saque de Surrate e Reiner, no Golfo de Cambaia. Gaspar Paes era ainda parente de Nuno da Cunha, que foi feitor de Diu (1530), de Baçaim (1534) e Juiz da Alfândega de Diu (1537). BARROS, *Da Ásia*…, Déc. IV, Liv. IV, Caps. IV e XXVII; e, ainda, Cap. VIII, Cap. VII.

[14] Filho de Lopo de Sousa, fidalgo do conselho de D. Manuel, Martim Afonso de Sousa foi governador da Índia entre 1542 e 1545. Teria adquirido conhecimentos na «arte de navegar, natureza, cosmografia e geografia», que colocou em prática, nomeadamente, na expedição ao Brasil, em 1530. Como recompensa pela sua acção no Brasil (1530-1533), D. João III concedeu-lhe as capitanias de S. Vicente e do Rio de Janeiro, nomeando-o ainda capitão-mor do mar da Índia. Partiu para Goa no comando da armada, em Março de 1534. Na Índia, entre 1534 e 1539, participou na tomada de Damão e exerceu extraordinária actividade diplomática junto do sultão Bhâdur do Guzerate, que o autorizou a construir a fortaleza de Diu. Em companhia de Nuno da Cunha retorna ao Reino em 1539. Em 1541 partiu de novo para Goa, já como governador; cf. Mariana LAGARTO, «Martim Afonso de Sousa», in *Dicionário de História dos Descobrimentos*, vol. II, direcção de Luís de ALBUQUERQUE, coordenação de Francisco Contente DOMINGUES, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 1003-1005.

[15] O *pardau* de ouro valia em Goa 360 réis ou 6 tangas. Segundo Dalgado, esta moeda «era de procedência indígena, da Índia ocidental, corrente ao tempo de Afonso de Albuquerque». O *pardau* de ouro também foi conhecido por *varâha* ou *varâ*, que significa javali em sânscrito, por ter numa das suas faces a efígie desse animal, considerada uma das encarnações de Vishnu. Por esse motivo a moeda foi igualmente denominada pagode, ou seja, «ídolo indiano»; cf. António NUNEZ, «Livro dos Pesos na Ymdia, e assy Medidas e Mohedas (1554)», in *Subsídios para a História da Índia Portuguesa*, de Rodrigo José de Lima FELNER, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1868, p. 31; *vide*, ainda, DALGADO, *Glossário*…, II, pp. 175-176.

Gaspar Paes na feitoria de Baçaim; os restantes 50 000 *pardau*s de ouro provinham das rendas das terras de Baçaim com todas as suas ilhas e sertão vizinho [16]. Não obstante o termo tanadar poder ser empregado em diversas acepções, no caso presente tudo parece indicar ser este o agente local encarregue de centralizar a recolha dos direitos e foros que hindus e cristãos naturais de Baçaim eram obrigados a pagar à Fazenda Real. Supomos que o início da actividade deste tanadar-mor possa ter ocorrido ainda em 1534, ano em que «se não arrecadou mais que ametade do rendimento d'elas, porque se tomou pose (das terras) em dezembro» [17]. Nos anos seguintes o valor das rendas colectadas já se encontrava registado. Admitimos, por isso, que os tombos de Baçaim, concluídos em 1535, sejam os mesmos de que nos falava Diogo do Couto.

Esta primeira fase terá durado até Maio de 1539 quando «os guzerates em cabildas» chefiados por Bramaluco (Burhân ul-Mulk Bunyâni), um capitão do sultão Bahadur e antigo senhor das terras de Baçaim e de Damão, decidiu invadir aquela cidade para recuperar as suas propriedades que estavam «as mais d'ellas arrendadas aos portugueses, que da sua mão n'ellas tinhão os moradores da terra». Para estabelecer as pazes e retirar-se de Baçaim, Bramaluco propunha que aí permanecesse um tanadar muçulmano para recolher as rendas do sertão [18].

2. Numa segunda fase, a partir de 1540, depois de o capitão do sultão Bahadur ter sido derrotado e expulso de Baçaim, acentuou-se a prática da concessão a portugueses e brâmanes de Goa de terras salgadas e outras desaproveitadas bem como de propriedades entretanto abandonadas pelos seus concessionários muçulmanos que tinham tomado o partido das forças derrotadas.

Há notícia de no tempo da governação de Martim Afonso de Sousa terem sido elaborados «cadernos de remdimentos das terras de Baçaim e as despezas ordinarias della» [19] onde se registaram os arrendamentos das aldeias entre 9 de Junho de 1541 e 8 de Junho de 1542. Provavelmente devido à incipiente estrutura administrativa e à falta de meios financeiros para pagar a militares e funcionários, foram concedidas, um pouco ao desbarato, inúmeras terras, arrendadas por valores tão baixos que, comparati-

---

[16] CASTANHEDA, *História…*, Liv. VIII, Cap. lxxxiiii.

[17] Simão BOTELHO, «O Tombo do Estado da Índia», in *Subsídios para a história da India Portuguesa […]*, de Rodrigo José de Lima FELNER, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1863, p. 138.

[18] Castanheda, *História…*, Liv. IX, Cap. xiii; Gaspar Correia, *Lendas…*, Vol. IV, Cap. xxxiv, p. 92.

[19] José WICKI, «Os percalços das aldeias e terras de Baçaim vistos e julgados pelo P.e Francisco Rodrigues S.J. (por 1570)», in *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, 76, Bastorá, 1959, p. 5; *apud* G. SCHURHAMMER S.J., *Die zeitgenossischen Quellen zur Geschichte Portugiesisch-Asiens und seiner Nachbarlander… zur zeit hl. Franz Xaver*, Leipzig, 1932, n.º 969.

vamente aos que anteriormente se praticavam sob o domínio muçulmano, os cofres da Fazenda Real saíam lesados em cerca de 60% [20].

Na realidade, em meia dúzia de anos, estes portugueses e hindus, descontentes com a doação de terras de baixo rendimento, subornaram os feitores da fazenda real para não pagarem as rendas estipuladas, ou arranjaram forma de pagar uma renda muito inferior à que anteriormente se costumava satisfazer o sultão Bahadur, ou ainda associados aos antigos proprietários muçulmanos que se tinham oposto e combatido os portugueses, conseguiram obter de forma ardilosa novos terrenos, dos quais pagaram foro em partes iguais:

> «Os capytães e feitores desta fortaleza deram atégora muitas terras, asi de mouros que se aleuantaram em tempo de guera, como de salgados e desaproveitados, a purtugueses e bramenes de goa, que aqui vieram viuer, os quais não se contentauão com o que pedião, senão com o salgado tomauão doce, e com o desaproveitado o aproveitado; e dauam-lhas com muito menos foro do que dantes pagauam, e os que pedião por daleuantados tomauam terras que pagauam de meas, e concertauam se com os rendeiros pera que fose esquecendo, por auer muito tempo que andauão na arrecadação das rendas, e pera ysto não lhe mingoavão quatro negros pera testemunhas falsas.» [21]

3. A terceira fase iniciou-se em 1546 quando D. João de Castro, sem ter outra forma de recompensar os moradores e soldados que se distinguiram na resistência ao segundo cerco a Diu, decidiu conceder-lhes «muitas aldeas alem das outras terras» [22] férteis de Baçaim, em regime de aforamento ou emprazamento pela duração máxima de três vidas.

A influência política e económica de Baçaim era de tal forma relevante que, comparando-a com Diu, Diogo do Couto dizia ser aquela praça, «com suas tanadarias, e jurdição, cousa de mais importancia no rendimento» [23]. De igual modo, Simão Botelho, aquando da visita a Baçaim para regularizar os aforamentos atribuídos por D. João de Castro, informou o rei de que «he a milhor cousa que Vosa Alteza tem nestas partes» porque, além de nela existir muita madeira, linho e uma grande variedade de mantimentos, essa terra ainda possuía um comércio activo com os territórios de Balagate e com a cidade de Cambaia [24].

---

[20] Simão Botelho, «Cartas de Simão Botelho», II, 24 de Dezembro de 1548, in *Subsídios para a história da India Portuguesa […]*, de Rodrigo José de Lima Felner, Academia Real das Sciencias, 1863, p. 6.

[21] *Idem*, *ibidem*, p. 10.

[22] Simão Botelho, «Carta de Simão Botelho», I, 30 de Novembro de 1547, in *Subsídios…*, p. 7.

[23] Diogo do Couto, *Década Quarta da Ásia*, Liv. VIII, cap. VIII, vol. I, ed. anot., coord. e lug. cits., p. 447.

[24] Simão Botelho, «Carta de Simão Botelho», II, 24 de Dezembro de 1548, in *Subsídios…*, p. 7.

Este processo de atribuição de propriedades agrárias, que reduziu à expressão mínima a presença de terras aforadas a não católicos e tornou possível o agrupamento de uma fidalguia agrária em Baçaim, parece ter obedecido a três objectivos essenciais: desenvolver a produção agrícola para assegurar o abastecimento de mantimentos aos soldados das armadas e das «Praças do Norte»; garantir a segurança da região, dado que a concessão dos aforamentos obrigava a que os prazeiros possuíssem um cavalo pronto para a guerra sem qualquer encargo para a Coroa; finalmente obter rendimentos fixos para as finanças do Estado [25].

No entanto, embora se saiba que em meados do século XVI a instituição dos Prazos da Coroa já se encontrava «claramente esboçada», a sua organização e os objectivos de defesa estavam longe de ser perfeitos [26]. Na realidade, a concessão de terras em Baçaim e os foros que delas se tiravam estavam de tal modo desordenados que Simão Botelho se queixava de que os poucos casados residentes na fortaleza «só esperauão de ter aldeas», não cumprindo as condições do aforamento, a saber, muitos dos portugueses não viviam na fortaleza, nem trabalhavam a terra – casos em que preferiam arrendá-las – tal como não possuíam cavalos [27].

4. Em traços gerais, a passagem do poder político e económico das terras de Damão para mãos portuguesas foi, se exceptuarmos as longas e complexas negociações políticas com os sultões do Guzerate, muito semelhante à que acabámos de descrever para Baçaim.

No primeiro quartel do século XVI, a região montanhosa do interior, entre Damão e Baçaim, rica em madeira de teca, foi cedida aos *Sarcetas* pelo sultão Muzaffar II (r. 1511-1525) que se obrigava ao pagamento do *chouto*, da mesma forma que antigamente o faziam os poderes locais hindus, em troca de estes renunciarem à razia e ao saque das suas terras. Mais tarde, em 1559, quando D. Constantino de Bragança conquistou o território de Damão estabeleceu um pacto com o rei dos Sarcetas, semelhante ao que se tinha praticado em Baçaim, para que este não invadisse as terras da Coroa [28].

Segundo Diogo do Couto, tal como sucedeu em Baçaim, também Damão e as suas *praganás* foram cedidas aos portugueses por um formão, desta feita autenticado pelo sultão Ahmed Shah III. Logo após a conquista de Damão, o vice-rei, D. Constantino de Bragança, encarregou D. Diogo de Noronha, primeiro capitão da fortaleza, de «dar e repartir os chãos como lhe pareçesse mais comueniente» aos interesses del-rei e ao bem estar do povo [29].

---

[25] João Paulo COSTA, «Baçaim», in *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, vol. I, dir., coord. e lug. cits., pp. 108-110.

[26] Alexandre LOBATO, «Sobre os Prazos da Índia», p. 462.

[27] Simão BOTELHO, «Carta de Simão Botelho», II, 24 de Dezembro de 1548, in *Subsídios*…, pp. 5-6.

[28] Artur Teodoro de MATOS, cit., pp. 288-293 e n. 168.

[29] Artur Teodoro de MATOS, cit., p. 295.

Segundo a *Relação dos Aforamentos* do Conde do Redondo, de 1562 e 1563, e o Tombo de Damão, de 1592, elaborado por Francisco Pais e Diogo Vieira, essa prerrogativa, igualmente concedida a outros capitães da fortaleza de Damão, foi executada nas *praganás* do distrito [30].

Nos aforamentos realizados entre 1561 e 1567, durante os vice-reinados de Constantino de Bragança, Francisco Coutinho e Antão de Noronha, surgiram algumas sensíveis diferenças relativamente à prática anteriormente seguida na atribuição dos prazos de Baçaim, nomeadamente a obrigação de os foreiros residirem em Damão e Baçaim, geralmente com família e casa, e ainda o encargo de possuir um cavalo árabe ou um «cavalo da terra», este especialmente referido nos foros atribuídos entre 1565 e 1567, sem que isso constituísse qualquer encargo para os cofres da Coroa. Em apenas quatro casos relativos a emprazamentos em Damão, o foreiro era obrigado a possuir espingarda. Talvez os poucos registos especificando esta componente de defesa militar a que os foreiros estavam obrigados estejam relacionados com o facto de, no regimento de 1565, estabelecer que 39 dos 226 foreiros residentes na praça deverem prestar serviço como espingardeiros para defender os territórios de fronteira [31].

Estes encartamentos diziam respeito a aldeias, pedaços de chão – ou seja, pequenas propriedades agrícolas que, por vezes, possuíam poço –, terras salgadas e doces, pequenas fracções de terras dispersas, hortas, várzeas de arroz, *palitas* [32], casas e terrenos urbanos, rendas de *praganás* e de *mandovis*, palmares e até ilhas, nomeadamente a ilha das Vacas. São apenas seis os registos que referem a concessão de carta de aforamento por serviços prestados pelos prazeiros, e destes, somente dois explicitam os motivos que estiveram na origem da concessão: o assentamento da carta de foro a Francisco de Oliveira por 40 anos de serviço em África e outro a Diogo da Silva pela sua acção na Índia e na tomada do reino do Jafanapatão.

Por outro lado, o hábito de viciar os ofícios da matrícula parece ser frequente, uma vez que, segundo o conselheiro do Estado, Francisco Delgado e Mattos, «a malicia dos pertendentes da India ordinariamente excede ao merecimento, e por se evitar o conluyo que poderá haver na qualidade do serviço, pois a experiencia tem mostrado que os moradores do Norte uzão

---

[30] «Copia da Rellação, que fez o Secretario do Estado da India Luis Gonsalves Cotta (…) da origem com que forão dados os aforamentos das Aldeas das jurisdiçoens das Fortalezas de Damão, e Baçaim das terras do Norte em fatiota, e em vida em tempo do senhor Rey D. Sebastião por Garcia Rodrigues de Tavora Capitão da Fortaleza de Damão, pelo V. Rey o Conde do Redondo D. Francisco Couttinho nos annos de 1562 e 1563, e pelo V. Rey D. Antão de Noronha nos annos de 1565 e 1566…», adiante transcrito. Doravante citaremos esta fonte por *Relação dos Aforamentos dos vice-reis, Conde do Redondo e D. Antão de Noronha*.

[31] Panduronga S. S. Pissurlencar, *Regimentos das Fortalezas da Índia*, Bastorá, 1951, pp. 407-408.

[32] De acordo com Artur Teodoro de Matos, o termo provém do sânscrito *pallita*, «guardado, protegido, favorecido, alimentado», particípio do verbo *pâl,* que originou *pâlit* em guzerate, com o sentido de algo guardado como presente e relacionado com os dessais; cf. Artur Teodoro de Matos, cit., p. 297, n. 171.

nesta materia de certidoens de acompanharem o capitão de huma Praça, em huma sahida ao campo, e outros estando em sua caza acodem a hum Baluarte e fazem deste modo os oito annos, sem atirarem com hum arcabús, nem saberem por as costas hũa Lança» [33].

Os aforamentos do conde do Redondo e de D. Antão de Noronha, de um modo geral, foram dados em *fatiota*, no que toca a propriedades de dimensões reduzida, e em três vidas, passando posteriormente a duas, quando de aldeias se tratava. Segundo Alexandre Lobato, a redução do número de vidas estaria relacionada com o encarecimento do foro, normalmente pago em moeda de ouro, o que provocaria um aumento das procura destas mercês [34].

5. Assinale-se, finalmente, que num importante manuscrito acerca dos costumes e dos foros em uso na região de Baçaim, redigido pelo jesuíta Francisco Rodrigues entre 1556 e 1573, respectivamente as datas da sua chegada à Índia e da sua morte, podemos conhecer numerosíssimos *percalços*, termo pelo qual eram conhecidas as antigas contribuições dos moradores de diferentes castas e profissões aos senhores ou ao Estado para acorrer a uma despesa a favor da comunidade.

Do ponto de vista da análise económica e social, Francisco Rodrigues fornece importantes indicações acerca das condições e processos de trabalho de diversas profissões, em particular dos *corumbins* [35], e revela valiosas informações sobre produções agrícolas, qualidade dos contratos de arrendamento, grau de exploração do trabalho agrícola, tipos de empréstimos, natureza dos impostos e os novos costumes introduzidos pelos portugueses, nomeadamente em matérias relacionadas com as transmissões das heranças. É um conjunto de meia centena de diferentes tipos de contribuições entre as quais destacamos as seguintes: «percalsos sedaulvarys» [36], percalso do Xeque Feride muçulmano esmolar [37], do «matarculo» [38], do «passiguo dos

---

[33] «Voto que deo o Doutor Francisco Delgado, conselheiro do Estado, em assento que se tomou na Junta acerca dos aforamentos e merces da Aldeas do Norte», Dezembro de 1682. Transcrição dactilografada existente no espólio de Alexandre Lobato, de um documento pertencente a um vasto conjunto de papéis organizados e coligidos em 1804 a propósito do debate iniciado por António Gomes Pereira Silva, chanceler do Estado, em Goa, sobre a abolição do encartamento dos Prazos da Coroa.

[34] Alexandre LOBATO, «*Sobre os Prazos da Índia*», cit., p. 463.

[35] *Corumbins*, termo de origem sânscrita, *Kutumbin*, «o que tem família ou casa», *Kunbi* na língua marata. Designa os indivíduos de castas inferiores, *sudra*, geralmente agricultores da costa ocidental indiana; cf. DALGADO, *Glossário…*, I, pp. 338-339.

[36] *Sedaulvarys* ou *Sádalaváris* contribuições para gastos públicos; cf. H. H. WILSON, *Glossary of Judicial and Revenue Terms…*, Delhi, 1968, p. 452.

[37] Esta contribuição era dada ao muçulmano pregador que mendigava pelos campos, recebendo de cada cultivador um curó (medida de capacidade para secos, aproximadamente 8 litros) de arroz bate; cf. José WICKI, cit., p. 10; DALGADO, *Glossário…*, I, pp. 337-338.

[38] *Matarculo*, contribuição de um curó de arroz bate dada pelo *corumbim* aos *mathares*, os anciãos da aldeia; cf. José WICKI, cit., p. 11.

gados» [39], dos feixes de lenha e dos feixes de goma de bambu [40], do «carouco tanadarim» [41], do «cotoaly» [42], do «corei combem» [43], do «cambar curo» [44], dos alpar-queiros, oleiros e cavouqueiros [45], do acarreto de bate [46], dos casadores de res, percalso sobre as jornas dos corombins, dos matares, do transporte da sura [47].

Para além destes aspectos da vida social, o manuscrito de Francisco Rodrigues apresenta-se como um tratado de características morais na medida em que tece considerações críticas em relação à justeza das arrecadações das rendas agrícolas. Segundo o padre José Wicki, estas considerações

> «foram tomadas como guia de confessores para eles saberem bem que *percalços* eram lícitos, e os que eram ilícitos ou toleráveis. E desta maneira podiam os penitentes, eventualmente, ser obrigados à restituição do mal adquirido» [48].

---

[39] *Passiguo dos gados*, tributo pago em quartilhos de leite pelos nativos que apascentam o seu gado na aldeia. O senhorio recebia 6 e os *mathares* 2; cf. José WICKI, cit., p. 11; DALGADO, *Glossário…*, I, p. 246.

[40] Contribuição anual em lenha e goma de bambu que os *corumbins* pagavam aos senhorios; cf. José WICKI, cit., p. 11.

[41] Segundo o padre Francisco Rodrigues, «hé certa cousa que os tanadares tinhão da afilação dos pesos e medidas». O termo *carouco* provém do sânscrito *Kâru*, «artista, artífice». Derivou em concani na forma *Karûk*. De acordo com Dalgado, o *carouco* «era um antigo imposto de Goa que incidia sobre as indústrias das aldeias»; cf. José WICKI, cit., p. 11; DALGADO, *Glossário…*, I, pp. 221-222.

[42] *Catuália*, termo proveniente do hindust. *Katuâlî*. Significa não «o ofício de catual, mas certos direitos que se pagavam à barreira, sob o título originário de manutenção do Catual». Neste caso, o padre Francisco Rodrigues define o termo como um tributo pago pelos *varatiguás* (comerciantes) ao *catual*, «hum official que tinha o officio de prender e soltar com jurdição limitada». Segundo Dalgado, *Catual* era a palavra que designava o «indivíduo que exercia todas ou algumas das seguintes funções: chefe da polícia da cidade, inspector dos mercados, juiz criminal, governador da cidade». Termo originário do sânscrito *Kota*, «fortaleza», e *pâla*, «guarda». Deu origem ao termo persa *Kotual*, «comandante da fortaleza»; cf. José WICKI, cit., p. 12; DALGADO, *Glossário…*, I, pp. 237-239.

[43] Um tributo que os *corumbins* pagavam ao senhorio pela licença que este lhe dava para «seguar o primeiro bate». Geralmente o pagamento consistia em produtos como galinhas ou manteiga; cf. José WICKI, cit., p. 12.

[44] Um *percalso* pago pelo *corumbim* ao seu senhorio pago num *curó* de arroz bate; cf. José WICKI, cit., pp. 12-13.

[45] Tributos pagos ao senhor da terra pela prática dos ofícios de alparqueiro, oleiro e cavouqueiro. Pela natureza da sua profissão o alparqueiro aproveitava-se dos couros do gado que morria na aldeia, sendo por isso obrigado a dar algumas alparcas ao senhorio. No caso dos oleiros, o tributo era devido ao facto de usarem o barro e a lenha com que o coziam. Os cavouqueiros negociavam com o senhorio em função da quantidade de pedras que retiravam da aldeia; cf. José WICKI, cit., pp. 13-15.

[46] Tributo pago pelo *corumbim* ao senhorio, no qual se obrigava a transportar o arroz bate ao porto. Em algumas aldeias este serviço podia ser substituído por pagamento em dinheiro; cf. José WICKI, cit., p. 14.

[47] *Sura* é o suco extraído da espata de várias palmeiras indianas, em especial de coqueiro; cf. DALGADO, *Glossário…*, I, pp. 330-331.

[48] José WICKI, cit., p. 6.

Do que atrás se disse, ressalta a ideia de uma evidente continuidade no modelo de propriedade e no sistema fiscal fundiário. Comparativamente ao que se sucedia na mesma época nos territórios sob o domínio mogol (1556--1707), verificamos que, embora não tenham sido introduzidas mudanças radicais no antigo sistema de rendas hindu, os governantes mogóis tiveram o mérito de transformar os costumes e as tradições orais, geralmente utilizados pela administração hindu, num sistema coerente baseado nos arquivos e na utilização regular de registos de contas que permitiam estimar com maior rigor os recursos financeiros ao dispor do estado. De igual modo, os primeiros maratas mantiveram no essencial a estrutura fundiária e o designado *ain* («a própria coisa»), um imposto de renda introduzido pelo general abissínio Malik Amber (1594-1626) [49] que equivalia a – do total da produção agrícola das suas *praganás* de Ahmednagar, região próxima dos territórios de Baçaim. Mais tarde, o poder marata aumentou o valor desse imposto, o qual designou *Kamal*, uma taxa máxima para as terras mais férteis. Na maioria dos casos, o valor dessa tributação não foi permanente, mas no Decão a posse da terra tinha como característica essencial a taxação fixa. O *mirasdar* [50] conservava hereditariamente a posse das suas propriedades agrícolas, as quais estavam sujeitas ao pagamento de um imposto constante quer fossem cultivadas ou não [51].

O texto do padre Francisco Rodrigues tem ainda a particularidade de fornecer dados importantes para a análise da evolução histórica sobre os costumes fiscais e a arrecadação de rendas agrícolas, bem como para o conhecimento da transformação progressiva dos tombos que se realizaram nos territórios da «Província do Norte», em particular dando a conhecer a existência do foral de Salsete, então em vigor [52], do foral novo iniciado por

---

[49] Malik Amber, também conhecido por «negro ambar», foi um escravo abissínio comprado em Bagdade pelos sultões de Ahmednagar. Após o início da invasão Mogol, em 1594, ele tentou, sem êxito, colocar-se ao serviço das cortes de Bijapor e de Golconda. Foi um conceituado general que utilizou habilmente durante cerca de trinta anos a «táctica de guerrilha» contra o poder mogol. Malik Amber também exerceu o cargo de ministro na administração económica de Murtaza Nizam Shah II, soberano do sultanado de Ahmednagar. Depois de uma dezena de anos de constantes guerras, Malik Amber conseguiu, entre 1610 e 1612, obter a famosa praganá no noroeste do Maharashtra da qual viria a auferir avultados rendimentos; cf. Stewart Gordon, *The Marathas 1600-1818*, The New Cambridge History of India, II, 4, Cambridge University Press, 1993, pp. 42-52.

[50] *Mirasdar*, o que possui hereditariamente uma propriedade, *mirás*. No Decão, o vocábulo *mirás* significa «o direito hereditário a um prédio, oficio ou indústria». Em Goa, o termo designa a propriedade concedida sem foro por uma comunidade agrícola aos seus servidores. Do árabe *mirâs* que significa literalmente «herança»; cf. Dalgado, *Glossário*, II, pp. 56-57.

[51] Irfan Habib, *Agrarian system of Mughal India 1556-1707*, Nova Deli, Oxford University Press, 1999, pp. 220-225.

[52] Feito por António Gonçalves em meados de 1562. Cf. «Carta do Vice-Rei D. Francisco Coutinho ao Rei», 6 de Junho/Julho (?) de 1562, in *Archivo Portuguez Oriental*, Fascículo V, Parte 2, de Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, Nova Goa, 1861-1866, p. 508.

Simão Botelho no Inverno de 1547 [53], e de um «foral velho» do qual não achamos rastro a não ser que se trate do que foi referido por Diogo do Couto e que foi discutido atrás [54]. A inexistência de uma cópia deste «foral velho» não deve, no entanto, surpreender-nos se atentarmos em que, já em 1688, a casa onde se guardavam os arquivos da administração de Goa se achava em mau estado, estando muitos dos livros mais antigos já deteriorados pelo tempo e pela humidade que os deixaram ilegíveis [55].

ANEXOS *

> Copia da Rellação, que fez o Secretario do Estado da India Luis Gonsalves Cotta por mandado do Cappitam General della D. Rodrigo da Costa em virtude de huma carta que teve de S. Magestade que Deos Guarde, da origem com que forão dados os aforamentos das Aldeas das jurisdiçoens das Fortalezas de Damão, e Baçaim das terras do Norte em fatiota, e em vida em tempo do senhor Rey D. Sebastião por Gracia Rodrigues de Tavora Capitão da Fortaleza de Damão, pelo V. Rey o Conde do Redondo D. Francisco Couttinho nos annos de 1562 e 1563, e pelo V. Rey Antão de Noronha nos annos de 1565, e 1566, e não se acha na Secretaria registo algum de que os Senhores Reys de Portugal fizessem merce das ditas Aldeas a seus vassalos, quando ganharão as ditas terras, e se he que as houve procedera esta falta de se terem consumido, com o tempo muitos livros antigos, e apodrecerão muitos outros com agoa, que lhe cahio nos annos passados em huma invernada por se abater huma caza, em que estavão de que ficarão alguns com a letra apagada de sorte que mal se pode ler, e dos que estavão mais capazes, e legiveis se tirou esta rellação das merces que fizerão os dous V. Reys apontados, e na mesma forma as forão depois fazendo os V. Reys, e Governadores, que lhe succederão, como consta dos livros da secretaria.

Primeiramente para se ter inteira noticia do tempo em que forão ganhadas aos mouros as ditas terras se apontão nesta rellação em primeiro lugar os V. Reys, e Governadores, que as ganharão, e os annos em que servirão para daquy se inferir a antiguidade das datas das ditas Aldeas.

---

[53] Simão BOTELHO, «Carta de Simão Botelho», I, 30 de Novembro de 1547, in *Subsídios…*, p. 2.

[54] José WICKI, cit., p. 37.

[55] Ver *infra* Anexos, *Relação dos Aforamentos dos vice-reis, Conde do Redondo e D. Antão de Noronha*.

* Sobre o documento aqui apresentado, cópia da transcrição mandada elaborar por Alexandre Lobato, em 1958, veja-se *supra* nota 33. Apesar de Alexandre Lobato indicar as cotas destes documentos, as quais certamente estarão correctas não nos foi possível achá-las nos Arquivos Históricos de Goa e nem no Arquivo do Tribunal de Contas em Lisboa, onde, segundo aquele autor, existiria cópia da mesma documentação.

O acesso a todo este acervo documental só agora nos foi possível, graças à ajuda generosa do seu filho, Manuel Lobato, a quem aqui agradeço reconhecidamente.

O Governador Affonco de Albuquerque que succedeo na India ao primeiro V. Rey D. Francisco de Almeida em Novembro de 1509 tomou a Cidade de Goa e governou ate o anno de 1515.

O Governador Diogo Lopes de Siqueira que succedeo ao Lopo Soares de Albergaria que veio no anno de 1518; fez a fortaleza de Chaul e governou tres annos.

O Governador Nuno da Cunha, que sucedeo a Lopo Vas de Sampayo veio do Reino no anno de 1518, e governou nove annos, e dez mezes e neste tempo acabou de aperfeiçoar a Fortaleza de Chaul, e fez as de Baçaim, e Dio.

O Governador Martim Affonço de Souza, que succedeo a D. Estevão da Gama veio do Reino no anno de 1541, e governou tres annos, e quatro mezes, e neste tempo ajuntou a coroa de Portugal as terras firmes de Salsete, e Bardez.

O Governador Francisco Barreto, que succedeo a D. Pedro Mascarenhas no anno de 1555, governou dous annos e vinte e hum dias, e neste tempo tomou as fortalezas da Serra de Asserim, e Manora da jurisdição de Baçaim.

O Senhor V. Rey D. Constantino de Bragança que veyo do Reino no anno de 1558, governou tres annos, e neste tempo tomou a cidade de Damão.

> Seguemse os aforamentos que fez o V. Rey o Conde do Redondo nos annos de 1562, e 1563, como consta de hum Livro antigo do registo da secretaria, em que huns estão registados por extenso, e outros por rezumos.

O V. Rey o Conde do Redondo fez merce a Antonio de soto mayor moço da Camera d'El Rey de huns pedaços de chaons, que estavão no passo seco da Ilha de Goa, que forão de dous gentios, hum por nome Bombula Rama Naique, e outro por nome Bamana ambos parentes o qual Bamana se fizera depois christão, e se chama Jeronimo, e ambos falecerão sem herdeiro, os quaes chaons lhe deo em fatiota para sempre para elle, e seus herdeiros, e decendentes, de que pagaria o setimo, e o foro, que devesse, de que lhe mandou passar Carta de aforamento em 29 de Novembro de 1562.

Garcia Rodrigues de Tavora sendo capitão de Damão fez merce a Francisco de Carvalhaes, em nome d'El Rey de huma terra salgada que estava na pragana de Maimquelme com parte de doce por nome candarvanda, que foi de hum alevantado, por nome coje mamede Navrary, de que pagaria de foro o que se achasse, que antigamente pagava o dito Moiro, e que a possuiria, e seus herdeiros, e descendentes, com todas suas entradas, e sahidas, e serventias, de que lhe mandou passar Provizão em 16 de outubro de 1562, que foi confirmada pelo v. Rey D. Francisco Coutinho Conde do Redondo, o qual lhe fez merce da dita terra em fatiota, para sempre para elle, e seus herdeiros, e descendentes, pagando o foro, de que fosse obrigado, e lhe mandou passar carta de aforamento em nome do Senhor Rey D. Sebastião em 14 de Janeiro de 1563.

O mesmo capitão de Damão Garcia Rodrigues de Tavora fez merce a Gaspar Leitão em nome d'El Rey de dous pedaços de chão, hum, que estava de fronte de outro de Antonio Gomes, que fora de hum Payo girão, e outro chão que fora de hum Pari Mamede rais, que estava de outra banda a par do samque os quaes possuiria, e seus herdeiros, e descendentes, com todas suas entradas, e sahidas, e serventias sem declarar o foro, que havia de pagar, de que lhe mandou passar Provizão em 15 de setembro de 1562, e da mesma maneira fez tão bem merce ao dito Gaspar Leitão em nome de El Rey de hums chaons, que estavão ao redor da Fortaleza de Damão da banda de fora, para ajuda e amparo de humas moças, que tenha em sua caza orfaans, os quaes possuiria, e seus herdeiros, e descendentes, com todas suas entradas, e sahidas, e serventias, e que os não poderia vender, nem trespassar sem licença de El Rey, ou dos Capitaens que ao diante fossem da dita Fortaleza, e seria obrigado a

fazer bemfeitorias, sem declarar o foro, que havia de pagar, e de que lhe mandou passar Provizão a 26 de outubro de 1562, e outro sim fez o dito capitão merce ao dito Gaspar Leitão, em nome d'El Rey de humas vigas de terra, que estavão alem do Tamque dos Mainatos, e de huns pedaços de terra, que estavão a par da Horta de Leonardo Figuereido, e dahy por sima do Tamque ate o Caminho, que partia com Magravara e assim mais a vargea, que estava pella banda debaixo da horta de Leonardo Figueredo, e do Tamque com o oiteiro, que hia para Damão de sima, ate o cabo, assim mais o Tamque dos Mainatos, para se poder servir delle, o qual seria comum a todos, e que possuiria estas propriedades, e seus herdeiros, e descendentes, com todas suas entradas, sahidas, e serventias, e que as não poderia vender sem licença d'El Rey ou dos capitaens, e que pagaria de foro dous pardaos por estarem as ditas terras desaproveitadas de que lhe passou Provizão em 27 de outubro de 1562, as quaes tres Provizoens confirmou o dito V. Rey o Conde do Redondo, fazendo-lhe estas merces em fatiota para sempre para elle e seus herdeiros, ascendentes e descendentes, pagando o foro, que fosse obrigado, de que lhe mandou passar carta de aforamento em nome do Senhor Rey D. Sebastião a 8 de Janeiro de 1563.

Em 20 de Janeiro de 1563 passou o dito V.Rey o Conde do Redondo carta de aforamento a Francisco Sapeco em tres vidas das Aldeas Bololai, e Davy Paladi grande, que vagarão por falecimento de Pedro Pinto, de que pagaria de foro em cada anno, assim elle como as pessoas que lhe sucedessem, quatorze pardaos de ouro, e dous mamudes, e seria obrigado assim elle como as pessoas, que lhe sucedessem, a viver e rezidir em Damão, e ter sempre hum cavalo Arabio a sua custa, sem vencer soldo moradia, nem mantimento seu nem do dito cavalo, e as mesmas obrigações terião as pessoas que lhe succedessem.

Garcia Rodrigues de Tavora capitão de Damão fez merce em nome d'ElRey a Diogo Paes das tenças, e pallita, que Joga Naique Dessai defunto, e seu sobrinho Dingi Naique alevantado tenhão, e possuião na Aldea Dumgarída, da Pragana Picary, que fora aforada a Diogo Fernandes, que tinha duzentas e sincoenta vigas da terra as quaes tenças e palitas possuiria, assim e da maneira que as tiverão, e possuirão, as ditas pessoas em fatiota para sempre, para elle, e seus herdeiros, e descendentes, e pagaria o salami a ElRey conforme ao foral sem outra obrigação alguma de que lhe passou Provizão a 19 de Dezembro de 1562, a qual lhe confirmou o V.Rey o Conde do Redondo, fazendo mercê das ditas tencas em fatiota para sempre ao dito Diogo Paes para elle, e seus herdeiros, e descendentes, pagando de foro o dito salimi, de que lhe mandou passar carta de aforamento em 22 de Janeiro de 1663.

O V. Rey o Conde do Redondo tendo respeito aos serviços de Francisco Paim de Mello, e a ser provido em dias de sua vida pello V. R. D. Constantino de Bragança no cargo de Capitão de Danum das terras de Damão, lhe fez merce de aforar em sua vida a renda de Pragana, e mandovim do dito Danum, que andava a renda em sinco mil e trezentos mamudes chaparis, que erão pardaos de ouro de quatro mamudes, e meyo pardao, com obrigação de pagar foro, em cada anno mil, e duzentos pardaos de ouro, de que se lhe mandou passar carta de aforamento em 9 de Fevereiro de 1563.

Garcia Rorigues de Tavora capitão de Damão fez merce em nome d'ElRey a Cosme Vieira cavaleiro da caza do dito senhor, e Alcaide mor da cidade de Damão, de hum chão, e cazas, que estavam dentro na Fortaleza, em que pouzerão os vigarios, com todas as bemfeitoria, que tivesse, o qual chão tinha hum poço com condição que Gaspar da Fonceica pouzaria nellas, em quanto fosse Juiz da Alfandega e o dito Cosme Vieira as haveria e possuiria e seus herdeiros e descendentes, com todas suas entradas, sahidas, e serventias, e lograria de maneira, que direito pertencesse, o qual chão teria doze braças craveiras de frontaria, e por de traz quinze de que lhe passou Provizão a 12 de Abril de 1562, a qual confirmou V. Rey o Conde do Redondo, fazendo merce em fatiota do dito chão, e cazas ao dito Cosme Vieira, mandando-lhe passar carta de aforamento em 16 de Fevereiro de 1563.

O mesmo Capitão de Damão Garcia Rodrigues de Tavora fez merce a António de Barros em nome D'ElRey das Aldeas que estavão em Pragana de maim, huma por nome Corova, que rende sete muras de bate, e em dinheiro secessenta, e tres mamudes, e outra por nome Seravli, que rendia oito muras de batte, e doze mamudes em dinheiro, havendo respeito a Aldea Corova de que o V. Rey o Conde de Redondo lhe fez merce ser dada a Nonojo Synay, com obrigação de guardar hum paço das ditas terras, as quaes duas Aldeas Corova, e Seraulim haveria elle dito Antonio de Barros, e as possuiria para sy, e seus herdeiros, e descendentes em tres vidas com todas suas entradas, sahidas, e serventias, e pagaria dellas de foro, em cada anno a ElRey vinte e hum pardaos de ouro, das quaes Aldeas lhe passou provizão a 28 de Dezembro, a qual confirmou o V. Rey o Conde de Redondo fazendo merce das ditas Aldeas em tres vidas ao dito Antonio de Barros mandando lhe passar carta de aforamento em 20 de Fevereiro de 1563.

Em 25 de Fevereiro de 1563, passou o dito V. Rey o Conde do Redondo carta de aforamento em tres vidas a Antonio de Britto da Aldea cornihã, que estava em Pragana loaça das terras de Damão, que era aforada a Diogo Gonsalves que a largou de que pagaria de foro em cada hum anno, assim elles, como pessoas que lhe sucedessem, quarenta e nove pardaos de tangas de prata, dous mamudes e doze ducaras, e seria obrigado a viver e rezidir no dito Damão com sua mulher e caza e ter la hum cavalo Arabio a sua custa, sem vencer soldo moradia, nem mantimento seu, nem do dito cavalo e a mesma obrigação terião as pessoas que lhe sucedessem.

O mesmo capitão de Damão Garcia Rodrigues de Tavora fez merce em nome d'ElRey a Francisco Paim de Mello de hum salgado desaproveitado, que estava em Damão de sima que partia de huma banda, com a horta de Leonardo de Figueiredo, e da horta com Rui Lopes, para nelle fazer huma horta o qual possuiria com todas suas entradas, sahidas, em fatiota para sempre para elle, e seus herdeiros, ascendentes, e descendentes de que lhe passou Provizão a 3 de Abril de 1562, a qual confirmou por sua carta de confirmação o V. Rey o Conde de Redondo ao primeiro de Março de 1563.

O V. Rey D. Constantino de Bragança tendo respeito aos muitos serviços que Diogo da Silva Fidalgo da Caza de ElRey lhe tinha feito na India por decurso de muitos annos, e ao acompanhar na tomada do Reino de Infanapatão, lhe fez merce de tres vidas da Ilha das vacas por nome Naradina, que estava na costa do dito reino de Infanapatão, com tanto que elle e as pessoas que nella sucedessem, durante as ditas tres vidas serião obrigados a pagar de foro della, em cada anno sinco pedras bazares das boas que se achassem na dita Ilha para se remeterem a Rainha, a qual lograria com todas suas pertenças, logradouros, entradas, sahidas, e serventias, e seria elle a primeira vida, e por sua morte nomearia a segunda, e esta a terceira, de que lhe passou a carta de aforamento a 8 de Março de 1561, a qual confirmou o V. Rey o Conde do Redondo acrescentando, que lhe fazia outro sim merce da dita Ilha em fatiota, e de setecentos fanoens de juro para sempre para elle, e seus herdeiros, ascendentes, e descendentes, assim, e da maneira que erão dadas as outras Ilhas a Jorge de Mello, e outras pessoas com obrigação de pagar de foro em cada anno as ditas cinco pedras bazares, de que lhe mandou passar carta de aforamento a 4 de Março de 1563.

O V. Rey o conde do Redondo fez merce em nome d'ElRey a Nicolao Fernandes em duas vidas da Aldea Palazana de Pragana Puari das terras de Damão de que pagaria de foro em cada anno, assim elle como a pessoa que lhe suceder, quatrocentos e quarenta e dous pardaos de ouro, hum mamude, e dezassete ducarás, e seria obrigado a viver em Damão, com sua mulher, e caza, e ter la sempre hum cavalo Arabio a sua custa sem vencer soldo, moradia, nem mantimento seu, nem do dito cavalo de que lhe passou carta de aforamento a 7 de Março de 1563.

O mesmo V. Rey o Conde do Redondo fez merce em nome d'ElRey a Jorge Barreto em duas vidas das Aldeas ouvir, e sarpiqueno das terras de Manora, de que pagaria de foro em cada anno, assim elle como a pessoa que lhe suceder sincoenta pardaos, em dinheiro, e seria obrigado a viver em Baçaim com sua mulher e caza e ter la sempre hum cavalo Arabio a sua custa sem vencer soldo, moradia, nem mantimento seu nem do dito cavalo, de que lhe passou carta de aforamento a 7 de março de 1563.

O mesmo V. Rey o Conde do Redondo fez merce em nome d'ElRey a Alvaro de Braga por seus serviços de duas Aldeas, que estavão na Pragana de Salsete nas terras de Baçaim por nomes carti, e sal com obrigação de pagar de foro em cada anno seicentos, e quarenta pardaos de tangas de prata, e as possuiria em fatiota para sempre, de que lhe passou carta de aforamento a 28 de Março de 1563.

O mesmo V. Rey o Conde do Redondo fez merce em nome d'ElRey a Cosme Vieira cavaleiro de sua caza em tres vidas da Aldea Saronda que estava na pragana Sanges, das terras de Damão, de que pagaria de foro em cada anno, assim elle como as pessoas que lhe sucedessem trezentos e noventa e sete pardaos de ouro, dous mamudes, e meyo e seria obrigado a viver e rezidir com sua mulher e caza no dito Damão e ter la sempre hum cavalo Arabio a sua custa sem vencer soldo, nem mantimento seu nem do dito cavalo, de que lhe passou carta de aforamento a 2 de Abril de 1563.

O mesmo V. Rey o Conde do Redondo fez merce em nome d'ElRey a António Gonsalves em duas vidas da Aldeia Caramala que estava na Pragana Naer, das terras de Damão de que pagaria de foro em cada anno assim elle, como as pessoas que lhe sucedessem, quatrocentos e vinte e tres pardaos de ouro, e seria obrigado a viver e rezidir no dito Damão e ter la sempre hum cavalo Arabio a sua custa sem vencer soldo, moradia, nem mantimento, seu, nem do dito cavalo, e as mesmas obrigações teriam as ditas pessoas, de que lhe passou carta de aforamento a 2 de Abril de 1563.

O mesmo V. Rey o Conde do Redondo fez merce a Francisco Alvares, de humas cazas, que eram anneixas as outras do sabayo, em fatiota para sempre para sy e seus herdeiros, ascendentes e descendentes, sem declarar o foro de que lhe passou carta de aforamento a 2 de Abril de 1563.

O mesmo V. Rey o Conde do Redondo fez merce em nome de ElRey a João Machado em duas vidas das Aldeas Rantala e Velaparta que estavão na Pragana Puari das terras de Damão, de que pagaria de foro em cada anno assim elle, como quem lhe sucedessem oitenta e nove pardaos de ouro e quatro mamudes e seria obrigado a viver e rezidir com sua mulher e caza na dita cidade, e ter sempre hum cavalo da terra a sua custa sem vencer soldo, moradia, nem mantimento de que lhe mandou passar carta de aforamento a 3 de Abril de 1563.

O mesmo V. Rey o Conde do Redondo fez merce em nome de ElRey a Gonçalo Rodrigues em duas vidas da Aldea Sarnaa que estava na Pragana Puari das terras de Damão de que pagaria de foro em cada anno assim elle, como quem lhe sucedesse doze pardaos e hum mamude, e seria obrigado a viver e rezidir com sua mulher e caza em Damão e ter sempre hum cavalo da terra a sua custasem vencer soldo moradia nem mantimento de que lhe mandou passar carta de aforamento em 3 de Abril de 1563.

O mesmo V. Rey o Conde do Redondo tendo respeito a Francisco de oliveira ter feito muitos serviços a ElRey por decurso de quarenta annos tendo servido em Africa, sem lhe ser feita merce alguma, houve por bem de lhe fazer para ajuda do seu sustento de duzentos pardaos de ouro da renda de cada anno nas terras de Damão que lhe serião pagos na Feitoria aos quarteis, sem ter nenhuma obrigação nem ser obrigado a ir a Damão nem viver la por muita sua idade, e velhice, os quaes lograria em sua vida, de que lhe mandou passar carta de aforamento em 3 de Abril de 1563.

O mesmo V.Rey o Conde do Redondo fez merce em nome d'ElRey a Domingos Ribeiro em duas vidas da Aldea cataravara que estava na Pragana Sangués das terras de Damão, de que pagaria de foro em cada hum anno, assim ellle, como as pessoas que lhe sucedessem mil oitocentos e tres pardaos de ouro, hum mamude e meyo, e quatorze ducaras, e seria obrigado a viver, e rezidir com sua mulher, e caza no dito Damão, e ter la sempre hum cavalo Arabio a sua custa, sem vencer soldo, moradia, nem mantimento seu, nem do dito cavalo, de que lhe passou carta de aforamento a 4 de Abril de 1563.

O Capitão de Damão Garcia Rodrigues de Tavora fez merce em nome d'ElRey a Francisco Pimentel em duas vidas da Aldea Aparbanda, que estava na Pragana de Maim de que pagaria de foro em cada anno quinze pardaos de ouro, sem mais outra obrigação, e a possuiria assim elle, como a pessoa que lhe suceder, com todas suas entradas, sahidas, e serventias de que passou Provisão a 13 de Fevereiro de 1563, e a confirmou o V. Rey o Conde do Redondo por sua carta de aforamento a 4 de Abril de 1563, fazendo lhe merce da dita Aldea, nas ditas duas vidas para elle, e a pessoa que lhe suceder.

O V. Rey o Conde do Redondo fez merce em nome d'ElRey a Andre Aranha de dous pedaços de palmar, que estavão em Goa velha em vangoricha, e do outro pedaço de palmar, que estava no mesmo lugar, que trazia hum cristão, que se chamava constantino de Braga, o qual fora de hum Mouro por nome Murnarpo, e pagaria de foro o setimo, de que lhe mandou passar carta de aforamento em 4 de Abril de 1563.

O Dito V. Rey o Conde do Redondo fez merce em nome d'ElRey a Jorge de Avelar, em duas vidas da Aldea Pocarana, que estava na Pragana Trapor das terras de Damão com obrigação de pagar de foro em cada anno assim elle, como quem lhe sucedesse trezentos, e hum pardaos, e dous mamudes, e vinte e seis ducarás, e seria obrigado a viver, e rezidir em Damão, e ter sempre hum cavalo Arabio a sua custa sem vencer soldo, moradia nem mantimento e sem obrigação de ser cazado de que lhe mandou passar carta de aforamento a 4 de Abril de 1563.

O mesmo V. Rey o conde de Redondo fez merce de confirmar a Francisco Rebello huma Provisão de Garcia Rodrigues de Tavora capitão de Damão, feita em 28 de Janeiro de 1563 por que lhe fez merce em nome de ElRey de certas vigas de terra de tença que estavão em certas Aldeas de Pragana de Sangues, que forão de hum Dessay deffunto por nome Surgi, e alguas tenças possuiria, e seus herdeiros e descendentes em fatiota para sempre, e pagaria o salami de foro, conforme ao foral de que lhe mandou passar carta de confirmação em 4 de Abril de 1563.

O mesmo V. Rey o Conde do Redondo fez merce em nome d'ElRey a Jorge Nunes em duas vidas das Aldeas Cumbary e Bagará que estava na Pragana Puary das terras de Damão, de que pagaria de foro em cada anno, assim elle, como as pessoas que lhe sucedessem trinta e seis pardaos de ouro, e meyo mamude, e seria obrigado a viver no dito Damão e ter la sempre hum cavalo Arabio a sua custa sem vencer soldo, moradia, nem mantimento seu nem do dito cavalo, e as mesmas obrigaçoens terião as ditas pessoas de que lhe passou carta de aforamento a 5 de abril de 1563.

O mesmo V. Rey o Conde do Redondo fez merce em nome de ElRey a Martim Rodrigues Cardozo de hum palmar, e duas vargeas de arros, que estavão nas terras de Salcete, e pagaria o setimo do foro, que fosse obrigado de que lhe passou carta de aforamento a 5 de Abril de 1563.

O Capitão de Damão Garcia Rodrigues de Tavora fez merce em nome de ElRey a Bertholameo de Queiros da Palhita, e tença que Bargi Baya dessay alevantado tinha na Aldea Navelim da Pragana naer, que tem cento, e dezassete vigas de terras a qual Palhita haveria, e possuiria para sy, e seus herdeiros, ascendentes, e descendentes com todas suas entradas e sahidas, e pagaria o salamym a ElRey conforme ao foral, de que lhe passou Provizão em 13 de Dezembro de 1562, que confirmou o V. Rey o

Conde do Redondo por sua carta de aforamento a 6 de Abril de 1563, fazendo lhe merce della, em fatiota para sempre.

O V. Rey o Conde do Redondo fez merce em nome d'ElRey a Antonio Cabral Fidalgo de sua caza em duas vidas da Aldea Palgão que esta na pragana Sanges das terras de Damão, de que pagaria de foro em cada annno, assim elle, comno quem lhe suceder, cento e quarenta pardaos de ouro, e trinta e dous ducaras, e seria obrigado a viver, e rezidir no dito Damão, com sua mulher e caza, e ter la hum cavalo Arabio a sua custa sem vencer soldo, moradia nem mantimento seu, nem do dito cavalo, e as mesmas obrigaçoens terião as ditas pessoas que lhe sucedessem, de que lhe passou carta de aforamento a 8 de Abril de 1563.

O mesmo V. Rey o Conde do Redondo fez merce em nome d'ElRey a Christovão Mendes em tres vidas da Aldea Sonam, que esta nas terras de Manora, que era aforada nas mesmas tres vidas a Francisco das Novaes Pereira, de que pagaria de foro em cada anno assim elle, como as pessoas que lhe sucedessem, cincoenta pardaos de ouro de tangas de prata, que era o mesmo foro que pagava o mesmo Francisco de Novaes Pereira e a possuiria com todas suas entradas, sahidas, e serventias, e seria a primeira vida, e por sua morte nomearia a segunda, e esta na mesma forma a terceira, de que lhe passou sua carta de aforamento a 10 de Abril de 1563.

O Mesmo V. Rey o Conde do Redondo fez merce em nome d'ElRey a Nuno pereira de Lacerda Fidalgo de sua caza em duas vidas das Aldeas Nandegão que estava na Pragana de Trapor das terras de Damão, de que pagaria de foro cada anno, cento, e onze pardaos de ouro sem ter obrigação de hir a Damão, e viveria em Baçaim por assim andar em Rui Dias Pereira seu Irmão capitão de Asserym, e não venceria soldo, moradia, nem mantimento, e teria hum cavalo arabio, e a mesma obrigação teria a pessoa que lhe sucederia de que lhe passou carta de aforamento em 14 de Abril de 1563.

O mesmo V. Rey o Conde do Redondo fez merce em nome d'ElRey a Bertholameo de Torres das Aldeas Guião (?), Gundarem, em duas vidas, que estavão nas terras de Manorá de que pagaria de foro em cada hum anno, assim elle, como a pessoa que lhe suceder dez pardaos de ouro de tangas de prata, e seria obrigado a viver, e rezidir com sua mulher e caza em Baçaim, e ter la sempre hum cavalo Arabio a sua custa, sem vencer soldo, moradia, nem mantimento seu nem do dito cavalo, e a mesma obrigação teria a pessoa que lhe suceder, de que lhe passou carta de aforamento a 15 de Abril de 1563.

O mesmo V. Rey o Conde do Redondo fez merce em nome d'ElRey a Pedro Estaço em duas vidas da Aldea de Sanagão da Pragana de Trapor das terras de Damão, de que pagaria de foro em cada anno, assim elle, como a pessoa que lhe sucedesse, quinhentos, e trinta, e tres pardaos de ouro, e tres mamudes, e dzassete ducarás, e seria obrigado a viver em Damão com sua mulher, e caza, e ter la sempre hum cavalo Arabio a sua custa, sem vencer soldo, moradia, nem mantimento seu nem do dito cavalo, e a mesma obrigação teria a pessoa que lhe sucedesse, de que lhe passou carta de aforamento a 19 de Abril de 1563.

Omesmo V. Rey o Conde do Redondo fez merce em nome d'ElRey a Estevão Gomes, em duas vidas da Aldea Jás de Pragana de Sangens, terras de Damão de que pagaria foro em cada anno, assim elle, como quem lhe sucedesse, trezentos, trinta, e cinco pardaos de ouro, dous mamudes, e dous ducaras, e seria obrigadoa viver e rezidir em Damão com sua mulher e caza e ter sempre hum cavalo Arabio a sua custa, sem vencer soldo, moradia, nem mantimento de que lhe mandou passar carta de aforamento em 20 de Abril de 1563.

O mesmo V. Rey o Conde do Redondo fez merce em nome d'ElRey a Henrique de Figueiredo em duas vidas da aldea Paroaly de Pragana Puary das terras de Damão, de que pagaria de foro, em cada anno, assim elle, como a pessoa que lhe suceder

trezentos vinte dous pardaos de ouro, e dous mamudes, e meyo, e seria obrigado a viver, e rezidir com sua mulher, e caza no dito Damão, e ter la sempre hum cavalo Arabio, a sua custa, sem vencer soldo moradia, nem mantimento seu, nem do dito cavalo, de que lhe passou carta de aforamento a 24 de Abril de 1563.

O mesmo V. Rey o Conde do Redondo fez merce em nome d'ElRey a Duarte Galvão em duas vidas das Aldeas Acama de Pragana Puari e chachigão de Pragana Loaça das terras de Damão de que pagaria de foro seis pardaos em dinheiro e quatro mamudes, e dezasete ducarás, e meyo, e seria obrigado a viver em Damão, e ter la sempre hum cavalo da terra sem vencer soldo, moradia, nem mantimento de que lhe passou carta de aforamento, em 24 de Abril de 1563.

O mesmo V. Rey o Conde do Redondo fez merce em nome d'ElRey a Nuno Furtado de Mendonça Fidalgo de sua caza, em duas vidas da Aldea Tan Tarane da Pragana Trapor das terras de Damão, de que pagaria de foro vinte e dous pardaos em dinheiro, e tres mamudes, e hum quarto e seria obrigado a hir a Damão, sem outra obrigação alguma, de que lhe passou carta de aforamento a 24 de abril de 1563.

O mesmo V. Rey o conde do Redondo fez merce em nome d'ElRey a Affonço vas em duas vidas da Aldea carzaguama da pragana Naer, que fora aforada a João da silveira falecido, de que pagaria de foro em cada anno, assim elle, assim como a pessoa que lhe sucedesse trinta e hum pardaos, e dous mamudes, e seria obrigado a viver, e rezidir com sua mulher e caza em Damão, e teria sempre hum cavalo arabio a sua custa, sem vencer soldo, moradia, nem mantimento de que lhe passou carta de aforamento a 27 de Abril de 1563.

O mesmo V. Rey o Conde do Redondo fez merce em nome d'ElRey a Valerio Ramalho, em duas vidas a Aldea Tancavara de Pragana Puary, das terras de Damão, de que pagaria de foro em cada anno assim elle como a pessoa que lhe suceder, cincoenta, e oito pardaos de ouro, dous mamudes, e trinta, e seis ducarás, e seria obrigado a viver em Damão, e ter la sempre hum cavalo Arabio a sua custa, sem vencer soldo, moradia, nem mantimento, de que lhe passou carta de aforamento em 28 de Abril de 1563.

O mesmo V. Rey O Conde do Redondo fez merce em nome d'ElRey a Manuel Alvares em duas vidas da Aldea colavara da Pragana Maym das terras de Damão, de que pagaria de foro cada anno, assim elle, como a pessoa que lhe suceder, cincoenta, e oito pardaos de ouro, quatro mamudes, e treze ducarás, e tres quartos, e seria obrigado a viver em Damão com sua mulher, e caza, e ter la hum cavalo Arabio sem vencer soldo, moradia, nem mantimento seu, nem do dito cavalo, de que lhe passou carta de aforamento a 28 de Abril de 1563.

O mesmo V. Rey o Conde do Redondo fez merce em nome d'ElRey em duas vidas da Aldea Serataboradi de pragana Sangens terras de Damão, de que pagaria de foro em cada anno, assim ellle, como a pessoa que lhe sucedesse, trezentos, e vinte e sinco pardaos de ouro, quatro mamudes, e quatro ducarás, e meyo, e seria obrigado a viver em Damão, e ter la sempre hum cavalo Arabio a sua custa sem vencer soldo, moradia, nem mantimento, de que lhe passou carta de aforamento a 28 de Abril de 1563.

O mesmo V. Rey o Conde do Redondo fez merce em nome de ElRey a Giraldo Rapoz em duas vidas das Aldeas Barolye, Duerte, que estavão nas terras de Manora, de que pagaria foro em cada anno, assim elle, como a pessoa que lhe suceder, cento trinta e cinco pardaos de ouro, e seria obrigado a viver em Baçaim com sua mulher e caza, e ter la sempre hum cavalo Arabio a sua custa, sem vencer soldo, moradia, nem mantimento seu, nem do dito cavalo, de que lhe passou carta de aforamento a 29 de Abril de 1563.

Verba que estava a margem da dita Carta.

Por este registo se não fara obra em tempo algum, porquanto foi feita merce, e aforada esta Aldea a Balthazar de Carnida em tres vidas pelo V. Rey Rui Lourenço de Tavora, a qual vai registada no Livro segundo dos registos gerais, a fl.72.

O mesmo V. Rey o Conde do redondo fez merce em nome d'ElRey a D.Filipe de castro, em duas vidas de Aldea Sirigão da Pragana Maym das terras de Damão na qual lhe deo duzentos, e cincoenta pardaos em dinheiro de comedia cada anno, e pagaria de foro, assim elle, como as pessoas que lhe sucedessem cento trinta e oito pardaos de ouro, hum mamude, vinte e seis ducaras, e sendo cazo que a dita Aldea estivesse arendada ao prezente em mais do que estava assentada no foral, pagaria o que mais rendesse de foro, e seria obrigado a viver, e rezidir com sua mulher, e caza em Damão e ter sempre hum cavalo Arabio a sua custa sem vencer soldo, moradia, nem mantimento, de que lhe mandou passar carta de aforamento em 30 de Abril de 1563.

Verba que esta a margem do assento assima.

Em 26 de Abril de 1564 houve por bem o dito V. Rey de confirmar hum despacho, e declaração, que poz na carta deste aforamento Garcia Rodrigues de Tavora capitão de Damão em que mandou que o dito D. Filipe de Castro não pagasse mais de foro desta Aldea que trezentos pardaos de ouro, e todo o mais, que ella rendesse seria para o dito D. Filipe de Castro, e para a pessoa que lhe sucedesse.

O V. Rey o conde do Redondo fez merce em nome de ElRey a Amador Leitão pelos seus serviços, e por cazar com huma filha de Catharina Ramos, que veyo do reino na companhia das orphans em fatiota para sempre de humas terras, que estavam em Manora que pertencião a Misquita do dito Manora, para elle, e seus herdeiros ascendentes, e descendentes, com obrigação de pagar de foro em cada anno cincoenta fedeas, que lhe forão assim assentadas aos tempos ordenados de que lhe passou carta de aforamento no anno de 1563.

Seguem-se os aforamentos que fez o V. Rey D. Antão de Noronha nos annos de 1565 e 1566, como consta de hum Livro antigo do registo da secretaria onde huns estão registados por extenso, e outros por rezumo.

O V. Rey D. Antão de Noronha fez merce a Simão Jorge em tres vidas da Aldea Rondana, que estava nas terras de Manora, de que pagaria de foro em cada anno setenta e cinco pardaos de dinheiro de prata, e seria obrigado assim elle, como as pessoas que lhe succedessem a viverem em Baçaim, e terem hum cavalo Arabio, a sua custa de que lhe mandou passar carta de aforamento a 5 de Novembro de 1565.

O mesmo V. Rey D. Antão de Noronha fez merce a João Pessoa em duas vidas das Aldeas Tanasete, e Anasete, e Janasey, que vagarão por falecimento de Simão de Faria dos quaes pagaria de foro em cada anno assim elle, como a pessoa que lhe succedesse dez pardaos de ouro, e seria obrigado a viver, e rezidir em Baçaim de que lhe mandou passar Carta de aforamento a 3 de Novembro de 1565.

O mesmo V. Rey D. Antão de Noronha fez merce em fatiota a Domingos Fernandes da Pacaria Basavry, e Carery que estavão no lavaby de Baçaim de que pagaria de foro em cada anno como seus sucessores noventa pardaos de ouro, de que lhe mandou passar carta de aforamento a 15 de Novembro de 1565.

O mesmo V. Rey D. Antão de Noronha fez merce em fatiota em Antonio Peres de lhe aforar em duas vidas a Aldea de Moaly, que estava na Pragana Maym terras de Damão, que vagava por falecimento de Gaspar Soares de que pagaria de foro em cada anno assim elle, como a pessoa que lhe succedesse vinte e dous pardaos de ouro, com a obrigação de viver no dito Damão com sua mulher, e família de que lhe mandou passar carta de aforamento em 15 de Novembro de 1565.

O mesmo V. Rey D. Antão de Noronha fez merce a João Fernandes em tres vidas da Aldea de Aguama que estava na Pragana Loassa das terras de Damão de que lhe pagaria foro em cada anno cinco pardaos de tangas de prata e tres mamudes, e hum quarto e ter la hum cavalo da terra e huma espingarda, a sua custa de que lhe mandou passar carta de aforamento a 16 de Novembro de 1565.

O mesmo V. Rey D. Antão de Noronha fez merce de confirmar a trespassação que Francisco de Fraga fez em Alvaro Gonsalves de duas Aldeas, que tinha de aforamento na Pragana Manora por nome Checar, e Carlegão nas tres vidas em que a tinha com foro de oito pardaos de tangas de prata, que pagaria assim elle, como as pessoas que lhe succedessem a segunda e a terceira vida se nomearião em machos, e acabadas as vidas ficarião as ditas Aldeas para El Rey com as bemfeitorias, que nellas estivessem feitas, e que as não poderia partir antes andarião sempre em huma so pessoa seria obrigado ao dito Alvaro Gonsalves a ter sempre hum cavalo Arabio a sua custa, e viver, e rezidir na cidade de Baçaim e as pessoas que lhe sucedessem de que lhe mandou passar carta de confirmação e aforamento aos 19 de Novembro de 1565.

O mesmo V. Rey D. Antão de Noronha fez merce a Antonio Gonsalves em tres vidas das Aldeas Bandana, e Bem Ary que estavão nas terras de Manora de que pagaria de foro em cada anno assim elle como a pessoa que lhe succedesse dez pardaos de ouro e as possuiria vivendo em Agaçaim de que lhe mandou passar carta de aforamento em 20 de Novembro de 1565.

O mesmo V. Rey D. Antão de Noronha fez merce a Alvaro Fernandes em duas vidas da Aldea Vardin que estava na Pragana Trapor terras de Damão, que vagara por Domingos Gonsalves Abexim falecido de que pagaria de foro em cada anno assim elle como a pessoa que lhe succedesse quarenta e oito pardaos de ouro e hum mamude, e hum quarto de mamude, com obrigação de ter huma espingarda e de viver e rezidir no dito Damão de que mandou passar carta em 20 de Novembro de 1565.

O mesmo V. Rey D. Antão de Noronha fez merce a Luiza de Moraes em duas vidas da Aldea Morgaão que estava na Pragana Trapor terras de Damão de que pagaria de foro em cada anno assim elle, como a pessoa que lhe succeder cincoenta pardaos em dinheiro, e quatro mamudes, e seria obrigado a viver em Damão, e ter sempre hum cavalo da terra de que lhe mandou passar carta de aforamento a 20 de Novembro de 1565.

O mesmo V. Rey D. Antão de Noronha fez merce a Sebastião da Costa em duas vidas das Aldeas Macavy e Lencauly que estavão na Pragana Assery de que pagaria de foro em cada assim elle como a pessoa que lhe succedesse que seria macho vinte pardaos e seria obrigado a viver em Baçaim de que lhe mandou passar carta de aforamento em 21 de Outubro de 1565.

O mesmo V. Rey D. Antão de Noronha fez merce a Francisco Henriques em duas vidas da Aldea Ringuanavada que estava na Pragana Pulana terras de Damão de que pagaria de foro em cada anno 25 pardaos de tangas de prata, e quarenta mamudes, e meyo e seria obrigado a viver e rezidir com sua mulher e caza em Damão, e ter hum cavalo da terra de que lhe mandou passar carta de aforamento a 22 de Novembro de 1565.

O mesmo V. Rey D. Antão de Noronha fez merce a a Antonio da Cunha em duas vidas da renda dos semete da Pragana Coelme Maym das terras de Damão de que pagaria de foro em cada anno assim elle como a pessoa que lhe succedersetecentos setenta e dous mamudes, e trinta e nove ducaras com obrigação de viver em Damão de que lhe mandou passar carta em 5 de Dezembro de 1565.

O mesmo V. Rey D. Antão de Noronha fez merce a Diogo Fernandes em duas vidas da Aldea Saem que estava na Pragana Manora, e da renda do sal de Baçaim que estava no terreiro de cassabe de Tanna de que pagaria de foro em cada anno assim elle, como a pessoa que lhe succedesse que seria macho cento e cincoenta pardaos de ouro a saber vinte e cinco pardaos de foro pela dita Aldea, e o cento e vinte e sete de foro pela dita renda do sal com obrigação de viver em Baçaim, de que lhe mandou passar carta de aforamento a 8 de Dezembro de 1565.

O mesmo V. Rey D. Antão de Noronha fez merce a Estevão Lourenço de Autoguia em duas vidas da Aldea de Jaem, que estava na Pragana Sangens das terras de

Damão de que pagaria de foro em cada anno assim elle, como a pessoa que lhe succedesse, que seria macho trezentos trinta e oito pardaos de ouro e dous mamudes, e vinte e dous ducaras e possuiria com todas suas entradas, e serventias e por sua morte nomearia a segunda em machoe seria obrigado a viver e rezidir em Damão e ter sempre hum cavlo Arabio a sua custa de que lhe mandou passar carta se aforamento a 12 de Dezembro de 1565.

O mesmo V. Rey D. Antão de Noronha fez merce a Antonio Rodrigues de Carvalho em tres vidas de Aldea Pomba que estava na Pragana Trapor terras de Damão que houve por trespassasão de Jorge Correa Dantas da qual pagaria de foro cada anno assim elle como a pessoa que lhe succedesse cento e seis pardaos em dinheiro, e tres mamudes, e meyo e serião obrigados a viver no dito Damão e terem la dous cavalos Arabios de que lhe mandou passar carta de aforamento no 1° de Janeiro de 1566.

O mesmo V. Rey D. Antão de Noronha fez merce em duas vidas a Gaspar Bernaldes das sete Aldeas, que estavão na Pragana Sangens terras de Damão, que nelle trespassou e dotou em cazamento Manoel Lagarto das quaes pagaria de foro em cada anno, assim elle, como a pessoa que lhe succedesse cincoenta, e tres pardaos em dinheiro, e dous mammudes, e serião obrigados a viver, e rezidir em Damão, e ter la sempre hum cavalo Arabio, de que lhe mandou passar carta de aforamento a 13 de Janeiro de 1566.

O mesmo V. Rey D. Antão de Noronha fez merce em fatiota para sempre a Bertholameu Gonsalves e a todos seus herdeiros da tres Aldeas, que estava na Pragana Salcete terras de Baçaim de qua pagaria de foro assim elle, comoseus successores em cada anno cento e oitenta pardaos de ouro com obrigação de viver em Baçaim de que lhe mandou passar carta de aforamento a 15 de Janeiro de 1566.

O mesmo V. Rey D. Antão de Noronha fez merce a Antonio de Sampayo em duas vidas da Aldea Colovara que estava na Pragana de Maim terras de Damão que fora aforada a Antonio Alvares deffunto seu antecessor que pagaria foro am cada anno assim elle, como a pessoa que lhe sucedesse que seria macho cento e oitenta pardaos de ouro, quatro mamudes e treze ducaras e tres quartos de ducara e seria obrigado a viver em Damão, e ter hum cavalo Arabio de que l;he mandou passar Carta de aforamento a 28 de Janeiro de 1566.

O mesmo V. Rey D. Antão de Noronha fez merce a Belhor Froes em duas vidas das Aldeas Falagara e Cahigama Darassana e Batarala, que estava na Pragana Boticer terras de Damão, que vagarão por falecimento de Martim Manoel de que pagaria de foro em cada anno assim elle, como a pessoa que lhe succedesse tres pardaos de ouro, que era o mesmo que pagaria o dito Martim Manoel, e seria obrigado a viver, e rezidir em Damão, e ter hum cavalo Arabio de que lhe mandou passar carta de aforamento a 25 de Janeiro de 1566.

O mesmo V. Rey D. Antão de Noronha fez merce a Diogo de Souza Homem em duas vidas das Aldeas Barecta Daqigão, e Morombi, e Cuncava, e Pimpal seta grande que estava na Pragana Assery de que lhe pagaria de foro em cada anno assim elle, como a pessoa que lhe succedesse cincoenta pardaos de ouro, e seria obrigado a viver e rezidir em Baçaim de que mandou passar carta de aforamento a 25 de Janeiro de 1566.

O mesmo V. Rey D. Antão de Noronha fez merce em duas vidas a Alvaro Fernandes de Cotta da Aldea Vilaparba, que estava na Pragana Puari das terras de Damão, que vagou por renuciação de João Machado a quem fora aforada juntamente com outra Aldea por nome Pentalá de que pagaria de foro em cada anno assim elle, como a pessoa que lhe succedesse trinta e quatro pardaos de ouro, e dous mamudes que era o que faltava no pagamento de foro que o dito João Machado pagava de ambas Aldeas, e seria obrigado a ter Huma espingarda, e viveria e rezidira com sua

caza, e família no dito Damão sem vencer moradia, nem mantimento, de que lhe mandou passar carta de aforamento a 26 de Janeiro de 1566.

O mesmo V. Rey D. Antão de Noronha fez merce a João Machado em duas vidas da Aldea Remtalaa que estava na Pragana Puari terras de Damãode que estava de posse por lhe ser aforada juntamente com a outra Aldea por nome Velaparba que renunciaria da qual Aldea Rentalla para gia de foro em cada anno, assim o dito João Machado, como a pessoa que lhe succedesse vinte pardaos de ouro, e seria sempre obrigado a ter huma espingarda, e viveria, e rezidiria com sua família, e caza na cidade de Damão sem vencer moradia, nem mantimento de que lhe mandou passar carta de aformanto a 26 de Janeiro de 1566.

O mesmo V. Rey D. Antão de Noronha fez merce a Francisco Ledo em nome d'El Rey em duas vidas tendo respeito a seus serviços da Aldea Mapaulim, que estava na Pragana Manora, de que pagaria de fora em cada anno dez pardaos em dinheiro, e seria obrigado a viver em Baçaim, e a possuria com todas suas entradas, e sahidas, serventias velhas, e modernas de que mandou passar carta 28 de Janeiro de 1566.

O mesmo V. Rey D. Antão de Noronha fez merce a Manoel Simoens em tres vidas da Aldea Vcorny, que estava na Pragana Maim terras de Damão, que vagara por falecimento de Bras Gonsalves a quem era aforada de que pagaria de foro em cada anno, duzentos oitenta e tres pardaos de ouro, hum mamude, e meyo, assim elle, como as pessoas, que lhe succedessem, e seria obrigado a viver em Damão e ter la hum cavalo Arabio de que lhe mandou passar carta de aformanto a 29 de Janeiro de 1566.

O mesmo V. Rey D. Antão de Noronha fez merce a Henrique de Leitão em sua vida somente da Aldea Vassem, que estava na Pragana Colgão das terras de Baçaim que vagava por falecimento do Gonsal Andre de que pagaria de foro em cada anno cento trinta e dous pardaos em dinheiro e huma meya de prata, que era outro tanto que pagava o dito Gonsal Andre, e seria obrigado a viver em Baçaim, e ter hum cavalo Arabio, a qual Aldea possuiria com todas as suas entradas, sahidas, e serventias de que lhe mandou passar carta de aforamento a 29 de Janeiro de 1566.

O mesmo V. Rey D. Antão de Noronha fez merce a Luis de Miranda em tres vidas da Aldea Vanay que estava na Pragana Trapor das terras de Damão, que lhe vendera e trespassara Simão de Almeida com licença de V. Rey da India da qual Aldea pagaria o dito Luis de Miranda e as pessoas que lhe succedessem quarenta e dous pardaos em dinheiro, e trinta ducaras, e serião obrigados a viver e rezidir na cidade de Damão, e teria sempre humn cavalo Arabioa sua custa sem vencer soldo, moradia, nem mantimento de que lhe mandou passar carta de aforamento a 4 de Fevereiro de 1566.

O mesmo V. Rey D. Antão de Noronha fez merce a Gonsal Barba em tres vidas das Aldeas Caratapavady e Canda que estavam na Pragana Calana das terras de Damão que lhe vendera Francisco Baireiros com licença de V. Rey da India, a quem foram aforadas em tres vidas com obrigação de pagar de foro em cada anno quarenta e oito pardaos em dinheiro, quatro mamudes, e onze ducaras, e que rezidiria e viveria em Damão, e teria sempre hum cavalo sem vencer soldo, moradia, nem mantimento seu, nem do dito cavalo de que lhe mandou passar carta a 16 de Fevereiro de 1566.

O mesmo V. Rey D. Antão de Noronha fez merce a Valentim Rodrigues em tres vidas da Aldea Vicra que estava na Pragana Sangens das terras de Damão, que lhe vendera e trespassara João Baptista de que pagaria de foro em cada anno assim elle, como as pessoas que lhe succedessem duzentos e setenta pardaos de ouro, e dous ducaras e seria obrigado a viver e rezidir com sua mulher, e caza na cidade de Damão, e teria sempre hum cavalo Arabio, a sua custa sem vencer soldo, moradia, nem mantimento seu, nem do dito cavalo de que lhe mandou passar carta de aforamento a 19 de Fevereiro de 1566.

O mesmo V. Rey D. Antão de Noronha fez merce a Gaspar da Francisca em fatiota das Aldeas Bicar, e Olivar que estavão em Salcete terras de Baçaim das quaes

pagaria de foros em cada anno assim elle, como as pessoas que lhe succedessem dous pardaos de ouro de que lhe mandou passar carta de aforamento ao derradeiro de Fevereiro de 1566.

O mesmo V. Rey D. Antão de Noronha fez merce digo Nesta forma foram os V.Reys dando as Aldeas em fatiota, e em vida aos foreiros diferindo-lhes por petiçoens simples sem mandarem dar vista ao Procurador da Coroa pois que parece que ainda não havia naquelles principios porque no primeiro regimento que fez a ElRey D. João o terceiro em Almeirim a 3 de Abril de 1544 para a rellação se declara que truxerão os Doutores Francisco Toscano Chanceler, e Provedor mor dos deffuntos, e o Doutor Simão Martins, o ouvidor geral e Juiz dos feitos, e depois o mesmo Rey D. João mandou passar segundo regimento feito em Lisboa a 22 de Março de 1548, em que deo a forma que se havia de guardar na rellação, nos despachos dos negocios de Justiça e ultimamente ElRey D. Felipe fez terceiro regimento em madrid a 17 de Fevereiro de 1587 em que ordenou, que houvesse dez Dezembargadores para occuparem os officios de chanceller, e juiz da chancelaria, Juiz dos Feitos da Coroa, e Fisco Procurador da Coroa, e Fazenda, Promotor da Justiça, Provedor mor dos deffuntos, ouvidor Geral do Civel, e outro do crime, e os quaes servirião de Dezembargadores dos Aggravos, e tres de Dezembargadores Extravagantes, que servirião em auzencia, ou impedimento dos outros dos Aggravos, e mais officios por comissão do V. Rey, e e em sua auzencia do chanceler o que tudo consta de hum livro dos registos antigos da Rellação, que mandey buscar para o ver e do dito tempo em diante, e que houve Procurador da Coroa e Fazenda.

No mesmo livro da Rellação se acha registado o capitulo de huma carta que ElRey D. Filipe escreveo ao V. Rey Mathias de Albuquerque em tres de Março de 1594 sobre as Aldeas que diz o seguinte.

No que me dizeis, que ha nesse estado muita variedade de aforamentos, e que convem ir de ca declarado o que se hade fazer em cada sorte de aforamento que não poude rezolver sem particular informação da ordem, e modo, que se tem nos aforamentos dessas partes, e das clauzulas, e condiçoens com que são diferentes huns dos outros, e do proveito, ou dano, que delle se segue a minha Fazenda, e a meo serviço e ao bem das mesmas terras, e fazendas aforadas, e portando vos encomendo, que façais fazer huma rellação em que tudo isto se declarem muito bem commetendo a dous Dezembargadores dos mais suficientes, que o fação declarando nella seu parecer de modo, e forma em que sera bem que eu mande, que os ditos aforamentos se fação e das clauzulas, que convira tirarem se delles ou acrescentar-lhes e esta rellação me enviareis por vias com vosso parecer sobre ella.

Conforme as que consta deste capitulo bem se deixa entender que os V. Reys erão os que davão as Aldeas de aforamento, e que ElRey não fez merce de nenhumas; pois pedio informação ao V. Rey Mathias de Albuquerque, da forma em que se devião fazer, e se elle mandou, ou não, não se acha disso clareza, e os V. Reys, que depois delle se seguirão, derão as dias Aldeas de aforamento, e dos requerimentos das partes se dava vista ao Procurador da Coroa, e com sua resposta mandavão passar cartas dos ditos aforamentos aos foreiros conforma a natureza das Aldeas, e nas que não tinhão obrigaçoens de cavalos Arabios, ou da terra acresentavão espingardas, e os Procuradores da Coroa que herão o mais praticos, e inteligentes punhão nas suas respostas algumas clauzulas, e condiçoens que lhe parecião convenientes com que se conformavão os V. Reis mandando passar carta de aforamento com as ditas clauzulas e condiçoens.

Succede muitas vezes pedirem os foreiros nas Aldeas de vidas que estavão na segunda ou terceira vida acrescentamento de mais hua ou duas vidas, que se lhes concedia de que pagavão os direitos acrescentado-se, qua pagarião mais quarta parte do foro que pagavão as ditas Aldeas e outros V. Reys duvidarão fazer estes acrescen-

tamentos de vidas por os Procuradores da Coroa responderem que se não podião acrescentar senão depois de acabada a terceira vida, e pedir depois renovação dellas, e alguns Procuradores da Coroa encontrarão isto dizendo que não podia haver renovação por não serem bens dos Prazos senão da Coroa que não estavão sogeitos a estas renovaçoens, e com esta variedade se diferia as partes.

Tão bem passão os V.Reys e Governadores cartas de aforamentos das Aldeas que se vendem, ou trespassão, ou doão com Alvaras de licença ou se arematão por dividas em Praça publica, e outras de encabeçamentos dos que são em fatiotas aos filhos mais velhos que são nomeados por votos de concordancia dos mais herdeiros, e nesta costumão haver estimaçoens, de que cada herdeiro leva sua parte do rendimento, e dos aforamentos feitos nesta forma se pagão laudemios, e quarentenas a Fazenda Real.

Ultimamente em tempo de V. Rey o Conde de Alvor se negou acrescentamentos das vidas, e se concediam os aforamentos por renovação depois de acabada a terceira vida, e quando alguns foreiros que succedião nas Aldeas em fatiota, pedião cartas de aforamentos, e sucessão dellas, respondia o Procurador da Coroa que não tinha lugar a dita sucessão em fatiota, por que se ficavão eternizando as Aldeas nas cazas dos foreiros, e seus sucessores como morgados, sendo bens livres de Coroa, e que querendo-as em tres vidas se lhes diferiria, no que consentirão os foreiros com protesto de lhes não prejudicar o seu direito por não ficarem privados das Aldeas e assim se reduzião muitas, que andavão em fatiota, e em vidas e isto mesmo vay observando o Governador D. Rodrigo da Costa, e as partes terão suas certidoens dos protestos que fizerão para mandarem requerer no Reino a confirmação das Aldeas em fatiota.

E para que se vejão as clausulas que se costumavão por nas cartas de aforamentos mais modernos, que depois se acrescentarão em tempo do Governador Antonio Paes de Sande, e do V. Rey o Conde de Alvor e se continuão no do Governador D. Rodrigo da Costa, se poem aqui a formalidade das ditas clauzulas, que não poderão vender, dar, doar, trocar, nem trespassar, nem por outrra qualquer via alhear as Aldeas sem licença de S. Magestade ou dos V. Reys ou Governadores da India nem tão pouco as poderão partir, antes andarão sempre inteiras nas pessoas a quem se aforão, nem tão bem as poderão nomear em comunidades, Religioins, Frades, Freiras, clerigos, nem em outras pessoas prohibidas pela Ley, e serão os foreiros obrigados a mandar todos os annos certidoens dos comissarios do Santo officio a secretaria do Estado porque conste de como ajudão a propagação da fé, e trabalhão por extirpar a herezia, e paganismo, porque as ditas Aldeas são pouvadas de gentios que as cultuvão a que chamao curumbins, e se diz mais que não cumprindo estas clauzulas, se lhes removerão os aforamentos e se darão as pessoas que de baxo dellas tratem delles e que findas e acabadas as ditas vidas ficarão as ditas Aldeas livres, e desembargadas para a Fazenda Real com todas as bemfeitorias, que nellas tiverem feito.

E em tempo do Governador Antonio Paes de Sande, e do V. Rey o Conde de Alvor se acrescentou mais de novo que os foreiros serão obrigados a nomear a segunda vida em filhas tendo as que cazarão com Portuguezes benemeritos nascidos no Reino que tiverem servido a S. Magestade os annos do regimento por assim ordenar o dito Senhor por carta sua de 14 de Fevereiro de 1626, e que não tendo filhas as nomearão em filhos que tiverem servido os ditos annos, e sendo menores serão obrigados a servir ate a idade 30 annos.

Outro sim se declara nas ditas cartas de aforamentos que se cumprirão as clauzulas referidas e as mais que da antes tinhão e faltando algumas dellas ficarião as ditas Aldeas ipso jure vagas para a coroa, e nos aforamentos em fatiota se poem por condição que succederão nas Aldeas os filhos ou descendentes e não os transversaes,

e que dentro de quatro annos serão obrigados os foreiros haver confirmação de S. Magestade no Reino.

Persuado-me que o motivo que S. Magestade tomou para mandar por clauzulas nos aforamentos, que os foreiros nomeassem as vidas das Aldeas nas filhas que seriao obrigadas a cazar com Portuguezes nascidos no Reino devia ser para lhes dar comodo de vidas em terras extranhas onde vinhão servir fora de suas patrias, para que tivessem com que se puder sustentar para continuarem o serviço porem esta clauzula tomão mal os foreiros, e fazerem nisso grande repugnancia dizendo que com ella se lhes tira a liberdade de matrimonio, que pelos sagrados canones era livre para cazarem com que lhes parecesse, e se lhes não devia por este gravamen porque elles tão bem erão Portuguezes, e muitos delles Fidalgos, e posto que houvesse nascido na India procediam de Paes, Avos que vierão do Reino, e que por este modo ficavão pobres, impossibilitados, e não acharião mulheres com que cazar, o que era em prejuizo da propagação, e padecerião fomes, e necessidades, o que S. Magestade não devia permitir, pois tão bem erão seus vassalos, e os servião nas armadas, e mais occazioens de Guerra que se offerecião acolhendo com seus donativos quando se lhes pedião para as despezas da Fazenda Real, e que assim se devia deixar a liberdade de cazarem suas filhas com que lhes parecesse, e que na sua eleição ficaria cazallas com Portuguezes nascidos no Reino ou com os que nascecem na India como tivesse mais conveniencia de que me pareceo fazer esta advertencia para S. Magestade mandar tomar neste particular resolução que for mais conveniente a seu Real serviço, e utilidade e beneficio de seus vassalos.

Nesta rellação tenho mostrado com toda a clareza a variedade com que todos os tempos antigos e modernos se passarão as Cartas de aforamento das Aldeas, huma com menos clauzulas, e outras com mais e com estas noticias sera conveniente ao serviço de S. Magestade que mande dar a forma como daquy por diante se hão de passar as clauzulas que se lhe hão de por para evitar a confuzão com que se procedeo neste particular ate o prezente. Goa 25 de Outubro de 1688. Luis Gonsalves Cotta.

ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR, Vol. III, 2002, pp. 259-275

THE FISCAL REFORMS OF VICEROY LINHARES AT GOA

por

ANTHONY DISNEY

Dom Miguel de Noronha, Count of Linhares, arrived at Goa in October 1629 as the new viceroy of Portuguese India, bearing instructions from the Habsburg regime to carry out an ambitious overhaul of the viceroyalty's complex, inefficient and often corrupt fiscal system. It was a difficult and highly challenging assignment that was destined to take up an inordinate proportion of his time and energy. How did he go about carrying out the task – and by the end of his term of office, what fiscal reforms had he in fact achieved?

One of the key objectives of the fiscal reform program was to make more funds available for military purposes. Under the existing system specific sources of revenue were pre-assigned to particular categories of expenditure so that there was little in-built flexibility. Linhares had therefore been directed to change the system so that all revenue was paid directly into the viceregal treasury. Priority could then be given to urgent military expenditure, and other purposes satisfied only after these needs had been met [1]. Of course, consolidating revenue was a manoeuvre certain to encounter strong opposition from entrenched vested interests in the Estado da Índia where most state *ordenados* (salaries) and *ordenarias* (allowances) had traditionally been assigned to specific revenue sources. Nevertheless, just four days after assuming office Linhares duly summoned his viceregal Council of Finance and informed the councillors of what he intended to do. He made it clear that, although military expenditure would thenceforth have the first claim on revenue, *ordenados* and *ordenarias* would still be paid – but *pro rata*

---

* Departamento de História, La Trobe University (Austrália).

[1] Although the actual instructions to Linhares to consolidate the revenues do not appear to have survived, they are referred to in several contemporary documents. See ANTT, *Livros das Monções* (hereinafter LM), 26, fol. 308; Historical Archives of Goa (hereinafter HAG), *Assentos do Conselho da Fazenda* (hereinafter ACF), Ms. 1161, fol. 84.

from what was left over after defence needs had been met. He then asked the Council's advice on what would be the «gentlest» way of accomplishing these objectives, making it clear the changes themselves were unnegotiable [2]. The Council had little alternative but to formally accept his decision; but it warned Linhares it would be «greatly harmful» if people were effectively deprived of their salaries and allowances. Payment of *ordinarias* was then temporarily suspended to release funds for defence costs [3].

Outside the Council the reaction to the announced changes was one of alarm. The chorus of protest was especially loud from the diocesan clergy of Goa whose *ordenarias* were traditionally funded from the *rendas* of Bardez [4]. Linhares tried to allay their concerns by insisting everyone would still be paid; but his assurances failed to calm the situation, and shortly before Easter 1630 the canons of Goa decided to embark on a protest strike. They closed the cathedral and refused to re-open it until their allowances were paid, demanding they be re-assigned to the revenues of Bardez. But Linhares secured the backing of the Relação for his stand – and the clerical strikers, whose resolve was weakened by the sudden death of their archbishop, were eventually persuaded to lift all bans in March 1630 [5]. Nevertheless hostility to the very idea of revenue consolidation persisted, and news of the controversy in due course reached Lisbon where it was discussed in both the Council of Finance and the Council of State in early 1631. The Council of State concluded that Linhares had been given ambiguous instructions, for he had been ordered on the one hand to accord precedence to military needs and on the other to pay all salaries promptly, especially to the clergy whose remuneration supposedly had absolute priority [6]. So the Council tried to calm matters by stipulating that whether revenue was consolidated or not the clergy must, in accordance with the terms of the *padroado*, be paid first. This clarification was endorsed by the Governor of Portugal, the Count of Castro, and was duly conveyed to Linhares.

The alleged ambiguity in Linhares's original instructions, and later the apparent weakening of metropolitan support for reform, may have stemmed from underlying tensions between the Olivares regime in Madrid and the authorities in Lisbon. For it was Olivares's administration that had devised the reform program in the first place, and not Lisbon. In any event, the Council's «clarification» made Linhares's already difficult task much harder. It also contradicted the secret orders he had been given before his departure, which had clearly instructed him to pay military costs ahead of salaries and

---

[2] HAG, *ACF*, Ms. 1161, fol. 84-84v.

[3] *Ibid*., fols. 30v, 84.

[4] Biblioteca Nacional de Lisboa (hereinafter BNL), Pombalina, cod. 490, fol. 192v.

[5] *Linhares' diary*, 5 March 1630, Ajuda, cod. 51-VII-12, fols. 1-3; BF no. 5, p. 162.

[6] *Consulta do Conselho do Estado*, Lisbon, 10 February 1631, Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro (hereinafter BN Rio), cods. 2/2-19, fols. 179-185.

allowances [7]. Nevertheless, there seems no doubt Linhares genuinely tried to keep up clerical payments. On 22 January 1631, before he could have received the «clarification» from Lisbon, he had already summoned the dean and chapter of the Goa cathedral. He upbraided them for obstructiveness but told them he was ordering they be paid – though only after much hesitation and against the advice of the Relação [8]. Despite subsequent complaints by the dean and chapter Linhares thereafter always insisted that he paid the clergy regularly as required, from the viceregal treasury – despite his great financial difficulties [9]. It therefore seems that he did achieve a degree of revenue consolidation at least for a while – at the cost of rousing much suspicion and resentment. But whether he succeeded in diverting significant revenue to military purposes, the ultimate objective of the reform, may be doubted [10].

If consolidating crown revenue was one part of Linhares's broader fiscal program then securing a regular defence subsidy for the viceregal treasury from local taxation was another. In 1623 the Goa câmara had reluctantly agreed to impose an extraordinary tax on food imports, known as the *collecta* [11]. The designated purpose of the *collecta* was to raise money to finance protection for food convoys and for fitting out galleons; but in practice it was used for defence purposes more generally. By Linhares's time the *collecta* had become the second largest source of regular crown income raised at Goa, being exceeded only by the revenue from customs. Originally granted for six years at a rate of 100,000 ashrafi a year, the *collecta* was due to expire in 1629. Renewal required the consent of the Goa câmara and selected community leaders meeting in a *junta geral* [12]. Linhares soon discovered that to renew the *collecta* would not be easy. Archbishop São Pedro was strongly opposed to the idea, mainly on the grounds that a tax on basic foodstuffs was unjust to the poor and only benefited Hindu provisioners and grain merchants. He was also concerned to forestall any attempt to impose the *collecta* on the clergy, and threatened excommunication for anyone who tried to do this. He proposed as an alternative a head tax, which he claimed would yield the crown much more than a *collecta* while providing far less opportunity for profiteering [13].

---

[7] Linhares subsequently quoted these secret orders back to the crown. See his undated letter, probably written in 1632. *Boletim da Filmoteca Ultramarina Portuguesa*, ed. A. da Silva Rego, Lisbon, 1954, no. 8, p. 162.

[8] Ajuda, cod. 51-VII-12, fol. 135v.

[9] Goa chapter to crown, 25 September 1631, BNL Pombalina, cod. 647, fols. 125-9; Linhares to crown 21 December 1631, ANTT, *LM* 29, fol. 95; crown to Linhares 14 March 1632 and Linhares to crown 12 January 1633, ANTT, *LM* 30, fol. 204; crown to Linhares 6 January 1633 and Linhares to crown 14 October 1633, AHU, *DSI*, caixa 10, no. 70.

[10] Linhares to crown, 12 January 1633, ANTT, *LM* 30, fol. 204.

[11] T. R. de Souza, *Medieval Goa*, New Delhi, 1979, pp. 141-3 and 150 note 49.

[12] Crown to Linhares, 25 January 1629, ANTT, *LM* 26, fol. 42.

[13] Archbishop São Pedro to Goa câmara, 24 March 1629, HAG, *LM* 13B, fols. 383-384.

Linhares took the position that an annual subsidy worth 100,000 ashrafi must be forthcoming one way or another. Accordingly, about a month after his arrival in Goa he convened a *junta geral* and invited the participants to decide whether they preferred to renew the *collecta* or impose a head tax. Though the principal advocate of the head tax, Archbishop São Pedro, had died a fortnight earlier his views were echoed at the meeting by others, including Fr. Diogo de Santa Anna, the Augustinian provincial, and D. Lourenço da Cunha, Captain of Goa. However, the business community preferred the *collecta,* and it was their view that prevailed. The *collecta* was duly approved for another six years – so assuring Linhares, on paper at least, of a substantial supplement to defence funding for the full term of his viceroyalty [14]. However, in practice there were no guarantees, and by the end of its first year of operation the renewed *collecta* had yielded only 83,000 ashrafi and not the 100,000 ashrafi agreed [15]. Linhares thereupon recalled the *junta geral* to determine how to make up the shortfall, and it was decided this should be taken from the receipts of the following year. Of course once this procedure had been adopted it was inevitably repeated in subsequent years so that arrears quickly mounted. By the start of 1633 Linhares himself had concluded that it would take eight years rather than six for the full amounted to be raised. Nevertheless, the *collecta* was an invaluable source of military funding, and remained as part of the fiscal structure well beyond Linhares's term of office [16].

In addition to consolidating revenue and renewing the *collecta* Linhares also took up the challenge of cutting expenditure. His first objective was to eliminate items of expenditure that could no longer be rationally justified (such as redundant offices), and to eliminate unnecessary duplication. For example, in December 1629 he tried to persuade the Goa câmara to amalgamate the treasurerships for three council-administered taxes – the *hum por cento*, the *dois por cento* and the *collecta* – into one. The câmara demurred; so Linhares, with support from his council, simply imposed the amalgamation in the name of the crown. In the time-honoured manner the câmara then appealed directly to the crown [17]. By early 1630 the opposition and obstruction to fiscal reform Linhares was encountering apparently persuaded him to modify his tactics. He now decided to seek wider local support by summoning an extraordinary junta and explaining to it in some detail the crown's fiscal difficulties and why reform was necessary. The junta was duly convened on 10 March 1630, and was attended by the councillors of State and Finance, the judges of the High Court, the *provedores* of the *casa dos*

---

[14] BNL Pombalina, cod. 490, fols. 178v-179v.

[15] Ajuda, cod. 51-VII-12, fol. 112v.

[16] *Ibid.*, HAG, *ACF*, Ms. 1136, fols. 177v-178v; Linhares to crown, 13 January 1633, ANTT, *LM* 30, fol. 242.

[17] *Ibid.*, p. 251; *Boletim*, vol. 5, p. 124.

contos, the city councillors and leading churchmen. This encounter was one of the pivotal events of the reform campaign. Linhares opened proceedings by informing the gathering that the state's finances were in deep trouble [18]. To demonstrate this he presented estimates that gave expenditure at a minimum of 755,968 ashrafi a year against revenue totalling at most 626,140 ashrafi – a shortfall of 129,828 ashrafi. He explained that imbalances of this kind had persisted for some time and could not be allowed to continue. Either increases in revenue or cuts in expenditure or both were required. He had convened them, Linhares told his audience, to advise him how the situation might be remedied.

Linhares's estimates made clear the major components of both revenue and expenditure. By far the greatest single item on the revenue side was the Goa *rendas*, which at 246,140 ashrafi accounted for almost forty per cent of the total (forty-six per cent if the taxes on horses and tobacco are included). The next most important item was the *collecta*, which was expected to bring in 100,000 ashrafi – sixteen per cent of receipts. Other significant contributions came from the sale of the annual Macao-Nagasaki voyage at 70,000 ashrafi (eleven per cent) and the special customs surcharges (*hum por cento* and *dois por cento*) that comprised almost ten per cent. These four revenue sources together accounted for over eighty per cent of receipts. On the other side of the balance sheet there were two items that stood out. The first was salaries and allowances that together absorbed an estimated 252,787 ashrafi. This amounted to over thirty-three per cent of total expenditure. In fact, salaries and allowances had long been the main item of expenditure of the Goa government so that Linhares's estimates in this respect were hardly surprising. A reforming viceregal administration would be bound to seek savings in this area, and in this process the junta could render considerable assistance if it could be persuaded to do so. The other major expenditure item in the estimates was 180,000 ashrafi earmarked for establishing and maintaining a *terço* (regiment of infantry). This amounted to a massive twenty-four per cent of total outlays.

When he convened the extraordinary junta Linhares began proceedings by inviting each of the interest groups represented to give its views on the remedy to be applied to the viceroyalty's fiscal problems. Much of the discussion that followed concentrated on the vexed question of cutting allowances and salaries. According to Linhares himself, the *vereadores* of the Goa câmara were willing to accept cuts; but the clergy protested that their allowances must take precedence, and they would concede nothing. After everyone had had their say Linhares himself spoke, pointing out to the meeting that over time the burden on the crown of supporting so many appointments had

---

[18] For Linhares's own account of the junta's proceedings see his diary, especially for 8-10 March 1630, *in* Ajuda, cod. 51-VII-12, fols. 2v-10v, and for a more hostile account the «Relatório», *in* BNL Pombalina, cod. 490, fol. 193-193v.

greatly increased and that many offices still on the official lists were now either totally fictitious or at least of no tangible benefit to the crown. He was convinced that the king would want such offices discontinued and therefore that was what he proposed to do.

It seems that in proposing the abolition of redundant offices Linhares had in mind primarily the myriad of low-ranking jobs held mostly by Goans and other Indians. Nevertheless the proposal had disagreeable implications for senior Portuguese functionaries – particularly departmental heads and fortress commanders who customarily kept long lists of redundant or non-existent employees on their payrolls, and simply pocketed the money allocated to maintain them. Many functionaries in the Estado da Índia had come to regard this practice as a right of office, an attitude that naturally much hindered the contemplated reforms. Linhares was prepared to lead by example and accordingly read out to the assembly a list of viceregal retainers and employees – criados, sundry attendants, trumpeters, kettledrummers, stable hands and so forth – whom he was prepared either to dispense with entirely or to pay for himself. The savings accrued for the crown amounted to 5,800 ashrafi, and Linhares believed that if others similarly cut their establishments, cumulatively much could be achieved [19].

According to Linhares his policy of removing superfluous employees from the payroll met with the general approval of the junta, with the exception of a few obstructionists. However, the actual extent of dissatisfaction was probably much greater than he was prepared to admit, though it initially remained fairly muted. In any event, with the formal backing of the junta Linhares issued a decree cancelling the existing authorisations for the employment of Indian *naiks*, *peões* and *nafares* in the various forts of the Goa territories, the dockyards, the arsenal and other government departments. New and much leaner lists were then authorised, cutting back numbers in most cases by about fifty per cent. Similar cutbacks were ordered for fortresses elsewhere in the Estado da Índia [20]. Linhares seems to have reduced his own establishment as he had promised – and at least some other senior officials, including the *vedor da fazenda*, also appear to have accepted personal cut backs, albeit rather reluctantly [21]. In June 1630, after conferring with the *vedor da fazenda*, the viceroy issued instructions to prepare a file on «the salaries we have to cut and certain offices which have to be abolished» [22]. But he met tenacious resistance with seemingly each individual case requiring a struggle. The usual tactics of delay, obstruction and appeals

---

[19] Ajuda, cod. 51-VII-12, fol. 10.

[20] HAG, Ms. 2358, fol. 254-254v.

[21] Vedor da Fazenda José Pinto Pereira in 1633 indicated his official income had been reduced, though he apparently believed he actually deserved an increase. AHU, *DSI*, caixa 10, doc. 53.

[22] Ajuda, cod. 51-VII-12, fol. 51.

to the crown compounded the problem, progress was slow and the outcome often uncertain. Sometimes Linhares did get his way, but on occasions he failed. Thus the amalgamation of the three treasurerships already referred to was achieved; but at least five other offices Linhares had wanted to extinguish were retained by order of the crown as a result of appeals [23].

The reduction of the state payroll in a sense amounted to partial privatisation – for Linhares, along with some departmental chiefs and captains, kept on some of those employees who had been removed from the official lists by paying them personally [24]. On the other hand some fortress commanders, who thought they were entitled to pocket the wages of non-existent employees as a perquisite of office, sought to recoup their losses by reducing the number of soldiers actually serving and keeping the difference. This made it possible for Linhares's critics to accuse him of weakening already undermanned garrisons – like Fort Jesus in Mombasa, which allegedly contained only six or seven soldiers when attacked by Sultan Yusuf in August 1631 [25]. However, this was manifestly not Linhares's intention – though it appears that his attempts to economise by cutting expenditure on salaries and allowances in the end achieved only very limited success. The practices and traditions that such measures inevitably ran up against were too deeply entrenched, and obstruction and evasion too widespread, for it to be otherwise.

Associated with Linhares's efforts to reduce salaries and allowances within the viceroyalty was reform of the *matrícula geral*. This was the agency that registered and paid soldiers and on which, according to Linhares himself «all, or most, of the distribution of His Majesty's funds in India depends» [26]. The *matrícula* did not enjoy a very high reputation for probity or efficiency, but earlier attempts to improve its performance seem to have achieved little. Its records were unreliable, either through incompetence or deliberate distortion. Some men appeared on the rolls who were merely private traders rather than soldiers; others were not genuinely Portuguese, but Indo-Portuguese or Indian and therefore legally ineligible. The *contadores* responsible for the *matrícula* bought their offices, and although they were supposed to demonstrate their competence before receiving confirma-

---

[23] Linhares wished to extinguish the offices of Captain of Goa, *tanadar-mor* of Goa, interpreter of the customs house (whom Linhares claimed in practice never went near the *alfandega*), the receiver of the *rendas* of Salcete and the ecclesiastical administrator of Mozambique. ANTT, *LM* 31, fol. 121; *Boletim*, vol. 8, pp. 34, 192, and vol. 13, p. 643. In March 1634 the crown asked Linhares to explain his amalgamation of the three treasurerships, instructing him meanwhile to make no change. However, by that time the new arrangement had already been in force for three years. *Boletim*, vol. 8, p. 472.

[24] See remark by José Pinto Pereira in 1633, AHU, *DSI*, caixa 10, doc. 53.

[25] The garrison was officially 100 men. See «Relatório», *in* BNL Pombalina, cod. 490, fol. 193.

[26] Ajuda, cod. 51-VII-12, fol. 73v.

tion, extraordinarily lax standards were in practice applied [27]. On 22 December 1629 Linhares filed a report on the officers of the *matrícula* who at that time comprised five *contadores* and a secretary [28]. By then he was convinced all the real work was being done by just one of the *contadores*, Francisco Vaz, his colleagues being too sick or lacking the necessary skills. But Vaz died in 1630 and Linhares was unable to find a competent replacement for him in India. So he appointed his own secretary, Pedro Barreto de Resende, though this was strictly against regulations. However, Linhares argued it was essential to have someone at the *matrícula* whom he could trust and who would keep him informed about what was happening [29]. In fact moving Resende to the *matrícula* may have born some fruit, for within a few weeks one of its *contadores* was arrested on charges of embezzlement. In January 1631 Linhares went to the *matrícula* himself to oversee the paying of the soldiers, and a year later he subjected the institution to a formal *visita*. This resulted in the introduction of new procedures including an improved form of record keeping [30]. However, the crown vetoed the appointment of Resende because he was Linhares's own *criado*. Resende was accordingly removed – which put an end to the improved record keeping, since he was the only official with the necessary competence. Linhares was therefore unable to effect any lasting reform of the *matrícula*, frustrated by the lamentable lack of skilled and honest accountants, the inflexible application by a suspicious crown of restrictive regulations, and the sheer inertia of the system.

An even more fundamental institution for financial management at Goa was the *casa dos contos* or audit office, and to this also Linhares turned his attention. The *casa dos contos* was required to check all financial accounts from government departments at Goa and the outlying possessions and fortresses, and prepare reports at regular intervals for despatch to Lisbon [31]. The *provedor mor dos contos*, who headed this body, was second in importance only to the *vedor da fazenda geral* – indeed, the former office was often a stepping-stone to the latter. The *provedor mor dos contos* was assisted by a staff of two *provedores*, six *contadores* and thirteen secretaries. The crown's dissatisfaction with the *casa dos contos* and its performance was long-standing. Its annual reports were deemed inadequate and Linhares had been instructed to ensure that in future they were more detailed. He was also to

---

[27] For example in 1631 when one of the contadores, who had bought his office with his wife's dowry, died in a shooting accident the rights to the office were transferred to his six-year-old son. They were to be exercised by his widow (who had re-married) until the boy was old enough to occupy the office himself. ANTT *LM* 29, fol. 46; *Boletim*, vol. 9, p. 259.

[28] *Boletim*, vol. 5, fol. 157.

[29] Ajuda, cod. 51-VII-12, fol. 73v.

[30] *Ibid.*, fols. 86, 137v; ANTT, *LM* 29, fol. 64; AHU, *DSI*, caixa 10, doc. 75; *Diário do Terceiro Conde de Linhares*, Lisbon, 1937, p. 164.

[31] See A. Teodoro de Matos, *O Estado da Índia nos Anos de 1581-1588: Estrutura Administrativa e Económica*, Ponta Delgada, 1982, p. 23.

scrutinise the institution's record under previous administrations and prepare and send to Lisbon a detailed statement of all revenue and expenditure in the *Estado da Índia* for the previous ten years. The personnel of the *casa dos contos* were to be subjected to review [32].

Linhares's attempts to carry out these orders became for the most part an exercise in frustration. He noted in his diary on 5 June 1630 that the *casa dos contos* was indeed in dire need of «reform» and that he was working diligently on the matter [33]. He soon removed two of its secretaries as incompetent, and in 1631 replaced two *contadores* who allegedly did not know how to keep accounts [34]. Linhares also strove to improve the procedures of the *casa dos contos*. He issued new regulations up-dating and standardising the form in which accounts were to be kept and endeavoured to stop such abuses as falsifying figures and stealing or selling financial documents [35]. However, these measure appear to have achieved disappointing results. In April 1631 the crown was already complaining that accounts received since the start of Linhares's term lacked clarity and detail. In 1632 Linhares was informed that the accounts submitted were «mixed up and undifferentiated», the revenue side difficult to comprehend and expenditures totally unintelligible. Similar complaints followed in 1633 [36]. Linhares testily rejected these complaints. He told the Count of Castro in December 1632 that he had in fact sent clear and detailed reports of all revenue and expenditure for every year since his arrival «which cost me great labour, and even my own money». He believed he was the first viceroy ever to have had financial statements prepared in such a sophisticated manner [37]. Under existing circumstances he considered there was little more he could do. Already when submitting his report in 1631 he had suggested that accountants in Portugal review it and inform him what further changes were required. Their comments could then be incorporated into new standing orders. On another occasion he frankly acknowledged that the scribes available to him in India were inferior to those in Portugal and that their accounts were confusing. In 1634 he was unable to have any annual report of revenue and expenditure prepared at all, simply because the *contador* responsible for preparing it was sick [38].

The lack of skilled (and honest) staff was clearly fundamental to the problems of the *casa dos contos* – a fact that emerged repeatedly in correspondence between Goa and Lisbon. This was perhaps best summed up in a report compiled some years later by the *provedor mor dos contos* Baltazar Marinho, a former trusted lieutenant of Linhares, in 1637. Marinho concluded that of

---

[32] ANTT, *LM* 27, fol. 283.
[33] Ajuda, cod. 51-VII-12, fol. 50v.
[34] HAG, *ACF*, Ms. 1161, fol. 177.
[35] ANTT, *LM* 30, fol. 182.
[36] ANTT, *LM* 28, fol. 76, and *LM* 31, fols. 205, 337; AHU, *DSI*, caixa 10, doc. 11.
[37] Linhares to Count of Castro, 6 December 1632, Ajuda, cod. 49-X-28, fol. 363.
[38] ANTT, *LM* 29, fol. 87; *Boletim*, vol. 8, p. 401; AHU, *DSI*, caixa 10, doc. 119.

the six serving *contadores* at that time only two were capable of compiling even simple accounts. Several were either too old or infirm to be able to perform adequately, and two he thought should be dismissed forthwith. Finally he concluded that the volume of work required eight rather than six *contadores* – a recommendation already made by an earlier *provedor mor*, André Salema, but without results [39]. Probably the only way the performance of the *casa dos contos* could have been significantly improved during these years was to send out experienced accountants from Portugal – or alternatively to recruit and train competent Indians. This was not done, so the *casa dos contos* remained as much a problem after Linhares's attempted reforms as before [40]. However, this was not really Linhares's fault but the consequence of a fundamentally flawed system. Without suitable personnel any attempt to reform this institution had no chance of success.

The junta of 10 March 1630 also considered Linhares's plans to establish a *terço*. Reform of the military establishment in Goa along these lines – in effect, its Castilianization – had been a long-standing objective of the Habsburg regime. Previous attempts to form a *terço* had been made as early as the 1590s but had invariably failed because of hostility from the local fidalgo elite, shortages of European manpower and a chronic lack of funds [41]. It had been firmly emphasised to Linhares before he left Madrid that creation of the *terço* was now imperative and that he must treat it as an integral part of his reform package. Linhares accordingly presented to the junta a plan to establish a *terço* of 2,500 men, for which the 180,000 ashrafi required would cover all costs including wages. While there was, of course, from the start much hostility to this scheme, which was reinforced by its serious budgetary implications, Linhares was undeterred – and in the succeeding months pushed ahead with the *terço*, regardless of the difficulties. By June 1631 approximately 900 men had been formally enlisted in the *terço* and on 6 July that year Linhares issued it with a comprehensive regimento [42]. Though at this stage the *terço* was still seriously under strength Linhares remained confident it could succeed; but by late 1632 he was more doubtful. The crown urged him to persist, but in the end he was unable to save the *terço* and in late 1634 he was obliged to inform Lisbon it had ceased to exist [43].

How much Linhares spent on this ultimately unsuccessful exercise is unclear; but it was much less than the 180,000 ashrafi that had originally been notionally assigned to it. Linhares certainly did not, as some of his enemies alleged, end up with a large surplus left over from money «reserved» for the *terço* when it failed to attain its projected strength, to the detriment

---

[39] AHU, cod. 210, fol. 69v; AHU, *DSI*, caixa 10, doc. 181.
[40] ANTT, *LM* 38, fol. 415.
[41] C. R. Boxer, *The Portuguese Seaborne Empire 1415-1825*, London, 1969, pp. 299-301.
[42] Ajuda, cod. 51-VII-12, fols. 87v, 89; BNL, *FG*, cod. 939, pt. 2, fol. 33-33v, 46-48.
[43] University of Coimbra Library, cod. 459, fol. 384; *Boletim*, vol. 8, p. 47.

of other needs such as clergy allowances [44]. No such reserve ever existed and it is in fact likely that much of the funding applied to the *terço* came from Linhares's own pocket rather than the public purse [45]. In practice the short-lived *terço* probably had only a limited impact on state expenditure. The available data suggests that the fleets which sailed regularly from Goa each season, and the military needs of outlying possessions, made far greater demands on the viceroyalty's resources than the *terço* – not to mention emergencies occasioned by such events as rebellion in Mombasa and defeat in Ceylon. Responding to these latter two events alone absorbed over 400,000 ashrafi [46].

The extraordinary junta that Linhares convened on 10 March 1630 also considered items on the revenue side of the budget. The *rendas*, which normally provided almost half of all regular receipts, were traditionally contracted to Hindu, Portuguese or Indo-Portuguese tax-farmers, the contracts being re-negotiated every few years. At the time of Linhares's arrival in Goa many of these contracts had apparently been let on terms relatively favourable to the contractors. Linhares understood this and tried to review as many of them as possible with a view to increasing returns. In June 1630 he cancelled the contract for the largest tax farm, the Goa customs, and concluded a new two-year contract at 132,000 ashrafi a year. This involved an outright increase of 7,000 ashrafi over the previous contract as well as a number of concessions from the contractor which allegedly saved the crown a further 13,000 ashrafi [47]. Linhares also raised the contract for the Diu customs from 40,000 patacões to 65,000 patacões in 1630-31, and to 68,000 patacões for the following two years. The much smaller contract for the Bardez customs he increased by 700 pardaos [48]. Another contract Linhares increased was that for tobacco at Bassein. This had previously been let for 5,800 patacões. The Council of Finance apparently wanted to accept an offer to raise it to 9,000 patacões but Linhares, according to his own account, insisted on a still higher price. Eventually it was settled at 11,650 patacões, an agreement that Linhares claimed cost him much effort and hard work [49].

In addition to re-negotiating various customs contracts Linhares sought to improve the operating performance of the *alfandegas* themselves, which were at the time notorious for inefficiency and corruption. An entry in his diary for 23 April 1630 shows that he had by then begun a secret inquiry into the evasion of duties at the Goa *alfandega* [50]. He visited the customs house

---

[44] «Relatório», BNL Pombalina, cod. 490, fol. 193.
[45] Linhares to crown, 10 December 1634, Coimbra, cod. 459, fol. 384.
[46] Minutes of Council of Finance, 6 July 1633, HAG, *ACF*, Ms. 1162, fols. 71v-72v.
[47] Ajuda, cod. 51-VII-12, fol. 50v.
[48] *Ibid.*, fol. 27.
[49] *Ibid.*, fols. 116v, 126v.
[50] *Ibid.*, fol. 26v.

himself, and was not impressed. He thought the building was inadequate either to store goods or for the officers to carry out their work properly. This provides a partial explanation for one of the most persistent abuses of which the crown had complained – the removal of goods by customs officers to private storage before duties had been paid [51]. Linhares ordered appropriate improvements which he returned to inspect four months later [52]. But Linhares's most important reform initiative regarding the customs was his establishment of an entirely new *alfandega* at Chaul on the coast of Ahmadnagar where there was a Portuguese fortress and a prosperous casado community with its own câmara. The crown had wanted a customs house at Chaul since 1589; but the local citizens backed by successive captains – whose vested interests lay in Chaul remaining a de facto free port – always strongly resisted the policy, and no previous viceroy had succeeded in implementing it. Chaul was a major loop-hole in the Portuguese customs system and Linhares was determined to plug it. Incensed by the inevitable opposition of the moradores of Chaul, which was co-ordinated by the local câmara, Linhares eventually withdrew the city's charter and suspended the câmara [53]. Then in 1633 he commissioned a *visita* by three of his most trusted senior officials to investigate all the Portuguese possessions along the coast north of Goa. The commissioners were instructed, among other things, to establish the Chaul *alfandega*, which they duly did in April 1634 [54].

While it is clear Linhares made energetic efforts to increase crown receipts from the *rendas* – and especially from the customs – his success was very mixed. Returns actually declined in 1631, though this was mainly because of famine, which had forced the administration to acknowledge that the contractors could not fully meet their obligations [55]. Matters improved the following year, despite disruption of shipping by the Dutch. Eventually, according to the viceroy's secretary Pedro Barreto de Resende, returns to the crown from the *rendas* increased by over 300,000 cruzados during the course of Linhares's term. If this was in fact the case it amounted to a very considerable achievement, and would certainly add substance to Resende's description of Linhares as a viceroy who was exceptionally zealous for the crown's interests [56].

In addition to the various revenues emanating from the Estado da Índia Linhares was also supposed to have available to him the *socorros da Índia* – annual subsidies sent out from Portugal, usually in the form of silver. As a condition for accepting his appointment as viceroy Linhares had asked for

---

[51] Alvará, Lisbon, 24 November 1628, ANTT, *LM* 26, fol. 644.

[52] Ajuda, cod. 51-VII-12, fols. 82v, 86v.

[53] Linhares to crown, 7 November 1632, *Boletim*, vol. 8, p. 10.

[54] The regimento of the Chaul alfandega, dated 24 April 1634, is reproduced in *Boletim*, vol. 12, pp. 459-476.

[55] AHU, *DSI*, caixa 10, doc. 78.

[56] British Library, Sloane, Ms. 197, fol. 70v.

and received written promises signed by the king and the Count-Duke of Olivares that he would be granted *socorros da Índia* totalling 200,000 cruzados for each year of his term [57]. This amounted to about two-thirds of the Goa *rendas* or to twice the projected receipts from the *collecta*. Therefore in theory it should have constituted a very considerable and crucial supplement to the viceregal treasury. However, the *socorros da Índia* in practice never lived up to expectations. This was partly because the extraordinary taxes imposed in Portugal to pay for them (the *real d'água* and the *donativo eclesiástico*) received papal sanction only on condition they were used exclusively to finance action against heretic Europeans. Linhares was therefore legally restricted on how he could deploy the funds – just as he was with the *collecta*. Nevertheless, there were occasions of compelling need when he did divert the *socorros da Índia* to other defence purposes, though he first had to get the backing of his Council of Finance and later justify himself to Lisbon [58]. However, both his predecessors and successors as viceroy treated the *socorros da Índia* in the same manner, while the crown itself on at least two occasions transferred money from the fund to provide advances to high-ranking clergy setting out from Lisbon to Goa [59]. On such occasions the legal restrictions seem to have been circumvented by treating the payments as «loans».

The second and more fundamental problem with the *socorros da Índia* was that the amounts of money shipped out fluctuated greatly from year to year, but were invariably much less than the 200,000 cruzados Linhares had been promised. There was also a long gap of twenty-five months between September 1630 and October 1632 when no ship arrived from Portugal, and therefore no subsidy was received at all. Overall during Linhares's term the largest sum received was 162,196 cruzados in 1633, and the annual average was only 91,908 cruzados [60]. He could do little about this situation except complain to Lisbon, and beg the crown to send more.

What in the final analysis was the impact of all these attempted reforms on Linhares's day-to-day management of fiscal affairs? Before trying to answer this question it needs to be emphasised that when Linhares arrived in Goa the financial resources available to him were virtually confined to what he had brought with him. While it was not particularly unusual for incoming viceroys to confront this kind of situation, in Linhares's case the implications were more serious than usual. This was because only a month

---

[57] Linhares reminded the crown of this promise in a letter of 11 December 1634. AHU, *DSI*, caixa 10, doc. 197.

[58] Ajuda, cod. 51-VII-12, fol. 133.

[59] For unauthorised use of *socorros da Índia* by Viceroy Vidigueira see ANTT, *LM* 27, fol. 287, and by Viceroy Pero da Silva, *LM* 33, fol. 267v; for funding high-ranking clerics see crown to Linhares, 9 March 1634, and Linhares's reply, 7 December 1634, AHU, *DSI*, caixa 10, doc. 185.

[60] ANTT, *LM* 38, fol. 185.

earlier Nuno Álvares Botelho had left Goa in command of a major expedition to relieve Melaka, at the time believed to be under threat from the Acehnese. The result was Goa had been denuded of military and financial resources leaving, in the words of Linhares's secretary «not a single ship, nor a soldier nor a single *real* to do any of the many things that were necessary» [61]. Therefore from the start finding cash to make disbursements was a constant worry – a fact stressed repeatedly in Linhares's diary. On 12 September 1630 Linhares wrote that he had begun to pay soldiers about to embark on the seasonal fleets but had just 300 pardaus in the treasury with which to do so whereas he needed 140,000 pardaus [62]. On 11 December he commented that the problem of getting cash was «the thing that exhausts me most», and again on 28 December that worrying about money was «what tires me most for I do not know from where it can be taken» [63]. The crown did not have a single *vintém*, did not possess a *maravedi*, had not a moeda to its name – these and similar comments are scattered liberally throughout the pages of Linhares's diary for 1630 and 1631, as he struggled to meet the administration's commitments [64].

Despite such concerns and constraints it is clear that Linhares's government in fact made frequent and substantial disbursements. Most were for salaries and allowances, for military purposes and – during the famine period – for purchasing food supplies. The pattern had begun within days of Linhares's arrival. Thus several major payments for purchasing rice and other provisions were authorised in November and December 1629 costing about 60,000 ashrafi [65]. The sum of 5,000 ashrafi was sent to the Kanara forts in February 1630 and a further 4,912 ashrafi that September. An amount of 12,000 ashrafi was assigned to the Coromandel fleet in February 1630 and 15,000 more in September, plus an extra 10,767 ashrafi for Ceylon [66]. In 1631 the demands on treasury were particularly heavy because of a series of unexpected military crises. In May that year Linhares lamented he had been obliged to send 86,813 ashrafi in cash and supplies to Ceylon following the disastrous defeat of Captain-General Constantino de Sá seven months before, as well as 11,000 ashrafi in letters-of-credit [67]. It was a similar story in the later years of Linhares's term. A sum of 9,978 ashrafi was shipped to provision the fort at Melaka in April 1634. Five months later a further 12,522 ashrafi was sent to Melaka for defence works, followed by another 19,278 ashrafi in April 1635 and 14,000 ashrafi in September 1635. Ceylon was sent

---

[61] Pedro Barreto de Resende, *in* BL Sloane, Ms. 197, fol. 70.

[62] Ajuda, cod. 51-VII-12, fol. 90.

[63] *Ibid.*, fols. 124, 129v.

[64] For example, see comments on 12, 13, 20 and 21 September 1630, 23 and 30 October 1630 and 6, 9, 10 and 29 November and 11 December 1630, *in* Ajuda, cod. 51-VII-12.

[65] HAG, *ACF*, Ms. 1161, fols. 95-97.

[66] *Ibid.*, fols. 9v, 97v, 114v, 133v.

[67] BNL, *FG*, cod. 939, pt. 2, fol. 31.

36,466 ashrafi in September 1634 and another 19,140 ashrafi in September 1635 [68]. Meanwhile there were the continuing, endless payments for salaries and allowances. So, where did all this money come from?

In fact, not all these payments were made in cash. Some came in the form of supplies and some as other goods that the recipients were expected to convert into cash themselves, as best they could. Hard-pressed commanders sometimes issued promissory notes on Goa that the viceregal treasury was obligated to honour [69]. Nevertheless, most disbursements do seem to have been made in cash. At times particular kinds of coins were used such as Melaka tangas, which were specially minted for use in Melaka [70]. However, since revenue came into the treasury irregularly there was inevitably much hand-to-mouth improvisation. For defence-related disbursements the *socorros da Índia* were a prime source, though the legal restrictions mentioned earlier meant allocations from these funds were often treated technically as «loans». In this way the sum of 36,466 ashrafi taken from the *socorros da Índia* and sent to Ceylon in September 1634 was classified as a «loan». The *socorros da Índia* were also utilised to finance Coromandel fleets, to buy rice for the galleons and even to fit out Linhares's galley for a visit to Malabar in 1631 (on the somewhat unconvincing grounds that the main purpose of the voyage was to organise militarily «against the enemy from Europe») [71]. Receipts from the *collecta* were also used for defence purposes – for example for various naval purchases, and for the wages of soldiers serving in the *terço*, in June 1631 [72]. Occasionally treasury secured cash by making a profit on its own commodity dealings. In May 1630 it purchased rice at Bassein for 8,000 ashrafi and sold it in Goa for 13,300 ashrafi, using the profit to buy further supplies and for naval purposes [73]. Nevertheless, it was frequently the case that cash in hand was inadequate to meet need.

The solution normally adopted when treasury lacked cash was to borrow – and this was at the heart of much of Linhares's concern over the viceregal finances. When Linhares found himself faced with a virtually empty treasury at the start of his term, he began borrowing on the crown's behalf literally within forty-eight hours of his arrival in Goa. The first source he turned to was the newly created Portuguese India Company. On 23 October 1629 he asked the company for a loan of 10,000 ashrafi to fund the Malabar fleet, and then for a further 10,000 ashrafi for the Kanara fleet a few days later. The company board acquiesced, accepting that the fleets were necessary to

---

[68] HAG, *ACF*, Ms. 1162, fols. 122, 133v, 161v, 170v, 175.
[69] For example see Linhares's diary for 29 May 1631, BNL, *FG*, cod. 939, pt. 2, fol. 31.
[70] HAG, *ACF*, Ms. 1162, fols. 161v, 170v.
[71] See *ibid*., fols. 99v, 100v, 130v-131, 134v.
[72] BNL, *FG*, cod. 939, pt. 2, fol. 43.
[73] Ajuda, cod. 51-VII-12, fol. 47.

escort the pepper *cafilas* to Goa. It further agreed to provide loans for the escort fleets on an annual basis, for which repayments would be secured on the *rendas* of the Goa customs [74]. Linhares also borrowed from other institutions such as the Misericórdia of Goa, traditionally a much-tapped source for loans. On at least one occasion he obtained a loan of 20,000 ashrafi from the *consulado*, a fund raised by means of a special tax collected by the câmara. On another occasion, to help pay the soldiers and other needs, he borrowed 14,000 ashrafi from the câmara of Bassein and from the proceeds of fines imposed on some *vanias* [75]. In times of particularly serious emergency he also borrowed or solicited donations from individuals who were heavily pressured to come up with what was wanted. When the Mombasa crisis erupted in 1631 he raised about 12,000 ashrafi from wealthy Portuguese in Goa; but he was nevertheless disappointed at the total, complaining people had contributed with much reluctance «as though they were having their teeth extracted» [76]. Finding people willing to lend to a government whose credit was inevitably low was naturally a difficult challenge. In September 1630 Linhares complained bitterly there was no-one willing to lend anything to the crown, and expressed himself exhausted by a problem that never seemed to have any real solution [77]. On 6 November he noted that quarterly payments of salaries had become due and everyone was pressing him for their money. But there was nothing in the treasury to disburse. Next day he wrote that he was desperately trying to find the necessary funds because the expectant payees «are already killing me». On 11 November he was still at his wits end to find a single *real* [78].

On a number of occasions Linhares found his only way for securing cash was to dip into his own private resources, or at least borrow for the crown on his own credit. This was a solution adopted to fund, in whole or in part, the necessities of sundry fortresses, fleets and expeditions. In September 1630 he borrowed on his personal security 15,000 ashrafi to cover the more urgent needs of the Kanara and Malabar forts [79]. For the Mombasa expedition in 1631 Linhares provided a personal loan of 22,578 ashrafi. He raised this sum by selling his wife's proprietary rights to the fortress of Sofala [80]. Early in his term Linhares also borrowed on his own credit to pay soldiers. Emphasising what all this was costing him he bluntly told Lisbon in November 1630 that he had so exhausted his credit that there was now «not a man» in India who would lend him as much as 100 cruzados, and he had

---

[74] Ajuda, cod. 46-XIII-30, fols. 17v, 20v-21.

[75] See AHU, cod. 218, fol. 2; BNL, *FG*, cod. 939, pt. 2, fol. 95; Ajuda, cod. 51-VII-12, fol. 90; *Boletim*, vol. 8, p. 185.

[76] BNL, *FG*, cod. 939, pt. 2, fols. 95, 103v; AHU, cod. 218, fols. 79-80.

[77] Ajuda, cod. 51-VII-12, fol. 91v.

[78] *Ibid.*, fols. 107v-108, 109v.

[79] *Ibid.*, fols. 90v, 93.

[80] AHU, cod. 218, fol. 80; BNL, *FG*, cod. 939, pt. 2, fols. 104, 105v.

been reduced to the personal indignity of wearing a torn shirt [81]. Possibly such difficulties were less acute later in his term, for there is no mention of his borrowing on personal surety in his 1634 diary. However, the omission could equally well indicate such borrowings had become so routine as to warrant no mention.

In conclusion, Linhares was an energetic and determined overseer of the state's finances who sought to inject new life into an ill-functioning, tradition-bound system. He tried to introduce procedural changes, eliminate blatant abuses and remove incompetent officials, and he successfully increased the returns to the state from the *rendas*. Nevertheless, it is difficult to avoid the conclusion that many of his fiscal reforms, such as revenue consolidation and shifting the emphasis in public spending away from ecclesiastical and bureaucratic patronage towards military needs, achieved at best only marginal success. In the end the fiscal reform program petered out and there was little fundamental change in the ways in which things were done. The adverse conditions of the times, and the forces of inertia that had such a hold over the Estado da Índia, simply proved too strong for even so determined a viceroy as the Count of Linhares.

[81] HAG, *LM*, 14, fol. 24.

ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR, Vol. III, 2002, pp. 277-305

A PROBLEMÁTICA DA CONVERSÃO AO CRISTIANISMO EM GOA: OS CATECÚMENOS DE BETIM (SÉCULOS XVIII-XIX)

por

MARIA DE JESUS DOS MÁRTIRES LOPES *

Introdução

A civilização indiana é, como se sabe, de essência puramente religiosa. Toda a actividade humana está marcada por ritos. As suas convicções religiosas e filosóficas condicionam profundamente a atitude perante a existência e a morte, face ao material e ao eterno. Tenha-se presente que os naturais de Goa, convertidos ao cristianismo, emergiram deste passado religioso. Os seus antepassados realizaram, gerações após gerações, a *pûjâ* e recitaram meticulosamente os *mantras* [1]. Além disso, muitos cristãos nativos foram hindus durante grande parte da sua vida. Por isso, o cristianismo encontrou em Goa um terreno propício para o desenvolvimento de uma profunda espiritualidade e com traços característicos.

1. Aspectos da missionação

1.1. *A estreita colaboração entre a Igreja e o Estado*

«Nesta Azia ninguem fala em Fe, nem cuida da Religião, senão Portugal, todos cuidão do seu negocio, só Portugal hé que cuida de extender a Igreja…» [2]. Sem cairmos em atitudes patrióticas exacerbadas e num chauvinismo empobrecedor – tenha-se presente a colonização da América Espan-

---

* Centro de Estudos Africanos e Asiáticos do Instituto de Investigação Científica Tropical.

[1] *Pûjâ*, oração e sacrifício hindu, público ou privado. *Mantra*, texto védico; fórmula mágica, extraída ordinariamente do Atharvaveda. Cf. Sebastião Rodolfo DALGADO, *Glossário Luso-Asiático*, vol. II, *s.v.*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1921.

[2] Carta do bispo de Cochim e Governador do Arcebispado de Goa para Martinho de Mello e Castro, de Janeiro de 1781 (A.H.U., *Índia*, maço 134 (134).

hola [3] –, importa reter que a evangelização fez sempre parte da ideologia expansionista portuguesa, mesmo nos momentos históricos em que os interesses comerciais foram bastante relevantes.

A conversão dos pagãos era, pois, considerada como a principal obrigação dos reis de Portugal; daí que as autoridades locais, como mandatários dos soberanos nos territórios ultramarinos, devessem intervir activamente nessa tarefa a fim de assegurar os melhores êxitos [4].

Em Goa este aspecto foi particularmente importante e marcou, de forma decisiva, a sua História. Sede do Padroado Português do Oriente e capital do Estado da Índia, aqui se lançaram desde tempos remotos as estruturas religiosas que permitiram a rápida conversão dos seus habitantes e a irradiação da fé por outras paragens do Oriente [5]. Assim, em 1516-1517 foi fundada a Misericórdia, em 1534 a diocese, em 1557 a arquidiocese, em 1541 foi criado o cargo do Pai dos Cristãos; entre 1577 e 1606 tiveram lugar cinco concílios provinciais; em 1593 o Tribunal da Bula da Cruzada; mais tarde, em 1681 a Junta das Missões, e em 1750, o Tribunal da Mesa da Consciência. A actividade evangelizadora foi, pois, devidamente planificada pelo Estado e pela Igreja. Observe-se, aliás, que semelhante política foi adoptada na América Espanhola [6].

Neste contexto de estreita colaboração entre o Estado e a Igreja, a Coroa financiou a acção dos agentes missionários e concedeu-lhes amplas regalias: as ordens religiosas de origem europeia, sediadas em Goa desde os primeiros tempos da conquista, foram remuneradas por «quartéis» remetidos do

---

[3] «A expansão ultramarina de Espanha e Portugal não é uma mera penetração colonial…; propende à integração entre europeus e aborígenes numa mesma comunidade… Nos povos ibericoamericanos, o cristianismo não é algo sobreposto, mas um elemento constitutivo da própria identidade». Veja-se Bernardino Bravo Lira, «A epopeya misionera en America y Filipinas; contribución del poder temporal a la evangelización», in *Historia de la Evangelización de America. Trajectoria, identidad y esperanza de un Continente. Actas*, Vaticano, 1992, pp. 67-69.

[4] Carta de D. João V para o vice-rei, de 18 de Março de 1708 (A.H.U., *Índia*, cód. 431, fl. 51). Carta do rei para o vice-rei, de 15 de Março de 1714, publicada por Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, in *Archivo Portuguez Oriental*, Fascículo 6, suplemento 1.º, Nova Goa, 1876, reed. de Asian Educational Services, N. Delhi, Madras, doc. 10, p.17.

[5] Goa esteve sujeita, nos primeiros tempos, à jurisdição espiritual do vigário da Ordem de Cristo e, em 1514, foi agregada à diocese do Funchal. Em 1534, pela bula *Aequum Reputamus*, de Paulo III, era constituída em bispado sufragâneo do arcebispado do Funchal, cuja diocese fora elevada, em 1533, à dignidade metropolitana. Em 1557, a bula *Etsi Sancta et Imaculata*, de Paulo IV, elevou o bispado de Goa a arcebispado e desmembrou-o do Funchal. Sobre as instituições eclesiásticas e outros aspectos da organização religiosa de Goa consulte-se o nosso estudo, «Converts, Protegés and Assimilated Natives: The Advantages of Christianization and the Beliefs of Goan Christians (Eighteenth Century)», in *Vasco da Gama and the Linking of Europe and Asia*, edited by Anthony Disney and Emily Booth, N. Delhi, Oxford University Press, 2000.

[6] Veja-se Rafael Eladio Velázquez, «El clero secular en la primera evangelización», in *Historia de la Evangelización de America*, já cit., pp. 99-109. Na América Espanhola tiveram lugar 11 concílios provinciais, entre 1539 e 1638: 5 em Lima, 3 no México, 1 em Santo Domingo, 1 em Santa Fé de Bogotá, 1 em La Plata (p. 107).

Reino e, em algumas situações, usufruíram de certas isenções alfandegárias. Por outro lado, os religiosos socorreram o governo em momentos político-militares de certa gravidade com importantes empréstimos pecuniários [7]. É interessante observar que as mónicas, sendo uma ordem de clausura, tiveram uma atitude activa em relação aos problemas do Estado. Recorde-se, pois, a sua intervenção aquando do ataque dos holandeses a Mormugão, em 1683; os soldados portugueses, estimulados pela presença da bandeira com a Virgem, por elas bordada, lutaram com denodo, vencendo o inimigo [8]. Noutras guerras dos holandeses, nas do Idalcão e nas do Sambagy, os vice-reis valeram-se das orações destas religiosas [9].

A participação do clero no governo de Goa foi muito intensa. É conhecida a intervenção dos jesuítas como embaixadores dos vice-reis nas cortes dos reis indianos. Nas praças do Norte o cargo de vedor da Fazenda foi desempenhado por jesuítas [10]. Muitos dominicanos ocuparam cargos de responsabilidade no tribunal da Inquisição de Goa. Anote-se, também, a presença de arcebispos nas juntas governativas e até mesmo no governo. Foi o caso do arcebispo D. Frei Aleixo de Menezes, que aproveitou precisamente a conjuntura de ser governador interino para fundar o convento de Santa Mónica, cuja criação havia sido bastante contestada pelas autoridades [11]; argumentavam a escassez de população branca e daí a carência de mulheres europeias para o matrimónio.

A missionação foi, também, uma forma de colonização. Os interesses de domínio de certas regiões concretizaram-se através da sua evangelização; a conversão dos naturais ao cristianismo e a sua presumível fidelidade ao governo português constituíram, também, um forte esteio à presença lusa no Oriente. Como afirmava nos inícios do século XIX o Secretário do Estado da Índia, Diogo Vieira de Tovar e Albuquerque, «de tal maneira se enlaçarão

---

[7] Aquando da campanha contra o Angriá, em 1722, os jesuítas contribuíram com o donativo de dezasseis mil xerafins; o mesmo em 1726 por ocasião da expedição de Mombaça, embora a juros elevados. Também, em 1753, em virtude da ameaça do rei Sunda ao Estado da Índia, os jesuítas emprestaram 80 000 xerafins. Em 1755, os jesuítas da Província do Malabar emprestaram à Fazenda Real 1000 xerafins pelo rendimento das aldeias de Sirigão e Mulgão, em Bicholim. Cf. carta de 21 de Janeiro de 1722 (A.H.U., *Índia*, maço 13 (10); o regimento da escritura de 26 de Março de 1755 (I.A.N./T.T., Junta da Real Fazenda do Estado da Índia., L.º 37, fls. 24v-26v); Veja-se, também, Charles J. BORGES, *The Economics of the Goa Jesuits 1542-1759. An Explanation of their Rise and Fall*, N. Delhi, pp. 41-56.

[8] [António dos Mártires LOPES], *Velha-Goa. Guia Histórico*, Goa, Imprensa Nacional, 1952, pp.135-136; veja-se, ainda, o nosso estudo «The Sisters of Santa Monica in the 18th Century. Details of their Daily Life», in *Goa and Portugal. History and Development*, ed. de Charles J. BORGES, Óscar G. PEREIRA e Hannes STUBBE, Nova Delhi, Concept Publishing Company, 2000.

[9] Cf. carta do vice-rei de 2 de Janeiro de 1721, B. N., caixa 1, ms. 4.2-bis (doc. 3188).

[10] Cf. Manuela Blanco VELEZ, «Notas sobre o poder temporal da Companhia de Jesus na Índia», in *Stvdia*, 49, Lisboa, 1989, p. 197, e António Francisco MONIZ, «O cofre dos Jesuítas em Damão», in *O Oriente Portuguez*, vol. V, Nova Goa, 1909, pp. 364-372.

[11] Carlos ALONSO, *Alejo de Meneses, O. S. A. Arzobispo de Goa (1595-1612). Estudio biografico*, Valladolid, Estudio Agustiniano, 1992.

os interesses Religiosos com os Políticos, que huns e outros progredirão de maos dadas» [12].

Urge referir dois aspectos prévios: em primeiro lugar, a área fortemente evangelizada pelos portugueses foi a das *Velhas Conquistas*, constituída pelas províncias de Ilhas, Bardez e Salsete, e submetidas à soberania portuguesa desde os primeiros tempos da conquista. Pelo contrário, as *Novas Conquistas* anexadas apenas por volta de meados de Setecentos (1744-1783) foram tenuemente tocadas pela mensagem cristã. Esse facto marcou até hoje e de forma indelével a paisagem humana, os usos e costumes destas duas regiões. Com efeito, o viajante que desembarca em Salsete avista várzeas e palmares salpicados de igrejas, capelas e nichos, homens e mulheres trajando à oriental mas também à ocidental e quiçá, aqui e acolá, será surpreendido pelo falar português. Pelo contrário, deixando a orla marítima e caminhando para o interior, na direcção dos Gates, penetra-se num ambiente cada vez mais hindu; curiosamente, os majestosos e artísticos templos cristãos da Velha Cidade contrapõem-se aos pagodes de Queulá, apenas separados pela ponte de Banastarim, que liga a província das Ilhas à de Pondá.

Outro aspecto a considerar é que a assistência religiosa a nível das aldeias foi confiada no início às ordens religiosas, de origem europeia, sediadas em Goa – franciscanos, dominicanos, agostinhos e jesuítas. Na verdade, como nessa época não existiam em Goa clérigos seculares suficientes para assegurar o culto, o papa Pio V, em 1567, dispensou os regulares do impedimento canónico e permitiu que estes substituíssem aqueles na actividade paroquial [13].

1.2. *As estratégias da missionação*

Possivelmente os missionários recorreram, com frequência, a processos mais ou menos intuitivos conforme os casos e as circunstâncias o exigiam. Todavia, vislumbram-se alguns processos, com resultados mais ou menos profícuos, que convém salientar:

1.2.1. *Catequese*

O ensino da doutrina cristã ocupou um lugar de destaque na actividade missionária, já porque havia sido privilegiado pelo Concílio de Trento, já pela sua real importância na formação e vivências cristãs. Os franciscanos chegados a Goa ainda nos finais do século XV iniciaram logo os trabalhos de catequização. Também os jesuítas, a partir de 1542, ensinaram doutrina nos

---

[12] Diogo V. Tovar de ALBUQUERQUE, «Observaçoens sobre alguns importantes objectos, relativos ao Estado da India Portugueza», Rio de Janeiro, Arquivo Histórico do Itamaraty, lata 187, maço 3, pasta 1, parte III-30.

[13] Cf. *O Chronista de Tissuary*, vol. I, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1866, p. 137.

bazares e pelas ruas, acompanhada de procissão, com muitos cânticos; aproveitaram, também, as exibições populares para o ensino público da doutrina a grandes ajuntamentos. O recurso aos meninos da terra, depois de ensinados, para a catequese das crianças, a representação de peças teatrais de feição espiritual, a recitação de diálogos, uns em português outros em língua local, foram outros processos por eles utilizados [14].

As *Instrucções* de D. José para o arcebispo de Goa (1774) preconizavam uma didáctica da catequese adequada, com termos simples e curtos, com a utilização de catecismos de acordo com as idades. Os neófitos deviam aprender regras fáceis da ética natural e da moral revelada [15]. Existiu, mesmo, uma preocupação didáctica de orientar o catequista no seu trabalho, transcrevendo os capítulos do catecismo a serem ensinados. As novas Constituições do Arcebispado de Goa, redigidas antes de 1774 e publicadas em 1810, incluíam fórmulas muito simples para o ensino da doutrina aos escravos, seguindo o modelo brasileiro [16]. Em todas as igrejas e em algumas capelas do território ensinava-se doutrina nos dias de semana, e impreterivelmente nos domingos e dias santos, antes da missa, como aliás preconizavam as mesmas Constituições. Há testemunhos de que a catequese, especialmente a nível das crianças, fez grandes progressos [17].

Recorde-se, ainda, que já desde a primeira metade do século XVI funcionaram as escolas paroquiais nas freguesias, tendo em vista o ensino do catecismo e do canto litúrgico. Na verdade, uma ordem régia de 1545 determinara a abertura de escolas para a educação dos meninos, nas aldeias onde houvesse cristãos [18].

---

[14] Carta Ânua da Província de Goa (1687 a 1692) (Archivum Romanorum, S.I., *Goana*, 35, fls. 366v-369, 370, 375).

[15] Cf. *Instrucções com que El-Rei D. José I Mandou Passar ao Estado da Índia, o Governador e Capitão General e o Arcebispo Primaz do Oriente, no Anno de 1774*, publicadas e annotadas por Cláudio Lagrange Monteiro de BARBUDA, Pangim, 1841, *Instrucção Terceira* ao Arcebispo, pp. 26-28.

[16] Vejam-se as *Constituições do Arcebispado de Goa, Compostas, e Addicionadas pelo Excellentissimo e Reverendissimo Senhor Dom Antonio Taveira de Neiva Brum Arcebispo Metropolitano de Goa Primaz da India Oriental e do Conselho De Sua Magestade Fidelissima, Corregidas e Accrescentadas pelo Excellentissimo e Reverendissimo Senhor Dom Frei Manoel de Santa Catarina, Arcebispo da Mesma Metropole, etc do Conselho de Sua Magestade Fidelissima, com approvação do Reverendo Cabido da Sé Primacial de Goa*, Lisboa, na Impressão Régia, anno de 1810, Livro III, Título VI, Constituição V e VI, pp. 216-228; *Constituiçoens Primeiras do Arcebispado da Bahia Feitas, e ordenadas pelo Illustrissimo, e Reverendissimo Senhor D. Sebastião Monteiro Da Vide, Arcebispo do dito Arcebispado, e do Conselho de Sua Magestade, Propostas, e Aceitas em o Synodo Diecesano, que o Dito Senhor celebrou em 12 de Junho do anno de 1707*, Lisboa, na Officina de Miguel Rodrigues, 1765, Livro III, Título XXXII, pp. 221-233.

[17] Cf. as visitas *ad limina*, de 1759, 1769 e 1802.

[18] Na opinião de certos estudiosos, a origem desta instituição remonta às reuniões promovidas por Francisco Xavier para o estudo da doutrina cristã. Sobre o assunto veja-se o nosso estudo, *Goa Setecentista. Tradição e Modernidade*, 2.ª ed., Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 1999, pp. 262-263.

1.2.2. *Missões internas*

Dentro do espírito da renovação religiosa post-tridentina, desde o século XVI as ordens religiosas realizaram «missões» nas numerosas igrejas paroquiais, disseminadas pelas aldeias de Goa, a fim de colmatar as lacunas da deficiente formação do clero secular. Assim, regulares das diversas famílias religiosas – franciscanos, dominicanos, jesuítas – saíam dos seus conventos para as aldeias, em épocas em que os aldeões estivessem mais livres das tarefas agrícolas e, por outro lado, em momentos fortes do calendário litúrgico, como a quaresma; cada par realizava três ou quatro missões numas tantas freguesias [19].

No dizer de Gabriel Audísio tratava-se de «operações de choque» [20]. O programa religioso repartia-se entre os sermões, a confissão, a disciplina, a oração mental e as procissões de penitência. Utilizando processos muito sensíveis para atrair os fiéis, estas práticas religiosas tinham como objectivo primordial o arrependimento dos crentes, a sua confissão. As «missões» contribuíram para a reforma geral da vida e costumes das populações, como se pode concluir dos seguintes factos: restituições do alheio, reconciliação de inimigos públicos, cessação de escândalos, apartamento das ocasiões de pecado, frequência dos sacramentos.

Os religiosos da Congregação da Missão realizaram quatro missões em Goa: uma em Rachol, outra em Margão, outra em Pangim – capital desde 1760 – e outra em Ribandar; todas elas foram fervorosas e perduraram em resultados concretos, como a criação de escolas para meninas e a prática da oração mental em comum [21].Os oratorianos empreenderam «missões» em Salsete, Bardez, Ilhas (1780) e em Pondá (1784) [22].

1.2.3. *O recurso à língua local*

Exceptuando certos momentos em que o governo exigiu o uso obrigatório do português, possivelmente com o intuito de reforçar a fidelidade dos goeses à soberania portuguesa e estreitar os laços culturais com a mãe-pátria [23], a orientação geral seguida nesta matéria foi a de favorecer o

---

[19] Sobre as «missões», sua evolução dos séculos XVI a XIX, metodologias utizadas, etapas de uma missão e resultados alcançados, veja-se de Eugénio dos SANTOS, «Les Missions des Temps Modernes au Portugal», sep. de *Histoire Vécue du Peuple Chrétien*, Toulouse, 1979.

[20] Gabriel AUDÍSIO, *Les Français d'hier*, tomo 2, «Des Croyants», XV-XVI[e] siècle», Paris, Armand Colin, s.d., p. 396.

[21] Cf. Padre Bráulio GUIMARÃES, *Memórias da Congregação da Missão em Portugal* (inéditas), (Arquivo Particular da Congregação da Missão).

[22] Veja-se Padre Sebastião do REGO, *Chronologia da Congregação do Oratório*, vol. I, fls. 223-224, B.A., 51-VII-33. Estamos a preparar a publicação desta obra.

[23] O vice-rei, Francisco de Távora, por sugestão dos franciscanos de Bardez, proibiu em 1684 o uso do concani, língua utilizada pelos jesuítas na pregação e catequese.

conhecimento da língua local – o concani – e de outros idiomas orientais, conquanto nunca tenha existido um política oficial concertada. Neste campo a acção dos regulares, nomeadamente dos franciscanos e dos jesuítas, foi notória. Os primeiros mantiveram algumas aulas de línguas em Goa e nas suas missões na Índia, com o objectivo de preparar os seus sacerdotes [24]; os jesuítas interessaram-se pelas línguas orientais por razões apologéticas; foram grandes mentores do concani, tamul, marata, e publicaram alguns livros, como cartilhas em concani e *puranas* cristãos; assim, o Padre Tomás Estevão procurou descrever a vida de Cristo, segundo o modelo sânscrito do *purana* [25].

1.2.4. *A actuação dos missionários face à política religiosa oficial: o compromisso entre a intransigência estatuída e a adaptação de certos costumes hindus à prática cristã.*

A política religiosa oficial oscilou entre a tolerância e a intolerância, conhecendo, contudo, alguns matizes. No governo de Albuquerque e até cerca de 1540, no vice-reinado do Conde de Alva (1754-1756) e durante o consulado de Pombal (1750-1777), imperou em Goa a liberdade religiosa, podendo os gentios realizar publicamente as festividades do *divali*, *ganesh*, *shigmó*, as cerimónias das *linhas* e dos casamentos, com muitos cantares, instrumentos e bailes [26]. Foram, porém, momentos mais ou menos fugazes. Pode dizer-se que, de modo geral, a autoridade não consentia isso pretendendo evitar o escândalo em terras de Santa Maria e a contaminação religiosa dos fiéis. Assim, era permitido aos cristãos prestar culto público a Deus, mas os hindus e os mouros teriam de praticar culto privado.

No contexto desta intolerância religiosa, o tribunal do Santo Ofício de Goa, entretanto criado em 1560, interveio activamente, com o escopo de

---

[24] Veja-se Frei Achilles MEERSMAN, O.F.M., «Notes on the study of Indian Languages by the Franciscans», in *Newe Zeitschrift fur Missionswissenschaft Nouvelle Revue de science missionnaire*, 16.º ano, Suíça, 1960, pp. 53-54. O autor refere, por exemplo, Frei Domingos de S. Bernardino (reitor da igreja de Revorá e comissário do Santo Ofício em Bardez, no ano de 1713), que escreveu uma explicação do Credo em concani.

[25] Veja-se Mariano SALDANHA, *Doutrina Cristã em Língua Concani por Tomás Estêvão, S.J. Impressa em Rachol (Goa) em 1622*, Segunda edição, fac-similada, com Introdução, Notas e Glossário de..., Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1945. *Purana*, livro lendário da mitologia hindu com normas sobre os diversos aspectos da vida. Cf. Sebastião R. DALGADO, cit., *s.v.*

[26] *Divali*, festividade hindu celebrada no Outono, geralmente em Outubro, com grandes iluminações, de que tira o nome (sânscrito dipavali «linha de alâmpadas»). *Ganesh*, uma das mais populares divindades do panteão hindu. Reputa-se dador da sabedoria e renovador dos obstáculos, sendo por isso invocado no princípio dos livros e antes de se começar algum empreendimento importante. O seu nome quer dizer «senhor dos exércitos» de divindades inferiores, que formam o cortejo de Xivá. *Shigmó*, licenciosa festividade gentílica do Concão, semelhante ao nosso carnaval. É também conhecida por *olli* e *festa da arequeira*. *Linha*, tríplice cordão que os hindus das castas superiores trazem a tiracolo, desde o dia da sua investidura, feita com grande aparato, como símbolo da sua regeneração. S .R. DALGADO, cit., *s.v.*

eliminar todo e qualquer laivo de gentilidade na vida dos naturais cristãos. A este respeito é muito elucidativo o édito de 14 de Janeiro de1736, enumerando os costumes gentílicos interditos aos cristãos [27].

Terá a Inquisição alcançado esse objectivo? Teriam os missionários seguido a rigor as determinações estatuídas pelas instâncias superiores? Trata-se de um assunto de natureza complexa, mas os factos comprovam a existência de um compromisso entre os agentes missionários e os conversos, entre a política religiosa oficial e as formas de culto praticadas pelos naturais cristãos. Os catecúmenos aprenderam a doutrina cristã e cumpriram o calendário litúrgico, mas cedo adaptaram-no ao seu meio local, às suas necessidades temporais e espirituais, ditadas pelo seu substrato cultural.

Evidentemente que na segunda metade do século XVI e ainda na centúria seguinte houve situações de conflito como demonstram, por um lado, a destruição dos templos e a anexação dos *namoxins* [28] e, por outro, a reacção dos naturais, de que o martírio dos jesuítas em Cuncolim foi um caso extremo [29]. Mas os missionários revelaram, também, uma grande capacidade para compreender e aceitar a adaptação da mensagem cristã aos hábitos religiosos locais realizada pelos naturais, como exemplifica a cristianização da festa hindu da colheita. Não foi, pois, um processo linear: é de realçar, por um lado, a transigência e o compromisso da parte dos missionários e, por outro, a adaptação selectiva da parte dos conversos [30].

Em muitos casos os missionários esforçaram-se por aprender as línguas orientais e a civilização indiana, a fim de poderem entender os costumes e a mentalidade dos naturais. Possivelmente essa adaptação cultural, mantendo contudo intacta a doutrina cristã nos seus princípios fundamentais, muito terá contribuído para a profunda vivência do catolicismo em Goa, mormente nas *Velhas Conquistas* e particularmente em Salsete, onde ainda hoje é um facto indiscutível.

---

[27] Édito da Inquisição de Goa, *in* Arquivo da Cúria Patriarcal de Goa, *Livros dos Conventos e Igrejas*, n.º 6 (Igreja de S. José de Daugim). O édito foi publicado por A. Lopes MENDES, *A Índia Portugueza…*, vol. I, Lisboa, 1886, reeditado por Asian Educational Services, N. Delhi, Madrasta, pp. 250-260, e por A. B. de Bragança PEREIRA, *Etnografia da Índia Portuguesa*, vol. II, Bastorá, 1940, pp. 228-293 (somente a parte referente ao casamento).

[28] Terras adstritas aos pagodes, cujo produto era destinado ao culto.

[29] Entre 1566-68 foram destruídos 280 templos e 2 mesquitas; a população revoltou-se, e em 1535, 5 jesuítas, dirigidos por Rudolfo AQUAVIVA, foram massacrados na aldeia de Cuncolim. Cf. E. R. HAMBYE, art. cit., p. 287.

[30] Sobre o assunto, consulte-se Rowena ROBINSON, «The Construction of Goan interculturality: A historical analysis of the Inquisitorial edict of 1736 as prohibiting (and permitting) syncretic practices», in *Goa and Portugal. History and Development*, N. Delhi, 2000, pp. 289-315.

2. Os grupos étnico-religiosos. A estratificação social

Para se entender o universo humano dos catecúmenos, dada a sua proveniência maioritariamente indiana, como adiante referiremos, importa conhecer a estrutura social predominante neste Subcontinente. Como se sabe, a estrutura social da Índia repousa sobre o sistema das castas; o hindu, embora tolerante na inclusão de outras divindades no seu panteão, é muito exigente no cumprimento das regras das castas (o casamento dentro da casta, a comensalidade, a conservação da «pureza», tomada no sentido da pureza ritual).

Em termos quantitativos, no conjunto da população goesa de Setecentos ressaltam, numa ordem decrescente, os cristãos, os hindus e os mouros [31]. Apesar de a documentação sobre estes últimos ser escassa, consituíam uma população urbana, empenhada no comércio e nas pequenas indústrias.

São numerosas as castas hindus de Goa: entre elas contam-se os *brâmanes*, os *maratas* (militares), os *vanis* (comerciantes), os *sonares* (ourives), os *cansares* (caldeireiros), os *gaudde* (agricultores); além destas, existiam duas castas de intocáveis: os *mahares* (farazes) e os *chamares* (curtidores) que não podiam ter contacto com as restantes [32].

Os brâmanes gozavam de um estatuto superior na comunidade hindu, pela sua função educativa como guardiães da sociedade. Os maratas consideravam-se descendentes dos *xátrias* e dos *rajputs* e dedicavam-se, como eles, à carreira militar. Os vanis pertenciam, possivelmente, ao varna *vâixya*, ocupando-se igualmente no comércio. Um considerável número de hindus desempenhou tarefas de mercadores, logistas (botiqueiros), rendeiros (dos dízimos), de sipais, escrivães, gãocares (*ganvkar*), «línguas», etc.

A sociedade cristã era constituída pelos reinóis, pelos luso-descendentes e pelos cristãos naturais, mas este último sub-grupo era incontestavelmente o mais numeroso. Só na segunda metade do século XIX, devido à emigração, os cristãos deixaram-se ultrapassar pelos gentios, nas Ilhas e Bardez.

Entre os goeses cristãos e os naturais hindus existem, quando não relações genéticas, consideráveis semelhanças que importa conhecer. Por vários motivos, os naturais hindus que se converteram ao cristianismo mantiveram a sua anterior estratificação em castas. Várias são as castas cristãs de Goa, mas podemos considerar quatro grandes grupos: os *brâmanes*, os *chardós*, os *sudras* e as castas inferiores. Como se sabe, na sociedade indiana, saída da invasão indo-europeia, os indivíduos oriundos de certa casta ocupavam-se

---

[31] Sobre a população na segunda metade do século XVIII veja-se o nosso estudo *Goa Setecentista*.., já cit., pp. 76-98.

[32] Veja-se de Mariano FEIO, *As castas hindus de Goa*, Lisboa, 1979, e A. B. de Bragança PEREIRA, cit., vol. II, pp. 25-58.

de determinadas actividades que passavam de pais para filhos. Admitiam mesmo que era preferível cumprir mal as normas da sua casta a cumprir as de outra, porque isso provocaria perturbação na ordem social. Na sociedade goesa, e com o decorrer dos tempos, pela inclusão do factor cultural essa dependência casta/profissão deixou de ser tão nítida, o que de algum modo resultou da influência europeia e especialmente portuguesa.

Possivelmente os brâmanes instalaram-se como *kulkornni* ou escrivães de aldeia em quase todas as comunidades de Goa, exceptuando talvez as aldeias de chardós de Salsete. Segundo Filipe Nery Xavier, os chardós atingiram nas *Velhas Conquistas* uma posição elevada quando comparada à dos dessais e gãocares gentios das *Novas Conquistas*, em virtude da sua cristianização e rápida assimilação dos costumes europeus [33]. A grande maioria da população de Goa pertence à casta sudra, que se subdivide em várias sub-castas, tais como os *gaudde* (aldeões), os vargeiros (cultivadores das terras), os *balagateiros* (cristãos que vão fazer comércio para além dos Gates), os pescadores, os artífices (que seguem hereditariamente a profissão). Por serem considerados autóctones e pelo seu arcaismo cultural há que referir os *curumbins* (*kunnbi*), ligados às actividades agrícolas.

No que diz respeito aos grupos sociais considerados inferiores há que enumerar os *farazes* ou esfoladores de animais e os alparqueiros ou curtidores de peles, com um estatuto social muito baixo; em geral, são desprezados pela sociedade, de certo modo como os intocáveis entre os hindus, ainda que entre os cristãos não vigorem tabus de intocabilidade [34].

3. As conversões

Quantos e quem foram os catecúmenos dos séculos XVIII e XIX? Qual a sua condição social e situação profissional? E de que regiões eram oriundos? Por que motivos se teriam convertido? De que aspectos se revestiu a sua conversão?

A existência no Arquivo Histórico de Goa de um rico acervo documental designado por «Catecúmenos de Betim» (1733-1841) permite estudar, com um certo aprofundamento, o universo humano dos conversos [35].

---

[33] Cf. Filippe Nery XAVIER, *Bosquejo Histórico das Communidades das Aldeias dos Concelhos das Ilhas, Salsete e Bardez*, ed. revista e acrescentada por José Maria de Sá, com o esboço biográfico do autor por J. B. Amâncio GRACIAS, vol. I, Bastorá, 1903, pp. 81-82.

[34] Acerca das castas cristãs de Goa, consulte-se A. B. de Bragança PEREIRA, *Etnografia da Índia Portuguesa*, vol. II, Bastorá, 1940, p. 47.

[35] Este núcleo documental é constituído pelos seguintes códices: «Assentos de baptismo»: códices n.º 1554 (1733-1782) e n.º 1555 (1785-1841), com 239 e 233 fólios, respectivamente. «Assentos de casamento» realizados em 1768, com 52 fólios. «Matrícula dos Novos Convertidos»: códices n.º 1824 (1701 – 1766) e n.º 1834 (1762-1766), com 206 e 28 fólios, respectivamente, apresentando a contabilidade das despesas feitas com os catecúmenos. «Assentos de casamento»

3.1. *Os quantitativos e ritmos*

3.1.1. *Entradas anuais de catecúmenos*

QUADRO1

ENTRADAS ANUAIS DE CATECÚMENOS (1733-1841)

Ano	N.º	Ano	N.º	Ano	N.º	Ano	N.º
1733	14	1759	49	1786	44	1811	27
1734	71	1760	45	1787	29	1812	21
1735	66	1761	21	1788	23	1813	24
1736	66	1762	24	1789	33	1814	20
1737	50	1763	32	1790	29	1815	14
1738	20	1764	27	1791	39	1816	15
1739	69	1765	51	1792	53	1817	8
1740	31	1766	32	1793	72	1818	15
1741	19	1767	35	1794	57	1819	10
1742	15	1768	26	1795	23	1820	10
1743	39	1769	27	1796	35	1821	18
1744	23	1770	30	1797	20	1822	13
1745	35	1771	27	1798	30	1823	4
1746	49	1772	13	1799	20	1824	1
1747	36	1773	35	1800	26	1825	32
1748	32	1774	20	1801	17	1826	7
1749	24	1775	18	1802	23	1827	7
1750	75	1776	6	1803	12	1828	8
1751	10	1777	7	1804	28	1829	5
1752	69	1778	15	1805	38	1830	6
1753	65	1779	12	1806	26	1831	1
1755	29	1780	21	1807	13	1832	5
1756	51	1781	26	1808	12	1833	10
1757	30	1782	19	1809	15	1840	1
1758	50	1785	50	1810	25	1841	1

TOTAL DE CATECÚMENOS: 2731

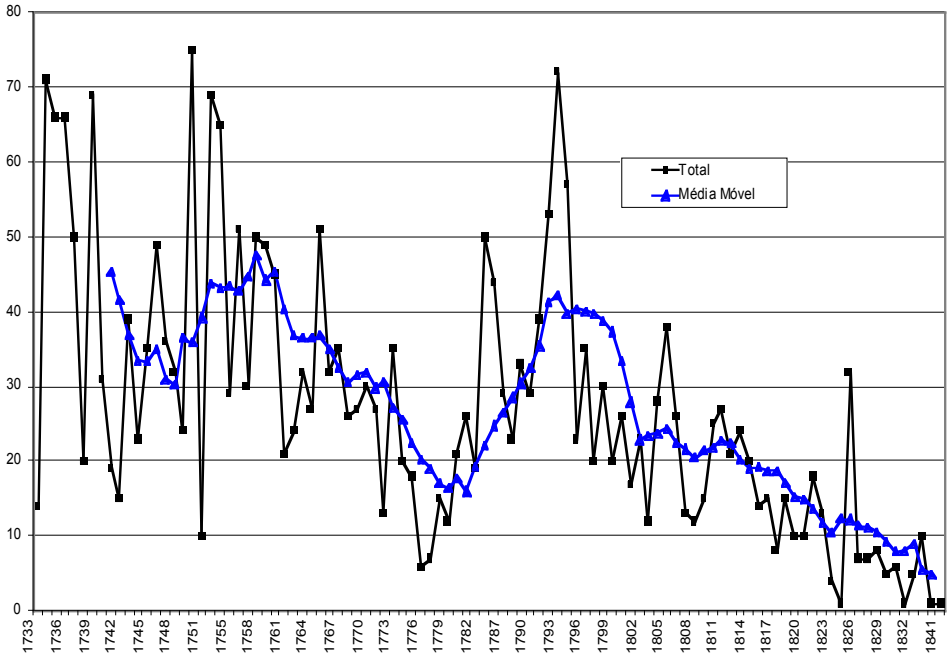
O quantitativo global de baptismos por nós estudados ascende a 2731, considerando-se de um modo geral dois períodos: um compreendido entre 1733 e 1794 e outro abrangendo o lapso de 1795 a 1841. Ao longo dos 108 anos que compõem a série de ingressos de catecúmenos vislumbra-se uma

---

realizados em 1768, com 52 fólios; «Livro [Alardo] da Casa dos Catecúmenos»: códices n.º 1451 (1815), indicando os seus oficiais e as rações diárias auferidas. Agradecemos ao Dr. Paulo Matos a preciosa ajuda que nos deu no tratamento informático dos elementos contidos nestes códices.

forte oscilação volumétrica – própria da pequenez do universo –, fixando-se a média nos 25,3 por ano.

GRÁFICO 1
EVOLUÇÃO DAS ENTRADAS ANUAIS DE CATECÚMENOS (1733-1841)



1.º período (1733-1794)

De um modo global poder-se-á subdividir o primeiro período em três fases distintas. A primeira, situada entre 1733 e 1765, compreende 32 anos em que se denota um número elevado de baptismos (40,2). No entanto aqui se expressam as maiores oscilações: em 1734 e 1750 ultrapassam os 70, mas em 1742 ou 1751 este afluxo é inferior a 20 por ano.

Na segunda fase, 1766-1782, regista-se uma queda substancial dos baptismos nestes 15 anos, pouco mais de metade relativamente ao período antecedente. A média salda-se nos 23,3 (de notar que entre 1783 e 1784 não se registou nenhuma entrada).

Por fim, considere-se o período compreendido entre 1785 e 1794, uma curta fase de 9 anos traduzida por um aumento significativo, porquanto a média atingiu os 47,6 (período de maior afluxo). Note-se, porém, a fortíssima flutuação dentro deste sub-período. De facto, a média foi empolada pelos anos de 1785, 1792-1794.

Convém observar que os 61 anos abrangidos pelo primeiro período e que medeiam entre 1733-1794 foram de considerável actividade evangeli-

zadora e de bastantes resultados. Parece-nos significativo que coincida com o período de grande esforço de renovação na arquidiocese de Goa, concretizado de seguinte modo: a formação do clero nos seminários diocesanos, a redacção das novas Constituições do arcebispado, a reforma do clero regular de origem europeia; a promoção do clero natural; a substituição do clero regular europeu nas paróquias pelo clero natural; a intensificação das visitas pastorais; a fundação, pelo conde da Ega, da nova Casa dos Catecúmenos, em Betim (1761).

De 1739 a 1742 verificou-se uma baixa nas conversões. Recorde-se que a perda da Província do Norte, em 1739, acarretou graves consequências políticas, económicas e sociais e tenha-se presente que muitos catecúmenos eram oriundos dessas paragens.

Depois do pico de 1793 registou-se uma queda muito grande. Para tal facto poderá ter contribuído a tolerância religiosa haurida no ambiente das «Luzes» e das ideias liberais, bem como a ausência de uma política sistemática de evangelização nas *Novas Conquistas*, bastante diferente da anteriormente desenvolvida nas *Velhas Conquistas*; além disso, o clero regular europeu era cada vez mais diminuto e relaxado, apesar dos esforços dos antistes.

2.º período (1795-1841)

Estes factos ajudam a entender a progressiva redução dos baptismos no 2.º período, apenas interrompida pelos ligeiros aumentos de 1805 e 1825. O projecto da evangelização estava em franco declínio numa época em que a situação política e económica do Estado da Índia era crítica, face à ascensão britânica. Em 1812 foi abolida a Inquisição de Goa e em 1834, como se sabe, foram extintas as ordens religiosas no Reino e no Ultramar. Recorde-se que a Casa dos Catecúmenos, após alguns anos de quase total estagnação, foi extinta em 1842.

Baptismos por famílias

Ao longo do período considerado e de forma cronologicamente linear, registaram-se baptismos referentes a 112 elementos da mesma família biológica, totalizando os 339 indivíduos, pelo que a média por agregado ronda os 3 catecúmenos. Na maioria dos casos, os baptismos de famílias tendem a recair, sobretudo, em jovens de ambos os sexos com os pais (ou apenas um dos progenitores), embora não faltem casos de irmãos baptizados sem a presença dos respectivos pais. Na verdade, algumas vezes, os familiares seguiram o exemplo da pessoa convertida. Por que motivos? O seu testemunho? As vantagens que na vida prática resultavam do facto de toda a família ou vários membros se converterem? Possivelmente pela conjugação destes e de outros factores difíceis de se discernir.

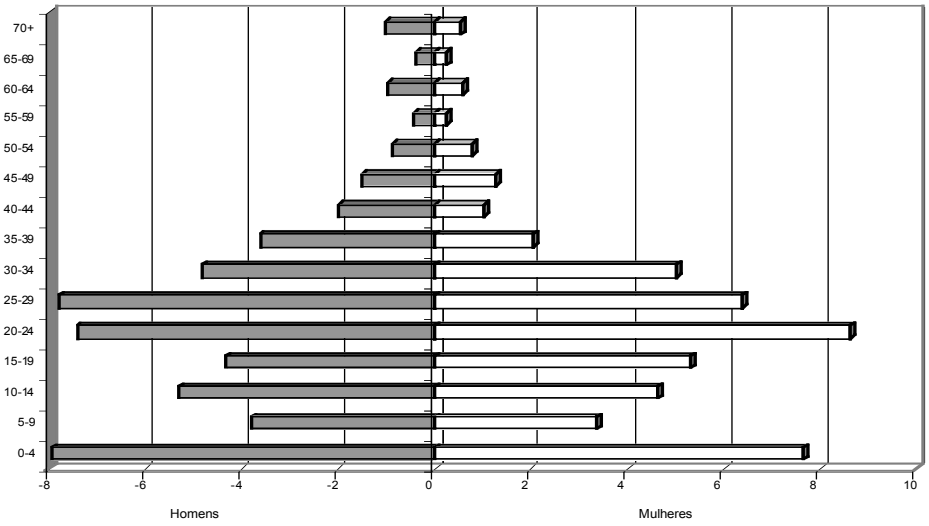
Baptismos de órfãos

Os assentos de baptismo assinalam, também, alguns órfãos de pais gentios, denunciados como tais e por isso mesmo entregues na Casa dos Catecúmenos. É que existia uma legislação segundo a qual os órfãos gentios e crianças ilegítimas de mães gentias, menores de 12 anos, sendo rapazes, e menores de 16, sendo raparigas, deveriam ser confiadas ao Pai dos Cristãos para serem preparadas para o baptismo [36].

3.1.2 *A estrutura sexual e etária*

FIGURA 1

REPARTIÇÃO ETÁRIA E SEXUAL DOS CATECÚMENOS (%) [37]



Da observação da pirâmide etária nota-se uma ligeira supremacia de homens, numa proporção de 109 homens para cada 100 mulheres. Particularizando esse aspecto, pode-se dizer que há uma apetência maior para a preponderância masculina – moderada nos primeiros três grupos (0-4, 5-9 e 10-14) – mas, pelo contrário, clara nos grupos de 35-39 (175%) e 40-44 (192%), em que é quase o dobro. No entanto, nos três grupos com maior peso estatístico (0-4, 20-24 e 25-29) o número de homens e de mulheres é praticamente igual (102%).

---

[36] Cf. o alvará régio de 5 de Abril de 1754, retomado em 18 de Janeiro de 1782, que confirma e incorpora os anteriores de 11 de Julho de 1718 e o de 8 de Dezembro de 1744; sobre este assunto veja-se o nosso estudo *Goa Setecentista*..., pp. 243-245.

[37] A pirâmide etária inclui 2317 indivíduos, ou seja, 84,8% do universo de baptizados.

Os grupos etários com maior propensão ao baptismo são os de 0-4, 20-24 e 25-29, independentemente do sexo, enquanto os grupos intermédios, não tendo um valor menosprezável, demonstram uma representatividade não tão intensa.

3.1.3 *Repartição populacional pelo estado civil*

QUADRO 2
REPARTIÇÃO DOS CATECÚMENOS POR ESTADOS CIVIS

Todos os indivíduos				
	Mulheres	%	Homens	%
Solteiros	460	43,7	800	72,7
Casados	310	29,5	228	20,7
Viúvos	282	26,8	73	6,6
TOTAL	**1052**	**100,0**	**1101**	**100,0**
Indivíduos compreendidos entre os 20-30 anos				
	Mulheres	%	Homens	%
Solteiros	62	17,2	223	68,8
Casados	170	47,2	83	25,6
Viúvos	128	35,6	18	5,6
TOTAL	**360**	**100,0**	**324**	**100,0**

Se atentarmos aos valores expressos no quadro 2, deparamos com uma profunda clivagem entre os sexos relativamente ao seu estado civil. Com efeito, se nas sociedades ocidentais existe uma ligeira oscilação percentual de solteiros entre homens e mulheres, verificamos que no caso concreto, pelo contrário, há um considerável desajuste de estados civis na Índia. Enquanto no Ocidente as proporções de mulheres solteiras se aproximam dos 60%, verificamos que apenas 44% das baptizadas conservam esse estado. No entanto, à baixa idade matrimonial do sexo feminino contrapõe-se uma viuvez extremamente precoce, o que explica a modesta proporção de mulheres casadas (30%) e a desmensurada existência de viúvas (27%).

Pelo contrário, no sexo masculino quase três quartos dos efectivos permanecem solteiros, ao que corresponde uma pequena parcela de casados (21%) e outra ínfima de viúvos (7%) – quatro vezes inferior relativamente às mulheres. Este desajuste deve-se, essencialmente, à existência de um diferencial elevado na idade média ao primeiro casamento em cada sexo, que poderá exceder os 20 anos. Se tivermos em conta a prática normativa hindu, herdada em certa medida pelos novos convertidos, costume esse que res-

tringe o recasamento feminino, compreende-se que a viuvez preencha uma importante parte do ciclo de vida das mulheres.

A essência desta análise é corroborada pela proporção de estados civis entre os 20 e os 30 anos. Apenas existem 17% de mulheres solteiras para 69% de homens com o mesmo estado; pelo contrário neste escalão encontramos 36% de viúvas, o que vem reforçar a existência de casamentos extremamente precoces para este sexo [38]. Os homens viúvos apenas atingiram os 6%, o que supõe uma idade média do casamento masculino em muito superior aos 30 anos.

3.1.4. *A proveniência geográfica*

QUADRO 3
NATURALIDADE DOS CATECÚMENOS (GOA, ÍNDIA E EUROPA)

REGIÃO	ZONA	Número	%	% região
GOA	Ilhas	601	26,8	
	Bardez	282	12,6	
	Salsete	57	2,5	1282 (57,1%)
	Novas Conquistas	342	15,2	
ÍNDIA	Índia	686	30,6	686 (30,6%)
OUTROS	Estado Português da Índia	184	8,2	276 (12,3%)
	Europa	92	4,1	
TOTAL		**2244**	**100**	

Considerando-se a proveniência geográfica dos catecúmenos de Betim, evidencia-se a supremacia dos naturais do território de Goa (57%), sobretudo das províncias das Ilhas (27%). Fora do território goês e das restantes praças sob o domínio português destaca-se, sem dúvida, a representatividade da península Hindustânica (31%), maior, pois, do que qualquer uma das províncias do território de Goa.

Do antigo Estado Português da Índia afluíram 12% dos catecúmenos, maioritariamente da costa oriental africana. Todavia, de alguns territórios deste Estado situados na Índia, designadamente Diu e Praças do Norte, foram registados baptismos, bem como afluíram alguns convertidos de locais bem mais distantes, como Macau e Timor. Por último, saliente-se a conversão de alguns Europeus (4%), na sua maioria protestantes e, naturalmente, oriundos do Norte da Europa.

---

[38] Citemos o caso de Rita da Costa, viúva de Puno, de 12 anos. CF. A.H.G., cód. 1555, fl. 70.

Salsete

Considerando o território de Goa, poder-se-ão apresentar vários motivos para se explicar o reduzido número de conversões em Salsete (apenas 57, o que representa 2,5% da percentagem total dos catecúmenos). É que, se nos primeiros tempos da conquista foi a região menos tocada pela evangelização, talvez por ser a região mais meridional e a mais ligada às tradições hindus, posteriormente esta tendência alterou-se. Zona confiada à acção dos jesuítas que, graças às suas estratégias de missionação, a cristianizaram rápida e profundamente, teve normalmente uma população gentia reduzida; para tal contribuiu, também, o facto de ser uma zona bastante rural quando comparada com as Ilhas, pólo de atracção dos hindus, muito ligados ao comércio [39].

Observe-se que Salsete deu, também, mais sacerdotes do que as outras duas províncias; a existência de um seminário – o de Rachol, criado pelos jesuítas em 1609 e transformado em diocesano em 1762 – poderá ter acentuado esta ocorrência [40]. Os quantitativos dos catecúmenos de Salsete são, pois, um bom indicador da evangelização dos séculos anteriores.

Importa realçar o seguinte dado: dos 57 catecúmenos salsetanos, 33 (58%) são da freguesia de Cuncolim, a única aldeia da província onde, desde tempos recuados, era lícito aos gentios realizarem as suas cerimónias das *linhas* e casamentos; recorde-se, também, que Cuncolim ofereceu sempre grande resistência à acção missionária, como bem testemunha o massacre dos cinco jesuítas, chefiados por Rudolfo Aquaviva, já referido. Era, portanto, o local onde viviam mais gentios e daí constituir, também, o maior alfobre humano, em Salsete, para a evangelização dos séculos XVIII e XIX.

Seguem-se, a uma grande distância desta aldeia, Margão (12%) e Assolná (7%), sendo esta última já nessa época um destacado centro de comércio, actividade predominantemente realizada por gentios.

Ilhas

A província das Ilhas com a área urbana e cosmopolita da sua capital – a Cidade de Goa – esteve sempre exposta a um considerável movimento de estrangeiros, de credos diferentes, com o predomínio de hindus dedicados ao comércio e à adjudicação das alfândegas e dos dízimos. Na verdade, as Ilhas tiveram sempre um número considerável de gentios e as percentagens de cristãos foram as mais irregulares de todo o território [41].

---

[39] Cf. o gráfico 5, sobre a evolução da população cristã e gentia em Salsete, no nosso estudo *Goa Setecentista*.., p. 84.

[40] Cf. os quadros n.os 9 e 10, respeitantes ao número de habitantes por clérigo, em 1753 e 1797, in *Goa Setecentista*.., pp. 87- 88.

[41] Cf. o gráfico 3, concernente à evolução da população cristã e gentia nas Ilhas, *Ibidem*, p. 83.

Combarjua forneceu o maior número de catecúmenos (120 conversos – 18,4%). Talvez pudéssemos explicar por motivos semelhantes aos de Cuncolim. É que dentro da província das Ilhas apenas aqui os gentios podiam celebrar as suas cerimónias, por ser um local afastado e pouco concorrido pelos cristãos [42]. Segue-se a Cidade de Goa, com 95 catecúmenos (14,6%), quantitativo esse que poderiámos explicar pelas razões acima invocadas e, a uma grande distância desta, Pangim, com 36 conversos (5,5%), a nova capital, embora com características muito mais modestas do que a Cidade de Goa.

Bardez

No que diz respeito à província de Bardez, ressalta Betim, o que é razoável pela criação em 1762 da Casa de Catecúmenos, pelo conde da Ega. Segue-se Siolim (11%), Verem (10,5%) (muito contígua a Betim), Pomburpá (9%) e Penha de França (5%).

Novas Conquistas

As *Novas Conquistas*, povoadas maioritariamente por hindus, constituíram, por isso mesmo, o maior potencial humano e a região mais próxima das *Velhas Conquistas* a ser evangelizada. Nesta extensa área, de cerca de 2845 km^2,destaca-se a província de Pondá, vizinha de Salsete e Ilhas, que forneceu 115 catecúmenos (30,3%). Depois de Pondá, ressaltam Canácona (15%), Pernem (8%), Bicholim e Sanguem (7%), embora com quantitativos bem mais modestos.

Moçambique

Fora de Goa, mas dentro do Estado da Índia, há que referir os catecúmenos cafres (31,5%), oriundos da Costa Oriental Africana, sobretudo de Moçambique. Talvez que uma religião igualitária, como o cristianismo, pudesse atrair esse estrato social, de baixa condição e com dificuldades na vida.

Província do Norte

Em termos quantitativos, depois dos cafres o número que se destaca é o dos habitantes das terras da Província do Norte (14%). Recorde-se que entre eles e os moradores de Goa havia bastantes laços familiares e ligações económicas.

---

[42] Veja-se a carta de D. João V para João de Saldanha e Gama, de 10 de Março de 1729, e a resposta do vice-rei, de 10 de Novembro de 1730 (A.H.U., *Índia*, maço 29 (51).

Índia [43]

Como o quadro 3 indica, o número mais avultado de catecúmenos foi o dos indianos (30,6%) do total de baptizados, oriundos do Continente Hindustânico, mas de fora de Goa e das restantes parcelas do Estado da Índia. A diversidade geográfica é assaz abrangente, uma vez que se arrolam cerca de 110 proveniências. À excepção das terras do Bonsuló (21%) e terras de Sunda (12%), as localidades remanescentes contribuíram com um número estatisticamente inexpressivo de catecúmenos, o que explicará a longa lista de naturalidades. Na verdade, os contactos entre Goa e o resto da Índia eram frequentes, a nível familiar e a outros níveis, para onde, aliás, começava a delinear-se uma linha de emigração, ligada aos estabelecimentos ingleses. Tenha-se presente que no século XIX, Goa girava cada vez mais na órbita da Índia Britânica [44].

Além disso, as dificuldades sociais e económicas de muitos indianos, os precedentes das conversões ao catolicismo nas suas famílias e the *last but not the least* a sua fé alimentada pelos aliciantes da cristianização poderão ajudar a explicar o grande número de adeptos encontrados na Índia, sobretudo entre os hindus, ao longo dos séculos XVIII e XIX.

Estes conversos eram naturais das terras mais longínquas da Índia; note-se, aliás, que esta dispersão geográfica é comum a todas as zonas anteriormente analisadas.

Norte da Europa

Alguns protestantes, oriundos de diversas regiões do Setentrião europeu, vindos a Goa em actividades comerciais ou militares, também se converteram ao cristianismo. Entre eles destacam-se os provenientes da Inglaterra (71%), o que se entende dada a supremacia britânica na Índia, na época em estudo.

---

[43] Por razões óbvias excluímos desta contagem os catecúmenos oriundos de Goa e de outros territórios portugueses na Índia.

[44] Veja-se, de Ernestina CARREIRA, «Índia», in *Nova História da Expansão Portuguesa*, dir. de Joel SERRÃO e A. H. de Oliveira MARQUES, vol. X – *O Império Africano 1825-1890*, coordenação de Valentim ALEXANDRE e Jill DIAS, Lisboa, Estampa, 1998, pp. 693 e segs.

3.1.5. *A origem religiosa dos conversos*

QUADRO 4
RELIGIÕES DOS CATECÚMENOS

Religião	Número	%
Hindus	2270	83,1
Muçulmanos	65	2,4
Protestantes	82	3
Parses	8	0,1
Cafres	278	10,2
Chinas	4	0,1
Judeus	1	0
Sem informação	25	0,9
TOTAL	**2733**	99,8

A análise das religiões dos convertidos é bastante completa, pois apenas faltam elementos para 25 catecúmenos (0,9%). O quadro 4 ressalta o peso estatístico dos hindus (83%) e, seguidamente, embora muito aquém, os cafres. Fora disso surgem-nos, curiosamente, primeiro os protestantes (3%), seguidos dos muçulmanos (apenas 2,4%); como se sabe, a conversão dos mouros é tão rara quanto difícil; as restantes religiões não revelam qualquer peso estatístico.

3.1.6. *A condição social e a profissão*

QUADRO 5
CASTAS DOS CATECÚMENOS

Casta	H	%	F	%	Total da casta	% casta
sudra	90	15,8	93	18,1	183	16,9
brâmane	79	13,9	47	9,1	126	11,6
curumbim	59	10,4	60	11,7	119	11,0
vânio	50	8,8	48	9,3	98	9,0
marata	51	8,9	38	7,4	89	8,2
pescador	45	7,9	43	8,4	88	8,1
ourives	28	4,9	20	3,9	48	4,4
charadó	12	2,1	28	5,4	40	3,7
outras castas (54)					293	27,0

Mesmo desconhecendo a representatividade de cada casta na sociedade goesa, parece-nos ter havido uma grande adesão das castas superiores à

evangelização. Alguns hindus ilustres converteram-se ao cristianismo, por sua livre vontade, e curiosamente entre eles se encontram elementos dos dessais Ranes que no século XVIII se rebelaram contra o governo português [45].

As castas baixas representaram 71,8%, o que não admira porque a esmagadora maioria populacional estava incluída nestas castas. Além disso, o cristianismo, apoiando os mais necessitados e desprotegidos da fortuna, aliciava-os com mais facilidade do que os indivíduos dos estratos superiores, ciosos dos seus ancestrais privilégios. Evidentemente que não podemos fazer uma análise linear e ignorar os casos de adesão voluntária e incondicional à fé.

4. O baptismo

O baptismo dos novos convertidos era precedido de um tempo de preparação, feita por autoridades competententes e em locais adequados. Para tal, desde tempos remotos funcionaram junto dos colégios das ordens religiosas catecumenatos para a formação moral e religiosa de indivíduos não cristãos, tendo em vista o seu baptismo. Entre eles, cedo se destacou a Casa dos Catecúmenos do colégio jesuíta de S. Paulo-o-Velho, não só pelo avultado número de conversões mas também pela dinâmica imprimida à cristianização. Graças a uma boa organização e granjeando fundos que uma legislação favorável possibilitou, conseguiram garantir uma acção evangelizadora duradoura ao longo de mais de dois séculos (1542-1759).

Em 1572, a Casa dos Catecúmenos foi transferida para uma casa adjacente ao referido colégio, até que o vice-rei, Conde da Ega, a mudou, em 1762, para Betim, local de ares mais saudáveis e com uma magnífica vista panorâmica sobre o rio Mandovi; dotou-a de recursos próprios, conferindo-lhe um quadro de funcionários e estabilidade financeira [46]. Dessa forma, a Casa dos Catecúmenos pôde desempenhar importante actividade religiosa, mas também uma acção social e educativa de destaque, com certo impacto

---

[45] Citemos, *v.g.*, D. José Joaquim Sequeira Lisboa, de 57 anos, *quetri*, casado, natural de Bardez; em gentio chamava-se Chondrugi Rane, dessai das aldeias Revorá, Nadorá, Pirna, de Bardez – baptismo geral de 1782. (A.H.G., cód. 1554, fl. 235); D. Vicente Bernardo Caetano Lorena de Vitória, em gentio Vitogi Rane; o neófito recebeu bênção nupcial juntamente com sua mulher, D. Maria Bernarda Genoveva de Lorena e Vitória, em 18 de Dezembro de 1814 (A.H.G., cód. 1555, fl. 180v); Sebastião Tomás de Saldanha, filho de Guenea Lingaya Nauru, que foi governador e sarsubedar da província de Pondá, Zambaulim e Supém, embaixador plenipotenciário do rei de Sunda em Goa (Cód. 1554, fl. 203); Vicente Coelho Melo, brâmane, de 27 anos, casado, descendente do rei de Sunda (Cód. 1554, fl. 181); o mouro Banamale de Bara, Xeque, irmão do príncipe de Ampare, árabe que veio em companhia do embaixador da Pérsia (A.H.G., cód. 1554, fl. 20).

[46] Conforme o *Livro (Alardo) da Casa dos Catecumenos*, o quadro de funcionários compunha-se de: administrador, que era o Pai dos Cristãos, capelão, sacristão, escrivão, tesoureiro dos mantimentos, porteiro, «mocadão» do palmar, cozinheiro, servidor (A.H.G., cód. 1451).

no seu meio. Assim, esta instituição albergou nas suas moradias gentios convertidos, ensinou-lhes alguns ofícios, ajudando-os a integrarem-se na vida civil.

A Casa dos Catecúmenos de Betim foi extinta pelo decreto governamental de 30 de Novembro de 1842 e os seus bens transferidos para o Estado. Porém, em 31 de Maio de 1845, o governador-geral da Índia, José Pereira Pestana, de comum acordo com o arcebispo, J. M. da Silva Torres, decidiu que os catecúmenos do sexo masculino fossem alojados no seminário de Rachol e as mulheres na Casa da Misericórdia de Chimbel.

4.2. *O Pai dos Cristãos*

Todos os assuntos relacionados com os catecúmenos deviam ser tratados pelo Pai dos Cristãos que, por isso mesmo, residia na Casa dos Catecúmenos e era o seu administrador. Trata-se de uma instituição típica e comum a todo o Ultramar, criada em Goa em 1541; a partir de 1557 muitas vezes o cargo foi desempenhado por jesuítas [47].

Ao Pai dos Cristãos competia «atrair órfãos e adultos», ensinar-lhes a doutrina cristã e assisti-los espiritual e materialmente. Devia ainda assegurar-lhes o sustento durante a preparação para o baptismo e acompanhá-los posteriormente. A actuação do Pai dos Cristãos decorria, pois, no sentido de negar favores aos gentios e concedê-los aos cristãos, para que assim outros se convertessem. Para tal, devia estar ciente de todas as regalias económicas e sociais contidas nas provisões a favor da Cristandade.

Na verdade, as autoridades do Reino e do governo de Goa promulgaram desde o século XVI numerosos alvarás protegendo os novos convertidos. Estes diplomas foram copiados, reafirmados e, outras vezes, integrados noutros mais recentes ao longo dos séculos seguintes, constituindo uma documentação assaz abundante, mas também algum tanto dispersa por vários livros de registo. Encontram-se, todavia, dois códices no Arquivo Histórico de Goa reunindo unicamente essas disposições e designadas no seu conjunto por *Livro do Pai dos Cristãos*, o qual mereceu uma edição crítica do Padre Joseph Wicki [48].

No exercício das suas funções o Pai dos Cristãos dispunha de um conjunto de colaboradores, tais como um irmão leigo, um Pai dos Cristãos secular, um solicitador dos cristãos, um procurador dos cristãos, um «língua», uma mãe das cristãs, um naique [49], com funções específicas. Assim, o irmão

---

[47] É o que se pode concluir dos assentos de baptismo entre 1733 e 1759, data da sua extinção.

[48] A.H.G., Códices n.º 9529 («Provisões a favor da Cristandade», 1513-1840), e n.º 7693 («Leis a favor da Cristandade», 1562-1843).Veja-se *O Livro do Pai dos Cristãos*, edição crítica anotada por José WICKI S.J., Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1969.

[49] Veja-se Padre Lagrange Romeu Ratisbone FERNANDES, *O «Pai dos Cristãos» nas Cristandades do Padroado Português do Oriente (1532-1840). Novas perspectivas para a história do cargo de «Pai dos Cristãos» e da Missionação dos Povos*, Roma, Pontifícia Universidade Gregoriana, 1965 (dissertação de doutoramento em História Eclesiástica, policopiada).

leigo era o seu primeiro ajudante, podendo substituí-lo na sua ausência. O Pai dos Cristãos secular auxiliava-o a conhecer os órfãos e a castigar as pessoas que os desviassem para fora de Goa a fim de não serem baptizados, assistia com o Pai dos Cristãos às audiências gerais, feitas pelo vice-rei e pelo ouvidor geral para interceder pelos presos e por outros necessitados, encarregando-se ainda da alforria dos escravos.

O solicitador dos cristãos assistia às audiências com o Pai dos Cristãos e advogava a causa dos presos nos cárceres, dos órfãos e escravos; o procurador dos cristãos era o representante do Pai dos Cristãos nos tribunais e noutros lugares onde defendia as prerrogativas dos novos convertidos. O «língua», o intérprete oficial do Pai dos Cristãos, explicava a doutrina aos catecúmenos, razão por que era designado «Pai dos Catecúmenos». Havia conveniência em ser casado para sua mulher poder cuidar das catecúmenas, chamando-se, por isso, «Mãe das Cristãs».

*

Algumas vezes os neófitos entraram para a comunidade cristã por solenes cerimónias dos *baptismos gerais*, estratégia saída do Concílio de Trento e introduzida em Goa pelos jesuítas desde o século XVI. Com frequência, realizava-se anualmente um baptismo geral em 25 de Janeiro, dia da conversão de S. Paulo, seu padroeiro. A ele assistiam as máximas autoridades civis e eclesiásticas, a aristocracia e o clero.

Entre 1733 e 1782, um conjunto de 399 catecúmenos tornaram-se cristãos em baptismos gerais (14,6%), mas nos lapsos compreendidos entre 1745-1750 e 1761-1781 não se realizou nenhum, o que significa que esta prática não foi sistemática. Anote-se, também, que em 1759 os jesuítas, os grandes impulsionadores deste costume religioso, foram expulsos do Reino e do Ultramar; observe-se, no entanto, que no ano de 1782 houve 14 baptismos gerais. Eram atribuídos prémios aos indivíduos que se preparassem a tempo de poderem receber o baptismo nessa cerimónia. A solenidade, a atenção dispensada pelas autoridades, a enorme multidão de neófitos comprovam, também, a função política dos baptismos gerais [50].

Os restantes catecúmenos que, aliás, representaram uma grande maioria (2327 neófitos – 85,4%), receberam o baptismo individualmente ou em pequenos grupos, com as cerimónias inerentes a este acto, mas sem a solenidade dos baptismos gerais. Em alguns casos, quando pairavam dúvidas de o indivíduo já ter sido anteriormente baptizado, ou quando surgiam outras reservas, era ministrado o baptismo «sub-conditione». Foi o que se verificou, com frequência, em relação aos catecúmenos de origem protestante vindos do Setentrião Europeu.

---

[50] Sobre os baptismos gerais no século XVI, veja-se Catarina Madeira SANTOS, «*Goa é a chave de toda a Índia*». *Perfil político da capital do Estado da Índia (1505-1570)*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999, pp. 273-277.

5.2. *Os nomes atribuídos*

De acordo com a determinação do concílio provincial de 1567, reiterada por várias pastorais dos arcebispos, como por exemplo a de 1782, os neófitos deviam adoptar nomes cristãos. Com frequência, os seus nomes resultavam da combinação dos do padrinho e da madrinha, quando não completamente iguais [51]. Verifica-se, curiosamente, que bastantes conversos tomaram o apelido Vitória [52]. Teria advindo da padroeira da capela da Casa dos Catecúmenos, Nossa Senhora da Vitória?

5.3. *Os padrinhos*

Da documentação compulsada, verifica-se que uma maioria esmagadora dos padrinhos (903) teve apenas um afilhado, o que mostra que houve um conjunto muito abrangente de padrinhos. Na verdade, foram muitos os padrinhos e as madrinhas, para além dos padres que baptizaram os catecúmenos, de onde se infere que se tratava de um projecto em que estavam implicados bastantes elementos da sociedade. Quanto ao seu perfil profissional, destacam-se, de imediato, os funcionários da Casa dos Catecúmenos (45%, ou seja, quase metade do conjunto de padrinhos), secundado ainda pelo clero (23%); com valores inferiores temos os cargos da administração e da justiça, com uma percentagem quase idêntica. Do que fica dito resulta que altas individualidades, como os vice-reis, os arcebispos, os secretários do Estado da Índia, os desembargadores do Tribunal da Relação, etc., apadrinharam e protegeram neófitos de diversa condição social que após o baptismo deixaram de ter nomes hindus assumindo outros muito pomposos, por vezes das melhores famílias do Reino [53]. Evidentemente que os neófitos de alta estirpe, como dessais, rajputos, descendentes de reis indianos, etc. tiveram sempre como padrinhos indivíduos com uma posição social e profissional de destaque.

---

[51] A título de exemplo, veja-se: a catecúmena Sabina Eufrásia de Sousa foi afilhada de Francisco de Sousa e Sancha Eufrásia de Mascarenhas; Mariana Bernarda de Lorena teve como padrinho o vice-rei Bernardo José de Lorena e como madrinha D. Mariana de Noronha (A.H.G., cód. 1555, fls. 163 e 153v, respectivamente).

[52] Foram apurados 464 neófitos e também 64 padrinhos com o mesmo apelido.

[53] Entre os padrinhos desfilam os nomes dos arcebispos D. Inácio de Santa Teresa, D. António Taveira da Neiva Brum da Silveira, D. Frei Manuel de Santa Catarina, D. Frei Manuel de S. Galdino; dos vice-reis Marquês de Távora, do conde de Sarzedas, dos Secretários do Estado da Índia, *v.g.*, Sebastião Ferreira Barroco, Diogo Vieira Tovar de Albuquerque. Quanto aos conversos registe-se, por exemplo, o nome de João José de Mello e Mendanha, afilhado do governador D. João José de Mello e do Secretário do Estado da Índia Henrique José Mendanha Benevides Cirne.

QUADRO 6
PROFISSÕES DOS PADRINHOS DOS CATECÚMENOS

PROFISSÕES DOS PADRINHOS	N.º	%
Funcionários da casa dos Catecúmenos	491	44,8
Clero	249	22,7
Cargos militares	112	10,2
Cargos da administração	70	6,4
Cargos de justiça	75	6,8
Cargos da Inquisição de Goa	19	1,7
Outros	81	7,4
TOTAL	1097	100,0

Mas, de modo geral, os padrinhos eram de condição social muito diversa: elementos da alta aristocracia reinol, goeses tanto de castas altas como baixas, novas convertidas normalmente de proveniência humilde, cafres que geralmemente tiveram como afilhados outros cafres, etc. É que muitas vezes a conversão verificou-se devido à acção de um outro catecúmeno, de um amigo, ou seja, de um protector, e daí a razão da sua escolha para padrinho.

Até à extinção dos jesuítas (1759), a maioria dos baptismos teve lugar no Colégio de S. Paulo, dos jesuítas. Depois desta data, e com a criação da Casa dos Catecúmenos no ano de 1762, em Betim, realizaram-se sobretudo na capela desta nova fundação, tendo como padroeira Nossa Senhora da Vitória [54]. Todavia, houve excepções. Realizaram-se baptismos na Capela de S. Francisco Xavier, na Velha Cidade [55], na de D. João José de Melo [56], no Colégio de S. Tomás [57]; na Capela de S. Marçal da Casa da Pólvora, quando se tratasse de presos [58]. Nos finais do século XVIII e sobretudo na centúria seguinte, alguns baptismos tiveram lugar na capela pública de Nossa Senhora da Conceição do Palácio rural da freguesia de Santa Inês, nos arredores de Pangim. Recorde-se que em 1760 o conde da Ega transferiu a

---

[54] Consultem-se as observações registadas nos assentos de baptismo, dos códices 1554 e 1555.

[55] Cf. *v.g.*, o baptismo de Rosa, de 32 anos, da casta vânio, na capelinha S. Francisco Xavier, na horta da Casa, em 18 de Março de 1757 (cód. 1554, fl. 111v).

[56] Cf. os baptismos de 29 de Outubro de 1766, de 29 de Outubro de 1767 e de 26 de Julho de 1768 (cód. 1554, fls. 164v-165, 159v e 168).

[57] Foram os casos de Narciso da Conceição, de 2 meses, filho de Gunay e pai incógnito, da casta divar, ou seja, lavrador de sura, em 10 de Julho de 1767; João Tomás de Aquino, de 16 anos, filho de Rama Naique e de Janaqui, brâmane, em 16 de Outubro de 1768. (Cód. 1554, fls. 163 e 169v, respectivamente).

[58] Cf., por exemplo, os baptismos de Henrique Carlos Henriques – o seu nome provém do do padrinho coronel Henrique Carlos Henriques –, de 25 anos, charadó; de José Martins, de 29 anos, marata; de José Saleno, de 24 anos, marata, em 29 de Outubro de 1767 (cód. 1554, fl. 164).

capital da Cidade de Goa para Pangim e consequentemente também o arcebispo mudou a sua residência, instalando-se naquela freguesia [59].

5. Motivos da conversão

Uma questão bem mais complexa é a das razões da conversão. Segundo alguns estudiosos, a conversão ao cristianismo resultou, principalmente, de «suborno, ameça e tortura» [60]. A atracção pelas recompensas materiais, a ameaça da violência e o uso da força mais do que a escolha ou compromisso em relação à nova fé, teriam sido responsáveis pelas conversões, não surpreendendo, por isso, que elas não passassem de meras conversões nominais, mantendo clandestinamente os seus usos e rituais.

Do que se colhe nos assentos de baptismo, motivos da mais diversa natureza levaram à conversão. Com frequência estiveram na sua origem situações de infortúnio e até mesmo de tragédia. Crianças expostas, enjeitadas, filhas de mãe gentia e pai incógnito ou de pais incógnitos, achadas nos outeiros, nos palmares, na portaria da Casa dos Catecúmenos ou junto de outras residências, etc.; noutros casos foram crianças retiradas aos próprios familiares, em contextos dramáticos e recolhidas na Casa dos Catecúmenos [61]. Algumas vezes os catecúmenos tomaram esse rumo, em consequência de problemas muito concretos, como sejam de saúde, acabando depois por se converterem [62]. Também a conversão de uma pessoa induziu outras – familiares ou amigos – a seguirem as suas pegadas [63]. Outras vezes, disseram ter sido remetidas pelas autoridades do local onde viviam, como o capelão, o capitão, o inquisidor, etc. Há que aludir, ainda, aos baptismos por perigo de vida ou referidos como «casos de necessidade» [64].

É importante referir as adesões à fé, expressamente declaradas como voluntárias, sem coacção de ninguém [65]. Na verdade, a documentação registou casos de indivíduos que, segundo as fontes, se converteram «por sua

---

[59] Cf. *v.g.*, os baptismos realizados em 26 de Fevereiro de 1766 (cód. 1554, fl. 155v) e 18 de Dezembro de1814 (cód. 1555, fl. 180).

[60] Cf. A. K. PRIOLCAR, *The Goa Inquisition*, Bombaim, 1961, p. 50.

[61] (Cf. *v.g.*, cód. 1555, fls. 53v, 83, 86, 87v, 165v, 193, 205v, 208v, etc. Em 1773, Joaquim Melo, de 10 meses, foi mandado vir de Pondá pelo governador por este ter sido informado de que o pai, mendigo *faquir*, havia cortado a cabeça à sua mulher, mãe da dita criança, e se tinha ausentado, deixando-a em total desamparo (cód. 1554, fl. 198); em 1781, Francisco da Costa, de 8 dias, foi tirada pela mulher do patrão-mor João Baptista a uma gentia que, sendo a própria mãe, a queria matar no outeiro de Ribandar (cód. 1554, fl. 227).

[62] Foi o caso de Luiza, de 25 anos, viúva, curumbina que «foi trazida para dar conta da criança que traz na barriga». Foi baptizada em 25 de Janeiro de 1754 (cód. 1554, fls. 95v; cf., ainda, fls. 57, 61v, 64, 88).

[63] Cód. 1554, fls. 125v, 126.

[64] Foram registados 390 baptismos, nestas circunstâncias.

[65] Cód. 1554, fls. 26, 47, 49, 73v, 89v, 135v-136.

livre vontade» ou então «sem condução de pessoa alguma» ou ainda «contra a vontade de todos os seus parentes gentios graves» [66].

Em face do que é possível exaurir da documentação existente, parece poder afirmar-se que para os conversos não existia uma diferença fundamental entre as motivações temporais e espirituais, mas antes, pelo contrário, as duas vertentes eram inseparáveis.

A atribuição de um ênfase exclusivo, quer ao constrangimento e coerção quer à escolha e intenção, fornece necessariamente um quadro incompleto sobre as conversões. O uso da força e a utilização de um sistema de perda de estatuto social tiveram um papel importante, mas não se pode negar a importância da iniciativa dos próprios conversos [67].

6. Aspectos do quotidiano religioso dos cristãos

Até que ponto e de que forma os novos cristãos captaram a mensagem cristã? De que aspectos se revestiam os acontecimentos do ciclo da vida? Como vivenciavam os momentos fortes do calendário litúrgico?

Sobre esta matéria é possível colher informação e tirar algumas ilações, pese embora a complexidade do assunto, a partir dos éditos da Inquisição (mormente o de 14 de Abril de 1736), das listas dos sentenciados deste tribunal, dos decretos pastorais, dos depoimentos das visitas pastorais, dos relatos dos viajantes, etc. Do cruzamento desta vasta e rica documentação podem-se reter dois dados importantes: a persistência dos hábitos hindus na vida dos naturais cristãos, sendo esta influência gentílica mais marcante nos meios rurais e nos naturais cristãos de castas mais baixas; e a peculiaridade de certas formas de culto católico.

Assim, no que diz respeito ao nascimento, apesar das interdições do Santo Ofício, realizavam-se festejos no sexto dia do nascimento da criança, visando afugentar o demónio que se pretendia instalar no recém-nascido. Para tal, os convidados, depois de cantarem orações piedosas, ocupavam a noite a vigiar a casa, fazendo fogueiras junto da porta e cantando estrondosamente para impedir a entrada do diabo. O recém-nascido (enfaixado em panos pretos) e a sua mãe eram constantemente visitados durante a noite [68]. Tenha-se presente o vincado culto ao demónio no hinduísmo, crença que persistiu entre os naturais cristãos. Outro costume não raro entre os goeses

---

[66] Cf. A.H.G., cód. 1554, fls. 26, 47, 49, 73v, 98v.

[67] Veja-se de Rowena Robinson, «The Construction of Goan Interculturality. A Historical Analysis of the Inquisitorial edict of 1735 as Prohibiting (and Permiting) Syncretic Practices», in *Goa and Portugal. History and Development*, N. Delhi, Concept Publishing Company, 2000.

[68] Edital da Inquisição de Goa de 1736, já cit. Veja-se também Manoel Felicissimo Louzada d'Araujo d'Azevedo, «Segunda Memoria…», in *Annaes Maritimos Coloniaes*, 2.ª série, n.º 6, Lisboa, 1842, p. 431.

cristãos era a realização de cerimónias gentílicas nos partos, no 3.º, 4.º, 8.º e 30.º dia após o nascimento da criança [69].

Do confronto das cerimónias dos casamentos hindu e cristão conclui-se pela existência de um certo paralelismo de costumes e, outras vezes, por uma adaptação das práticas anteriores. Segundo a visão hindu do casamento, este representa sobretudo uma união de duas famílias ou dois grupos parentais. Pelo contrário, na concepção cristã, o casamento é a união de dois indivíduos por mútuo consentimento. Pode-se afirmar que, *mutatis mutandis*, os goeses cristãos continuaram a seguir a orientação hindu; aliás, ainda hoje, de modo geral, os casamentos são combinados pelos pais, ficando os cônjuges com uma margem de iniciativa e decisão por vezes muito reduzida.

Ainda outras práticas hindus perduraram no quotidiano dos naturais cristãos, tais como as cerimónias gentílicas na véspera ou no terceiro dia do casamento, tendo em vista o seu bom sucesso [70].

Outras semelhanças ou adaptações se podem vislumbrar entre o casamento cristão e hindu, como sugerem a magnificência, o aparato, a simbologia das cerimónias. É o caso das loas aos noivos, comuns nestas funções, mas entre os cristãos seguidas do canto do Te-Deum. A par dos festejos, os hindus trocavam presentes entre as famílias dos noivos, tais como flores, areca e bétele, *foguéus*, merendas, *ojem*. Para não caírem sob a alçada da Inquisição, os cristãos substituíram alguns géneros por outros, mas mantiveram a tradição das ofertas.

Quanto às práticas que assinalam a morte, também se verificam algumas influências do hinduísmo, tais como: a realização de banquetes para os defuntos, sobretudo no tempo da «novidade»; jantares a pobres com características físicas semelhantes aos defuntos, em homenagem à sua alma; os funerais com excessivo aparato.

Mas se é evidente a interpenetração do cristianismo e do hinduísmo, no entanto as manifestações religiosas dos cristãos de Goa distinguem-se dos actos de culto hindu e revestem-se de um certo cunho de originalidade; é o que se constata, por exemplo, na novena e festa de S. Francisco Xavier, no Natal, na Quaresma e Semana Santa: não há a estridência e frenesim das cerimónias hindus, mas antes um recolhimento interior, uma religião íntima. No dia de Natal eram representados os mistérios da Natividade, com figuras vivas, nas igrejas, casas e encruzilhadas das ruas decoradas de motivos natalícios [71].

---

[69] Cf. as listas dos sentenciados da Inquisição de Goa, B.N., cód. 202, fls. 41v, 52, 58v, 75, 75v-76, 84v, 90, 90v, 91, 95.

[70] Cf. as listas dos sentenciados da Inquisição de Goa, B.N., cód. 202, fls. 44, 72v, 73, 77v, 86, 87, 91, 95, 95v, 96, 96v, 97, 97v e 100. Para maior desenvolvimento do assunto veja-se o nosso estudo *Goa Setecentista…*, pp. 310 e segs. E Rowena ROBINSON, *Conversion, Continuity and Change. Lived Christianity in Southern Goa*, N. Delhi, 1998, capítulos 4 e 5.

[71] Entre os ornamentos é frequente a tradicional estrela de papel que iluminada por dentro espalha uma suave luminosidade pelas ruas.

Na quaresma e Semana Santa realizavam-se grandes procissões e cerimónias solenes, como os Santos Passos, de alguma teatralidade, com artifícios e representações de forte influência local, num interior ricamente armado e decorado. Anote-se que muitos destes costumes se mantiveram e ainda hoje se praticam em algumas aldeias de Goa, da forma tradicional ou com adaptações inovadoras.

Conclusão

Na História da Igreja, a missionação portuguesa e espanhola da época moderna foi uma das suas mais fecundas realizações. Na Índia Portuguesa, e mormente em Goa, este projecto da evangelização foi assumido pelos mais diversos sectores da sociedade e teve grande adesão sobretudo da parte dos hindus. Conheceu nomes paradigmáticos como Xavier, Nobili e João de Brito que procuraram cristianizar os gentios, sem lhes impor um modelo europeu.

A cristianização prosseguiu ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, mas a partir dos finais de Setecentos notaram-se indícios evidentes de declínio; para tal não foi alheia a decadência política e económica do Estado da Índia. Também se fizeram sentir graves problemas dentro da própria Igreja, como o relaxamento do clero e a questão do Padroado – *Propaganda Fide*.

Há que realçar os aspectos de ancestralidade e de uma memória comum entre hindus e cristãos. Os goeses interiorizaram a doutrina cristã mas cedo revestiram a prática religiosa dos hábitos do seu substrato cultural e da sua mentalidade.

ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR, Vol. III, 2002, pp. 307-332

JUDEUS DE COCHIM: UM CAMINHO EM ABERTO... SINOPSE DE ESTUDOS EDITADOS E EM PUBLICAÇÃO

por

JOSÉ ALBERTO RODRIGUES DA SILVA TAVIM *

«A luz conforta a alma» – escreveu o reverendo Abraham Assor, em 1969, no seu tratado sobre a Shavuot – «festa das semanas». De facto, o «tema» forte da luz é uma constante do pensamento judaico. O rabi Assor, no mesmo texto, não deixa de enveredar pela sábia associação entre a Luz da Criação (do texto do *Génesis*) e a «mesma» Luz que é a Tora – «Instruir é fazer luz» – acentua [1].

Ao longo da história judaica fala-se da «Luz do Messias» [2], da «Luz da Cabala» [3], etc. – e o Zohar é «esplendor» [4] – no contexto genérico da indefinição de fronteiras entre a luz símbolo e a luz metáfora [5]. Contudo, como bem acentuou Yosef Hayim Yerushalmi, a história formulada pelos diferentes autores judaicos, e pelo público igualmente judaico, que actuam e escrevem no âmbito do pensamento mítico, é considerada num fundamento essencialmente religioso e para-messiânico, sendo por isso os relatos da imanência confinados em função daquela intenção primordial [6].

As obras produzidas no «interior» da comunidade visada devem ser lidas no âmbito dos pressupostos acima enunciados. Servem essencialmente para

---

* Centro de Estudos Africanos e Asiáticos do Instituto de Investigação Científica Tropical.

[1] Abraham ASSOR, *Luz – Textos e Depoimentos*, organização de Miriam ASSOR, Lisboa, Âncora Editora, 2001, p. 55.

[2] Cf. Gershom SCHOLEM, *The Messianic Idea in Judaism and other Essays on Jewish Spirituality*, Nova Iorque, Schocken Books, 1971, pp. 10 e 39.

[3] Cf. Yosef Hayim YERUSHALMI, *Zakhor. Histoire juive et mémoire juive*, traduzido do inglês por Eric Vigne, Paris, Gallimard, 1984, p. 89.

[4] *Vide* Shmuel TRIGANO, *La demeure oubliée. Genèse religieuse du politique*, Paris, Gallimard, 1994, cap. 3.

[5] Cf. Jean CHEVALIER e Alian GHEERBRANT, *Dicionário de Símbolos, Mitos, Sonhos, Costumes, Gestos, Formas, Figuras, Cores, Números*, tradução de Cristina RODRIGUES e de Artur GUERRA, Lisboa, Terramar, 1994, p. 422.

[6] *Vide* op. cit., p. 90.

«iluminar» os vindouros sobre o papel desempenhado pela «parcela» do Povo Judaico deslocada no sul da Índia, segundo os pressupostos sócio-religiosos fundamentais do pensamento judaico. Quem sobre essas obras se debruça, entra nos vastos círculos encantados da tradição – encantados em função dos grandes temas para-messiânicos genéricos do Judaísmo; encantados porque nelas se encontra depurada a imanência em função de uma positividade judaica em direcção à «Luz» – da virtude, do cumprimento, enfim, do conhecimento e da vivência do bem. Aliás, segundo a Cabala, a irradiação da luz (ha-Or), a partir do ponto primordial, gera extensão…

Por exemplo, em 1965, o antigo líder cochinita Samuel Shabtai («Sattu») Koder, não deixou de salientar, perante a Kerala History Association, na comunicação intitulada «Kerala and her Jews»:

> «A tradição dos judeus de Cochim, por outro lado, mantém que logo após a destruição do segundo Templo na primeira centúria, dez mil judeus foram graciosamente recebidos pelo governante hindu de então, sendo-lhe permitido o estabelecimento em diferentes partes do país, embora a maior parte passasse a residir em Cranganor.» [7]

Sabendo nós que este folheto deve ser vendido a um preço módico, aos diferentes visitantes da sinagoga Paradesi (a única aberta ao público), tal revela o peso daquela mensagem inserida no «círculo encantado da tradição». Mensagem oficial – luz oficial – que liga a comunidade a um feixe primeiro da diáspora judaica.

Que esta luz não seja esquecida! A palavra surge mesmo em dois estudos sobre os judeus cochinitas. Um deles – o mais antigo – é da autoria de um membro da própria comunidade, A. B. (Abraham Barak) Salem. Trata-se de um dos líderes cochinitas mais carismáticos, em várias dimensões. Pertencia ao grupo «oprimido» dos «meshushrarim» («libertos» adstritos aos judeus brancos ou «paradesis») que liderou, mesmo na sinagoga, uma luta pela igualdade de direitos, sendo um dos primeiros judeus desse grupo a tirar um curso superior – de advocacia. Foi nessa condição que se tornou defensor de outros oprimidos, como as mulheres, e um político bastante activo – seria membro do Partido do Congresso, e um fervoroso sionista, visitando duas vezes Israel nessa qualidade [8]. O seu livrinho de bolso – quase uma pequena «bíblia» da História dos Judeus de Cochim – foi publicado em 1929, ou seja, o ano em que o Congresso de Lahore declarou a independência total da Índia por insistência de Gandhi – e designado, significativamente, como *Eternal Ligth or Jew Town Synagogue* [9]. Não obstante o passado de Salem, como

---

[7] Pp. 2-3 e tradução do inglês da minha autoria.

[8] Sobre este personagem, vejam-se essencialmente as sínteses de J. B. SEGAL, *A History of the Jews of Cochin*, Londres-Portland, Vallentine Mitchell & Co. Ltd, 1993, pp. 93-94; e de Nathan KATZ e Ellen S. GOLDBERG, *The Last Jews of Cochin. Jewish Identity in Hindu India*, Columbia, University of South Carolina Press, 1993.

[9] Publicado em Ernakulam, pela S. D. Printing Works Ltd.

homem de protesto, trata-se de uma pequena obra com uma grande dimensão teleológica. Nela assume-se uma premissa fundamental para os judeus cochinitas do seu tempo: lembrar – ou seja, remeter das trevas para a luz – a vida daqueles que sobreviveram a todos os demónios da intolerância – inclusive os portugueses – construindo um património e cumprindo os preceitos fundamentais no âmbito do «sentido de estar» judaico. É por isso mesmo que o seu livrinho tem uma actualidade nada desprezível para os judeus de Cochim. Não será por acaso que o jornalista Elia Ben Eliahu (Eliavoo) o reeditará em Haifa, no ano de 1972 [10], pois é em Israel que vive a maior parte dos judeus de Cochim, e é para eles que deve ser condensada a instrução sobre o seu passado, ou seja, uma iluminação que é fundamental para o seu orgulho identitário.

Outra obra faz recurso à palavra «Luz» para a sua designação: é o livro da jovem belga Suzon Fuks, significativamente intitulado *Keeping the Ligth. A Diary of South India*, datado de 1987, e onde publicou, de forma comentada, as suas belíssimas fotografias a preto e branco. A luz é de facto uma constante neste seu trabalho – a luz do céu prestes a romper o negrume da monção; a luz do dia e do candelabro na mansão de Gladys Koder; a luz que ainda inunda a sinagoga abandonada de Mala; a luz trazida da sinagoga para os lares no Sábado e nos Dias Santos; a luz que se projecta na parede da sinagoga Paradesi, vista através das grades onde estão desenhados o candelabro de sete braços e a Estrela de David; a luz do dia, a luz da noite… a luz simbólica, sempre presente e integrada (melhor, metamorfoseada) no texto introdutório do actual «Warden of the Cochin Synagogue and Leader of the Jews of Cochin», senhor Samuel H. Hallegua. Em quatro páginas breves mas bastante informativas, o passado dos judeus da Índia surge como uma marcha gloriosa de homens e seus feitos valorosos, apenas atingidos pelo estigma dos «intolerantes» portugueses. Até as marcas contidas na documentação portuguesa, que confirmam a existência de certa sinagoga, são incorporadas no edifício dinamicamente positivo da história pretendida para a comunidade. Por isso, em jeito de remate, Samuel H. Hallegua não deixaria de apontar o dedo àqueles que, ao escreverem livros e artigos, cometeram erros e embustes. Resta questionar: erros e embustes em função dessa pretendida positividade? É que Samuel H. Hallegua finaliza desta forma o seu texto, referindo-se a Suzon Fuks:

> «O seu trabalho é importante, porque a comunidade é pequena e o seu futuro negro. Se, como parece, a comunidade está quase a extinguir-se, «Keeping the Light» iluminará para as futuras gerações a vida e os tempos dos judeus de Cochim sobreviventes.» [11]

---

[10] Publicado por OTH Cooperative Printing Press.

[11] Cf. Samuel H. Hallegua, «Introduction», in *Keeping the Ligth. A Diary of South India*, Washington D.C., Nova Iorque, Londres, B`nai B`rith Klutznick National Jewish Museum, The Memorial Foundation for Jewish Cultures, Commomwealth Jewish Council (não paginado). Tradução do inglês da minha autoria.

Ou seja, de novo se entra no universo teleológico da compreensão da História no Judaísmo: assim como a imanência transmitida na Bíblia deve ser considerada transcendentalmente em relação ao presente, também todo um passado cochinita deve ser tomado como referência moral e social numa vivência hodierna e futura dos judeus cochinitas.

Não se trata de uma observação criteriosamente negativa acerca da produção do senhor Samuel H. Hallegua e dos seus antecessores. Como líderes da comunidade (menos ou efectivamente considerados), estes «produtores» do saber acabaram por tecer um discurso condizente com a sua pretensão e efectividade de funções. Não se trata de uma questão de analisar a idoneidade do seu discurso, mas de considerá-lo em termos de contextualização da produção. Até porque estas formulações são necessárias para compreendermos o maior «monumento» figurativo do discurso da tolerância e também da «iluminação» sobre o passado judaico cochinita que foram as celebrações do quarto centenário da fundação da sinagoga de Cochim – a Paradesi – conduzidas sob os auspícios da Kerala History Association e do The Cochin Synagogue Quartercentenary Celebrations Committee, e inauguradas por Indira Gandhi. Os acontecimentos – políticos e científicos – foram depois perpetuados numa publicação – um «Commemoration Volume Cochin Synagogue Quartercentenary Celebrations», de 1971. Verdadeiramente controladas por membros do grupo «paradesi» – S. S. Koder e seus familiares –, quer do ponto de vista da realização do evento quer ao nível discursivo, estas comemorações tiveram como temas de base a «Hospitalidade e a Tolerância», considerados indícios constantes do contexto vivencial dos judeus cochinitas. Aliás, foi este o título do discurso inaugural do líder S. S. Koder – «Hospitality and Tolerance» [12]. Assim, com este intuito primordial, os tempos envolvem-se e misturam-se, sendo carreado para o presente um passado interpretado em função daquele. Ou seja, ao salientar-se neste volume, através das várias contribuições – de cristãos, muçulmanos, hindus e judeus – que as minorias e a maioria hindu viveram na região meridional do Decão um passado basicamente marcado pela tolerância, os organizadores das comemorações estão a transmitir a mensagem de que o passado, ali, da minoria judaica, foi de tal forma positivo que se adequava à ideologia moderna da tolerância, fundamental na construção da Índia moderna e independente. Foi por isso que Indira Gandhi não deixou de responder a S. S. Koder, num discurso subsequente designado, de forma significativa, a «Great Heritage»:

> «Esta não é a minha primeira visita à antiga Sinagoga. Cada visita é uma lembrança da antiga história do nosso país a que os judeus da Índia e,

---

[12] In *Commemoration Volume Cochin Synagogue Quartercentenary Celebrations*, ed. de P. S. VELAYAUDHAN, S. S. KODER *et al*., Cochim, The Kerala History Association e The Cochin Synagogue Quartercentenary Celebrations Committee, 1971, pp. 1-3.

> certamente os judeus de Cochim, estão associados e também da tolerância religiosa e cultural, que é a nossa grande herança.» [13]

Estas perspectivas são essenciais para compreendermos a intervenção «científica» do convidado especial, Dr. Walter Joseph Fischel, designada «The Contribution of the Cochin Jews to South Indian and Jewish Civilisation» e que, devido à sua amplitude e adequação científica face às outras comunicações [14], desempenhou o papel de verdadeiro pilar científico pretendido para este volume. Como referi, o seu artigo é mais do que isso – trata-se de um livro, de uma súmula que tenta revelar as potencialidades destes judeus do Oriente no contexto da civilização judaica e da indiana do sul – como está bem vincado no título. Nele revela-se que a sua imensa e heterogénea investigação (quase obsessão) documental teve como objectivo a resposta a duas questões fundamentais: como pôde uma comunidade tão remota e separada dos grandes centros da Diáspora desenvolver-se, prosperar e sobreviver durante tantos séculos? E quais foram as suas contribuições na área da economia, diplomacia e cultura locais, e o que criou no domínio da erudição e da Literatura [15]? O que interessava nitidamente – e no contexto das pretensões das comemorações – era elucidar sobre a «marcha positiva» dos judeus de Cochim no seu duplo e relacionado contexto cultural judaico e indiano. Pelo contrário, os atritos e os problemas internos da comunidade não foram enfatizados por Fischel, nem neste nem em outros estudos da sua autoria.

Mas para compreendermos o sentido da produção deste prolixo autor – ainda hoje uma referência em termos de quantidade e qualidade da obra produzida –, é necessário tecermos algumas considerações sobre a personagem e acerca da sua obra. Walter Joseph Fischel nasceu em 1902, em Frankfurt-Am-Main, e o seu interesse pelos judeus do Oriente deve-se ao facto de, como membro da Faculdade de Estudos Orientais da Universidade Hebraica de Jerusalém, ter participado em várias expedições no Médio e Próximo Oriente. Em 1945 seria nomeado professor de Línguas e Literaturas Semíticas na Universidade da Califórnia, em Berkeley, e depois de se aposentar continuaria a sua actividade como professor de Estudos e História Judaica no «Campus de Santa Cruz» daquela universidade. Foram estes anos de estabilidade na Califórnia que lhe permitiram reunir documentação e escrever um conjunto de artigos bastante significativos e inéditos para a época, não só sobre os judeus do Kerala, mas também da Pérsia, do Egipto,

---

[13] *Idem*, p. 5 (tradução do inglês da minha autoria).

[14] Exceptua-se o caso do artigo de Johanna Spector – «The Music of the Jews of Cochin with special reference to Shingly Tunes» – viável do ponto de vista científico, mas cuja restrição temática e em número de páginas não lhe permite a pujança de «pilar científico», assumido de facto pelo texto de Fischel – *vide idem*, pp. 177-185.

[15] *Idem*, p. 16.

do Golfo Pérsico, do Império Mogol, e ainda a importante obra de síntese *Jews in the Economic and Political Life of Medieval Islam*, de 1969 [16].

Embora Fischel tenha iniciado o seu interesse específico pela Índia num artigo de 1956, designado «Abraham Navarro – Jewish Interpreter and Diplomat in the Service of the English India Company (1682-1692)» [17], desde 1949 que o seu conhecimento do opúsculo de Mosseh Pereyra de Paiva, intitulado *Notisias dos Judeos de Cochim* (1687), através da edição lisboeta de Moses Bensabat Amzalak, datada de 1923 [18] – o devia ter aliciado a conhecer melhor o caso dos judeus do Kerala. Em 1956 publicaria o artigo «Leading Jews in the Service of Portuguese India», contendo duas biografias – uma de Coge Abraham, de Goa (século XVI), e outra de Moses Tobias, de Surate (século XVIII) [19]. Mas é por volta de 1957 que tem acesso a uma obra fundamental para o conhecimento dos judeus da Índia: o livro do rabi David d'Beth Hillel, designado *The Travels from Jerusalem, Through Arabia, Koordisthan, Part of Persia, and India, to Madras (1824-1832)* (original editado em Madrasta, em 1832). Não obstante ter redigido um artigo de síntese sobre o autor e a obra logo em 1957, na revista *Oriens*, de Leiden, designado «David D`Beth Hillel: An Unknow Jewish Traveller in the Middle East and India in the Nineteenth Century» [20], foi só em 1973 que fez da edição do texto do rabi uma das últimas obras da sua vida: «Unknow Jews in Unknown Lands. The Travels of Rabbi David d`Beth Hillel (1824-1832)» [21].

Devido à sua erudição, Walter Joseph Fischel apercebeu-se de que era necessário apurar e explanar todo um vasto conjunto de informações para entender a realidade narrada por David d`Beth Hillel, em termos diacrónicos. E foi assim que se propôs divulgar um significativo conjunto de dados sobre os judeus da Índia, nomeadamente de Cochim, através da análise comparativa de vária documentação, inclusivamente portuguesa. Assim, em 1960 escreveria o artigo «Cochin and some prominent Jewish personalities», centrado na carreira de uma personalidade do século XVIII – Isaac Sargun [22]. Ainda nesta linha de produção de biografias, debruçou-se exaustivamente sobre a carreira do líder cochinita oitocentista Ezekiel Rahabi, no artigo «Cochin in Jewish History. Prolegomena to a History of the Jews in India»,

---

[16] Cf. o artigo «Fischel, Walter Joseph», in *The Encyclopaedia Judaica*, ed. por Cecil ROTH e Geoffrey WIGODER, Jerusalém, Keter Publishing, vol. 6, 1971, p. 1317.

[17] Pub. in *The American Academy for Jewish Research*, Nova Iorque, Bloch Publishing Company, pp. 39-62.

[18] Cf. o seu artigo «Jews and Judaism at the Court of the Moghul Emperors in Medieval India», in *Proceedings of the American Academy for Jewish Research*, vol. XVIII, 1949, p. 152, nota 34.

[19] Pub. in *Jewish Quarterly Review*, vol. XLVII, 1956-1957, pp. 37-57.

[20] Vol. X, n.º 2, pp. 240-247.

[21] Pub. em Nova Iorque, pela Ktav Publishing House, 1973.

[22] Pub. in *The Joshua Bloch Memorial Volume. Studies in Bocklore and History*, ed. por Abraham BERGER *et al.*, Nova Iorque, Public Library, 1960, pp. 151-164.

de 1962 [23]. E depois, em 1965, sobre a carreira de outro judeu cochinita que também viveu no século XVIII, designado Samuel Abraham, no artigo «From Cochin (India) to New York: Samuel Abraham, the Jewish Merchant of the 18th Century» [24]. Trata-se de uma escolha temática lógica, dada a proximidade cronológica dos biografados com a realidade perspectivada pelo rabi David d`Beth Hillel. Dois anos mais tarde avançaria para uma visão de conjunto, proporcionada pelos dados que entretanto havia apurado. O resultado foi o impressionante «The Exploration of the Jewish Antiquities of Cochin on the Malabar Coast», em que se debruça sobre a evolução social e cultural da comunidade, e nomeadamente sobre as fontes publicadas acerca desta, inclusivamente de produção interna [25]. Este trabalho inicial transformou-se depois na súmula já referida e incluída no volume comemorativo dos quatrocentos anos da sinagoga Paradesi, de 1971 [26]. Em 1970--1971 escreveria ainda «The Literary Creativity of the Jews of Cochin» [27]. Mas só dois artigos que versam a «matéria indiana» foram publicados após a edição da obra do rabi David d`Beth Hillel. São eles: «Garcia de Orta – a militant marrano in Portuguese India in the 16th Century», de 1974 [28], e «The Present State of the Research on the History of the Jews in India from the 16th Century On», de 1981 [29]. O primeiro deve ser visto como uma incursão numa comunidade próxima de judaizantes. O segundo foi o seu derradeiro artigo, pois faleceria pouco antes da realização do congresso em sua homenagem, em que aquele seria lido. Trata-se de uma síntese dos seus próprios conhecimentos históricos, sociais, linguísticos e culturais sobre a diáspora dos judeus no Oriente, e suas «fontes». Mas de facto, algo une estes dois artigos, e que é um dos objectivos mais significativos da obra deste erudito: mostrar os cambiantes e a profundidade da vivência judaica no Oriente, ou seja, a sua «positividade judaica». Não será por acaso que quase remata o último artigo, referindo-se especificamente aos judeus de Cochim: «De forma prudente, eles empenharam a tocha da tradição judaica, não obstante o seu afastamento e isolamento.» [30]

Um dos indícios mais interessantes dos seus pressupostos como autor é o artigo «Cochin», escrito para a *Encyclopaedia Judaica*, em 1971, em que

---

[23] Pub. in *Proceedings of the American Academy for Jewish Research*, vol. XXX, pp. 37-59.

[24] Pub. in *Harry Austry Wolfson Jubilee Volume*, vol. I – *English Section*, Jerusalém, American Academy for Jewish Research, pp. 255-274.

[25] Pub. in *Journal of the American Oriental Society*, vol. 87, pp. 230-248.

[26] O artigo desenvolve-se entre as pp. 15 e 63 do referido volume.

[27] Pub. in *Jewish Book Annual*, n.º 28, pp. 25-31.

[28] Pub. in *Salo Wittmayer Baron Jubilee Volume* – vol. II – «English Section», Nova Iorque-Londres, American Academy for Jewish Research, Columbia University Press, pp. 407-432.

[29] Pub. in *Jewish Tradition in the Diaspora: Studies in Memory of Walter J. Fischel*, ed. por Mischael Maswari CASPI, Berkeley, C. A. Judah L. Magnes Museum, pp. 23-33.

[30] Cf. «The Present State of the Research», in *Jewish Tradition in the Diaspora*, 1981, p. 33 (tradução do inglês da minha autoria).

Fischel condensava aquilo que era a «visão científica» sobre a comunidade judaica que ali habitava. Uma «arqueologia» da construção do texto permite-nos verificar que houve ali uma síntese de dois níveis discursivos: a aceitação «tácita» do nível de informação transmitido oficialmente pelos judeus «paradesis» de Cochim, a que o autor acrescentou algumas «novidades» provenientes da sua investigação literária e arquivística. Trata-se não de uma visão crítica do discurso oficial dos judeus de Cochim, mas de um intuito de complemento, verificando-se o acréscimo de informações sobre o «vazio» do período português, com as referências ao episódio da venda de bíblias, em Cochim, pela esposa de Gaspar da Gama, e que ali viviam cristãos-novos e judeus, oriundos da Diáspora [31].

O interesse em evidenciar atritos na comunidade coube a outro professor de Línguas Semíticas, mas desta vez da Universidade de Londres – J. B. Segal. E esta sua perspectiva foi o passo decisivo que abalou a noção de linearidade positiva da história dos judeus de Cochim. Tal como aconteceu com Fischel, foram as suas viagens pelo Médio Oriente que lhe despertaram o interesse pelos judeus cochinitas. Menos prolixo do que Fischel, Segal vai no entanto enriquecendo o seu reportório informativo de modo a comprovar os seus pressupostos acerca da diferenciação social adentro da comunidade judaica. Pela primeira vez também, J. B. Segal tenta, de forma lídima, enquadrar a história dos judeus do Kerala no contexto da sociedade em que viviam, no seu artigo «The Jews of Cochin and Their Neighbours», de 1967 [32]. Neste artigo aborda também o problema da divisão social entre «brancos» e «pretos», bem evidente no texto de Paiva, que conhece muito bem. Contudo, este tornou-se o tema fundamental de outro seu artigo, publicado em 1983, e que se intitula precisamente «White and Black Jews at Cochin, The Story of a Controversy» [33]. Aqui o objectivo é elucidar sobre as fontes que retratam as divisões sociais entre os judeus do Kerala, e as admoestações rabínicas, assim como uma tentativa de explicitar o contexto da divisão entre «brancos» e «pretos», patente no livro de Paiva. Na verdade, o que une os seus estudos é o rigor do *gentleman* britânico contra as discriminações sociais – especialmente no seio do seu Povo. Seria devido a esta atitude crítica que não foi convidado a proferir uma palestra durante as comemorações dos quatrocentos anos da fundação da sinagoga Paredesi, em 1968, embora aí estivesse presente como representante da Universidade de Londres [34]? Em 1993 publicou, enfim, a obra designada *A History of the Jews of Cochin* [35]. Trata-se de uma síntese problematizada das suas investigações e das pesquisas de

---

[31] Pub. *in* vol. v, pp. 622-623.

[32] Pub. in *Essays presented to Chief Rabbi Israel Brodie on the occasion of his seventieth Birthday*, ed. por H. J. Zimmels, J. Rabbinowitz e I. Finestein, Londres, The Soncino Press Limited, pp. 381-397.

[33] Pub. in *Journal of the Royal Asiatic Society of Great Britan & Ireland*, n.º 2, pp. 228-252.

[34] Indicado na contracapa da sua obra já citada.

[35] *Vide* referência completa *supra*, nota 8.

outros autores, cruzando dados provenientes dos «campos» histórico, sociológico, antropológico e linguístico. Aliás, verifica-se nesta obra que Segal está a par dos mais recentes trabalhos sobre o assunto, como os de P. M. Jussay e de Barbara Cottle Johnson, e que o seu objectivo não é realçar aspectos positivos ou negativos da história dos judeus de Cochim, mas estabelecer um retrato lúcido e equilibrado – porque inserido no devido contexto – da complexa vivência dos judeus de Cochim.

A par dos eruditos surgiram os investigadores no terreno. Ainda em 1930, o orientalista francês Sylvan Lévi (1863-1935), professor de sânscrito no Collège de France e director do Institut des Études Indiens na Sorbonne [36], escreveria o artigo «Quelques documents nouveaux sur les juifs du Sud de l'Inde», em que dá notícia quer da tradução das Tábuas de Cobre outorgadas a Joseph Rabban, quer da inscrição tumular de Chenammangalam, datada de 1269 da Era Cristã [37]. Contudo, embora o autor se interesse pelos vestígios apurados *in loco*, revela ainda a visão do homem de gabinete, que não interroga no terreno.

Devem-se na realidade ao norte-americano David Goodman Mandelbaum, nascido em Chicago em 1911, os primeiros passos no tema, na área da Antropologia Aplicada. É o resultado das próprias perspectivas do autor e das funções que exerceu, pois Mandelbaum foi professor em Berkeley, na Universidade da Califórnia, e director dos recursos educacionais para os projectos antropológicos (1959-1961), sendo as suas maiores áreas de interesse a Etnologia do sudeste asiático e do sul da Índia, a Antropologia Teórica e a Antropologia Aplicada. A sua obra maior sobre a sociedade indiana intitula-se *Society in India*, e está dividida em dois volumes, designados *Continuity and Change* e *Change and Continuity*, datados de 1970 [38]. Neles tenta revelar os padrões regulares que estão subjacentes às relações sociais na Índia, assim como as grandes variações verificadas ao nível regional. E é precisamente no volume II, consagrado ao estudo da mudança social, que existe uma referência aos judeus inserida no capítulo VII, designado «Mudança Recorrente através dos movimentos religiosos e tribais». E é aqui que Mandelbaum leva ao extremo a aplicação de terminologia de definição da sociedade indiana para caracterizar os grupos judaicos, salientando desta forma que eles se comportavam como organizações sociais «internas». Independentemente de certa ousadia na aplicação dessa terminologia, pois não tem em conta que dois dos «jatis» ali mencionados – o dos Bene Israel ou judeus do Concão – viviam numa região muito distante e de parcas relações com as outras comunidades de judeus do Kerala, as suas considerações resultam de observações empreendidas *in loco*, desde os anos 30 do

---

[36] Cf. artigo «Lévi, Sylvain», de Lucien LAZARE, in *Encyclopaedia Judaica*, vol. 11, 1971, pp. 87-88.

[37] T. LXXXIX, n.os 177-178, pp. 26-32.

[38] Berkeley–Los Angeles, University of California Press, 1970.

século XX, e da constatação de que era necessário enquadrar em termos de contexto local, a análise das relações sociais entre os diferentes grupos judaicos.

O seu artigo «The Jewish Way of Life in Cochin», de 1939, é o primeiro resultado da análise, no local, da antiga estratificação social existente entre os judeus de Cochim, das relações que entre si mantinham e das suas actividades económicas. Mandelbaum faz ainda referência à luta mantida pelos «meshushrarim» («libertos») para obtenção da igualdade de direitos [39]. Contudo, o autor nunca conseguiu solucionar o problema da aplicação dos conceitos usuais para caracterizar a sociedade indiana, nos seus estudos sobre os judeus do Malabar. Num artigo editado por Harjinder Singh, em 1977, e designado «Caste and community among the Jews of Cochin in India and Israel», Mandelbaum especificaria que os judeus de Cochim se dividiam em diferentes grupos, os quais eram semelhantes aos grupos das castas – «like caste groups». Aliás, na sequência do seu artigo, chegou a designar o grupo dos «meshushrarim» como uma «terceira casta», e a considerar que, pelo menos desde a grande afluência de judeus no dealbar do século XVI, os hebreus cochinitas acomodaram-se ao sistema indiano das castas, com as suas regras rígidas contra o casamento e outros laços sociais, entre os diferentes «jatis». Portanto, Mandelbaum utilizou indiscriminadamente as palavras casta e «jati», para caracterizar a sociedade judaica de Cochim [40].

Para Mandelbaum, os «topus» que implicam a inclusão dos judeus de Cochim no sistema de castas são a endogamia dos seus diversos grupos, e os preconceitos respeitantes à relação entre pigmentação da pele e pureza da origem. Contudo, embora destaque a insistência dos judeus «malabares» em salientar a ancestralidade e a pureza das suas raízes no Kerala, ao pronunciar-se sobretudo acerca dos não-«paradesis» que viviam em Cochim, e ao dar relevo à inferioridade social e de direitos do terceiro «jati» – o dos «meshushrarim» («libertos») dos judeus «paradesis» – continuava a vincar a ideia que o sistema de castas como sistema hierárquico perpassava as comunidades judaicas e, mais importante ainda, deslocava para os judeus «malabares», por omissão, a imagem de inferioridade que derivava da sua análise sobre o quotidiano dos «libertos» [41].

Na verdade, sob a hermenêutica do sociólogo que começou o seu «trabalho de campo» nos anos 30 do nosso século, e não obstante a pretensão de análise das comunidades judaicas da Índia no contexto social local, aflora uma visão do mundo cujas raízes detectamos na obra de Mosseh Pereyra de

---

[39] In *Jewish Social Studies*, vol. I, n.º 4, pp. 422-460.

[40] In *Caste Among Non-Hindus in India*, Nova Deli, National Publishing House, pp. 107-139.

[41] *Vide* o artigo pioneiro já referido, «The Jewish Way of Life in Cochin», in *Jewish Social Studies*, vol. I, n.º 4, 1939, pp. 433-460; e *idem*, «Social Stratification among the Jews of Cochin in India and Israel», in *Jews in India*, ed. por Thomas A. TIMBERG, Nova Deli, Vikas Publishing House, 1986, pp. 61-120.

Paiva, com os cambiantes que o tempo, as alterações da identidade social, e os objectivos dos autores, acabaram por promover. A abordagem no terreno e a aplicação de conceitos continuaram a cingir-se à mensagem possível: aquela transmitida pelos judeus «brancos», ainda mais influentes e que falavam inglês com fluidez. Aliás, foi Barbara Cottle Johnson que induziu a esta perspectiva, ao salientar em nota, no seu artigo «The Emperor's Welcome: Reconsideration of an Origin Theme in Cochin Jewish Folklore»:

> «Para uma discussão sobre as divisões semelhantes a castas na comunidade [dos judeus de Cochim], a fonte mais compreensiva e documentada é [a obra de] David Mandelbaum, mas um tanto orientada para uma perspectiva paradesi.» [42]

É evidente que a dimensão destas «falhas» no trabalho de terreno, dificultou a sua análise conceptual das separações e relações entre os grupos de judeus cochinitas, facto bem palpável, como vimos, na utilização indiscriminada e imprecisa dos termos «casta» e «jati», e na associação artificial de comunidades distantes no terreno.

Schifra Strizower, especialista dos Bene Israel («Shanuar Teli», «Lagareiros do Sábado» ou judeus do Concão), embora os considere uma casta – porque é assim que eles se referem a si próprios – dividida em duas «unidades» endogâmicas – os «Gora» ou Bene Israel «brancos», e os «Kala» ou Bene Israel «pretos» [43] – considera que os judeus cochinitas se dividiam apenas em vários grupos endogâmicos [44]. Contudo, Strizower não foi uma investigadora «de terreno» no que respeita aos judeus do Kerala. Temos que esperar por estudos mais recentes – mas «no terreno» – para aplainar as vertentes de uma perspectiva que chega até Moisch Pereyra de Paiva. E tal porque os autores desses estudos «mais recentes» tentaram abarcar o maior número de dados possível, recorrendo a níveis de informação até aí não contemplados, porque detidos por grupos não privilegiados social e culturalmente. Estamos a falar do recurso aos textos e à memória oral dos judeus «malabares», e às obras daqueles que foram seus apologistas.

Uma das críticas mais lúcidas sobre a conceptualização de Mandelbaum e de Strizower pertence a Barbara Cottle Johnson, professora de Antropologia no Ithaca College, Estado de Nova Iorque. Na sua tese de doutora-

---

[42] A autora está a referir-se ao estudo de David MANDELBAUM intitulado «Social Stratification among the Jews of Cochin, in India and Israel», in *Jewish Journal of Sociology*, vol. 27, n.º 2, 1975, pp. 165-210, reproduzido in *Jews in India*, ed. por Thomas A. TIMBERG, 1986, pp. 61-120. Citação do artigo de Barbara Cottle JOHNSON, *idem*, p. 173, nota 1 (tradução do inglês da minha autoria).

[43] Cf. «Jews as an Indian Caste», in *Jewish Journal of Sociology*, vol. I, 1959, sobretudo pp. 43-45.

[44] Cf. «Jews as an Indian Caste», in *Jewish Journal of Sociology*, vol. I, 1959, p. 43; e «The Bene Israel and the Jewish People», in *Salo Wittmayer Baron Jubilee Volume*, vol. II – «English Section» – 1974, p. 860.

mento designada «Our Community in Two Worlds: The Cochin Paradesi Jews in India and Israel», chamou a atenção que, quer Mandelbaum quer Strizower, utilizaram o termo casta indistintamente, no sentido de grupo e de divisão interna entre os diferentes grupos de judeus; e é da opinião que a palavra deve ser utilizada, quanto muito, apenas no primeiro sentido. Isto porque parte da premissa que os judeus de Cochim não usam essa palavra em termos de auto-definição, mas apenas para designarem os outros grupos sociais. Por outro lado, na medida em que eles falam de si como comunidade («a nossa comunidade»), Barbara Cottle Johnson opina que se deve precisar o estudo dos judeus de Cochim mais em termos de «comunidade» do que de «casta». É assim que escreve a autora:

> «Tendo decidido focar este estudo em termos de comunidade, não tenho necessidade de usar outra terminologia antropológica na minha análise. Alguns destes termos não fazem parte da auto-definição dos judeus de Cochim, e parecem ser muito estranhos para eles.» [45]

Na realidade, a sua análise do caso dos judeus «paradesis» como estudo de «comunidade» foi precisado em Israel em termos de «NamoDe KambooLam», ou seja, «a nossa comunidade» em judeo-malaiala coloquial [46].

Desde 1975 que Barbara Johnson marcaria de forma inovadora os estudos dos judeus de Cochim com a sua tese de mestrado incidindo propositadamente sobre o universo cultural dos judeus «paradesis», intitulada *Shingly or Jewish Cranganor in the Tradition of the Cochin Jews of India, with an appendix on the Cochin Jewish Chronicles*, submetida no «Department of Religion» do Smith College. Trata-se de uma recolha sistemática de textos de produção interna ou que a veiculam, e de informação obtida sobretudo através de cancioneiros, que resultam no estudo das tradições das origens dos judeus «brancos» ou «paradesis». O rigor e quase exaustão na procura e no relacionamento dos dados, assim como a diversidade de abordagens, fazem desta tese – infelizmente não publicada – uma obra-prima, quer pela diversidade do material apresentado, quer pelas perspectivas de uma análise comparativa que chega, de facto, a grupos sociais circundantes. Foi o grande início de uma carreira que, embora não muito prolixa em termos de obras publicadas, apresenta objectivos e resultados surpreendentes, sempre baseados num elevado rigor de análise.

Após a defesa da tese de mestrado, Barbara Johnson mudou-se de «armas e bagagens» para Israel, com o objectivo de continuar a análise dos mecanismos de preservação da tradição entre os judeus cochinitas, num

---

[45] Dissertação apresentada na Graduate School of the University of Massachusetts, para obtenção do grau de doctor of Philosophy, 1985, p. 19 (tradução do inglês da minha autoria).

[46] Cf. «"For Any Good Occasion We Call Them": Community Parties and Cultural Continuity among the Cochin Paradesi Jews of Israel», in *Studies of Indian Jewish Identity*, ed. por Nathan Katz, Nova Deli, Manohar, 1995, pp. 53-82.

contexto bastante diferente. Já vimos que em 1985 defendeu na sua tese de doutoramento que os judeus de Cochim deviam ser considerados em termos de «comunidade» e não de «casta». Foi esta perspectiva que lhe permitiu a redacção de três peças fulgurantes (uma em parceria), sobre os mecanismos de preservação da tradição e da identidade entre os judeus «paradesis». São eles os artigos «The Emperor's Welcome: Reconsideration of an Origin Theme in Cochin Jewish Folklore», de 1986 [47], em que a autora evidencia como uma forma de integração destes judeus na sociedade malabar foi a adopção de práticas e símbolos das castas superiores vizinhas [48]; o artigo «For Any Good Occasion We Call Them»: Community Parties and Cultural Continuity among the Cochin Paradesi Jews of Israel», de 1995 [49], em que, baseada numa actualíssima bibliografia de suporte e numa arguta atitude de observação das festividades celebradas pelos judeus «paradesis» em Israel, analisa os mecanismos de preservação da sua identidade cultural neste país, e de ligação ao antigo mundo de Cochim; e enfim, também em 1995, eis a publicação, juntamente com a anciã Ruby Daniel, de *Ruby of Cochin. An Indian Jewish Woman Remembers* [50] – uma obra-prima de divulgação das memórias daquela judia sobre o passado cochinita, acompanhada por um aparato crítico e bibliográfico surpreendentes, assim como de extractos de um cancioneiro de valor informativo relevante. É nesta obra que Barbara Johnson assume, na prática, as perspectivas teóricas enunciadas na sua tese de doutoramento, integrando-se na comunidade, dando voz a uma mulher sábia, comentando e «arranjando» o texto sem interferir na sua mensagem nem nos seus conceitos sobre a sociedade judaica. A elucidação é conseguida pela exposição da mensagem da «testemunha».

Um dos aliciantes desta obra colectiva é a publicação de canções, traduzidas do malaiala, acompanhadas de uma elucidação contextualizante. De facto, a exploração do cancioneiro dos judeus, em malaiala, permitiu que vários autores obtivessem um conjunto de informações fundamentais, quer sobre o percurso histórico dos judeus «malabares», quer sobre a construção da identidade dos judeus «paradesis».

Na verdade, embora já em 1947 o judeu «paradesi» A. I. Simon tivesse redigido o seu opúsculo *The Songs of the Jews of Cochin and Their Historical Significance*, onde publicaria, em malaiala, algumas dessas canções, sem as traduzir directamente (apresentando apenas pequenos resumos do seu conteúdo) [51], foi apenas em tempos mais recentes que a equipa constituída por Barbara Johnson, Shirley Berry Isenberg e P. M. Jussay enveredou por um trabalho mais sistemático de tradução, apresentação, interpretação e preservação do mesmo cancioneiro. O interesse pelo cancioneiro deve-se ao

---

[47] Pub. in *Jews in India*, ed. por Thomas A. Timberg, pp. 161-176.
[48] *Idem*, p. 172.
[49] In *Studies of Indian Jewish Identity*, ed. por Nathan Katz, pp. 53-82.
[50] Publicado em Filadélfia e Jerusalém, por The Jewish Publication Society.
[51] Publicado em Cochim, pela Pangal Press.

trabalho de ambas as autoras sobre as origens dos judeus na Índia. Barbara Johnson necessitava de informações contidas nessas fontes para compulsar dados acerca da origem dos judeus do Kerala; e Shirley Berry Isenberg pretendia também averiguar se havia nessas canções mais informações sobre as origens dos judeus da Índia, visto que tivera acesso a uma narrativa – o *Maggig Hadashot* (o «Narrador das Novidades») – que fabricava momentos de história comum entre duas comunidades distantes no espaço – os judeus do Kerala e os Bene Israel do Concão [52]. Foi então que contactaram P. M. Jussay, professor aposentado de Literatura e antigo chefe do Department of Humanities no Calicut Regional Engineering College, University of Calicut – um amigo dos homens da Jew Town e um óptimo conhecedor das tradições dos judeus do Kerala – para que fosse empreendido um trabalho razoável de colecção e tradução. Foram assim recolhidos 22 livros dessas canções pertencentes a particulares – 14 dos quais por Shirley Berry Isenberg, 7 por Barbara Johnson e 1 por P. M. Jussay – num total de cerca de 800 canções. As réplicas dessas canções foram depositadas nos Phonoteque Archives, da Israel National and Hebrew Universitary Library, em Jerusalém. A tradução e exploração comentada das mais significativas foram apresentadas por Barbara Johnson e por P. M. Jussay, numa série de artigos de finais da década de 80 e da década seguinte [53], em que dão conhecimento das outras informações sobre a história dos judeus do Kerala («malabares» e «paradesis»). Trata-se de versões até aí desconhecidas ou preteridas, porque escritas e faladas em malaiala.

O resultado do empenho destes três autores teve repercussões fundamentais numa posição crítica sobre a informação detida e transmitida pelos judeus «brancos» ou «paradesis»: permitiu apresentar novas perspectivas acerca do complexo problema das origens e evolução social dos judeus do Kerala; esclarecer sobre os motivos que levaram à estratificação social dentro da sociedade judaica; e dimensionar o complexo jogo de «fabricação» de uma identidade superior, por parte dos detentores da memória oficial. De salientar, contudo, que na sua produção, P. M. Jussay está mais interessado em utilizar as canções como documentos que permitem descodificar o passado preterido dos judeus «malabares» e reconstituir a vivência dos judeus cochinitas, em geral, nomeadamente em Cranganor [54]; ao passo que

---

[52] Cf. a sua obra *India's Bene Israel: A Comprehensive Inquiry and Sourcebook*, Bombaim, Berkeley Judah L. Magnes Museum, 1988.

[53] Cf. os artigos de Johnson já citados, a sua tese de mestrado e a obra elaborada juntamente com Ruby Daniel.

[54] Cf. além dos estudos já citados *supra*, a nota imediatamente anterior, «Caste divisions among the Jews of Kerala», in *Proceedings of the Indian History Congress*, 52th session, pub. por K. M. SHRINALI, Nova Deli, Amrit Printing Works, section III, b) Socio-Economic and Cultural History, 1992, pp. 756-761; e «A Jewish Settlement in Medieval Kerala», in *Indian History Congress*, 57th session, Madras University, section III – Medieval India, b) Socio-Economic India, 1996.

Barbara Johnson – como se verifica por comunicações mais recentes – continuou com a sua pretensão antropológica de exploração temática do cancioneiro apurado, assim como de vincar o excepcional papel da mulher culta cochinita como receptora e divulgadora desse material, através dos seus livros de canções [55].

Ainda no domínio das canções – mas desta vez litúrgicas – são indispensáveis os estudos de Johanna Spector [56] e de Israel Ross [57].

Relativamente à questão patrimonial devem consultar-se alguns estudos de P. M. Jussay, nomeadamente no que respeita ao cerimonial de casamento [58].

Ainda no que respeita aos costumes de casamento, Mishael Maswari Caspi publicou, em 1981, o seu artigo «Wedding Customs of The Jews of Cochin according to the Book of Poems and the Songs of Praise» [59]. Mas também não podem ser olvidados os parcos estudos específicos sobre o património construído: o de Naphtali Bar-Giora, de 1958, designado «A Note on the History of the Synagogues in Cochin» [60]; o de Iris Fishof, de 1995, especificamente sobre o processo de desmantelamento, transporte e reconstrução (em Jerusalém) da sinagoga Kadavumbagham de Mattancherry (Cochim), e designado «Moving the Cochin Synagogue from India to the Israel Museum: A Curator's Perspective» [61]; e, embora também centrado nessa sinagoga, o ensaio sobre a evolução da edificação das sinagogas em Cochim e Ernakulam, da autoria de José Alberto Rodrigues da Silva Tavim, intitulado «Uma presença portuguesa em torno da «sinagoga nova» de Cochim», de 1997 [62]. Ainda neste domínio do património, embora se trate do Catálogo que acom-

---

[55] Cf. «"They Carry Their Notebooks with Them": Women's Vernacular Jewish Songs from Cochin, South India», tradução hebraica em *Pe'amim: Studies in Oriental Jewry*, n.º 82, Primavera de 2000, pp. 64-80. Agradeço encarecidamente à professora Barbara Cottle Johnson a transmissão pessoal desta versão inglesa do seu estudo.

[56] *Vide* o seu estudo referido *supra*, nota 14, e ainda «The Jewish Songs from Cochin, India, with special reference to cantillation and Shingli tunes», in *Proceedings of the Fifth World Conference of Jewish Studies*, Jerusalém, vol. IV, 1969, pp. 245-265; *idem*, «Shingli Tunes of the Cochin Jews», in *Asian Music*, vol. 3, n.º 2, 1972, pp. 23-28; e «Yemenite and Babylonian Elements in the Musical Heritage of the Jews of Cochin, India», in *Journal of the American Society for Jewish Music*, vol. 7, n.º 1, 5745/1985, pp. 1-22.

[57] Cf. *Cultural Stability and Change in a Minority Group: A Study of Liturgical and Folk Songs of the Jews of Cochin*, PhD. dissertation, Nova Iorque, Jewish Teological Seminary, 1977; e ainda «Cross-Cultural Dynamics in Musical Tradition: The Music of the Jews of Cochin», in *Musica Judaica*, vol. 2, n.º 1, 5738/1977-1978, pp. 55-72.

[58] Consulte-se, se possível, o seu estudo inédito *The Jews of India*.

[59] In *Jewish Tradition in the Diaspora: Studies in Memory of Professor Walter J. Fischel*, 1981, pp. 231-238.

[60] In *Sefunot*, vol. II, pp. 214-245 – texto em hebraico – e pp. 13-14 – síntese em inglês.

[61] In *The Israel Museum Journal*, vol. XIII, pp. 19-28.

[62] Pub. in *Oceanos. Diáspora e Expansão. Os Judeus e os Descobrimentos Portugueses*, n.º 29, Janeiro/Março, pp. 108-117. Versão francesa com o título «Une présence portugaise autour de la "nouvelle synagogue" de Cochin» (sem iconografia), in *Les juifs portugais. Exil, héritage, perspective, 1496-1996*, ed. de Aldina da SILVA, André MYRE e Tereza PINTO, Montreal, Médiaspul, pp. 67-81.

panhava a exposição, *The Jews of India. A Story of Three Communities*, em exibição no Israel Museum, de Jerusalém, em 1995, leia-se aí a excelente síntese de Barbara C. Johnson, intitulada «The Cochin Jews of Kerala» [63], e as entradas específicas da editora Orpa Slapak, no que respeita ao grupo cochinita, quer sobre costumes e cerimónias, quer sobre as áreas da cultura mais material, como as sinagogas e os objectos cerimoniais, os objectos rituais em casa, o vestuário, as «kettuboth» (contratos de casamento), etc. – todos eles ilustrados por uma recolha iconográfica empolgante.

A par de autores como Johnson e Jussay surgiu, ao longo da década de 90, o empenho multifacetado do casal Nathan Katz – professor de «Religious Studies» na Florida International University, em Miami – e Ellen S. Goldberg, jornalista do Jewish Press of Tampa. Nathan Katz possui extensa bibliografia sobre os judeus do Oriente, especialmente da Birmânia, mas foi sobretudo o carácter peculiar da história e dos rituais dos judeus cochinitas a «matéria oriental» que mais lhe interessou, com quatro escritos específicos sobre o assunto e um de comparação com a comunidade extinta de Kaifeng, na China [64]. Nathan Katz é também o autor de uma das mais extensas e exaustivas bibliografias sobre os judeus de Cochim e da Índia, em geral: «An Annotated Bibliography about the Indian Jewry», publicado no *Kol Bina*, n.º 1, em Junho de 1995 [65].

Foram certamente os seus estudos sobre o Budismo que o levaram a interessar-se pelo carácter ascético, mas sobretudo «indiano», da vivência dos judeus «paradesis» de Cochim. Ninguém foi mais longe que Nathan Katz nessa procura de uma «especificidade indiana» do viver dos judeus cochinitas, no estudo do contexto da sua vivência ao longo dos séculos, mormente das influências da sociedade hindu circundante. Foi sobretudo no seu livro *The Last Jews of Cochin: Jewish Identity in Hindu India*, de 1993, que Katz, juntamente com sua esposa Ellen, enveredou pela compilação de uma vasta gama de notícias sobre a história e os rituais dos judeus cochinitas, reunindo na segunda parte do mesmo informações provenientes das suas observações «in loco», e outras oriundas da referida compilação e de mais bibliografia. Nathan Katz teve também o mérito de reunir esforços para juntar especialistas da área, de origem e idades diferentes, na sua colectânea *Studies of Indian Jewish Identity*, de 1995.

---

[63] Pp. 27-35.

[64] Cf. Nathan KATZ, «The Judaism of Kaifeng and Cochin: parallel and divergent styles of religious acculturation», in *Numen*, vol. 42, 1995, pp. 118-140; e, juntamente com Ellen S. GOLDBERG, «Passover in Cochin», in *Southeast Council Association for Asian Studies*, Annals 10, 1989, pp. 93-113; «The Ritual Enactments of the Cochin Jews: The Powers of Purity and Nobility», in *Journal of Ritual Studies*, vol. 4, n.º 2, 1990, pp. 199-238; «The Sephardi Diaspora in Cochin, India», in *Jewish Political Studies Review*, vol. V, n.os 3-4, 1993, pp. 97-140; e «The Ritual Enactements of Indian-Jewish Identity of the Cochin Jews», in *Studies of Indian Jewish Identity*, ed. por Nathan KATZ, 1995, pp. 15-51.

[65] Pp. 6-33.

Entre esses especialistas destaque-se Margareth Abraham, professora de Sociologia na Hofstra University, em Hempstead, Estado de Nova Iorque, que estudou os fenómenos de desintegração e de marginalização dos grupos judaicos indianos, em conjunturas actuais. Em 1989, Margareth Abraham defendeu a sua tese de doutoramento em Sociologia, na Graduate School da Syracuse University, no Estado de Nova Iorque, intitulada *Ethnic Identity and Marginality: A Study of the Jews of India*. Interessa-nos sobretudo no seu estudo a análise das componentes económica e social em torno dos grupos de judeus: a explicação para o fenómeno da marginalização dos judeus «brancos» de Cochim porque, tal como os «nambudiris» («jati» superior dos brâmanes) e os naires, ou seja, as castas privilegiadas, foram incapazes de se ajustarem económica e politicamente no período final da governação britânica e no post-colonial; e as suas considerações que os judeus («paradesis») acreditam que nunca foram considerados uma casta mas um grupo religioso que usufrui de privilégios atribuídos às castas altas. Como escreve a autora:

> «Não obstante estas diferenças [entre «paradesis», «malabares» e «meshushrarim»], estes três grupos retêm de comum a designação de judeus, e baseados neste critério sustentam os seus limites face à maior parte da popula-ção.» [66]

Estes temas foram depois sistematizados em artigos posteriores: «Ethnic Identity and Marginality Among Indian Jews in Contemporary India», de 1991 [67]; «The Normative and the Factual: An Analisys of Emigration Factors among the Jews of India», do mesmo ano [68]; e «Marginality and Community Identity Desintegration among the Jews of India», de 1995 [69].

Para um conhecimento da preservação da especificidade cochinita em Israel é também essencial a leitura da tese de doutoramento de Stuart B. Moskovitz, intitulada *The Cochini transformed: emerging ethnic identity among South Indian Jews in Israel*, apresentada em 1986, na School of Arts and Sciences da Catholic University of America, em Washington D.C.

Fundamental para conhecer os diferentes padrões culturais e de memória histórica mantidos pelos judeus «paradesis» e «malabares» em Israel, e os motivos dessa diferenciação, são os estudos de Marcia Soshana Walerstein. Fruto de um exaustivo trabalho de pesquisa *in loco*, sobre as tradições perpetuadas por estes judeus em Israel, e das investigações empíricas enveredadas por outros antropólogos já mencionados, é a sua tese de doutoramento em Folclore e Estudos Judaicos, apresentada na Universidade da Califórnia, em Los Angeles, e intitulada *Public Rituals Among the Jews from Cochin, India, in Israel: Expressions of Ethnic Identity*, em 1987, e ainda

---

[66] Cit., pp. 83-84 (tradução do inglês da minha autoria).
[67] In *Ethnic Groups*, vol. 9, n.º 1, pp. 35-60.
[68] In *Jewish Journal of Sociology*, vol. XXXIII, n.º 1, pp. 5-19.
[69] Pub. in *Studies of Indian Jewish Identity*, ed. por Nathan KATZ, pp. 175-199.

o artigo «The Cochin Jewish Wedding of the Malabar Community in India and Israel. Change in Custom, Symbol and Meaning», de 1982 [70].

Embora o seu maior interesse sejam os Bene Israel, a antropóloga Shalva Weil, professora na School of Education da Hebrew University, de Jerusalém, publicou em 1968 um interessante e bem documentado artigo sobre as similitudes sócio-culturais entre os judeus de Cochim e os cristãos de Tomás Cana ou Sulistas (Tekkumbagham), designado «Symmetry between Christians and Jews in India. The Cnanite Christians and the Cochin Jews of Kerala» [71]. Shalva Weil editou ainda *MiCochin. From Cochin to the Land of Israel*, na cidade de Jerusalém, em 1984 (em hebraico) [72].

Arthur M. Lesley escreveria também para o *Journal of Indo-Judaic Studies*, vol. 3, Abril de 2000, o artigo «Shingly in Cochin Jewish Memory and in Eyewitness Accounts» [73].

Devemos destacar ainda os estudos de alguns autores que, embora não sejam especialistas do assunto, apresentam reflexões e informações – algumas fruto da sua visita *in loco* – de interesse assinalável.

Um desses autores é Ludwik Sternbach, que já no «longínquo» ano de 1945 escreveu o artigo «Jews in Medieval India as mentioned by Western Travellers» [74]. Neste estudo, Sternbach, baseado num impressionante número de documentos, tentou chegar a conclusões sobre os locais efectivamente habitados pelos judeus na Índia durante o período medieval, nomeadamente no que respeita ao Malabar. Outros autores a destacar são H. H. Smythe e T. Gershony, que em 1956-1957 escreveram para a revista *Sociology and Social Research* um artigo intitulado «Jewish Casts of Cochin, India» [75] – ele próprio um documento exemplificativo de um período em que os sociólogos usavam sem problemas a designação casta para caracterizar a estratificação dos judeus cochinitas. Ainda no domínio do estudo dos judeus de Cochim, como incluídos na sociedade de castas, deve ler-se o artigo de Robert S. Newman, «Caste and the Indian Jews», de 1975, mais rico em informações comprovantes e possuindo dois interessantes e elucidativos esquemas em apêndice [76].

Após a incursão de Pedro d'Azevedo, em 1910 [77], Charles Boxer foi dos primeiros, em tempos mais próximos – 1956 – a divulgar o caso do cronista

---

[70] Pub. in *The Sepharadi and Oriental Jewish Heritage: Studies*, ed. por Issachar Ben-Ami, Jerusalém, The Magnes Press – The Hebrew University, pp. 529-550; e reed. in *Jews in India*, ed. por Thomas A. Timberg, 1986, pp. 248-270.

[71] Pub. in *Jews in India*, ed. por Thomas A. Timberg, 1986, pp. 177-204.

[72] Editado por Kumu Berina.

[73] Pp. 7-21.

[74] Pub. in *The Proceedings of the Indian History Congress*, 9.ª secção, Allahabad, The General Secretary, Indian History Congress, 1945, pp. 169-196.

[75] Vol. 41, pp. 108-111.

[76] Pub. in *The Easthern Anthropologist*, vol. 28, n.º 3, Julho-Setembro, pp. 195-213.

[77] Em «O Bocarro Francês e os judeus de Cochim e de Hamburgo», in *Archivo Historico Portuguez*, vol. viii, fasc. 1, Janeiro, pp. 15-20, e fasc. 2, Fevereiro, pp. 185-197.

português António Bocarro, que tentou integrar-se na comunidade dos judeus de Cochim, em 1622 [78].

Um apaixonado pelo Islão Medieval Indiano – André Wink [79], do Institut Kern, Universidade de Leïden – também não deixou de tecer hipóteses sobre a origem dos judeus que operavam no Malabar no período medieval, no seu artigo de 1987, «The Jewish diaspora in India: eigth to thirteenth centuries» [80].

Entre as impressões de viagem, em termos recentes, que revelam dados fundamentais sobre a comunidade destaquem-se, além dos primeiros artigos de David Mandelbaum, a obra indispensável do rabi sul-africano Louis Rabinowitz, *The Far East Mission*, impressa em Joanesburgo, no ano de 1952 [81], contendo informações fundamentais sobre as relações dentro da comunidade e com outras comunidades; e o testemunho de Aaron Greenbaum, designado «The Cochin Jewish Community: Impressions from a Mission to India, 1966», e publicado quatro anos mais tarde [82], com observações e precisões preciosas, como uma leitura mais realística da data em hebraico da reconstrução da sinagoga de Parur (1568 e não 1616) [83].

No campo historiográfico, os portugueses Ana Cannas da Cunha e José Alberto Rodrigues da Silva Tavim, baseados em documentação arquivística, publicada e inédita – neste último caso, mormente em processos da Inquisição de Lisboa –, elaboraram vários estudos que revelam aspectos inéditos da presença dos judeus e cristãos-novos de Cochim (área hindu e cidade portuguesa), no século XVI e até meados do século seguinte.

Ana Cannas da Cunha foi a primeira nesta área, no sentido de uma investigação sólida e criteriosa. Embora a sua tese de mestrado incidisse sobre uma perspectiva mais global, no contexto de uma matriz de estudos diferente – *A Inquisição no Estado da Índia. Origens (1539-1560* [84] –, Ana Cannas da Cunha não deixou de traçar um amplo quadro da vida social, económica e religiosa dos cristãos-novos e judeus de Cochim, considerados réus – os

---

[78] Cf. «António Bocarro and the "Livro do Estado da Índia Oriental" – a bibliographical note», in *Garcia da Orta*, n.º especial, pp. 213-218. Reeditado in *Portuguese Conquest in Southen Asia, 1500-1750*, Londres, Variorum Reprints, 1985, n.º X.

[79] Leia-se o clássico *Al-Hind: The Making of the Indo-Islamic World*, vol. I – *Early Medieval India and the Expansion of Islam, 7th-11th Centuries* – Deli, Oxford University Press, 1994.

[80] Pub. in *The Indian Economic and Social History Review*, vol. XXIV, n.º 4, pp. 349-366.

[81] Editada pela Eagle Press Limited.

[82] In *Midrashia. A Journal Devoted to Halacha, Jewish Tought & Education*, Primavera de 1970, pp. 82-94.

[83] Sobre a maior veracidade da leitura de Greenbaum, pois tem concordância com a informação portuguesa contemporânea que alude à destruição daquela sinagoga, naquele período, vide José Alberto Rodrigues da Silva TAVIM, *Judeus e cristãos-novos de Cochim. História e Memória (1500-1662)*, dissertação de doutoramento em Estudos Portugueses, apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2001, pp. 392-394.

[84] Tese defendida na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, no âmbito do mestrado em História Moderna de Portugal, foi editada em Lisboa, pelos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo – Divisão de Publicações, em 1995, com prefácio de Jorge Borges de Macedo.

primeiros – e coniventes – os segundos – no contexto da política religiosa que levou à introdução do tribunal do Santo Ofício no Estado da Índia. O estudo apresenta ainda um Apêndice Documental com informação de alto teor informativo, mormente sobre o comportamento religioso de ambos os grupos.

Esta investigação seria retomada e alargada como objecto de estudo, em 1994, por José Alberto Rodrigues da Silva Tavim. Data precisamente desse ano o seu artigo inaugural nesta área, intitulado «Os judeus e a Expansão Portuguesa na Índia durante o século XVI. O exemplo de Isaac do Cairo: espião, «língua» e «judeu de Cochim de Cima»» [85]. Trata-se, como indica o título, de uma biografia contextualizada de uma das mais importantes personalidades da comunidade dos judeus sefarditas da Cochim hindu, de meados do século XVI, e que possui uma «longa folha de serviços» em prol do Estado Português da Índia, devido às viagens informativas que realizou pelo Médio Oriente, até Lisboa. O estudo vem acompanhado de um Apêndice Documental, que revela aspectos inéditos da vivência religiosa entre os judeus e os cristãos-novos de Cochim. No ano seguinte empreenderia uma investigação similar, mas desta vez incidindo sobre uma personalidade grada do grupo dos cristãos-novos da cidade portuguesa de Santa Cruz de Cochim – Jácome de Olivares –, no seu artigo «From Setúbal to the Sublime Porte: The Wanderings of Jácome de Olivares, New Christian and Merchant of Cochin (1540-1571)» [86]. Como foi referido acima [87], em 1997 publicou um estudo ilustrado sobre a evolução da construção das sinagogas em Cochim, no qual, baseado em documentação inédita, demonstrou que a «sinagoga nova» referida nos processos inquisitoriais é aquela posteriormente designada «Kadavumbagham» («da Margem»), e ocupada pelos judeus «malabares». No ano seguinte empreendeu um estudo de síntese sobre as estreitas relações entre judeus e cristãos-novos de Cochim, mesmo ao nível do «tecer» de redes comerciais privadas no contexto do Império Português, no artigo «Outras gentes em outras rotas: judeus e cristãos-novos de Cochim – entre Santa Cruz de Cochim e Mattancherry, entre o Império Português e o Médio Oriente» [88]. Em 1999 seria publicado o seu artigo «Judeus de Cochim: os primeiros contactos» [89], no qual, baseado em documentação inédita do Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, dos anos 1516-1517 e

---

[85] Pub. in *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, vol. XXXIII, pp. 137-260.

[86] Pub. in *Santa Barbara Portuguese Studies* – vol. II – *Special Issue. The Portuguese and the Pacific II* – ed. de Sanjay SUBRAHMANYAM e Kenneth MCPHERSON, pp. 94-134. Reedição com a mesma paginação, em 1998, na obra colectiva *Sinners and Saints. The Sucessors of Vasco da Gama*, edição de Sanjay SUBRAHMANYAM, Deli, Oxford University Press.

[87] *Vide supra*, nota 62.

[88] In *A Carreira da Índia e As Rotas dos Estreitos: Actas do VIII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, ed. dirigida por Artur Teodoro de MATOS e Luís Filipe F. Reis THOMAZ, Angra do Heroísmo, pp. 309-342.

[89] Pub. in *Vasco da Gama e a Índia. Conferência Internacional*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, vol. II – História Social e Económica – pp. 155-163.

1530-1531, revelou que nesta primeira metade do século XVI houve um ciclo de cordialidade nas relações entre judeus e portugueses de Santa Cruz, funcionando aqueles como um dos grupos que abasteciam estes de artigos necessários para a sua estadia e navegação. Ainda neste ano publicaria outra síntese sobre as relações entre cristãos-novos e judeus, na qual está já patente a interrogação sobre o motivo que levou a que fosse mantido na sombra – em termos de Memória Histórica local (e científica) – o período em que portugueses e judeus mantinham contactos profícuos no plano social e, sobretudo, das actividades económicas. Trata-se do seu estudo designado «Uma comunidade na «sombra»: judeus sefarditas de Cochim na primeira metade do século XVI» [90]. A resposta a esta questão seria o objectivo fundamental da sua tese de doutoramento em Estudos Portugueses, apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, e por isso intitulada *Judeus e cristãos-novos de Cochim. História e Memória (1500-1662)* [91]. Baseado em documentação publicada e inédita, apurada em arquivos portugueses, indianos, franceses e ingleses, e ainda em outras fontes, nomeadamente depoimentos orais publicados e no cancioneiro judaico em malaiala, o autor procedeu à montagem de um discurso que tenta explicar a complexa evolução da comunidade judaica de Cochim de Baixo e dos cristãos-novos de Santa Cruz, no período em causa, numa perspectiva sócio-económica e cultural-religiosa. Simultaneamente, ao analisar de forma contextualizada as divergências e alterações no discurso mais ou menos mítico, ou mais ou menos científico, que revelam uma memória oficial sobre a comunidade e o seu passado, assim como as suas modificações, o autor tece hipóteses sobre o esquecimento do período do passado judaico em Cochim, que corresponde aos tempos em que os judeus entravam na cidade portuguesa e mantinham relações profícuas com os cristãos-novos e outros portugueses que ali habitavam. Todo um discurso posterior e mais recente, relacionado com a independência da Índia e com a consagração política do conceito (de um conceito) de tolerância – entre outros factores – teria cristalizado ainda mais a memória que o passado português era o equivalente à mácula da intolerância, sendo os portugueses considerados os colonizadores que mais perseguiram os judeus. E, assim, a sombra sobre o período português, teria levado muitos interessados – mesmo investigadores – a aceitarem tacitamente ou de forma desinteressada o nível informativo transmitido em termos de preservação de uma identidade superior por parte dos detentores da «Memória Oficial» – os judeus «paradesis» de Cochim.

---

[90] In *Comunicações apresentadas no I Colóquio Internacional O Património Judaico Português*, coordenação de Maria Helena C. dos SANTOS *et al.*, Lisboa, Associação Portuguesa de Estudos Judaicos, pp. 133-158.

[91] *Vide* indicação completa *supra*, nota 83.

*

Há notícias concretas sobre estudos em marcha acerca dos judeus cochinitas.

Bindu Malieckal, professor do Departamento de Inglês do Saint Anselm College, em Manchester, publicará em breve o seu artigo para o *Upstart Crow: A Shakespeare's Journal*, intitulado «Shakespeare's Shylock, Rushdie's Abraham Zogoiby, and the Jewish Pepper Merchants of Precolonial India». Numa tentativa de contextualização e interpretação da construção de Rushdie sobre a «indianidade», e da sua clarificação e actualização do pensamento de Shakespeare acerca da descrença religiosa (no «Mercador de Veneza»), Bintu não deixou de enveredar por certa investigação documental em Cochim, com o objectivo fundamental de demonstrar que aquele e outros dramaturgos ingleses construíram o carácter das suas personalidades judaicas baseados na leitura dos relatos de certos viajantes que se deslocaram à Índia. Bintu Malieckal informou ainda que está a redigir um livro sobre os judeus da Índia e o Drama Renascentista Inglês [92].

Jonathan Schorsh, professor do Departamento de História da Emory University, em Atlanta, Geórgia, publicará na sua obra *Jews and Blacks in the Early Mordern World: a Cultural History*, a ser editada em 2003, em Nova Iorque, pela Cambridge University Press, no capítulo 9, um desenvolvimento intitulado «Sephardic Whitness in Jewish Cochin». Numa obra que trata em geral sobre a identidade religiosa e social dos judeus, cristãos-novos, africanos e seus descendentes (especialmente no «Mundo Atlântico»), na Idade Moderna, o autor não deixa de realizar uma «arqueologia» da terminologia discriminatória relativa aos judeus de Cochim. De salientar a sua análise muito detalhada e documentada, mesmo no que respeita aos membros da comitiva que visitaram Cochim em 1686, mormente uma tentativa de biografia de Mosseh Pereyra de Paiva [93], autor do famoso opúsculo *Notisias dos Judeos de Cochim, mandadas por Mosseh Pereyra de Paiva*, publicado em Amesterdão, no ano seguinte [94].

O etnomusicólogo israelita Edwin Seroussi, professor da Universidade Bar-Ilan e director do Jewish Music Research Centre at the Hebrew University, e seus alunos, gravaram depoimentos das mulheres cochinitas mais

---

[92] Informações gentilmente cedidas pelo autor, a quem muito agradeço a disponibilidade, inclusivamente no envio da Introdução do seu artigo.

[93] Agradeço encarecidamente ao professor Jonathan Schorsch o envio destes elementos, mesmo antes de o seu livro ter sido publicado.

[94] Foi estampada originalmente em Casa de Ury Levy. Há uma edição fac-similada com introdução de Moses Bensabat Amzalak, Lisboa, Oficinas do Museu Comercial, 1923. O texto foi traduzido para o inglês pelo padre F. Figueiredo, Vigário Geral da Diocese de Cochim, e publicado por S. S. KODER, na «Saga of the Jews of Cochin», in *The Cochin Synagogue 400th Anniversary*, Ernakulam, Thilakam Press, pp. 29-52; e in *Jews in India*, ed. de Thomas A. TIMBERG, 1986, pp. 122-134.

idosas do Moshav Nevatim, assim como dos momentos em que elas entoavam populares para-litúrgicos «piyyutim» (juntamente com os homens), e outras canções, em malaiala. As cassetes destas sessões encontram-se nos National Sound Archives, em Jerusalém. Uma súmula dos resultados desta investigação foi publicada em hebraico, em 2000, no artigo «The Singing of the Sephardi Piyyut in Cochin (India)» [95].

Barbara Johnson continua no seu meticuloso projecto de recolha, publicação traduzida (para o inglês) e elucidação contextualizada do cancioneiro judaico em malaiala, a vários níveis – sobretudo histórico, sociológico e antropológico – cruzando-o com outro dos seus interesses – o estudo de género, visto que as personagens centrais da preservação e *performance* são, de facto, mulheres. Assim, submeteu para publicação no *Journal of Indo-Judaic Studies* o seu artigo «»Till the Women Finish Singing»: Historical Overview of Cochin Jewish Women's Malayalam Songs», em memória de Shirley Berry Isenberg, baseado em material coligido e traduzido por esta última investigadora, por si própria e por Ruby Daniel, em Israel, e ainda por P. M. Jussay e Scaria Zacharia, no Kerala. Neste artigo, Barbara Johnson debruça-se sobre a linguagem e data das canções, acerca dos livros tradicionais que as contêm (e que estão na posse das mulheres), e sobre os seus géneros – canções de casamento, históricas, bíblicas e de devoção, traduzindo para o inglês, a título de exemplo, algumas delas. Tece ainda considerações sobre a sua execução, publicação e tradução. Sabemos também que apresentou uma interessante comunicação oral na Northeast Association for Asian Studies – Conference Williams College, Williamstown, Massachusetts, em 14 de Outubro de 2001, intitulada «A Sense of Place: Some Elements of Kerala Culture in the Malayalam Songs of Cochin Jewish Women», em que mais uma vez, interessada no cancioneiro em malaiala, interpretado pelas judias cochinitas, dá notícias contextualizadas de extractos dessa recolha. Um dos mais interessantes respeita ao ataque de portugueses à sinagoga de Parur. Outra informação preciosa é transmitida no item «Kerala Groups represented in the Songs»: numa canção de casamento, há menção aos famosos Marikkars [96], como aqueles que encabeçavam a procissão do casamento, ou como aqueles que chegaram primeiro e a observavam – o que em termos de clarificação simbólica remete para níveis fundamentais de interpretação da documentação arquivística, ou seja, esclarece quem eram

---

[95] In *Piyyut in Tradition*, n.º 2, Hazan e Benjamin BAR-TIKVA, Ramat-Gan, Bar-Ilan University Press, pp. 231-248.

[96] Sobre os muçulmanos Marikkars, que lideraram a oposição aos Portugueses, nomeadamente nos anos 30 e 40 do século XVI, vide O. K. NAMBIAR, *The Kunjalis: Admirals of Calicut*, Londres, Asian Publishing House, 1963; Stephen Frederic DALE, *Islamic Society on the Southern Asian Frontier. The Mappilas of Malabar, 1498-1922*, Oxford, Claredon Press, 1980; Sanjay SUBRAHMANYAM, *O Império Asiático Português, 1500-1700. Uma História Política e Económica*, Lisboa, Difel, 1996; e Jorge FLORES, *Os Portugueses e o Mar de Ceilão. Trato, Diplomacia e Guerra (1498- 1545)*, Lisboa, Cosmos, 1998.

os muçulmanos coniventes com os judeus «paradesis», no século XVI [97]. Juntamente com Orna Eliyahu-Oron pretende redigir um artigo em que analisa informação acerca da arquitectura sinanogal do Kerala, a partir do cancioneiro judaico em malaiala [98]. A autora informou ainda que, no início de Julho do presente ano de 2002, apresentaria em Oxford uma comunicação sobre os recentes desenvolvimentos no estudo dos judeus de Cochim. Trata-se da sua participação na International Research Conference, «A View from the Margin: the State of the Art of Indo-Judaic Studies'», que decorreu no Oxford Centre for Hebrew and Jewish Studies, com a comunicação «New Research Discoveries and Paradigms: A Report on the Current Study of Kerala Jews» [99]. Neste encontro participaram também Scaria Zacharia, com a comunicação «Possibilities of Understanding Jewish Malayalam Songs», e Nathan Katz, que aliás foi um dos coordenadores do evento, com o estudo «The State of the Art of Hindu-Jewish Dialogue».

A equipa de investigação sobre o cancioneiro judaico, em malaiala, é agora também constituída por Edwin Seroussi (já acima mencionado); pelo professor Albrecht Frens, de Estugarda, presidente da Hermann Gundert Society; pelo professor Scaria Zacharia (também já acima referido), director do departamento de Malaiala na Sri Sankaracharya University of Sanskrit, em Kaladi, no Kerala; e por Martine Chemana, da École Pratique des Hautes Études (equipa «Textos e contextos: Índia Medieval e Moderna») e do Centre National de la Recherche Scientifique («Laboratórios Línguas-Músicas--Sociedades»).

Scaria Zacharia, que se tem dedicado à tradução cuidada destes textos, e ao seu estudo linguístico, assim como à sua inclusão no contexto da literatura folclórica do Kerala [100], já havia apresentado uma comunicação no Sixth International Congress of Misgav Yerushalayam, na Hebrew University, em Jerusalém, em Junho de 2000, intitulada «Is there a Jewish Malayalam?» [101]. Quanto a Albrecht Frenz, acabou de publicar, em alemão, juntamente com Zacharia, uma colectânea de canções judaicas do Kerala, ilus-

---

[97] Penso apresentar uma comunicação em que elucidarei mais amiúde sobre esta problemática no «XI Internacional Seminar on Indo-Portuguese History», a realizar em Pangim, entre 22 e 26 de Setembro de 2003, intitulada «Estudos indubitavelmente indianos e judaicos… e portugueses? O caso das obras sobre os judeus de Cochim».

[98] Cf. «"Till the Woman Finishing Singing": Historical Overview of Cochin Jewish Women's Malayalam Songs», submetido para *The Journal of Indo-Judaic Studies*, Setembro de 2002 (n.º 4, Abril de 2001), p. 3, nota viii.

[99] Cf. www.fiu.edu/religion/faculty/IJConference.htm

[100] O professor Zacharia é o autor e editor de mais de 25 estudos sobre a Língua e a Literatura Malaiala – cf. Barbara C. Johnson, «"They Carry Their Notebooks with Them": Women's Vernacular Jewish Songs from Cochin, South India» [texto em inglês cedido pela autora], p. 13 (inclusivamente a nota 27).

[101] Cf. Barbara C. Johnson, «"Till the Women Finish Singing": Historical Overview of Cochin Jewish Women's Malayalam Songs», submetido para o *Journal of Indo-Judaic Studies*, Setembro de 2000, p. 2, nota vi.

trada por Rainer Schoder – *In meinem Land leben verschiedene Volker, Baustein zu einem Dialog der Kulturen und Religionen: Texte alter judischer Lieder aus Kerala, Sudindien*, Ostfildern, 2002 [102].

Quanto a Martine Chemana, que realizou trabalho de campo em Israel, entre as mulheres que detêm os livros das canções e as entoam, interessa-se nomeadamente pelo aspecto textual dos mesmos (com tradução em curso) e sobre o aspecto da sua apresentação, modos musicais, danças que os acompanham, ocasiões de execução desses cantos, etc.

O resultado do trabalho de equipa será a produção de um «Compact Disc» e de uma obra que resultarão na edição crítica, em malaiala, de um certo número de canções, assim como da sua tradução em hebraico e inglês [103]. Como verificámos acima, Albrecht Frenz e Scaria Zacharia já procederam à edição contextualizada de uma parte delas, em alemão.

Mais eventos se anunciam sobre o rico – e em certa medida imprevisto – material colectado a partir do cancioneiro judaico. Assim, a TAPASAM – Association for Comparative Studies – anuncia para a sua conferência anual de 2002 (8 a 12 de Novembro), em Kochi/Kaladi, a realização de uma sessão designada «Inter disciplinarity of Folkloristics and Contextualising Jewish Malayalam Folklore», abrangendo os domínios do Folclore, da História e da Literatura. Simultaneamente anuncia-se que a organização, em colaboração com o Institut Ben-Zvi de Jerusalém, com a Hebrew University, da mesma cidade, e com a DC Books de Kottayam, propõe-se a publicar uma antologia de 50 «Malayalam Folk Songs», com estudos críticos, notas e traduções das mesmas. O anúncio da conferência tem um remate em que se convida os interessados naquelas canções a participarem no programa com comunicações no domínio da História, Antropologia, Linguística, Teoria Literária, Estudos de Tradução, Etnomusicologia, Artes da Representação, Estudos de Malaiala, Estudos sobre as Mulheres, Estudos Judaicos e Hindulogia. O objectivo fundamental é então rever o ponto da situação sobre a matéria e promover a interdisciplinaridade a aproximação integrante nos Estudos Folclóricos do Kerala [104]. De forma similar, a Hermann Gundert Society, de Estugarda, apresenta entre os seus futuros eventos, para o ano de 2004, a participação na Conferência sobre «World Culture; through the example of the Cochin Jewish Malayalam Jewish Malayalam Songs» [105].

O material disponível – e em disponibilidade – do cancioneiro judaico, em malaiala, é uma fonte de informações de tal forma rica sobre o passado

---

[102] Cf. www.hermann-gundert-gesellschaft.de, p. 2.

[103] Agradeço encarecidamente à colega e amiga Martine Chemana estas informações sobre o seu labor e acerca do trabalho de equipa a que pertence.

[104] Cf. www.tapasam.com.

[105] Cf. www.hermann-gundert-gesellschaft.de.

Por indisponibilidade de participação na reunião de Kaladi, pretendo apresentar uma contribuição nesta conferência de 2004, tendo já contactado o professor Albrecht Frenz com essa perspectiva.

judaico no Kerala – mas também sobre a sociedade circundante – que levou à congregação de esforços de autores de várias latitudes, e como temos verificado, a uma azáfama (diríamos, maratona) de empenhos científicos para, de uma forma interdisciplinar e contextualizada, extrair dele todo um conjunto de materiais, de uma forma concertada e cientificamente correcta.

Outras áreas devem ser abertas, nomeadamente o recurso às informações sobre a sociedade e a cultura sefarditas, que teriam influenciado deve-ras o património destes judeus (ou pelo menos de parte deles). O recurso aos especialistas das Línguas e das Literaturas Hispânicas parece-me também indispensável. Assim como o trabalho contextualizado de historiadores do Kerala, de Portugal, de Espanha, da Turquia, França, Reino Unido, Holanda… enfim, de todos aqueles países que detêm material informativo arquivístico sobre o antigo Malabar.

Foi – e está a ser – fundamental esta confluência de esforços para a compreensão das informações transmitidas nessa fonte antes pouco prezada, que são as canções das mulheres judias, em malaiala. Mas como vimos, o caminho do estudo sobre os judeus de Cochim bifurca-se como uma árvore de vários ramos. E embora a pretensão de «iluminar» não seja a mesma das obras autóctones, não há dúvida de que com este percurso epistemológico vão saindo das trevas tempos, espaços e personalidades até aí olvidados.

ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR, Vol. III, 2002, pp. 333-351

INTÉRPRETES DE PORTUGUÊS NA BIRMÂNIA *

por

MARIA ANA MARQUES GUEDES **

> Os intérpretes são agentes do património linguístico da humanidade, são um elo de comunicação indispensável entre povos e culturas [...]
>
> As várias línguas do nosso planeta dão voz à diversidade das experiências humanas.
>
> (*Declaração da Associação Internacional de Intérpretes de Conferência sobre a Preservação do Património Linguístico da Humanidade*, 2002)

É indiscutível o inovador fôlego que Luís Filipe Thomaz imprimiu à Historiografia Portuguesa, bem como ao Ensino da História Luso-Asiática em Portugal. Ao longo de cerca de quarenta anos de estudo e de docência, não desistiu nunca da sua luta em prol de uma história da expansão portuguesa indissociável do conhecimento das línguas orientais. À sua persistência devem-se muitos dos trabalhos que empreendeu ou que incentivou sobre as línguas em contacto no fluir dos descobrimentos – a eles se deve uma compreensão mais lúcida da clara amálgama em que os portugueses foram intervenientes. Dessa alargada visão, sem dúvida iniciada já antes dele – titubeante no nosso país, quando comparada com mais consistentes estudos congéneres em outros – resultam vantagens não só para a história como também para a abertura de novos campos à linguística e à antropologia. Em recente artigo, enfatizou a necessidade de aprofundar «língua por língua

---

* Nota: O presente artigo constitui uma versão actualizada (bem menos do que eu gostaria, mas mais não me permite a disponibilidade em tempo retirado à docência) da secção terceira do primeiro capítulo da tese de doutoramento intitulada *A História Birmano-Portuguesa para além das Relações Oficiais. Assimilação e Aculturação nos séculos XVII e XVII*, defendida na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, em 26.XI.99.

** Professora do Ensino Secundário. Investigadora.

e gramática por gramática» o enquadramento lógico utilizado pelos antigos missionários portugueses para descrever algumas línguas orientais [1].

De certo modo na esteira de Luís Filipe Thomaz, mas abordando uma outra vertente do estudo da língua na história, a actividade dos intérpretes-tradutores, Jorge Flores lamentou «a pobreza da história sociocultural da expansão portuguesa no Oriente» [2] da qual é reflexo o escasso interesse que o assunto tem despertado. De facto, o papel dos intérpretes portugueses na Ásia não foi ainda conveniente estudado, apesar de já ter sido notado que sem tradutores dificilmente se teriam conduzido localmente negociações e ainda menos concluído qualquer tratado externo [3].

I. No que respeita à Birmânia não existem estudos sobre tais intérpretes, pelo que o que aqui se faz não passa de uma primeira abordagem, forçosamente incompleta, baseada em elementos colhidos em fontes primárias ou em testemunhos citados por historiadores a propósito de outros temas [4].

É de começar por salientar que o desvanecer das relações oficiais entre Portugal e a Birmânia, durante a primeira metade do século XVII não pôs termo aos contactos luso-birmanos. Muitos foram os portugueses que permaneceram na Birmânia, já como residentes voluntários já como cativos. Uns e outros foram assimilados a nível político-administrativo ou económico-cultural. Exerceram funções de serviçais régios, *ahmudan*, as quais abrangiam um leque de actividades públicas que iam desde a construção e manutenção de estruturas defensivas e de irrigação, ao comércio e à navegação externa, à burocracia, à diplomacia, ao protocolo de corte. Destacaram-se de entre eles os intérpretes, cujo papel se tornou indispensável nos combates externos do país de acolhimento. Sublinhe-se, pois, que os intérpretes, chamados «línguas» pelos portugueses da época, se encontravam intimamente ligados aos soberanos locais – para quem trabalhavam na qualidade de tradutores ou de intérpretes simultâneos presentes nas audiências com interlocutores estrangeiros – bem como aos mercadores ou representantes de Estados que pretendiam encetar negociações comerciais com a Birmânia.

---

[1] Thomaz, «Os Antigos Gramáticos Portugueses e a Declinação Neo-Árica», in *Anais de História de Além-Mar* (CHAM), vol. II, 2001, p. 7.

[2] «Comunicação, informação e propaganda: os "Jurubaças" e o uso do português em Macau na primeira metade do século XVII», in *Actas do Econtro Português – Língua de Cultura, IPOR*, Macau, 1995, p. 108.

[3] Cf. Anna Allot, *The End of The First Anglo-Burmese War: The Burmese Chronicle account of how the 1826 Treaty of Yandabo was negotiated*, Chulalongkorn University Press, Banguecoque, 1994, p. 1.

[4] Nesse sentido foi particularmente útil, para o caso específico do reino arracanês, o artigo de Sanjay Subrahmanyam; embora incida sobre o comércio holandês no Arracão, apresenta vários relatos neerandeses onde os intérpretes são indirectamente mencionados (Subrahmanyam, «Slaves and Tyrants: Dutch Tribulations in Seventeenth-Century Mrauk-U», in *Journal of Early Modern History*, I / 3, Koninklijke Brill, Leiden, 1997).

II. Passe-se a averiguar **até que ponto na Birmânia a tradução é um meio de comunicação recorrente**. Para o efeito, convém examinar o comércio e a navegação marítima da Birmânia. Nas negociações após a queda de Sirião e Sundiva, tanto o rei do Arracão como o de Ava pretendiam, dos portugueses, mais o apoio das armas do que o do comércio. Não por serem autónomos em matéria de navegação e trato, mas por questão de prioridade: era primeiro preciso assegurar a posse dos portos e só depois desenvolver as actividades mercantis. Se atentarmos na descrição das viagens diplomáticas, logo verificamos que a navegação era portuguesa: barcos e pilotos que atravessaram o Golfo, mesmo no caso do transporte dos embaixadores birmanos, eram portugueses ou a eles afectos. Em contrapartida, os profissionais que tornaram possível a comunicação, os intérpretes presentes nas negociações e os tradutores dos tratados, mesmo em Goa, eram serviçais birmanos. A razão para que cada um dos Estados usasse certos serviços do outro assenta na necessidade de cada um deles obter por empréstimo ao outro aquilo que não tinha.

Os governantes birmanos (arracaneses incluídos) não tinham desenvolvido a navegação marítima de longo curso porque não eram, nem por origem nem por tradição, Estados mercantis [5]. Interessava-lhes o comércio como forma de acrescentar os réditos internos, mas a sua economia baseava-se essencialmente na exploração da terra. Era precisamente por ser um dos maiores produtores asiáticos de bens alimentares, como o arroz, de materiais de construção ou de peças decorativas, como a teca, ou de artigos de luxo, como os rubis, que necessitava de mercados de colocação dos excedentes. Daí que os reis de etnia birmana, cujo berço fora o interior do país, tivessem pro-curado apoderar-se das terras e dos portos litorais. O acesso ao mar, representado pelos chamados reinos de Pegu, levou desde cedo a sucessivas conquistas e perdas dessa região costeira. Os mons e os arracaneses, povos fixados em terras abertas ao mar, já antes da chegada dos portugueses albergavam comunidades mercantis muçulmanas que sob os seu controlo praticavam o comércio e ajudaram a desenvolver infra-estruturas necessárias à sua manutenção. Por isso, sempre que o conseguiram, sacudiram o domínio birmano. Quanto aos arracaneses, além de se terem furtado a esse jugo procuraram ainda novos portos marítimos; daí que tivessem conquistado Chatigão, em meados de Quatrocentos, e Pegu, em finais de Quinhentos. Não obstante a mais acentuada viragem para o Oceano Índico que a sua

---

[5] François Robinne demonstrou o papel relativamente passivo da Birmânia (e de outros países da península indochinesa) no comércio marítimo, apesar da antiguidade da navegação comercial para o país, que fez dele uma terra de convergência. Apresenta curioso estudo comparativo entre os termos usadas para água, rio, lago e mar; analisa uma série de costumes mais ligados à terra do que ao mar: a escolha preponderante de locais relativamente afastados do mar para as capitais; o consumo de sal-gema em vez de sal de mar; a utilização de barcos de rio em vez de barcos de alto mar, da pesca fluvial em vez de marítima, patente até no tipo de redes e de lemes utilizados («Pays de Mer et Gens de Terre», dactilografado).

posição fronteiriça determinara, aquando da troca de embaixadas com Goa na primeira metade de Seiscentos, à semelhança dos birmanos continuavam a ser essencialmente poderes interiores.

As capitais de Ava e Mrauk-U ligavam-se ao litoral por eficazes estradas fluviais que controlavam mediante especializada navegação [6]. Os estrangeiros tinham normalmente de recorrer a barcos e pilotos locais [7], por inadequação das suas embarcações e técnicas a que se somava o desconhecimento dos rios [8], e de se sujeitar aos vários postos de controlo, forma de restringir a circulação, de a taxar [9], e de a subordinar aos propósitos centralizadores da Coroa.

As comunidades mercantis, a prática de comércio marítimo, os mercadores que aportavam à Birmânia, como estrangeiros que eram, não só tinham outros costumes como falavam outra língua. Como controlar o comércio deixando por mãos alheias o poder de os entender, de superintender as suas actividades, enfim, de com eles comunicar? Havia necessidade de intérpretes e estes não seriam de confiança se servissem os interesses dos estrangeiros. O birmano, escrito e falado, é o que se chama pequena língua; só é falada dentro do país, só aí se usam os caracteres que permitem grafá-la. Dependendo parte da economia de estrangeiros, necessário se

---

[6] Sobre a navegação fluvial ver CHARNEY, «Shallow-draft Boats, Guns and the Aye-ra-wa-ti. Continuity and Change in Ship Structure and River Warfare in Precolonial Myanma», in *Oriens Extremus*, Kommissionsverlag Otto Harrassowitz, Wiesbaden, vol. 40, n.º 1, 1997, pp. 16-63.

[7] No Arracão, as embarcações e pilotos usados pelos portugueses para a subida desde o litoral até Mrauk-U é patente na *Puteguê Yazawin*, cap. 85 (traduzido em anexo ao cap. II da parte II da minha tese de doutoramento). O recurso a piloto local para a navegação fluvial na Baixa Birmânia, é notório no roteiro de navegação de Gaspar Pereira dos Reis, SGL, códice 2-B-5, fls 71- 71v (publicado: Marques GUEDES, *Interferência e Integração dos Portugueses na Birmânia, ca 1580-1630*, Fundação Oriente, Lisboa, 1994, doc. III, pp. 239-42).

[8] Caso da armada de 1615 cujos pilotos desconheciam as correntes e baixios do rio Kaladan. Ver Marques GUEDES, *A História Birmano-Portuguesa…*, Documentos anotados, manuscrito do P.e Nicolau da Conceição (documento III).

[9] Sobre os postos de controlo na entrada e ao longo dos rios, onde guardas régios forçavam as embarcações a parar para verificação de carga e pagamento de impostos ver: para o Arracão, SARKAR, «The Feringhi Pirates of Chatgaon 1665 AD», in *Journal & Proceedings of the Asiatic Society of Bengal*, p. 421; MANRIQUE, *Itinerário*, I, caps. XIV e XXXIX e Sanjay SUBRAHMANYAM, «Slaves and Tyrants…», p. 220; para a Birmânia unificada, FURNIVALL (ed.), «The History of Syriam – *Syriam Yazawin*», in *Journal of Burma Research Society*, Rangum, American Baptist Mission Press, 1915, p. 53; HALL, «The Daghregister of Batavia and Dutch trade with Burma in the Seventeenth Century», in *Journal of Burma Research Society*, vol. XXIX, P. II, American Baptist Mission Press, Rangum, 1939, p. 153. (Em 1664 no curto percurso entre Sirião e Pegu havia três postos alfandegários); Michael SYMES, *An Account of an Embassy to the Kingdom of Ava, Sent by the Governor-General of India, in the Year 1795*, W. Burlmer and Co., Londres, 1800, pp. 256-258. Sobre as etapas da navegação fluvial, ver os dois mapas do Irrauadi da autoria de Baker e Renell em DALRYMPLE, *Oriental Repertory*, I, William Ballintine, Londres, 1808, pp. 132-133 e 226-227; B. N. Paris, *Cartes et Plans*, Larivière-Penifort, «Plan de la Rivière de Siriam», 1730; e o mapa holandês ARA, «Kaart van rivier Arakan», [s.d.? a cópia de que disponho foi amavelmente cedida pela arqueóloga Catherine Raymond].

tornou usar intermediários que fizessem compreender os interesses do país e vice-versa, ou seja, que tornassem compreensíveis à administração local as intenções daqueles que não eram birmanos.

O costume de empregar intérpretes era um fenómeno quase cultural: se bem que arracaneses e birmanos falassem a mesma língua, não acontecia o mesmo em todo o país, onde a diversidade de etnias e de idiomas foi sempre obstáculo à centralização. Não resisto a citar três bons exemplos desse fenómemo, dois relativos à população local, outro respeitante a estrangeiros. Em 1642, o rei de Ava, Thalun (r. 1628-1648), mandou repetir uma inquirição à população mon dado o não cum-primento de disposições governamentais por alegada incompreensão da língua [10]. Durante a mesma dinastia avana, à entrada nos portos a tripulação era sujeita a inquérito – obrigatoriamente havia que entregar armamento, munições e até mesmo o leme e a âncora; os oficiais régios registavam ainda o número de pessoas a bordo, nome, sexo, idade, e razão por que aportavam [11]. Em 1695, Fleetwood escrevia que tais oficiais, apontados para registar os passageiros e advertir Ava, eram chamados *Ovidores* [12] – curioso é notar a coincidência do termo nas duas línguas: no *Hobson-Jobson* aventa-se a hipótese de *ovidor* ser tradução do termo birmano *necan do*, «ouvidor do rei» – saliento que o termo exacto é နားခံတော် pronunciado *'nakan do*, e de facto significa literalmente «honoráveis ouvidos do rei», pelo que a diferença fonética os torna inconfundíveis, além de que não faz sentido a tradução para o português e a adopção de um termo existente nas duas línguas com o mesmo sentido (ou só o faz para quem, como no caso do dicionarista, conheça mal o português e o birmano). Não restam, porém, dúvidas de que o intérprete era um instrumento de centralização, encarada como controlo da população residente ou flutuante, e do comércio, olhado como serviço estrangeiro de que a fazenda real dependia. Assim, importava que os intérpretes fossem de confiança, e uma forma de evitar a deslealdade era torná-los serviçais da Coroa [13]. Daí que na recepção e envio de embaixadas nunca se tivesse descurado o uso de intérpretes próprios, ou seja, que fossem agentes dos reis birmanos ou arracaneses.

---

[10] Édito de 22.V.1642, *in* THANTUN (ed.), The *Royal Orders of Burma*, I, Center of Southeast Asian Studies, Kyoto, 1983, p. 124 (*ROB*).

[11] Cf. METHOLD, «Relations of the Kingdome of Golconda, and Other Neighbouring Nations within the Gulf of Bengala, Arrecan, Pegu, Tannassery», *in* Samuel PURCHAS (ed.), *Purchas his Pilgrimage or Relations of the World,* vol. V, H. Fetherstone, Londres, 1626, pp. 993--1007, p. 1006; AMEP, Cód. 880, fl. 553: «Lettre du Père Jean Genoud», Pegu, 20.I.1691; HAMILTON, *A New Account*, pp. 42 e 46, Hall, «The Daghregister…», p. 142.

[12] DALRYMPLE, *Oriental…*, II, pp. 356, 360.

[13] De notar que situação semelhante, mas inversa, se passava em Macau, onde os intérpretes, «chinas» de origem, tinham de dar aos governantes portugueses, a quem serviam, garantias de lealdade – obrigação bem expressa no regimento de 1627, no qual «fidelidade» era «palavra-chave» (cf. Jorge FLORES, *op.cit.*, p. 112).

III. Visto isto, procure-se agora apurar se **havia ou não intérpretes de birmano no Estado Português da Índia**. Em Goa, tal como na Birmânia, o comércio, a administração da justiça e as negociações diplomáticas implicavam a existência de um ou mais intérpretes representando as partes contratantes [14]. Quando indigitados por Goa, os candidatos ao cargo de «língua» tinham inicialmente de se propor a concursos anunciados mediante a afixação de editais [15]; depois de 1614 o cargo começou a ser vendido [16]. Contudo, embora nos relatos das embaixadas quinhentistas portuguesas sejam mencionados os intérpretes como elementos integrantes das missões diplomáticas à Birmânia, não encontrei notícia explícita de que houvesse em Goa «línguas» que falassem ou escrevessem o birmano.

Pelo contrário, é geralmente referido o desconhecimento da língua, só sendo o problema ultrapassado pelo recurso a intérpretes locais. Por altura dos primeiros contactos, até os caracteres o eram, o que esteve na origem da seguinte observação de Castanheda: «as letras erão tudo ós com pontos, uns com mais outros com menos» [17]. Outro exemplo: na embaixada de 1519, as capitulações do acordo foram lidas e depois «interpretadas em a nossa [língua] pera os nossos»; a letra do tratado constava de chapa de ouro batido, e da descrição do cerimonial ressalta uma incompreensão mútua que permitiu a António Correia simular a leitura de livros sagrados, de modo a equiparar a que das suas escrituras tinham feito dirigentes locais, lendo em voz alta umas trovas como se da Bíblia se tratasse [18]. No relato da missão de 1521 explicita-se a mesma inaptidão linguística [19]. No século seguinte o problema persiste. De acordo com a *Puteguê Yazawin*, «Crónica de Portugal», manuscrita na Birmânia em folhas de palmeira – nem mesmo Filipe de Brito de Nicote conhecia a língua local [20]. Durante as conversações luso-birmanas que se sucederam à tomada de Sirião e de Sundiva, os enviados portugueses foram assistidos por intérpretes locais. Assim aconteceu em relação ao rei de Ava em 1617 [21]. Também as pazes com o Arracão foram elaboradas com apoio de tradutores locais por em Goa não haver tradutores de birmano, como o

---

[14] Em 1614 existiam em Goa os cargos de «língua da alfândega» e de «língua do ouvidor geral do cível» (atribuídos respectivamente a Pascoal Rodrigues e a Vicente Rodrigues, tendo este último trespassado o cargo a António de Noronha. (Cf. documento citado na nota 16). Também os havia nas alfândegas e tribunais birmanes, como se verá à frente: cf. Édito real de 10.VIII.1691, in *ROB*, II, p. 54.

[15] Cf. Sousa VITERBO, *Notícia de alguns arabistas e intérpretes de Línguas Africanas e Orientais*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1906, p. 9.

[16] AHU, *Índia*, cx. 4 A, doc. 147, fls. 5 e 7v: «Relação dos cargos e fortalezas que estão vendidas em virtude do alvará se Sua Mag.de », Goa, 20.II.1619.

[17] Reportando-se à embaixada de 1519. CASTANHEDA, *História da Índia*, liv. V, cap. 13.

[18] Barros, *Ásia*, Déc. III, P. I, cap. IV.

[19] Bouchon e Thomaz, *Voyage dans les deltas du Gange et de l'Irraouaddy,1521*, *Gulbenkian, Paris/Lisboa,* pp. 90 e 255-260.

[20] Ver na minha tese de doutoramento a tradução da crónica birmane, § 39.

[21] BOCARRO, *Década 13 da História da Índia*, cap. CLXX.

sugere o facto de o tratado de 1620 ter sido entregue à deputação arracanesa para o mandar trasladar «em sua língua e letra» [22]. Aliás, foi precisamente esse desconhecimento por parte dos missionários do Padroado Português que levou Roma a substituí-los por evangelizadores hábeis na língua [23].

Há diversas informações sobre «línguas» portugueses que representavam potências estrangeiras na Birmânia, mas estes não eram servidores do Estado da Índia. Faziam parte da população flutuante da Birmânia, onde iam de passagem em exercício de funções, embora os seus conhecimentos linguísticos implicassem geralmente vivência anterior naquele país. A partir do século XVII era usual que alguns luso-descendentes se colocassem ao serviço de holandeses e ingleses a fim de exercerem tal actividade. Há notícia de os embaixadores ingleses indigitados pela Companhia das Índias Orientais levarem ao seu serviço «línguas» portugueses para a Birmânia, apesar de localmente lidarem com outros intérpretes também portugueses [24]. Tanto os representantes birmanos como os europeus exprimiam-se em português, muito embora a Coroa portuguesa fosse alheia às conversações.

Inversamente, o Estado da Índia era, ou julgava ser, senhor dos mares. O Oceano Índico tinha sido o seu berço, a navegação e o comércio a sua principal fonte de rendimento, o *mare clausum* o seu império, os seus barcos e pilotos a ligação entre os vários pontos desse império, os «cartazes» a sua forma de controlo. Assim sendo, embarcou os seus próprios embaixadores ou os enviados birmanos nas suas naus e conformou-se, se bem que por vezes com alguma desconfiança, com os intérpretes ao serviço daqueles interlocutores [25]. Se bem que também recorressem a gentes com conhecimentos linguísticos, a língua não constituiu preocupação principal nem do Estado nem do Padroado Português que se faziam entender sobretudo através da sua. O facto, que relativamente aos missionários foi para Roma factor de peso na sua substituição [26], é patente num dos principais instrumentos de centralização, os cartazes, geralmente escritos em português e ilustrados com imagens de convicções religiosas portuguesas como a da Virgem Maria e de Jesus Cristo [27].

---

[22] «Carta do Governador para El Rei de Arracão», Goa, 15.V.1620, in *ACE*, I, p. 493. Contudo, por ocasião da embaixada de Belchior Calaça, em finais de Quinhentos, a correspondência foi «tresladada» em birmano. Cf. AN/TT, *Miscelâneas do Convento da Graça*, cx. 6, 2F: «Regimento dado pelo vice-rei D. Francisco da Gama a Belchior Calaça, embaixador a Pegu», s.d., fls. 623 e 627.

[23] Ver Maria Ana Marques GUEDES, «Birmânia», in *Dicionário de História Religiosa Portuguesa*, Círculo de Leitores, Lisboa, 2000.

[24] SYMES, *An Account*…, p. 164.

[25] Por essa razão era necessária particular cautela no contacto com o língua ao serviço dos birmanes. Ver AN/TT, *Miscelâneas do Convento da Graça*, cx. 6, 2F: «Regimento dado pelo vice-rei D. Francisco da Gama a Belchior Calaça, embaixador a Pegu», s.d., fls. 623 e 627.

[26] Por inabilidade e ignorância da língua. Ver a missionação da Sagrada Congregação da Fé e o Breve do Papa Benedicto XIV ao rei D. José, 31.XII.1753, no meu artigo «Bir-mânia», cit.

[27] Alguns muçulmanos acusaram mesmo de heresia o uso de cartazes assim ilustrados pelos peregrinos a Meca. Ver o relato da viagem de uma nau mogol apresada pelos portugueses

Macau constituía, como seria de esperar, excepção. Sendo a administração portuguesa, os contactos com a China geraram uma formação programada de intérpretes especializados em línguas chinesas, ao serviço da cidade lusa. Recrutados entre os «chinas» moradores em Macau, desde cedo eram preparados para o relacionamento com o Império e obedeciam a Regimento próprio. Muito embora a situação fosse inversa àquela que se passava na Birmânia e um pouco por toda a Ásia do Sueste, o procedimento era similar. Os intérpretes «chinas» deviam oferecer garantias de lealdade em relação aos governantes (neste caso portugueses); encontravam-se integrados na comunidade (a portuguesa); eram vigiados; aliciava-os a possibilidade de ascensão social e desempenhavam um cargo de certa forma hierarquizado; não raro eram nomeados por ouvidores; tal como em terras birmanas criou-se a figura do «língua principal», coadjuvado por escrivães. Outra particularidade, também ela contrária ao que se passava na Birmânia, é apontada por Jorge Flores, estudioso de quanto acima referi sobre os intérpretes macaenses, ao afirmar que no Império chinês «não encontramos *entrepreneurs* de influência portuguesa inseridos na estrutura política local» [28].

IV. Para o estudo dos **intérpretes de português estantes na Birmânia**, há que ter em conta as principais formações políticas do país – ora fragmentado ora reunificado no todo ou em parte. Considerarei aqui, em separado, as principais dessas formações, entendendo por tal aquelas que constituíram Estados independentes em períodos longos**,** ou seja, a **Birmânia unificada** e o **Arracão**.

1. Quanto à **Birmânia unificada**, são vários os registos que se reportam aos intérpretes ao longo dos século XVII e XVIII. Tal facto atesta a permanência de portugueses para além do que tem sido convencionado, além de evidenciar a eficácia daqueles funcionários. Segundo os relatos da época, a língua portuguesa era usual, em razão de os intérpretes da corte birmana serem portugueses, o que parece não ser causa mas antes circunstância ligada à já referida antiguidade da navegação e comércio portugueses; aliás, pela mesma época, deparamos também com o português na correspondência régia de vário monarcas orientais, caso, entre outros, dos reis de Golconda [29] e do Sião [30].

---

em 1613. Ellison B. FINDLY, «The Capture of Maryam-uz-Zamāni's Ship: Mughal Women and European Traders», in *Journal of the American Oriental Society*, vol. 108, n.º 2, ed. Paul W. CROLL, 1988, pp. 235-237.

[28] Cit., pp. 111-112.

[29] AHU, *Índia*, cx. 34, doc. 132: «Cópia do formão que o rei de Golconda passou aos portugueses para povoarem Meliapor, vertido bem e fielmente de Párcio em Português», s.l., 18.XII.1688.

[30] «Letter (in Portuguese) from the Council of Batavia to the King of Siam, dated Batavia, 2nd August 1624», in *Records of the Relations Between Siam And Foreign Countries in the 17th Century. Copied from Papers preserved at the India Office*, vol. I, 1607-1632, Vajirañāna National Library, Banguecoque, 1915, pp. 160-162. Havia também um «ministro e intérprete» do rei do Sião, que em 1672 era Pedro Rodrigues de Sousa (cf. AMEP, cód. 121, fl. 432: «Actuação feita em casa de Pedro Rodrigues de Sousa», *Aiutia*, 22.X.1672).

Pouco depois da morte de Nicote, em 1617, eram recebidos em Pegu dois emissários da Companhia Inglesa das Índias Orientais, a qual pretendia a restituição de bens retidos pelos birmanos. Os enviados levavam carta escrita em inglês, e sendo o intérprete régio um cativo português, depararam com dificuldades só ultrapassadas mediante o recurso a complicado entendimento com este último [31]. Na sequência da procura de aliados e parceiros comerciais pela segunda dinastia Tangu, dois anos mais tarde o rei Anauk-hpet-lun (R. 1606-1628) aproveitou a partida dos emissários para justificar as retenções e manifestar por escrito o seu desejo de favorecer o comércio inglês [32].

Tal como a Companhia Inglesa das Índias Orientais, o Estado Português da Índia teve de recorrer à intervenção de intérpretes para negociar a restituição de bens e pessoas retidos na Birmânia. Fernão Álvares, que em 1636 ocupava o cargo de «língua do Império do Pegu», serviu indirectamente Goa através do seu papel nas negociações que visavam a libertação de cativos portugueses [33]. A comunicação entre enviados portugueses e intérpretes dos birmanos era facilitada por uns e outros falarem a mesma língua, circunstância que poupou a Goa uma série de trabalhos e despesas a que os governantes ingleses se não puderam furtar. Com o desenvolvimento das relações anglo-birmanas, os ingleses tiveram de passar a recorrer a tradutores que na Índia vertiam em português os assuntos a tratar na Birmânia, onde, como afirmava o embaixador Fleetwood em finais de Seiscentos, aquela era a língua da corte [34].

O uso do português pelos ingleses é atestado em outros documentos. As relações comerciais anglo-birmanas foram intercortadas por atribulações várias que no final do século levaram a morosas negociações com vista à reabertura de feitorias inglesas. Em 1695-1697 foram enviadas a Ava petições e embaixadas da Companhia Inglesa das Índias Orientais. Tanto as petições inglesas como as respostas régias foram escritas em português [35]. Os ingleses não conheciam nem uma nem outra língua, pelo que tiveram de recorrer a intérpretes portugueses tanto na Índia como na Birmânia, conforme foi apontado nas instruções do governador britânico ao enviado:

---

[31] METHOLD, «Relations…», p. 1006; G. E. HARVEY, *History of Burma. From the Earliest Times to 10 March 1824. The Beginning of the English Conquest*, Longmans Green and Co, Londres/Nova Iorque/Toronto/Bombaim/Calcutá/Madrasta,1925, pp. 190-191; Hall, que reproduz Method, na passagem «interpreted by a Portugall a slave to the king» omite a palavra «slave» (cf. D. G. E. HALL, *Early English Intercourse with Burma (1587-1743)*, Longmans, Green and Co., Londres, 1928, p. 36).

[32] METHOLD, «Relations…», p. 1007.

[33] AHU, *Índia*, cód. 79, fls. 69-71: «Petição de Gaspar Pereira dos Reis», 18.II.1644. Documento citado, sem referência completa, por Alberto IRIA, *Da Navegação Portuguesa no Índico no Século XVII* (*Documentos do Arquivo Histórico Ultramarino*), Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Lisboa, 1973, p. 94.

[34] DALRYMPLE, *Oriental…*, II, p. 385.

[35] Cf. embaixadas a Ava de Edward Fleetwood (1695) e de Thomas Bowyear (1697), *in* DALRYMPLE, *Oriental…*, II, pp. 337-395 e 396-404.

> I herewith deliver you my letter to the *King of Ava*, the *three Governours* and the *Governour of Syriam*, sealed, and written in the *Portuguese Language*, but you have the *Original* in *English*, whereby you understand the Contents, and the business to be transacted [36].

Pena é que o original referido na carta seja, por ora, desconhecido. Infelizmente, embora nos arquivos holandeses e ingleses haja amiúde referência aos originais da correspondência régia birmane escritos em português, conservaram-se sobretudo as traduções (inglesas ou holandesas) e raramente as missivas enviadas da Birmânia. Encontrei um único manuscrito redigido integralmente em língua portuguesa: uma carta do rei Pye (r. 1661-1672) para o governador de Batávia em 1664 [37] (anexa a este artigo) – contudo, está ainda por realizar um levantamento exaustivo das fontes holandesas [38].

Em Ava havia o cargo de «Língua dos Europeus», ocupado por pessoa indigitada pelo rei. Todos os ocidentais recém-chegados se deviam servir desses intérpretes régios. Pertencia ao seu ofício traduzir do português para o birmano e vice-versa, sendo para tal assistidos por escrivães, e ainda instruir e aconselhar os visitantes quanto a protocolo e costumes locais [39]. A possibilidade de fraude era controlada por certas medidas, como a obrigatoriedade de a tradução ser feita só depois de todas as cartas do portador serem entregues [40], não havendo lugar a que consoante a resposta a uma petição outros escritos fossem forjados. Como homens de confiança do governo desfrutavam de boa posição social. De acordo com o costume local auferiam, em complemento das condições de vida proporcionadas pela corte, de pagamento em presentes feito pelos portadores da correspondência. Por seu lado, a Coroa arrecadava os encargos de interpretação pagos pelos viajantes [41]. Um documento de finais de Seiscentos presta a interessante informação da despesa paga pela tradução das cartas e pelo trabalho de dourar a missiva para o rei [42].

O cargo era também exercido no litoral sul por portugueses e luso-descendentes ao serviço do governo birmano. Mesmo volvidos mais de cem anos sobre a tomada da fortaleza do Sirião, os portugueses continuavam sendo intermediários entre a Birmânia e o Ocidente. Os dois exemplos que

---

[36] Em 10.IX.1695, *loc. cit.*, p. 341. O itálico e as maiúsculas encontram-se no original.

[37] ARA, VOC, 1242, fl. 938: «Brief vanden konnick van Peguw met de fluijt Peguw», 24.I.1664. A cópia do manuscrito foi amavelmente disponibilizada por Wil Radelaar-Dijk.

[38] Sobre o espólio dos arquivos holandeses, veja-se o recente e utilíssimo artigo de Natália Tojo, «Notas sobre a importância da documentação neerlandesa seiscentista para o estudo da presença portuguesa no Oriente», in *Anais de História de Além-Mar*, n.º 1, Centro de História de Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2000, pp. 273-286.

[39] Dalrymple, *Oriental…*, II, p. 360.

[40] *Idem, ibidem*, pp. 367 e 372.

[41] Symes, *An Account…*, p. 419.

[42] Em 10.IX.1695 *in* Dalrymple, *Oriental…*, II, p. 354.

se seguem demonstram as suas ligações a actividades mercantis e diplomáticas. Em 1757, em Bassein (Cosmim), foi António, próspero e eficiente intérprete descendente de família portuguesa, que acompanhou Lyster, deputado pelos interesses comerciais britânicos. António acumulava com o ofício de «língua» o de aprovisionar as naus e tratar dos salvo-condutos dos estrangeiros [43]. Em 1795 foi também um intérprete português que assistiu o embaixador Michael Symes cuja missão levou a um tratado entre a Inglaterra e a Birmânia. De acordo com Symes tratava-se de um intérprete oficial, certamente um *ahmudan* (serviçal régio), português negro que falava fluentemente o birmano e que constituiu preciosa aquisição para a missão. O legado britânico compara-o ao intérprete que a embaixada levara consigo, um mercador também português que anteriormente residira em Bassein, apenas útil para a comunicação quotidiana com os birmanos, já que estes tinham dificuldade em o entender [44]. A circunstância terá pesado na disposição régia que, concluído o tratado, permitiu aos ingleses escolherem os intérpretes a empregar desde que com prévio conhecimento do intérprete principal da Coroa birmana [45].

Outro traço característico da profissão em terras asiáticas, era a existência da figura do intérprete régio principal. Ligava-se certamente à supervisão sobre os diversos intérpretes menores e escrivães que assistiam os estrangeiros chegados aos portos birmanos. Havia intérpretes oficiais que actuavam em Negrais, Bassein, Rangum, Dala e outros aglomerados litorais e ribeirinhos [46]. Havia-os ainda nos tribunais, pelo menos desde 1691, sempre que uma das partes era de etnia ou nacionalidade não birmana [47]. Embora não sejam discriminadas nacionalidades, é muito provável que entre estes últimos figurassem portugueses.

Um dos dois únicos documentos que até agora encontrei traduzidos do birmano e acompanhados da versão portuguesa é um passaporte bilingue [48] datado de 1783 cuja transcrição é apresentada em anexo. Este passaporte atesta a já mencionada tarefa de tratar dos salvo-condutos e, sobretudo, demonstra o costume de emissão de documentos escritos nas duas línguas, o que faz dele um testemunho ainda mais raro do que a *supra* referida carta portuguesa do rei Pye. Trata-se de um salvo-conduto selado com a chancela régia, passado no porto de Rangum a embarcação de mercadorias que aí arribara e que prosseguia viagem em direcção a Bengala. A tradução portu-

---

[43] SYMES, *An Account*…, pp. 39 e 45. Sobre António ver também DALRYMPLE, *Oriental*…, p. 396.

[44] *Idem*, *ibidem*, p. 164.

[45] «Carta do rei de Ava ao Governador Geral», e «Mandato Régio», *in* SYMES, *An Account*…, pp. 492 e 495, respectivamente.

[46] SYMES, *An Account*…, pp. 40, 57, 141, 147-9, 160.

[47] Édito real de 10.VIII.1691, in *ROB*, II, p. 54.

[48] Bodleian Library, Ms. Burm. C1: *Burmese Passport*, Rangum, 29.IX.1783. O outro documento bilingue é a pedra tumular referida em Marques GUEDES, *A História*…, p. 397.

guesa omite a típica fraseologia inicial referente a títulos da realeza birmana, o que indicia autoria birmana do texto e sua tradução especializada em português, muito embora tenha sido aventada a hipótese pouco plausível de ambas as versões terem sido escritas por um birmano [49].

Julgo que se deve ao costume de tradução em português a assistência prestada à actividade linguística de missionários católicos, bem como a preparação da já mencionada História de Portugal intitulada *Puteguê Yazawin*. No colofão da obra afirma-se terem os autores traduzido texto português, embora antes me pareça que tenham usado, entre outras fontes, não um mas vários textos portugueses. Em qualquer dos casos foi utilizado suporte documental em português, o que implica a sua interpretação e se ajusta ao facto de os co-autores terem sido um colector de impostos e um missionário, actividades amiúde exercidas por portugueses e luso-descendentes.

2. Quanto ao **reino de Arracão**, a primeira constatação é a maior dificuldade de acesso a fontes primárias birmanas. A segunda, encontra-se bem patente nos registos coevos consultados: à semelhança do que se passava em Ava, os intérpretes e os tradutores tiveram um papel crucial na diplomacia arracanesa. Seriam denominados «Ramallu», termo que segundo Manrique era designativo do intérprete dos portugueses e que parece possível ser de origem birmana e ter esse significado [50].

Os intérpretes ao serviço da corte arracanesa eram particularmente necessários, dada a vocação marítima do reino e o cosmopolitismo da corte. Essa faceta cosmopolita derivava da situação geográfica que lhe marcara a condição de Estado mercador, ironicamente dependente de comerciantes estrangeiros que iam aí buscar bens locais ou importados, a que a escassa

---

[49] Pe Maung Tin é também da opinião que a versão portuguesa não é de autoria birmane (Pe Maung Tin, «Phonetics in a Passport», in *Journal of Burma Research Society*, vol. 12, p. 3, American Baptist Mission Press, Rangum, 1922, p. 132). Este autor foi o primeiro a chamar a atenção para o passaporte de 1783, pela sua importância como fonte, não para o estudo dos intérpretes mas do ponto de vista fonético. Na sua transcrição da tradução portuguesa depara-se com os naturais erros de um estrangeiro, que o confronto com o original me permitiu rectificar.

[50] *Itinerário*, caps. xvi e xvii. Ramalu, segundo Luard é termo de origem desconhecida, sendo um pouco forçado considerá-lo vindo do persa *rāmmal*, «adivinho». O termo e a nacionalidade apontados por Manrique ao mencionar o «Ramallu, ò Interprete de los Portugueses», foram discutidos na nota 16 ao capítulo xvi da versão inglesa. Cf. Eckford Luard e Henri Hosten (eds.), *Travels of Sebastien Manrique* 1629, Série II, n.º 59, Hakluyt Society, Oxford, 1926. Parece-me, contudo, pertinente aventar a hipótese de se tratar de corrupção do birmane «kramalu», ကြားဖလှ / 'ca ṃa lu /, ***krahmalu,*** = «aquele que informa, comunica, faz saber» (de ကြား / 'ca /, kra = comunicar, fazer saber, transmitir + ဖ / ṃa /, hma = informar + လှ / lu / lu = «homem», quando isolado, mas em composição significa «aquele que [pratica ou é adepto da acção ou do partido indicado pelo termo precedente]»). Assim, / 'camalu / pronunciado também «kramalu», significa «aquele que transmite, que informa». Na passagem para a grafia portuguesa «Ramalu», ter-se ia dado a queda do «R» inicial de «kramalu». Na opinião da professora Denise Bernot, a quem apresentei o termo de Manrique e sua possível interpretação, esta hipótese é a mais provável.

navegação marítima arracanesa não dava saída. Para o século XVII há diversos testemunhos de que parte da correspondência régia era escrita em persa, quando trocada com governantes de Bengala, ou em português, quando mantida com europeus [51]. O uso das mesmas línguas em simultâneo verificava-se também na Birmânia unificada, não é certo se nesta época mas seguramente no século seguinte, sendo as cartas dos governadores britânicos de Madrasta e Bengala enviadas para Ava traduzidas em persa, português e birmano [52]. Tal como em Ava, em Mrauk-U, capital arracanesa, a língua portuguesa, além de usada na correspondência régia, era também veículo das conversações diplomáticas. Este recurso à língua escrita e falada é notório durante o estabelecimento de feitoria holandesa que implicou uma série de negociações entre os representantes da VOC (*Verenidge Oost-Indische Compagnie*, isto é, Companhia Holandesa das Índias Orientais), sediada em Batávia, e a corte de Mrauk-U.

Os «línguas» assistiam no palácio aquando das audiências, as quais obedeciam a estrito protocolo. O cerimonial, que se assemelhava muito ao da corte de Ava tal como o descreveram os ingleses, foi presenciado no Arracão por portugueses [53], e a partir de meados do século, com o incremento do comércio dirigido por Batávia e o decréscimo de relações oficiais entre Goa e Mrauk-U, por holandeses. Mesmo depois de cessarem os envios de embaixadas goesas, e na ausência de quaisquer portugueses, a língua portuguesa era parte integrante de um ambiente considerado exótico pelos viajantes ocidentais. Na sala de audiências, os embaixadores e os grandes senhores do reino, ricamente ataviados, aguardavam reverencialmente a entrada do rei. Chegado o monarca, o intérprete acompanhava toda a audiência desde a troca de presentes, carregados por eunucos, até à retirada do rei para os seus aposentos privados [54]. Recebia as cartas levadas pelos embaixadores, e ou as entregava a cortesãos ou as lia em voz alta, primeiro em português e depois em birmano [55]. Procedia igualmente à apresentação de cumprimentos dos estrangeiros ao rei e reproduzia as habituais saudações régias birmanas, iniciadas sempre por perguntas relacionadas com a saúde dos governantes, representados pelos embaixadores.

Parece que apesar de o diálogo entre o rei e os embaixadores se processar por meio de tradução simultânea, a leitura em viva voz nem sempre tinha lugar ou só era efectuada no tocante a cartas entregues em audiências passadas. Registam os relatos mais explícitos que a correspondência acabada de receber era guardada para posterior tradução do português para o

---

[51] Cf. Sanjay SUBRAHMANYAM, «Slaves…», pp. 203 e 211.

[52] SYMES, *An Account…*, p. 60.

[53] MANRIQUE, *Itinerário…*, I, cap. XVI.

[54] Gautier SCHOUTEN, *Voyage de Gautier Schouten aux Indes Orientales. Commencé l'an 1658 et fini l'an 1665*, Jean Baptiste Machuel, Rouen, 1725 (1.ª edição em Amesterdão, 1707), vol. I, pp. 216-217.

[55] HALL, «Studies in Dutch…», pp. 10 e 21.

birmano, dando-se a entender a passagem por um registo ou controlo prévio [56]. Quanto à correspondência régia, não há dúvida de que era preparada por escribas que depois a liam ao rei e só após aprovação era selada. Tudo leva a crer que de aprovação semelhante carecia a correspondência externa como as cartas de Thirithudhamma (r. 1622-1638) para o governador-geral de Batávia que foram escritas em birmano e traduzidas em português [57]. Ordens e outros escritos em birmano, utilizados apenas para fins internos, eram tratados por um secretário assistido por escrivães. Esse secretário, ao que parece, não acumulava as funções de intérprete – o «língua» só trataria da documentação traduzida ou a traduzir [58].

Fora da corte, o intérprete conduzia conversações nas quais o rei não intervinha directamente [59]. Funcionava como emissário e representante régio e por essa razão as suas deslocações obedeciam, como o seu papel nas audiências palacianas, a rígido protocolo; e a sua pessoa era intocável. Mesmo quando atravessava campos de batalha para apresentar propostas aos dirigentes das forças inimigas obedecia às praxes birmanas, seguindo montado em elefante com a carta colocada sobre um *kalap*, rico suporte de pé próprio para a correspondência e que devia erguer acima da sua cabeça [60]. Assim soerguida, uma carta do governador de Batávia, escrita em português, seguiu em cortejo desde a nau que a trouxera até à feitoria holandesa de Mrauk-U, de onde foi depois levada para o palácio por dois intérpretes acompanhados por dois escrivães e pelo superintendente da polícia. Entre a recepção das cartas pelos emissários e a sua leitura na corte decorria por vezes bastante tempo, parece que o necessário não só à tradução mas também ao seu debate em conselho régio. Por exemplo, a missiva holandesa acabada de referir chegou a 23 de Junho de 1643 e só em 12 de Julho foi lida em audiência régia, perante os holandeses, no palácio; e, apesar do estendido lapso de tempo, a reposta foi adiada até futura audiência [61].

O cosmopolitismo da corte obrigava à existência de vários intérpretes, não se sabendo ainda se cada trabalho de tradução era verificado por segundos tradutores. Certo é que havia mais de um «língua» português na corte arracanesa. As fontes disponíveis infelizmente não os listam nem indicam o seu número. O documento de 1643 menciona dois intérpretes, mas não especifica se algum deles era Rodrigo Pessoa – o qual, no mesmo ano, assistiu como mensageiro e interlocutor nas conversações com os holandeses [62].

---

[56] Cf. MANRIQUE, *Itinerário…*, cap. XVII, e SCHOUTEN, *Voyage…*, I, p. 216.

[57] HALL, «Studies in Dutch…, pp. 1-31, p. 10.

[58] Apesar de Luard o identificar com o intérprete, parece-me claro no relato de Manrique que se trata de entidades distintas. MANRIQUE, *loc. cit.*; LUARD, *Travels…*, p. 144, nota 16.

[59] Relato do feitor holandês Van den Helm apresentado por Sanjay SUBRAHMANYAM, «Slaves…», p. 234.

[60] Ver *Puteguê Yazawin*, cap. 97; SCHOUTEN, *Voyage..*, I, p. 198.

[61] Relato do feitor holandês Van den Helm apresentado por S. SUBRAHMANYAM, «Slaves…», p. 230.

Num escrito igualmente neerlandês, como o anterior publicado por Sanjay Subrahmanyam, depara-se com o nome de outro intérprete português, Nicolau Rebelo, então ocupado a verter em birmano papéis holandeses a submeter ao rei arracanês [63].

*

A influência dos agentes de comunicação, graças ao uso do português como *lingua franca* ou mesmo como língua de corte, foi registada pelos europeus. Apesar de entre os ocidentais os intérpretes terem fama de uso de artimanhas em relação aos recém-chegados, regra geral eram servidores leais: é o caso de Pascoal Rodrigues que, segundo um enviado britânico, servia apaixonadamente os interesses de Ava [64]. Como ressarcimento da sua fidelidade, os intérpretes gozavam de estatuto superior ao da maioria dos *ahmudan*; por exemplo, António «partilhava quinhão de poder e influência» e era recebido com cortesia e atenções na feitoria inglesa «por ser homem de certa importância oficial» [65].

A relevância da presença de intérpretes ocidentais em terras birmanas pode ser ainda avaliada através dos obstáculos advindos quando da sua ausência. A ocasional falta de «línguas», obstruindo o entendimento, impossibilitou amiúde o bom decurso da diplomacia birmana. Foi o que aconteceu em 1645, quando durante inflamada arenga do *sit-ke* (စစ်ကဲ, oficial de justiça, o «chircá» das fontes portuguesas) acerca de um eminente corte de relações amistosas entre o Arracão e a Holanda. Os mercadores a quem se dirigia, nada de positivo puderam responder à sua argumentação, acabando por se expressar mediante lacónico «no entendo», português decerto aprendido por via da sua actividade comercial. A resposta levantou suspeitas quanto à sua posição, pelo que tiveram de se justificar, alegando desconhecimento da língua local e da portuguesa [66]. Deste e doutros processos comunicativos emerge um novo traço cultural – o da prioridade adquirida pelo português.

Intérpretes e tradutores, sendo exímios conhecedores da língua e dos costumes birmanos e homens de confiança do rei, foram instrumentos ao serviço da centralização do poder. Quando, após a morte do monarca Thirithudhamma (r. 1622-1638), o *myo-zá* (governador) de Chatigão se associou aos portugueses a fim de fazer valer o seu direito ao trono, a que acabara de ascender o ex-ministro Narapatigyi (r. 1638-1645), o intérprete da corte,

---

[62] *Idem, ibidem*, p. 233.

[63] S. SUBRAHMANYAM, «Slaves…», pp. 241, nota 66.

[64] DALRYMPLE, *Oriental…*, II, p. 385.

[65] SYMES, *An Account…*, pp. 39 e 45.

[66] Relato do feitor holandês Van den Helm apresentado por S. SUBRAHMANYAM, «Slaves…», p. 235.

D. António, apoiou o monarca recém-coroado. Narapatigyi pretendia que os holandeses da feito-ria de Mrauk-U o ajudassem, com homens e armas, a enfrentar o *myo-zá* revoltoso – adversário poderoso porque fortalecido por um grupo de portugueses que o assistiam militarmente. Os holandeses começaram por recusar alegando não terem ordem de Batávia, e foi D. António, servindo de intermediário entre um rei enfurecido com a recusa e os reticentes residentes holandeses, quem diplomaticamente resolveu a questão em favor de Narapatigyi. O intérprete propôs que os soldados recebessem um mês de salário, comida e bebida; os holandeses, não sabendo como se esquivar, acabaram por aceitar [67].

Às funções diárias os intérpretes associavam esporadicamente actividades pouco rotineiras, que a poderosa arma linguística, de que dispunham em exclusivo, só a eles proporcionava. Em alguns casos teriam aconselhado os portugueses em plena audiência [68], em outros funcionariam como informadores dos governantes locais ou chegariam mesmo a praticar espionagem e dupla espionagem [69]. Do ponto de vista do Estado português eram agentes suspeitos. É que se os intérpretes da corte arracanesa e birmana eram *ahmudan*, entre os quais figuravam cativos e homiziados, os intérpretes que ao serviço de potências europeias tratavam da correspondência a enviar para terras birmanas eram quase todos desertores [70].

Estimados ou não pelos dirigentes de Goa, provam os testemunhos aqui evocados que os intérpretes se mantiveram fiéis à língua portuguesa e que, como se de seus embaixadores se tratasse, a divulgaram na Birmânia. Essa divulgação ultrapassou por vezes aquilo que era requerido à função do «língua», e o português, de tanto ser ouvido na corte, permaneceu nela para além da mera necessidade de comunicação com estrangeiros. Assim parece demonstrar o relatório de uma das audiências régias no palácio de Mrauk-U, na qual a atitude de acato e o silêncio reverencioso dos presentes foi quebrado por um dos ministros locais que, elevando a voz, se dirigiu ao rei Thado Minthara (r. 1645-1652) chamando-o «Sua Alteza» [71].

Não pude ainda apurar, mau grado meu, até que ponto se usou e se desenvolveu na Birmânia um português crioulo à semelhança do que aconteceu em outras partes da Ásia, como no Ceilão – onde tal crioulo foi usado

---

[67] Relato do feitor holandês Van der Mandere, apresentado por S. SUBRAHMANYAM, «Slaves…», pp. 223-224.

[68] Cf. MANRIQUE, *Itinerário…*, cap. XVI.

[69] António foi suspeito de denunciar em segredo os ingleses ao rei birmane, parece que com vista a receber recompensa, numa questão que levou à morte de sete denunciados. Cf. SYMES, *An account…*, pp. 46-58. Sobre outras actividades de espionagem, ver *Puteguê Yazawin*, caps. 97 e 98.

[70] AMEP, cód. 121, fls. 624-625: «Avis touchant les catholiques qui se mettent au service de la Compagnie des Indes d'Hollande», 1661 [?].

[71] *Souw Altesa* no relato holandês (divulgado por SUBRAHMANYAM, «Slaves…», p. 240).

pelas comunidades holandesas locais para além do período áureo da presença portuguesa [72].

ANEXOS

Carta do rei Pye à Companhia Holandesa das Índias Orientais

Em partes do Leste da banda donde sai o sol.

Senhor que tem mando sobre a água e terra, Senhor dos reis de reinos e reinos os que tem pouco entendimento sendo causa que reine mal por si morre e fica apredesado [?] com a ventura que tem, Senhor que no dar e amar é mui largo e piedoso. Sombra e encosto de coatro costas. Senhor de muito grande ventura de valias. Senhor de alifantes de boas fadas e de bom estrea de valia, Senhor de cavalos de boas fadas e de bom estrea de valia, Senhor de paços de ouro, Senhor de muito grande ventura de valia, Gram Senhor a cujas solas de pés de ouro carretamos sem preficios[?] [73],

Nós os principais governadores mores do Estado de Sua Magestade com coração de amor e amizade fazemos de [*sic*] saber a capitão mor de como Sua Magestade tem a capitão mor como vassalo mais chegado, que sempre assiste debaixo de solas de pés de Sua Magestade e por Sua Magestade ter nele conta, nós também ajudamos nos capitães que serviste debaixo de solas de pés de ouro de Sua Magestade em todos seus negócios, grandes e pequenos, e quando nos da de saber que a monção está para perto fazer de saber debaixo de solas de pés de ouro de Sua Magestade, e mandamos ir depresa;

Sua Magestade, Senhor de muito grande ventura manda a capitão mor, em sinal de amor, dous anéis de rubins [74], duzentas biças [75] de marfim, mil biças de calem [76], doze bacios de gores feitos na corte de ou de lavor de siões [77], dous petis [78] lavrados, duas bocetas lavradas de coatro cantos, outro uma de cantos, outro uma boceta de betel, outro uma grande [79].

---

[72] Muito interessante é o relatório sobre os estudos conduzidos acerca do crioulo português, escrito por Shihan de Silva JAYASURIA, «Sri Lanka Portuguese Creole Verses», in *IIAS News Lettter*, n.º 21, Fevereiro de 2000, p. 19.

[73] Toda esta fraseologia inicial é tipicamente birmane e assemelha-se à da tradução inglesa de outra carta (cujo original, também em português mas hoje perdido, foi enviado à companhia britânica em 1697).

[74] Rubis.

[75] Peso e moeda usada na Birmânia. Equivale a cem tical, ကျပ်သား (que na altura se-riam 108 réis) e, em peso, a 1,632932532 kg. O termo birmane ဗဲသာ, *bi'sa*. (ROBINSON e SHAW, *The Coins and Ban notes of Burma*, Lancashire and Chesire Numismatic Society, Manchester, 1980, pp. 6-7 e 23-24; *Myanmar-English Dictionary*, Rangum, 1990, pp. 280 e 637; Denise Bernot, *Dictionnaire Birman-Français Selalf/Peeters*, Paris,1990, 10, p. 53; *Hobson-Jobson*, pp. 360, 527, 918, 967). Interessante é a explicação sobre o seu valor e peso, nas transacções feitas pelos portugueses em Pegu no ano de 1512: THOMAZ, *De Malaca a Pegu. Viagens de um Feitor Português*, Instituto de Alta Cultura, Lisboa, 1966, doc. I, pp. 63-64.

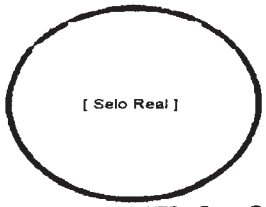
[76] Ou calaim. Nome malaio do estanho, vindo do arábe *kala'i*. Cf. Thomaz, *A viagem de António Correia a Pegu em 1519*, Centro de Estudos de História de Cartografia Antiga, Lisboa, 1976, p. 210; *Hobson-Jobson*, p. 145.

[77] Siameses.

[78] Caixas ? Na tradução holandesa o termo figura como caixas.

[79] ARA, VOC, 1242, fl. 938: «Brief vanden konnick van Peguw met de fluijt Peguw», 24.I.1664. A cópia do manuscrito foi amavelmente disponibilizada por Wil Radelaar-Dijk.

Passaporte birmano-português 1783 (transcrição)



Por ordem d' el rey

[1] Nós Governador e mais Conselheiros Mroum Meng Saquem purá Reum Acocum Meng [2] Acumcum Meng, Chitkeydoh, Nacamdoh, Cheredohgry Meng Miah Assentado em Conselho de Runday, para fazer todos os bens que nós podermos a todas naçoins estrangeiras que vêm contratar em nossos portos etc.[3] Pedimos aos Senhores Almirantes, Vice-Almirantes das frotas, Chefes das esquadras, Capitães dos navios das quaesquer [4] Potênsias que sejão nossos amigos, aliados, e demais todos os outros que tendo em alguma maneira pertensões, de deixar passar livremente o Bregantim chamado [5] Fathe Sultany, pouco mais ou menos de cento e vinte 120 toneladas, que pertence a Dom Budan Mahomet Sahib, habitante que mora abaixo de nossa jurisdição e que vai nele embarcado [6] por capitão comandante Senhor Galope e por sobrecarga Gulam Satar que parte deste porto de Rangom para Bengala etc. e com nossa real bandeira e com sua Alutaçoins equipagem [7] mais ou menos de quarenta pessoas de diferentes nações, 40 pessoas, e com a carga de Paus e Táboas, Serós Marphim, Calem, Bertal Caihoo [?] e os demais mercadores passageiros que [8] assim venham, anunciamos e mandamos passar presente passaporte em nosso Conselho e assignamos e selamos com selo das Armas reais, etc. [9] Também pedimos aos Senhores Governadores e Comandantes dos Portos Marítimos que não ponhão nenhum impedimento nas suas viagens [10] que sejão servidos de favoreser de ajudas em caso de necessidade, assim nós não deixaremos de fazer o mesmo em semelhante

ocasião etc. [11] Damos presente passaporte desta[?] chegada do dito Bregantim a este porto. Rangom, vinte nove de Septembro de mil septecentos oitenta e tres anos 29. 7^{bro}. 1783.

ရုန်ကုန်မြို့ဝန်မင်သခင်ဘုရာ	ရေဝန်မင်	အကောဝန်ငင်	အခွန်ဝန်မင်	စစ်ကဲတော်မင်	နားခံတော်မင်	စာရေတော်မင်မျာစ်
Príncipe Governador de Rangon Mroum Meng saquem purah	Reum Meng	Acoqumum Meng	Acoqumum Meng	Chitken doh Ming	Nacam doh Ming	Cheredogtn Meng mnah. Secretário D'el Rey.

ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR, Vol. III, 2002, pp. 353-375

A EMBAIXADA DE PEDRO VAZ DE SIQUEIRA AO SIÃO EM 1684

por

MARIA DA CONCEIÇÃO FLORES *

Os Portugueses foram os primeiros ocidentais a estabelecer contacto com o reino do Sião, em 1511, no âmbito da conquista de Malaca por Afonso de Albuquerque. Ao longo de quase todo o século XVI, Portugal manteve-se como o principal interlocutor ocidental do Sião – apesar de os contactos terem decorrido sobretudo na esfera dos interesses privados –, e a língua portuguesa tornou-se no idioma diplomático utilizado naquele reino.

No final do século XVI e início do século XVII, Ingleses e Holandeses estabeleceram os primeiros contactos com o Sião e fundaram feitorias na capital – Ayuthya – e noutros portos do reino. Os monarcas siameses, cientes da importância do apoio militar dos europeus para enfrentar as ameaças constantes dos vizinhos Camboja e Birmânia, trataram de desenvolver relações com os novos recém-chegados, pois os contactos efectuados pela mesma altura com o Estado da Índia, não tinham produzido qualquer apoio efectivo da parte de Portugal [1].

De facto, os Portugueses não possuíam meios para se envolver quanto desejariam com os potentados asiáticos e, no caso do Sião, acabariam, impotentes, por deixar o caminho livre à penetração dos outros povos europeus.

Os Holandeses viriam a tornar-se no povo europeu mais influente no Sião na primeira metade do século XVII, durante os reinados de Song Tham (1611-1628) e Prasat Thong (1629-1656). Em 1634 foi assinado um tratado pelo qual os Holandeses conseguiram obter de Ayuthya o monopólio do apetecido comércio de peles de veado, essencial para o trato com o Japão,

---

* Investigadora do Centro de História de Além-Mar.

[1] A principal iniciativa diplomática portuguesa ocorreu em 1516 quando o vice-rei, D. Jerónimo de Azevedo, enviou a Ayuthya o dominicano Fr. Francisco da Anunciação no intuito de conseguir o encerramento do Sião aos Holandeses. A missão, claro está, não teve sucesso porque o Estado da Índia não se prontificou a fornecer o auxílio militar de que os Siameses necessitavam para o conflito com o Rei de Ava.

e em troca ofereceram auxílio militar aos Siameses na luta que travavam com o principado malaio vassalo de Patane que se encontrava em rebelião. O Estado da Índia entretanto efectuou debalde algumas iniciativas diplomáticas para tentar afastar o «inimigo da Europa» do Sião, das quais a mais significativa ocorreu em 1646. Nessa altura o governador, D. Filipe de Mascarenhas, decidiu enviar Francisco Cutrim de Magalhães como embaixador ao rei Prasat Thong, com o ambicioso plano de tentar convencer os Siameses a substituírem eles próprios os Holandeses no tráfico com o Japão e expulsarem estes últimos dos seus domínios. Claro está que a embaixada não conheceu qualquer sucesso prático e o Sião continuou a desenvolver relações privilegiadas com os Holandeses [2].

*

A subida ao trono do rei Narai (1656-1688) viria trazer alterações no que diz respeito à influência dos diversos povos europeus no Sião.

Apesar da sua predominância, a convivência dos Holandeses com o Sião tivera sempre alguns altos e baixos ao sabor das circunstâncias políticas e económicas. O rei Narai, que requerera sem sucesso aos Holandeses o seu apoio militar na luta pela posse do trono, mostrou-se desde logo menos favorável aos naturais das Províncias Unidas, instituindo o monopólio régio sobre todo o comércio e enviando ele próprio os seus barcos a traficar ao Japão agindo, de certa forma, conforme ao projecto apresentado sem êxito no reinado anterior por Francisco Cutrim de Magalhães. Os Holandeses reagiram bloqueando durantes vários meses em 1663 o rio Menan Chao Phraya, a principal via de comunicação no Sião. Narai foi obrigado a ceder, assinando um tratado com os Holandeses em 1664 que lhes garantia de novo um monopólio do tráfico das peles de veado, embora de forma mais limitada.

O rei Narai apercebeu-se então de que seria aconselhável alargar o relacionamento do Sião a outros povos ocidentais por forma a equilibrar a influência europeia em Ayuthya e permitiu o estabelecimento de feitorias das Companhias das Índias Orientais inglesa e francesa no reino. Além disso o rei Narai favoreceu igualmente as várias comunidades de particulares europeus estabelecidas no reino – das quais a portuguesa era a mais antiga –, que foram aqueles que mais prosperaram com o tráfico internacional [3]. É sabido que o rei Narai tinha boa vontade para com os Portugueses, tendo socorrido a cidade de Macau com um empréstimo de trinta e seis mil patacas cerca de 1666 [4].

---

[2] Cf. Maria da Conceição FLORES, «O Sião como obstáculo ao comércio holandês com o Japão: a embaixada de Francisco Cutrim de Magalhães ao rei Prasat Thong em 1646», *O Século Cristão do Japão*, Lisboa, 1994.

[3] David K. WYATT, *Thailand: a short history*, New Haven, 1984, pp. 111-112.

[4] Carta do Conde de São Vicente, vice-rei da Índia, ao rei D. Afonso VI, Goa, 29.XII.1667, A.H.U., *Índia*, Cx. 28, doc. 80.

Por volta de 1680 registou-se um grande desenvolvimento das relações entre o Sião e a França. Com a criação das Missões Estrangeiras Francesas pelo Papa Alexandre VII em 1659, um bispo francês, Lambert de la Motte, foi enviado a Ayuthya onde chegou em 1662. Os vigários apostólicos franceses que se tornaram úteis junto da Corte siamesa, prestando esclarecimentos para a construção de fortalezas e palácios, rapidamente conquistaram a confiança do rei Narai que lhes concedeu um terreno e materiais para edificarem uma igreja e se deixou encorajar no sentido de enviar uma embaixada ao rei de França em 1680. Além disso, o rei Narai tomou por valido um aventureiro grego chamado Constantino Falcão (1647-1688) que chegara ao Sião em 1678 integrado na Companhia das Índias Orientais inglesa e ganhara a confiança do monarca siamês graças aos seus dotes de intérprete, contabilista e diplomata. Convertido ao Catolicismo pelos religiosos gauleses e casado com uma senhora católica de origem nipónica, Constantino Falcão assumiu uma posição favorável aos interesses de França em Ayuthya, com cujo apoio militar terá pensado contrabalançar a presença holandesa na região. Constantino Falcão terá mesmo acalentado a ideia de converter o rei Narai ao Catolicismo, pois o monarca siamês, apesar de Budista como a maioria dos Siameses, era dado a discussões filosóficas e tolerante para com outros credos.

O estabelecimento dos missionários franceses no Sião produziu de imediato conflitos de jurisdição com os religiosos portugueses que se encontravam naquele reino havia mais de um século e advogavam que todos os Católicos deviam obediência ao Arcebispo de Goa. Em breve começaram a chegar a Lisboa as queixas dos missionários estabelecidos no Sião [5]. Em 1676, o Príncipe Regente, D. Pedro, ordenou ao vice-rei, Luis de Mendonça Furtado, que fizesse embarcar os bispos franceses para a Europa, directiva que este último não logrou executar, pois, como bem assinalou, os estrangeiros entravam directamente nos reinos gentios sem passar pelos portos portugueses escapando assim ao alcance do Estado da Índia [6].

A presença dos bispos franceses no Sião gerou também rapidamente outra apreensão. De facto, em 1667 temia-se já com algum fundamento que aqueles religiosos não fossem mais do que um veículo para o desenvolvimento do comércio francês com o Sião. Os governantes portugueses receavam que através de Ayuthya os Franceses estendessem a sua influência comercial à China e pusessem em causa a sobrevivência de Macau [7]. Todavia,

---

[5] Carta de Frei Luís Fragoso ao Princípe Regente, Sião (Ayuthya), 19.I.1674, A.H.U., *Índia*, Cx. 29, doc. 151.

[6] Resposta do vice-rei Luís de Mendonça Furtado ao Príncipe Regente, Goa, 15.I.1677, A.H.U., *Índia*, Cx. 30, doc. 117.

[7] Parecer do Conselho Ultramarino sobre o que escreveu o vice-rei, António de Melo de Castro, sobre vários assuntos da Índia, Lisboa, 19.IV.1667, A.H.U., *Índia*, Cx. 27 A, doc. 97; Carta do vice-rei, D. Francisco de Távora, a Pedro Vaz de Siqueira, Goa, 8.V.1683, A.H.U., *Índia*, Cx. 32, doc. 97.

fosse por falta de meios ou por má informação [8], as autoridades portuguesas mantiveram-se passivas durante largos anos.

Em 1683, o governo da Índia, que provavelmente teria já conhecimento da partida de emissários siameses três anos antes para a corte de Luís XIV [9], devido aos esforços dos missionários franceses, decidiu finalmente enveredar por alguma acção capaz de travar a influência crescente dos vigários apostólicos no Sião enviando uma embaixada a Ayuthya.

*

O vice-rei, D. Francisco de Távora, conde de Alvor, confiou a embaixada a um conhecido habitante de Macau chamado Pedro Vaz de Siqueira. O principal «negócio» do embaixador português no Sião seria o de convencer o rei Narai da grandeza do Princípe D. Pedro entre os restantes monarcas europeus, confirmar a antiga amizade entre Portugal e o Sião e conseguir a expulsão dos missionários franceses, alegando que eles eram espiões ao serviço dos desígnios expansionistas do rei de França [10].

D. Francisco de Távora não estaria muito bem informado acerca dos últimos desenvolvimentos políticos no Sião pois, para além de uma missiva para o rei Narai, confiou também a Pedro Vaz de Siqueira uma carta para o Barcalão (Phrakhlang-Ministro dos Negócios Estrangeiros) do Sião, figura que na altura pouca influência teria junto do monarca siamês devido à presença de Constantino Falcão. Da mesma forma, o vice-rei apenas designou uma escolta de doze soldados e um capitão para acompanhar o embaixador, o que era claramente insignificante para impressionar o rei do Sião. Sabedor disto, Pedro Vaz de Siqueira tratou logo de juntar o útil ao agradável, levando consigo vários moradores de Macau que para tal se haviam oferecido, certamente na mira de concretizar algum negócio em Ayuthya.

A embaixada partiu de Macau em 6 de Março de 1684 e, depois de uma viagem algo atribulada por problemas com a fragata, chegou à barra do reino do Sião (barra do rio Menan) três semanas mais tarde. De imediato

---

[8] O Conde de São Vicente escreveu a D. Afonso VI em 1667 dizendo que os Siameses eram a gente mais fraca do universo. Cf. Carta do Conde de São Vicente citada acima.

[9] A embaixada siamesa perdeu-se no náufrágio do Soleil d'Orient junto à ilha da Reunião. Cf. Michael SMITHIES (ed.), *Journal of a voyage to Siam 1685-1686*, Kuala Lumpur, 1993, p. 11.

[10] Pedro Vaz de Siqueira era filho natural de Gonçalo Siqueira de Sousa, que foi por embaixador ao Japão em 1647. Pedro Vaz serviu na armada de alto-bordo em 1657-1659 sob as ordens de Luís de Mendonça Furtado, participou na reconquista de Coulão em 1659 e na defesa de Cochim de 1659 a 1663. Estabeleceu-se depois em Macau onde se envolveu em actividades comerciais. Habitante ilustre desta cidade, veio a governá-la por duas vezes, em 1698-1700 e 1702-1704. Sobre os objectivos da missão, cf. Instrução do vice-rei da Índia a Pedro Vaz de Siqueira, Goa, 12.V.1683, A.H.U., *Índia*, Cx. 32, doc. 98. Anexo, documento n.º 2. Durante a embaixada D. Pedro II é sempre designado por Princípe Regente, pois Siqueira certamente ainda desconhecia a sua ascensão ao trono em 1683 após a morte de D. Afonso VI.

Pedro Vaz de Siqueira enviou cartas anunciando a sua chegada a Francisco Barreto de Pina, capitão-mor do Bandel, (bairro) dos Portugueses em Ayuthya, ao Barcalão do Sião e a Constantino Falcão, cuja influência junto de Narai era bem conhecida do nosso embaixador [11].

Vencidas algumas dificuldades junto dos oficiais siameses que pretendiam que Pedro Vaz de Siqueira registasse todas as armas, gente e mercadorias que iam a bordo da sua fragata, como acontecia com todas as embarcações de comércio que demandavam o Sião, o embaixador lá conseguiu evitar a dita declaração e viajou rio acima até Ayuthya onde desembarcou com grande ostentação e foi instalado nas casas da feitoria localizada no Bandel dos Portugueses sob a supervisão de Constantino Falcão. A despesa de toda a comitiva portuguesa correu por conta da fazenda do rei do Sião.

Pedro Vaz de Siqueira permaneceu cerca de um mês no Bandel dos Portugueses aguardando ordem para se dirigir à Corte que se encontrava mais para norte, na cidade de Lopburi. Durante esse tempo o embaixador desenvolveu diversos contactos com vários dignitários siameses e com dois portugueses emissários [12] de Constantino Falcão que tentaram sem sucesso obter pormenores sobre a embaixada. Pedro Vaz de Siqueira recebeu também a visita de dois religiosos franceses, do feitor da Companhia Holandesa e dos Ingleses que se encontravam no Sião.

Finalmente o embaixador foi visitado pessoalmente por Constantino Falcão que lhe fez muitos cumprimentos e lhe reiterou o desejo de levar a bom termo os negócios da missão portuguesa. Apesar da desconfiança acerca das intenções do privado de Narai, Pedro Vaz de Siqueira discutiu com ele os pormenores da maneira como seria apresentada a embaixada e mostrou-lhe mesmo o saguate (presente) que trazia para o rei do Sião, pois não havia dúvidas de que era o grego aquele que realmente possuía a jurisdição sobre tais assuntos. A questão da apresentação do embaixador ao rei Narai colocava grandes embaraços pois o vice-rei, desejando sublinhar a importância de Portugal, ordenara expressamente a Siqueira que usasse sapatos, espada, e não se prostrasse como era hábito nas audiências com os monarcas siameses [13]. Constantino Falcão mostrou-se disponível para resol-

---

[11] A embaixada de Pedro Vaz de Siqueira encontra-se descrita pormenorizadamente numa Relação existente no *Livro das Monções*, n.º 51 A, do Arquivo Histórico do Estado da Índia, em Goa, que pensamos editar futuramente. A missão está igualmente descrita, mais sucintamente, na Carta de Pedro Vaz de Siqueira a D. Francisco de Távora, de 24 de Junho de 1684, que se encontra transcrita abaixo, documento n.º 3.

[12] Os emissários de Constantino Falcão eram o Agostinho Fr. Estevão de Sousa e o Dominicano Fr. Pedro Mártir. O primeiro viera para o Sião no intuito de alcançar donativos para o seu convento de Macau e colocara-se ao serviço de Constantino Falcão e do rei Narai, capitaneando mesmo um barco que este último enviou a comerciar a Manila. O segundo habitava havia alguns anos no Sião, onde abandonara as obrigações religiosas e se tornara escrivão do valido grego.

[13] Instrução dada pelo vice-rei da Índia ao embaixador Pedro Vaz de Siqueira, Goa, 12.V.1683, A.H.U., *Índia*, Cx. 32, doc. 98. Anexo, documento n.º 2.

ver o problema e partiu agradado com a entrevista com Pedro Vaz de Siqueira. Nesta altura os contactos oficiais com França encontravam-se algo parados, aguardando-se em Ayuthya notícias de dois emissários siameses que haviam sido enviados no ano anterior à corte de Luís XIV a indagar o que se passara com a embaixada de 1680, e Constantino Falcão terá preferido não antagonizar os Portugueses, que também poderiam contribuir para contrabalançar a presença dos Holandeses no Sião. No final da visita, que se prolongou por vária horas, o privado anuiu mesmo a entregar ao embaixador o capitão Francisco Barreto de Pina que havia sido preso por ordem régia devido a crimes mal esclarecidos, indo ao encontro da vontade de Siqueira, que pretendia ser ele a julgar as culpas do arguido alegando que ele era vassalo do Príncipe de Portugal.

A comitiva partiu então pouco depois para Lopburi, situada a vinte e sete léguas de Ayuthya. A jornada foi efectuada pelo rio Menan acima em diversas embarcações enviadas pelo rei Narai. Este último destinou para uso particular do embaixador um balão de estado ricamente ornamentado. Muitos dignitários siameses acompanharam a comitiva conferindo-lhe grande ostentação. Já perto do seu destino, o embaixador desembarcou e dirigiu-se à Corte num elefante real com uma charola dourada enviado por Narai, acompanhado pela sua comitiva, por muitos senhores e muita infantaria. Ao longo do caminho encontrava-se muito povo assistindo à passagem da embaixada, em silêncio e com a cabeça inclinada conforme ordem régia.

À chegada à Corte, Pedro Vaz de Siqueira foi recebido pelo Barcalão que lhe deu as boas-vindas em companhia de Constantino Falcão, que serviu de intérprete. O embaixador entregou as cartas que trazia para o rei e para o Barcalão assim como o saguate para o primeiro. Siqueira ofereceu ao Barcalão um presente que tinha trazido à custa da sua fazenda pois, embora fosse ao momento um ministro inútil, era uma forma de impressionar o Rei do Sião. O embaixador ficou instalado numa casa sumptuosa expressamente preparada para a missão portuguesa.

Passados alguns dias durante os quais se levantou de novo a questão da maneira como o embaixador se apresentaria perante o Rei do Sião, o que originou vários debates com o Barcalão e Constantino Falcão, Narai anuiu aos desejos de Pedro Vaz de Siqueira e decidiu recebê-lo em audiência. O rei enviou quatro dignitários buscar o embaixador e a sua comitiva, que foram recebidos no palácio com grande pompa e majestade. Pedro Vaz de Siqueira apresentou-se a Narai de pé, calçado e com espada e adaga à cinta, fazendo-lhe as saudações ao modo europeu. O rei deu ordem para que se sentasse frente ao seu trono, aceitou a carta e o saguate e colocou-lhe várias questões sobre o Príncipe Regente e sobre D. Francisco de Távora. Sempre muito cordial, Narai ordenou ao Barcalão que tratasse dos negócios da embaixada em audiência a Pedro Vaz de Siqueira.

No dia combinado o embaixador foi então recebido pelo Barcalão. Este último encontrava-se acompanhado por Constantino Falcão, que oficialmente ia servir de intérprete, embora na realidade fosse para deliberar sobre

os negócios da embaixada. Pedro Vaz de Siqueira decidiu então não abordar o assunto da expulsão dos missionários franceses, pois sendo o privado quem tomava as decisões e conhecido amigo deles era inútil expor tal questão. Para além disso, era sabido que os religiosos franceses eram muito bem recebidos por Narai, que gostava de conversar com eles, e que o monarca siamês tinha enviado plenipotenciários a França. Assim sendo, mesmo que Siqueira conseguisse tratar dos negócios da embaixada directamente com Narai, o que se revelava impossível, não seria este que também iria tomar qualquer medida contra os Franceses.

O embaixador apresentou ao Barcalão uma lista com os seus requerimentos, limitando a sua intervenção a assuntos relacionados com a colónia portuguesa residente no Sião. Em primeiro lugar pediu que os Portugueses não estivessem submetidos a nação alguma no que dizia respeito ao poder temporal e que só recebessem ordens do Arcebispo Primaz da Índia no campo espiritual. Os vassalos portugueses deveriam ser governados pelo capitão-mor, que decidiria nos assuntos de justiça sem intromissão dos ministros do Rei do Sião. Os Portugueses poderiam comerciar livremente e não deveriam participar em conflitos do Sião com reinos amigos de Portugal. No Bandel português não deveria habitar gente de outras nacionalidades. Finalmente, o embaixador pediu que todas as embarcações portuguesas de comércio que demandassem o Sião pudessem efectuar o seu contrato sem impedimentos.

O Barcalão respondeu afirmativamente à generalidade de todos os assuntos abordados pelo embaixador, apenas colocando algum reparo na questão da administração da justiça entre a comunidade portuguesa, afirmando que os ministros siameses deveriam intervir quando o capitão-mor assim o solicitasse. Mais pediu o Barcalão que o Príncipe de Portugal nomeasse novo capitão-mor para o Bandel dos Portugueses que fosse pessoa séria e avisada. O governante siamês apresentou igualmente uma lista de requerimentos a Pedro Vaz de Siqueira, por certo saída da ideia de Constantino Falcão, na qual principalmente se pedia que as embarcações de comér-cio siamesas pudessem navegar sem entraves para todos os portos sujeitos à Coroa de Portugal e que ficassem livres do pagamentos de direitos nas alfândegas portuguesas.

Pedro Vaz de Siqueira respondeu favoravelmente às pretensões siamesas, ressalvando apenas os portos de Moçambique e Mombaça e estabelecendo limites no que respeitava a Macau, à qual, devido aos seus habitantes dependerem apenas da actividade comercial e às proibições impostas pelo imperador da China em relação à visita de embarcações estrangeiras àquela cidade, apenas poderia viajar anualmente uma embarcação do Rei do Sião, cuja metade da carga seria composta por arroz destinado ao abastecimento da cidade, facto que evitaria problemas com as autoridades imperiais. O Barcalão, ou melhor dizendo, Constantino Falcão, não concordou com esta resposta do embaixador, que não interessava ao rei do Sião. Na altura, Narai, seguindo uma tendência que vinha já desde o início do seu reinado,

quiçá exarcebada pelo seu valido grego, procurava incrementar a posição política do Sião lançando-se no tráfico internacional e visando particularmente o comércio com a China para o qual se pensava Macau possuir um papel primordial. Assim, seguiram-se vários dias de debates em que não se chegou a qualquer acerto pois Pedro Vaz de Siqueira não trazia instruções do vice-rei para efectuar tratados comerciais. A questão acabou por ser ultrapassada pois entretanto o Rei do Sião decidiu enviar embaixadores ao vice-rei em Goa para daí seguirem para Portugal, onde se apresentariam ao Príncipe Regente e certamente então seriam abordados os assuntos económicos.

Narai continuou a honrar o embaixador português convidando-o para uma caçada de elefantes onde conversou pessoalmente com ele. Da mesma forma ofereceu um opulento banquete a Pedro Vaz de Siqueira na casa onde se encontrava alojado, presidido por Constantino Falcão. Finalmente, quando o embaixador se despediu recebeu-o à noite no seu palácio, todo iluminado por milhares de fogos e lanternas e trocou novamente impressões com ele, reiterando a partida dos seus embaixadores para Goa em Agosto desse ano.

Pedro Vaz de Siqueira deixou então Lopburi e voltou para Ayuthya, para o Bandel dos Portugueses. Aí resolveu alguns assuntos de justiça que se encontravam pendentes, decidiu levar consigo para Macau o capitão Francisco Barreto de Pina, pois as suas culpas eram difíceis de julgar no Sião, e nomeou para governadores provisórios do Bandel os vigários das duas respectivas freguesias, o P.e Manuel Soares e o P.e Fr. Domingos de Santa Ana. O embaixador embarcou com a sua comitiva de volta a Macau no dia 24 de Junho de 1684. A sua missão foi considerada um sucesso pois deu grande crédito a Portugal perante todas as nações estrangeiras presentes no Sião, entenda-se os vigários apostólicos franceses. Só Francisco Barreto de Pina, como é óbvio, ficou desagradado com a actuação de Pedro Vaz de Siqueira.

O rei Narai, conforme prometido, enviou três embaixadores a Goa, onde chegaram em Abril de 1685 com uma carta e saguate para o rei de Portugal. Visto que o objectivo dos siameses era apresentar a sua embaixada ao rei D. Pedro II em Portugal, não traziam carta do monarca siamês para o vice-rei, como era uso na correspondência entre o Estado da Índia e os vários potentados asiáticos. D. Francisco de Távora convocou então o Conselho do Estado da Índia, que deliberou não ser conveniente que os embaixadores fossem recebidos em audiência pelo vice-rei. Foi decidido que os dignitários siameses deveriam ser conduzidos a terra com a maior pompa possível e instalados em casas para eles preparadas e mantidas à custa da Fazenda Real, tal como o rei Narai fizera com o embaixador Pedro Vaz de Siqueira no Sião [14]. A missão siamesa acabou, contudo, por conhecer um desfecho triste pois os embaixadores pereceram durante o náufrágio no Cabo da Boa

---

[14] Cópia do assento que se tomou no Conselho do Estado da Índia sobre se devia ser dada audiência aos três embaixadores do rei do Sião, Goa, 6.IV.1685, A.H.U., *Índia*, Cx. 33, doc. 74.

Esperança da nau em que seguiam em direcção a Portugal [15]. Os obstáculos postos pelos governantes do Estado da Índia em receber oficialmente os plenipotenciários siameses levaram a que hoje se desconheçam quais as propostas que o rei Narai pretendia na altura apresentar ao rei de Portugal. O impacto da missão de Pedro Vaz de Siqueira acabou por se desvanecer e, mais uma vez, as autoridades portuguesas deixaram a via aberta a outras potências europeias.

*

No mesmo ano de 1685 chegava ao Sião, directamente de França, uma embaixada de parte do rei Luís XIV chefiada pelo Cavaleiro de Chaumont. Narai, satisfeito com as atenções que lhe eram verdadeiramente prodigalizadas pela primeira vez por um importante monarca europeu [16], e por certo influenciado por Constantino Falcão a quem concerteza se reacenderam os instintos pró-gauleses, concedeu facilidades comerciais aos Franceses, entre as quais o monopólio do tráfico do estanho de Junkceylon (Phuket), e o direito de estacionarem tropas em Songkhla (Singor). Dois anos mais tarde, Luís XIV enviou uma imponente embaixada ao rei Narai, confiada a Simon de La Loubère. A comitiva francesa, composta por 1361 pessoas, entre as quais muitos religiosos e um corpo de cerca de 500 soldados, viajou em cinco navios até ao Sião. Mais do que uma embaixada, a missão francesa era uma verdadeira expedição. Foi assinado um tratado comercial em Dezembro de 1687, que concedeu liberdade à Companhia das Índias francesa de operar em qualquer parte do reino com isenção do pagamento de direitos. O monopólio do tráfico do estanho foi alargado à zona de Mergui, onde os franceses foram autorizados a erigir um forte e aí instalar uma guarnição. Constantino Falcão foi feito associado da Companhia e tornou-se um dos seus maiores accionistas [17].

Todavia, a crescente influência francesa começou a gerar um desagrado geral no Sião, não só entre os governantes que haviam sido prejudicados pelo grego mas também pelo clero budista, que começou a temer a presença de tantos religiosos católicos. Um importante dignitário siamês, Phra Phetracha, chefe da oposição a Constantino Falcão, aproveitando-se do sentimento anti-francês e da grave doença sofrida por Narai em Março de 1688, aprisionou o valido que, depois de torturado, foi declarado culpado de alta traição e executado a 6 de Junho. Em seguida o conspirador eliminou os dois meios-irmãos de Narai, os mais importantes potenciais herdeiros ao trono.

---

[15] Carta de Francisco Barreto de Pina ao rei D. Pedro II, Sião (Ayuthia), 10.X.1691, A.H.U., *Índia*, Cx. 38, doc. 63. Anexo, doc. n.º 5.

[16] David K. Wyatt, cit., p. 114. As embaixadas de países europeus dirigidas até aí ao Sião eram enviadas por vice-reis ou governadores de Companhias Comerciais no Oriente.

[17] Michael Smithies, cit., pp. 24-27.

O rei faleceu em Julho de 1688 e Phetracha subiu ao trono no dia 1 de Agosto. Os Franceses, que nada fizeram para impedir o desenvolvimento desta situação, foram obrigados a abandonar as fortificações de Banguecoque e Mergui, e grande parte deixou o Sião. Vários missionários franceses foram aprisionados e feitos reféns, só sendo libertados anos mais tarde [18]. Terminava assim, sem brilho, a influência francesa no Sião. O capitão-mor, Francisco Barreto de Pina, que entretanto regressara ao Sião a pedido do rei Narai, assistiu a todos estes acontecimentos [19]. Os Portugueses, apesar de serem vigiados no Bandel, não sofreram represálias e continuaram com a sua vida, definitivamente livres da interferência francesa. O principal negócio que Pedro Vaz de Siqueira levara nas suas instruções e não apresentara na altura por o considerar inoportuno – a expulsão dos Franceses do Sião –, acabou assim por se resolver naturalmente a contento do Estado da Índia.

DOCUMENTOS

Documento n.º 1

1683, Goa, Maio, 1.

Carta de D. Francisco de Távora, conde de Alvor, vice-rei da Índia, ao rei Narai do Sião.

Lisboa, A.H.U., Índia, Cx. 32, doc. 96.

Muito alto e poderoso senhor Rey de Sião/

Eu Francisco de Tauora Conde de Aluor do Conselho d estado/ Vice Rey e capitam geral da India. Pello Serenissimo Principe Dom Pe/dro meu senhor que hoje gouerna os Reinos e Senhorios de Portu/gal tenho entendido a boa paz, e amizade com que Vossa Alteza re/colheo em suas terras aos Vassalos do muito alto e po/deroso Principe meu senhor que assistem no Reino de Si/ão e porque tão grande merçe não deue ficar sem agra/deçimento mando a Pedro Vaz de Siqueira fidalgo de muitas/ prendas, para que em nome do muito alto e poderoso Prin/cipe meu senhor possa gratificar a Vossa Alteza esta beneficençia re/al, e firmar de nouo a paz e Irmandade que sempre/ ouue entre estas Coroas./

Peço a Vossa Alteza mande dar inteira fee e credito ao/ Embaixador por que o que elle fizer e assentar manda/rey cumprir puntualmente./

E por que tenho notiçia que os Bispos Francezes per/turbão a pax e quietação com que Vivuerão ate agora os/ Portuguezes nesse Reino debaixo da protecção dos muy al/tos Reis de Sião predecessores de Vossa Alteza Sera muito comuenien/te que Vossa Alteza mande atalhar esta sem rezão e injustiça não/ premetindo que os estrangeiros se introduzão no Bandel/ dos Portuguezes, nem intentem molesta los por Via

---

[18] *Ibidem*, pp. 27-30.

[19] Carta de Francisco Barreto de Pina citada acima. Anexo, doc. n.º 5.

al/guma: Siruasse Vossa Alteza de Mandar asseitar o Saguate/ que da minha parte lhe há de offereçer o embaixador/ Pedro Vaz de Siqueira:

Muito alto e poderoso Senhor Rey de Sião/ Deus guarde a pessoa de Vossa Alteza.

Feita em Goa ao primeiro/ de Mayo de 1683. o Conde de Aluor./

Luis Gonçalvez Cotta//

Documento n.º 2

1683, Goa, Maio, 12

Instrução dada pelo vice-rei da Índia, D. Francisco de Távora, conde de Alvor, ao embaixador Pedro Vaz de Siqueira.

Lisboa, A.H.U., *Índia*, Cx. 32, doc. 98.

Francisco de Tauora Conde de Aluor do Conselho de estado de Sua Alteza Vice Rey e Capitão Geral/ da India etc faço saber a vos Pedro Vas de Siqueira fidalgo da Caza do dito Senhor e Caualeiro/ professo da ordem de christo, que pellas boas imformações que me derão de vossa pessoa, e do zello/ com que sempre vos empregastes no seruiço de Sua Alteza sem reparardes no dispendio de vossa/ fazenda, e pellas notiçias que tendes acquerido dos estillos das Cortes dos Reinos de Sião, Co/chinchina e Camboja por assistirdes de morada de alguns annos a esta parte na Cidade do nome/ de Deus de Maccao da china donde ordinariamente vão todos os annos muitos barcos/ a contratar nos portos dos ditos Reinos, e pellas mais partes de prudençia talento, e boa dis/pozição que concorrem em vossa pessoa para todos os negoçios de mayor importançia me/ pareçeo nomearvos por embaixador deste estado da India para hirdes a tratar com os ditos/ Reis os negoçios de que vos encarrego por esta Instrução esperando do vosso zello acti/uidade, e bom modo os concluireis de maneira que se conssiga o seruiço de Deos, e de/ Sua Alteza, e vos desempenheis da elleição que fiz de vossa pessoa para que tenha muito que vos agradeçer./

A Comissão da vossa embaixada hê para os Reis de Sião, Cochinchina e Barcalao de Sião, e antes de fazerdes a vossa viagem conferireis a for/ma della com o Capitão geral Belchior de Amaral de meneses e com os officiaes da Camera/ chamando para isso os Pillotos e pessoas mais praticas para que com a sua imforma/ção e esperiençia se rezolua a qual dos ditos Reinos hireis primeiro conforme as mon/ções e distançias que ficão de huns a outros, para com aprouação de todos se dirija/ a viagem com todo o açerto de maneira que em hum anno se for possiuel vades aos ditos/ tres Reinos, e quando haja nisso grande dificuldade por falta das monções e de não serdes/ deffirido com breuidade, vos recolhereis a Maccao de qualquer dos ditos Reinos com/as repostas que vos derem, e tornareis a voltar no anno seguinte a continuar com a vos/as embaixada no Reino ou Reinos que vos faltarem atê dardes fim aos negoçios/ a que vos mando; e tudo o que obrardes me dareis conta pellas uias que se vos offe/reçerem./

O negoçio priçipal a que vos mando hê que façaes entender aos ditos Reis que o Prinçepe// de Portugal Dom Pedro nosso Senhor hê hum Monarca muito grande da Europa que/ domina muitos Reinos e estados em todas as quatro partes do Mundo, Europa, Affrica/ Azia e America, e que dezeja ser Irmão em armas com os ditos Reis, e me ordenou quan/do uim para este Gouerno procurasse muito a Conseruassão de sua amizade tendo com elles toda/ a boa correspondençia, e que em cumprimento

desta ordem vos mando por embaixador para/ lhes fazerdes prezente a vontade de Sua Alteza, e particularmente rendereis as graças a El/ Rey de Sião pello amor que mostra a nasção Portugueza e fauores tão geraes que delle/ reçebem todos os vassallos do Prinçepe nosso Senhor./

Depois de introduzirdes esta pratica entre todos os Reis tratareis de lhes pe/dir com todo o empenho lançem fora de seus Reinos os Bispos e Missionarios/ françezes que perturbão e inquietão aos nossos Portuguezes, aos quaes deuem consseruar/ porque sempre forão fieis amigos como a experiençia tem mostrado por discursso de/ tantos annos, fazendo lhes entender que El Rey de França tem suliçitado que a Com/gregação da Propaganda mande de Roma estes Missionarios da sua nasção a que/ elle assiste com os gastos para com este pretexto tomar notiçias dos ditos Reinos, e/ dos portos delles, trato das gentes, e das drogas e mercadorias que nelles há, como trazem por/ Instrução os ditos Bispos e Missionarios françezes, para com estas notiçias vir com suas/ Armadas a despoja los de seus Reinos com que não uem a ser os ditos Missionarios mais/ que huns exploradores e vigias delles em cuja consideração deuião entrar os ditos Reis/ para não admitirem os ditos Missionarios françezes, antes lança los logo fora de suas/ terras, mas esta diligençia fareis com todo o segredo e cautella./

Quando totalmente não possaes vençer com os ditos Reis ou com alguns delles que lançem/ fora de seus Reinos aos ditos Bispos e Missionarios françezes, ao menos lhes pe/direis que os não ajudem nem fauoreção contra os Missionarios portuguezes, nem lhes/ diffirão aos requerimentos que fizerem contra elles sobre as materias da relligião nem/ conssintão que os ditos Missionarios portuguezes sejão molestados nem aveixados pellos/ ditos Bispos e Missionarios françezes, e espero de vosso Juizo e prudençia vos hajais com/ tanto acordo em todas as materias que fiquem muy aventejados as da nossa nasção/ com toda a reputação, e nas cartas que escreuo aos ditos Reis lhes insinuo que vos mando/ por embaixador, e que dem inteira fee e credito a tudo o que lhes propuzerdes de mi/nha parte, e que hauerey por bom, firme e valiozo tudo o que assentardes com elles./

Pedireis tão bem aos ditos Reis que dem premissão geral para que os portuguezes possão// hir com seus barcos carregados de mercadorias contratar nos seus portos, e que nelles se/ lhes faça toda a boa passagem sem lhes leuarem mais direitos dos despachos daquelles/ que se custumão leuar, e que se lhes não fação forças nem violençias algumas antes sejão/ tratados como amigos e vassallos do Prinçepe de Portugal seu Irmão em armas, e se/ El Rey de Sião vos pedir faculdade para mandar todos os annos seus barcos a Mac/cao lhe conçedereis somente hum barco em cada anno com aduertençia que a mayor parte/ da carga seja de arros que sempre tem boa venda na dita Cidade, e posto que ao Reino/ de Cochinchina vão ordinariamente alguns barcos delle comtudo sou informado que se lhes/ dilatão as liçenças para voltarem com que perdem a monção o ariscão a viagem, e com esta/ notiçia pedireis ao Rey do dito Reyno que ordene se lhes não retardem as ditas liçenças nem/ fação sem rezões nos despachos dos ditos barcos./

Tanto que chegardes ao Reino de Sião vos informareis do Capitão mor Francisco Bar/reto de Pina do estado das couzas do dito Reino, e lhe dareis notiçia das cartas e saguates/ que leuaes para El Rey, e Barcalao de Sião, e vos ajudareis de sua inteligençia e presti/mo, e eu lhe ordeno vos assista em tudo o que lhe ordenardes de seruiço de Sua Alteza tocante/ a vossa embaixada, e conferireis com elle as materias que vos pareçerem porque como há/ tantos annos assiste no dito Reino saberá dar rezão do que lhe preguntardes, tão bem/ tomareis as informações necessarias do Padre Manoel Soares Superior dos religiozos da/ Companhia de Iesus a quem escreuo, e ouuireis sobre os particulares dos Bispos e Missio/narios françezes, atendendo a tudo o que vos apontar em ordem a se conseguir o intento/ da embaixada, e

tereis toda a boa correspondençia com o Licenciado Nicolao da Motta Gouernador/ do Bispado de Malaca tomando delle tão bem algumas notiçias e agradeçendo lhe da/ minha parte o bom modo com que se tem hauido na deffenção da jurisdição do Padroado/ real, aduirtindo lhe que continue em conseruar o dereito do dito Padroado e da ju/risdição ordinaria que está a seu cargo pello lugar que ocupa./

Porquanto sou informado que o Barcalao do dito Reino de Sião hê a pessoa mais princi/pal delle, por cuja uia se derigem todos os negocios tocantes ao Gouerno do dito Reino so/liçitareis a sua amizade por meyo do Capitão mor Francisco Barreto de Pina e do Padre Su/perior Manoel Soares tendo com elle toda a boa correspondençia para vos façelitar/ a entrada com El Rey, a quem tendo alcançado audiençia entrega-reis pessoalmente/ a minha carta, e aprezentareis o saguate que leuaes aduirtindo que quando fordes/ falar lhe seja com toda authoridade e compustura que conuem ao lugar de embaixaador// procurando que se uos faça differente tratamento do que custuma fazer a outras/ pessoas por graues que sejão quando vão a prezença del Rey, e que se não pratiquem com/vosco os estillos que com ellas se vzão em entrar no palaçio sem espada e descalço pos/trado por terra, o que não conssentireis de nenhuma maneira escuzando uos com que entre/ os Reis da Europa não há taes esti-llos, e os embaixadores entrão no palaçio na mesma/ forma com que andão por fora nas prasas, nem a genorizidade dos portuguezes premi/te outra couza./

Se vos entertiuerem com pretexto de que El Rey vos não pode fallar, e que entre/gueis a carta e saguate ao Barcalao ou a algum outro Ministro o não fareis, antes/ instareis em que quereis falar a El Rey fazendo sobre isso todas as diligençias possiueis/ atê uirdes se o podeis consseguir dando a entender ao dito Barcalao e mais Ministros/ que vos não haueis de recolher sem dardes a El Rey a vossa embaixada, esperando de/ sua grandeza vos admita e ouça, e quando depois de excogitados todos os meyos possi/ueis, se vos negue totalmente a entrada e audiençia, voltareis sem dardes a dita em/baixada porque menos inconueniente será não consseguirdes o negoçio a que hides,/ do que consseguido com desprezo e authoridade do lugar de embaixador e pouco cre/dito da nasção Portugueza./

Admitindo El Rey de Sião a vossa ambaixada e dando uso audiençia/ vos haue-reis nesta funcção e nas mais que se offereçerem com tal explendor, pru/dençia e bom modo em vossas acções que conçilieis os animos de todos de maneira que/ sejaes reçebido com grande agrado e geral aplauzo, e tendo concluido o negoçio a que/ hides se el Rey ordenar ao Barcalao ou outro qualquer Ministro que res/ponda a minha carta em seu nome, aduirtireis que leuaes ordem por não asseitardes re/posta alguma mais que del Rey em carta serrada e asinada por elle de seu sinal/ com chapa real, porque os Vice Reis da India reprezentão a pessoa real de seus Prin/cepes que lhes conçedem todos seus poderes, e que os mais Reis da Azia lhe escreuem/ e respodem as suas cartas, e que quando uim gouernar estes estados me escreuerão/ muitos dos ditos Reis dando me os parabens da minha uinda, e de proximo ne escre/ueo El Rey Gram Mogor pedindo me ajuda e fauor por mar e terra para conquistar/ as terras que lhe tem vsurpado hum seu vassallo, e se uos quizerem persuadir que/ El rey não custuma responder as cartas que lhe escreuem, senão nesta forma por uia/ de Barcalao ou de seus Ministros, lhe direis que não haueis de trazer semelhante// reposta senão firmada por El Rey, e se vo la não quizerem dar não asseitareis ou/tra e uireis sem ella, mostrando descontentamento de se faltar com a vrbanidade/ e cortezia deuida aos Vice Reis da India./

Antonio da fonçeca morador em Sião Procurador dos auzentes me escreueo varias/ cartas sobre os particulares dos Bispos e Missionarios françezes mostrando se/ muito zelozo do seruiço de Sua Alteza, e vos ajudareis do seu prestimo naquillo que/ se offereçer entre o mais que me escreueo foi que faleçendo hum Diogo da Motta// dixara declarado em seu testamento que deuia a Cidade de Maccao quinhentos/ ticaes

que mandaua se lhe pagassem aduirtindo me que mandasse passar prouizão para/ se entregar este dinheiro aos feitores do dito Rey por conta do que lhe estaua deuen/do a dita Cidade, e nesta conformidade mandey passar a dita prouizão que lhe remeto/ e tereis cuidado de aplicar a execução della, para que com effeito se entregue o dito dinheiro/ aos feitores del Rey a quem fareis prezente esta diligençia que mandey fazer, e as re/comendações que tenho por repetidas uezes a Camera de Maccao para se desempenhar desta/ diuida sem faltar de minha parte em procurar suas conueniençias./

Dezejo muito tirar de Sião a Amador Coelho que esquecido do sangue que tem por/tuguez se tem feito françez, seruindo de notario dos Bispos françezes, fazendo de/ sua parte todas as diligencias e notificações que offereçem contra os nossos Missionarios em/ prejuizo da regalia e padroado real de Sua Alteza, e por ser naturalmente inquieto e re/uoltozo tem dado grandes molestias ao Capitão mor e aos nossos Missionarios, e como hê/ tão prejudicial já o Gouernador meu anteçessor tinha ordenado que se acaso embarcaçe para/ Maccao donde he natural se lançace mão delle e fosse remetido prezo a esta Cidade, e assy/ vos vos encomendo que façaes toda a diligencia possiuel por verdes se o podeis tirar de/ Sião e leua lo em vossa companhia para Maccao, com algum pretexto fazendo uos/ desentendido de seus proçedimentos, e depois que estiuer em Maccao executará o Ca/pitão geral a ordem que lhe tenho dado sobre este particular remetendo prezo a esta Cidade/ com que terão os nossos Missionarios este inimigo menos no dito Reino./

Quando estiuerdes em Sião tomareis notiçia do estado em que se acha o Reino de Cam/boja que me dizem está diuidido entre dous Reis, hum que assiste na praya do mar e outro/ nos matos fazendo guerra entre sy sobre a sucessão do dito Reino, e que hum delles hê/ fauorecido del Rey de Sião que lhe mandou seus socorros, e estando ainda o dito Reino// diuidido em guerra vos não arriscareis em hirdes a elle, porem se estiuer suçegado e bem/ recebido de todos o Rey que o gouernar, hireis ao dito Reino e entregareis a El Rey/ a carta e saguate que vay para elle tomando por medianeiro a El Rey de Sião a quem/ pedireis a carta de recomendação para o de Camboja, e tanto que chegardes ao dito Reino acha/reis nelle ao Capitão mor dos portuguezes Francisco Rangel das Neues a quem escreuo que/ vos assista em tudo o que lhe ordenardes do seruiço de Sua Alteza tocante a vossa embai/xada, e vos ajudareis de sua inteligençia e prestimo tomando delle todas as notiçias e/ informações que vos forem neçessarias./

Passando ao Reino de Cochichina entregareis a El Rey e ao Prinçepe herdeiro/ seu filho as cartas e saguates que uão para elles, tomando primeiro notiçia das couzas/ do dito Reino de João da Cruz natural da Cidade de Maccao e de seu filho Clemente/ da Cruz que são mandarins de El Rey, e tão bem vos informareis do Padre Manuel/ Ferreira da Companhia de Iesus que se deixou ficar no dito Reino quando veyo o Padre/ Jozeph Candone seu companheiro, e conforme a carta que me escreueo o dito João da Cruz/ tenho entendido seu bom animo portuguez, e o zello que tem do seruiço de Sua Alteza dan/do me particulares notiçias de tudo o que tem hauido entre os Bispos Missionarios/ françezes e os nossos Religiozos, e me tem significado o dito Padre Jozeph Candone o gran/de prestimo que tem o dito João da Cruz e a entrada que elle e seu filho tem com El Rey/ e o Prinçepe herdeiro que lhe concederão licença para fundar huma Igeja na sua corte/ onde se celebrão os offiçios Diuinos com toda a solemnidade, e que muitas vezes vão/ a dita Igreja o Prinçepe e as Prinçezas e as suas Damas, mostrando grande inclinação/ a nasção portugueza, e tendo eu conseideração aos merecimentos e seruiços do dito João da/ cruz lhe mando nesta ocazião patente de Capitão mor dos portuguezes que forem/ aos portos do dito Reino./

De todos os ajustamentos que fizerdes com os ditos Reis podereis firmar todos os papeis ne/çessarios porque para isso vos dou meu poder e comissão, e de todas as

partes onde vos/ achardes me dareis conta pelas vias quese vos offereçerem de tudo o que tiuerdes obrado e/ fordes obrando, e suçedendo o que Deos não permita que faleçaes na viagem ou em/ algum dos ditos Reinos entregareis todos os papeis da vossa embaixada ao Secretario/ della, e em falta delle a qualquer dos ditos Capitães mores para que tenhão cuidado de// mos remeter serrados e mutrados por vias deixando ficar sempre huma copea em seu/ poder, para eu ter inteira notiçia do estado dos ditos negoçios, e do que nelles se tenha obra/do para conforme a isso dispor o que for mais conueniente.

Goa 12 de Mayo de 1683./

O Conde de Aluor./

Luis Gonçalvez Cotta//

Documento n.º 3

1684, Sião (Ayuthya), Junho, 24.

Carta que o embaixador Pedro Vaz de Siqueira, escreveu a D. Francisco de Távora, conde de Alvor, vice-rei da Índia.

Lisboa, A.H.U., *Índia*, Cx. 32 A, doc. 235.

Bem quizera dar meuda conta a Vossa Excelencia da minha partida de Macao pera/ este reino de Sião e tudo quanto nelle passey athé ser despedido mas como faço esta/ por via muito incerta e mal seguras, me detreminey a não dar mais que huma bre/ue conta dos negocios da embaixada que por Vossa Excelencia me foi ordenada da parte do Principe/ meu Senhor ao Rey deste reino de Sião, e muito por extenço mandey a vossa Excelencia a conta/ leuando me Deos a saluamento a Cidade de Macao nos barcos que de llá partirem pera/ essa Corte./

Party de Macao pera este reino de Sião a 6 de Março de 684 e no discur/co de vinte e hum dias que puz na viagem não tirey hora que não fosse de grandi/ssimo susto e trabalho, pois ao sahir das Ilhas da/ China me abrio o nauio huma/ agoa que não erão as bombas bastantes pera a vençer de dia e de noite, em que eu e todos/ os que me acompanhão reçebemos grandes perdas, e entrando pella barra de Sião os/ Menistros que nella estão deste reino me quizerão obrigar a que desse re/gisto de armas, artelharia, gente e fazendas assim como o costumão fazer os barcos mer/cantins, ao que me não quis sogeitar mais que dizer lhe que o dito barco trazia em ssy/ hum embaixador mandado por Vossa Excelencia em nome do Principe Regente dos reinos e se/nhorios de Portugal a el Rey de Sião, e os ditos Menistros partirão logo com o auizo/ e em sua companhia mandey hum official de embaixada com auizo por cartas ao Bar/calão governador do Reyno e a Constantino Falcão o mayor priuado del rey de Sião/ e juntamente mandey cartas ao Reverendo Padre Suprior da Companhia de Jesus Manoel Soares e ao Capitam mor Francisco Barreto de Pina/ pera que se uissem comigo pera lhe/ entregar as cartas de Vossa Excelencia, e cumunicar com elles o que melhor conuinha pera o esp/ediente e acerto da embaixada como Vossa Excelencia me ordena em suas ordens./

E chegando a surgir no lugar aonde custumão fazer todos os barcos em que/ uem embaixadoores athé serem recebidos, mandarão os Menistros governadores do reino que/ sem embargo de o barco em que eu uinha ser de embaixada sempre estaua

obri/gado o capitam delle a dar o registo que asima aponto ao que respondy que os barcos dos// embaixadores não estauão sogeitos as leis que só herão postas pera os nauios marchantes, e que/ quando se hauia feito nos barcos que a este reino tinham trazido embaixadores dos Prin/cipes e reis desta parte da Azia os embaixadores do Principe meu senhor não hauião/ de ser regulados pellos mais, pois el rey de Sião se corria em muito antiga e estreita a/mizade com o dito senhor e conhecia os deferentes preuilegios que tinha a Coroa de Portu/gal entre as taes nações aonde quer que chegauão suas couzas, sobre isto ouue gran/des debates e por fim os fiz disuadir de sua instancia./

E como el Rey de Sião não estaua na corte da primeira cidade senão em outra/ que fica vinte e sete legoas pello rio assima que chamão de Luuó/ me aparelharão a Feituria dos Portuguezes que está no Bandel onde elles asistem a qual de/ nouo se tinha consertado e acresentado pera este fim pellas nouas que antecipa/damente tiuerão por via de Malaca, e depois de quatro dias me mandarão buscar/ ao barco em que vim com grande ostentação e acompanhamento, e dezembarcando/ nas ditas cazas que achey com grande asejo e conserto me disserão os Menistros/ del Rey que descançasse athé que da Corte de Luuó mandasse el Rey ordem pera/ hir dar lhe minha embaixada, e que elle ordenaua que todos os gastos de minha/ despença e de toda a gente de minha companhia corresse por conta de sua real fazenda/ deputando hum português por nome Jozeph Cardozo pera que corresse com a tal/ despeza pera melhor spediente, tiuy repugnando em aseitar a oferta mas/ como me disserão que era hum grande aggrauo que fazia a el Rey consenty/ na dita despeza a qual tem durado athé o prezente e durará athé me/ despedir pera Macao com tanta abundancia e procedimentos que nunca esperimen/tey huma minima falta./

Depois de estar hum mês e tres dias apuzentado nas cazas já numea/das me uejo auizo per partir pera a Corte e dar minha embaixada e a cauza de tanta/ detença foy pellos aprestos que se estauão ordenando com empenho pera este fim/ e porque se meteo em mejo o mandar el rey prender o Capitam mor Francisco Barreto de/ Pina por crimis de que or ora não posso dar conta a Vossa Excelencia e como me mostrey ggra/uemente queixozo de que se fizesse a tal prizão com a minha chegada sendo os/ crimes que lhe empunhão muito antecipados, ouue detença em me dar satisfação/ a qual foy entregare mo com suas culpas pera que eu conhecesse dellas e desse o cas/tigo conforme o merecimento, e como foy a entrega feita a uespora de minha/ partida pera a Corte mandey ao dito Francisco Barreto de Pina prezo pera a min//ha fragata athe acabar de dar a minha embaixada. com grandissimo aparoto e/ honrra me mandou el Rey buscar assim de embarcações como de acompanha/mento de muitos grandes de seu reino trazendo em sua companhia o saguate e a carta de Vossa Excelencia que uerda/deiramente el Rey de Sião teue esta embaixada por huma das majores couzas que en/trarão em seu reyno pello grande amor que tem a sua Alteza e muita estimação/ que faz da nação Portugueza couza que cauza grande enueja as mais nações que concorrem a este reyno./

Na distancia de vinte e sete legoas de caminho athe a Corte mandou/ el Rey fazer tres descanços e em todos elles muitos elefantes e caualos pera que se eu/ me enfadasse de hir pello rio tiuesse bastante aviamento pera o fazer por tera o que/ não aseitey senão no ultimo descanço que ficaua perto da Corte, aonde mandou/ el Rey os majores senhores della com muita infan/taria pera me acompanharem tra/zendo me aparelhado hum elefante real com huma cherola do mesmo Rey, e na/ uerdade senhor que mostrou o deu a entender que mandaua buscar hum grande Prin/cipe do mundo e chegando a Corte com todo este aparato se traduzio a carta de Vossa Excelencia com grande honras e serimonias, pera eu com o saguate a poder apre/zentar a el Rey (deligencia que se não pode fazer em Macao) e logo me leuarão pera huma caza que se tinha aparelhado muito grande na fabrica e custoza no com/serto./

Passado alguns dias tendo já nuticia o Barcalão Governador do Reino que eu/ não hauia de sogeitar me a entrar a falar a el Rey na forma que o custumam/ fazer os embaixadores e pessoas grandes de outras nações me mandou intimar/ os vzos e custumes do Reino ao que respondy que eu me não hauia de sogeitar a/ elles na forma que me apontaua, e assim lhe declarey o modo como hauia de falar a el Rey conforme as ordens apontadas que tenho de Vossa Excelencia nesta materia/ e que quando el Rey não quizesse admitir me na forma que dizia me uoltaria/ sem lhe dar a embaixada, e hauendo sobre este negocio grandissimos debates/ e dificuldades que deixo a siscunstancia pera seu tempo uim a uencer tudo e el Rey/ a dezistir de seus uzos e custumes nesta parte apontando dia pera eu entrar/ em Palacio a dar a embaixada porque o dezejo que tinha de a receber, e a gran/de estimação que della fazia o obrigaua a dezestir de tudo e consentir no que// eu quis contra todo seu conselho de estado./

Chegado o dia de entrar em Palacio me uierão buscar quatro Man/darins del Rey e entrando nelle com todo o meu acompanhamento achey que se me fa/zia hum recebimento com tal aparato e magestade que hum grande Rey da Europa não pudia com seu poder e riqueza escuresser o lustre com que neste dia se obsten/tou este Rey nesta função que estimará Vossa Excelencia ler quando lhe der conta de tudo/ meudamente assim desta falta primeira como das mais que fiz a el Rey, e leuando me diante delle que o fiz calcado com espada e adaga na sinta e em pé/ direito fazendo lhe as cortezias a nosso uso mandou me dar asento de frente de seu/ trono real bem perto delle alegre e apraziuel recebeo a embaixada preguntan/do me pella saude do Principe meu Senhor e de Vossa Excelencia aseitando carta e saguate/ me fez uarias preguntas que sendo nesta materia muito auaro com todos se ad/mirarão os seus grandes de que fosse comigo tão prodigo e dizendo lhe eu que/ tinha negocios particular que tratar com Sua Magestade ordenou ao Barcalão Governador do/ Reyno pera que em seu lugar me desse audiencia e espediente a todos os meus/ negocios pera que lhes fosse prezentes por esta via como hé seu uso, dizendo me que/ não hauia faltar em tudo o que licito fosse./

E dando me audiencia pera tratar os negocios da minha embaaixada o fiz por/ hum arangel deixando de fora o primeiro e principal ponto que Vossa Excelencia me/ ordena em sua instrucão e regimento e as rezões que me obrigarão a não fazer/ mençāo delle darey conta a Vossa Excelencia por via segura como já tenho apontado o mais/ que Vossa Excelencia me ordenou propuz juntamente algumas couzas tocantes administra/ção da justiça e gouerno dos Portuguezes que assistem neste Reino e justamente alguns particulares tocantes a cidade de Macao e deixando a parte os pleitos/ em que eu pedy empenhando sua real palaura de dar a tudo comprimento/ só não querendo consentir que Francisco Barreto de Pina ficasse em seu Reino/ nem com o gouerno dos Portuguezes nem sem elle por onde me hé necessario le/uar o dito Francisco Barreto comigo pera Macao pera de lá hir dar conta/ a Vossa Excelencia das culpas que por cá se lhe acomulão e na uerdade Senhor que pera eu des/lendar neste Reino de Sião as couzas deste home e po les em uia juridica/ ser me há necessario ficar seis mezes pera este fim com tudo farey o que// puder pera mandar a Vossa Excelencia a clareza dos crimis do dito Francisco Barreto de/ Pina que são a cauza por que el Rej de Sião ou bem ou mal informado pe/de a Vossa Excelencia mande hum homem honrrado e uerdadeiro na justiça pera que uenha go/uernar os Portuguezes que assistem em seu Reino que sendo elle tal como/ o pede dá sua real palaura de que lhe deixará admenistrar justica absoluta/mente sem entreuenção de seus ministros mas antes lhe ordenará que lhe dem toda ajuda e fauor pera ser bem obedecido e que tão bem ajudara/ com seus fauores todas as uezes que se quizer ualer delles pera sua adminis/tração no tocante a seu viuer./

Mandou me el Rey conuidar pera que fosse com toda a minha gente/ ao campo aonde custuma fazer as casadas dos elefantes por que queria dar/me este deuerti-

mento e estando eu sentado no lugar authorizado que se tinha/ deputado pera este fim uejo el Rey em hum elefante, e mandou me cha/mar pera junto de ssy e com grande habelidade se pos a conuersar comigo co/mo qualquer particular o costuma fazer com outro seu igual e estando pello di/to campo muitas mil almas, assim de sua nação como de todas as estrangei/ras que concorrem a este Reino quis mostrar a todas o gosto que tinha de me tratar/ com tantas honrras as quaes nunca fez a ninguem com que cauzou a todos aquelle/ concurço espanto e admiração pois este Rey se trata com muito grande Magestade/ e soberania sem embargo de ter o natural muito beneuolo./

Mandou me el Rey dar me hum banquete em minha propria/ caza por não ter lugar conueniente pera o fazer em Palacio e mandou a Cuns/tantino Falcão o seu major priuado que hé o que uerdadeiramente gouerna todo seu/ Reino que asestisse e administrasse o dito banquete, e prezedisse nelle em seu/ lugar, a obstentacão riqueza e abundancia que ouue no dito banquete tra/tarey meudamente em seu lugar./

Depois de ter acabado todos os negocios mandey pedir licenca/ pera me hir despedir del Rey pois hauia já hum mês que estaua em sua cor/te e era monção chegada pera a uolta de Macao, mandou dizer que/ queria que a minha despedida fosse de noite com que me presuady que que//ria com deferente/ obstentação receber me segunda uez em seu Palacio e sahiu me certo o pencamento/ por que entrando eu sendo bem de noite achei todo seu Palacio, patios, casas/ e jardins tornado tudo hum claro dia dos muitos milhares de fogos que hauia assj/ pellas paredes como por alinternas repartidas por mais de sinco ou seis mil ho/mens e com tam curiosas e obstentoza variedades que deixo pera escreptura mais larga/ e entrando na sua caza real pella maneira que de primeiro o hauia feito dando/sse me o mesmo asento me fez el Rey uarias preguntas entre ellas se estaua/ já despachado e satisfeito de tudo quanto pretendia de sua corte ao que lhe disse/ que em nada hauia falta alguma mas antes muito subejadas honrras que se me hauião/ feito as quaes faria prezente a Vossa Excelencia pera que chegasse a nuticia do Principe meu senhor/ ao que me respondeo que elle estaua detreminado mandar no fim de Agosto que/ uem seus em/baixadores remetido a Vossa Excelencia com cartas e saguates pera serem remetidos/ ao Principe regente dos reinos e senhorios de Portugal, porque se achaua muito/ empenhado com aquella Coroa das muitas cartas que della sempre teue, e tiuerão/ seus antepacados sem nunca mandarem reposta, e de prezente muito obrigado com/ esta embaixada, e prendados dos mimos que Vossa Excelencia lhe mandou em nome/ do Principe meu senhor com que o tenha Vossa Excelencia por couza infaliuel, pois com gran/de custo se está aparelhando e compondo o saguate que os ditos embaixadores/ han de leuar assim pera as pessoas reais como pera Vossa Excelencia, que hé a cauza por onde na/ despedida me não deu el Rey mais que huma carta pera Vossa Excelencia em reposta da que/ eu troxe e o mesmo faz o Barcalão Governador do reino, o qual não hé o que primeiro go/uernaua senão outro nouamente prouido, o qual me seruio de pouco prestimo,/ pois não tem pera o gouerno do reino ocazião por que tudo administra o dito/ Constantino Falcão como já tenho dito./

Despedido de el Rey muito fauorecido e prendado de seus mimos, me vol/tey pera o Bandel dos Portuguezes aonde eu estou apozentado athé/ minha torna viagem comecey a entender com as cousas de Francisco Barreto de Pina/ como já tenho dito, e não deixei de fazer muita deligencia pera que o estar dezapo/ssado seruisse de satisfação as queixas que el Rey delle tem, mas não foy/ posiuel antes está este negocio em forma que se o deixar neste reino será pera/ major afronta sua e descredito da nacão Portugueza e aggrauo pera Sua// Alteza e o que me mouia a esta conpazicão hera a comcideração da muita pobreza/ do dito Francisco Barreto de Pina, e carga de familia com que se acha obrigado/ juntamente a confuzão assim de huma parte como de outra no conhecimento uer/dadeiro de crimes e queixas./

Tambem faço prezente a Vossa Excelencia em como estou detriminado deixar no/ gouerno dos Portuguezes que asistem neste reino aos Vigarios das duas fregue/zias

que há nelle por não achar secular de prestimo pera por intertinimento supri/ esta falta, no tocante admenistração dos pleitos siueis porque de tudo não fi/quem os vacallos de Sua Alteza neste reino sem algum juis proprio seu pello/ prejuizo que se pode seguir com que peço a Vossa Excelencia seia seruido com toda a bre/uidade mandar sogeito que gouerne esta Cristandade porque se athe agora sempre/ uiuerão uoluntarios e desaranjado muito pior será na tardança de ministro/ a quem saibão bem obedecer e hirão todos sogeitar se as justiças del Rey de Si/ão que suposto sejão bem ordenadas, e justificadas, não está bem a nação/ Portugueza andar em os tais tribunaes; Tambem faço prezente a Vossa Excelencia/ que o governador do ordinario desta Cristandade achey ia morto, e deixou por vigario/ da uara a hum clerigo de tão pouco prestimo e authoridade que ninguem faz com/ta delle e dizem os clerigos e mais sacerdotes desta Cristandade que o tal vi/gario da vara hé intruzo, pois o governador não tinha poderes pera o instituir no officio com/ que está esta Christandade em uesporas de se uer em huma sisma e dezara/njo que entre esta gentelidade pouco hé necessario pera que os Christãos viuam de/zonidos e pouco conforme nas couzas da Igreja, e será couza trabalhoza so/cederem todas estas couzas a uista dos Bispos e missionarios estrangeiros/ que assistem neste reino de Sião; peco a Vossa Excelencia seia seruido por remetido/ neste negocio pellas rezões que tenho apontado; não se ofereçe outra couza/ de que dar conta a Vossa Excelencia.

Guarde Deus a pesoa de Vossa Excelencia por largos annos.
Reino/ de Sião em 24 de Junho de 1684.

Criado de Vossa Excelencia. Pero Vaz/ de Siqueira./
Luis Gonçalvez Cotta//

Documento n.º 4

1685, Goa, Abril, 6.

Cópia do assento que se tomou no conselho do Estado da Índia sobre se devia ser dada audiência aos três embaixadores do Rei do Sião.

Lisboa, A.H.U., *Índia*, Cx. 33, doc.74.

Em sesta feira pella menhan seis de Abril de 685. na quinta de Panelim des/tricto da Cidade de Goa, aonde reside o Excelentissimo Senhor Françisco de Tauora Conde de Al/uor do Conselho d estado de Sua Magestade Vice Rey e Capitão Geral da India, forão conuocados/ os Conselheiros do estado della, o Doutor Françisco Delgado e Mattos veedor geral da fazenda/ Dom Miguel de Almeida general das terras de Salçete que serue de Capitão da dita/ Cidade, e Lopo Alvarez de moura Inquizidor Appostolico e sendo todos juntos propoz/ o dito Senhor Conde Vice Rey, que o Padre Frey Esteuão de Souza relligiozo de Santo Agustinho/ Conductor dos embaixadores del Rey de Sião, dissera a mym Secretario do estado Luis Gonçalvez Cotta/ que os ditos embaixadores não trazião Carta do dito Rey para o dito Senhor, mais que huma do Bar/calão Gouernador do dito Reino com hum saguate em nome do dito Rey para o dito Senhor, e outro que/ elle mandaua, e que a Carta que trazia do dito Rey com outro saguate era para Sua Magestade/ que Deos guarde e que nestes termos uisse o Conselho se seria conueniente dar audien/çia aos ditos embaixadores na salla real, e admitidos a sua prezença, não trazendo para ella car/ta del Rey, sendo que todos os Reis da Azia, e ainda os da Europa, custumauão escreuer/ aos Vice Reis da India, e

que sendo El Rey Mogor tão poderozo e senhor de tantos Reinos lhe/ escreuera duas cartas por seu embaixador xeque mamede que mandara duas uezes a esta/ Cidade, e que fazia este reparo, para que o Conçelho lhe desse seu pareçer para se poder de/triminar neste negoçio, e sendo ouuida a dita proposta uotarão os Conselheiros Vniforme/mente, que uisto os ditos embaixadores não trazerem Carta del Rey para o dito senhor Conde Vice Rey/ lhes não deuia dar audiençia, pois o dito senhor reprezentaua neste Estado a pessoa de Sua Magestade/ e pella authoridade e preheminençia do seu lugar não era conueniente que sem carta/ del Rey admitisse os ditos embaixadores a sua prezença, porquanto elles não uinhão dirigidos im/mediatamente ao dito senhor; mas esperar nesta cidade a monção das naos para o Reino para/ se embarcarem nellas, e darem a sua embaixada a Sua Magestade; e que somente fossem/ buscar a bordo do seu nauio com o aparato possiuel de Ballões, e leuados as Cazas que lhe/ estauão preparadas em Pangim, e emquanto aqui se detiuessem fossem tratados com toda a vr/banidade e cortezia e se lhe assistiçe com o gasto de sua meza por conta da fazenda real// porquanto o dito Rey mandara fazer o mesmo ao nosso embaixador Pedro Vas de siqueira/ e que a Carta do Barcalão, e saguates que trazia entregarião os ditos embaixadores na/ forma que pareçesse mais decoroso, com o qual pareçer se conformou o dito Senhor Conde/ Vice Rey, de que tudo se fez este assento que asinarão; e eu Secretario, Luis Gonçalvez o fiz/ escrever

= Francisco Delgado e Matos, o Conde de Aluor, Dom Miguel de Almeida, Lopo Alvarez de moura//

Documento n.º 5

1691, Sião, Outubro, 10.

Carta de Francisco Barreto de Pina ao Rei D. Pedro II.

Lisboa, A.H.U., *Índia*, Cx. 38. doc. 63.

Senhor/

O Anno de 85 escreuy a Vossa Magestade de Goa por me/ ter leuado deste Reino de Sião Pedro Vas de Siqueira/ quando aqui ueyo por emBaixador a este Rey/ pello Vice Rei Conde de Aluor, naquella Carta dey/ conta a Vossa Magestade em que eu obrara comforme a or/dem que antão tiue do dito Vice Rei e sortio tam/bem efeito o meu trabalho que foj recebido co/mo Vossa Magestade será yâ sabedor de que rezultou/ muito credito do seruiço de Vossa Magestadee honrra da na/ssão purtugueza, ainda que eu o uim a pagar./ de que não tenho pezar nenhum, oreginou sse/ daqui tomar me tal hodio o priuado que he/ra daquele Rey mançebo de Casta Grego hu/milde por nacença e amigo dos Francezes/ dos quais eu fuy sempre dezafeiçoado e/ dos Bispos Missionarios a quem sempre en/contrey em tudo o que pude por todos os Camin/hos, com que creçeo mais o hodio pera comigo, com que/ fes com Pedro Vas de Siqueira me leuasse deste Re/ino e a hum filho meu arguindo me crimis fal/ços o que conçentio Pedro Vas de Siqueira por fazer seu/ negoçeo e agradar ao priuado, e por estas e outras/ conuiniencias uemos hirem as couzas da India/ como vão, e como o priuado me conheçeo por verda/deiro purtuguez e uassallo de Vossa Magestade fes o que/ pode por me uer fora de Sião, e deuendo o dito Pedro/ Vas obrar por mim o que pudesse como Cappitam mor/ que hera de Vossa Magestade não tam somente obrou nada/ mas ainda me dezapossou do Cargo e a honrra que Vossa

Ma/gestade me tinha feito merce não tendo o dito Pedro Vas/ poder algum nem jurdiçam sobre mim o que/ foj estranhado de todas as nassões que se acha/uão em Sião, e hindo eu pera Macao logo se em/bergou minha falta em aqueles poucos que me/ ajudaua a defender a real juidição e direitos/ de Vossa Magestade e em minha falta se sogeitarão/ aos Bispos Missionarios, e chegando a Macao/ fes o dito Pedro Vas jstancias bastantes pera que/ eu não foçe a Goa o que eu não ouuy e me em/barquei pera a India e me aprezentey ao Vice Rei/ Conde de Aluor./

Que estranhou o uer me em Goa a quem dey/ conta e rezão de mjm e conheçendo o seruiços// que eu tinha feito em o sustentar a tal yurdição/ e o que obrara pello dito embaixador e uendo/ que os Crimes de que o priuado me acuzaua herão/ todos falços por me querer mal dezeyou o dito/ Vice Rey que eu ficasse em Goa assim por velho como/ pella larga expiriencia que eu tinha das couzas/ do Sul a que eu não refuzaua por me prezar muito/ de seruir a Vossa Magestade, mas como eu estaua po/bre alcançado por gastar o que pessuy de meu por me tratar limpo como Cappitam mor de Vossa Magestade/ e em semelhantes terras, e como naquela ocazi/ãom com as guerras do Seuazy não auia nada que/ me dar pera me sustentar me mandou pera Ma/cao por ffeitor da fazenda de Vossa Magestade que eu aseitey/ por seruir a Vossa Magestade e pello agradar porque/ eu não tinha genio pera aquele officio e por fi/car mais perto de Sião adonde deixei mulher/ filhos e familias exposta a grande trabalhos/ e mizerias pera de Macao os poder socorrer./

Em Macao exercitey o cargo tres annos e uen/do me em ydade de mais de setenta annos cheyos de/ achaques e reçear poder dar perda a fazenda/ dee Vossa Magestade e yuntamente ter avizo de Sião que o/ dito Rey me mandaua chamar pera me conceder licença com pare/cer de todo o seu conçelho, e dando conta da ffa//zenda de Vossa Magestade não ficando deuendo nada/ do que se me tinha entregue eu recebido me uim/ pera Siam no anno de oitenta e oito e chegando aqui me mandou o Rey que eu exercitasse/ ao officio de Capitam mor com que Vossa Magestade me tinha onrrado a que eu não deferi por esperar/ ordem e liçenca do Gouerno da India./

Poucos meses de minha chegada socedeo ado/ecer o Rey mortalmente e como os mandarins do Reino estauão todos o mayor parte afronta/dos e agrauados do priuado que a todo mumento e a todas as nações maltrataua e destruia// E só aos Francezes, amaua e estimaua e os tinha feito senhores das Fortalezas das Barras/ deste reino metendo lhas nas mãos e o gouerno/ absuluto nellas, e tantos Padres e Riligiozos/ Francezes que se não uia neste Rejno outra/ couza de que os naturais sioes se não comten/tauão mormente os Menistros dos Pagodes Ey/dilos que sam neste reino mais que furmigas/ muy respeitados e venerados se dauam todos/ por perdidos a uista do que uião./

Tomou a sua conta a liberdade do Reino e de sua/ Ceita um mandarim graue astutu e animoso/ com os ministros dos Pagodes, Eydolos e se/ foj metendo no gouerno do Reino por ter/ alto dos de sua mão ainda uiuendo o Rey e tra/tou o dito mandarim de prender o priuado/ como fes e lhe deu a morte e justamente aos/ herdeiros do Reino o que sabendo o Rey aca/bou tão bem a uida e o mandarim foj gouer/nando sem se chamar Rey sem extrouo n/em inpidimento algum, os ffrancezes senhores/ das ffortalezas sem as quererem largar e de/ziam que derão em ffrança oMenage dellas/ nas mãos de seu Rey e na uerdade se fazião ya/ Senhores de todo o Reyno pois o herão das ffor/talezas de mais porte, mandou quem go/uernaua que os ffrancezes largacem as fforta/lezas e se foçem pera suas terras uisto não/ seruirem ya e ser morto o Rey e o priua/do que os mandou chamar e lhe fes bons/ partido o que elles não aseitarão mas vem/doçe sercados e apertados nas ffortalezas/ despois de despararem muita artilharia com/tra os naturais uierão a partido e se lhe de/rão Barcos e o mais que lhe foj nessecario pera/ se hirem com que largarão as ditas Fortalezas/ mais por força que por uontade com muita fraque/za e imfamia, e hê serto que

se não morre/çe o priuado e o Rey sempre uerião os ffran/çezes a serem Senhores deste Reino mas tudo/ foj promissão diuina por que se senhorea/sse este Reino tinha tudo o que elles po/dião dezeyar na Jndia.// De tudo o que aqui tem socedido desde aquele/ tempo the a prezente tenho dado conta ao Go/uernador da Jndia Dom Rodrigo da Costa/ com relaçam particular e uerdadeira do/ suçedido e do que nos padeçemos de ditrimentos/ perigos e ameassas por nos terem os Siões/ naquela ocazião por Suspeitozos por Christão./

Sei de Certo que o Gouernador da Jndia Dom/ Rodrigo da Costa lhe não pareceo bem a mi/nha uinda pera Sião e não estou bem aseito/ delle, mas Senhor se eu me não achara e em/ Sião não sei o que seria de minha caza e fa/milia pello aperto em que nos temos uisto/ por que o que gouernaua e oye he Rey não he/ afeiçoado aos Christãos nem dezeya muita/ comonicação da gente de Chapei mais que com os/ oLandezes de quem só se fia./

Sobre o estado deste Reino e do que se nos/ tem feito tenho dado uarias uezes conta/ ao Gouerno da India que nesse particular/ nunqua me descuidey nem descudarey mas/ uay em coatro annos que nem reposta nem/ cartas temos de lá nem sabemos nouas/ nenhuma pera sabermos o como nos auemos/ de hauer; Eu Senhor há mais de quarenta/ annos que asisto neste Reino fuy o priimeiro Cappitam que aqui ouue e despois me fes Vossa Ma/gestade merce nomear Cappitam mor com que creçeo/ o hodio nestes abitantes que ententarão/ matar me há dezacete o dezoito annos/ e oye com me uere aquy ainda que exir/cito meu officio por esperar ordem do Go/uerno da Jndiae ya ententarão fazer me/ algum mal hordindo hum mutim contra mjm/ de que tenho dado conta ao Gouernador da Jn/dia pera que lhe ponha o Remedio que conuem/ escreuendo a este Rey e queixandoçe de que/ seus ministros comeintan semelhantes li/berdades e como isto he Bandel liure e os/ abitantes não pretende mais que uiuer em/ liberdade e a mor parte delles naturais// De Macao filhos de chinas e das mais nações des/te Sul e da Jndia e hauer poucos purtugue/zes zelosos da honrra da sua nação sugei/tançe mal e contra sua uontade a nossas/ Leis e Custumes, mas se conuem conçeruasse/ este porto e amizade deste Rey uerá que vin/do lhe carta de Goa tome as couzas outros/ termos./

Com as mudanças que tem auido neste Reino/ e nouos mandarins e ministros uim a conhecer/ e alcançar inda por papeis que o que Pedro Vas de Siqueira aqui fes e obrou quando ueyo por/ embaixador do Conde de Aluor foj tudo/ por pareçer do Riligiozo de Sam Domingos/ meus inimigos e desafeiçoados por eu lhes/ estranhar o darem a obediencia aos Bispos/ da Propaganda de que eu tinha dado conta/ ao Gouerno da India e estes tais Riligiozos/ estauão todos hunidos com o priuado e de tu/do dauão duas uezes no dia a escondidas/ conta aos Bispos e assim lhe aconcelhaua/ contra o que eu tinha dito ao dito embaixador/ e entraua nesta junta hum Riligiozo de/ Santo Agustinho por nome frei Esteuão/ de Souza que aqui se ueyo meter e se fes sa/cratario dos ministros de El Rey de Sião pe/lla terra ser capas pera seu genio o qual/ hia pera esse Reino quandos os embaixado/res se perderão com elles no Cabo de Boa/ esperança Era de mançebo amigo de/ embrulhadas pouco amigo de sua nação/ e menos de sua Sagrada religião e por isso/ foj escolhido do priuado pera hir por pra/tico dos embaixadores e despois de se/ perder se tornou a uir pera este Reino/ com dezeyo grande de se meter nas pri/uanças dos Gentios em Cuyo seruiços se/ esmera e como este sogeito herão o que ten/ho dito sempre fulminarão contra mim/ pera que Pedro Vas de Siqueira não obrasse nada ma/is que contra mim podendo se fosse outro/ sogeito obrar muito pera credito da nassão// E seruico de Vossa Magestade, Por uia de Macao escre/uy ya este anno a Vossa Magestade agora o faço por/ outra uia porque não sei por onde as cartas/ hirão mais seguras a Goa pera dahi hirem/ a esse Reino, os Siões estam oye com grande/ medo dos françezes e dezeyão que uenha a tratar/ de pas e união e pera esse efeito derão ya liber/dade aos Bispos e

a seus Clerigos e lhe restituirão/ o seu Colegio e ygreia e soltarão toda a sua/gente de sua nassão e sua obrigação e só al/gumas pessoas nossas e christão principalmente/ mulheres estão no mesmo Captiueiro./

Creyo Senhor Vossa Magestade terá conhecido o meu a/nimo em zelar o Real seruiço e yurdição de/ Vossa Magestade pella qual tenho padecido bastan/temente e ainda me sinto com animo e alento/ pera padecer muito mais seruindo a Vossa Magestade/ a Cuyos reais pês me prosto rogando a De/os nosso Senhor pela saude de Vossa Magestade/ que Deos prospere por dilatados e feliçes/ annos pera remedio da India e emparo dos/ Vassallos de Vossa Magestade oje tam abatido nes/tas partes. Sião 10 de Outubro De 169/1 annos./

a) francisco barreto de pina//

ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR, Vol. III, 2002, pp. 377-388

AS MOEDAS DE OURO E ESTANHO NOS SULTANATOS DO EXTREMO NORTE DE SAMATRA (séculos XIV a XVI)

por

JORGE MANUEL DOS SANTOS ALVES *

É bem conhecida a participação dos portos de Samudera-Pacém e Pedir, no topo norte de Samatra, no comércio marítimo inter-asiático entre finais do século XIII e meados do século XVI. Eram de alguma forma os herdeiros de outros, mais antigos, como Lambri e Kota Cina, desactivados ou secundarizados em momento incerto do século XIV. Samudera-Pacém e Pedir continuaram preponderantes na paisagem económica do topo norte de Samatra, apesar da crescente concorrência económica e geo-política do sultanato de Malaca sobre os Estreitos de Malaca e de Sunda, e mesmo depois da sua aglutinação pelo espaço político-territorial do Achém, na década de 1520. Naturalmente, um dos elementos de maior importância nas suas vidas económicas e políticas, ao menos no caso de Samudera-Pacém, foi a cunhagem de moeda própria.

Coincidindo de certo modo com a ascensão daqueles dois portos, teve início a inundação dos mercados da Ásia do Sueste, continental e insular, com moedas chinesas de cobre. O extremo norte de Samatra não ficou imune à penetração dos fluxos monetários chineses. No entanto, o sultanato de Samudera-Pacém foi o primeiro a cunhar moeda própria, no contexto geográfico do Arquipélago Malaio, na viragem do século XIII para o século XIV.

I. Os sistemas monetários do extremo norte de Samatra

Não constitui tarefa trivial apurar a razão, ou razões, que ditaram a novidade da cunhagem de moeda própria de ouro com o nome dos sultões de Samudera-Pacém. No entanto, parece pausível adiantar que se terá tratado, antes de tudo, da imitação de um modelo particular, *lato sensu* um modelo «ocidental» (*i.e.*, Índia/Médio Oriente), talvez porque o peso dessa

* Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical.

corrente de influência externa tenha sido mais marcante no topo norte de Samatra do que alhures na região, onde a tradição de cunhagem de moeda própria ou não existiu, ou se instalou mais tardiamente.

Não se tratando de um estudo de história numismática, cabe primeiramente a este artigo alinhar os dados inventariados sobre a questão nos já clássicos trabalhos de Millies [1], Hulsoff-Pol [2], Scholten [3], Cowan [4], e noutros mais modernos, como os de Thomaz [5], Lombard [6] e Wicks [7].

Em segundo lugar, procurar-se-á, perante os silêncios e as omissões das fontes malaias (e outras asiáticas) e europeias (nomeadamente as portuguesas), reformular inquéritos e lançar pistas interrogativas, mais do que trazer alguma novidade ao debate sobre a cunhagem de moeda nos sultanatos norte-samatreses. Sendo assim, o primeiro passo consiste em apurar a origem do ouro que abastecia os referidos estados.

i) *As fontes auríferas*

É sabido que o ouro amoedado pelos sultões de Achém nos séculos XVI e XVII provinha maioritariamente do país Minangkabau [8], embora também recebesse algum da zonas de Daya e Priaman [9]. Não era, por isso, casualmente que aqueles monarcas ostentavam com orgulho na correspondência com outros soberanos malaios ou europeus o título, porventura mais aparente do que real, de «Rei das minas de Menancabo [Minangkabau]» [10] ou de «Rei das montanhas de ouro» [11]. O controlo da produção aurífera do país

---

[1] Henricus C. MILLIES, *Recherches sur les monnaies des indigènes de l'Archipel indien et de la Péninsule malaie*, Haia, 1871.

[2] J. HULSOFF-POL, «De Gouden Munten (Mas) van Noord-Samatra», in *Jaarboek voor Munten Penningkunde*, Amesterdão, vol. 16, 1929, pp. 1-32.

[3] C. SCHOLTEN, «De gouden munten (mas) van noord-Samatra (Addenda)», in *idem* nota *supra*, vol. 36, 1949, pp. 176-179.

[4] H. K. J. COWAN, «Bijdrage tot de kennis der gescheidenis van het Rijk Samoedra-Pasè», in *TLV*, Leida, vol. 78, 1938, pp. 204-214.

[5] L. F. THOMAZ, *De Malaca a Pegu – Viagens de um feitor português, 1512-1515*, Lisboa, 1966 (reedição revista in *De Ceuta a Timor*, Difel, Lisboa, 1994, pp. 291-401).

[6] Denys LOMBARD, *Le Sultanat d'Atjéh au temps d'Iskandar Muda, 1607-1636*, Paris, 1967, especialmente as pp. 105 e 106.

[7] Robert Sigfrid WICKS, *A Survey of native Southeast Asian Coinage circa 450-1850: Documentation and Typology*, Ph. D. Thesis, Cornell University, 1983 (recentemente publicada, em parte, sob o título *Money, Markets and Trade in Early Southeast Asia. The Development of Indigenous Monetary Systems to A.D. 1400*, Cornell University Press, Ithaca, 1992).

[8] Cf. *inter alia* Denys LOMBARD, *Iskandar Muda*, especialmente as pp. 64 e 65.

[9] Manuel Godinho de ERÉDIA, «Lista das principaes Minas aurifares alcançadas pela curiosidade de Manuel Godinho Heredea Cosmografo Indiano», in *Leis que existem no fim do Manuscrito Original das Ordenações da Índia do senhor Rei D. Manuel de illustre memoria*, Lisboa, 1807, pp. 83 e 84.

[10] Mendes PINTO, cap. 31.

[11] Sultão Iskandar Muda a James I de Inglaterra, Achém Besar, 1613 (cópia do século XVII de uma tradução francesa), Bibliothèque de l'Arsenal (Paris), ms. 4742, fls. 226-228.

Minang era, com razão, uma preocupação dos sultões achéns, que viam constantemente uma parte dela ser desviada pelos rios que conduziam ao Estreito de Malaca, com destino ao mercado de Malaca. Na década de 1580, eram ainda cerca de vinte pequenas embarcações que todos os anos levavam aquele ouro «em pó e muito fino» a Malaca [12].

Os casos de Samudera-Pacém e Pedir, menos conhecidos, tornam-se mais dificeis de esclarecer. As nossas fontes, conquanto esparsa e vagamente, deixam a ideia de que do país Minangkabau poderia escoar-se algum ouro em direcção aos dois sultanatos costeiros. Complementarmente, os textos indiciam que Pedir se abasteceria de ouro nos seus próprios sertões [13], podendo ainda receber algum pela via do seu vizinho e, periodicamente vassalo, reino de Peudada [14].

Por seu turno, Samudera-Pacém dependeria, de acordo com os informadores portugueses, do ouro que lhe vinha das terras de Aru [15] e possivelmente também da costa ocidental, dos portos de Barus, Tiku e Priaman, onde traficavam habitualmente negociantes vindos do porto de Samudera-Pacém [16].

Num e noutro casos, as fontes são unânimes em declarar que se tratava de ouro apanhado nos aluviões ou em jazidas à superfície. Reconhecem-lhe também a considerável pureza, que variava entre os 24K, segundo uns [17], e os 23K ou 23.5K, segundo outros [18].

ii) *As moedas de Samudera-Pacém*

Datam do reinado de Sultão Muhammad Malik al-Zahir (1297-1326), filho do primeiro sultão da dinastia fundadora de Samudera-Pacém, Malik al-Saleh, os primeiros espécimes de moeda de ouro pacém até ao presente identificados. Simples e aparentemente regular, o sistema monetário Samudera-Pacém compunha-se apenas de uma unidade de conta (o *tahil* subdividido em 16 «drãmas» [19]) e de duas espécies amoedadas: a moeda de ouro era a «drãma» [20];

---

[12] Instruções régias ao vice-rei D. Duarte de Meneses, Lisboa, 10/III/1584, AN/TT, Fundo Português da Biblioteca Nacional de Paris (cópia), n.º 48, fls. 8 e 8v, publicado por Paulo Jorge de Sousa PINTO, *Portugueses e Malaios. Malaca e os Sultanatos de Johor e Achém, 1575-1619*, Lisboa, 1997, p. 265.

[13] PIRES, fl. 140v; ANÓNIMO de 1582, fl. 377v.

[14] PIRES, fl. 140v.

[15] *Idem*, fl. 142v.

[16] *Idem*, fl. 146.

[17] De acordo com as fontes europeias seiscentistas citadas por LOMBARD, *Iskandar Muda*, p. 62.

[18] ANÓNIMO de 1582, fl. 377v.

[19] Cf. L. F. THOMAZ, *De Malaca a Pegu*, p. 52.

[20] A denominação desta moeda foi recolhida da *Suma Oriental* de Tomé Pires (cf. PIRES, fl. 141v), sendo provavelmente a mesma (di-na-er) a que se refere Ma Huan um século antes (cf. Ma HUAN, Ying-Yai Sheng-Lan / «The Overall Survey of the Ocean's Shores», tradução de Feng Ch'eng Chü, introdução, notas e apêndices de J. V. G. MILLS, Cambridge, 1970, p. 120). Uma carta do monarca de Samudera-Pacém, Sultão Zainal 'Abidin, a Afonso de Albuquerque,

a de estanho, de nome desconhecido, era comparada pelos portugueses ao ceitil [21].

i) As «drãmas» eram pequenas moedas de ouro, variando entre os 9,5 e os 11mm de diâmetro, e muito ocasionalmente (nos espécimes dos séculos XIV e XV) indo até aos 14mm. Possuidoras de assinalável pureza aurífera (17 a 20 quilates) [22], revelavam grande inconstância no seu peso, que podia variar entre as 0,51 e as 0,68 gramas. Desprovidas de qualquer inscrição toponímica, as «drãmas» tinham o nome do sultão reinante usualmente inscrito no anverso, logo seguido do nome da dinastia fundadora de Samudera-Pacém, a dos Malik al-Zahir («o rei vitorioso»). No reverso inscrevia-se a expressão *al-sultan al-adil* («o justo sultão») [23].

ii) A pequena moeda de estanho Samudera-Pacém corria em abundância, destinando-se essencialmente, segundo se julga, às transacções comerciais no porto. O seu valor é-nos desconhecido. Possuía no obverso o «nome do rei que reinava» [24], seguido da expressão *al-sultan al-adil* («o justo sultão») [25].

Dada a escassez de documentos é praticamente inviável reconstituir as políticas monetárias dos sultões de Samudera-Pacém (se alguma vez a houve verdadeiramente) entre o século XIV e as primeiras décadas do século XVI. Nem mesmo após a chegada dos portugueses a Samatra (1509) o panorama das nossas fontes se altera. Fortemente impressionados pelos eventos que testemunham presencialmente, ou por aquilo que ouviram contar em Malaca, Goa ou Lisboa, os noticiaristas portugueses – e alguns italianos – devotam-se sobretudo à descrição das guerras civis que ensanguentaram a vida política de Samudera-Pacém (e em parte também de Pedir), determinando o regicídio de sete sultões entre 1500 e 1523 [26].

---

que aquele ainda julgava vivo em 1516, contém várias referências a esta moeda designando-a por «dirhem», o que leva a pensar na antiga moeda árabe, o «dirham» (cf. Sultão de Samudera-Pacém ao Capitão-mor, Samudera-Pacém, 1516, AN/TT, *Cartas Orientais*, n. 59 [original em árabe, cuja análise nos foi gentilmente cedida por Jean Aubin]). Existe em malaio o vocábulo «derham» (que deriva do grego «dracma», por via do árabe «dirham»), dela podendo ter sido transcrita a forma portuguesa «drãma», como sugere L. F. THOMAZ (cf. *De Malaca a Pegu*, p. 328, nota n. 97). Mau-grado esta explicação lingusticamente coerente, deve notar-se que existiu em Java, em época antiga (cerca do século IX), uma unidade de conta para o ouro e a prata chamada «dharana», que tudo indica ser originária da Índia (cf. WICKS, cit., pp. 230-231). Segundo os cálculos cuidadosos de Thomaz, cada 9 «drãmas» valeriam 1 cruzado de Malaca portuguesa, valendo portanto cada «drãma» 40 réis e o «tahil» de Samudera-Pacém 640 réis.

[21] Talvez por semelhança com a moeda antiga portuguesa, que equivalia a 1/6 do real.

[22] Cf. WICKS, cit., pp. 263-268.

[23] *Idem*.

[24] PIRES, fl. 141v.

[25] Cf. WICKS, cit., p. 273.

[26] Cf. J. M. dos Santos ALVES, *O Domínio do Norte de Samatra. Os Sultanatos de Samudera-Pacém e Achém e suas relações com os portugueses (1500-1580)*, Lisboa, 1999, pp. 82-111.

Nenhuma das nossas fontes elucida questões importantes como estas: Qual a relação entre a moeda local e as estrangeiras (designadamente as «caixas» ou *cash* chinesas), e em que transacções se utilizavam umas e outras? Existia obrigatoriedade cambial para as trocas comerciais no porto de Samudera-Pacém? Qual o espaço de circulação da moeda de Samudera-Pacém? Apenas no interior do país emissor, como parece mais verosímil, ou também fora dele?

No entanto, um ou outro elemento esparso permite avançar um pouco no tocante à política monetária de Samudera-Pacém. Alguns indicadores apontam para que nos alvores do século XVI, os sultões de Samudera-Pacém teriam ensaiado a eliminação progressiva das moedas estrangeiras, em especial as de prata. Se o desígnio existiu, dificilmente se terá concretizado, pois se se lograva controlar a massa monetária localmente emitida, só a muito custo se faria o mesmo sobre as moedas estrangeiras, designadamente as «caixas» chinesas. Para os primeiros anos do século XVI está confirmada a circulação abundante das «caixas» em Samudera-Pacém (a um câmbio médio de 500 *cash* por cada «drãma» de ouro [27]), bem como a importação de «tangas» [28] de prata de Ormuz e de cruzados [29] de prata pelos mercadores portugueses [30]. Os próprios sultões Samudera-Pacém se encarregavam de incentivar a entrada de moedas estrangeiras, requerendo que parte do pagamento da produção de seda crua local fosse efectuada em *ašrafi* de ouro de Ormuz [31].

iii) *As moedas de Pedir*

O português Tomé Pires noticia que em Pedir corriam «drãmas» de ouro e *cash* de estanho [32]. Não resulta claro das suas notas se este sultanato possuía cunhagem própria, se havia sido atraído ao espaço de influência monetária de Samudera-Pacém, usando a sua moeda de ouro, não se sabendo ainda se as moedas de estanho de que fala Pires eram de origem chinesa [33]. Esta última hipótese não é de todo descabida, uma vez que se sabe que no

---

[27] PIRES, fl. 141v.

[28] Designação geral dada pelos portugueses a diversas moedas asiáticas, as mais das vezes de prata. O étimo primordial é o sânscrito *tanka* ou *tankaka*, que significa «moeda com cunho», especialmente de prata.

[29] Neste caso, trata-se de moeda portuguesa cunhada em Malaca logo depois da sua tomada pelos Portugueses em 1511.

[30] Simão de Seixas ao Rei de Portugal, Samudera-Pacém, 21/IX/1516, AN/TT, *CC*, I-20-101, em Geneviève BOUCHON & Luís Filipe THOMAZ, *Voyage dans les deltas du Gange et de l'Irraouaddy, 1521*, Fondation Calouste Gulbenkian, Paris, 1988, p. 357.

[31] Sultão de Samudera-Pacém a Afonso de Albuquerque, Samudera-Pacém, 1512, ANTT, Fragmentos, caixa 3, maço 3, n. 17, em Jorge S. ALVES, *O Domínio do Norte de Samatra*, p. 227.

[32] PIRES, fl. 140v.

[33] Pelos mesmos anos em que Pires escrevia, o florentino Giovanni da Empoli assegurava que os juncos chineses demandavam anualmente o porto de Pedir (cf. Giovanni da Empoli a Leonardo da Empoli, Lisbon, 12/VII/1514, em Marco SPALLANZANI, *Giovanni da Empoli, un mercante fiorentino nell'Asia portoghese*, nova edição, Florença, 1999, p. 176.

porto de Pedir corriam livremente várias moedas estrangeiras, pelo seu valor facial, tais como as *tangas* de prata do Sião, Pegu e Bengala [34].

iv) ***As moedas de Achém***

O caso de Achém no século XVI é mais problemático do que os dois anteriores, já porque as moedas que sobreviveram até aos nossos dias são de difícil classificação, já porque deparamos com a perpetuação da tipologia monetária de Samudera-Pacém na amoedação de ouro daquele sultanato. Dois dados o permitem afirmar: i) a conservação da inscrição Malik al-Zahir («o rei vitorioso»), título da dinastia fundadora de Samudera-Pacém, no anverso das moedas de Achém; ii) a manutenção da inscrição *al-sultan al-adil* («o justo sultão») no seu reverso. Tal verificou-se pelo menos nos casos do fundador de Achém, Sultão Muzaffar Syah (? – 1497), e dos sultões Salah ad-Din (1530-1539) e 'Ali Ri'ayat Syah (1571-1579) [35].

A persistência da moeda de Samudera-Pacém no complexo político-territorial do sultanato do Achém, mesmo para além do termo da sua independência política em 1523, poderá ligar-se, num primeiro relance, a aspectos dominantemente económicos. Com efeito, a continuidade de Samudera-Pacém (e de Pedir e menor escala) como a grande janela comercial do Achém sobre o Oceano Índico e o Mar da China pelo menos até meados do século XVI [36], poderia tornar vantajosa a adopção da moeda de ouro de Samudera-Pacém, conhecida e quiça fiável aos olhos do homens de negócios estrangeiros, pelo Achém.

Contudo, um olhar mais demorado revela sobretudo o reconhecimento pelo Achém de que se sente herdeiro de Samudera-Pacém e da glória e do prestígio dos seus antigos sultões não apenas no topo norte de Samatra, mas um pouco por todo o arquipélago malaio. São diversos os sinais demonstrativos, após uma sondagem preliminar nas fontes:

i) A titulatura de alguns dos primeiros sultões achéns, Malik al-Zahir, inscrita nas moedas de ouro cunhadas naquele sultanato, foi tomada, como se viu já, aos sultões de Samudera-Pacém [37].

---

[34] PIRES, fl. 140v.

[35] WICKS, cit., p. 265.

[36] Cf., *inter alia*, Mendes PINTO, cap. 13; Parecer de Jerónimo Ferreira ao Rei de Portugal sobre o comércio da pimenta, s/l, s/d (Goa, Novembro de 1545), AN/TT, Cartas dos Vice-Reis, n.º 125; Parecer de Manuel Godinho ao Rei de Portugal sobre o comércio da pimenta, Goa, 28/XI/1545, AN/TT, *CC*, II-240-57 (ambos publicados por Luís Filipe THOMAZ, «A questão da pimenta em meados do século XVI», em *A Carreira da Índia e as Rotas dos Estreitos – Actas do VIII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, ed. Artur Teodoro de MATOS e Luís Filipe THOMAZ, Angra do Heroísmo, 1998, pp. 182 e 177-179, respectivamente); Manuel Godinho ao Rei de Portugal, Goa, 25/X/1545, AN/TT, *CC*, I-76-118, em Jorge S. ALVES, *O Domínio do Norte de Samatra*, pp. 264-270.

[37] Cf. WICKS, cit., p. 265.

ii) Durante quatro décadas do século XVI, dois sultões de Achém, Sultão 'Ala ad-Din Ri'ayat Syah al-Kahar (1539-1571) e Sultão 'Ali Ri'ayat Syah (1571-1579), previamente governadores de Samudera-Pacém, terão patrocinado certa influência de dignitários e gente Samudera-Pacém na capital do Achém durante largo período dessa centúria, a ponto de, ainda em 1584, o bairro mais central e com maior número de habitantes da cidade ser o seu, chamado *Pekan Seri Darya* [38].

iii) O prestígio de Samudera-Pacém como centro de estudo e irradiação do Islão no mundo malaio e o brilho dos seus sultões, não se extinguiu no Achém pelo menos até meados do século XVII. Provou-o, por exemplo, o sultão Iskandar Thani (1636-1641) que, ao partir em peregrinação aos túmulos reais e dos homens de religião de Samudera-Pacém [39], declarou à sua corte:

> «Ouvimos falar da cidade de Samudera-Pacém, outrora tão activa, e do grande número de representantes de Deus que ali habitavam: agora, queremos partir em peregrinação aos túmulos de todos esses mestres e às sepulturas de todos esses príncipes.» [40]

Uma trégua nas guerras civis que assolaram o Achém desde 1579, provocando a vertiginosa sucessão de seis monarcas até 1589 [41], e a entrada em cena da nova dinastia de Dar-al-Kamal, coincidiram, segundo se julga, com o desaparecimento do título Malik al-Zahir das moedas de ouro achéns. Mais seguramente desde o reinado de Sultão 'Ala ad-Din Ri'ayat Syah

---

[38] Cf. Roteiro/Gaio, cap. 17. O nome *Pekan Seri Darya* (ou «mercado de Sri Darya») ter-se-á ficado a dever a um cortesão do Sultão 'Ala ad-Din Ri'ayat Syah al-Kahar, ao qual fora confiado o governo de Samudera-Pacém durante o seu reinado (cf. HikAtjéh, p. 58). Neste bairro viviam, na década de 1580, aproximadamente 3500 pessoas.

[39] Efectivamente Louis-Charles Damais frisa bem que os túmulos dos sultões e príncipes Samudera-Pacém se situam muito próximos de Samudera, num local chamado «colina do palácio» (cf. Louis-Charles DAMAIS, «L'épigraphie musulmane dans le Sud-est Asiatique», in *Bulletin de l'École Française d'Extrême-Orient*, Paris, tomo 54, p. 577), logo, um pouco distantes para o interior, a montante do rio, do porto de Samudera-Pacém, e muito próximos da cidadela real pacém, que foi saltitando de lugar ao longo dos séculos, mas que nas primeiras décadas do século XVI se situaria a cerca de dois ou três quilómetros do porto (cf. Jorge M. dos Santos ALVES, *O Domínio do Norte de Samatra*, pp. 114 e 115).

[40] Este trecho é retirado do *Bustanu's Salatin*, Livro II, Capítulo XIII (edição em caracteres árabes por G. K. NIEMANN, *Bloemlezing uit maleische Geschriften*, Haia, 1878, Tomo II, pp. 135-138, romanização e tradução francesa por D. Lombard, Iskandar Muda, pp. 209-212). Lombard notou bem que o escopo desta peregrinação do sultão achém a Samudera-Pacém ultrapassava a mera viagem de lazer, pretendendo ser uma homenagem aos seus predecessores e, muito particularmente, um gesto de reafirmação da unidade do seu reino, renovando os laços que unem as diversas províncias à sua pessoa e poder (cf. LOMBARD, *Iskandar Muda*, p. 150).

[41] Sobre este perído conturbado da história política do Achém veja-se o nosso *O Domínio do Norte de Samatra*, pp. 169-172, e sobretudo Paulo Jorge de Sousa PINTO, *Portugueses e Malaios*, pp. 253-261.

al-Mukammil (1589-1604) [42], é possível que este gesto de aparente ruptura com a herança de Samudera-Pacém, quem sabe com o propósito de consolidar mais rapidamente o seu poder, tenha representado o primeiro passo na quebra da hegemonia da moeda de ouro Samudera-Pacém no topo norte da ilha.

Nesta mesma época, surgem nas fontes europeias as primeiras alusões à vigência de um sistema monetário autónomo no Achém. Mais complexo do que o de Samudera-Pacém, compunha-se de três unidades de conta (o *tahil*, o *pardau* [43] e o *kupang*) e duas espécies amoedadas (sendo o *mas* de ouro e o *perdaw* de estanho).

i) O *mas* de ouro era uma moeda pequena (em média variando entre os 12 e os 12,5 mm), de relativa estabilidade no seu peso (de 0,58 a 0,61 gramas) e com cerca de 17K de conteúdo aurífero. No anverso tinha inscrito o nome do soberano reinante e, nos casos já mencionados, o título de Malik al-Zahir. No reverso mantinha a inscrição *al-sultan al-adil* («o justo sultão») [44].

ii) Do *pardau* de estanho de Achém, cuja existência nos finais do século XVI é confirmada entre outros pelo inglês John Davis, sabe-se tão-só que se tratava de uma moeda pequena, ignorando-se as suas inscrições [45].

A sua progressão era muito regular (progredindo de quatro em quatro), como o demonstrou Lombard ao estabelecer a sequência do sistema [46]:

1 *tahil* = 4 *pardau*
1 *pardau* = 4 *mas*
1 *mas* = 4 *kupang*
1 *kupang* = 400 *cash*

A moeda achém batalhou, ao que parece sem grande sucesso até à época de Iskandar Muda (1607-1636), para se impor face às moedas estrangeiras que circulavam no seu porto, como eram os casos dos venezianos de ouro e

---

[42] Cf. WICKS, cit., p. 269.

[43] Lombard assevera, fiado em relatos de viajantes europeus quinhentistas e seiscentistas, que o pardau do Achém é uma unidade de conta, reconhecendo, no entanto, origem portuguesa para o vocábulo. Em boa verdade, o pardau pode ser, consoante os casos, uma unidade de conta ou uma espécie monetária portuguesa, primeiramente mandada cunhar por Afonso de Albuquerque na Índia, copiando uma moeda de ouro de Vijayanagar, conhecida por *varanha* (por ter a imagem do Varanha-avatar, *i.e.*, a encarnação de Vishnu em javali). O étimo do português pardau é, segundo se crê, o sânscrito *pratapa* (ou «majestade», «esplendor»), pelo neo-árico *pardap*, palavra que figuraria na legenda de algumas moedas.

[44] Cf. WICKS, cit., p. 269.

[45] Cf. LOMBARD, *Iskandar Muda*, p. 106.

[46] *Idem*.

dos *reales* espanhóis de prata [47]. Então, no governo daquele sultão, verdadeiro período áureo na história de Achém [48], combateu-se sem quartel toda a moeda estrangeira, em especial a de prata, procurando atribuir-se ao *mas* de ouro achém (no qual se inscreviam cada vez com mais destaque os epítetos do sultão [49]), o papel de único agente monetário nas trocas comerciais no sultanato. A prossecução desta política monetária resultava, entre outras coisas, da desconfiança dos mercadores estrangeiros quanto à qualidade do *mas* de Achém e quanto à capacidade desta moeda de se afirmar, circulando, nos mercados internacionais. Quedando a sua circulação pelo quadro regional do norte de Samatra, o *mas* e o *cash* achém impuseram-se, paulatinamente, na costa e nos sertões, correndo ainda, por exemplo, em mercados da zona do lago Toba no princípio do nosso século [50].

II. O sentido do dinheiro

As crónicas reais dos sultanatos do topo norte de Samatra estão recheadas de episódios reveladores da irresistível atracção que a prata e o ouro representavam para a realeza e nobreza locais, vincando bem a distinção e o prestígio proporcionados pela sua acumulação. A febre de entesouramento dos soberanos norte-samatreses, nomeadamente os de Achém, aparece retratada nos escritos de viajantes, embaixadores e negociantes que demandaram aquele porto nos séculos XVI e XVII. Segundo eles, os sultões de Achém não olhavam a meios para conseguir riquezas, indicando alguns dos mais habituais: as receitas alfandegárias dos seus portos; a participação directa (por intermédio do funcionalismo portuário) no comércio; o corso no Estreito de Malaca; a recolha de despojos de náufragos nas costas dos seus domínios; os saques e despojos de guerra; a extorsão ou confisco de bens a súbditos seus ou a estrangeiros; a imposição repentina e arbitrária de novos impostos.

As nossas fontes atestam a distribuição generosa de ouro e prata (uma vezes em moeda, outras em metal) a ricos e pobres em Samudera-Pacém ou no Achém, durante as encenações públicas de momentos solenes na vida da família real ou do próprio Estado, como eram a chegada de embaixadores estrangeiros, a circuncisão de um príncipe, o casamento ou a coroação de um sultão [51]. Contudo, torna-se necessário esgravatar nos textos europeus

---

[47] Roteiro/GAIO, cap. 45.

[48] Cf. D. LOMBARD, *Iskandar Muda*, *passim*.

[49] WICKS, cit., p. 270.

[50] Cf. Daniel PERRET, «Sumatra nord-est dans l'espace acihais jusqu'à la fin de la guerre d'Achém», in *Archipel*, Paris, n. 48, 1994, pp. 63-86. Uma visão mais desenvolvida do papel do ouro no relacionamento político e económico entre a costa e os sertões do norte de Samatra pelo mesmo autor em *La Formation d'un Paysage Ethnique. Batak et Malais de Sumatra Nord-Est*, Paris, 1995.

[51] Tal aconteceu, por exemplo, por ocasião do casamento do primeiro sultão de Samudera-Pacém, Malik al-Saleh, na última década do século XIII (cf. *HikPasai*, p. 21), ou no dia do

quinhentistas (nomeadamente os portugueses) para se tentar entender o fascínio pela acumulação de um tesouro real no Achém [52]. Desde logo, um dado parece seguro: uma larga percentagem desta riqueza, sendo em numerário, jamais circulava na economia do sultanato. Por um lado, porque as transacções de produtos florestais e agrícolas entre os sertões e a costa não se encontravam ainda totalmente monetarizadas no século XVI. Por outro, porque no Achém dos séculos XVI e XVII a simbologia do poder real (desconhecemos se o mesmo se verificava em Samudera-Pacém, Pedir, ou noutro qualquer sultanato do topo norte de Samatra), andaria associada ao valor político do entesouramento, nomeadamente de espécies monetárias em ouro [53]. Bem informados, alguns textos quinhentistas portugueses confirmavam que «na cidade metropolitana do Achém há certeza de ser inumerável o dinheiro amoedado, que os reis passados entesouraram» [54]. O ideal de entesouramento estava, aliás, de certo modo enraizado na generalidade da população achém, correndo entre ela a crença de que

> «[o ouro e jóias] que ali [nos campos de lavoura] enterram hão-de possuir em dez vezes o dobro na outra vida, razão pela qual se descobrem continuamente em terras» [55].

A acumulação de tesouros pelos sultões destinava-se primeiramente, como é facil de compreender, à resolução de aspectos práticos da governação do sultanato, tais como os gastos quotidianos do palácio, as despesas com as cerimónias e festas públicas, a defesa do sultanato, o financiamento da política expansionista do Achém no norte de Samatra ou na Península

---

casamento do futuro Sultão Ahmad Malik al-Zahir, por 1345 (cf. Ibn BATTÛTA, *Voyages*, vol. III, p. 347). Fora deste contexto festivo, a distribuição de riquezas não só não tinha cabimento como incitava à revolta das esferas cortesãs, à semelhança do sucedido com o Sultão Seri 'Alam de Achém, em 1579 (cf. *HikAtjéh*, p. 96).

[52] Seria interessante estabelecer uma ponte contrastiva com o caso dos reinos javaneses do período pré-Mojopahit, descritos como uma espécie de «países esponja», em virtude da tradição de entesouramento dos seus soberanos, de que trata D. LOMBARD, *Le Carrefour Javanais. Essai d'histoire globale*, 3 vols., EHESS, Paris, 1990, vol. II, pp. 38 e 39.

[53] Pode revelar-se de grande interesse estender o exercício comparativo do caso de Achém ao dos reinos hindus Cheras dos Kulasekharas (Kerala) no século IX, tal como vem analisado por Geneviève LEMERCINIER, *Religion and Ideology in Kerala*, Université Catholique de Lovain, Lovaina, 1983, especialmente as pp. 101-106. O tema das sobrevivências culturais, simbólicas e ideológicas pré-islâmicas, hindus e budistas, ou sincretizadas com tradições locais, no Achém do século XVI não passou despercebido a Lombard, tendo sido posteriormente retomado e aprofundado por L. F. BRAKEL, «State and Statecraft in 17th century Achém», in *Pre-Colonial State Systems in Southeast Asia*, ed. Anthony REID & Lance CASTLES, Kuala Lumpur, 1975, pp. 56-66.

[54] Jorge de LEMOS, *Historia dos Cercos de Malaca* (1.ª edição, Lisboa, 1585), ed. fac similada com nota introdutória de Pedro de Azevedo, Lisboa, 1982, cap. XI.

[55] Anónimo de 1582, fl. 377v. D. PERRET, «Sumatra Nord-est», p. 67, nota n. 49, confirma que alguns destes pequenos tesouros enterrados em campos de lavoura vêem sendo a pouco e pouco encontrados.

Malaia, como aconteceu nos reinados de Salah ad-Din Syah, 'Ali Ri'ayat Syah al-Kahar e Iskandar Muda, e em que entravam muitos mercenários pagos a peso de ouro [56]. Também a dimensão religiosa parece ter levado a esta ideia de entesouramento pelos sultões do Achém, pois todos os anos eram ofertadas lâmpadas de ouro para iluminar os lugares santos de Meca [57].

Porém, este costume parece encerrar um mais profundo sentido político-ideológico, pois aos olhos dos achéns o bom e justo governante era aquele que não apenas preservava o tesouro herdado dos seus antecessores, como tudo fazia para o acrescentar [58]. Casos houve em que a má gestão do tesouro real, ou pior, a sua dissipação, gerava descontentamento e instabilidade, servindo de pretexto a uma crise política capaz de conduzir à queda do sultão [59].

Quaisquer que fossem as verdadeiras causas da sua acumulação, foi facto que a fama dos tesouros de Achém ecoou na Ásia Portuguesa dos séculos XVI e XVII, animando projectos pessoais e oficiais de conquista do sultanato [60]. Descrito pelos portugueses como um dos mais impressionantes jamais visto (apenas superado pelos dos sultões do Guzarate, Bengala e Vijayanagar [61]), o tesouro dos sultões de Achém significou, quem sabe, a última quimera da «Ilha do Ouro» por aqueles tão procurada à volta de Samatra, ao longo do século XVI [62]. Afinal, nada mais era do que um novo

---

[56] Este era um expediente frequente entre os reis malaios, de que falam já os noticiaristas portugueses, aquando da conquista de Malaca, em 1511, quando aos primeiros sinais de descontentamento dos mercenários javaneses, que constituíam uma boa parte das forças do sultão Mahmmud Syah, este sultão lhes pagou os soldos atrasados e um adiantamento de três meses (cf. *Comentários de Afonso de Albuquerque*, 5.ª edição conforme a 2.ª, prefácio de Joaquim Veríssimo Serrão, tomo II, p. 122).

[57] Mendes PINTO, cap. 18.

[58] A preocupação constante com o engrossar do tesouro real, que permite estabelecer uma ponte comparativa como ideal de entesouramento omnipresente na antiga tradição política dos reinos do sul da Índia, encontra igualmente paralelo no caso dos sultões do Bengala no século XVI, os quais, conforme narram as memória do imperador mogol Babur, seu conquistador, «another Bengali costom is to regard it as a disgraceful fault in a new ruler if he expend and consume the treasure of his predecessors. On coming to rule he must gather treasure of his own. To amass treasure Bengalis regard as a glorious distinction.» (cf. BABUR-NAMA, *Memoirs of Babur*, tradução do turco de Annette Susanah Beveridge, Nova Deli, 1989, p. 483).

[59] *HikAtjéh*, pp. 96 e 97.

[60] Alguma cartografia portuguesa do século XVI, nomeadamente Manuel Godinho de Erédia (c.1615-1622) e João Teixeira Albernaz (1648), realça a questão, assinalando nos seus desenhos da capital do Achém o local onde supostamente estaria depositado o tesouro dos sultões [cf. *Portugaliae Monumenta Cartographica*, Armando CORTESÃO (ed.), 5 vols., Lisboa, 1960, vol. III, estampa 421E, e vol. IV, estampas 512-515, respectivamente].

[61] Manuel Godinho ao Rei de Portugal, Goa, 25/X/1545, já citada; João de BARROS, *Ásia. Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos Mares e Terras do Oriente*, Hernâni CIDADE (ed.), 4 vols., Lisboa, 1945-1946, Década IV, Livro IX, cap. i.

[62] Sobre esta questão veja-se B. N. TEENSMA, *De Roep van Ophir. Portugezen op Samatra in de Zestiend eeuw*, Leida, 1980; L. F. THOMAZ, «Samatra's West Coast in Portuguese Sources of the Mid-16th Century», *in* Bernard DAHM (ed.), *Regions and Regional Development in the Malay-*

avatara das lendárias Ofir, Taprobana ou *Suvarnadvipa*, que tanto haviam feito sonhar a Índia e o mundo greco-latino na Antiguidade.

ABREVIATURAS

Anónimo de 1582 – «Informação a Sua Magestade sobre as vantagens da conquista do Achem», s/l, s/d [1582], AN/TT, *Colecção São Lourenço*, vol. IV, fls. 375-378v (este texto foi publicado a partir de uma cópia imperfeita do século XIX, existente na Biblioteca Nacional de Lisboa, por B. N. TEENSMA [cf. «An unknown Portuguese text on Samatra from 1582», in *Bijdragen tot de Taal-, Land- en Volkenkunde*, Leida, n. 145, partes II e III, 1989, pp. 308-323], razão pela qual o citamos a partir do seu original. Este documento será publicado na nossa tese de Doutoramento, *Três Sultanatos Malaios do Estreito de Malaca nos séculos XV e XVI (Samudera-Pacém, Malaca-Johor e Achém). Estudo Comparativo de História Social e Política*, a apresentar à Universidade Nova de Lisboa.

ANTT – Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Lisboa.

CC – Corpo Cronológico, in AN/TT.

HikAtjéh – Teuku ISKANDAR (ed.), *De Hikajat Atjéh*, Haia, 1958.

HikPasai – Russel JONES (ed.), *Hikayat Raja Pasai*, Kuala Lumpur, 1987.

Mendes Pinto – Fernão MENDES PINTO, *Peregrinação*, ed. Adolfo Casais Monteiro, Lisboa, 1983.

Pires – A Suma Oriental de Tomé Pires e o Livro de Francisco Rodrigues, leitura e notas de Armando Cortesão, Coimbra, 1978.

Roteiro/Gaio – O Roteiro das Cousas do Achem de D. João Ribeiro Gaio: um olhar português sobre o norte de Samatra em finais do século XVI, ed. Jorge M. dos Santos ALVES e Pierre-Yves MANGUIN, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações do Descobrimentos Portugueses, 1997.

SejMelayu – C. C. BROWN (ed.), *Sejarah Melayu or Malay Annals*, in *Journal of the Malayan Branch of the Royal Asiatic Society*, Singapura, vol. 25, partes II & III, 1952-1953.

-Indonesian World. 6th European Colloquium on Indonesian and Malay Studies, Wiesbaden, 1992; do mesmo autor, o prefácio a Manuel Godinho de ERÉDIA, *Suma de Árvores e Plantas da Índia Intra Ganges*, ed. de J. G. Eueraert, J. E. Mendes Ferrão e M. Cândida Liberato, Lisboa, CNCDP, 2001, esp. as pp. 20 e 21; J. M. dos Santos ALVES, «Samatra e a Expansão Portuguesa na Ásia do Sueste», em *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, dir. A. H. de Oliveira MARQUES, vol. I, tomo II, Lisboa, 2000, pp. 79-124 [93-95].

ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR, Vol. III, 2002, pp. 389-408

NOTAS E CORRECÇÕES PARA UMA EDIÇÃO CRÍTICA DO MS. DA LIVRARIA N.º 805 (IAN/TT), A PROPÓSITO DA PUBLICAÇÃO DE UM TRATADO DO P.E MANUEL DE CARVALHO SJ

por

MANUEL LOBATO *

Quinze anos se passaram sobre a primeira vez em que, ao pesquisarmos para o «Projecto de Microfilmagem dos documentos sobre Moçambique existentes nos arquivos de Lisboa», compulsámos, na antiga Torre de Tombo, o códice n.º 805 dos Manuscritos da Livraria. A importância dos textos que compõem este códice, então ainda inéditos na sua quase totalidade, desde logo despertou a nossa curiosidade, pelo que, aquando da feitura da nossa dissertação de mestrado [1], incluímos em apêndice a transcrição de uma parte significativa desses textos [2].

---

* Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical.

[1] Manuel LOBATO, *Política e Comércio dos Portugueses no Mundo Malaio-Indonésio (1575--1605)*, 1993, dissertação de Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 497 pp. (dactilografado).

[2] No Apêndice VI, pp. 391-483, trancrevemos na íntegra, ou em parte, os seguintes textos:

1. «Resolução de alguns casos uersados na India e suas partes pello padre fr*ancis*co Rodrigues da Companhia de Jesu» [Goa, c. 1571], fls. 33v-74v (dos 43 casos que compõem este tratado, transcrevemos apenas extractos do «Caso primeiro do liçito que se ha de ter no contrato dos Bâres», fls. 34-39, e do «Cazo 35 em que se pergunta se he licito comprar por pancada», fl. 67);
2. «treslado das provizões que os Vizo-Reis acostumão a pasar aos capitães das fortalezas e viagens», sem indicação do autor dos comentários e anotações, [Goa] 1571, fls. 75v-95 (transcrição integral);
3. «Cazos Diuersos e uarios que correm pelas partes Daindia com suas resolluções pelo p*adr*e fr*ancis*co Rodrigues da Companhia dejesu [c. 1571], fls. 96-106 (de onde trancrevemos extractos dos casos «2.º qu*an*to a duuida de se pagare*m* os d*irei*tos en Malaq*u*a e en goa», fls. 96-96v, «18. quanto aos fretes de Malaqua pera a china», fl. 100, e ainda os 1.º e 2.º dos «Cazos Correntes p*e*la Jndia», que ostentam os títulos

Tanto quanto sabemos, existia à época apenas um único estudo dedicado a este códice, da autoria do erudito padre Joseph Wicki SJ, que sumariamente o descreve e dá alguns breves informes biográficos acerca dos autores dos textos que nele foram recolhidos [3]. Ao todo, o códice contém cerca de uma vintena de textos diferentes, embora nem sempre seja fácil separá-los entre si, tal como nem sempre é clara a subdivisão por partes dentro de cada um dos diferentes tratados. Na sua maioria, trata-se de pequenos textos da autoria de jesuítas das províncias da Ásia. O principal destes autores é o padre Francisco Rodrigues, cujos «Comentários» deram o título ao conjunto, para o qual contribuiu em cerca de 40%, seguindo-se-lhe, em extensão de texto, o padre Gomes Vaz, a quem se deve quase uma quinta parte do códice, logo seguido pelo padre Luís Perestrelo, autor de um tratado, em latim, que ocupa cerca de 16%. Os restantes autores têm uma contribuição quantitativamente mais modesta: o padre Fernão Pérez, espanhol que leccionou em Évora, é autor de um tratado, também em latim, que ocupa pouco mais de 5% do códice, o mesmo acontecendo com o padre Manuel de Carvalho, cujo tratado, em português, é o único escrito doutrinário que se lhe conhece e também um dos dois únicos, entre os textos que compõem o códice que até agora mereceu publicação [4]. Há ainda dois outros autores cujos contributo é

«1.º dos que fazem uiagens pera partes onde outros estão prouidos», e «2.º se pode*m* os VisoReis p*ro*uer estas uiagens e os p*ro*uidos uendelas», respectivamente, fls. 101v e 102-103);

4. «Resolução açerca dos casam*en*tos dos moradores das Jlhas de Maluco», do padre António Quadros, Provincial da Companhia de Jesus, fl. 156v (transcrição integral);
5. «Resolução de alguns casos versados nas partes da India lida pelo p*adr*e Manoel Carualho da Companhia de Jesu no anno de 1600. em Malaca», fls. 157v-171v (transcrição integral);
6. «Guerra como se pode fazer aos gentios», *Anónimo*, fl. 171v (transcrição integral);
7. «Reuista dos casos dos contratos do p*adr*e fr*ancis*co rodrigues da Companhia polos padres letrados della no colegio de goa e determinarão sobre elles o seguinte» [Goa], fls. 188-189v (transcrição integral);
8. «P.e Gomes Vaz da C.a de Jesus», título genérico sob o qual se encontram cinco pequenos tratados da sua autoria, todos eles transcritos na íntegra: «Dos Contratos dos Bares de Sandolo de Solor e Timor» [Malaca, 1599], fls. 221v-224; «Do Contrato dos Bares de Calaim pera as partes de Pera» [Malaca, c. 1600] fls. 224-225; «Dos Bâres das drogas dos jaos .*silicet*. Maça Crauo, e noz etc.» [Malaca, c. 1600], fls. 225-228v; «Dos terços, e choqueis dos Bares de crauo de Malluco» [Malaca, c.1600], fls. 228v-230; «Que Cousa seia Bar, pico e Catel», fls. 230-231.

[3] Joseph Wicki S.J., «Problemas morais no Oriente Português do século XVI», in *O Centro de Estudos Históricos Ultramarinos e as Comemorações Henriquinas*, Lisboa, 1961, pp. 257-263.

[4] O pequeno tratado intitulado «Resolução de alguns casos versados nas partes da India lida pelo padre Manoel de Carualho da Companhia de Jesu no anno de 1600 em Malaca» (fls. 157v-171v), atrás referido, foi recentemente publicado por Ivo Carneiro de Sousa, em «Apêndice documental» ao seu artigo «Comércio oriental, fiscalidade e ética económica em Malaca: o tratado para a *Resolução de alguns Casos versados nas partes da Índia* do jesuíta Manuel de Carvalho (1600)», *in* Maria de Fátima Marinho *et alii*, *Miscelânea*, Faculdade de Letras do Porto, Porto, 1999, pp. 129-197, ocupando o texto em causa – ao qual teremos oportunidade de nos referir mais adiante – as pp. 162 e segs. O primeiro texto do códice que mereceu

quase negligenciável: o Provincial Alessandro Valignano, redactor de uma sentença que ocupa apenas três fólios, e o padre António Quadros, a quem se deve um parecer sobre o matrimónio entre os indígenas das Molucas, que escassamente ocupa meio fólio. Os textos anónimos, alguns dos quais não passam de meras listagens, não cobrem uma sexta parte do total, enquanto os textos escritos em latim ultrapassam uma quinta parte do códice, não contando com as citações e referências latinas em que a maioria dos autores é generosa.

No seu conjunto, o códice constitui uma peça invulgar e de grande interesse no quadro da literatura jesuítica sobre a Ásia, que em muito se distingue quer da habitual epistolografia quer do material, impresso ou não, que se destinava à propaganda da acção missionária da Companhia de Jesus no Oriente. Como é bem sabido, os jesuítas contam-se entre os missionários que melhor e mais prolixamente descreveram as suas actividades apostólicas, sendo também aqueles que possuíam melhor formação intelectual para o fazer. As colecções que nos legaram são prova disso mesmo, constituindo também uma fonte indispensável para o conhecimento do Japão, China e Tibete, Sueste asiático e Índia, África ocidental e oriental e do próprio continente americano nos séculos XVI a XVIII. O ms. n.º 805 da Livraria, que contém diversos textos de natureza jurídica, género totalmente diverso da literatura de viagens jesuítica e dos relatórios das missões, oferece ainda o interesse adicional de as peças que o compõem terem permanecido, com excepção de um único tratado, completamente inéditas.

Pareceu-nos que, dada a sua importância, esses textos seriam merecedores de uma edição cuidada, razão pela qual, aquando da publicação da já referida tese de mestrado [5], optámos por retirar o apêndice em que, na dissertação original, figuravam vários desses tratados – entre os quais o tratado do padre Manuel de Carvalho –, reservando para mais tarde a publicação integral e devidamente anotada do códice. Esta tarefa viria a revelar-se espinhosa e difícil de ser levada a bom termo, porquanto inúmeros pro-

---

edição integral foi, contudo, o tratado intitulado *Resoluções que sobre as aldeas e terras de Baçaim se tomarão pera os confessores saberem como se ão de aver com os penitentes que as tiverem. Pello Pe. Francisco Rodrigues*, que em 1959 o padre José Wicki SJ publicou no *Boletim do Instituto Vasco da Gama* (n.º 76, 1959), onde ocupa a maior parte (pp. 7-39) de um artigo a que chamou «Os percalços das aldeias e terras de Baçaim vistos e julgados pelo P. Francisco Rodrigues S.J. (por 1570)» (pp. 1-39) e fez preceder de uma curta «Introdução» (pp. 1-6) a que acrescentou 84 notas e comentários enriquecedores. Agradecemos ao nosso Colega e Amigo Doutor Luís Frederico Dias Antunes por nos ter chamado a atenção para este trabalho do padre Wicki, cuja existência desconhecíamos, bem como por ter prontamente disponibilizado uma cópia do mesmo.

[5] Manuel LOBATO, *Política e comércio dos portugueses na Insulíndia. Malaca e as Molucas de 1575 a 1605*, Instituto Português do Oriente (IPOR), Macau, 1999. A publicação deste trabalho ficou a dever-se à sugestão e ao empenho pessoal do Dr. Jorge dos Santos Alves, a quem queremos aqui renovar o nosso agradecimento, bem como ao pronto acolhimento que a ideia recebeu por parte daqueles que, à época, eram responsáveis pela programação editorial do IPOR.

blemas de natureza paleográfica haviam ficado por resolver – alguns foram mesmo mal solucionados –, pelo que a transcrição de extensos excertos a que havíamos procedido no âmbito do referido trabalho escolar de mestrado apresentava graves lacunas e numerosos erros de leitura, a requererem uma revisão atenta e a adopção de melhor critério. A maior dificuldade nesta tarefa provinha, porém, do facto de os textos fazerem constante apelo aos conhecimentos do latinista, do historiador da missionação e do direito – pelas repetidas remissões a autores canonistas de que neles se faz menção –, além de que a natureza técnica dos enunciados, que se debruçam sobre práticas financeiras e comerciais, faz igualmente apelo ao historiador com formação em história económica.

Fomos, por isso, dando prioridade a outros afazeres inadiáveis, até que o Dr. Jorge dos Santos Alves nos propôs empreendermos em conjunto a publicação do códice, sugestão que prontamente acolhemos. Nasceu, assim, no âmbito do CEHCA-IICT, a que ambos estamos ligados, o «Projecto de edição *Comentarios do Padre Francisco Rodrigues da Companhia de Jesus sobre casos versados na Índia e nas suas partes, com outras resoluções muito importantes e necessárias aos confessores com um index de todas as cousas que neste livro se contem* (IAN/TT, *Manuscritos da Livraria*, n.º 805)», título que o próprio códice ostenta, aprovado pela direcção do CEHCA, em 22 de Setembro de 1998, o qual passou a constituir um dos seus projectos internos, inscrito no *Anuário* do IICT do ano seguinte.

Nesse «Projecto», ao expor o interesse da publicação do «manuscrito», dizíamos – em conjunto com o Dr. Jorge dos Santos Alves – o seguinte:

> «(…) O manuscrito encontra-se sob a forma de um códice, escrito a várias mãos, sendo composto por 280 fólios. Encontra-se em razoável estado de conservação, não apresentando por isso dificuldades especiais de leitura e transcrição. Está maioritariamente escrito em Português, mas uma parte (cerca de 1/4 dos fólios) está em Latim. A autoria do manuscrito (doravante designado por *Comentarios*) é atribuída no frontispício ao padre Francisco Rodrigues da Companhia de Jesus. Porém, outros nomes, quase todos de jesuítas, aparecem mencionados como autores ou colaboradores de parcelas do manuscrito. A pesquisa biográfica destes nomes demonstra, sem margens para dúvida, que estamos diante de um conjunto de notáveis intelectuais e experimentados conhecedores da realidade asiática. O principal comentarista, Francisco Rodrigues S.J. (1515-1573), natural de Odemira, era um dos mais renomados intelectuais e teólogos portugueses do seu tempo. Partindo para a Índia em 1556, ali permaneceu até à sua morte em Goa, em 1573. Especialista em teologia hindu e tradutor de textos clássicos indianos, Francisco Rodrigues chegou a Provincial da Índia em 1572. Outros dois nomes de jesuítas se destacam ao longo dos *Comentarios*. Primeiramente, o padre António de Quadros (1528-1572), afamado teólogo e latinista, foi reitor do Colégio e Universidade da Companhia de Jesus em Évora em 1553, partindo para o Oriente três anos volvidos. Na Índia foi nomeado Provincial em 1559, desenvolvendo intensa actividade de conselheiro junto de diversos governantes do Estado da Índia. Depois, o padre Gomes Vaz (1542-1610) partiu para a Índia em 1564, foi procurador do Colégio de São Paulo de Goa e superior da residência de Malaca, onde anga-

> riou fama de especialista em usos e costumes do mundo malaio e compilou conhecimentos sobre as tradições cívicas e os ritos chineses. (…) Não se conhecem outras cópias do manuscrito, embora não se possa afirmar com segurança que se trata do original. Não se encontra datado, muito embora uma primeira análise permita balizar cronologicamente os seus conteúdos entre 1570 e os primeiros anos do século XVII» (p. 2).

Os autores e a génese do códice

Com efeito, não se sabe muito mais sobre os autores dos textos que compõem o códice [6]. Um dos mais conhecidos – e o mais importante pelo número de textos que lhe são atribuídos no códice – é, como se disse, o padre Francisco Rodrigues, cujo nome figura no título do códice. Alcunhado de «Manquinho», devido a uma deformidade nos pés, terá nascido cerca de 1515, tendo ingressado na Companhia em 1546 e completado os 3 votos em 1555. Parece ter desenvolvido intensa actividade em Goa – onde, em 1566, desempenhava o cargo de superintendente do colégio local – e também em Malaca. Reputado canonista, foi um dos três jesuítas que participaram nos trabalhos do 1.º Concílio Provincial de Goa de 1567 [7], sendo o autor, ou pelo menos o mentor, de algumas das suas conclusões.

O padre Gomes Vaz, natural de Serpa, entrou para a Companhia em 1561 ou 1562. Leitor de Filosofia e Teologia, reitor do colégio de Malaca e procurador da Província, fez profissão de 4 votos em 1584. Tomou assento na 3.ª Congregação Provincial de Goa, em Novembro de 1588, sendo Procurador da Casa Professa, cargo que ainda ocupava em fins de 1591. No mesmo ano de 1588, em que adoeceu, foi escolhido para pregador nas exéquias do vice-rei, D. Duarte de Meneses, que tiveram lugar na igreja de S. Francisco de Goa [8]. Regressado a Portugal em 1610, faleceu pouco depois, podendo ter sido ele quem tenha trazido de Goa o códice. Segundo Wicki, «é provável que o manuscrito se conservasse em Lisboa na procuradoria do Oriente», de onde, para o mesmo autor, teria passado à «livraria» dos agostinhos, no convento da Graça, em Lisboa, antes de dar entrada na Torre do Tombo [9].

---

[6] Além das achegas contidas no texto acima transcrito e das que podem ser encontradas no já citado artigo de Wicki, o recente estudo de Jorge Manuel dos Santos ALVES, «"Injusto e contra o Concílio Goense". Liberdade contra monopólio no comércio português no mar da China (c. 1545-1570)», publicado em Jorge Santos ALVES (ed.), *Portugal e a China. II Ciclo de Encontros de História Luso-Chinesa*, Lisboa, Fundação Oriente, 2001, pp. 173-186, reúne um bom número de informes biográficos extraídos de diversas obras, principalmente dos numerosos volumes que compõem a colecção organizada por WICKI, *Documenta Indica*, bem como da *Biblioteca Lusitana*, de Barbosa MACHADO. Jorge Alves concede um relevo especial às figuras dos padres Francisco Rodrigues, Gomes Vaz e António Quadros. Este último, contudo, como se disse atrás, deu uma contribuição mínima para o ms. 805 da Livraria (IAN/TT).

[7] John GOMES e Joseph WICKI, eds., *Documenta Indica*, vol. XV, Roma, 1982, p. 451.

[8] *Id.*, *ibid.*, pp. 4, 65, 83, 171, 211, 424-425 e 631.

[9] WICKI, «Problemas morais», cit., p. 258.

Entre os diversos escritos seus reunidos no códice, existe um pequeno tratado contendo o que parece ser a mais antiga descrição, feita com algum detalhe, sobre o modo como os portugueses obtinham o sândalo em Timor, em fins do século XVI. Uma leitura atenta deste tratado, intitulado «Dos Contratos dos Bares de Sandolo de Solor e Timor» (fls. 221v-224) e incluído em apêndice ao presente trabalho, permite datá-lo de 1599. As informações nele contidas, as quais explorámos detidamente noutro lugar [10], recolheu-as o padre Gomes Vaz junto de um «chatim de Solor», como ele próprio designa o seu informador. Este «chatim» não seria necessariamente um mercador residente na fortaleza portuguesa de Solor, podendo designar um mercador de Malaca que comerciava habitualmente entre esta cidade e Solor. Enfim, da leitura deste pequeno tratado do padre Gomes Vaz colhemos a impressão de que, por não se terem estabelecido em Timor senão em meados do século XVII, os portugueses viram as quantidades de sândalo que extraíam da ilha ficarem abaixo das suas expectativas. Do padre Manuel de Carvalho se tratará mais adiante.

Os escritos dos padres Francisco Rodrigues, Gomes Vaz e Manuel de Carvalho, evidenciam um profundo conhecimento das práticas mercantis interasiáticas, muito especialmente das que eram observadas no interior da sociedade portuguesa e nas relações económicas dos mercadores portugueses com as redes asiáticas. Facilmente nos damos conta de que, apesar de alguns dos casos por eles analisados e das teses por eles defendidas dizerem respeito a este relacionamento entre portugueses e comunidades autóctones, não é de uma problemática missionária que tratam os seus escritos. Com efeito, o objectivo visado parece ser o de fixar as normas de conduta moral no interior das comunidades cristãs de origem portuguesa, esclarecendo, à luz do direito canónico, aqueles de entre os seus membros que eram mercadores, sobre quais as práticas mercantis que podiam ser consideradas – ou não – lícitas. Não se tratava, aliás, de uma preocupação pessoal e isolada do padre Rodrigues, a que os seus superiores seriam alheios. Segundo nos informa o padre Alessandro Valignano, Roma teria recomendado, por mão do padre Claudio Acquaviva, Geral dos jesuítas, a criação de um «seminário de casos de consciencia, em que de professo estudem casos, os que não hão-de estudar outras sciencias maiores», em concordância, aliás, com o parecer da Congregação Provincial da Índia [11].

Assim, a morigeração dos costumes parece ter constituído para os jesuítas uma preocupação, que não se prendia directamente com a sua acção missionária, nem se destinava a ser exercitada a partir do púlpito. Prendia-se antes com a prática do confessionário, uma das vias mais usuais de os

---

[10] Manuel LOBATO, «Timor», *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, dir. de A. H. de Oliveira MARQUES, 1.º vol., t. II, Lisboa, Fundação Oriente, 2000, pp. 351-374, especialmente pp. 362-363.

[11] «Summario de algumas cousas que pertencem ao governo da Provincia da India», *in* Joseph WICKI e John GOMES, *DI*, cit., vol. XIV (1585-88), Roma, 1979, p. 854.

sacerdotes exercerem a sua influência sobre os fiéis e, por seu intermédio – já que, no Oriente português, muitos deles eram mercadores –, sobre a própria vida mercantil.

Malaca – cuja comunidade mercantil luso-asiática atingia uma dimensão apenas mediana, se comparada com a de Goa, onde o peso da administração e dos diversos poderes públicos se fazia sentir numa escala incomparavelmente maior – constituía um natural campo de acção para exercer este tipo de influência sobre as consciências. Por isso, não é de estranhar que tenha sido um jesuíta, D. Melchior Carneiro, bispo auxiliar da Etiópia, quem, durante a sua estadia de vários anos em Malaca, desempenhou um papel decisivo no arranque dos estudos sobre os «casos de consciência» que aí surgiam. Somos informados sobre a acção deste bispo, assim como da dos demais jesuítas estantes em Malaca, através de uma carta que o padre Lourenço Peres escreveu de Malaca ao Prefeito Geral da Companhia, padre Francisco de Bórgia, a 2 de Dezembro de 1566 [12]:

> «(…) Ocupamo-nos tambem em confissões que polla bondade do Senhor são frequentes nesta casa porque, como esta terra seja hum emporio de toda a India, todos os mercadores vem a desembarcar aqui, donde todo o anno navegão pera diversas partes, e assi sempre há confissões; e acode aqui muita gente desta a tomar resolução de muitos casos embaraçados de suas mercancias e destes he esta casa frequentada, e a todos satisfaz o Padre o Bispo [Melchior Carneiro] e não sente o trabalho do estudo que lhe tira a enfermidade [13], antes leva nisso muito gosto pollo notavel fruito que vee se faz nisto. E assi, louvores a N. Senhor, depois que chegou a esta terra se tirarão os contratos usurarios que com o dinheiro dos orfãos se cometiao [14], e em tudo se guarda agora a ordem que elle tem dado ao juiz dos orfãos nos empréstemos e fazer das escrituras acerca dos ganhos. Tambem se tem tirado por seu meo muitas injustiças que no atravessar das fazendas fazião os capitães e seus feitores. Tudo vai agora muito differente porque este capitão [D. Diogo de Meneses] hé homem temente a Deus e faz tudo o que lhe o Padre o Bispo diz que hé seu confessor, e elle se confessa quasi cada quinze dias.»

Prosseguindo, diz ainda o padre Lourenço Peres:

> «As confissões ordinárias de cada semana são muitas e pollas festas principais se confessão a mor parte dos casados. E crea-me V. P. Que quem vio esta cidade poucos annos há e a vee agora, dirá *haec mutatio dextrae Excelsi* [Ps. 76, 11], porque nos custumes e vicios pouco differião da gentilidade, mas agora, Deus seja louvado, estão já mui mudados e com muita emenda.» [15]

---

[12] J. Wicki, *DI*, cit., vol. VII (1566-1569), Roma, 1962, p. 86.

[13] O bispo Carneiro sofria de asma.

[14] Neste passo da carta, uma nota do padre Wicki, seu editor, remete o leitor para o tratado «Se se pode o dinheiro dos órfãos dar a ganho», do padre Francisco Rodrigues, a fls. 53v-55v do ms. da Livraria 805.

[15] Wicki, *DI*, cit., vol. VII (1566-1569), pp. 86-87.

Para formar um juízo moral imparcial e canonicamente fundamentado, cada confessor deveria estar esclarecido sobre o direito subjacente à actividade comercial dos mercadores e a cada um dos tipos de negócio por eles praticados, para assim lhes poderem aplicar, com conhecimento de causa, as penitências mais adequadas, as quais, note-se, podiam envolver reparações financeiras ou de outra natureza. Assim, mesmo sem haver a intenção por parte dos padres de se arvorarem em árbitros da vida mercantil, os seus juízos, enquanto potencial fonte de direito em questões do foro das consciências individuais, tendiam a constituir-se como regras de conduta mercantil, as quais distinguiam as práticas sujeitas a uma sanção e/ou reparação para com os eventuais lesados daquelas que envolviam uma mera reprovação moral. A actividade quotidiana de alguns confessores, mais preparados e preocupados com esta problemática, levou-os a estudar diferentes casos, cada um versando seu tópico particular, que se apresentam como outros tantos estudos pontuais, quase exercícios de estilo. Arrumados por matérias, acabaram por formar, no seu conjunto, um corpo doutrinal bastante coerente, rico em exemplos e informações concretas, mais tarde reunido, em Goa ou em Malaca, no dito códice.

Desconhecemos por que razão não se encontra nele nenhum dos textos que, segundo se depreende do citado trecho da carta do padre Lourenço Peres, o bispo Melchior Carneiro havia escrito, enquanto iniciador dos estudos sobre os casos de consciência relacionados com a actividade comercial da comunidade portuguesa de Malaca. Podemos imaginar que tais estudos pioneiros hajam sido revistos, corrigidos ou mesmo reescritos, por alguém mais apto, como o padre Francisco Rodrigues, tal como os deste o foram, mais tarde, pelos jesuítas do colégio de Goa [16]. Seja qual for o motivo dessa omissão, podemos seguramente concluir que aos jesuítas se deve o arranque, no Oriente, desta vertente do direito canónico, destinada a fazer escola entre eles pela mão do padre Francisco Rodrigues e dos seus continuadores, os padres Gomes Vaz e Manuel de Carvalho, autores dos escritos de que aqui nos ocupamos.

Daí estes textos terem sido classificados dentro do género da «literatura penitencial», como fez Ivo Carneiro de Sousa, que, familiarizado com a literatura religiosa jesuítica, não hesitou em incluir o *Tratado* do padre Manuel de Carvalho neste género literário. O que Carneiro de Sousa afirma a respeito deste texto pode aplicar-se, sem reservas, à quase totalidade dos restantes tratados que compõem o códice. A natureza penitencial dos textos, aliada às reduzidas dimensões do códice, como se de um livro de bolso se tratasse, levaram-nos – ao Dr. Jorge dos Santos Alves e a mim próprio – a dizer, no já citado projecto de edição:

---

[16] Veja-se a «Revista ou novo exame dos casos dos contratos do P.e Francisco Rodrigues da Companhia polos Padres letrados della no colégio de Goa e o que determinarão sobre elles», a fls. 188-89v do referido códice n.º 805 da Livraria.

> «De uma primeira análise desta grelha de conteúdos pode dizer-se que estamos perante uma obra essencialmente colectiva (que reuniu uma elite de intelectuais e juristas da Companhia de Jesus, liderada obviamente pelo padre Francisco Rodrigues), capaz de servir como uma espécie de guia, de instrumento de consulta, um *vade-mecum* dos jesuítas. Este guia deveria ser indispensável para que os jesuítas desempenhassem o seu papel de reguladores sociais, morais e mesmo comerciais em zonas geográficas onde o poder judicial e político-admnistrativo do Estado da Índia era fluido, ou pura e simplesmente inexistente, dando lugar a comunidades espontâneas de mercadores portugueses e luso-asiáticos: os mares da Ásia do Sueste e o Mar da China.» (p. 3)

Continuando a apresentação do projecto, dizíamos ainda – de forma necessariamente genérica e sumária –, no ponto 2 do mesmo, dedicado à análise da grelha de conteúdos do códice:

> «O manuscrito apresenta, até pela sua extensão, uma grelha de conteúdos assaz variada e interessante para o estudo das estruturas da presença portuguesa no Oriente, e em particular na Ásia do Sueste e Extremo Oriente. São estes os principais:
>
> i) Problemas e casos do foro estritamente moral e religioso (entre outros os modelos de confissão, a discussão do significado da contrição, a aplicação de penitências e penas de excomunhão, e o âmbito da jurisdição do Tribunal do Santo Ofício).
>
> ii) Aspectos da vida social (casamento e adultério de portugueses com mulheres asiáticas, legitimação de filhos de casamentos inter-raciais).
>
> iii) Uma parcela significativa dos *Comentarios* (cerca de metade) ocupa-se de matérias do foro jurídico, que envolviam à data não apenas os particulares portugueses aventureiros ou mercadores pelas terras e mares da Ásia, como o próprio Estado da Índia (heranças, testamentos, legitimidade da compra e venda de escravos asiáticos e do seu aforamento, pagamento de direitos alfandegários por portugueses – e pelo Rei de Portugal – a reis asiáticos, como o Imperador da China).
>
> iv) Problemas de regulamentação da actividade comercial e financeira da Ásia Portuguesa (empréstimos, cobrança de juros, padronização e equivalência de pesos e medidas, fretamento de navios, liberdade de navegação e comércio, relações com as comunidades mercantes asiáticas, monopólios e privilégios comerciais dos oficiais do Estado da Índia).
>
> Importa referir, em abono do valor documental dos *Comentarios*, que muito dos comentários dos padres jesuítas, destacadamente de Francisco Rodrigues, sobre legislação emanada do Estado da Índia, se sucedem à transcrição total ou parcial dessa documentação oficial, muita da qual se perdera na voragem do tempo.
>
> Por último, convém salientar que os *Comentarios* encerram também um leque de informações relevantes para a própria História da Ásia no século XVI, visto que em muito casos o comentarista estabelece um elo de

> continuidade ou ruptura entre usos, costumes e práticas políticas e económicas dos portugueses no Oriente e aqueles das populações e soberanos asiáticos antes da chegada dos portugueses.» (p. 3)

Para além de aferirem da legitimidade das práticas comerciais à luz do direito canónico, os moralistas jesuítas não pouparam críticas à própria legislação vigente e, mediante a discussão da sua sustentabilidade jurídica, acabaram por pôr em causa o próprio sistema mercantil, tal como ele estava estruturado durante a segunda metade do século XVI. Abreviadamente, pode dizer-se que as suas apreensões não dizem respeito tanto às normas gerais fixadas pela Coroa, quanto às provisões concedidas nominalmente a particulares pelos vice-reis e governadores, que, no concreto e com periodicidade anual ou trienal, consoante os casos, regulavam a navegação e a actividade mercantil, criando situações de excepção de que os capitães das fortalezas e das «viagens» ou carreiras comerciais eram os beneficiários. Este sistema de privilégio, como tivemos oportunidade de avançar noutro lugar [17], gerou-se a partir de meados do século XVI, à medida que a Coroa procedeu ao abandono da exploração directa das rotas mercantis, transferindo-a para os membros da fidalguia e da criadagem d'el-Rei, na verdade, os mesmos que, já anteriormente, capitaneavam os navios por conta da Coroa, e que então passaram a fazê-lo em navios armados à sua própria custa, sistema que se tornou tão usual que ficou conhecido por «viagens».

A natureza injusta de que este sistema enfermava acabou por tornar-se no *leitmotiv* dos diferentes estudos preservados no códice. Pena é, porém, que os seus autores não nos tenham brindado com descrições mais circunstanciadas, retiradas do quotidiano, dos exemplos concretos em que, por certo, basearam as suas análises e a que apenas fazem alusão. Apesar do cuidado colocado em certos detalhes, os moralistas trabalharam sobre casos paradigmáticos, fazendo um esforço, consciente ou não, de abstracção, pelo que oferecem ao leitor uma doutrina geral, como convém a um discurso apoiado nas fontes do direito, deixando no historiador um sentimento de insatisfação, pois são os exemplos que faltam, extraídos do quotidiano – com a referência concreta a pessoas, lugares, acontecimentos, datas, preços, contratos, etc. –, que mais úteis se lhe afigurariam. Mas, como sempre acontece, as fontes valem por aquilo que são, e estas, pela sua natureza invulgar, permitem-nos um olhar mais penetrante – e não tanto «panorâmico» [18] – sobre os meandros do trato e os procedimentos mercantis no interior da rede de comércio que compunha o Estado da Índia.

As limitações do discurso moralista não se ficam por aqui. Os moralistas raramente estão à altura – enquanto homens – das propostas que formulam

---

[17] Cf. M. LOBATO, *Política e comércio dos portugueses na Insulíndia (…)*, cit., p. 245.

[18] I. C. SOUSA, «Comércio oriental, fiscalidade e ética económica em Malaca (…)», cit., p. 139.

como autores, já que os seus escritos obedecem mais a um ideal de perfeição ética do que a uma prática de virtude. Os jesuítas não foram excepção, razão por que, já na época do 1.º Concílio goanense, em que esta literatura alcançou, pela mão do padre Francisco Rodrigues, foros de doutrina oficial da diocese de Goa, se fez ouvir a voz de pelo menos um jesuíta apontando a discrepância entre o que os homens da Companhia de Jesus escreviam e aquilo que praticavam. Com efeito, o padre Pedro Buenaventura, em carta de 24 de Abril de 1567, dirigida ao padre Francisco Bórgia, critica em termos muito duros o facto de os jesuítas – que nisso se não distinguiam dos demais religiosos do Oriente – possuírem no seu colégio de Goa mais de 40 escravos, que ali eram mantidos contra sua vontade, acrescentando que:

> «esto es que haze diffícil y peligroso el confessar en estas partes, sin lo más que es harto travayoso que callo y assí dudo que no vamos todos en inferno. Hizo el P.e Francisco Rodríguez un tractado de bello, donde trata esta materia, y es después tan differente la práticca en casa que, lo que el scrive, que en ningún modo los pueden tener cativos, andan con muy gruosos fierros o açotados bien a menudo, lo qual nos sierra la boca para los de fuera.» [19]

As «leis de Malaca»

Os casos examinados pelos padres Francisco Rodrigues, Gomes Vaz e Manuel de Carvalho, obrigaram estes canonistas a uma recolha de informação sobre o direito marítimo e comercial em vigor, quer nos portos portugueses quer ainda nos portos asiáticos para onde os portugueses navegavam. Aliás, mesmo nos portos controlados pelos portugueses e plenamente integrados no Estado da Índia, algumas disposições relativas à regulação das práticas comerciais e ao trânsito dos navios remontavam a períodos em que esses portos estiveram sujeitos a autoridades asiáticas. Tal era o caso de Malaca, de onde as primeiras viagens efectuadas por navios da Coroa com destino a outros portos do sueste asiático «foram, segundo afirma Luís Filipe Thomaz, totalmente organizadas à maneira malaia: a constituição da tripulação do junco, a sua forma de pagamento, o próprio modo de associação dos parceiros e de repartição dos lucros, tudo se regulou pelos costumes marítimos de Malaca e pelo direito comercial malaio». Ainda segundo este autor, só a partir de 1515-1517, esse estado de coisas começou a mudar apenas no que tocava aos navios pertencentes ao rei de Portugal, nos quais os cargos de capitães e feitores passaram a ser obrigatoriamente preenchidos por portugueses e, «por consequência, a reger-se pelos costumes marítimos portugueses» [20]. Apesar de termos constatado noutro lugar que, em fins do século

---

[19] Wicki, *DI*, cit., vol. vii (1566-1569), pp. 247-248.

[20] Luís Filipe Thomaz, «Nina Chatu e o comércio português em Malaca», in *id.*, *De Ceuta a Timor*, Lisboa, Difel, «Memória e Sociedade», 1994, pp. 490-491.

XVI, continuavam a vigorar em Malaca algumas regras e práticas mercantis do tempo dos sultões, tal facto «não deve conduzir-nos à aceitação da ideia simplista de que a conquista portuguesa em nada terá alterado o sistema de comércio herdado do sultanato» [21].

É natural que os portugueses apenas tenham introduzido alterações superficiais na forma como se negociava em Malaca, porquanto, no mundo malaio, havia vários séculos que se desenvolvera uma imbricada rede de navegação comercial interligando um grande número de portos onde floresciam importantes comunidades mercantis de origem chinesa e indiana. Tenha ou não fundamento a ideia de que os soberanos locais teriam dispensado pouca atenção aos assuntos relacionados com a vida mercantil que se desenrolava nos seus portos, o facto é que ela não impediu que, lentamente, se fossem acumulando normas cada vez mais detalhadas para regular a actividade marítima e comercial nos portos, as quais eram livremente aceites pelos mercadores que neles se vinham estabelecer ou que os visitavam sazonalmente. Há boas razões para crer que, da multiplicação de formas consensuais para resolver os diferendos que iam surgindo entre os mercadores terá nascido um corpo de regras observado localmente em cada porto, o qual, constituído em fonte de direito oral – incluído nos chamados *adat*, ou leis consuetudinárias malaias –, estava destinado a ser posteriormente reduzido a escrito dando lugar a um direito plenamente codificado. Com efeito, as mais antigas compilações de leis malaias já contêm algumas disposições relativas ao direito marítimo e comercial. Tal é o caso das *Undang-undang Melaka*, ou «Leis de Malaca» [22], a mais antiga compilação de *adat* malaio, remontando ao século XV, cuja importância se pode facilmente perceber pelos quarenta manuscritos que subsistem deste código. Contém algumas secções dedicadas às «leis marítimas», que, na verdade, dizem respeito aos náufragos e salvados dos navios, aos escravos fugitivos em terras estranhas e aos pesos e medidas [23]. Segundo o seu editor, L. Y. Fang, estas secções relativas às «leis do mar» são posteriores às «leis da terra», que já estavam em vigor quando aquelas foram adicionadas à compilação, mas são anteriores às chamadas *Undang-undang Laut*, ou «Leis do Mar» (*Maritime Law*), compiladas separadamente durante o reinado do sultão Mamhud Syah de Malaca [24]. Nestas compilações – as *Undang-undang Melaka* e as *Undang-undang Laut* – foi, pela primeira vez, introduzido um conjunto de neologismos e de termos tomados

---

[21] M. LOBATO, *Política e comércio dos portugueses na Insulíndia…*, cit., p. 77.

[22] *Undang-undang Malaka. The Laws of Malaka*, introdução, fixação do texto malaio e tradução inglesa de Liaw Yock Fang, Haia, KITLV-Martinus Nijhoff, Bibliotheca Indonesica, 13, 1976.

[23] Cap. 23, «Regras sobre as pessoas arruinadas e aquelas que estão esfomeadas devido ao alto preço do arroz», §§ 3 a 5; cap. 24, «Regras sobre o roubo de escravos em terras estranhas» §§ 1 e 2; e cap. 29, «Pesos e medidas», § único. Cf. *Undang-undang Melaka*, cit., pp. 117-127 e 135.

[24] *Id., ibid.*, p. 33.

de empréstimo ao árabe, ao sânscrito e ao tâmul, para designar conceitos relacionados com o comércio marítimo – tais como «falido», «responsabilidade», «capital», «interesses» – vocábulos até então desconhecidos na língua malaia. Segundo o prof. Denys Lombard, os *Undang-undang Laut*, ou «regulamentos marítimos», que tinham por objectivo dar o necessário enquadramento jurídico aos contratos comerciais, bastante frequentes no mundo malaio:

> «(…) descreviam certos tipos de associação para o comércio de risco. Tratava-se, em geral, de um acordo estabelecido entre um mercador que fornecia os produtos a vender (ou o dinheiro para os comprar) e um agente que se encarregava de toda a operação comercial. Num primeiro tipo de associação, os dois associados concordavam em partilhar igualmente tanto os riscos como os benefícios; num segundo tipo, o proprietário assumia apenas os riscos imprevisíveis, mas guardava só para si dois terços dos lucros.» [25]

O prof. Lombard não se coíbe mesmo de tecer um paralelo entre estes «regulamentos marítimos» e o que se passava na «Europa na aurora dos tempos modernos» [26], já que também aqui o surto mercantil operado a partir da Idade Média criou o mesmo tipo de problemas jurídicos relacionados com os riscos que o transporte naval comportava para os mercadores, decorrentes das forças da natureza e do contexto endémico de guerra e pirataria. Por isso, não nos surpreende que uma das mais recentes obras sobre a história do direito marítimo hispânico dedique um capítulo inteiro à evolução das soluções jurídicas encontradas em Espanha para regular as questões do risco que se colocavam à coroa e aos particulares [27].

Ora, apesar de os casos examinados no códice n.º 805 serem, em grande parte, decorrentes do contexto especificamente português, por isso centrados sobre a legitimidade que assistia às prerrogativas concedidas pelo Estado da Índia aos capitães das fortalezas e das viagens marítimas, um número apreciável deles diz precisamente respeito aos contratos celebrados entre os mercadores – sobretudo em Malaca –, especialmente os casos assinados pelos padres Francisco Rodrigues e Gomes Vaz.

Infelizmente, não tivemos o ensejo de cotejar os casos apresentados no códice n.º 805 com os que compõem as «Leys de Malaca». Possivelmente encontrar-se-iam numerosos pontos de contacto, pelo menos a avaliar pelo

---

[25] Cf. Denys LOMBARD, «A Eurásia nas vésperas do "momento" português», *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, dir. de A. H. de Oliveira MARQUES, 1.º vol., t. I, Lisboa, Fundação Oriente, 1998, pp. 125-133, onde a p. 132 se encontra, além desta passagem, um breve conspecto dos aspectos comercial-marítimos relacionados com as «Leis de Malaca» na p. 132.

[26] *Id.*, *ibid*.

[27] Marta Milagros del Vas MINGO e Miguel Luque TALAVAN, *Las Leyes del Mar en la época de Carlos V*, Valladolid, Instituto Interuniversitario de Estudios de Iberoamérica y Portugal, Seminario Iberoamericano de Descubrimientos y Cartografía, Universidad de Valladolid, 2000, especialmente o capítulo «El riesgo en el transporte marítimo del siglo XVI», pp. 41-77.

conteúdo de compilações malaias mais recentes, como a que costuma ser atribuída a Amanna Gappa, figura carismática e líder da etnia Wajdo, oriunda de Macaçar, no sul das Celebes, na charneira do terceiro para o último quartel do século XVII [28], a qual compilação, por incorporar *adat* mais tardios – dos séculos XVIII e XIX – e estranhos à tradição Wajdo de Macaçar, é um verdadeiro repositório de direito marítimo em uso entre uma nação de marinheiros que estava espalhada desde o norte de Samatra até aos confins orientais do mar de Java. Pelo resumo em inglês dos conteúdos de cada capítulo, facilmente se pode constatar existirem afinidades, entre o códice jesuíta e o código macaçar, quanto às matérias versadas em ambos [29].

Manuel de Carvalho e o seu «tratado»

Com o título «Resolução de alguns casos versados nas partes da India lida pelo pe Manoel Carualho da Companhia de Jesu no anno de 1600. em Malaca», assina este autor um tratado que, no códice n.º 805 da Livraria, ocupa os fls. 157v a 171v. Trata-se da única cópia conhecida deste texto, que é também o único escrito teórico atribuído a este autor, pelo que, embora não o tenhamos mencionado no citado projecto de edição do códice, transcrevemo-lo integralmente em apêndice à nossa dissertação de mestrado, onde ocupa as pp. 445 a 467, constituindo o texto com maior unidade formal de quantos foram transcritos no referido apêndice [30]. Esta pode ter sido a razão por que, apesar de o padre Manuel Carvalho ser, talvez, o mais obscuro dos autores reunidos no códice 805, o seu tratado foi um dos dois únicos textos,

---

[28] *The Navigation and Commercial Law of Amanna Gappa. A philological-cultural study*, abbreviated edition, resumo em inglês, que ocupa as pp. 144 a 205 da tradução malaia (indonésio) feita pelo seu editor, Ph. O. L. TOBING, in *Hukum pelajaran dan perdagangan Amanna Gappa, Lalasan Kebudajaan Sulawesi Selatan dan Tenggara Makassar*, 1961. Sobre o papel de Amanna Gappa, enquanto chefe e compilador deste «código marítimo», bem como a afirmação de que terá sido «inspirado no código de Malaca», veja-se Maria do Carmo Mira BORGES, *Os Portugueses e o Sultanato de Macaçar no século XVII*, Dissertação de Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1996 (dactil.), pp. 21 e 79.

[29] A título de exemplo, aqui reproduzimos, em tradução, o resumo do capítulo XVII (p. 155), que «contém directivas sobre as formas de levar a cabo os pagamentos. Se o dinheiro foi obtido emprestado, o reembolso deve ser feito em dinheiro. Se foram obtidos bens por empréstimo, o reembolso deve ser feito em bens. Se foi obtido dinheiro emprestado e o devedor quiser liquidar a dívida com bens, o valor em dinheiro deve ter determinado de antemão com recurso a um intermediário. Caso contrário dependerá do acordo entre ambas as partes. Quando forem creditados bens e uma pessoa pretenda reembolsar uma dívida com bens de outro tipo, primeiro deve ser alcançado um acordo entre as partes. Este capítulo termina com a observação de que nos pagamentos os comerciantes são livres de agir a seu bel prazer, desde que o reembolso se faça com mútuo acordo».

[30] Cf. *supra*, nota 2, especialmente o ponto 5.

como se disse atrás, que mereceu ser publicado, precedido por um estudo da autoria de Ivo Carneiro de Sousa, seu editor [31].

Nesse estudo introdutório, I. C. Sousa procurou traçar um esboço biográfico do padre Manuel de Carvalho, lamentando, muito acertadamente, a escassez de informações sobre este autor. Os dados fornecidos ao leitor – a referência a duas cartas perdidas – respigou-os, segundo se lê em nota, num velho catálogo [32].

De resto, é na *Documenta Indica* – essa monumental obra do padre Wicki, repositório da epistolografia indiana dos jesuítas dos séculos XVI e XVII, cuja consulta é obrigatória para todos os estudiosos da missionação e do padroado português do Oriente – que se podem encontrar com a maior facilidade, graças aos excelentes índices, alguns dados referentes ao padre Manuel de Carvalho. Ali somos informados de que terá nascido em Barrelas, na diocese de Lamego, cerca de 1560. Ingressou na Companhia de Jesus em Coimbra, corria o ano de 1578, sendo ordenado padre, na Índia, em 1592. Nesse ano e no seguinte estava em Salcete, de onde seguiu para Vaipikotta e Cochim, cidade onde permaneceu até 1596 e onde desempenhou o cargo de «Pai dos Cristãos». De 1597 a 1606 viria a ocupar o mesmo cargo em Malaca, onde foi lente de casos de consciência e onde, a 10 de Agosto de 1604, fez profissão de quatro votos. Perde-se-lhe o rasto após 1606, sem que se saiba a data e local da sua morte [33].

Na «Copia da enformaçam que se enviou ao P.e Provincial da India», o padre Provincial João Álvares traçou o perfil de um homem dinâmico, que quadra bem com o texto que nos legou no códice 805. Diz o Provincial:

> «P. Manoel Carvalho, de Barrelas, bispado de Lamego, terá como treze anos de Companhia, hé de boas forças, hé virtuoso, fiel e zeloso de bem da Companhia, ouvio o curso de Artes e alguns annos de theologia, lia grego e hebraico em Coimbra, *tem talento pera negocios*, hé laborioso e aplicado ao que a obediencia lhe encomenda, e procurou muito esta missam.» [34]

A edição do seu tratado «Resolução de alguns casos versados nas partes da India (…)» por I. C. Sousa, cujo estudo introdutório representa um avanço significativo em relação ao que sobre este texto escreveu o padre J. Wicki e nós próprios, não é, infelizmente, a edição que o texto merecia. Com efeito,

---

[31] Veja-se *supra* nota 4.

[32] I. C. Sousa, «Comércio oriental, fiscalidade e ética económica em Malaca (…)», cit., p. 138, n. 14. Neste seu estudo, I. C. Sousa não usou o já citado artigo do padre Wicki, no qual este erudito jesuíta procedera à apresentação do códice n.º 805 e dedicara algumas linhas, ainda que breves, à figura do padre Manuel de Carvalho, artigo que constituía também o único trabalho produzido, até então, a respeito deste autor. Esta omissão acaba por não prejudicar o estudo de I. C. Sousa, porquanto o catálogo por este citado é, afinal, também a única referência bibliográfica a respeito do padre Manuel de Carvalho fornecida por Wicki no seu artigo.

[33] Gomes e Wicki, *DI*, vol. XV (1588-1592), «General Introduction», cap. II, p. 20*.

[34] *Id.*, *ibid.*, p. 798, sublinhado nosso.

embora nela se corrijam muitos dos erros, que nós próprios introduzíramos aquando da apressada transcrição em apêndice à nossa «tese» de mestrado (pp. 445-467) – que por isso mesmo não demos à estampa –, não está a lição de I. C. Sousa isenta de incorreções várias, que nalguns casos afectam a compreensão global do texto, que sai prejudicado, o mesmo acontecendo com o referido estudo que precede a transcrição do tratado [35].

Sobre este tratado, diz o padre Wicki:

> «Este Padre [Manuel de Carvalho] trata em 7 capítulos (ff. 158r-71v) da origem das drogas que trazem os Jaus a Malaca; se se podem levar com boa consciência as «robas robas» (certo tributo ou pensão); se podem os capitães proibir aos outros que não comprem ou vendam; das *adiâs* (certos presentes) e retorno delas; dos salários e do pedir emprestado aos mercadores e *quelins*.» [36]

Como pode ver-se, a leitura e interpretação do termo «adiâs», ou «adiás», não ofereceu dúvidas ao padre Wicki [37], o mesmo acontecendo connosco, apesar de esta passagem do erudito jesuíta nos ter então passado despercebida, pois nos baseámos na ocorrência do mesmo vocábulo no conhecido relato do naufrágio da nau S. Paulo, na costa de Samatra, em 1561. Aí diz o seu autor, o padre Manuel Álvares SJ, que «*E* este senhor [régulo do sul de Samatra] quis entrar no nosso navio a falar comnosco e dar ao capitão os agradecimentos por el-rey, porque lhe avia mandado hum *adia*, que he hum presente, em reconhecimento de sermos portugueses» [38].

---

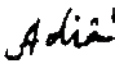
[35] Tão descuidada é a transcrição que incluímos no apêndice à dissertação de mestrado como a que I. C. Sousa publicou mais recentemente: em ambas existem gralhas dactilográficas, duplicações e omissões de texto – os fatídicos saltos «do mesmo ao mesmo» –, trocas de plurais e singulares, femininos e masculinos, etc., fruto de insuficiente trabalho de revisão. Contudo, nas referências e locuções latinas, a lição de I. C. Sousa é geralmente preferível, ainda que nem sempre. I. C. Sousa não se apercebeu, porém, de que, da mesma forma que o título do tratado se encontra ao final de uma página (fl. 157), começando o texto propriamente dito no topo da página seguinte (fl. 157v), também ele termina a meio de um fólio (fl. 171v), com a epígrafe *Laus Deo*, seguindo-se um pequeno parecer anónimo sobre «Guerra como se pode fazer aos gentios», que ocupa o resto da página – e I. C. Sousa transcreve como sendo a parte final do tratado – mas que não lhe pertence, nem com ele se confunde, quer porque nada permite atribuir-lhe a mesma autoria, quer porque o tema nele tratado, como se depreende do título, não respeita à realidade de Malaca, onde os inimigos eram, nessa época, os muçulmanos – não os gentios –, e os «hereges» do Norte da Europa, que se lhes vieram juntar, em 1598.

[36] Wicki, «Problemas morais», cit., p. 260.

[37] No mesmo ano de 1961, em que publicou o artigo «Problemas morais», o padre Wicki deu à estampa um outro documento onde este termo – «adiás» – também figura. Veja-se Joseph Wicki, S.J., «Duas relações sobre a situação da Índia Portuguesa nos anos de 1568 e 1569», *Stvdia*, 8, Jul. de 1961, p. 179.

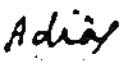
[38] «Carta do Padre Manuel Álvares aos confrades de Coimbra», Malaca, 5 de Janeiro de 1562, BA, 49-IV-50, in *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente*, coligida e anotada por Artur Basílio de Sá, *Insulíndia*, vol. II, Lisboa, AGU, 1955, p. 411 e n. 12. Tivemos ainda conhecimento de outro texto quinhentista onde o termo surge. Trata-se

Vem isto a propósito de que, na citada edição deste tratado, da responsabilidade de I. C. Sousa, este autor leu erroneamente o termo «adiá(s)», que nele ocorre dezenas de vezes, por «estipendia(s)», daqui resultando toda uma interpretação que falseia o conteúdo do texto original. Este erro teria sido facilmente evitado se I. C. Sousa tivesse atentado que a grafia do termo «estipendio», que igualmente ocorre no texto por três vezes (fls. 170v-171 do ms. e pp. 194-195 da sua transcrição), não se presta a confusão com a do termo «adiá(s)»:

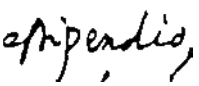


Adiâ
fl. 165, l.ª 4

Adias
fl. 165v, l.ª 19

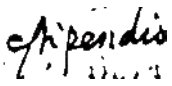


Adiâs
fl. 169, l.ª 27



estipendio
fl. 170v, 1.ª 28

o estipendio
fl. 171, l.ª 3



estipendio
fl. 171, l.ª 10

Com base nessa leitura equívoca, I. C. Sousa permitiu-se traçar considerandos de ordem teórica, como se pode inferir por uma das partes em que a sua introdução está dividida, a que deu o subtítulo «Impostos e tributos: o caso das *robas robas* e das *estipendias*». Ora as «adiás» não são impostos ou tributos, mas presentes, que os capitães dos navios, na condição de agentes de diplomacia dos capitães de Malaca, entregavam ao soberano – rei, sultão, ou governador – de um porto, quando nele davam entrada. No seu sempre útil *Glossário*, Monsenhor Dalgado elucida-nos sobre a sua origem e significado, na entrada «ADIÁ, ODIÁ», nos seguintes termos, que eram os da ciência filológica do seu tempo:

> «O ár. *hadya* sgnifica "presente feito ao superior ou ao mestre que ensinou o alcorão". O vocábulo introduziu-se no hindustani, de que o tomo Barros, e no malaio, onde o apanhou Fernão Mendes, grafando-o *odiá* (…).» [39]

---

do «Titulo das prouizões que leuão os capitães das fortalezas de malaca» [1585] (British Museum, *Add*. 28.433, fl. 66, microfilme na Filmoteca Ultramarina Portuguesa, Fich R-1, Gav. 1, Div. 26), no passo em que o rei de Portugal concede ao capitão de Malaca, D. João da Silva, autorização para «mandar quando lhe parecer necessário e seruiço de Sua Magestade, presentes e adiás aos Reis e senhores comarcãos como está em costume». A transcrição deste texto foi-nos gentilmente cedida pelo nosso Colega e Amigo, Dr. Paulo Pinto, e posteriormente dada à estampa no seu *Portugueses e Malaios. Malaca e os Sultanatos de Johor e Achem (1575-1619)*, Lisboa, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1997, p. 145.

[39] Monsenhor Rudolfo DALGADO, *Glossário Luso-Asiático*, I, Coimbra, Academia das Ciências de Lisboa, 1919 (reimp. Nova Delhi – Madrasta, 1988), p. 11.

Afortunadamente para o editor, as «adiás» constituíam, muitas vezes, uma exigência por parte de quem as devia receber, pelo que, além de se manter como expressão de uma diplomacia comercial – que fora a sua origem e razão de ser –, acabava por revestir-se, também, de um carácter tributário, próximo daquele que I. C. Sousa lhe atribui. Contudo, a problemática colocada pelo tratado diz respeito ao facto de os capitães de Malaca, ao enviarem navios aos portos vizinhos, carregarem sobre a fazenda real o custo dessas «adiás» ou presentes, a serem oferecidas às autoridades dos portos para onde enviavam os navios em missão comercial, esquecendo-se, contudo, de entregar aos feitores d'el-rei os «retornos» dessas oferendas, ou seja, os presentes que recebiam das autoridades desses portos, a título de retribuição e como sinal de cortesia. Deixemos, porém, os erros e a sua correcção, bem como os aspectos positivos e de grande interesse, que também os possui o trabalho de I. C. Sousa.

APÊNDICE

Pe. Gomes Vaz da C.ª de Jesus

Dos Contratos dos Bares de Sandolo de Solor e Timor
[1599, IAN/TT, Ms. da Livraria, n.º 805, fls. 221v-224].

O Sandolo he pao cheiroso e mediçinal q*ue* se da na Ilha de Timor e Solor e antiguam*en*te se uendia e contrataua m*ui*to deste sandolo e se compraua em Mallaca pera uir de Solor. Mas agora quasi não corre este contrato e som*en*te tem sandalo quem o uai fazer âs ditas jlhas, ou o compra em Solor e o tras a Mallaca aonde o uende na monção. Contudo alguns ainda estando em Mallaca o comprão pera lhe uir de Solor [fl. 222] ou timor, e quem assi o comprar em Mallaca pera lhe uir de Solor deueo de comprar pello preço q*ue* ual em Solor q*ue* estes annos foi de 50. e 55 c*ruza*dos, ou pello iusto preço q*ue* ualler em Solor. E depois da uenda e entregua feita em Solor nos gudões ou embarcações como se concertarem ha de uir a risco do comprador.

Mas porq*ue* a armação do sandolo tem algu*m*as difficuldades q*ue* he necessario sabellas apontallas ei como mas referio hu*m* chatim de Solor e dar lhe emos a solução conueniente pois são lá em Solor mui frequentes.

Pera entendim*en*to do sobreditto se hade saber q*ue* pera se hir fazer o sandolo se armão em Solor na fortaleza e conuem entresi alguns. v.g. hum q*ue* tem posse aparelha a embarcação, soldados, etc. e o resgate com q*ue* se fas o sandolo. Aos soldados e gente q*ue* hade aiudar dâ o q*ue* he cabeça da armação hum bâr ou dous de sandolo a cada hum como se concertão, o demais sandalo ordinariam*en*te ia uai uendido porq*ue* o emprego q*ue* leuão he de partes q*ue* ficão na fortaleza os quais ou logo comprarão ao S*enh*ór da armação tantos Bares por tal preço, ou de feito lhe dão com que se compre o resguate aos negros da terra. Jsto feito partensse â jlha ou mina do sandolo: aonde m*ui*tas vezes pela maliçia dos negros ou por outros infortunjos auendo de fazer çem bares de sandolo não fazem âs uezes mais de 40. ou 50. bares, pello q*ue* o sandolo feito não pode bastar pera as partes q*ue* entrão no ditto contrato

q*ue* são os soldados, marinheiros, dono do nauio e pera os mais q*ue* derão o emprego, ou roupas, ou d*inhei*ro q*ue* se gastou no fazer do sandolo porq*ue* se aiunta na praia com m*ui*tas adiâs e gastos q*ue* se se não fizerem de nenhum modo auerá sandolo. jsso presuposto [fl. 222v] perguntasse q*ue* modo se deue de guardar na repartição do sandolo feito soposto q*ue* não ha bastante pera comprir com todos? R*espo*sta saluo meliori indicio q*ue* posto q*ue* agora não corra este modo de uender o sandolo, contudo ia algu*ma* hora correo e pode acontecer. Este modo de contrato podemolo reduzir quasi ao de conpanhia dequo Nauar*ro*, cap. 17 n.º 251. aonde com m*ui*tos d*os* d*itos* allegados proua ser licito, porq*ue* neste huns entrão com d*inhei*ro, outros com a industria e outros com o nauio etc. e todos arriscão como se ue clarame*n*te. posto que o q*ue* se dâ aos soldados mais pareça salario deuido. Pello q*ue* se deue tirar in solido o en q*ue* se concertarão com os soldados e marinheiros, e o demais q*ue* ficar se deue repartir p*ro* rata conforme ao com q*ue* entrarão metendo tambem nisto a industria e gastos do dono do nauio ao qual deue de uir algu*m*a parte do sandolo q*ue* ha. E se faltar pera contribuir com os mais acredores torne se lhe o d*inhei*ro que derão pera os bâres na cantidade en q*ue* lhe faltão v.g. couberão lhe quatro bares de sandolo a cada hum e faltão lhe dous, desses dous lhe tornem o d*inhei*ro q*ue* por elles derão ao principio pois os não deu a mina e isto sem esta fraude et dolo. E he isto conforme a opinião de Bart. in §. item cum quidam in leg. Siquis donum ff. Locati, he trallo Aluoro uâs sons. 75. nº 10, e poem exemplo na uenda v.g. q*uan*do se uende o que non extat sed futurum est puta fructus ad mensuram extali fundo ut decem corbes frumenti, nam tunc pro e a parte quæ nascitur uenditio uallet et proparte quae non nascitur non debetur practium ut leg. si debito [fl. 223] §. uero ff. de contrahendis etc. e como a qui se da a mesma rezão fica claro o q*ue* está ditto .s. que foi a uenda do sandolo licita na parte en que ouue o sandolo etc. mas no demais que lhe não deuem senão o q*ue* derão a principio.

O contrato ou uenda q*ue* agora corre he este: os q*ue* estão na fortaleza de Solor comprão ahi os Bares de sandolo ao tempo q*ue* o uão fazer os q*ue* tem posse pera iso, e o ordinario q*ue* corre nos annos de 97. e 98. etc. he comprare*m* no a 50. e 55. o Bar de uinte paos de modo q*ue* logo dão o d*inhei*ro aos q*ue* o hão de hir fazer âs jlhas e serras onde o ha e da uolta q*ue* fazem dahi a alguns mezes trazem o sandolo e o entregão na fortaleza aos que lho comprarão, ou a iusta ualia do sandolo ao tempo q*ue* lho ouuerão dentregar, e isto sem risco dos compradores porq*ue* todo o risco uai ha conta do uendedor e este achão que he bom contrato pois comprão o sandolo futuro pello preço q*ue* prouauelme*n*te lhes pareçe iusto, posto q*ue* realmente ao tempo da entregua âs uezes ualha mais ou menos.

Contra este Contrato temos esta obieição. este contrato pareçe iniusto, e prouasse porq*ue* â uinda dos q*ue* forão buscar o sandolo pode aconteçer por causa do pouco sandolo q*ue* se fes q*ue* ualha na fortaleza o bar a cem c*ruza*dos e soponho que o dono da armação realme*n*te não tras tanto sandolo quanto leuou contratado, pois então pergunto, se hade dar sandolo aos acrêdores não pode ser porq*ue* o não ha, se hade dar sua iusta ualia hade dar dobrado d*inhei*ro do q*ue* ao principio lhe derão os compradores q*uo*d ut intolerabile et iniustium porq*ue* os compradores comprarão lho a 50. que era então a iusta ualia, ou a q*ue* se tinha por tal, e agora [fl. 223v] ao tempo da entrega ual a çem, de concoenta pera cento não he pouco mais ou menos antes m*ui*to mais ergo se lho tinhão pago a 50. não lho pagarão por seu iusto preço. R*espo*sta. que realme*n*te pareçe o ditto contrato perigoso e q*ue* por iso o papa Alexandre auisa q*ue* se apartem os mercadores destes contratos in spetam dubia, e q*uan*do fosse hum excesso tan grande como he de 50. ate 100. bom seria não pedirem por encheo tudo os compradores. Mas fallando categoricame*n*te disemos q*ue* o ditto contrato parece iusto porquanto ha ida pera fazer o sandolo tanto ualia in spe o sandolo futuro e não mais pouco mais ou menos. E se ha uinda ualeo mais iso foi

sorte e uentura a q*ue* se auenturarão os contrahentes, e posto q*ue* lhe comprasse*m* por menos o sandolo do q*ue* ual ao tempo da entrega, tambe*m* tomarão a seu risco ualer menos ao tempo da entrega do q*ue* ualia q*uando* o comprarão como de feito ualera se fora muito en cantidade. E prouasse isto com o exemplo do q*ue* co*m*pra o lanso da rede, que se trouxer e tomar m*ui*tos peixes uentura he do comprador, se poucos tembem he seu risco, e basta q*ue* ao tempo do contrato se desse pola prouauel esperança o seu iusto preço. Como tambem dis Nauar*ro* cap. 17 nº 227. et probatur C. fistulos §. frumenta ff. de contrahe*n*dis etc.

Sed contra no caso sobreditto pareçe q*ue* se deue repartir pro rata o q*ue* deu a mina e q*ue* in solido se não deuem de dar aos compradores os Bares de Sandolo q*ue* comprarão pois realm*en*te a mina o não deu. E no mais q*ue* não ha se lhe torne o seu [fl. 224] d*inhei*ro como dissemos no caso asima. R*espo*s*ta* q*ue* he differente rezão que a do caso asima q*ue* reduzimos ao contrato de Conpanhia, porq*ue* neste caso não ha companhia, nem risco, mas de facto compra pelo q*ue* ual na terra. E especialm*en*te proçede isto se he como dizem q*ue* todo o tempo q*ue* o acomprador uai fazer o sandolo uem â formiga sandolo e se compra e de facto o ouuera de comprar ou todo ou parte delle senão tiuera o seu d*inhei*ro dado ao mineiro ou contratador do sandolo. Mas senão ouuer outro sandolo senão o da mina do comprador no tal caso sou de pareçer q*ue* no excesso de carestia tam grande se reparta pro rata, e dos demais bares q*ue* não ha se torne o d*inhei*ro q*ue* por elles se deu. E isto baste dos bares de Solor.

ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR, Vol. III, 2002, pp. 409-446

DA CHINA MING NA CULTURA EUROPEIA: OS PÓLOS PORTUGUÊS E ITALIANO (1499-1550)

por

LUÍS FILIPE BARRETO *

I

O objectivo deste estudo é acompanhar a constituição do banco europeu de textos sobre a China Ming entre 1499, época das cartas de Lisboa de Girolamo Sernigi aquando do regresso da primeira viagem de Vasco da Gama à Índia, e 1550, primeira edição em Veneza do *Delle Navigationi et Viaggi* de G. B. Ramusio (1485-1557).

São estes os primeiros anos de uma informação europeia sobre a China Ming. Informação dispersa, pontual, mesmo fragmentária que marca os horizontes do conhecimento alcançado pelos europeus.

Inícios de um saber europeu da China Ming desde as primeiras informações de chineses e da China marítima e mercantil até aos primeiros enunciados, nos finais dos anos de 1540, de elogio ao valor da Cultura e da Civilização Chinesas.

Compreender as fundações que possibilitam as visões europeias da China é um exercício fascinante que coloca mil e um problemas. Fascinante antes de mais porque até meados do século XVI vemos surgir de uma forma implí-

---

* Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

[1] Henri CORDIER na *Biblioteca Sinica: Dictionaire Bibliographique des ouvrages relatifs a l'empire chinois*, Paris, 1904-1924, 5 vols., na pág. 2062 do vol. III começa com Galeote PEREIRA a secção de «Voyageurs dans les temps modernes»: E. J. SPENCE, *The Chan's Great Continent: China in Western Minds*, Londres, Penguin Press, 1999, passa de Marco Polo a Galeote Pereira/ /«The Catholic Century», pp. 18/19. Também a mesma constante surge, embora atenuada, em obras como R. DAWSON, *The Chinese Chameleon: An Analysis of European Conceptions of Chinese Civilization*, Londres, Oxford U. Press, 1967, e Donald F. LACH, *Asia in the Making of Europe*, Chicago U. Press, 1965, vol. I e isto só para citar alguns dos mais relevantes estudos sobre a matéria. Por sua vez, N. CAMERON, *Barbarians and Mandarins: Thirteen Centuries of Western Travellers in China* (1970), Hong Kong, Oxford University Press, 1993, passa directamente de Tomé Pires a M. Ricci.

cita e ainda larvar múltiplos dados, ideias e mecanismos que vão ser constantes a partir dos finais do século XVI e ao longo do século XVII.

Os anos de 1499 a 1550 desenham pois fios de condução para paisagens que apenas na centúria e meia seguintes vão ser patentes.

Regra geral a historiografia tem votado pouca atenção a estes anos de informação europeia mais escondida e menos desenvolvida sobre a China Ming. Tudo se passa como se o conhecimento europeu moderno da China começasse nos anos de 1555-1556 com Galeote Pereira.

Múltiplas razões explicam esta penumbra na investigação historiográfica de referência. O nosso objectivo é contribuir para que os primeiros anos de quinhentos ganhem o lugar e função próprios na história do olhar europeu da China.

Vamos, antes de mais, reconhecer os textos fundamentais na sua ordem individual e rede de emergência e em seguida, procurar as constantes deste primeiro meio século de conhecimento europeu da China [2].

II

Em Lisboa, a 10 de Julho e a 28 de Agosto de 1499 o mercador florentino Girolamo di Cipriano Sernigi (1453-depois de 1515) escreve para Florença cartas com as novidades orientais trazidas no regresso da primeira viagem de Vasco da Gama à Índia.

Cartas que vão ser impressas em Vicenza, em 1507, por Francazano de Montalboldo nos *Paesi Novamente Retrovati et novo Mondo da Alberico Vesputio Florentino Intitulato*. Os Paesi vão ter ao longo da primeira metade de quinhentos várias reedições italianas (Milão, 1508, 1512 e 1519 e Veneza, 1517 e 1522) [3] bem como, em tradução latina em Milão, 1508, *Itinerariu Portugallésiu*, reeditada no *Novus Orbis*, Basileia, 1532, e em Paris no mesmo ano com duas tiragens, bem como, de novo em Basileia, 1537 [4]. Em Nuremberga em 1508 surgem duas traduções alemãs e nova edição alemã em Estrasburgo, em 1534, a partir da tradução latina. bem como sete edições francesas em Paris, a partir dos anos de 1516 ou 1517. Ambas as cartas

---

[2] Tanto mais que nos últimos anos em línguas italiana e portuguesa surgiram estudos que começam a pesar os anos até 1550 como é o caso de G. BERTOLUCCIOLI e F. MASINI, *Italia e Cina*, Bari, Laterza, 1996, e Rui Manuel LOUREIRO, *Fidalgos, Missionários e Mandarins – Portugal e a China no século XVI*, Lisboa, F. Oriente, 2000, obra de 1994 que apresenta um sistemático inventário da massa documental portuguesa de quinhentos sobre a China.

[3] Sobre este êxito editorial veja-se Francisco Leite de FARIA, *Estudos bibliográficos sobre Damião de Góis e a sua época*, Lisboa, Secretaria de Estado da Cultura, 1977, pp. 266 e segs., e G. ATKINSON, *La littérature géographique Française de la Renaissance. Repertoire bibliographique*, Paris, Picard, 1927, pp. 24-27 e 32-34.

[4] Veja-se *Itinerarium Portugallensium*, Ed. Luis de MATOS, Lisboa, F. C. Gulbenkian, 1992.

são também reeditadas em italiano no volume primeiro de G. B. Ramusio, Veneza, 1550.

Na carta de 10 de Julho de 1499 surgem as primeiras informações europeias sobre as expedições oficiais da China Ming comandadas por Cheng-Ho nos anos de 1405 a 1433. São informações genéricas e confusas sem identificação da China e dos Chineses e que se referem a dados recolhidos em Calecute, que foi um dos portos do Índico visitados pelas armadas chinesas na primeira expedição de 1405-1407 bem como na terceira, de 1409-1411.

Girolamo Sernigi informa que:

> «… e giá girca a 80 anni che nella detta cittá di Chalicut Vennono certi navili di cristiani brianchi co'capelli lunghi simili allí allamani, sanza barba, salvo intorno alla bocca come portano in chostantinopoli e cavalieri e cortigiani; e smontonno in terra armati di corazza e capazetti e bavieri e con certe arme in aste. E detti navili portavano bombarde piu'corte, che quelle que si costumano; e dipoi ogni 2 onni una volta vi tornano com XX e XXV navili, e non sanno e detti che gente essi sieno né che mercantia portimo alla dita cittá,salvante panni lini molto fini e ottono lavoratti; e caricano di spezieri e vannoasene. Le quali navi portano 4 alberi cosi come queste di Spagna. Si fussino allamani mi pare ni aremmo qualche notizia puo esser che sieno rossi de Rossia, se gl'hanno porto di mare…» [5]

Sem identificação da China e sem qualquer precisão a Europa conhece a existência de homens brancos semelhantes que em expedições marítimas oficiais trocam manufacturas por especiarias no Índico Ocidental.

No mesmo quadro de informação oral e geral encontra-se a entrevista dada em Roma pelo presbítero Nestoriano José Indiano, natural de Cranganor, inserta também nos *Paesi Novamente Retrovati*, Vicenza, 1507, e que se refere à «gente do cataio» [6].

No quadro das informações orais recolhidas em Calecute entre os finais de Maio e de Agosto de 1498 e chegadas a Lisboa entre Julho e Agosto de 1499, bem como dos indianos trazidos para Lisboa, encontram-se também as bases das cartas do rei D. Manuel.

A carta de el-rei D. Manuel ao cardeal D. Jorge da Costa, de 25 de Agosto de 1499, segue de Lisboa para Roma dando notícia diplomática do êxito da expedição de Vasco da Gama e referindo a existência de informação esmiuçada sobre também «… da Índia pera o sartãã e Tartaria, atee o Mar Mayor…» [7].

---

[5] Carmen M. RADULET, *Vasco da Gama: La prima Circumnavigazzione del'Africa 1497-1499*, Reggio Emilia, Diabassis, 1994, p. 174.

[6] Tradução portuguesa in *Notícias de Missionação e martírio na Índia e Insuíndia*, Ed. J. M. Santos ALVES, Lisboa, Alfa, 1989, pp. 61-74.

[7] *Carta de El Rey D. Manuel* ao cardeal D. Jorge da Costa, de 25 de Agosto de 1499, de Lisboa para Roma, in *Documentação para a História das Missões do Padroado português do Oriente,* Ed. A. Silva REGO, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1947, vol. 1, p. 8.

Um pouco menos imprecisa embora ainda muito genérica é a informação sobre a «grande China»/Malchina [8] na carta de D. Manuel para os Reis Católicos de Lisboa, 28 de Agosto de 1501, dando conta da viagem de Pedro Álvares Cabral:

> «… chama-se a terra Malchina, de onde vêm as porcelanas e almíscar e âmbar e lenho alois, que trazem do rio ganges que é aquém deles; e das porcelanas há vasos tam finos que um só vale lá cem cruzados…» [9].

Uma versão desta carta, juntamente com outros elementos, que faz uma espécie de balanço das informações e resultados mercantis-geográficos alcançados pela coroa portuguesa entre 1501 e 1505 vai ser impressa em Roma e Milão em 1505 com o título *Copia de una littera del Re de Portugallo mandata al Re de Castella del viaggio e sucesso de* India [10].

A concorrência entre as rotas do Levante e Atlântica, bem como a necessidade diplomática de engrandecer a Rota do Cabo são as responsáveis por estas primeiras informações da Europa sobre a China Ming.

Informações manuscritas e impressas que circulam nos centros políticos e comerciais de Lisboa, Roma e Florença. Informações imprecisas sobre uma China marítima e mercantil e grande potência manufactureira que a impressão e a tradução em lugares como Vicenza, Nuremberga, Basileia, Paris vai começando a divulgar.

Neste primeiro andamento informativo europeu sobre a China Ming cumpre ainda destacar dois textos de 1508 e de 1510. Textos de natureza bem diversa que se traduz também na sua condição de manuscrito/impresso. O primeiro é o manuscrito regimento do rei D. Manuel para Diogo Lopes de Sequeira, capitão-mor da armada, para Malaca, passado em Almeirim, a 13 de Fevereiro de 1508.

Trata-se de um documento interno à orgânica do estado marítimo-mercantil em que a coroa de Lisboa ordena a recolha sistemática de informação sobre a China a partir de Malaca:

> «… pregumtarees pellos chys e de que partes veem, e de cam lomge, e de quamto em quamto vem a mallaca, ou aos lugares em que trautam, e as mercadarias que trazem, e quamtas naos delles vem cada anno…» [11]

---

[8] Maha em sânscrito significa Grande, daí o termo Malchina/Grande China; veja-se H. YULE e A. C. BURNELL, *Hobson-Jobson: A Glossary of Colloquial*… (1903), N. Deli, Munshiran, 1994, p. 197.

[9] Carta que el-rei nosso senhor escreveu a el-rei e à rainha de Castela seus padres da nova da Índia *in* História da Colonização Portuguesa do Brasil, ed. C. Malheiro DIAS, E. VASCONCELLOS e R. GAMEIRO, Porto, litografia Nacional, 1923, vol. II, p. 167.

[10] Ed. moderna por Carlos SANZ, *Bibliotheca America Vetustissima – ultimas adiciones*, Madrid, L. G. Victoriano Suarez, 1960, 2 vols., no volume I, pp. 385-400 (Roma), e pp. 403-418 (Milão). Tradução portuguesa com o título «Relação Italiana sobre os Descobrimentos Portugueses», 1505, in *Documentos sobre os Portugueses em Moçambique e na África Central 1497-1840*, Lisboa, C.E.H.U., 1962, vol. I (1497-1506), pp. 40 a 74.

[11] *Cartas de Afonso de Albuquerque seguidas de Documentos que as elucidam*, Ed. A. Bulhão PATO, Lisboa, Academia Real das Sciências, 1898, Tomo II, p. 416.

Depois do momento de arranque em que a recolha de informação sobre a China e a Ásia Oriental se fez em Calecute e no Índico Ocidental, a Europa sabe, por intermédio da Coroa de Lisboa, que Malaca e o Sueste Asiático permitem uma nova idade informativa sobre a China marítima-mercantil.

As informações recolhidas em Calecute, Cochim, Cananor, Coulão, permitem o desejo de encontrar e concentrar em e a partir de Malaca um largo banco de dados. Permitem, ao mesmo tempo, elaborar um questionário, saber as perguntas a fazer em torno do universo marítimo-mercantil da China bem como sobre a sua condição social e política:

> «… se teem mais de hum rey antre elles, e se vivem antre elles mouros ou outra alguma gente que nam vyva na sua lley ou crença, e se nam saam christãaos, em que creem, ou a que adoram…» [12]

Em Roma, em 1510, é publicado o *Itinerario de Ludovico de Varthema Bolignese nello Egypto, nella Surria, nella Arabia deserta et felice, nella Persia, nella India et nella Ethiopia*, que fecha esta primeira década com a informação menos imprecisa sobre a China Ming enquanto mundo marítimo-mercantil.

Ludovico de Varthema (c.1470-c.1517) partiu de Veneza para Alexandria nos anos de 1500 a 1502 e navegou no Índico recolhendo informação até às zonas de Malaca e Java, tanto nos circuitos asiáticos como portugueses regressando a Veneza em 1508 por via da Rota do Cabo [13].

O *Itinerário*, de Ludovico de Varthema, teve na primeira metade do século XVI 12 edições italianas (em Veneza 7, em Milão 3 e em Roma 2). A tradução espanhola é de Sevilha, 1520, e aí volta a ser reeditado em 1523. A primeira edição alemã data de Augsburgo, 1515, com novas edições em Estrasburgo em 1516, Frankfurt em 1517, 1548, 1549, e de novo em Augsburgo em 1518 e 1549. A primeira edição flamenga é de Antuérpia, 1549.

Estas vinte e duas edições e traduções até 1550 e os centros editoriais em jogo que passam por Veneza, Sevilha, Frankfurt e Antuérpia revelam que estamos frente a um dos maiores êxitos editoriais da época. Sucesso editorial que envolve círculos de leitura políticos, mercantis e eruditos.

A obra apresenta uma abundante informação sobre as redes marítimo-mercantis chinesas e alguns dados sobre as relações tributárias do Sueste Asiático com o rei da China (Cini) sendo no entanto mais frequente o uso do termo equivalente «Gran Cane Cathai». É a propósito de Ayuthia, Pedir e Malaca que surgem as melhores informações sobre o comércio chinês de sedas e de especiarias:

---

[12] Cit., p. 416.

[13] Vejam-se os estudos de P. GUIDICI, *Introduzione a Itinerario di Ludovico de Varthema*, Milão, Alpes, 1929, e de Pietro BAROZZI, «Ludovico de Varthema e il suo Itinerario», Roma, *Memorie della societá geografica italiana*, 1996.

> «… Malaca…a dita cidade fica em terra firme e é tributária do rei da China, que fez edificar esta terra há oitenta anos, por ter um bom porto, o principal do Mar Oceano…» [14]

III

Os anos que vão de 1511 a 1520 marcam, com a conquista portuguesa de Malaca em 1511 e o comércio regular dos portugueses entre Malaca e Cantão a partir de 1513, condições para uma nova idade informativa europeia sobre a China marítima e mercantil bem como sobre alguns elementos da organização política da China Ming.

O mercador florentino Giovanni da Empoli (1483-1517), ao serviço da companhia dos Gualterotti-Frescobaldi e nos circuitos asiáticos a partir da rota do Cabo dos portugueses nos anos de 1503-1504, 1510-1514 e 1515--1517, é o primeiro informador destas novas condições. Informações dadas através da carta de 12 de Julho de 1514 de Lisboa para o seu pai, Lionardo de Empoli, e da carta de Cochim para Lourenço de Medici, Florença, de 15 de Novembro de 1515, que será impressa em Florença, 1516 [15].

Na carta de 1514, G. de Empoli fornece várias informações sobre o comércio chinês em Malaca e na Ásia do Sueste apontando as redes e produtos como o ruibarbo, almíscar, aljôfar e sedas. As informações finais da carta concentram-se no mundo marítimo-mercantil da Ásia Oriental com as ligações de «… Cini, Lechi e Chori…» [16].

Nesta carta surge a identificação explícita entre o Cataio e a China: «… il re de Cini, che si chiama il gran chane di Chattaio…» [17] Aquilo que em L. de Varthema e em Tomé Pires é equivalência genérica de espaços entre a China Yuan e a China Ming torna-se nesta carta manuscrita de Giovanni da Empoli identificação.

As familiaridades entre o Cataio e a China, detectadas por estes autores, exprimem o peso e a circulação de manuscritos e impressos da obra de Marco Polo na Europa dos inícios de quinhentos desde a primeira edição em Nuremberga, 1477, até à edição de Santaella, Sevilha, 1503, passando pela versão latina de Pipino em Antuérpia, 1485, e pela edição portuguesa de Valentim Fernandes, Lisboa, 1502 [18].

---

[14] Ludovico de VARTHEMA, *Itinerario*, ed. Vicenzo Spinelli, Lisboa, I. A. Cultura, 1949, p. 189.

[15] Carta de Giovanni da Empoli a Lionardo da Empoli, Lisboa, 12 de Julho de 1514, *in* M. SPALLANZANI, *Giovanni da Empoli, mercante navegatore florentino*, Florença, Scelte, 1984, p. 184.

[16] Sobre a vida e obra deste mercador veja-se: Marco SPALLANZANI, *Giovanni da Empoli, mercante navegatore fiorentino*, Florença, Scelte, 1984; Laurence A. NOONAN, *John of Empoli and his relations with Afonso de Albuquerque*, Lisboa, I.I.C.T., 1989, e G. BERTUCCIOLI e F. MASINI, *Italia e Cina*, Bari, Laterza, 1996, pp. 84 e segs. bem como a bibliografia aí indicada.

[17] Cit., p. 181.

[18] Veja-se Juan GIL, El Libro de Marco Polo anotado por Cristoból Coloniel Libro de Marco Polo versión de Rodrigo de Santaella, Madrid, Alianza, 1987.

Na carta de 1515 de Cochim para Florença, e que é bom não esquecer aí foi impressa em 1516, G. Empoli amplia a informação sobre o mundo marítimo-mercantil chinês ao mesmo tempo que comunica à Europa a chegada dos portugueses ao litoral da província de Guangdong: «… anchori hanno discoperto la cina, ove é suto homini nostri che qui stanno… la quale vie la magior richetie et cose del mondo…» [19]

Um outro mercador florentino, Andrea Corsali (1487-depois de 1524), que embarcou de Lisboa para a Índia em 1515, escreve de Cochim, onde reside, nos anos de 1516 e 1517, duas cartas para Florença com também novidades sobre a China marítimo-mercantil e as actividades dos portugueses nos mares da China [20].

Esta constante atenção informativa e editorial italiana, que veremos em seguida ainda mais reforçada através de traduções e edições de autores portugueses sobre a Ásia, está directamente ligada à concorrência entre as rotas do Levante e do Cabo, aos jogos diplomáticos de Lisboa, Roma, Veneza e à participação comercial e financeira italiana (bem como aos circuitos da prata alemã) na expansão portuguesa na Ásia. São estes vínculos económicos e políticos feitos de concorrência e de parceria entre diversos interesses e poderes europeus, que possibilitam a aceleração e a divulgação do novo e melhor conhecimento europeu das sociedades e economias asiáticas e neste caso específico da China marítima e mercantil.

A geografia europeia da concorrência e da parceria em torno do comércio euroasiático apresenta uma larga sintonia com a geografia editorial europeia de produções culturais e informativas sobre a Ásia.

A primeira carta de A. Corsali, de Cochim, em Janeiro de 1516, para Guiliano de Medici (1479-1516), será impressa em Dezembro do mesmo ano em Florença, *Lettera di A.C. allo illustrissimo signore duca Iuliano de Medici*. A segunda, de Cochim, completada em Janeiro de 1518 e enviada a Lorenzo de Medici (1492-1519), apenas será impressa em Veneza, 1550, por G. B. Ramusio (1485-1557), no primeiro volume do *Delle Navigationi et Viaggi*, a obra monumental da informação europeia sobre a Ásia [21].

As cartas de A. Corsali transmitem mais alguns dados sobre aspectos da vida chinesa bem como a novidade da chegada dos portugueses ao comércio de Cantão:

> «… Sono molto industriosi e di nostra qualitá, ma di piú brutto viso, con gli occhi piccoli. Vestono a costume nostro e calzano con scarpe e calzamenti come noi… quest'anno passato navigarano alla cina nostri Portog-

---

[19] Cit., pp. 202-203.

[20] Veja-se Marco Spallanzani, *Mercanti fiorentini nell'Asia portoghese (1500-1525)*, Florença, Spes, 1997, pp. 81 a 96.

[21] As duas cartas publicadas por Ramusio encontram-se nas páginas 176-188 do primeiro volume da edição de 1563. Giovanni Battista Ramusio, *Navigationi et Viaggi-Venice 1563-1606*, Ed. A. Skelton e G. B. Parks, Amesterdão, Theatrum Orbis Terrarum, 1967-1970, 3 vols.

> hesi, quai non forno lasciati scentere in terra… forestieri non emtrimo nelle loro abitazioni…» [22]

Informações pontuais sobre a China, impressas em língua italiana, «… popoli cini che son bianchi come noi…» (A. Zorzi), surgem também nos círculos humanistas, como vemos no caso da informação de Alessandro Zorzi, de Veneza, 1517 [23]. Alessandro Zorzi é um humanista e cartógrafo veneziano que, pelo menos até 1538, elabora cinco códices de recolha sistemática de informação geográfica sobre a expansão marítima de portugueses e de espanhóis.

Em Lisboa, Florença e Veneza a partir de Cochim e de Malaca concentra-se e organiza-se toda uma nova informação europeia asiática que contempla cada vez mais dados sobre a dimensão marítima e mercantil da China Ming no Nanyang. O que vai chegando aos centros e aos círculos dos poderes político, económico e cultural da Europa é no entanto apenas uma parte da informação recolhida e organizada nos centros asiáticos do poder mercantil e informativo português como Cochim, Cananor e Malaca.

É nesses centros, e muito em especial nos círculos dos burocratas letrados do estado mercantil português, que a informação geográfica e antropológica sobre a China atinge níveis superiores de quantidade e de qualidade. Pela primeira vez passamos de informações europeias isoladas sobre este ou aquele aspecto da aparência física de chineses ou das suas actividades mercantis e manufactureira para uma primeira formulação desenvolvida sobre a China Ming / O Grande Reino da China.

A China como entidade própria, como realidade individual e única no recorte global da Ásia, começa a emergir lentamente no saber dos europeus com as obras de Duarte Barbosa e Tomé Pires [24].

O *Livro das Coisas da Índia*, do escrivão da feitoria de Cananor, Duarte Barbosa, e a *Suma Oriental*, do vedor da fazenda de Malaca, Tomé Pires, escritos respectivamente entre os anos de 1511-1516 e 1512-1515, são as primeiras geografias europeias sistemáticas e globais da Ásia.

Uma Ásia essencialmente marítima, litoral e mercantil, como é natural nos horizontes de informação e de interesse de funcionários da coroa ligados à lógica do «Estado da Índia». Mas uma Ásia também já com uma informação política e cultural por vezes relevante.

---

[22] G. B. Ramusio, *Navigazioni et Viaggi*, ed. M. Milanesi, Turim, Einaudi, 1979, vol. ii, p. 35.

[23] Informatione havuto do Alexandre da Portogalese, 1517 In Venecia, ed. Francisco Leite e Teixeira da Mota, Novidades Nauticas e Ultramarinas numa informação dada em Veneza, 1517, Lisboa, J.I.C.U., 1977, pp. 16-23.

[24] Sobre a vida e a obra destes autores, veja-se Luís Filipe Barreto, Descobrimentos e Renascimento, Lisboa, I. Nacional, 1982, pp. 143-168, e Duarte Barbosa e Tomé Pires: «Os autores das primeiras Geografias Globais do Oriente», in *Entre dos Mundos: Fronteras Culturales y Agentes Mediadores*, Coord. B. Queija e Serge Gruzinski, Sevilha, CSIC, 1997, pp. 177-191, bem como a bibliografia aí indicada.

Obras, uma vez mais, manuscritas em português com uma circulação restrita de poucas cópias na corte de Lisboa e nos centros da Ásia (Cochim, Goa, Cananor, Malaca). Cópias manuscritas, que em especial no caso de Duarte Barbosa, circulam também por centros como Sevilha, Florença e Veneza.

Obras que vão ter, ao longo da segunda metade de Quinhentos, uma larga difusão europeia, graças à edição italiana que de Tomé Pires é tão-só parcial ficando manuscritos os dados mais relevantes sobre a China, no primeiro volume de G. B. Ramusio, *Delle Navigationi et Viaggi*, Veneza, 1550 [25].

O facto de estas obras globais da Ásia e do Índico litoral e mercantil terem sido criadas em tão poucos anos significa que existe já em Cochim, Cananor e Malaca um vasto conjunto de cartas-relatório, notas e apontamentos de viagem, materiais asiáticos de informação acumulados e organizados de forma satisfatória. Por outro lado, o ritmo rápido na elaboração e a segurança na informação destas sínteses portuguesas significa que as parcerias culturais com os saberes asiáticos começam a ser uma realidade produtiva.

Ao longo da segunda metade de Quinhentos, as obras de Duarte Barbosa e de Tomé Pires vão ter impacte em vários círculos de conhecimento europeu sobre a Ásia. São, antes de mais, altos instrumentos de informação para os centros de decisão e de risco político, comercial e financeiro. São, no entanto, também enciclopédias para os humanistas e os quadros eruditos que produzem geografia e história.

O facto de este nosso capítulo terminar em 1550 e de as obras de Duarte Barbosa e de Tomé Pires terem tido o grande impacto exactamente na segunda metade de quinhentos parece, à primeira vista, desaconselhar o tratamento das mesmas. Contudo, a escolha do ano de 1550 para fechar um primeiro andamento no conhecimento europeu sobre a China passa também e decisivamente pelo facto de as obras de Duarte Barbosa e de Tomé Pires atingirem então a impressão.

Passa também pelo facto de ser nas edições de G. B. Ramusio que se vai começar a constituir um conhecimento europeu impresso e alargado sobre as viagens europeias medievais à China Yuan com a importante edição de Marco Polo na edição de 1559 e a primeira impressão da *Historia Mongolarum*, de Giovanni di Pian Carpino (1182-1252), na segunda edição do volume segundo do *Delle Navigazioni et Viaggi*, Veneza, 1574.

Para além desta difusão de uma China medieval na Europa da segunda metade de Quinhentos, acompanhando as informações sobre a China Ming, o post-1550 vê surgir os primeiros impressos europeus exclusivamente sobre a China Ming. Em Coimbra, 1555 aparece a «Informação Anónima», e em Veneza, 1561, o *Tratado de Galeote Pereira*, escrito em Malaca por volta de 1555.

---

[25] A obra de Duarte Barbosa com o título «Libro Diodoardo Barbosa Portoghese» ocupa as páginas 349v-364r e a impressão, muito parcial e anónima de T. Pires, surge nas páginas 364v-371v, com o título «Sommario di Tutti il Regni, Citta, e Popoli Orientali».

O fenómeno de as duas mais importantes e abundantes informações europeias sobre a China, ao longo da primeira metade de Quinhentos, terem sido alcançadas nos anos de 1511 a cerca de 1516 e apenas impressas em 1550 é para nós um factor decisivo. Decisivo não apenas na definição de uma data-limite de um ciclo do conhecimento europeu que é sempre relativa mas sobretudo de um fenómeno que vai progredir nas décadas seguintes. Trata-se da diferença entre a China manuscrita que a Europa dos restritos círculos dos poderes político, comercial, religioso vai conhecendo, e a China impressa feita de informações menos actualizadas e precisas que no post-1550 alcança círculos mais alargados de leitura.

O *Livro das Coisas da Índia*, de Duarte Barbosa, para além de variada informação sobre as redes mercantis de articulação do Índico e do Sueste Asiático à China apresenta um pequeno capítulo sobre «Il Gran Regno della China». Logo de entrada somos alertados para as condições de recolha informativa que permitem a Duarte Barbosa escrever este sumário sobre a China Ming.

O autor, radicado em Cananor, Calecute e Cochim, tem uma experiência pessoal do Índico Ocidental que não só lhe invalida a vivência do Nanyang e dos mares e litorais da China como lhe impossibilita o acesso a uma informação escrita especializada:

> «… la costa, che va da Mallaca alla China verso tramontana, delle quali no ha potuto havere quello particular noticia ch'io desideravo…» [26]

A informação sobre a China, avançada por Duarte Barbosa, é resultante de uma recolha nos circuitos mercantis indianos, islâmicos e hindus, que estão activos no comércio do Índico com os mares da China:

> «…ma di quello che sono per scrivere al presente, mi sono informatto da quattro, fra moro & gentili, huomini di gran credito, & gran mercanti, che sono stati piu volte nel paese della China li qauli mi hanno detto…» [27]

Nos anos de 1511 a 1516 a melhor informação europeia sobre a China alcançada no Índico Ocidental assenta em inquéritos, apontamentos retirados da oralidade, dos círculos mercantis asiáticos. Entrevistas conduzidas por um europeu junto de mercadores indianos ligados ao comércio marítimo intra-asiático do Índico Ocidental para o Sueste Asiático e os mares de Cantão.

O que Duarte Barbosa comunica antes de mais é a grandeza da China, a Malchina do sânscrito, que a carta de D. Manuel de 1501 julgava ser topónimo:

---

[26] «Libro di Odoardo Barbosa Portoghese», in *Delle Navigatione et Viaggi*, G. Battista RAMUSIO, Primo volume, Veneza, 1563, p. 320.

[27] Cit., p. 320.

> «… China, nel quale vi'e un grandissimo signor di gentili, cosi lungo la costa del mare como dentro fra terra, che ha molte isole in mare habitate da gentili á sua obbedienza…» [28]

China politicamente organizada e hierarquizada através de uma diferenciada burocracia estatal centralizada: «… nelli quali tien il re della China li suoi governatori, & officiali á sua elettione…» [29]

China politicamente organizada também no campo das relações externas através de alguma informação, ainda que bastante ligeira sobre as embaixadas tributárias e as intendências do comércio marítimo:

> «… il re… fa residencia di continuo dentro fra terra in grandi & ricche cittá, alle quael nessunto forestter viu puo'andare, solamente puo negociare nei porti di mare & nel isole: & s'alcuno ambaciadore di altro re vuol venire á parlargli, bisogna che venga per mare, & che esso lo sappia perche ordina il luogo, dove ei debba andare a parlargli…» [30]

As zonas de informação mais abundante neste capítulo de Duarte Barbosa sobre «O Grande Reino da China» dizem respeito à economia chinesa, em especial à mercantil e manufactureira que se estende para o Sueste Asiático e o sistema do Índico bem como a dados sobre as formas de vida e os padrões físicos e comportamentais das populações chinesas.

Em termos físicos e comportamentais os chineses surgem claramente valorizados: «… son huomini bianchi… & gentil'huomini di costumi cortesi & similmente sono le donne bella…» [31]

São sumariados também elementos sobre o vestuário, a língua e os modos de alimentação:

> «… non toccano le viuande che gli sono posto avati co le mani, ma mangiano con una tanaglietta d'argento; ó di legno & il piatto, ó vero porcellana, in che e la viuanda, la tengono nella mano sinistra molto apresso la boca, & con quelle tanagliette molto in fretta mágiano… mangiano similmente carne di cane, la qual hanno per molto buona…» [32]

Em Duarte Barbosa, através de exercícios comparativos e contrastivos, vai-se estabelecendo a ideia de uma China exótica mas de alto desenvolvimento. Uma China polida. No quadro da informação económica o destaque vai para os métodos de produção da porcelana:

> «… fanno in questo paese gra quantitá di porcellane di diversi sorti, & molto belle & fine, che é apressi di loro gran mercantia per tuto le parti et le fanno in questo modo…» [33]

---

[28] Cit., p. 320.
[29] Cit., p. 320.
[30] Cit., p. 320.
[31] Cit., p. 320.
[32] Cit., pp. 320 e 321.
[33] Cit., p. 321.

O universo das sedas e dos restantes têxteis e manufacturas vai compondo a paisagem económica da China em Duarte Barbosa que finaliza com dados sobre os juncos e as margens de lucro na rede marítimo-mercantil que liga a China ao Índico:

> «… Pepe di samatra, di Malabar del qual ne consumano gran quantitá nella China, & delle droghe di Cambai, et maxime e amfiam, che noi chiamiamo opio…» [34]

No *Livro das Coisas da Índia*, de Duarte Barbosa, encontramos novos elementos informativos sobre a China Ming mas, acima de tudo, uma organização sistemática de dados anteriormente dispersos e breves captados no Índico Ocidental.

A *Suma Oriental*, de Tomé Pires, escrita em Malaca e Cochim nos anos de 1512 a 1515, forma a mais abundante e precisa informação europeia da China ao longo de toda a primeira metade de quinhentos. E em certos aspectos é mesmo da melhor informação europeia sobre a China marítimo-mercantil, do Nanyang ao Guangdong, até ao século XVIII.

A quantidade e a qualidade destes dados numa obra dedicada ao Rei/ /Coroa indiciam uma espécie de enciclopédia do Estado português da Índia. A condição manuscrita da *Suma Oriental* é pois um objectivo estratégico para esse estado mercantil não admirando que as cópias manuscritas em circulação [35] e o impresso sejam versões muito sintéticas e bem menos valiosas informativamente.

A localização da recolha informativa em Malaca, a posição institucional e os interesses intelectuais do autor formam as razões-chave da riqueza informativa, no plano marítimo-mercantil, da *Suma Oriental*.

Tomé Pires é um aristotélico, «… naturallmentte os homees desejam saber como o testefiqa o mestre da filosofia…» [36] afirma no início da obra, no prólogo a el-rei, fazendo uma intertextualidade directa com o início da *Metafísica* de Aristóteles: «Todos os homens desejam naturalmente saber.» (*Metafísica*, A, 1, 980 a.)

O aristotelismo renascentista, feito de naturalismo empírico, atravessa toda a *Suma Oriental*. A filosofia económica da obra:

> «… o quall trato de mercadoria he tam necessario que sem elle nom se sosteria o mundo este he o q nobrece os regnos que faz gramdes as jemtes & nobelita as cidades & o q faz a guerra & a paaz…» [37]

---

[34] Cit., p. 321.

[35] Veja-se Rui Manuel LOUREIRO, *O Manuscrito de Lisboa da «Suma Oriental» de Tomé Pires (contribuição para uma edição crítica)*», Macau, IPOR, 1996.

[36] *A «Suma Oriental» de Tomé Pires e o Livro de Francisco Rodrigues*, ed. A. CORTESÃO, Coimbra, I. Universidade, 1978, Prólogo, p. 129.

[37] Cit., Livro VI, p. 405.

está presa à *Ética Nicomaqueia* de Aristóteles e em especial ao livro V, em que se afirma a moeda e o comércio como os elos de ligação da sociedade. Este peso dos «Sabedores datenas» (T. Pires) alia-se a um realismo empírico do passar, experimentar, ver, que leva a um criticismo em busca da verdade: «… e esta he a verdade que depois tirei a limpo…» [38]

Criticismo que se abate sobre o saber europeu dos antigos e dos modernos em torno da Ásia. Saber tradicional acusado de falta de verdade por ausência de conhecimento experencial directo que no terreno permite pesar e organizar os diferentes campos informativos [39].

Criticismo e polémica cultural e erudita de Tomé Pires presente também nos dados sobre a China. A propósito do ritual das embaixadas ao imperador da China. Tomé Pires afirma:

> «… Esta he a vrdade & nom como diziam q estavam quatro homeens assemtados a vista & falava com todos sem saberem quall he o rey…» [40]

A China alcançada pelos europeus é uma resultante dos acontecimentos económicos e políticos euroasiáticos, das concorrências e parcerias de interesses e de saberes asiáticos e euroasiáticos mas é também, e muito, nalguns casos, uma resultante do próprio quadro de conhecimento do europeu.

Tomé Pires é um burocrata mercador com alguma formação erudita do tipo humanista. Esse quadro prévio permite-lhe uma recolha informativa mais crítica e criteriosa do que outros, bem como uma superior capacidade organizativa e expositiva dos materiais.

Os pontos altos do conhecimento europeu sobre a China Ming resultam tanto da regularidade e dos contactos marítimo-mercantis entre europeus e chineses como da entrada na matéria de quadros europeus mais eruditos. Quadros com maior formação teórica e cultural, como já se nota com Tomé Pires e começaremos a ver ainda mais claramente a partir da década de 1540, com as elites universitárias humanistas e jesuítas.

A informação de Tomé Pires sobre a China assenta nas parcerias marítimo-mercantis estabelecidas a partir de Malaca com malaios, javaneses, chineses ultramarinos radicados na Ásia do Sueste e gentes do Sião. Assenta também nos *Luções* (T. Pires), chineses no Luzon, e em Léquios, bem como em dados recolhidos pelos portugueses nos mares e litorais da Ásia do Sueste a Guangdong:

---

[38] Cit., Livro VI, p. 132.

[39] «… discrepante a cosmogija Fradansellmo e Tolomeu e outros nom pareça novjdade por que or taees mais por novas que por ptiga o sentirom nos qa tudo pasamos espementamos & vemos…», cit., p. 133.

[40] Cit., p. 255. A falsa versão criticada por Tomé Pires surge, por exemplo, nas Cartas de Andrea Corsali.

> «… as nosas náos a Jaõa a bamdam á china junco e a pacee e paleacate agora vam a timor por samdollos & vam a outras partés foy ja noso jumco a peguu ao porto de martamiane…» [41]

A partir desta imensa rede informativa, sem qualquer paralelo anteriormente, Tomé Pires organiza os dados sobre a China Ming desde uma primeira visão global e geral da China como entidade individual até ao sistema comercial de Cantão, que é pormenorizadamente exposto.

A grande China é o tópico de abertura. Grande e polida China que a comparação com Portugal apenas favorece e engrandece:

> «… fazem as cousas da China gramdes asy na terra como jemtes riquezas pompas estados & contas outras que mais se creria com verdade averemse em noso Portugall q nom na Chyna…» [42]

Seguem-se elementos básicos sobre o aspecto físico, a alimentação e o vestuário da população chinesa: «… sam de nosa alvura & delas tem os olhos pequenos & outs gramdes e narizes como ham de ser…» (Tomé Pires). Em seguida começam novidades para o horizonte europeu de informação sobre a China Ming. Surge o termo capital do norte, «Peqim», assim baptizada em 1403, e que é identificada a «Cambara»/Cambalique, a capital da China Yuan/Cataio. Surgem listas dos reinos tributários com, pela primeira vez também em línguas ocidentais, o termo «Jampon»/Japão palavra portuguesa a derivar do chinês «Jipan» e do malaio «Jepun» para significar «sol nascente».

É dado um significativo passo em frente na informação sobre o comércio tributário:

> «… el rey de Jaao ell rey de Siam ell rey de Paçée el rey de malaqa estes manndam seus embaixadores com o sello da China a ell rey da China de cimqo em cimqo annos & de dez em dez annos & cada huu lhe manda do melhor de suas terás do q sabem que la quere…» [43]

A propósito das embaixadas e do sistema político chinês surge o termo «mandaris» e «mandarim» para definir os «oficiaes», a burocracia estatal [44]. Em Tomé Pires, além de novos horizontes informativos sobre a China Ming, começamos a ver nascer todo um vocabulário português/europeu de fonetização do chinês, «… nantoo e quantom e chamcheo…» [45]. Um vocabulário

---

[41] Cit., Livro V, p. 437.

[42] Cit., Livro IV, p. 252.

[43] Cit., Livro VI, p. 254.

[44] Sobre este termo, de provável origem mista sânscrito, malaio e português, veja-se Henry YULE e C. BURNELL, *Hobson-Jobson: A Glossary of Colloquial …* (1903), N. Deli, Munshiran, 1994, p. 5550 a 5552.

[45] Cit., Livro VI, p. 359.

e uma toponímia, com base nas línguas da Ásia do Sueste e da Ásia Oriental que objectivam os enunciados europeus. É na *Suma Oriental* de Tomé Pires que encontramos pela primeira vez uma fonetização sistemática em especial do cantonense (*quantom*, *oquem*, *namtoo*). Este fenómeno marca um grau mais avançado de objectividade e de especialização na informação europeia e revela, ao mesmo tempo, o peso das parcerias luso-asiáticas e a força do próprio conhecimento asiático na elaboração do conhecimento europeu sobre a Ásia.

A propósito de Cantão surge em Tomé Pires toda uma desenvolvida informação sobre o sistema marítimo-mercantil de ligação da Ásia do Sueste aos mares da China:

> «… quamtom que he mór que todos e omde he o trato destas ptes…a cidade de quamtom he omde o regño todo da China descarregua suas mercadorias todas e asy da terra firme como do mar…aquem de quamtom pa malaqa trimta leguas estam huuas ilhas junto com a terra firme de namtoo homde estam os portos ja detremjnados de cada nação…» [46]

Informação marítimo-mercantil dos produtos, taxas e moedas. Dos mecanismos portuários, das rotas e das percentagens de lucro nos jogos da troca. Informações sobre «gramde mercadoria amtre os chijs… a pimcipal mercadoria he pimenta…». Dados sobre a potência manufactureira das sedas, porcelanas e mil e uma mercadorias que fazem do mundo litoral da Ásia do Sueste e da China um articulado sistema: «… atee qmtom porq esta he a chave do reino da Chyna…» [47]

Tanta riqueza e potencialidade marítimo-mercantil acaba por levar o funcionário do Estado da Índia a propor uma conquista militar dos litorais da província de Guangdong, uma investida ao estilo de feitoria-fortaleza do Índico e do estreito de Malaca:

> «… nom tiramdo a groria a toda terra bem parecem as cousas da Chyna serem de terra honrrada & boa & riqa mujto & pa o sojugar o guoverfiador de Malaqa a obodiencia nosa avija mester nom tamto como dizem por que he jemte mujto fraca he ligeira de desbaratar e afirmam as pas capitáees que mujtas vezes foram la que com dez naaos sojugaria ho governador das jmdias que tomou malaca toda a china nas beiras do mar…» [48]

Também no tópico da conquista dos litorais da China, conquista desejável e acessível segundo os dados, Tomé Pires abre caminhos de larga continuidade ao longo de Quinhentos. O desejo da conquista, temporal ou espiritual, da China faz parte da imagem e do conhecimento europeu da China.

---

[46] Cit., Livro VI, pp. 360, 361, 362.
[47] Cit., Livro VI, p. 368.
[48] Cit., Livro VI, p. 368.

Na *Suma Oriental* de Tomé Pires encontramos a melhor informação europeia sobre a China alcançada nos anos de 1512 a 1515 na Ásia do Sueste e nos mares e litorais de Cantão.

O *Livro das Coisas da Índia* e a *Suma Oriental* fundam uma primeira imagem europeia da China Ming. A China como entidade própria, como realidade individual e única. Ambas as obras organizam e potenciam também os diferentes dados à mão existentes nos circuitos mercantis respectivamente do Índico Ocidental e do eixo Malaca-Cantão.

Estes anos de construção, no banco de dados europeu, de uma primeira individualidade da China, no plano da geografia descritiva e antropológica, são também, no plano da cartografia e da roteiristica, anos do nascimento de um saber individualizado e especializado sobre a China.

Não temos como objectivo neste momento o estudo da cartografia europeia dos litorais da China, que é uma cartografia náutica em estreita implicação com a roteirística [49]. Não podemos contudo deixar de assinalar que em Malaca, cerca de 1512, o navegador e geógrafo Francisco Rodrigues compõe um, *Livro de Geografia Oriental*, onde se encontram as primeiras cartas europeias particulares do litoral da China, com destaque para Cantão/«cidade Chyna». Francisco Rodrigues é também o primeiro europeu a escrever um roteiro sobre a navegação nos mares da China, de Malaca a Cantão, intitulado *Camynho da Chyna*.

Francisco Rodrigues recolheu estas informações na Índia, em Banda e Malaca. São dados concretos e precisos, fruto do contacto com pilotos e cartógrafos. Em especial, chineses e javaneses. As suas cartas são junções da cartografia chinesa com as cartas rumadas e o seu roteiro é uma tradução e versão portuguesa da roteirística asiática.

Com Francisco Rodrigues, Tomé Pires e Duarte Barbosa a China Ming ganha um corpo e lugar específicos no universo do saber europeu sobre a Ásia. Ganha cada vez mais uma individualidade própria, especializada e aprofundada enquanto China litoral, marítima e mercantil.

Os anos de 1518 a 1530 não trazem qualquer desenvolvimento significativo no conhecimento europeu da China e dos chineses enquanto geografia descritiva e antropológica [50].

As dificuldades no relacionamento político luso-chinês, o édito imperial de 1522 de expulsão dos «Fo Lang Chi», ou seja, dos violentos bárbaros portuguesas na terminologia oficial chinesa e o recuo do comércio marítimo

---

[49] Sobre a cartografia náutica portuguesa dos mares e litorais da China, veja-se Albert KAMMERER, *La Découverte de la Chine par les Portugais au XVI siècle et la Cartographie des Portulans*, Leida, E. J. Brill, 1944, e Luís Filipe BARRETO, *Macau: Cartografia do Encontro Ocidente-Oriente*, Macau, CTCDP, 1995, e *Cartografia de Macau – Séculos XVI e XVII*, Lisboa, Missão de Macau, 1997.

[50] São no entanto anos de desenvolvimento na cartografia europeia manuscrita da China, em especial em Sevilha com os Planisférios de 1525, 1527 e 1529, do cartógrafo português Diogo Ribeiro.

entre portugueses e chineses para níveis muito baixos, anos de 1522 a 1528, e acima de tudo para redes asiatizadas e informais constituem as razões fundamentais para este quase grau zero de escrita.

Existe na ordem dos acontecimentos marítimos e mercantis uma situação que inviabiliza, em larga medida, a regularidade e a frequência de contactos e que afecta as parcerias euroasiáticas que constituem os canais de abastecimento da informação europeia. Por outro lado, os mercadores letrados e acima de tudo os burocratas letrados do aparelho de estado mercantil português tinham chegado, no terreno, a um ponto máximo de exploração da informação asiática e portuguesa disponível sobre a China.

Fruto deste quadro de bloqueio voltamos a encontrar, ao longo desta década, um regresso da informação fragmentária sobre os chineses e a China. Dados ligeiros em cartas como a de Martim Afonso de Melo para o rei D. Manuel de Cochim, a 14 de Novembro de 1521 [51]. Informação ligeira também obtida a partir da rede marítimo-mercantil islâmica do Sueste Asiático como vemos, em *Francisco António Pigafeta* (1491-1534).

Pigafeta, natural de Vicenza, acompanha a expedição de circum-navegação do português Fernão de Magalhães ao serviço de Castela. As notas tomadas na viagem de 1519 a 1522 são desenvolvidas na relação impressa em 1522 em latim em Roma e Colónia em 1523, também com edição parcial francesa, «Le Voyage de Navigation aux Ilés Molúque», Paris, 1522, e edição italiana em Veneza, 1536 com o título «Il Viaggio fate dali spagnoli atorno al mundo».

Nas cartas de Martim Afonso de Melo para o rei, de 1521 e 1523, como em outras cartas para o mesmo destinatário como a de Diogo Calvo de 1527 todas escritas depois de viagens aos litorais da China não encontramos qualquer progressão, quantitativa ou qualitativa, na informação europeia sobre a China [52]. No entanto, estes pedaços de informação habitual e residual repetida sob forma manuscrita ou impressa vão estabelecendo, cada vez mais, em Lisboa, Paris, Veneza, Sevilha o tópico da grandeza e riqueza da China: «… a grande China cujo rei é o mais poderoso príncipe da terra…» (F. Pigafeta), e «… debaixo do sol tão riqa terra não há como a China…» (Diogo Calvo).

---

[51] Informação marítimo-mercantil ligeira e pensada em termos estratégicos para a Coroa de Lisboa: «… eu trabalhey quamto pude por saber asy de symao d andrade como dos que verão em sua companhia por alguas cousas da Chyna de que compria avisar vosa alteza», *in* Carta de Martin Afonso de Melo para o Rei de Cochim a 14 de Novembro de 1521 editada por Ralph Bishop SMITH, *Martim Afonso de Melo captain major of the portuguese fleet which sailed in China in 1522*, Bethesda, Maryland, Decatur Press, 1972, p. 6.

[52] Sobre as informações destes anos, veja-se J. Paulo Oliveira e COSTA, «Do Sonho Manuelino ao Realismo Joanino», *Stvdia*, Lisboa, n.º 50, 1991, pp. 121-156.

IV

De 1531 a 1540 mantém-se o predomínio da informação pontual, fragmentária e repetida em torno da grandeza marítima e mercantil da China Ming. Mas nos anos 1534 e 1536 temos dois relatórios enviados de Cantão para certamente Malaca, Cochim e Lisboa que são as primeiras obras escritas por europeus na China Ming.

As cartas de Cantão de Cristóvão Vieira em 1534 e de Vasco Calvo em 1536 ficaram manuscritas na época [53]. Tiveram uma muito restrita circulação e um quase nulo impacte no banco de dados europeus [54].

Tirando a informação usada por João de Barros estas cartas pouco ou nenhum impacte informativo tiveram embora sejam os primeiros textos europeus escritos da China Ming que chegaram à Europa.

As razões para esta muito baixa difusão, manuscrita e impressa, prendem-se com a natureza dos próprios textos e a condição dos próprios autores. As cartas são relatórios clandestinos de prisioneiros. Relatórios confidenciais-secretos do Estado marítimo-mercantil português. Relatórios em torno dos obstáculos no comércio português com o litoral da China e nas soluções para a abertura desse mesmo comércio marítimo.

Os autores são funcionários ou membros do Estado da Índia aprisionados em Cantão pelas autoridades chinesas. Cristóvão Vieira desembarcou na província de Cantão em 1517 na embaixada de Tomé Pires e está prisioneiro na China desde 1521. Vasco Calvo é um nobre mercador aprisionado em Cantão também em 1521 e junto aos prisioneiros da embaixada de Tomé Pires.

Estas cartas relatórios não são inquérito geográfico-antropológico sobre a China e os chineses nem recolha de novidades sobre o tecido marítimo-mercantil. Possuem também esta informação mas são, sobretudo, relatórios

---

[53] O número de cópias manuscritas deve ter sido bastante reduzido pois apenas conhecemos hoje a da B. N. Paris. Em Lisboa, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (*Fragmentos*, maço 24) existe um importante fragmento da carta original de C. Vieira, escrita em Cantão, em papel chinês e a tinta da China, publicado por E. A. VORETZSCH, «Documento acerca da Primeira Embaixada Portuguesa à China», *in* «Relações entre Portugueses e Japoneses», *Boletim da Sociedade Luso-Japonesa*, Tóquio, 1929, n.º1, pp. 50 a 69. O facto de ser apenas J. Barros e não qualquer outro a referir-se às Cartas indicia a sua não circulação fora do restrito círculo do poder central da Coroa/Lisboa. É bom não esquecer que o humanista e historiador João de Barros foi, entre 1533 e 1567, feitor da Casa da Índia.

[54] Na época apenas são genericamente conhecidas por via indirecta pois a elas se refere João de Barros na Década III da *Ásia*, Lisboa, 1563. Referência impressa genérica, em 1563, e nada mais pois por via directa de cópias manuscritas, totais ou parciais, que tivessem ultrapassado o muito restrito círculo oficial da Corte, nada se conhece. Na época apenas são genericamente conhecidas por via indirecta pois a elas se refere João de Barros na Década III da *Ásia*, Lisboa, 1563, e nada mais pois por via directa de cópias manuscritas, totais ou parciais, que tivessem ultrapassado o muito restrito círculo oficial da Corte nada se conhece.

político-militares sobre um estratégia de avanço dos canhões e das velas portuguesas nos mares da China.

A carta de Cristóvão Vieira, dos finais de 1534, é antes de mais um relatório informativo para a Coroa sobre os incidentes da embaixada de Tomé Pires à China, a primeira embaixada europeia à China.

Um relatório que informa sobre razões político-diplomáticas do falhanço da embaixada a partir de argumentos e perspectivas oficiais chinesas:

> «… dizião as sentenças; ladrões piquenos do mar enviados pollo ladrão grande falsamente vem espiar nossa terra mourão em troncos por ladrões…» [55].

Os portugueses como *Wako*, o estatuto tributário de Malaca, os problemas dos intérpretes e do protocolo na embaixada de Tomé Pires bem como o édito imperial de expulsão dos *Folangji* desfilam na carta de Cristóvão Vieira:

> «… O rei da China manda carta aos grandes de Cantão que não recebão a nenhum embaixador de Portugal, a carta del rei de Portugal he queimada, o embaixador e sua companhia já foi preguntado de como se tomou Malaca; não o deixam hir… entreguem Malaca ao dito rei de Malaca, como o rei de Malaca for entregue Malaca e gente assi como lha tomarão ao rei de Malaca e como o rei de Malaca for entregue della deixarão hir ao embaixador e se não entregar Malaca ao dito rei averse ha outro conselho. Esta carta veio do rei da China ao Tutão…» [56].

As passagens citadas da carta são suficientes para se entender o destino manuscrito e quase silencioso da escrita de Cristóvão Vieira.

Trata-se de uma carta relatório da Coroa com dados sobre a perspectiva chinesa que são muito críticos para o quadro e os objectivos das relações internacionais do Estado Português na Ásia:

> «… teem os chis os portugueses em pouco por dizer que não sabem pelejar em terra que são como pexes que como os tirão d'água ou do mar logo morrem…» [57]

a sua não circulação, mesmo no plano manuscrito, é um objectivo estratégico na política da Ásia Portuguesa.

---

[55] «Trelado de hua carta que da China veo a qual carta escreveo Cristovão Vieira», in *Enformação das cousas da China – Textos do século XVI*, ed. Raffaella d'Intino, Lisboa, I. Nacional, 1989, p. 15.

[56] «Trelado de hua carta que da China veo a qual carta escreveo Cristovão Vieira…», cit., p. 17.

[57] «Trelado de hua carta que da China veo a qual carta escreveo Cristovão Vieira…», cit., p. 19.

Fruto dos dezassete anos de estadia e de recolha informativa na China a carta de Cristóvão Vieira contém abundante informação, em português, da perspectiva e do mundo chineses no relacionamento dos portugueses com a China Ming: «… chamo a todo estrangeiro salvaje, a sua terra chamão o reino de Dó…» (Cristóvão Vieira.)

Dados relevantes porque informam do outro lado da fronteira cultural. Por exemplo, a introdução e a produção de armas de fogo do tipo português na China como a espingarda e o canhão bem como a construção naval ao molde português são noticiadas por Cristóvão Vieira:

> «… hum chim… que sabia fazer pólvora bombardas e galees… começou em Cantão a fazer duas galles, fez duas acabadas de todo… acharão que algũa cousa sabia de polvora de bombardas mandaram no ao rei…» [58]

Um dos presentes da embaixada de Tomé Pires em 1517 às autoridades de Guangdong foi uma espingarda, mas só no post-1522 é que houve interesse das autoridades chinesas pela tecnologia naval e militar portuguesa. Cristóvão Vieira informa sobre um chinês que conhece a tecnologia militar portuguesa de Cochim e de Malaca referindo-se a Yang San ou Dai Ming que, segundo as fontes chinesas, tinham vivido muitos anos com os portugueses e sabiam fazer navios e armas [59].

Para além de relatório político e diplomático a carta de Cristóvão Vieira contém abundante informação sobre a geografia da China Ming, em especial sobre os litorais da província de Guangdong.

Os dados sobre a vida marítima e mercantil da zona de Cantão, sobre a estrutura social e a organização do estado chinês estão organizados a partir de uma perspectiva de conquista militar portuguesa:

> «… quequer que vier ora seja capitão com frota de dez ate quinze vellas, primeira cousa he desbaratar armada. se a tiveré, a que eu cuido que não tee, seja por fogo, sangue, medo cruel por este dia se dar vida a nenhua pessoa, todo iunco queimado e não se tome ningué por se não gastare os matimentos, que em todo tempo se acharão cem chis pera hu português… e isto feito despejarse ha nato e logo terão fortaleza e mantimentos se quisere porque logo he na mão e dar co toda armada e ainacha que esta a barra de tacoam de bo porto aqui se acorarao aos naos… queimarlhe o lugar por fazer medo aos chis…» [60].

---

[58] «Trelado de hua carta que da China veo a qual carta escreveo Cristovão Vieira…», cit., p. 19.

[59] Veja-se MA Chujian, The Introduction of Western Artillery by the Jesuit Missionaries and the Consequent changes in the wars between the Ming and the Qing In Martino Martini: A Humanist and Scientist in Seventeenth Century China, ed. F. DEMARCHI e R. SCARTEZZINI, Trento, Universita degli Studi, 1996, p. 313.

[60] «Trelado de hua carta que da China veo a qual carta escreveo Cristovão Vieira…», cit., pp. 36 e 37.

A totalidade da informação geográfica da carta de Cristovão Vieira está regulada pelo objectivo de saber para invadir e conquistar. Os dados escolhidos, as áreas de acentuação e de aprofundamento temático estão ao serviço dos canhões e das velas, ao serviço de um projecto de conquista da feitoria-fortaleza em Cantão e de uma armada de costa nos litorais sul do mar da China.

Uma vez mais compreendemos o valor e a utilidade estratégicas desta carta para o centro político-militar da Coroa portuguesa e ao mesmo tempo a extrema necessidade de controlo da informação da carta num muito restrito círculo do aparelho de estado.

A ideia de Cristóvão Vieira é a da conquista de Cantão com o domínio das redes marítimo-mercantis da província. O domínio também das rendas e manufacturas e o aproveitamento da mão de obra cantonense em todas as feitorias-fortaleza do Índico:

> «… deixar nella fortaleza e lugares que convem deixar gete portuguesa e malavares e tornesse co toda sua armada carregada de chis carpinteiros pedreiros ferreiros telheiros serradores e de todo outro officiio co suas molheres pera deixar por esas fortalezas…» [61].

A carta de 1536 de Vasco Calvo tem a mesma natureza de informação geográfica regulada pelo e para o objectivo da conquista militar dos litorais e mares do sul da China.

Existe alguma informação objectiva sobre a China Ming,

> «… o geito da terra he chamare ao seu rei filho de Deus e a terra chamão terra de Deus e toda outra gente de fora a da terra chamão salvages que não conhecem Deos nem terra e que todo o embaixador que vem a sua terra que vem obedecer ao filho de Deus…» [62]

Contudo estes dados sobre as ideias de «Tianchia» e «Shangdi» bem como outros informes geográficos, são elementos menores e não aprofundados. O essencial é a informação dos locais a atacar e a conquistar, dos pontos estratégicos para a navegação e a artilharia: «… irão pollo rio acima como levare soma de artelharia, irão queimando quátos paraos e juncos e cousas se achar de villas e lugares fazendose grandes estroições sem ficar cousa nenhua…» [63]

A carta de Vasco Calvo é um complemento e prolongamento da de Cristóvão Vieira em especial na ideia de conquista militar. Uma precisão nos dados e nas informações estratégicas para a conquista de feitorias-fortaleza e o estabelecimento de uma armada de costa nos mares da China.

---

[61] «Trelado de hua carta que da China veo a qual carta escreveo Cristovão Vieira…», cit., p. 36.

[62] «Trelado de outra carta…», cit., p. 53.

[63] «Trelado de outra carta…», cit., p. 43.

Complemento e prolongamento que acaba por explicitar e precisar o programa de conquista. Agora, são propostas as províncias de Guangdong e do Fujian, «… governação deste Cantão e de Foquem…» (Vasco Calvo) como áreas estratégicas de uma rede marítimo-mercantil hegemonizada por armadas portuguesas numa trama de feitorias-fortaleza nos litorais destas províncias.

A ideia mais forte da carta de Vasco Calvo é a de que as províncias litorais do sul da China são uma nova e melhor Índia. Devem ser o centro de sustentação e de viabilidade do próprio Estado da Índia e da Rota do Cabo.

O comércio marítimo, as rendas, os metais preciosos, as manufacturas e a abundante e especializada mão-de-obra de Guangdong e do Fujian são a solução para o poder português na Ásia e na relação Europa-Ásia:

> «… se nesta terra se gastar hum ceitill del Rei nosso señor, senão levarão pera a Índia se fazerem os gastos e cargos de naos para Portugal… outra casa da Índia não trazendo de Portugal salvante daqui levarem nao carregada de prata e ouro pera na Índia fazerem cargo das naos pera Portugal e se fazer o gasto na Índia…» [64]

V

Os anos de 1541 a 1550 vão marcar uma nova idade qualitativa no conhecimento europeu da China. Um conjunto múltiplo de factores, alguns vindos da década de 1530, vão gerar novas condições de possibilidade informativa.

Nos anos de 1530 a 1540 surgem em Portugal os primeiros jardins botânicos de plantas exóticas asiáticas, as primeiras colecções sistemáticas de farmacopeia asiática e as colecções de livros impressos asiáticos. Novidades da Índia, do Sueste Asiático e da Ásia Oriental alimentam o coleccionismo de membros da casa real, como o Infante D. Luis, membros da alta nobreza como Brás de Albuquerque e D. João de Castro, médicos judaicos como Amato Lusitano.

Esta acumulação na Europa de matéria asiática mais erudita só é possível porque a partir da década de 30 se assiste a uma melhoria qualitativa nos quadros portugueses na Ásia. Nobres letrados como Diogo de Sá, 1527, Lopo de Sousa Coutinho, 1533, e D. João de Castro, 1538, universitários como Garcia de Orta, 1534, ou soldados e funcionários letrados como Diogo de Sá, 1527, Fernão Mendes Pinto, 1537, Jorge Álvares ou o regressado Simão Álvares em 1533 são apenas a parte mais visível deste salto qualitativo.

A recolha no terreno por humanistas, nobres eruditos e funcionários letrados de toda uma informação cultural sobre a novidade asiática permite

---

[64] «Trelado de outra carta…», cit., pp. 44 e 51.

a acumulação e a organização da informação na Europa em colecções, bibliotecas e jardins botânicos.

É esta crescente circulação e recolha de informação na Ásia e em Lisboa que permite ao navegador e geógrafo português João Afonso, ao serviço da coroa francesa, num manuscrito de cerca de 1542, opor a tranquilidade e a sabedoria chinesas à guerra e instabilidade dos europeus [65].

Um sinal bem manifesto desta nova idade qualitativa no conhecimento europeu da China é dado pelas anotações e complementos a propósito da China numa das cópias manuscritas no *Livro das Coisas da Índia* de Duarte Barbosa.

O anónimo autor desta actualização da informação sobre a China no *Livro de Duarte Barbosa* esteve na Índia e na Ásia do Sueste entre os anos de 1535 e 1543, vivendo em Malaca e Banda pelo menos nos anos de 1540.

Provavelmente cerca de 1544-1545 [66], na ou entre a viagem de regresso e a chegada a Portugal realiza esta cópia actualizada do *Livro de Duarte Barbosa* a partir de uma modernidade informativa:

> «… Bem parece que o autor fez esta memoria em tempo que a India não era muito trilhada de portugueses, e será mesmo que a fez por ouvidas que de vista…» [67]

É esta nova idade informativa que surge de novo proclamada a propósito da própria China:

> «… despois que o autor isto escreveo foram muitos portugueses a esta China e teem muito dela por a costa descoberta, a qual é muito grande terra…» [68]

Passados cerca de trinta anos o horizonte informativo do *Livro de Duarte Barbosa* pode ser melhorado e ampliado, como o fez o nosso anónimo autor

---

[65] La Cosmographie avec l'esphere et le régime du soleil et du nord par Jean Fonteneu dit Alfonse Saintonge…, ed. G. Musset, Paris, 1904. Sobre este tópico, veja-se G. Chinard, L'Exotisme Américan dans la Littérature Française du XVI Siècle, Paris, 1911, p. 47, e Sergio Zoli, Lá Cina e la Cultura Italiana dal 500 al 700, Bolonha, Patron, 1973, p. 17. Sobre a vida e a obra de João Afonso, consulte-se Luís de Matos, Les Portugais en France au XVI Siècle, Coimbra, I. Universidade, 1952.

[66] O autor desta cópia anotada e actualizada do *Livro de Duarte Barbosa* esteve na Índia e na Ásia entre cerca de 1535 e 1543. É provavelmente o conhecido cartógrafo Gaspar Viegas que na Ásia tem os irmãos Gaspar Viegas, João Viegas e Galvão Viegas. As anotações são escritas nos anos de 1540-1542 e concluídas cerca de 1544-1545 como se pode concluir do episódio de Hairun reconduzido no trono por D. João de Castro, em 1547: «… assi que quando parti da India, ano de 1543, ainda ficavam todos em Goa, com lhe dezer cada monção que pera o outro o levariam…», in *Livro de Duarte Barbosa*, ed. M. A. Veiga e Sousa, Lisboa, I.I.C.T., 2000, vol. ii, p. 468.

Esta passagem foi escrita depois de 1543 e antes de 1547-1548.

[67] *Livro de Duarte Barbosa*, ed. M. A. Veiga e Sousa, Lisboa, I.I.C.T., 2000, vol. ii, p. 452.

[68] Livro de Duarte Barbosa, cit., p. 469.

irmão de João Viegas, Galaz Viegas e Gaspar Viegas, sendo João Viegas, em 1512, o autor da primeira proposta de viagem mercantil portuguesa à China.

O facto deste novo horizonte informativo desaguar também sob a forma de actualização e melhoria na obra de Duarte Barbosa significa que o *Livro das Coisas da Índia* funciona nos anos 40, nos sectores portugueses da Ásia e em Portugal, como manual básico de informação das coisas asiáticas, como enciclopédia actualizada do saber europeu do Oriente.

Ao longo destes trinta anos, o *Livro das Coisas da Índia* foi sob a forma manuscrita sobrevivendo, crescendo e actualizando-se, criando o caminho das cópias e das anotações manuscritas que possibilita a sua edição italiana em Veneza, 1550.

O mais importante nesta anotação e actualização da China no *Livro de Duarte Barbosa* é a informação mercantil sobre os litorais da província de Cantão: «… um rio, que se chama cantam, o qual é um dos grandes que em todas aquelas terras há…» [69]

Os dados recolhidos nos inícios dos anos 40 atestam um intenso comércio, também de portugueses, nos mares e nos litorais da província de Cantão:

> «… e 50 ou 60 legoas ao mar da boca deste rio há i uas certas ilhas adonde vão sorgir todas as naos estrangeiras que vão tratar áquele reino. Vão ali ter porque, se veem à costa sem o rei saber, perdem as naos e mercadorias e eles mortos ou cativos…» [70]

A novidade tão só mercantil da China reside nas condições do trato nas ilhas de Cantão «… se vendem ali muitas mercadorias que são muito falsificadas…» [71] e nos pormenores concretos que atestam a intensidade do comércio português informal na província de Cantão.

Nos inícios da década de 40 do século XVI a China cultural começa a ecoar nas elites culturais europeias. Ao longo da década esta dimensão da China como grande civilização não pára de crescer tanto nas elites culturais europeias laicas como clericais.

Em Malaca, em 1547, surge a anónima *Emformação da Chyna, mandada per huu homem a mestre Framçysquo*. Informação manuscrita que resulta de uma parceria mercadores-jesuítas e que circula também nos corredores do poder oficial do Estado da Índia (Malaca e Goa).

Trata-se de um ponto de situação do conhecimento existente organizado a partir de um ponto de vista mais erudito e cultural. A *Emformação* é a escrita de recolhas orais e de vivências pessoais feita a partir de uma grelha e questionário propostos pelo jesuíta Francisco Xavier (1506-1552).

---

[69] Livro de Duarte Barbosa, cit., p. 469.
[70] Livro de Duarte Barbosa, cit., p. 469.
[71] Livro de Duarte Barbosa, cit., p. 469.

De certa forma a autoria do texto e dos inquéritos que o sustentam resulta de uma encomenda de Francisco Xavier, em Malaca 1545, aos mercadores portugueses nos mares e litorais da China:

> «… de Malaca van todos los años muchos navios de portugueses a los puertos de la China. Yo tengo encomendado a muchos para que sepan desta gente, avisándoles que se informen mucho de las cerimonias y costumbres que entre ellos se guardan.» [72]

O mais tardar nos meses de Setembro a Dezembro de 1545, por orientação dos jesuítas, o mundo à mão dos mercadores portugueses na China começa a orientar-se e a estruturar-se para também questões chinesas de natureza mais erudita e cultural.

A *Emformação da Chyna* foi provavelmente recebida por Francisco Xavier nos seis meses que passou em Malaca entre Julho e Dezembro de 1547 altura do encontro do jesuíta com o mercador Fernão Mendes Pinto [73]. Entre os possíveis autores portugueses, mercadores escritores, da *Emformação* surgem os nomes de Afonso Gentil e de João Rodrigues de Carvalho [74].

A hipótese de a autoria da *Emformação* ser de Fernão Mendes Pinto não deve no entanto ser posta de lado. O mercador-escritor deste texto é alguém que está envolvido nas redes mercantis do Sião ao Japão, «… serão de costa, se não mentem as cartas que os japões mostrão, quinhentas legoas ou mais…» [75]. Alguém que já esteve em Cantão uma vez e que está no circuito de cruzamento dos mercadores e jesuítas em Malaca em 1547.

Estes elementos apontam para Fernão Mendes Pinto com alta probabilidade. A dúvida nasce da data da estadia em Cantão, que no texto surge 1533 quando Fernão Mendes Pinto aí esteve em 1543, mas e se for erro do copista?

De certa forma a *Emformação* é também um texto de autoria colectiva que assenta na recolha de testemunhos orais de chineses por um mercador português que junta a sua vivência pessoal e passa à escrita segundo um questionário de escolhas relevantes encomendado pelos missionários jesuítas.

A *Emformação da Chyna* está organizada em sete temas fundamentais que correspondem às perguntas maiores desejadas por Francisco Xavier, «… ao que vosa merce manda saber da Chyna…»

---

[72] Carta de Francisco Xavier de Amboíno a 10 de Maio de 1546 para os Jesuítas na Europa, in *Epistolae S. Francisci Xaverii*, Ed. G. SCHURHAMMER e I. WICKI, Roma, M.H.S.J., 1996, vol. I, p. 335.

[73] Veja-se G. SCHURHAMMER, *Francisco Xavier su vida y su tempo*, Pamplona, Gobierno de Navara, 1992, 4 vols., em especial o final do vol. II e os vols. III e IV.

[74] Sobre a possível autoria destes dois portugueses, veja-se Rui Manuel LOUREIRO, *Fidalgos, Missionários e Mandarins – Portugal e a China no S. XVI*, Lisboa, F. Oriente, 2000, p. 170.

[75] Emformação da Chyna, mandada per hu homem a mestre Francysquo in Livro que trata das Cousas da Índia e do Japão, ed. A. Almeida CALADO, Coimbra, I. Universidade, 1957, p. 114.

A primeira questão prende-se com a existência na China de cristãos ou de sinais de Cristianismo sendo a resposta negativa:

> «… diz que não sabe nada nem numqua vyo nem ouvyo fallar em Crysto nem na sua semelhança nem em gente de nosas çyrymonias…» [76]

A segunda pergunta refere-se à possibilidade de evangelização na China e às hipóteses de recepção dos missionários tanto na Corte Imperial como noutras localidades.

A resposta obtida do informador chinês é a de um tolerante acolhimento dos pregadores cristãos provavelmente mais por parte dos religiosos chineses do que da população em geral desde que os evangelizadores respeitem duas condições básicas: (1) o conhecimento da língua chinesa, «… diz que, se souber falar a lymgua chyna, poderá ir muyto seguro por toda a terra sem temer nada…» [77] e (2) uma prática positiva que fomente a credibilidade dos missionários, «…hé neçesaryo que faça boa obras pera o crerem e terem nele credito…» [78].

Também as três últimas questões apresentam um universo de temas e de problemas de implicação directa à matéria religiosa Cristianismo-China.

A quinta tem a ver com o matrimónio na China:

> «… diz que na Chyna tem os homens molheres se as podem manter, que nymguem lhe vay á mão a tellas… diz que há na Chyna homem que hé casado em dez, doze lugares e quoanmdo lhe vem a vomtade deyxallas, as deixão…» [79]

A sexta questiona o grau de unidade/pluralidade religiosa e cultural da China servindo para informar sobre a existência no interior da China de comunidades islâmicas:

> «… muytos povos de gemte que são como chyns que não comem porquo… goardão huu dia como os mouros… entram no templo e se poem de joelhos e dam muytas cabeçadas… he gemte que escrevem mouro…» [80]

A sétima pergunta aborda a questão do diabólico e a resposta transmitida do informador chinês abre possibilidades à missão cristã:

> «… diz que há muytas pesoas emdemunyhadas… se lá for quem bote estes demonyos fora, que lhe farão muyta homra e lhe teram gramde acatamento porque os chyns não tem nenhuua mezinha pera esta gemte…» [81]

---

[76] *Emformação da Chyna…*, cit., p. 113.
[77] *Emformação da Chyna…*, cit., p. 113.
[78] *Emformação da Chyna…*, cit., p. 113.
[79] *Emformação da Chyna…*, cit., p. 115.
[80] *Emformação da Chyna…*, cit., pp. 115-116.
[81] *Emformação da Chyna…*, cit., p. 117.

A terceira e a quarta questões são de natureza cultural mais profunda formando a parte mais desenvolvida da *Emformação*. Por isso, o horizonte informativo alarga-se à própria vivência do mercador escritor e a dados obtidos junto de outras fontes chinesas: «… ouvy muitas vezes dizer a outros muytos chyns…» [82]

Estamos então frente a um conhecimento de interesse mais mediato para a lógica do jesuíta mas, pelo tratamento desenvolvido dado, de maior fascínio e interesse do mercador escritor português.

A terceira questão prende-se com a dimensão cultural erudita da civilização chinesa, nomeadamente com a existência ou não de estudos superiores em áreas como o direito e a medicina.

A resposta organizada pelo mercador-escritor é positiva e bem mais extensa e pormenorizada do que a pergunta lançada pelo jesuíta. O mesmo vai acontecer com a quarta questão e jamais acontece nas restantes. Tal facto permite encontrar na *Enformação* duas áreas de tratamento dos materiais sobre a China relativamente diferenciadas. Os cinco temas imediatamente religiosos e missionários são tratados de forma sintética com a relativa excepção da pluralidade cultural e religiosa no interior da China em que se dá com certo pormenor as informações orais do chinês em Pequim/ /«Poguym». São dados geográficos sobre uma comunidade provavelmente turco-chinesa que prendem também o interesse do mercador-escritor.

Os dois temas sobre a cultura chinesa em si mesma e não na implicação directa com o cristianismo possuem um tratamento bem mais desenvolvido, e a quantidade e a qualidade do conhecimento ultrapassa em muito o horizonte de interesse enunciado pelo missionário. Esta é a área de maior interesse e fascínio do mercador escritor português.

Na terceira questão o primeiro passa da resposta afirma a existência de múltiplas escolas quer para o funcionalismo público quer para as religiões chinesas bem como a existência de um largo sistema de ensino da medicina e do direito:

> «… na Chyna há escollas em muytas cydades, omde aprendem os regedores que mandão a terra todas as leys do reyno e há escollas d'apremder a padres ensino e aprendizagem feitos em livros em lingua chinesa… ha hy estudo d'apremder a curar todollas enfermydades e que de tudo isto tem gramdes escrituras em lymgoa chyna…» [83]

A partir do ensino o mercador português transmite informações sobre a área de influência civilizacional chinesa em especial, da escrita chinesa, que vai do Vietname ao Japão: «… esta escritura chyna se le desde Champa ate o Meaquo, terra firme do Japão…» [84]

---

[82] *Emformação da Chyna…*, cit., p. 114.
[83] *Emformação da Chyna…*, cit., p. 113.
[84] *Emformação da Chyna…*, cit., p. 114.

Enunciados de articulação cultural da Ásia do Sueste à China e ao Japão com base na sua experiência pessoal: «… os lyvros que eu la vy muitos… e os levão a terra do Japão…» [85]

Esta passagem termina com dados sobre o livro impresso em língua chinesa. Informações que apontam para a maioria dos livros chineses serem impressos ao contrário do peso do manuscrito na cultura portuguesa:

> «… na Chyna os mais dos lyvros são empremydos, e que há muytos emprymydores e já me huus pergumtarão pellos nosos lyvros se erão escritos á mão, se em tavoas, damdo synaes da empresão…» [86]

A quarta questão tem a ver com o tipo de hierarquias oficial e social da China Ming:

> «… na Chyna não há outros fidallguos senão os letrados, e o que mais letras sabe hé o mais homrado no reyno e estimado del rey…» [87]

A informação transmitida pelo mercador português detém-se no sistema e graus dos exames chineses:

> «… se depois de ter idade, sae bóo letrado das leys do reyno, mandamno examynar e, se achão que he soficyemte, encarremgam no em carguos pequenos, e depois, se ho faz bem, em carguos gramdes até que ho fazem gramde e tamto pode sobyr que mamda aos outros todos…» [88]

Ao mesmo tempo desenvolve os dados sobre a justiça fiscal chinesa e o seu aparelho burocrático tomados como modelo exemplar em que

> «… hé defeso nas leys otaneryzar… os bóos mamdaryns da Chyna não acustumavão tomar nada de peyta, prymcypalmente aos estrangeyros… [89].

A vivência pessoal do mercador português junta ainda dados que indiciam que na China a oligarquia do poder é uma borucracia estatal erudita e não uma nobreza terratenemte:

> «… estes não tem remda nenhúua propria, tudo he acostamento que lhes el rey pagua cada húu ano, a my me diserão que não avya, na Chyna toda, outro senhor que tivese juro senão o proprio rey dela…» [90]

É de notar que estas zonas da *Emformação da Chyna*, de maior aprofundamento pelo mercador-escritor português, trabalham com um estilo

---

[85] *Emformação da Chyna*…, cit., p. 113.
[86] *Emformação da Chyna*…, cit., p. 114.
[87] *Emformação da Chyna*…, cit., p. 114.
[88] *Emformação da Chyna*…, cit., p. 114.
[89] *Emformação da Chyna*…, cit., pp. 114-115.
[90] *Emformação da Chyna*…, cit., p. 115.

em que o autor não enuncia mas indicia um comparativismo contrastivo de crítica à condição portuguesa. Dito de outro modo, as passagens sobre o livro impresso, a borucracia e a hierarquia chinesas estão muito próximas de uma das imagens de marca da *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto.

Esta informação de 1547, organizada por uma parceria europeia de mercadores e de jesuítas, é também em parte auto-imagem da China. Resulta, em larga medida, de uma transcrição em português de informações orais de chineses e espelha a imagem que certos grupos chineses possuem da sua própria civilização.

A descoberta europeia da cultura chinesa, do peso e do valor da Civilização Chinesa é também, em parte não desprezível, uma reprodução europeia da autoimagem chinesa.

Em Coimbra, 1549, é editado o tratado de filosofia política *De Gloria* do humanista português Jerónimo Osório (1514-1580). D. Jerónimo Osório é um humanista teólogo de formação italianizante com estadias em Bolonha e Paris e uma das figuras culturais portugueses com maior recepção nos círculos eruditos latinos da restante Europa [91].

Os caminhos editoriais do *De Gloria* espelham esse impacte. A segunda edição surge em Florença, 1552, existindo para o século XVI mais dezassete edições em Basileia (4), Alcalá (2), Colónia (3), Bilbau (2), Londres (4), Roma (1), Antuérpia (1), e para o século XVII mais sete em Paris (1), Colónia (3), Lião (1), Ruão (1), Antuérpia (1) [92].

É precisamente no *De Gloria Libriquinque* que surge a primeira informação impressa latina sobre a dimensão cultural da «Sinarum Natione».

D. Jerónimo Osório começa por associar a novidade informativa sobre a China à expansão marítima dos portugueses: «… os nossos depois de atravessarem todos os mares… dirigem as naus para as regiões marítimas da China…» [93] As regulares relações marítimas entre portugueses e chineses permitem uma recolha informativa alargada sobre a Civilização Chinesa.

O texto latino impresso de D. Jerónimo Osório, e é bom não esquecer que o latim é então a língua internacional de unidade europeia da cultura erudita e universitária tanto laica como religiosa, enuncia em seguida os tópicos fundamentais de valor da Civilização Chinesa.

Antes de mais a China surge como incomparável no desenvolvimento civilizacional:

---

[91] Sobre a vida e a obra de D. Jerónimo Osório, veja-se Aubrey F. G. BELL, *O Humanista Dom Jeronimo Osorio*, Coimbra, I. Universidade, 1933.

[92] Veja-se Francisco Leite de FARIA, «As muitas edições das obras de Dom Jerónimo Osório», in *Revista da Biblioteca Nacional*, Lisboa, 1981, n.º 1, pp. 116-134.

[93] «… nostri autem cum maria omnia transmiserint… ad regiones naritimas sinarum naves appelentes…» Seguimos a tradução com leves variantes de A. Costa RAMALHO, *Latim Renascentista em Portugal*, Coimbra, INIC, 1985, pp. 174 a 177, que é acompanhada do texto latino *De Gloria, Libri V*, Florença, 1552.

> «… dificilmente existe algum povo, que em grandeza de cidades ou beleza de edifícios ou nível de vida e civilidade, ou no interesse vivíssimo pelas artes se compare com o povo chinês…» [94]

Em seguida, surge o tópico da impressão dos livros chineses com o elogio da antiguidade da edição chinesa:

> «… in libris autem scribendis aenis formis, quae non ita pridem apud nos in usu sunt, illi infinitis prope saeculis utuntur…» [95]

O *De Gloria* prossegue com dados sobre a organização política e burocrática do Estado Chinês como expressão de cultura, ensino, instrução. A China Ming é um estado como obra de cultura:

> «… se dá tanta importância á instrução, que não é de qualquer forma licito entregar o poder supremo senão aquele que tiver provado o seu dominio de todas as disciplinas. E ao atribuir postos, não levam em conta a familia ou a riqueza, mas apenas a instrução…» [96]

O sistema de exames Ming com os seus três níveis é aflorado por D. Jerónimo Osório que caracteriza os *Chin-Shin* como uma elite, borucrático-intelectual, de elites:

> «… pauci autem sunt qui per omnes doctrinae gradus al amplissimum locum ascendant, cum multos praestans uis naturae non paucos fortunae deficiant. Hi tamen pauci summum imperium administrant, in summo rerum fastigio collocati…» [97]

No *De Gloria*, a China Ming seria a concretização da República de Platão e da felicidade do poder pelo saber caso existisse, na Civilização Chinesa, uma filosofia profunda. A falta deste elemento faz da China uma tão-só aproximação ao ideal platónico:

> «… si fuisset Philosophia apud eos recte constitua. Sed ud fama est, genus doctrinae colunt multis erroribus atque magicis superstitionibus impli-

---

[94] Jerónimo Osório, *De Gloria*/Da Gloria, tradução e edição citadas, p. 174 (texto latino) e 175 (tradução portuguesa).

[95] «… e no que diz respeito à impresãao dos livros, os caracteres metálicos que só há pouco entre nós estão em uso; eles os empregam há séculos quase infinitos…», Jerónimo Osório, *De Gloria*/Da Gloria, cit., pp. 174/175.

[96] Jerónimo Osório, *De Gloria*/Da Gloria, cit., pp. 174/175.

[97] J. Osório, *De Gloria*, ed., cit., p. 176: «… poucos são aqueles que, através de todos os graus de instrução, chegam ao mais alto posto, por falta de condições naturais, na maioria e de fortuna, em não poucos casos. Mas este pequeno número ocupa os mais altos lugares da administração, colocados como estão no supremo galarim do poder…», Da Gloria, cit., p. 177.

> catum in hoc tamem admirandi sunt, quod eos imperio summo praeficiant, quos esse iudicant doctrinae laude praecellentes…» [98]

A China político-cultural surge no humanista Jerónimo Osório, «o humanista português cuja obra atingiu maior repercussão em toda a Europa, especialmente no século XVI» [99], como uma imperfeita República de Platão. Falta à China Ming a filosofia humanista cristã para se realizar na plenitude da cidadania cultural, ou seja, falta a síntese do Confucionismo com a cultura europeia-cristã.

Em 1549 e 1552 são editadas em Coimbra e Florença estas informações e ideias que exprimem uma visão da China como potência cultural por parte dos círculos humanistas e da cultura erudita latino-europeia.

O impacte de D. Jerónimo Osório e desta obra em particular nos círculos culturais europeus de elite é, como já vimos, uma realidade. Mas, em Portugal nos meados do século XVI o que significam estes enunciados? A melhor forma de tentar responder a este problema é encontrar as razões que possibilitam esta passagem sobre a China no *De Gloria* impresso em Coimbra, 1549.

Um dos primeiros europeus a constituir, ainda que pequena, uma biblioteca privada de livros chineses e a trabalhar com um letrado chinês na interpretação e tradução dessas obras é o humanista português João de Barros (c. 1496-1570).

João de Barros, na segunda metade da década de 40 e nos inícios da década de 50 encontra-se absorvido no projecto de investigação histórico-geográfica da expansão dos portugueses nos mares e litorais da Ásia. As suas *Décadas da Ásia* são escritas nessa altura e publicadas em Lisboa nos anos de 1552, 1553 e 1563.

O humanista João de Barros começa a exercer funções de feitor da Casa da Índia em 1533. É a partir dessa posição institucional-chave na mecânica do Estado mercantil português que começa a receber e a organizar sistematicamente documentos raros para a sua obra histórico-geográfica. Entre esses muitos documentos contam-se por certo materiais sobre a China como as *Cartas de Cantão* e a *Emformação da Chyna*, da provável autoria de Fernão Mendes Pinto, que já visitámos, bem como livros impressos chineses.

A partir de 1535 João de Barros reúne em Lisboa a sua colecção de livros e mapas chineses e obtém a ajuda de um letrado chinês para a compreensão dos mesmos. João de Barros participa com outros humanistas nos círculos

---

[98] Jerónimo OSÓRIO, *De Gloria*/Da Gloria, cit., p. 176: «… se existe entre eles uma filosofia bem elaborada. Mas, segundo a fama, cultivam um género de sabedoria, complicada por muitos erros e superstições mágicas. Todavia são dignos de admiração, em entregarem o poder supremo àqueles que consideram os que mais se distinguem pelo mérito da sabedoria…», Da Gloria, cit., p. 177.

[99] J. V. Pina MARTINS, «Nota Introdutória», *in* D. Jerónimo OSÓRIO, *Carta à Rainha de Inglaterra*, Lisboa, I. Nacional, 1981, p. 9.

de elite da coroa portuguesa cultivando em especial, a relação com o rei D. João III e o irmão do mesmo, o infante D. Luis.

Ora, ao longo da década de 40 e até 1555 o escrivão da puridade do Infante D. Luis é o humanista D. Jerónimo Osório. Jerónimo Osório obteve certamente muitas das suas informações sobre a China, impressas em latim em Coimbra, 1549, junto de João de Barros, dos seus livros chineses, do parceiro intelectual chinês do historiador humanista, ou seja, do círculo intelectual do Infante D. Luis que entre outros articula os humanistas João de Barros e Jerónimo Osório.

A China cultural e política do *De Gloria* é da autoria de um humanista mas também secretário da Corte. Parte da informação de um outro humanista que é também feitor da Casa da Índia.

O *De Gloria* exprime a visão de um círculo do poder real e de altos funcionários humanistas da Corte/Coroa. Estas ideias e ideais europeus sobre a China que ao longo da segunda metade de Quinhentos vão correr impressas pelos circuitos latinos da Europa, a partir de Coimbra e Florença, resultam da mecânica Humanistas-Coroa.

VI

A visita individual a textos europeus dos anos de 1499 a 1550, sobre a China Ming, permite agora traçar algumas paisagens e andamentos.

Antes de mais, temos um primeiro andamento informativo sobre a China Ming entre 1499 e 1510. Surgem então informações breves e sem precisão sobre a China e as actividades marítimo-mercantis chinesas, oficiais e particulares. Dados breves e dispersos na acumulação europeia de conhecimento sobre aos litorais asiáticos.

Conhecimento impreciso, fruto de recolha de dados no Índico e essencialmente no Índico Ocidental, que circula pela rota do Cabo, no caso de Ludovico de Varthema também pela rota do Levante, mas que assenta em informações de indianos ou de gente da Ásia do Sueste sobre a China e os chineses, em especial, os círculos islâmicos do comércio de longa distância.

Em nenhum dos textos a matéria chinesa é tema único ou central e nem mesmo surge individualizada. A Europa sabe coisas, soltas e breves, sobre a China Ming a partir de fragmentos de genérica informação asiática.

Neste primeiro andamento da informação europeia os autores são, por ordem cronológica, um mercador florentino, um presbítero indiano, a Corte/ /Rei de Portugal e um soldado escritor bolonhês também provavelmente mercenário-mercador.

Dos sete textos que compõem a paisagem, três são da autoria da Coroa portuguesa e outros três de autores italianos, o que corresponde a cerca de 44% para cada um destes blocos. Mas a natureza da informação é bem diversa porque dois dos textos da Coroa portuguesa são cartas do rei D. Manuel para Roma e Castela num quadro de propaganda diplomática e

política. Apenas um, o regimento de 1508, é um texto de saber e em relação à China de ordem oficial de recolha sistemática de informação por parte das estruturas estatais.

Os três textos de autoria italiana visam um saber actualizado sobre o mundo marítimo-mercantil asiático e muito em especial sobre os resultados alcançados pelos recém-chegados ao Índico pelo Atlântico. O que está em jogo neste equilíbrio de informação diversificada é a concorrência entre as rotas do Levante e do Cabo pelo predomínio no comércio euro-asiático.

Em termos de circulação informativa e de impacte cultural temos um claro domínio do pólo italiano. São impressos cinco textos, ou seja, cerca de 76%, todos em italiano e em Itália (Roma e Milão/1505, Vicenza/1507, Roma/1510). É impressa a totalidade dos textos de autoria italiana bem como a informação oral recolhida em Roma do Nestoriano indiano José de Cranganor. Apenas é impressa uma parte da carta de D. Manuel para Castela.

Os 24% de manuscritos ficam em língua portuguesa nos círculos da Coroa e do poder central português com uma muito reduzida e controlada circulação informativa.

Dos cinco textos impressos com dados sobre a China Ming quatro, ou seja, 80%, resultam de informação recolhida e enviada de Lisboa para Florença e Roma ou Roma e Milão por via de Castela. Em Lisboa estão a desaguar novidades informativas colhidas em Calecute e no Índico Ocidental que o pólo italiano quer e pode acompanhar funcionando, através da tradução e edição, como porta-voz cultural europeu da expansão portuguesa.

Neste primeiro andamento a maioria dos textos em causa é impressa, embora tão-só, a partir da segunda metade da década. Mas não devemos deixar-nos enganar pelos números. Os textos são impressos ou ficam manuscritos não pela matéria chinesa mas sim pela novidade e actualidade de um quadro geral das coisas asiáticas em conexão com a via atlântica e a concorrência à Rota do Levante.

Neste primeiro andamento de aproximação ao conhecimento da China Ming as figuras centrais da tela informativa são o estado, o mercador, o soldado letrado aventureiro e o eclesiástico. Por e entre eles se recolhe, organiza e circula a informação.

A partir dos anos de 1511/1512 e até 1517 vivemos um segundo andamento na informação europeia sobre a China Ming. Trata-se, como já vimos, de um ciclo revolucionário que produz uma nova idade no banco de dados europeu sobre a China marítima, mercantil e política.

A China e os chineses ganham individualidade, tratamento específico no saber dos europeus. Os dados são cada vez menos imprecisos e cada vez mais abundantes. A recolha da informação multiplica-se em centros asiáticos como Cochim, Malaca e Cantão, mas também Cananor e Calecute a organizarem dados para Lisboa.

Pela primeira vez a informação europeia sobre a China Ming assenta também em dados chineses e em notícias alcançadas nos litorais de Guangdong por portugueses em parceria com gentes do Nanyang e comunidades chinesas ultramarinas instaladas na Ásia do Sueste.

Ao longo deste andamento temos oito textos em que a matéria chinesa surge pela primeira vez individualizada e alcança mesmo, por vezes, lugar central na economia do discurso.

Neste segundo andamento os autores são, por ordem cronológica, um piloto-cartógrafo português, dois mercadores florentinos, dois burocratas geógrafos portugueses e um humanista veneziano dedicado à geografia. Os autores dos originais portugueses são a 100% homens da Coroa na Ásia, o Estado da Índia Português e 75% dos autores italianos são mercadores italianos na Ásia em parceria com esse mesmo Estado da Índia.

Dos oito textos que compõem a paisagem três, ou seja, 37,5% são em português e da autoria de três quadros portugueses do aparelho de Estado marítimo-mercantil. Os restantes cinco textos, 62,5%, são em italiano e da autoria de três italianos sendo dois mercadores florentinos e responsáveis por 80% da informação italiana da altura.

Uma vez mais é necessário combinar as análises quantitativa e qualitativa. Os cinco textos da informação italiana são breves, 80% são cartas e os restantes 20% não alteram a natureza sintética da informação sobre a China. Pelo contrário, nestes três textos portugueses encontramos, pela primeira vez, um tratamento individualizado e por vezes privilegiado da informação sobre a China Ming. Os cinco textos italianos visam um saber actualizado sobre o mundo marítimo-mercantil dos mares da China, mas acima de tudo estão atentos à novidade da entrada dos portugueses no circuito Malaca-Cantão.

Os três textos portugueses procuram o máximo de informação sobre as redes marítimo-mercantis que ligam a província de Guangdong ao sistema do Índico. Procuram também alcançar o maior e melhor número de dados sobre as realidades política e social dos litorais da China Ming.

Um sinal da nova idade revolucionária da informação encontra-se no facto de estes textos serem maioritariamente produzidos na Ásia. A informação é agora tratada e organizada nos próprios pólos asiáticos de recolha desaguando em Lisboa, Florença e Veneza pela via da Rota do Cabo. Frente à nova quantidade e qualidade da matéria informativa chinesa a Rota de Levante, que em 1510 ainda trazia informação actualizada sobre a China à Europa, esbate-se de forma nítida.

Em termos de circulação informativa e de impacte cultural continuamos a ver um claro domínio do pólo italiano. São impressos seis dos oito textos, ou seja, 75%, todos em italiano e em Itália. Em Florença/1516 surgem dois textos e em Veneza surge um em 1517 e três em 1550 na edição de G. B. Ramusio – *Delle Navigationi et Viaggi*.

Uma vez mais tomamos consciência da importância editorial da obra de G. B. Ramusio. Ele imprime em 1550 metade da produção que nos anos de 1515 a 1517 revoluciona o saber europeu sobre a China Ming.

Os 75% de impressos deste andamento devem pois ser considerados em duas fases. Nos anos próximos à produção destes oito textos apenas três, 37,5%, são impressos, sendo dois em Florença e um em Veneza. Mas o inte-

resse pelas novidades asiáticas cresce ao longo de toda a primeira metade de Quinhentos e a prova disso mesmo é a edição em Veneza, 1550, dos restantes 37,5% do material que faz a primeira revolução informativa europeia sobre a China Ming.

É evidente, como já anteriormente o dissemos, que a edição apenas em 1550 implica considerar o impacte alargado dos textos em questão tão-só na segunda metade da centúria.

O que interessa notar é que os textos impressos deste andamento que apresentam um tratamento mais abundante e actualizado da China Ming apenas foram impressos em Veneza, 1550. Os textos que no longo prazo ficaram manuscritos, são os dois mais antigos deste andamento datando, respectivamente, de cerca de 1512 e 1514.

Neste segundo andamento a geografia dos centros de impressão italiana sofre alguns deslocamentos. De Roma, Milão e Vicenza passamos para Florença e Veneza, sendo a primeira claramente hegemónica nos anos de 1516-1517 e Veneza absoluta nos meados do século.

A edição em italiano e em Itália imprime 80% da produção italiana, sendo 60% logo impressa nos anos próximos. Em Veneza, 1550, são impressos em italiano dois dos três textos escritos originalmente em português ou seja, perto de 67%.

Os anos que vão de 1518 a 1528, de um modo genérico a década de 20 do século XVI, são um bloqueamento no conhecimento europeu da China Ming. Pelas razões já anteriormente expostas não encontramos senão dados ligeiros e dispersos sobre a China marítima e mercantil. Pequenas informações maioritariamente manuscritas ou episodicamente num impresso como o de Pigafeta, impresso pela primeira vez, parcialmente em língua francesa, em Paris, 1522.

A década de 30 do século XVI, no plano do impresso, não altera este bloqueamento, mas no quadro do manuscrito policiado e por isso com impacte quase nulo em termos de círculos de informação o panorama é outro. Como vimos, nos anos de 1534 e 1536 dois portugueses escrevem de Cantão para Lisboa enviando actualizada e pormenorizada informação sobre os litorais das províncias de Guangdong e do Fujian nos aspectos marítimo. mercantil, político e militar.

São os primeiros textos europeus exclusivamente sobre a China Ming, sobretudo em torno da província de Guangdong, e ao mesmo tempo os primeiros textos escritos por europeus que residem nessa mesma China Ming.

Os autores são, uma vez mais, gente ligada ao aparelho do Estado português na Ásia e ao comércio. Também as fragmentárias informações manuscritas da década anterior tinham o mesmo tipo de produtor.

O bloqueamento na informação europeia sobre a China em meados dos anos 30 do século XVI esconde um pólo silencioso que continua a recolher e a ampliar o banco de dados. Em Lisboa a Coroa portuguesa possui actualizada e pormenorizada informação sobre os litorais da província de Guangdong e o comércio marítimo da Ásia do Sueste para os mares da China.

Toda esta informação melhorada sobre a China Ming nos planos marítimo, mercantil, político e militar mal circula nas esferas oficiais da Coroa. Apenas, a partir da segunda metade de Quinhentos, em obras como as *Décadas da Ásia* de João de Barros, impressas em Lisboa, 1552, 1553 e 1563, teremos uma parcial abertura desta informação policiada pelo Estado marítimo-mercantil.

Este bloqueamento na informação europeia sobre a China Ming, mesmo bloqueamento na circulação europeia desses mesmos dados visível até à segunda metade da década de 40 do século XVI, testemunha também a recessão da Rota do Levante frente à Rota do Cabo ao longo da primeira metade de Quinhentos.

A edição de G.B. Ramusio em Veneza, 1550, é um sinal da recuperação que, nos anos de 1560-1570, implica o relativo equilíbrio entre as Rotas do Cabo e do Levante.

A recolha, a organização, a cópia manuscrita, a tradução e a impressão da informação europeia sobre a China Ming são, ao longo da primeira metade do século XVI, uma resultante cultural da concorrência entre portugueses e italianos pelo domínio do comércio euro-asiático.

A partir dos anos 1547-1550 surge um novo andamento na tela do saber europeu sobre a China Ming. Um mercador, um missionário jesuíta e um humanista secretário de Corte são os autores.

Informações fruto de contactos e de vivências nos litorais da China que circulam pelos mares da China e são organizadas em Malaca e Goa. Dados que desaguam em Lisboa e que seguem os caminhos da edição em Coimbra, 1549, Veneza, 1550, e Florença, 1552.

Este andamento é uma nova revolução informativa que está a nascer no banco de dados europeu sobre a China Ming. Revolução tão importante quanto a dos anos de 1512-1517 mas que revela agora não aspectos da China Mercantil mas da China Cultural.

Os anos de 1545 a 1550 revelam sinais de uma transformação decisiva. Os mercadores e os borucratas do Estado estão presentes mas as regras do jogo estão a mudar.

Os mercadores surgem numa parceria de conhecimento com os missionários jesuítas que são uma elite internacional universitária na Ásia. Os corredores da mercadoria vão agora alimentar o saber e o poder da Roma papal e da Lisboa real.

Mais do que isso, em Coimbra é editado em latim um quadro da Civilização Chinesa logo reeditado em Florença. O latim significa que a maioria chinesa entrou na tela do saber erudito europeu e que as perguntas e as respostas sobre a China Ming transportam cada vez mais uma carga erudita.

O manuscrito português de 1547 e o impresso latino de 1549 assinalam ainda uma outra característica que vai ter largo futuro. A representação europeia da Civilização Chinesa é em certa medida também reprodução da auto-imagem das elites políticas e culturais chinesas. A revolução informativa dos anos de 1545 a 1550 marca o nascimento da Civilização Chinesa no

quadro do saber europeu e ao mesmo tempo o nascimento da auto-imagem da China com(o) presença forte no olhar europeu do Sung Kuo.

Tomando de novo como um todo esta paisagem dos textos europeus que entre 1499 e 1550 informa sobre a China temos um total de 13 textos impressos e seis manuscritos, ou seja, cerca de 76% de impressos para 24% de manuscritos. Uma vez mais os números podem enganar. Ficam manuscritos todos os textos que exclusivamente tratam aspectos da China e a matéria chinesa impressa é apenas parte do Oriente apreendido pelos europeus.

O aparecimento de textos europeus, única e exclusivamente sobre a China, dá-se nos anos de 1534-1536 a 1547. Os primeiros, da década de 30, sobre a China marítima e mercantil em especial, a província de Cantão e o segundo sobre a China cultural.

Até 1550 a Europa não imprime sobre a China como entidade própria mas, tão-só, sobre a matéria chinesa no quadro do conhecimento europeu da Ásia.

O manuscrito é pois o lugar único da informação mais abundante e especializada, da organização e racionalização mais profundas no conhecimento europeu da China até meados de Quinhentos.

No quadro global de autores temos 8 portugueses, 6 italianos e um indiano. Dos 8 portugueses surgem quatro textos impressos, sendo três em língua italiana em Roma, Milão e Veneza e um em latim em Coimbra (logo reeditado em Florença).

Dos seis autores italianos são impressos oito textos em que surge matéria chinesa. As línguas da primeira edição destes textos são o italiano em sete casos e o francês em um. As cidades de impressão são: Florença, Veneza e Vicenza, cada uma com dois textos, bem como Roma e Paris com um cada. Veneza, que na época, juntamente com Lyon e Basileia, é um dos centros internacionais de liderança da edição e do comércio livreiro na Europa [100].

O autor indiano é impresso em italiano, em Vicenza, e como já vimos o caso dos portugueses pode-se afirmar que a informação europeia sobre a China até 1550 *circula impressa em língua italiana e manuscrita em língua portuguesa*.

No seu todo, a rede das cidades europeias de impressão dos textos sobre a China Ming apresenta os seguintes resultados: Veneza (4), Florença (2), Vicenza (2), Roma (2), Milão (1), Coimbra (1), Paris (1). Ou seja, nas cidades italianas concentra-se 85% desta rede informativa europeia.

A rede dos pólos manuscritos, como vimos, concentra-se em Lisboa a partir de Cochim, Malaca, Cantão, Goa. E é assim em Lisboa mas também em Cochim que se dão os cruzamentos maiores de ambas as redes que culminam em impressos em Veneza, Florença, Vicenza e Coimbra.

---

[100] Veja-se Rudolf HIRSCH, *Printing, Selling, and Reading 1450-1550*, Wiesbaden, 1967; EISENSTEIN, *The Printing Press as an Agent of Change: Communications and Cultural Transformations in Early Modern Europe*, Cambridge, Cambridge University Press, 1979.

Uma palavra final para a tipologia dos autores. Dominam os mercadores (4) que são responsáveis por sete textos, seis cartas e uma informação sobre a cultura chinesa. A produção dos mercadores, três florentinos e um português, é impressa em 70%. Nas cercanias deste círculo mercantil surgem os nobres mercadores (2 portugueses) e o aventureiro-soldado italiano L. Varthema que produzem três textos, sendo impresso tão-só o do bolonhês.

Ainda em conexão directa com este círculo mercantil temos os geógrafos e navegadores funcionários de Coroa (três portugueses e um italiano ao serviço de Castela). O impresso volta a atingir os 75%. Mais distantes das linhas de informação do comércio surgem os humanistas funcionários de Corte (2 casos) responsáveis por impressos em italiano e latim que organizam e eruditizam os dados recebidos dos círculos e circuitos mercantis.

ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR, Vol. III, 2002, pp. 447-467

THE FUJIANESE, RYUKYUANS AND PORTUGUESE (C. 1511 TO 1540s): ALLIES OR COMPETITORS?

por

RODERICH PTAK

The Fujianese in Melaka

When the Portuguese arrived in India, Zheng He's famous expeditions were already a matter of the distant past. Stories of Chinese ships and fleets sailing to Sri Lanka, Calicut, Hormuz and other places still circulated in the early sixteenth century, but few if any details could be obtained as to what Zheng He had achieved. This may surprise in view of the current debate on possible Chinese voyages through the Atlantic and Pacific Oceans in pre-Portuguese times. Whatever had occurred under the Yongle and Xuande emperors, it is certain that Fujianese expertise and nautical traditions had significantly contributed to Ming-China's maritime expansion. The Fujianese, it is often assumed, constituted the most important element in this crucial period of China's history, whereas the Cantonese were probably less active on the high seas. They had always profited from the position of Guangzhou as China's southern entry gate, a port much frequented by foreign tribute ships, and probably had developed what may be called a «receiver mentality» [1].

The story of the first known encounters between the Portuguese and the Chinese, some seventy years after the end of Zheng He's last voyage, just before and after the conquest of Melaka in 1511, has often been told and does not need to be repeated here [2]. Only a few observations shall be made. At around 1500 the Chinese had their own quarter in Melaka, along the

---

* Instituto de Sinologia da Universidade de Munique.

[1] See R. PTAK, «Ming Maritime Trade to Southeast Asia, 1468-1567: Visions of a "System"», *in* Claude GUILLOT, Denys LOMBARD and R. PTAK (eds.), *From the Mediterranean to the China Sea. Miscellaneous Notes* (Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 1998), pp. 157-191.

[2] On the significance of Melaka's conquest for China, see JIN Guoping's study «1511 nian Manlajia lunxian dui Zhonghua diguo de chongji – jian lun Zhongguo jindaishi de qishi», *in* JIN Guoping and WU Zhiliang, *Jinghai piaomiao* (*História[s] de Macau – ficção e realidade*) (Macau: Aomen chengren jiaoyu xuehui, 2001), pp. 13-37.

western bank of the river running through that town. If later maps and sketches can be trusted, this area, then (?) called Kampung Cina, consisted of one or two streets, possibly a few blocks. Behind it, to the north, was a *tranqueira*, a kind of stockade for defensive purposes. The concerns of the Chinese were looked after by a *shahbandar* or harbour-master, who also took care of the ships arriving from the Ryukyu Islands, Champa, «Chinchéu», etc. Obviously some Chinese then resident in and around (?) Melaka, or at least in regular touch with that port, were on bad terms with the local Malay government. When the Portuguese moved in, they sided with them, and a certain Cheilata even assisted the conqueror, Afonso de Albuquerque, in opening diplomatic relations with Siam [3].

Almost nothing is known on Cheilata. His «title», *lata*, an expression occasionally found in Chinese texts (as *lada*, different forms) and related to the more common word *nakhoda*, suggests that he was an important merchant with a sizeable amount of capital to his disposition. But the name Chei cannot be straightforwardly linked to any of the private Chinese entrepreneurs trading along the China coast at around that time. That also applies to the forms «Chulata» and «Fulata», apparently variant readings of his name, encountered, for example, in the works of Castanheda, Francisco de Faria and some modern texts [4]. Be this as it may, we briefly hear of Chei/Chu/Fu *lata* in 1509, 1511, 1513 and again in 1517 – usually in the context of trade. At one point, he also fitted out a junk which left for China together with the fleet of Fernão Peres de Andrade. Given that he assisted the Portuguese in many ways, he certainly was a well-connected man, with good contacts not only to China and Ayuthaya, but also to other areas.

Here a second point deserves our attention. Early Portuguese texts often refer to the «Chinchéus» (various spellings), as in the above case. At the same time they also speak of the «Chins», «Chyna», etc. It seems that in most cases «Chins» designated (all?) Chinese, just as «Chyna» stood for the entire

---

[3] See, for example, Luís Filipe F. R. Thomaz, *Early Portuguese Malacca* (Macau: Comissão Territorial de Macau para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses and Instituto Politécnico de Macau, 2000), pp. 77-78, his *De Ceuta a Timor* (Linda-a-Velha: Difel, 1994), pp. 524-525, and his «Malaka et ses communautés marchandes au tournant du 16e siècle», *in* Denys Lombard and Jean Aubin (eds.), *Marchands et hommes d'affaires asiatiques dans l'Océan Indien et la Mer de Chine, 13e-20e siècles* (Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1988), pp. 38-39. These and other works are based on Thomaz' earlier (unpublished) *Os Portugueses em Malacca (1511-1580)* (diss., Universidade de Lisboa 1964); see vol. I, pp. 191-192 there.

[4] On the title and its variant forms in Chinese, see, for example, Nie Dening, «Mingdai Jiajing shiqi de nada», *in* Xiamen daxue Nanyang yanjiusuo (ed.), *Nanyang yanjiu lunwenji* (Xiamen 1992), pp. 354-367. There is also earlier Japanese work on the Chinese title. – Regarding the name Chei / Chu / Fu: Perhaps «Chu» was identical with one of the four Xu brothers (?) – see, for example, Lin Renchuan, *Mingmo Qingchu siren haishang maoyi* (Shanghai: Huadong shifan daxue chubanshe, 1987), pp. 85-87, and sources there – although the recorded activities of these persons relate to later periods (private discussion with James Chin and Jorge M. dos Santos Alves).

country, whereas «Chinchéu» was mostly reserved for the Fujianese context. According to Jin Guoping the latter could point to a number of entities: (a) the city of Zhangzhou, (b) the entire province of Fujian, (c) Wuyu, near Xiamen, (d) the area between Yuegang and Anpinggang, (e) the mouth of the Jiulong River, and (f) the people of Minnan, particularly those from Zhangzhou and Quanzhou [5]. There can be no doubt then, the «Chinchéus» in early sixteenth century Melaka must have come from southern Fujian and they were occasionaly perceived as a separate group, in distinction to the «Chins».

In all likelihood Cheilata was also related to Fujian and the Fujianese. His good connections to Siam and the difficulties between the Melaka-Chinese and the local sultan suggest that he, like many of his countrymen, did not profess the Muslim faith. There is a very general reason for this assumption: In the early sixteenth century the Islamic tradition in Fujian already belonged to the past. Quanzhou, which had once hosted a sizeable foreign community under Mongol rule, was destroyed during the transition from Yuan to Ming, and many Chinese Muslims had then left for other ports around the South China Sea, probably reinforcing the Islamic communities in the Brunei and Sulu areas [6]. It thus seems that most Fujianese, who came to Southeast Asia in the days of Cheilata, were no longer associated with the former Islamic «stratum», but belonged to a different context – which is to say, they probably believed in Chinese popular cults and Confucian ideals.

However, some descendents of those who had left Fujian in earlier times could still be encountered in sixteenth-century Southeast Asia. They continued to be Muslims and they resided in different ports, particularly on northern Java. Several years after the conquest of Melaka, these third and fourth generation Chinese Muslims were said to have supported military efforts to oust the Portuguese from their new stronghold [7]. Possibly they had also traded to Melaka in pre-Portuguese times and some of them may even

---

[5] Jin Guoping, *Xi li dong jian* (Macau: Aomen jijinhui, 2000), especially p. 73.

[6] See, for example, Chen Dasheng, «Quanzhou Yisilan jiaopai yu Yuanmo Yisibaxi zhanluan xingzhi shitan», *Haijiaoshi yanjiu*, 4 (1982), pp. 113-119; R. Ptak, «From Quanzhou to the Sulu Zone and Beyond: Questions Related to the Early Fourteenth Century», *Journal of Southeast Asian Studies*, 29.2 (1998), p. 277; Billy K. L. So, *Prosperity, Region, and Institutions in Maritime China. The South Fukien Pattern, 946-1368* (Cambridge, Ma.: Harvard University Press, 2000), pp. 122-125.

[7] See, for example, H. J. de Graaf and Th. G. Th. Pigeaud (trans.), M. C. Ricklefs (ed.), *Chinese Muslims in Java in the 15th and 16th Centuries. The Malay Annals of Semarang and Cerbon* (North Melbourne: Ruskin Press, 1984), pp. 30, 32; M. A. P. Meilink-Roelofsz, *Asian Trade and European Influence in the Indonesian Archipelago between 1500 and about 1630* (The Hague: Martinus Nijhoff, 1962), pp. 112, 147. – For a recent survey of the ports in the Archipelago at around 1500, also see Uka Tjandrasasmita, «The Indonesian Harbour Cities and the Coming of the Portuguese», *in* Ivo Carneiro de Sousa and Richard Z. Leirissa (eds.), *Indonesia-Portugal: Five Hundred Years of Historical Relationship. Cinco séculos de relações históricas* (Lisbon: Centro Português de Estudos de Sudeste Asiático [2000?]), pp. 43-65.

have stayed there permanently until the very last day. When Melaka fell, they had all reasons to leave for Bintam, Johore and other places. If indeed so, then we are looking at two different Chinese «blocks»: the non-Islamic Fujianese, who collaborated with the Portuguese, and a conglomerate of other merchants, mostly of Muslim background, who supported Portugal's enemies. Many individuals belonging to this second group, it would seem, were already disconnected from their old homes back in Quanzhou.

While those Chinese, who favoured the Islamic case, certainly also assisted the exiled Melaka ruling house in its well-known quest for China's help against the Portuguese, the merchants of South Fujian played an entirely different game. It is possible, indeed, that both Chinese groups constituted rival factions, trying to influence the course of events in China, when the Portuguese and Malays sent official embassies to the Ming court at around 1520. However, this is another complex story, involving the dubious role of Huozhe Yasan (or Khoja Hassan, plus variant forms) in a chain of complicated events that cannot be disentangled in the present note [8].

Instead we shall go back to the «Chinchéus» in early Portuguese Melaka. In the first few years following Albuquerque's conquest, both the Portuguese and Fujianese wished to attract more Chinese to that port. As late as 1520, an embassy going from Melaka to Pahang was accompanied by some Chinese, probably again from Fujian, who hoped to persuade their colleagues on the eastern side of the Malay peninsula to move over to its western side. But these plans did not materialize. Records pertaining to the history of Melaka under Portuguese rule are almost silent in regard to the further destiny of the Melaka-Chinese after the 1520s or 1530s. It seems that very few Chinese, if any, moved to that port. Apparently, Melaka's Chinese (or Fujianese?) population became less significant in the course of the sixteenth century, especially in the later part of that century [9].

We shall take up some of these ideas further below. The important thing here is that, obviously, for some reasons the Pahang-Chinese and other Chinese were hesitant to work together with the Melaka-Portuguese during the late 1510s and early 1520s. Pahang was an important stopover for trade

---

[8] Western studies on this include, for example: Paul Pelliot, «Le Hoja et le Sayyid Husain de l'histoire des Ming», *T'oung Pao*, 37 (1948), pp. 81-210; Chang T'ien-tsê, «Malacca and the Failure of the First Portuguese Embassy to Peking», *Journal of Southeast History*, 3 (1962), pp. 45-64, and in *Boletim do Instituto Luís de Camões*, 15.1-2 (1981), pp. 149-163; Geoff Wade, «Melaka in Ming Dynasty Texts», *Journal of the Malaysian Branch of the Royal Asiatic Society*, 70.1 (1997), especially pp. 49-53; Rui Manuel Loureiro, «A malograda embaixada de Tomé Pires a Pequim», *in* Jorge M. dos Santos Alves (coord.), *Portugal e a China. Conferências no II curso livre de história das relações entre Portugal e a China (séculos XVI-XIX)* (Lisbon: Fundação Oriente, 1999), pp. 39-55.

[9] See, for example, Paulo Jorge de Sousa Pinto, «Traços da presença chinesa em Malaca (século XVI – 1.ª metade do século XVII)», *in* Jorge M. dos Santos Alves (coord.), *Portugal e a China. Conferências nos encontros de história luso-chinesa* (Lisbon: Fundação Oriente, 2001), p. 136.

between southern China and various destinations in the Malay world, but just what motivated these merchants to stay on the eastern side of the peninsula, particularly at that time, remains unclear, at least at this stage of our analysis [10].

The above seems to indicate that cooperation between Portuguese-Melaka and the Fujianese was restricted to a few individuals like Cheilata. These merchants had good connections to Siam, as was already said. We must therefore look at Siam as well. Later sources tell us that many Fujianese would regularly sail to that area and there is also evidence, already from earlier periods, that some Siamese sending tribute to the Ming court were overseas Chinese, probably mostly from Fujian. There were thus close ties between the Siamese and Fujianese and it is possible that Cheilata and his countrymen in Melaka formed part of this Siamese-Fujianese trading network which is important to keep in mind for the further discussion below [11].

The Ryukyu Mystery

One element in the Sino-Siamese network was the port of Patani, again on the eastern side of the Malay peninsula, only some two or three hundred kilometers north of Pahang. On the presence of Chinese traders in Patani during the first one or two decades after 1500 little is known. But a few years later, in the 1530s and 1540s, clear evidence shows up through Portuguese materials [12]. We are told that Chinese vessels would frequently call at this port which lay *en route* to Johore, the Riau group, Bangka, Sumatra, western Java, and so on.

Since Patani was not too far from other ports and inlets along the Malayan east coast, it is likely that all these places competed with each other for trade with China, Ayuthaya, the various locations on the western side of the peninsula, including Melaka, as well as the many ports in what is now western Indonesia. Within this context Patani also attracted merchants from the Ryukyu Islands. Evidence drawn from the *Lidai bao'an* collection shows that ships from Naha sailed to Patani in the later part of the fifteenth century

---

[10] On Pahang the old work by W. Linehan, *A History of Pahang* (rpt. Kuala Lumpur: Charles Grenier Sdn. Bhd., 1973; originally as vol. 14.2 of the *Journal of the Malayan Branch of the Royal Asiatic Society*, 1936), is still good.

[11] Western studies on Sino-Siamese relations include Promboon Suebsaeng's, *Sino-Siamese Tributary Relations, 1282-1853* (PhD diss., University of Wisconsin, 1971, unpublished), especially pp. 149 et seq. and 224 et seq., and Geoff Wade, «The *Ming shi-lu* as a Source for Thai History – Fourteenth to Seventeenth Centuries», *Journal of Southeast Asian Studies*, 31.2 (2000). On Luso-Siamese contacts see Maria da Conceição Flores, *Os Portugueses e o Sião no século XVI* (Lisbon: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1995), especially the first few chapters.

[12] Rui Manuel Loureiro, *Fidalgos, missionários e mandarins. Portugal e a China no século XVI* (Lisbon: Fundação Oriente, 2000), for example pp. 319, 320, 369, 377.

and more regularly between circa 1514 and circa 1530 (the last recorded voyage occurred in the 1540s) [13]. The early presence of Ryukyuan traders in Patani, already before and right after 1500, suggests that they contributed to the growth of that port at a time when the Fujianese were not yet as active there as they were to become after circa 1520.

Another facet of trade in that period brings us back to Melaka. Between 1463 and 1511 one, two or more Ryukyan vessels would sail to that port every year [14]. After 1511 we no longer hear of Ryukyuan ships going to Melaka. Obviously the Ryukyuans were not pleased with the new masters of that port, so that they began using Patani as an alternative entrepôt for their business transactions in Southeast Asia. This was also observed by Vasco Calvo (in the 1530s), who wrote that, formerly, they would sail to Melaka for trade, now «[they] sell merchandise to Patane…» [15]

The shift of Ryukyuan trade from Melaka to Patani may indicate a certain degree of competition between the Ryukyuans and the Fujianese. Had the former sided with the latter, they certainly would have stayed on in Melaka, just like Cheilata. This is significant in view of the frequently-found assumption that both the Fujianese and Ryukyuan networks overlapped to some measure. Indeed, in the earlier parts of the fifteenth century Fujianese families had moved to the Ryukyu Islands and the Ryukyu network probably owed much of its technical and commercial expansion to a steady input of Fujianese «ingredients» [16]. The Ryukyu Islands, in the perception of many Chinese,

---

[13] See, for example, CHANG Pin-tsun, *Chinese Maritime Trade: The Case of Sixteenth Century Fu-chien (Fukien)* (PhD diss., Princeton University 1983, unpublished), pp. 353-354. Also see KOBATA Atsushi and MATSUDA Mitsugu, *Ryukyuan Relations with Korea and South Sea Countries. An Annotated Translation of Documents in the Rekidai Hôan* (Kyoto 1969), pp. 177-182; José YAMASHIRO, *Okinawa, uma ponte para o mundo* (São Paulo: Cultura Editores Associados, 1993), p. 157. The *Lidai bao'an* collection was published by the Guoli Taiwan daxue. The first volume is particularly useful for the period considered here.

[14] CHANG Pin-tsun, *Chinese Maritime Trade*, pp. 353-354; KOBATA and MATSUDA, *Ryukyuan Relations*, pp. 101-129; YAMASHIRO, *Okinawa*, pp. 151-154.

[15] See the collection of texts in Georg SCHURHAMMER, «1543-1943 – O descobrimento do Japão pelos Portugueses no ano de 1543» (trans. from German), *Anais da Academia Portuguesa da História*, 2.ª sér., vol. 1 (1946), p. 67, or Donald FERGUSON, *Letters from Portuguese Captives in Canton Written in 1534 and 1536…* (rpt. Bombay: Education Society's Steam Press, 1902; originally in *Indian Antiquary*), pp. 94, 100, 156, 163. – I have not seen Patrick BEILLEVAIRE (ed.), *Ryukyuan Studies to 1854. Western Encounter. Part 1*, 5 vols. (announced by Curzon Press for 2000).

[16] See, for example, Gerhard MUELLER, *Wohlwollen und Vertrauen. Die Investiturgesandtschaft von Chen Kan im Jahr 1534 vor dem Hintergrund der politischen und wirtschaftlichen Beziehungen des Ming-Reiches zu den Ryûkyû-Inseln zwischen 1372 und 1535* (Heidelberg: Edition Forum, 1991), pp. 44-47. There are many studies on early Ryukyu-Fujian relations and the so-called thirty-six families. These works cannot all be listed here. Some useful articles may be found in *Haijiaoshi yanjiu*, for example in the first issue of 1997. Other articles, in Japanese and Chinese, are contained in the various proceedings of the regular conferences on Sino-Ryukyuan relations. The last volume is the one of the eighth meeting (2001).

constituted a loyal vassal state of the Ming, official ties between both sides were nearly always cordial. The question thus arises, whether this *entente cordiale* was also observed by Ryukyuan and Fujianese traders sailing to Southeast Asia. If not, then it is possible that some Fujianese were quite pleased with the Ryukyuans' withdrawal from Melaka and perhaps, later on, even displaced them in Patani.

On the other side, Ryukyuan vessels almost regularly sailed to Siam, both before and after the fall of Melaka. Even Vasco Calvo knew about this. The Naha-Siam trade may thus imply a certain degree of cooperation between merchant groups from both Ryukyu and Fujian. The Fujianese, it will be recalled, constituted an important element in Ayuthaya's foreign relations, and perhaps the true or alleged Siamese-Fujianese «amalgamate» should be extended to include some Ryukyuans as well. Another area where Ryukyuan vessels could be encountered, probably side by side with Fujianese private traders, was the region around Xiangshan and modern Macau, in the Pearl River estuary [17]. The presence of Ryukyu ships there is already attested for the fifteenth century. Further references relate to Hainan. Vessels from both Siam and Naha occasionally made stopovers in the ports of that island, or were forced to land there, due to unfavorable currents and winds [18]. In short, then, it is quite possible that the «Ryukyu-Fujian sector» worked well in Ayuthaya and certain other regions, while it did not function in Melaka and Patani.

Interestingly, after the arrival of the Portuguese in the Pearl River estuary, we rarely hear of Ryukyuan ships going to that area; one of the last references occurs in the context of Fernão Peres de Andrade's voyage in the late 1510s [19]. It thus seems as if the Ryukyuans disappeared from central Guangdong at some point in the early sixteenth century. By contrast, the Siamese (jointly with their Fujianese partners?) continued to visit Guangzhou, bringing tribute and other merchandise. Obviously they were well-received by the Cantonese because in later years, after the collapse of initial Luso-Chinese contacts, the Portuguese would often disguise themselves as Siamese in order to slip through China's coastal inspection posts [20]. Clearly,

---

[17] For contacts between Siam and Ryukyu, see sources in note 13, above. For Ryukyuans in the Pearl River area near modern Macau, see sources *in* TANG Kaijian, *Ming Qing shidafu yu Aomen* (Macau: Aomen jijinhui, 1998), pp. 5-6, and *Aomen kaibu chuqishi yanjiu* (Beijing: Zhonghua shuju, 1999), pp. 67-68, 72.

[18] See, for example, KOBATA Atsushi, *Hainandao shi* (Chin. trans.; Taibei: Xuehai chubanshe, 1979), p. 164. Also cf. R. PTAK, «Hainan's Außenbeziehungen während der frühen Ming-Zeit (Hongwu bis Hongzhi)», *in* Claudine SALMON and R. PTAK (eds.), *Hainan: De la Chine à l'Asie du Sud-Est. Von China nach Südostasien* (Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2001), and R. PTAK, «Hainan's Position in Maritime Trade, c. 1000-1500», paper read at the international symposium «China and Southeast Asia: Historical Interactions», University of Hong Kong, July 2001.

[19] See, for example, João de BARROS, *Década III*, bk. 2, ch. 8.

[20] See, for example, LOUREIRO, *Fidalgos*, p. 321.

whether the Portuguese or Siamese / Fujianese were a decisive factor behind the Ryukyuans' withdrawal from the Xiangshan area, will never be known, but the impression remains that the Ryukyuans were losers in some way. In other words, it could very well be that we are looking at a second scenario here, after the one in Melaka, where Portuguese and / or Siamese-Fujianese activities – plus the temporary closure of Guangzhou in the 1520s (we shall return to that farther below) – had a certain impact on the Ryukyuan trading sector.

One issue remains unclear, however. Why did the Ryukyuans avoid Melaka and the Portuguese in the 1510s? First, there may have been purely economic reasons which will be discussed further below. Second, the decision to leave Melaka could be seen as a move against the local Fujianese, who, because they sided with the Portuguese, were now looked down upon or considered more dangerous than before. Third, perhaps some of the merchants from Naha were influenced by Islamic groups who taught them to stand up against the Portuguese. Before 1511 Ryukyuan ships had occasionally sailed to other Southeast Asian ports with strong Islamic communities and probably this tradition *per se* excluded any cooperation with the Portuguese. Fourth, a very different possibility would be to relate some of the earlier Fujianese «ingredients» associated with the Ryukyu network to the former Islamic communities in Quanzhou. This, of course, is purely speculative – and perhaps wrong. But a handful of Chinese and other Muslims staying in that city during the so-called Isfahan rebellion (fourteenth century) certainly survived the purge against them, hiding themselves in Fujian's coastal areas as best as they could. In the course of the fifteenth century some of their descendents may have absconded to Okinawa. Interestingly, fifteenth century tribute trade between Naha and Ming-China was handled by a *shibosi* or «Maritime Supervisorate» initially located in Quanzhou, the former Islamic «stronghold», and only transferred to Fuzhou much later, in 1474 [21]. It thus could be that memories of a neglected Islamic dimension, linking Quanzhou and Naha, contributed to the reservation of Ryukyuan traders vis-à-vis the Portuguese. Fifth, more simple than that would be the assumption that relations between certain families in Fuzhou and Naha, especially during the last quarter of the fifteenth century, brought some Ryukyuan traders in opposition to the southern Fujianese – and thereby to the Portuguese. This hypothesis would presuppose some degree of competition between the Chinese of the Fuzhou area and those hailing from places farther to the south.

Finally, as already mentioned, the *shahbandar* in Melaka, who was responsible for the Fujianese and Ryukyuans, also had to administer the

---

[21] For the *shibosi* offices, see, for example, Roland Louis HIGGINS, *Piracy and Coastal Defense in the Ming Period. Government Response to Coastal Disturbances, 1523-1549* (PhD dissertation, University of Minnesota 1981, unpublished), pp. 53-55. For Quanzhou's role in Sino-Ryukyuan trade, see ZHUANG Jinghui, «Quanzhou zai Ming Liu jiaowang zhong de diwei he zuoyong», *Zhongguo shehui jingjishi yanjiu* (1/1990), pp. 43-48.

affairs of the Champa community in that port. Presumably most merchants from Champa professed the Islamic faith. Moreover, there were links between them and the Sanya region on southern Hainan, which can be traced to the Song and Yuan periods (during which they even extended to Quanzhou) [22]. Clearly, through Melaka, the Champanese were also in touch with their colleagues from Naha, although very little is recorded on these contacts. Furthermore, in 1471 the seizure of much of Champa's territory through Đai Viêt had caused an exodus of many Champanese to different places in South-east Asia and a gradual strengthening of relations between Melaka and Champa [23]. Probably this also strengthened ties between the Champa and Ryukyu communities in Melaka. Indeed, Shiro Momoki has collected evidence to show that Melaka, Champa *and* the Ryukyu kingdom formed something like an «alliance» in the period just prior to the arrival of the Portuguese [24]. Perhaps then, this in itself is the strongest argument to explain why the Ryukyuans (and Champanese) withdrew from Melaka after 1511.

Whether the «alliance» between Melaka, Champa and the Ryukyuans was parallelled by close mercantile relations between the South Fujianese and Đai-Viêt is hard to tell. During certain periods Jiaozhi (or Annan, as the latter was usually called in Chinese sources) and Champa competed for Ming-China's favour and protection, and apparently Đai-Viêt also competed with Ryukyu, but the possible attitudes of private Minnan traders towards Đai-Viêt remain to be studied more thoroughly. Suffice it to say here that a short-lived constellation where the Fujianese and Vietnamese stood against a «joint» Melaka-Champa-Ryukyu «group» prior to the arrival of the Portuguese cannot be fully excluded, although it seems somewhat unlikely. It would perhaps be more safe to assume that the «disassociation» of the Ryukyuans from the Fujianese was more or a less restricted to Melaka, while in other areas no clear «frontiers» were drawn between both these «camps».

---

[22] See, for example, Jitsuzô KUWABARA, «On P'u Shou-kêng, a Man of the Western Regions…», *Memoirs of the Research Department of the Toyo Bunko*, especially 7 (1935), pp. 4, 21-22 n. 18; Pierre-Yves MANGUIN, «Études Cam. II: L'introduction de l'Islam au Campa», *Bulletin de l'École française d'Extrême-Orient*, 79 (1979), especially p. 259; CHEN Dasheng and Claudine SALMON, «Rapport préliminaire sur la découverte de tombes musulmanes dans l'île de Hainan», *Archipel*, 38 (1989), pp. 75-106; ZHANG Xiumin, *Zhong Yue guanxishi lunwenji* (Beijing: Wen shi zhe chubanshe, 1992), pp. 311 et seq.

[23] For example, Denys LOMBARD, «Le Campa vu du sud», *Bulletin de l'École française d'Extrême-Orient* 76 (1987), p. 315.

[24] Shiro MOMOKI, «Was Đai-Viêt a Rival of Ryukyu within the Tributary Trade System of the Ming during the Early Lê Period (1428-1527)?», *in* NGUYÊN Thê Anh and Yoshiaki ISHIZAWA (eds.), *Commerce et navigation en Asie du Sud-Est (XIVe-XIXe siècle). Trade and Navigation in Southeast Asia (14th-19th Centuries)* (Paris, etc.: L'Harmattan, 1999), especially pp. 105-108, and sources there.

The Pepper Trade

The above suggests an initial period of Luso-Fujianese understanding and cooperation based on common interests. Other Chinese trading groups and the Ryukyuans did not share the views of their southern Fujianese competitors. They certainly harboured hopes that the Ming court would eventually send a major fleet and restore Melaka to its former position. The implicit calculation was, logically, that once Melaka would be returned to the exiled sultan, they – *i.e.*, the Ryukyuans, Champanese and others – would move back to that port, where, under China's renewed protection, they would possibly enjoy even greater priviliges than they had ever been able to enjoy before.

Beyond these «purely» political calculations, economic considerations must also be looked at in determining the behaviour of the above trading groups just prior and after the conquest of Melaka. Pepper and sapanwood are of major concern in this context. China needed large quantities of both commodities. Korea and Japan also absorbed spices and other products originating from tropical Southeast Asia [25]. Demand for pepper, in particular, expanded in the course of the fifteenth century and certainly also after 1511. Data pertaining to the trade going through Naha suggest that China imported sizeable quantities of pepper through the Ryukyuan network [26]. Undoubtedly, additional amounts were furnished by the Fujianese, who, like their competitors, tried to obtain pepper in various Southeast Asian ports.

At around 1500 pepper was produced in the following areas: near the ports on northwestern Sumatra, especially in the Pasai and Aceh regions, on southeastern Sumatra, near the Sunda Strait, and along the east coast of the Malayan peninsula. Chinese *lishi dili* records contain many references to the trade in and the production of pepper in different Southeast Asian places. Portuguese references also abound. Calvo, for example, mentions the rich pepper supplies of Pasai, Pedir, Patani and «Banda», the latter undoubtedly referring to the Bantem area [27].

The early Portuguese quickly adjusted to China's unsatiable demand for tropical spices. Almost immediately after the conquest of Melaka and the first few voyages to the Pearl River area, they learned that pepper would be profitably sold in China [28]. Proposals were thus made to develop the pepper trade from various ports in Southeast Asia. One area where Portugal thought of establishing a permanent post was Samudra-Pasai. Giovanni da Empoli,

---

[25] Ts'AO Yung-ho, «Pepper Trade in East Asia?, *T'oung Pao*, 47.4-5 (1982), pp. 221-247, and for earlier periods T'IEN Ju-kang, «Cheng Ho's Voyages and the Distribution of Pepper in China», *Journal of the Royal Asiatic Society* (1981), pp. 186-197.

[26] See, for example, CHANG Pin-tsun, *Chinese Maritime Trade*, pp. 355-357.

[27] FERGUSON, *Letters*, pp. 99, 162.

[28] See, for example, LOUREIRO, *Fidalgos*, p. 159.

Fernão Peres de Andrade and other names can be associated with these early ventures [29]. After 1520 a half-hearted initiative was also undertaken in the Sunda-Bantem region, but this place was far away from Melaka and the Portuguese were unable to maintain a stable commercial «base» there [30].

Shipping large quantities of pepper to China inevitably meant that Portugal had to think about its position vis-à-vis the Fujianese. Was it possible to maintain friendly contacts with them, or were both groops «doomed» to become rivals in the pepper sector? – As was said, already before the fall of Melaka, Chinese junks had begun sailing to various Southeast Asian «pepper regions». This included Samudra-Pasai, Pedir, Pahang and even the Sunda-Bantem area. In other words, Chinese pepper merchants were in the midst of expanding their business, geographically and quantitatively, when the Portuguese started to move in. The same assumption may be valid for the trade in sapanwood, which chiefly came from continental Southeast Asia, for example modern Thailand, and played an important role on China's domestic market. More generally still, the late fifteenth and early sixteenth century witnessed economic growth under the Ming, after a period of depression in the middle of the fifteenth century, and this new growth led to an expansion of the southern Fujianese trade sector.

Here some more «micro» data pertaining to the expansion of that trade sector must be considered, before we can return to the question of Luso-Fujianese relations. Early in the fifteenth century Ma Huan had called Samudra the «principal centre for the Western Ocean» [31]. Obviously a sizeable community of private Chinese traders had remained in that port after the termination of Zheng He's voyages. Moreover, as in Melaka, there had been a Kampung Cina, next to the trading quarters reserved for various other «nationalities». However, towards the end of the fifteenth century, nothing else is recorded of the Chinese associated with Samudra-Pasai [32]. Perhaps they had left for Melaka or other places – during a period of weak

---

[29] See, for example, Jorge M. dos Santos ALVES, *O domínio do norte de Samatra. A história dos sultanatos de Samudera-Pacém e de Achém e das suas relações com os Portugueses (1500-1580*) (Lisbon: Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1999), ch. 3, especially p. 104 n. 171 and p. 126; Laurence A. NOONAN, *John of Empoli and His Relations with Afonso de Albuquerque* (Lisbon: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1989), pp. 95-96; LOUREIRO, *Fidalgos*, pp. 198-200. Also see Marco SPALLANZANI (ed.), *Giovanni da Empoli. Um mercante navigatore fiorentino* (Florence: Studio Per Edizione Scelte, 1984), pp. 51-67, and his *Mercanti fiorentini nell' Asia Portoghese (1500-1525)* (Florence: Studio Per Edizione Scelte 1997), pp. 90, 130, 133 et seq.

[30] Claude GUILLOT, «La nécessaire relecture de l'accord luso-soundanais de 1522», *Archipel*, 42 (1991), pp. 53-76; Jorge M. dos Santos ALVES, «L'inscription du padrão portugais de Banten (1522)», *Archipel*, 47 (1994), pp. 23-33; LOUREIRO, *Fidalgos*, p. 295.

[31] MA Huan (author), J. V. G. MILLS (ed. and tr.), *Ying-yai sheng-lan. The Overall Survey of the Ocean's Shores [1433]* (Cambridge: At the University Press, 1970), p. 115. On Samudra recently also ALVES, *O domínio*, especially ch. 3.

[32] For example, ALVES, *O domínio*, pp. 116, 122.

economic performance or political crisis –, or perhaps they had simply assimilated to the local population. Pedir was a different case. When the first Portuguese came to Southeast Asia, Chinese traders were encountered in that port, which lay to the west of Samudra-Pasai, in the vicinity of Aceh [33]. The Sunda-Bantem region, already mentioned in Chinese texts before 1500, for example in Zhao Rugua's famous *Zhufan zhi* (preface 1225), was another area where trade continued to flourish after the fall of Melaka [34]. Various Portuguese documents refer to Chinese junks trading in that area, especially during the 1540s. One such text, which is of an earlier date (1527), says that on one occasion thirty junks had left Fujian, the majority of which were heading for Sunda. It was also argued that Chinese merchants competed with the Ryukyuans in Sunda, but the latter never sent very many ships to that place. Much later, when the Dutch appeared on the scene, Chinese merchants were probably the chief buyers of pepper in these lands [35]. Patani was already referred to in the second section of this paper. Little is known on its early years. In the 1540s, however, its position in international trade emerges more clearly. Moreover, through the Chinese network, Patani was also connected to Japan, and during the heyday of Wokou activities it became one of the destinations of the He Yaba trading «group» [36]. Other places where Fujianese junks would occasionally stop, were the many islands along the way from Pulau Tioman to western Java. Recent sketches and the detailed analysis provided by Lin Woling show that sailing routes through that area touched Batam, Lingga, Singkep, Bangka, and so on [37].

The above, as rough a picture as it may be, suggests that Chinese traffic along the «axis» from Fujian to the pepper producing areas near Patani, Pahang and in the Sunda-Bantem region did indeed expand during the early sixteenth century, while China's presence to the west of Johore decreased (Samudra-Pasai) or stagnated (Melaka). Two possible explanations for this implied reorientation of Chinese trade to the ports east of Johore may be thought of: First, it was faster, safer and cheaper – in terms of seasonal winds and transportation costs – to pick up pepper and other goods in Patani, Pahang, Batam, Sunda and so on, than sailing through the narrow sea lanes around the Riau archipelago in order to reach Melaka and the ports of

---

[33] Spallanzani, *Giovanni da Empoli*, p. 150.

[34] Han Zhenhua zhuzuo zhengli xiaozu (ed.), *Zhufan zhi zhubu*, Han Zhenhua xuanji, vol. 2 (Hong Kong: Xianggang daxue Yazhou yanjiu zhongxin, 2000), especially pp. 47, 55-56, 63, 75-77, 102, 110.

[35] See, for example, Loureiro, *Fidalgos*, pp. 317, 377, 384; Pinto, «Traços», p. 137, and n. 14. On China-Bantem relations, more generally, Cao Yonghe, «Mingmo Huaren zai Zhaowa Wandan de huodong», *in* Zhongghuo haiyang fazhanshi lunwenji weiyuanhui (ed.), *Zhongguo haiyang fazhanshi lunwenji*, vol. 2 (Taibei: Zhongyang yanjiuyuan Sanmin zhuyi yanjiusuo, 1986), especially pp. 221 et seq. and 226 et seq.; Lin Woling, *Longyamen xinkao* (Singapore: Nanyang xuehui, 1999), pp. 114-118.

[36] See, for example, Loureiro, *Fidalgos*, p. 369; Lin Renchuan, *Mingmo*, p. 98.

[37] Lin Woling, *Longyamen xinkao*, ch. 4.

northwestern Sumatra. Second, those Chinese who had formerly traded in Samudra, were possibly mostly Muslims, just like their colleagues who had settled in the ports along the north coast of Java. Those sailing to Patani, Pahang and Sunda – now, in the early sixteenth century – mostly hailed from southern Fujian. These Fujianese, we may presume, were not at odds with the Portuguese, but they no longer wanted to go to Melaka, either because they competed amongst themselves, for example with merchants like Cheilata, or more likely, because Melaka was no longer as attractive as before, due to a general decline in its overall trade volume after 1511, or simply because it lay too far off the main «pepper route». In other words, it were cost considerations that mattered for the implied eastern «shift» of Chinese trade, and not political concerns. If these conclusions are acceptable, our earlier image of an expanding Fujianese-Siamese(-Portuguese) sector can be maintained, at least for the initial period of Luso-Chinese contacts.

Several other assumption could of course be added to this highly speculative mosaic. Perhaps many Fujianese thought of specializing in the pepper trade along the Patani-Pahang-Sunda «axis», harbouring hopes the Portuguese would complement their shipments by bringing pepper from the Samudra region via Melaka, or would stay out of the pepper business altogether and focus on other imports instead, particularly of costly goods originating from the countries around the Indian Ocean. Furthermore, it is also possible that the early Portuguese, who had efficient fire arms, were perceived as a potential protective power among the southern Fujianese communities. Finally, some of those who had assisted the Portuguese against Melaka, were probably afraid of going to the ports of Northwest Sumatra, fearing they might no longer be welcomed by the local Islamic communities.

Here the above may be summarized: First, the Portuguese did not push the Fujianese out of the pepper business, at least not during the years immediately after the fall of Melaka. Second, the Fujianese had no reasons to disassociate themselves from the Portuguese during this early period. Finally, the conquest of Melaka, which occurred when Fujianese trade was swiftly expanding, must have motivated many of them to strengthen their position in other ports, however *not* because their feared the Portuguese, but chiefly because they considered material advantages. Thus, Portugal's arrival on the scene accelerated the growth of Fujian's private overseas sector in an indirect way. This in turn, may have provoked other reactions, one being perhaps, that the Fujianese were now forced to gradually move from cooperation with the Ryukyuans to competition with them in such places as Patani.

At the Chinese End

The scenario described in the previous paragraphs cannot be completely disconnected from yet another scenario – the central Guangdong coast in the late 1510s and early 1520s. This is the time of Tomé Pires' unsuccessful

mission, of Simão d'Andrade's true or alleged misdeeds, and of violent encounters between Chinese and Portuguese ships. The sequence of these events has often been presented in the literature and does not need to be retold here [38].

What matters is that turmoil in the Pearl River estuary provoked a temporary closure of Guangzhou. Portuguese merchants were no longer allowed to set foot on Chinese soil and some of their countrymen, originally belonging to Pires' mission, were detained. During the next one or two decades the *Estado da Índia* still kept an eye on China as a gigantic market to be explored in the future, under more favorable conditions, but Goa's attention was now directed towards the Moluccan Islands. Spanish interests in the Philippines and the Sulu zone – Magalhães had just traversed the Pacific – became a constant source of concern, which made this «shift» obligatory. Furthermore, the Moluccan Islands produced cloves, an important commodity for the Gujaratis, who were enemies of the Portuguese. Enforcing controls over the Spice Islands, then the only producer of cloves, would weaken the position of the Gujaratis and their Muslim allies [39]. Finally, the *Estado* simply had too few men, ships and funds to deal with two major «trouble» areas at one and the same time, namely Guangdong and «eastern Indonesia».

In China, the temporary closure of Guangzhou and increased military vigilance along the coasts around the Pearl River estuary disturbed the activities of various trading groups. But Ming controls were not fully efficient and some merchants managed to move in and out as they pleased. Presumably many Siamese were among them and most likely they closely cooperated with the Fujianese, as they had always done, while the Ryukyuans were pushed out of business now, if they had not been pushed out earlier. There is of course no way of estimating the volume of foreign trade going through central Guangdong during these years, but we may assume that, generally, Guangzhou's imports declined considerably.

Probably, the efficient use of modern European artillery during the clashes of the early 1520s led to another unwanted reaction in China: Many Fujianese began to fear the Portuguese. Heavily armed Portuguese ships and Fujianese junks had followed the same route when sailing from the Malayan peninsula to China and back. This route was a narrow alley, particularly near the Vietnamese coast where it passed the Paracel Islands on their western side, hence Fujianese and Portuguese vessels would easily encounter in the

---

[38] Recently, detailed coverage is provided, for example, in Loureiro's *Fidalgos* and in an article with some fresh ideas, printed *in* Jin Guoping's *Xi li dong jian*, pp. 1-18.

[39] See, for example, R. Ptak, «Asian Trade in Cloves circa 1500: Quantities and Trade Routes – A Synopsis of Portuguese and Other Sources», in Francis A. Dutra and João Camilo dos Santos (eds.), *Proceedings of the International Colloquium «The Portuguese and the Pacific»* (Santa Barbara: Center for Portuguese Studies, University of California, 1995), pp. 149-169.

South China Sea and no one could predict whether these encounters would remain peaceful or turn violent [40].

But Fujianese fears cannot have lasted very long. As was said, the official layers of the *Estado da Índia* had become more interested in the Moluccan Islands and practically no further clashes are reported between Portuguese and Chinese ships immediately after the disastrous events of the early 1520s. Moreover, from the Fujianese viewpoint these clashes had mostly involved Cantonese men and junks, and no or only very few Fujianese elements. Thus, there was a realistic chance to continue cooperation with the Portuguese, although one had to be more careful with them than before.

Here we can return to Guangzhou's economic performance. The results of the closed-door policy after the early 1520s became obvious when Lin Fu, grand-coordinator of the two Guang provinces, complained about a lack of funds. This occurred in 1529 [41]. He argued that local revenues could be improved again if Annam, Cambodia (Zhenla), Pahang, Champa and other countries would be permitted to revive tribute trade to Guangzhou, but he excluded the Portuguese from his proposal. More important still, he also said the closure of Guangzhou had diverted trade to the Zhangzhou area in South Fujian. Obviously, Fujian's local officials and mercantile elite handled the central government's trade prohibitions (originally imposed under the Hongwu emperor) in a very relaxed manner – to the advantage of places like Zhangzhou and Yuegang – and quite in contrast to the Cantonese, who followed the laws very strictly without deriving any profit thereof. Even Cristóvão Vieira, prisoner in Guangzhou, remarked that Guangzhou «is at present poor», because no ships and no goods came in [42]. Differently put, the institutional changes set off by the Portuguese in Guangzhou contributed to a temporary decline of the central Guangdong economy and this may have forced the Fujianese to ship more commodities to Fujian, which in turn strengthened Fujian's mercantile sector and coastal towns. Thus, the Fujianese had profited twice, from the events in Melaka and from the events near Guangzhou.

Lin Fu's quest led to a reopening of Guangzhou. Only the Portuguese had to stay out. The Fujianese, we may assume, immediately reacted by reviving

---

[40] The most detailed study of this route still is Pierre-Yves MANGUIN's *Les Portugais sur les côtes du Viêt-Nam et du Campa. Étude sur les routes maritimes et les relations commerciales, d'après les sources portugaises (XVIe, XVII, XVIIIe siècles)* (Paris: École française d'Extrême-Orient, 1972).

[41] See, for example, NG Chin-Keong, «Trade, the Sea Prohibition and the "Fo-lang-chi", 1513-1550», in DUTRA and SANTOS, *Proceedings*, pp. 390-391; FOK Kai Cheong, *The Macao Formula: A Study of Chinese Management of Westerners from the Mid-sixteenth Century to the Opium War* (PhD dissertation, University of Hawaii 1978, unpublished), pp. 52-54; R. PTAK, «Sino-Portuguese Relations, circa 1513/14-1550s», *in* ALVES (coord.), *Portugal e a China. Conferências no II curso livre*, pp. 24-25.

[42] FERGUSON, *Letters*, pp. 76-77, 131.

their trade to the Pearl River area in the context of trade to Southeast Asia. Since the Portuguese were no longer around and since the Ryukyuans were on the retreat as well, the Fujianese probably profited most from this new situation.

As we move into the 1530s and early 1540s further developments occur. By now, the Fujianese were firmly established in Patani and other Southeast Asian ports. Meanwhile the Moluccan issue was also solved through the agreement of Zaragoza in 1529 and the new Portuguese king, D. João III, began to look at China again. At around the same time, information was received that some Chinese vessels had returned to Melaka for trade. These were ships from Fujian. Apparently earlier fears, in Melaka and China, that both sides might run into open conflict, were off the table now [43]. The Fujianese wanted to arrange themselves with the Portuguese, wishing to further expand their trade because they had to satisfy growing demand back at home.

But this may not be the entire story. Occasionally some Portuguese had gone to Patani in the 1520s and the *Estado da Índia* had also undertaken efforts to gain a firm foothold in the Sunda area, mainly for fear of Spanish activities farther to the east and in support of earlier claims to the Moluccan Islands [44]. Although the Sunda «intermezzo» was a short-lived affair, it concerned the vital interests of the Fujianese. More generally, the Fujianese needed to come to terms with the Portuguese, not only because they sought cooperation with them, but also because they wanted to avoid friction on western Java, in Patani and elsewhere.

The Portuguese, believing that China had turned more friendly again, now started to re-explore the possibilities of trade in the Guangzhou area. Several tentatives are recorded, but few details can be established [45]. The following may be said, however: First, these rather obscure voyages were not necessarily supported by the official institutions in Melaka. They were often semi-private or entirely private ventures. Second, seen through Chinese eyes, the Portuguese no longer formed one dangerous «block». They were now fragmented into groups with different interests and often easier to deal with than before. Third, in all likelihood it was still impossible for a Portuguese merchant to move around freely in Guangzhou and the Pearl River region without risking his life and cargo. By contrast, the Fujianese were more openminded and ready to welcome their Portuguese colleagues.

---

[43] See, for example, the concise account in João Paulo Oliveira e Costa, «A coroa portuguesa e a China (1508-1531) – do sonho manuelino ao realismo joanino», *in* António Vasconcelos de Saldanha and Jorge M. dos Santos Alves (eds.), *Estudos de história do relacionamento luso-chinês, séculos XV-XIX* (Macau: Instituto Português do Oriente, 1996), pp. 52-55 (an earlier version of this article appeared in *Stvdia* 50 [1991]), and Loureiro, *Fidalgos*, ch. 12.

[44] For the Spanish dimension in the Sunda plans, see, for example, Oliveira e Costa, «A coroa», p. 51.

[45] See, for example, Loureiro, *Fidalgos*, ch. 12.

Fourth, Fujian was then perceived as a wealthy province – a «good thing» in the words of Vasco Calvo, much in contrast to Guangzhou. Even Zhejiang, to the north of Fujian, enjoyed a better reputation than the city of Guangzhou [46].

The Portuguese had thus to decide whether they should continue to direct their attention towards Guangdong, or whether Fujian was the better alternative. In the end, they opted for Fujian. That is to say, private Portuguese merchants opted for Fujian, the official part of the *Estado da Índia* remained in a wait-and-see position. This was an ideal solution for the «Chinchéus». The Portuguese were kept out of the Guangzhou region, which remained in the «hands» of Fujianese merchants and their allies, if such an exaggerated image be allowed here. The official Portuguese were busy fighting Muslims and once again concerned with the Moluccan trade, especially in the second half of the 1540s, when Spain sent new missions across the Pacific. Next, by cooperating with the Portuguese in Patani, as was increasingly the case throughout the 1530s and 1540s, more pepper could be channelled to Fujian [47]. Finally, although some Portuguese appeared in other Southeast Asian places as well, such as Pahang, they probably remained concentrated in Patani for most of the time, which gave the Fujianese a good chance to expand their own trade to new areas, without interference by the Portuguese.

Images

As already mentioned, Luso-Fujianese cooperation lasted well into the 1540s. There was thus a long tradition of bilateral contacts and «joint ventures», which had begun with Cheilata and his colleagues. One early event associated with this tradition was the voyage of Jorge de Mascarenhas in 1518. Mascarenhas had set sail for the Ryukyu Islands, but landed in Fujian, where he was obviously most impressed by what he saw [48]. It is tempting to think that he was probably deliberately detoured to that province so as to keep Portuguese and Ryukyuan interests apart. But that is pure speculation. Whether the Fujianese had a «helping» hand in this, will never be known. What counts is that, according to João de Barros, Mascarenhas found trade in Fujian more profitable than in Guangzhou. The positive image of Fujian, which many Portuguese had in their minds, thus began in these early days. It was carried on by Vasco Calvo and others, and it obviously contributed to good relations in the 1530s and thereafter.

---

[46] Ferguson, *Letters*, pp. 99, 163.

[47] Examples for the use of Patani by the Portuguese, in Loureiro, *Fidalgos*, pp. 319-321, 369, 377, 384, 386-388. Note, during later stages Patani was not only used for trade to Fujian, but also for trade to the Guangzhou region and even Japan.

[48] This is mainly based on Barros, *Década* III, bk. 2, ch. 8.

Even much later, in the accounts of Galeote Pereira and Gaspar da Cruz, Fujian is often depicted positively. Pereira sailed along the China coast in the 1540s. Of all Chinese provinces and cities described by him, Fujian and Fuzhou come first; Guangzhou being «not so great in quantity» appears in *secundo loco*. Furthermore, although Pereira was imprisoned in Fujian, he was obviously impressed by the local elite: «The gentlemen show great courtesy unto strangers, and so we did find at their hands» – Portuguese prisoners, it seems, were treated well in Fujian.

Another feature of his text is that it describes China's legal apparatus in some detail. This also applies to the treatise by Gaspar da Cruz, which came out in 1569. True, both works do not fail to list the various forms of cruel punishment commonly applied to criminals in Fujian, but by the standards of their time, they remain fairly «neutral» [49].

The images created by Vasco Calvo and Cristóvão Vieira, both detained in Guangzhou, are of a different nature. Both men were so frustrated, indeed, that they advocated military moves against China. They believed that cities like Guangzhou and even Hainan Island could be taken by force and they also recommended to put Patani and other non-Chinese areas under Portuguese control [50].

Clearly, while central Guangdong was weak and poor, coastal Fujian was rich and advanced, and while the former showed no interest in the Portuguese, Fujian's local gentry and merchants were much more open-minded, not sharing the radical views of the central government, which still opposed foreign trade.

To round off the above picture, two points should be added. The first concerns the case of Lin Xiyuan, who spoke out in favour of the Portuguese during the Wokou crisis in Fujian and Zhejiang (late 1540s). Lin's story is well-known [51]. The important part is that he was willing to support the Portuguese at a time when the central government put considerable pressure on the coastal provinces. Though not completely free of purely rhetorical and other considerations, Lin's intervention can be seen as yet another indication

---

[49] See, for example, NG Chin-Keong, «Trade», pp. 397 et seq. (on the situation in China); LOUREIRO, *Fidalgos*, pp. 435-437 (views of the legal system); Charles R. BOXER (ed.), *South China in the Sixteenth Century. Being the Narratives of Galeote Pereira, Fr. Gaspar da Cruz, O.P., Fr. Martín de Rada, O.E.S.A.* (London: The Hakluyt Society, 1953), pp. 3-4, 17-25, 175-185.

[50] This is discussed by many modern authors. For recent observations, see for example, Francisco Roque de OLIVEIRA, «A China em três leituras europeias do século XVI. Das notícias de Cantão de 1534 e 1536 ao "país visitado" em 1590», *Garcia de Orta, Geografia*, 15.2 (1996), especially pp. 22 et seq., and LOUREIRO, *Fidalgos*, pp. 351-355. Also see R. PTAK, «Hainan in the Letters by Cristóvão Vieira and Vasco Calvo», presented at the international conference on King D. João III and his times, Lisbon, June 2002.

[51] See, for example, NG Chin-Keong, «Trade», pp. 397 et seq.; SO Kwan-wai, *Japanese Piracy in Ming China during the Sixteenth Century* (East Lansing: Michigan State University Press, 1976), pp. 68-70.

of where the majority of Fujian's mercantile elite stood, once it came to judge the Portuguese.

The second point concerns the Ryukyu kingdom. Most Portuguese writers referring to this place present a positive image of its inhabitants and the land itself. The Ryukyuans are usually depicted as clean and cultivated, and they are believed to own some gold and other valuables [52]. The interesting part is that very few Portuguese ever had a chance to travel to the islands themselves. Although the Ryukyuans avoided the Portuguese by no longer going to Melaka, Portuguese and Ryukyuan sailors certainly met in Patani, Siam and perhaps also along the China coast. The question thus arises, why did the one side draw a positive image of the other, whereas the latter did not want to collaborate with the former, as had been explained? A possible answer could be this: In the eyes of the Portuguese, the Ryukyuans – on account of their appearance – suited Iberian expectations of an honest and respectable people, fair in complexion and with refined manners. Since very few Portuguese had a chance to visit the Ryukyu Islands, the initial positive image was transmitted from one writer to the next without major modifications. Ryukyuan attitudes towards the Portuguese were rarely addressed, a serious investigation was never made. In sum, Ryukyu remained a mysterious kingdom, far off the route to China and Japan, but with some positive characteristics.

The Fujianese, although closely tied to the Ryukyuans in one way, displaced them in other ways, as we had said. There was thus a certain degree of competition between both sides and, as suspected in the context of Mascarenhas' voyage, the Fujianese probably did their best to keep the Portuguese and Ryukyuans separated. A reinforcement of the Ryukyuan trading sector by the Portuguese would have implied difficult times for the Fujianese. The Fujianese had no interest in that. Therefore, the non-existence of any major Portuguese account on the Ryukyu kingdom could be the result of Fujianese commercial «tactics» – and might thereby also explain the seemingly paradoxical findings just addressed above.

By the 1540s and 1550s, needless to add, the Ryukyuans had almost completely withdrawn from Southeast Asia. Siam was the only place they would still visit. Accordingly, Chinese pepper imports via Naha came down to very low levels. Institutional changes in the tribute system also contributed to this decline [53]. True, some Ryukyuan ships operated outside of the tribute system, but they were probably few and certainly absorbed into different Wokou groups, then mostly under Chinese control.

---

[52] See, for example, texts collected in SCHURHAMMER, «1543-1943 – O descobrimento do Japão», pp. 62 et seq.

[53] On the tribute system governing Ryukyu-China relations and its changes, see, for example, CHANG Pin-tsun, *Chinese Maritime Trade*, pp. 184 et seq.

Concluding Remarks

The above is a set of rather uncoordinated jottings and largely based on secondary sources. Admittedly, it is also an incomplete picture leaving aside, for example, early sixteenth century references to Chinese traders in the Bay of Bengal, on northwestern Sumatra, along the eastern trade route to Luzon, Mindanao, Brunei, and so on. A reinvestigation of these elements and, more generally, of the primary documents related to our theme, especially the Ryukyu Islands, will be necessary to verify some of the rather hypothetical points presented in the foregoing discussion. Yet, a brief summary of the more essential suggestions made here, will be of some use. It was argued that, in 1511, the Portuguese were faced with several Chinese groups. The Fujianese – or at least some of them – were open for cooperation with the Portuguese, other Chinese groups withdrew from them, just like the Ryukyuans who found themselves in an ambiguous position. Luso-Fujianese cooperation, partially driven by the desire to ship pepper to China, was endangered after the clashes in the early 1520s. But both sides quickly arranged themselves. Throughout the 1530s and early 1540s we thus find individual Portuguese merchants, as private entrepreneurs, trading in the Fujian region and in Patani and other Southeast Asian pepper ports, often side by side with the Fujianese.

There was one loser: the Ryukyuans. Furthermore, during the 1520s Guangzhou also suffered, in contrast to Fujian. The major winners, it is clear, were the Fujianese – together with the Portuguese. Indirectly, the Fujianese profited from Melaka's fall *and* from the clashes in the early 1520s, which weakened Guangzhou. Both scenarios required flexible responses. «Streamlining» pepper shipments by concentrating on trade along the eastern side of the Malayan peninsula was one reaction, strengthening direct trade to Fujian, often bypassing Guangzhou, was a second response. At the same time, the Fujianese remained in close association with the Siamese and also undermined certain segments of the Ryukyuan trade sector.

Towards the late 1540s and in the 1550s the picture begins to change anew. This is the time when the Wokou crisis gradually gets out of hand. By then one can no longer speak of «one» Fujianese merchant «block», or a few trading groups. There were in fact many groups and these were fighting each other just as much as they were opposing Ming government forces in the coastal areas of Jiangsu, Zhejiang and Fujian. Although the Wokou problem also affected Guangdong and even Hainan, the Portuguese decided to gradually disassociate themselves from these groups, moving back to the central Guangdong market instead. Regularizing trade to Japan – to the advantage of Guangzhou, which needed silver – and offering military assistance to the Cantonese in combat against coastal bandits, became a new alternative for the Portuguese, which local officials in the Xiangshan area, and later in Guangzhou and Beijing, were ready to take up. This was not necessarily to the taste of the Fujianese, which however is yet another story for a different paper.

Chinese Glossary: Autors, Institutions, Primary Texts, Place Names, Terms

Annan 安南
Anpinggang 安平港
Cao Yonghe 曹永和
Chen Dasheng 陳達生
Fuzhou 福州
Guangzhou 廣州
Han Zhenhua zhuzuo zhengli xiaozu 韓振華著作整理小組
He Yaba 何亞八
Huozhe Yasan 火者亞三
Jiaozhi 交阯(趾)
Jin Guoping 金國平
Jiulong River 九龍江
Kobata Atsushi 小葉田淳
lada 喇噠
Lidai bao'an 歷代寶案
Lin Fu 林富
Lin Renchuan 林仁川
Lin Woling 林我鈴
Lin Xiyuan 林希元
lishi dili 歷史地理
Ma Huan 馬歡
Minnan 閩南
Nie Dening 聶德寧
Quanzhou 泉州
Sanya 三亞
shibosi 市舶司
Tang Kaijian 湯開建
Wokou 倭寇
Wu Zhiliang 吳志良
Wuyu 浯嶼
Xiamen 廈門
Xiangshan 香山
Yuegang 月港
Zhang Xiumin 張秀民
Zhangzhou 漳州
Zhao Rugua 趙汝适
Zheng He 鄭和
Zhenla 真臘
Zhongguo haiyang fanzhanshi lunwenji weiyuanhui 中國海洋發展史論文集委員會
Zhuang Jinghui 莊景輝
Zhufan zhi 諸蕃志

ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR, Vol. III, 2002, pp. 469-493

TROIS DOCUMENTS SUR UNE DEMANDE DE SECOURS D'ORMUZ À LA PORTE OTTOMANE *

por

DEJANIRAH COUTO **

Les trois lettres présentées ici – deux originaux persans respectivement accompagnés de leur *trelado* portugais et un *trelado* [1] seul – se rattachent à une péripétie des relations entre Ormuz, l'Empire ottoman et les Portugais avant l'expédition de Hadım Süleymân Pacha dans l'océan Indien (1538) – péripétie déjà évoquée dans une précédente étude consacrée aux réactions anti-portugaises dans le golfe Persique [2]. La première lettre, dont seul le *trelado* portugais a été publié par Luciano Ribeiro [3] est envoyée par le vizir d'Ormuz, Ra'is Charafuddin Fâli, à Süleyman *Kânûnî* ; elle sollicite une aide militaire contre les Portugais installés à Ormuz et dans ses dépendances du golfe Persique. La seconde, d'un dignitaire qalhati, Mir Mahmud Shâh

---

* Nos remerciements s'adressent à M. Francis Richard (Division des manuscrits orientaux, Bibliothèque Nationale de France, qui a bien voulu faire une première traduction des originaux persans, et à M. Nader Nasiri Moghaddam (CNRS) auteur des transcriptions de ces originaux et de leur traduction finale. Un passage de la lettre de Lohrasb ben Mahmud Shâh a été publié par Jahângir Qâ'em-Maqâmi, *Asnâd-e farsi, "arabi va torki dar ârshive-e melli-e Porteghâl dar-bâre-ye Hormuz va Khalij-e Fârs: Jeld-e yekom – madkhal: mas'ale-ye Hormuz dar ravâbet-e Irân va Porteghâl*. (Documents persans, arabes et turcs dans les Archives Nationales du Portugal concernant Ormuz et le golf Persique: premier volume – Introduction: La question d'Hormuz dans les relations entre l'Iran et le Portugal, Téhéran, 1354/1975.

** École Pratique des Hautes Études – Paris – Section des Sciences Historiques et Philologiques.

[1] Le résumé du document, rédigé par l'archiviste de la *Torre du Tombo*, fait état d'un original disparu qui aurait été annexé au *trelado*.

[2] Cf. Dejanirah COUTO, « Réactions anti-portugaises dans le golfe Persique (1521-1528) », in *Aquém e Além da Taprobana. Estudos Luso-Orientais à memória de Jean Aubin e Denys Lombard*, ed. Luís Filipe Thomaz, Lisboa, CHAM, pp. 191-227. Les documents maintenant publiés complètent ceux qui ont été édités dans l'étude mentionnée.

[3] Luciano RIBEIRO, « Em Torno do primeiro Cerco de Diu », *Stvdia*, 13 et 14 (1964), pp. 102-103.

(de son vrai nom Lohrasb ben Mahmud Shâh), informe D. João III sur la façon dont la première lettre fut saisie et acheminée jusqu'à la cour portugaise. La troisième, d'un certain Kamâl Pur Hoseyn (*Camel Porhocem*), originaire de Lâr, recoupe la précédente, en présentant à D. João III sa version des événements. L'intertextualité de cet ensemble donne ainsi une idée de l'image de la Porte ottomane chez les gouvernants d'Ormuz, du fonctionnement des antichambres du pouvoir et des clivages internes de la noblesse de cour, partagée entre fidélité et insoumission aux Portugais.

Conservés dans le fonds « Lettres des Vice-Rois » (*Núcleo Antigo* 876) des Archives Nationales de la *Torre do Tombo* (Lisbonne), respectivement sous les côtes 82, 86-86A et 161 [4] ces trois documents ne sont pas datés ni dans les originaux persans ni dans les *trelados* portugais. En ce qui concerne les signatures, la lettre du vizir Ra'is Charafuddin à Süleymân le Magnifique (82) porte le sceau officiel, et une signature peu lisible [5]. La mention Ra'is Salmân, apposée immédiatement après l'invocation au Sultan d'Istanbul et avant la titulature de celui-ci (mention que le *lingoa* d'Ormuz n'a pas traduit en portugais) constitue une autre particularité de cette lettre. Elle laisse penser que le vizir, pour des raisons tactiques, a voulu s'effacer derrière le *Rūmī* Ra'is Salmân, ou plutôt, utiliser son nom. Par ce subterfuge, la lettre ne présentait pas seulement la requête des Ormuzis mais aussi celle d'un prestigieux capitaine turc, Ra'is Salmân. La démarche gagnait ainsi en crédibilité et le document en légitimité aux yeux de la Porte. L'apostille extérieure de la lettre reprend d'ailleurs cette idée de la « double signature »: elle porte en effet la mention en persan *Riz šav* (pour Charafuddin) et *le torki* (pour Salmân) [6]. Néanmoins, la mention en portugais qui la suit, *primeira carta de rey xarafo que esprevia ao turco e a rey suleimão* indique que le traducteur portugais d'Ormuz fut lui-même confondu par le stratagème de Ra'is Charafuddin. Il prit également pour destinataire Ra'is Salmân, sans se rendre compte qu'en évoquant dans sa traduction l'expédition du capitaine

---

[4] Le 82 est aussi conservé sous les côtes 160 et 160A de la même collection.

[5] Le traducteur a terminé le *trelado* de la lettre par la mention « Rey xaraadin » afin de mieux identifier l'auteur de celle-ci. Bien que le résumé du document indique qu'il s'agit d'une lettre du vizir d'Ormuz, Ra'is Charafuddin, Luciano Ribeiro n'a pas identifié ce « rey xaraadin »: cf. « Em Torno… », p. 51. Dans *Die Zeitgenössischen Quellen zur Geschichte Portugiesisch-Asiens und seiner Nachbarländer zur Zeit des HL.Franz Xaver (1538-1552),* Institutum Historicum S.I., Rome, 1962 (tableau XXI), Georg Schurhammer présente quelques reproductions photographiques de signatures de personnalités d'Ormuz au XVIe siècle, dont celle de Ra'is Charafuddin; celle-ci ressemble effectivement à la signature portée sur l'original persan.

[6] Apposée dans cette partie de la lettre, la mention « Ra'is Salmân » en persan, signifie en effet « de la part de » plutôt « qu'adressé à ». Si l'on accepte l'idée que la lettre était aussi adressée à Ra'is Salmân, il faut également croire que Ra'is Charafuddin ignorait le protocole ottoman, mettant sur le même plan le Sultan et son capitaine, et qu'il avait ainsi amoindri la portée diplomatique de sa lettre ; attitude qui semble peu vraisemblable vu le contexte du moment, les talents et la carrière politique du Vizir. On remarquera néanmoins que Mahmud Shâh parle, lui, de lettre «à Rais Salmân», une faute compréhensible de rédaction.

en mer Rouge, il mentionnait celui-ci en employant le passé composé et la troisième personne [7].

La lettre de Lohrasb ben Mahmud Shâh (86-86A) est clairement autographe. Par ailleurs, l'apostille extérieure de ce document porte encore la mention en persan *Mir Mahmud*, (écrite de la même main que la précédente) [8] suivie *de Cuja Adym* en Portugais. La troisième lettre, le *trelado* de l'original disparu de Kamâl Pur Hoseyn, non signé, porte seulement une apostille extérieure, de la même main que les précédentes, avec la mention *do omem omrado Camel Por Hocem de Larym* suivie de son nom en persan.

En dépit de l'absence de datation, les personnages et les événements mentionnés dans les trois documents permettent de situer la rédaction du premier vers 1526-1527 et des deux autres en 1528 [9]. En effet, si la menace ottomane, qui faisait suite à la menace mamelouke, était présente dès la conquête de l'Egypte en 1517, elle s'était accrue dans les années 1526-1527. En 1517, D. Aleixo de Meneses s'exprimait déjà dans ces termes :

> « nous ne sommes pas si sûrs que les Roumes ne viennent que nous ne les attendions chaque année, surtout si le Turc est seigneur du Caire, comme nous l'avons ici pour nouvelle, et ainsi affirment tous les Maures » [10].

Néanmoins, c'est en 1525 que le rapport de Ra'is Salmân, attirant l'attention des Ottomans sur la richesse des Indes et sur la nécessité d'expulser les Portugais de l'océan Indien est présenté à Ibrahim Pacha ; il suscite une réaction anti-portugaise, lente à se mettre en place, mais qui débouchera toutefois sur la grande expédition de 1538 [11]. Vers 1526-1527 les

---

[7] L'original persan étant vague, et ne mentionnant pas la personne de Ra'is Salmân, le traducteur a donc cru rendre le document plus compréhensible en rajoutant quelques mots sur le capitaine turc : cf. *infra*.

[8] La traduction de l'original persan nous permet de corriger trois erreurs dans la note 117 de notre article « Réactions anti-portugaises.... » (p. 112) ; ainsi, la lettre où l'on parle de Shojâ 'al-Din est de Lohrasb ben Mahmud Shâh et non de Muhammad Shâh ; son contenu n'est pas semblable à celui de la lettre à Süleymân (n.° 82). D'autre part, le Ra'is Süleymân mentionné est, bien entendu, Ra'is Salmân et non Hadım Süleymân Pacha.

[9] Le résumé de la lettre 161, rédigée par l'archiviste de la *Torre do Tombo*, indique que celle-ci est adressé à D. Manuel, ce qui est évidemment faux, vu son contenu et son rapport avec les deux autres documents.

[10] Jean AUBIN, « Ormuz au jour le jour à travers un registre de Luis Figueira, 1516-1518 », *Le latin et l'astrolabe*, v. II, Centre Culturel Calouste Gulbenkian/CNCDP, Lisbonne–Paris, 2000, pp. 414-415 ; la lettre de D. Aleixo a été éditée par Jean-Louis BACQUÉ-GRAMMONT et Anne KROELL, *Mamlouks, Ottomans et Portugais en mer Rouge. L'affaire de Djedda en 1517*, Supplément aux Annales Islamologiques, Cahiers n.° 12, Le Caire, 1988, p. 58 (D. Aleixo de Meneses au Roi, de Cochin, 24.XII.1917, AN/TT, CCI, 22,133): «e nam estamos tam çertos de nam vyrem os Rumes que nam esperemos cad'ano por elles…».

[11] Cf. Dejanirah COUTO, « Les Ottomans et l'Inde portugaise », *Vasco da Gama et l'Inde*, vol. I, Fondation Calouste Gulbenkian, Paris, 1999, pp. 186-187, et de la même « No rasto de Hadım Süleymân Pacha : alguns aspectos do comércio do Mar Vermelho nos anos de 1538-1540 », *A Carreira da Índia e as Rotas dos Estreitos*, Angra do Heroísmo, 1998, p. 493.

Portugais apprennent aussi que des contacts sont en cours entre Calicut et la Porte ottomane [12] ; rapports, correspondances et registres des dépenses font état d'une imminente attaque turque. A Ormuz, en dépit des travaux qui avaient été menés après l'insurrection de 1521, le capitaine entreprit de restaurer la forteresse au plus vite : le 30 février 1527 on achetait une importante quantité de craie en pierre destinée à dresser un mur percé par des tours robustes (*cubelos*) ; les travaux continuèrent jusqu'en mai de la même année (mois où s'arrête le registre des dépenses d'Ormuz), mais furent poursuivis ultérieurement [13].

Retranchés dans leur forteresse, les Portugais, conscients de leur petit nombre, misèrent beaucoup sur l'information secrète. Les renseignements fournis par leurs réseaux d'espionnage, mais aussi par de simples marchands musulmans en provenance de la Turquie, de la mer Rouge ou des Indes, s'avérèrent indispensables à la gestion quotidienne d'Ormuz. De même,

---

Sur le document lui-même, cf. Michel LESURE, « Un document ottoman de 1525 sur l'Inde portugaise et les pays de la mer Rouge », *Mare Luso-Indicum*, III (1976), pp. 137-160. Ce document fut étudié à plusieurs reprises, mais resta longtemps non acessible aux non-turcologues : cf. Fevzi KURDOĞLU, «Meşhur Türk Amiralı Selman Reis lâyihası» dans *Deniz Mecmuası*, 47, 1943, n.º 336, pp. 67-73, Çengiz ORHONLU, « XVI asrın ilk yarısında Kızıldeniz sahillerinde Osmanlılar », dans *Tarih Dergisi*, 12 (1961), Istanbul, 1962, pp. 1-24, et Yakub MUGHUL, *Kanuni Devri. Osmanlıların Hint Okyanusu Politikası ve Osmanlı-Hint Müslümanları Münasebetleri 1517-1538*, Istanbul, 1974. Sur le document cf. encore Salih ÖZBARAN, «A Turkish Report on the Red Sea and the Portuguese in the Indian Ocean (1525)», dans *Arabian Studies*, IV, 1978, p.81-88, repris dans le recueil *The Ottoman Response to European Expansion – Studies on Ottoman-Portuguese Relations in the Indian Ocean and Ottoman Administration in the Arab Lands during the Sixteenth Century*, Analecta Isisiana XIII, The Isis Press, Istanbul, 1994, pp. 99-109. L'idée d'expulser les Portugais faisait son chemin dans les milieux cosmopolites des corsaires de la mer Rouge dès la période mamlouke : cf. Dejanirah COUTO, « Les Ottomans… », pp. 185-186.

[12] Gaspar CORREIA, *Lendas da India*, éd. José Rodrigo de Lima FELNER, III/I, Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1997, pp. 274-275.

[13] Les travaux ont été précipités « por haver novas dos Rumes virem aqui esta monção e asy pelo governador mandar dizer que nos fezesemos prestes », *Livro das Despesas efectuadas por Cristovão da Gama, Feitor de Ormuz* (Ormuz, juin de 1525 à juin de 1527), AN/TT, *Núcleo antigo*, 766, fl. 24v, publié Par A. Dias FARINHA, « Os Portugueses no Golfo Pérsico (1507-1538) », *Mare Liberum*, 3 (1991), p. 92. Si l'on tient compte du climat du Golfe, « cette mousson » signifiait fin juin (petite mousson) ou bien septembre (AN/TT, *Colecção* S. Lourenço, II, fl. 209v). Le feitor avait payé trente neuf *ashrafīs* et sept *çadis* pour « duas mill e quinhentas mãos de geso bramquo em pedra » (*Livro das Despesas*…, p. 92). Luis Martins de Portalegre, en lettre à D. João III, insistait encore sur la précarité des défenses d'Ormuz et sur le mauvais état des citernes : Luis de ALBUQUERQUE et José Pereira da COSTA, « Cartas de Serviços da India (1500-1550 », *Mare Liberum*, 1 (1990), p. 324. Sur la continuation des travaux cf. la lettre de Cristóvão de Mendonça à D. João III, le 11.VII.1528, AN/TT, *Gavetas*, 15-17-22, publiée par Luciano RIBEIRO, « Em Torno… p. 96. Les rumeurs d'une attaque ottomane contre l'Inde se propageaient aussi en Europe : cf. la lettre de João de Silveira au roi (de Léon, le 18.VI.1527, AN/TT, CCI, 36, 123), indiquant que les nouvelles étaient apportées par les nefs d'Alexandrie arrivées à Marseille. Luis Martins (de Portalegre) écrivait à D. João III, de Cochin, le 7.XII.1527, que « porque nam vyeram (les Turcs) este anno pareçe ca a todos que foy sonho », dans Luis de ALBUQUERQUE et José Pereira da COSTA, « Cartas de Serviços da India… », p. 323.

l'exploitation adroite de l'opposition entre « fidèles » et « adversaires » des Portugais, parfois au sein du même clan, de même que l'exploitation des clivages socio-ethniques et des rivalités familiales, n'en furent pas moins importants. Cette aptitude à la manipulation a permis aux fonctionnaires lusitaniens de réparer certaines erreurs du passé – la mémoire de l'insurrection de 1521, où ils s'étaient fait surprendre, étant encore fraîche dans tous les esprits [14].

Les trois documents illustrent de façon exemplaire une opération de « neutralisation » destinée à éloigner le danger d'une intervention ottomane. Ainsi, en 1526-1527, Ra'is Charafuddin Fâli, personnage dissimulé et versatile, avait donc fait appel au Sultan pour qu'il prête secours à Ormuz et expulse les Portugais. Dans cette perspective, les contacts avec Istanbul remontaient probablement à la sédition de 1521, sinon à la deuxième conquête d'Ormuz par Albuquerque en 1515; le vizir déclare d'ailleurs dans l'original persan de sa lettre, qu'il eût l'intention de demander de l'aide aux Ottomans lors de ses pélérinages à la Mecque [15]. Les Portugais le soupçonnaient, puisqu'en 1526 on l'a mis aux arrêts sous prétexte qu'il entretenait des contacts épistolaires avec les Turcs (*se carteava com os Rumes*) [16]. Cependant, la présence, dans la préparation de l'insurrection de 1521, d'un conseiller militaire turc [17] ne constitue pour autant une preuve de contact formel avec la Porte, puisque à cette époque, des hommes d'armes mamelouks et ottomans essaimaient l'océan Indien occidental sans garder des liens institutionnels avec celle-ci.

Quoi qu'il en soit, la lettre du vizir à Süleymân, empreinte de fébrilité, et d'une colère à peine contenue, fait aussi état d'un espoir certain. Écrite dans l'urgence, puisqu'elle devait être confiée à des pélerins sur le point de partir vers le *Hajj*, cette lettre témoigne de l'impact – à la cour d'Ormuz – des nouvelles concernant les activités de Ra'is Salmân en mer Rouge. Elles encouragèrent le vizir à adresser sa requête aux Ottomans, en lui faisant croire à l'imminence d'une intervention de la Porte dans le golfe Persique [18].

---

[14] Dejanirah Couto, « Réaction s anti-portugaises… », pp. 196-201.

[15] Cf. également la lettre de Lopo de Azevedo au roi, de Cochin, le 10.XII.1527 : « (…) e Diogo de Mello sabia que Reys Xarafo se queria hyr com achaque de hyr a sua Casa de Meca em romaria he hyr servir com os rumes… », publiée dans *As Gavetas da Torre do Tombo*, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Junta de Investigação Científica do Ultramar, vol. X, Lisboa, 1974, p. 570.

[16] Dejanirah Couto, « Réactions anti-portugaises… », p. 212 et note 117.

[17] Dejanirah Couto, « Réactions anti-portugaises… », p. 198, note 32.

[18] Il s'agit en effet des rumeurs concernant Ra'is Salmân, qui se trouvait au Yémen comme commandant du corps expéditionnaire mamelouk, avec Husayn al-Kurdi (Husayn Turki). On se souvient qu'à la suite de la défaite des Tahirides en 1516-1517, et de la chute de Zabid, Ra'is Salmân essaya de soumettre l'Yémen, ce qu'il ne réussit pas à faire, puisqu'il périt sous les coups de son rival Ḫayreddîn Ḥamza en 1528. Sur ces circonstances cf. Michel Lesure, « Un document ottoman…. », pp. 141-142, et en général Jean-Louis Bacqué-Grammont et Anne Kroell, *Mamelouks, Ottomans et Portugais…* ; P. Ronald Bishop Smith, *Ra'is Salman and Amir Husain, being*

D'autres motivations, moins dictées par l'intérêt commun, intervenaient dans le calcul de Ra'is Charafuddin. Souhaitant venger son frère, tué par (ou sous l'ordre) du Sheykh de Masqat, Rashid, le vizir priait Süleymân d'éliminer à son tour l'assassin, et se déclarait prêt à débourser 500 *tomam* pour payer les exécuteurs. Rashid étant le plus sûr allié des Portugais dans la région, et l'une de leurs sources d'informations sur les événements locaux de l'Oman à la mer Rouge, l'opération n'était que plus justifiée [19].

La lettre à Süleymân n'arriva jamais à son destinataire. Avant de se rendre sur les rives du Bosphore, son porteur, un serviteur de Ra'is Charafuddin, Shojâ'al-Din (*Cuja Adim*) fit un détour par les territoires extérieurs d'Ormuz, dans le but de réunir d'autres doléances contre les Portugais, et de renforcer ainsi, par les lettres des émirs, le propos du vizir. A Qalhat [20], Lohrasb ben Mahmud Shâh et son père, des nobles qalhatis, apprirent de la bouche de l'envoyé la teneur de sa mission, de même qu'un autre personnage, Kamâl Pur Hoseyn, marchand originaire de Lâr. Il fut alors décidé d'employer un stratagème pour empêcher le départ de Shojâ'al-Din et saisir les pièces en sa possession, à savoir, la lettre à Süleymân et le « document officiel en forme de rouleau de papier », portant son nom et celui des émirs.

Kamâl Pur Hoseyn lui demanda ainsi de confier les documents à Lohrasb ben Mahmud Shâh, afin que ce dernier prenne connaissance de leur contenu

---

the Portuguese Text of an Unknown Account of their Expedition from Suez to Aden and the Return to Jidda in 1515 and 1516 found in the Biblioteca Nacional de Lisboa, Lisbonne, 1975. Les événements sont aussi rapportés par Cristóvão de Mendonça en lettre à D. João III (Gav. 15-17-22), publiée par Luciano Ribeiro, « Em Torno… », pp. 93-95.

[19] La lettre évoque notamment les liens de Rashid avec les autorités de Shiḥr et les événements liés au soulèvement anti-portugais de 1521 en Oman. Au mois de juin 1521, D. Luis de Meneses mettait à sac le port de Suḥar, gouverné par Ra'is Chabadin (Chabadim) le frère de Ra'is Charafuddin. Celui-ci s'était enfui à Ormuz, où, d'après les sources portugaises, il fut assassiné par Ra'is Shamshir (Ra'is Xamixir), irreductible ennemi du vizir. Ra'is Xamixir, qui s'était rapproché des Portugais, pour défendre ses intérêts personnels, joua un rôle considérable dans les intrigues qui ont suivi l'insurrection d'Ormuz en 1521. Il est possible que Castanheda, comme Correia, se soient trompés sur le commanditeur (ou exécuteur) de l'assassinat, attribuant à Xamixir ce qui avait été effectué par Rashid : cf. Dejanirah Couto, « Réactions… », p. 204, note 72, et pp. 207-210. Couto est le seul à confirmer l'assassinat du frère de Ra'is Charafuddin par Sheykh Rashid, sauf qu'il se méprend sur l'identité de l'assassiné : selon lui, il s'agissait de Daylami Shah (Cf. Diogo do Couto, *Década Quarta da Ásia*, vol. I, liv. VI, chap. IV, éd. critique annotée et coordonnée par Maria Augusta Lima Cruz, CNCDP, Fundação Oriente, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Lisbonne, 1999, pp. 291-292). Or Daylami Shah était déjà mort à ce moment-là. Sur sheykh Rashid, cf. encore Dejanirah Couto, « Reactions anti-portugaises… », p. 207, note 94, et Diogo do Couto, *ibid*., pp. 291-292. Un autre allié des Portugais dans la région était le sheykh fartaqi de l'île de Soqotra, neveu du sheykh de Qishn (*Caxem)* qui avisait de l'arrivée des turcs [Martim Afonso de Melo au roi (de Malacca), le 26.X.1527], dans Luís de Albuquerque et José Pereira da Costa, « Cartas de « Serviços »… », p. 317. Le royaume de Qishn, ou Ra's Fartak incluait l'île de Soqotra; sur ce sultanat Mahri cf. C. F. Beckingham, « Some Notes on the Portuguese in Oman », *Journal of Oman Studies*, 6 (1983), p. 15.

[20] Qalhat s'était révolté contre les Portugais en 1521, mais, comme dans d'autres possessions d'Ormuz, il existait un groupe « pro-portugais « : cf. Dejanirah Couto, « Réactions anti-portugaises… », p. 208 et note 96.

avant d'y ajouter ses propres doléances. Mahmud Shâh les retint et attendit d'avoir un envoyé de confiance, capable de les apporter au Portugal et de les donner en main propre au roi. L'occasion se présenta en la personne d'Antonio, personnage dont les deux derniers documents n'indiquent pas le nom patronymique ; rencontré par Lohrasb ben Mahmud Shâh lors d'un déplacement à la cour d'Ormuz, il apporta effectivement à Lisbonne la lettre qui s'adressait à Süleymân, sans que nous sachions ce que le rouleau ou d'autres lettres sont devenus.

Qui était cet Antonio, homme discret dont le nom reste dans l'ombre, mais dont les deux documents s'empressent de souligner la fidélité au roi du Portugal et les qualités requises pour une telle mission ? Un faisceau d'indices concordants laissent penser qu'il s'agit d'António Tenreiro [21]. En effet, le célèbre voyageur et informateur de D. João III voyageait précisément à ce moment-là entre les Indes, le golfe Persique et le Portugal. Sa première liaison par voie de terre entre Ormuz et Lisbonne datait de 1523. En septembre-octobre de 1528, Cristovão de Mendonça, le capitaine d'Ormuz, lui confiait une nouvelle mission secrète. Le gouverneur Lopo Vaz de Sampaio souhaitait en effet obtenir de nouvelles informations sur les Ottomans. Tenreiro, qui avait déjà traversé leurs territoires en 1523, fut à nouveau choisi « pour reconnaître le chemin à travers les territoires du Turc, et pour s'informer des nouvelles au sujet du passage des Ottomans en Inde » [22]. En possession de rapports et de lettres, dont celle de Ra'is Charafuddin à Süleyman, il quitta Ormuz dans les premiers jours d' octobre 1528 [23], passa par Basra, traversa le désert syrien jusqu'à Alep, et de là rejoignit Tripoli de Syrie. Une embarcation l'amena ensuite jusqu'à Venise. Ferrare et Gênes ont été les étapes suivantes. Arrivé dans cette dernière ville, il prit un navire à

---

[21] Luciano Ribeiro a bien compris qu'il s'agissait de Tenreiro, mais comme il a situé l'épisode en 1538 (n'ayant pas compris que la « lettre à Süleymân » mentionnait, outre le Sultan, Ra'is Salmân et non Hadım Süleyman Pacha) donna donc 1538 comme date de retour de Tenreiro au Portugal : cf. du même, « Em Torno… », p. 51. Salih Özbaran, « The Ottoman Turks and the Portuguese in the Persian Gulf 1534-1581 », *The Ottoman Response…*, p. 126, note 23, a suivi Luciano Ribeiro et data la lettre de 1534.

[22] Cf. « Itinerário de António Tenreiro », dans *Viagens por Terra da India a Portugal – António Tenreiro et Mestre Afonso*, int. et notes de Neves Águas, Europa-América, Lisbonne, 1991, p. 98. L'édition classique reste celle de Antonio Baião, « Itinerário de António Tenreiro, Cavaleiro da Ordem de Cristo, em que se contem como da India veio por Terra a estes Reinos de Portugal », dans *Itinerários da India a Portugal por Terra*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1923.

[23] Diogo do Couto indique la date du 20 septembre (*Década Quarta da Ásia*, I, Liv. V, chap. VII, p. 260), et Tenreiro lui-même donne le choix entre trois jours différents. Jean Aubin, «Pour une étude critique de l'"Itinerário" de António Tenreiro », *Le latin et l'astrolabe*, II, pp. 523-546, a beaucoup clarifié les inconséquences chronologiques du texte de Tenreiro. Cependant, la date du retour du deuxième voyage n'est pas remise en cause ; ce retour a eu lieu l'automne 1528 (*ibid*., p. 535). Pour la description du voyage, Diogo do Couto, *Década Quarta da Ásia*, I, Liv. V, chap. VII, pp. 260-262.

destination de Valence, en l'Espagne, et gagna ensuite le Portugal par Tolède, arrivant à Lisbonne le 22 mai 1529 [24].

Si son voyage permet de mieux cerner le moment où ont été rédigés les deux derniers documents, un autre voyage permet d'en faire autant, même s'il pose quelques problèmes de datation. Il s'agit de celui de Ra'is Charafuddin en Inde, épisode mentionné aussi bien par lui-même, que par Lohrasb ben Mahmud Shâh et Kamâl Pur Hoseyn.

Excédé par une suite de mauvaises nouvelles et décidé à clarifier la situation à Ormuz [25], D. João III ordonna effectivement à Manuel de Macedo, capitaine de l'escadre du gouverneur Lopo Vaz de Sampaio en 1526, de ramener Ra'is Charafuddin au Portugal. Cependant, en raison du conflit qui l'opposait au capitaine d'Ormuz Diogo de Melo et au Gouverneur lui-même, le vizir fut d'abord envoyé en Inde pour rendre des comptes à Lopo Vaz [26]. Il retourna ensuite à Ormuz d'où il s'embarqua finalement vers le Portugal, amenant avec lui des biens (*fazenda*) et une escorte formée par des gens de sa maison [27].

L'ordre du souverain, mentionnant le départ imminent de Manuel de Macedo de Lisbonne vers Ormuz, est daté du 18 août 1528 ; or Manuel de Macedo, si on accrédite Correia, se trouvait déjà dans le golfe Persique en août 1528 [28]. Entretemps, Ra'is Charafuddin, qui était à Cochin en décembre 1527 [29], rentra à Ormuz. La lettre du vizir à un destinataire inconnu, datée du 22 septembre 1528, fait référence à son retour, escorté par Cristóvão de Mendonça, à bord d'un *galião* en provenance de Cochin [30], mais ne donne

---

[24] Sur le voyage, outre Jean Aubin, cf. accessoirement, Luciano Ribeiro, « A Viagem da India a Portugal por Terra, feita por António Tenreiro », *Stvdia*, 3 (1959) ; Frederico Gavazzo Perry Vidal, « Uma nova lição da « Viagem por Terra « de António Tenreiro », *Congresso de História da Expansão Portuguesa no Mundo*, 2.ª secção, Lisbonne, 1938 ; Sousa Viterbo, « Viagens da India a Portugal por Terra e Vice-Versa », *O Instituto*, 44 (1897) et 45 (1898).

[25] Sur les événements, cf. Dejanirah Couto, « Réactions anti-portugaises… », pp. 212-213.

[26] D'après la lettre de Lopo de Azevedo à D. João III (de Cochin, le 31.XII.1527, dans *As Gavetas da Torre do Tombo*, X, p. 570) Ra'is Charafuddin devait répondre de plusieurs accusations, mais le gouverneur ne savait pas très bien ce qu'il devait faire de lui : « Lopo Vaz teve comselho sobre Rays Xarafo governador d'Ormuz que ao presente estaa aquy pelo Diogo de Mello prender em Urmuz e Lopo Vaaz mandou por ele e aquy nos preguntou que he o que faria delle se o mandaria a Vossa Alteza ou tornaria a mandar a Urmuz… »; Dejanirah Couto, « Réactions anti-portugaises… », p. 215 et note 131.

[27] Diogo do Couto, *Década Quarta da Ásia*, I, Liv. V, chap. IV, p. 291.

[28] Doit-on envisager la possibilité d'un *lapsus calami* du copiste ? Manuel de Macedo a dû partir du Portugal en février 1528, puisqu'il était déjà à Ormuz l'été 1528. Il avait précédé de peu le Gouverneur Nuno da Cunha, parti lui-même en avril 1528 (le 18 ?) (Gaspar Correia, *Lendas*…, III/III/I, pp. 308 et 319, et Diogo do Couto, *Década Quarta da Ásia*, I, liv. V, chap. I, p. 232). Sur la question, ainsi que sur les rapports entre le capitaine d'Ormuz et Ra'is Charafuddin, cf. Dejanirah Couto, « Réactions…. », pp. 214-215.

[29] Cf. *supra* la lettre de Lopo de Azevedo (note 26).

[30] Cf. sa lettre publiée dans notre étude « Réactions…. », doc. annexes (3), AN/TT, *CCI*, 41, 39. En tout cas, à la mi-juillet 1528, Ra'is Charafuddin était déjà à Ormuz, puisqu'il avait été

aucune indication permettant de connaître la date à laquelle il quitta l'Inde. Toujours est-il que les lettres de Lohrasb ben Mahmud Shâh et de Kamâl Pur Hoseyn, indiquant que la saisie des lettres eut lieu avant le voyage du vizir en Inde et son retour à Ormuz, ont été rédigées au plus tard fin septembre 1528, de manière à être emportées par Antonio Tenreiro début octobre, lors de son départ vers le Portugal.

Bien qu'il subsiste de menues divergences entre le récit de Lohrasb ben Mahmud Shâh et celui de Kamâl Pur Hoseyn, les deux documents donnent une version identique des événements. Ces divergences sont à mettre sur le compte d'une rivalité sous-jacente, l'un et l'autre cherchant à montrer leur fidélité à la Couronne portugaise, fidélité dont, selon eux, se réclamait aussi Shojâ'al-Din, lequel prétendit, à la fin de son aventure, avoir révélé sa mission et montré sciemment les lettres dans l'espoir de se faire récompenser par le roi du Portugal.

Ainsi, dans la version de Kamâl Pur Hoseyn, Shojâ'al-Din s'adressa d'abord à lui ; c'est également lui qui affronta la colère de l'envoyé de Ra'is Charafuddin, qui avertit Lohrasb ben Mahmud Shâh, et qui cacha les lettres dans un mur fissuré, avant de partir en Inde, intégré à la suite du vizir. C'est également lui qui, à Cochin, prit l'initiative de se confier à Antonio (Tenreiro). Pour Lohrasb ben Mahmud Shâh, la décision de saisir les lettres lui revient, bien qu'il soit forcé d'admettre le rôle essentiel de Kamâl Pur Hoseyn dans l'affaire. Mais il peut revendiquer autant de mérite que le marchand de Lâr : dépositaire sûr, il a su attendre qu'un courrier digne de confiance se présente.

Plus significatives sont deux différences entre les originaux persans et les *trelados* portugais. Abstraction faite du choix de certaines tournures de traduction, assez libres, mais inévitables quand il s'agit de rester fidèle au style emphatique et obséquieux qui est celui de Ra'is Charafuddin et de Lohrasb ben Mahmud Shâh, ou de rendre compréhensible une syntaxe irrégulière (qui interroge ici la fonction du discours rapporté [31]), il s'agit bel et bien de quelques omissions dont on ne peut que supposer les raisons.

Outre la disparition de l'invocation à Ra'is Salmân dans le *trelado* de la carte à Süleymân, on remarquera en effet que le traducteur du texte de

---

remis dans ses prérogatives, quand Manuel de Macedo, en arrivant, le mit aux fers au mois d'août (CASTANHEDA, *Historia do descobrimento e da Conquista da India pelos Portugueses*, Lello & Irmão, Porto, 1979, II/CII, pp. 548-549). Nous avions cru, dans notre article « Réactions anti-portugaises… », p. 214, note 126, qu'il y avait eu, peut-être, une coincidence des deux mandats contre Ra'is Charafuddin (celui de D. João III et celui de Lopo Vaz de Sampaio) ; en réalité, bien que Correia ne date pas les deux évènements, le problème ne se pose plus, dans la mesure où le voyage en Inde est de 1527 et non de 1528. Cependant, la date de la lettre du souverain (août 1528) reste un mystère qu'il n'a pas été possible de trancher.

[31] La difficulté principale de la traduction réside dans l'oscillation entre le discours direct et le discours indirect, et concerne surtout la traduction de la lettre de Lohrasb ben Mahmud Shâh. L'auteur cherchait, par l'emploi d'un langage factuel et constatatif, à légitimer ses propos.

Lohrasb ben Mahmud Shâh fit également disparaître la mention au rouleau de papier avec le nom des émirs, destiné à Süleyman *Kânûnî*. Deux raisons ont pu justifier ces écarts des originaux persans. En oblitérant la mention à Ra'is Salmân, le traducteur soulignait davantage la complicité de Ra'is Charafuddin avec la Porte ottomane ; la lettre de ce dernier prenait incontestablement une tournure plus officielle, bref, plus compromettante. En contrepartie, l'omission de la liste des émirs peut être interprétée dans le sens contraire, c'est-à-dire, comme un désir de ne pas dévoiler d'éventuelles complicités locales, compromettant ainsi aux yeux de D. João III de potentiels alliés pour le Portugal.

« Incident de parcours » de la gouvernance portugaise à Ormuz, la saisie de la lettre de Ra'is Charafuddin à Süleymân soulagea momentanément les autorités portugaises. Néanmoins, elle révélait de nouveau, et de façon assez claire, les limites politiques de la tutelle portugaise, en marge d'une histoire régionale qui continuait d'échapper à son pouvoir, puisque fondée sur des liens économiques et socio-culturels dont elle ne pouvait mesurer l' ampleur. Dans ce contexte, la menace ottomane, telle une « épée de Damoclès », allait encore représenter, pendant quelques décennies, un défi majeur pour la présence portugaise dans l'océan Indien occidental.

(1)

s.l.n.d.

LETTRE DE RA'IS CHARAFUDDIN À SÛLEYMÂN [ET DE LA PART DE RA'IS SALMÂN] DEMANDANT DU SECOURS CONTRE LES PORTUGAIS

ANTT/CARTAS DOS VICE-REIS, doc. 82 (ORIGINAL PERSAN)

[1] هو هو

[2] سلطان سلیمان شاه

[3] رئیس سلمان

[4] فتح و اقبال و نصرت و ظفر و حشمت و جلال، ملازم رکاب حضرت شجاعت شعار بسالت مدار، اسد المعارک [5] فی الآفاق، محرز قصبات السبق فی مضمار الشجاعت بالاستحقاق، قامع ابنیه الکُفر والضّلال، [6] رافع الویه الغزو للغایت الکمال، منظور انظار السّلاطین، مقبول القیاصره و الخواقین، [7] المختصّ بعنایت الله السبحان ابوالغازی صانه الله تعالی عن طوارق الحدثان باد. مخلص صادق الاخلاص [8] که ارثیه و اکتسابیه کمر یکجهتی و محبّت و تطاق یکجهتی و عبودیّت آن ظفر مآب بر میان جان داده، بعد از تبلیغ [9] ضراعات و انکسار، عرضه می دارد که مدّت مدید شده که بلدهٔ جرون و توابع الی هند در دست کُفّار فرنج [10] گرفتارند و ضربه ها[ی] جور و جفاء بر قفا می خورند. درین سنوات هیچ مغیثی [11] و معینی پیدا نشد که مسلمانان [را] از جور کافران باز رهاند. بارها عازم برآن شده که خودم را [12] به کعبهٔ معظّمه رسانم و از آنجا صورت حال و قصّهٔ این غُصّه به درگاه پادشاه سلیمان جاه خورشید اشتباه [13] عدالت دستگاه ملوک سپاه، خلد الله سبحانه سلطانه، رفع نمایم ؛ و امداد و اعانت از آن سلطان عدالت توأمان طلبم [14] تا غور فرموده، ترحّم بر عباد الله نموده، فوجی از عساکر ظفر مآثر بدین بنادر و سگان غادر گمارد و به ضرب [15] توپهای آتش بار صاعقه کردار، ما را از روزگار کُفّار برآرد. چند گاه انتظار این فرصت داشتم، ناگاه بشارت [16] رسید که جنود مظفّر ورود سلیمانی جهت قلع و قمع بناء کُفر کَفَرهٔ فرنگ به جدّه نزول اجلال [17] فرموده، روز به روز انتظار ظهور لشگر فیروز اثر آن سرور دین پرور داشتم. چون خبر نزول [18] لشگر نصرت پیکر به این جماعت کُفر بضاعت رسید، تمام در مقام فرار و جادّهٔ انکسار خودند [19] و چون قدرت مقاومت و قوّت مدافعت در خود نمی یافتند، احمال و اثقال ریزان، گریزان بودند. ما نیز [20] بر حسب طاقت و قدرت، نامزد لشگر از کمانداران جانباز و سرداران سر انداز از بیگانه و خویش و بهادران رزم اندیش [21] نمودیم. ناگاه، کتابت این ظالم دین فاسد، شیخ راشد مسقطی که مشیر و وزیر و یکرنگ فرنگ است، به این گروه [22] بی شکوه رسید، مشتمل بر فرح و شادی که عساکر رومیّه از سردار فرار نموده اند و به طرف یمن رفته اند و والی شحر [شهر] [23] مرا خبر داده و مدّت مدید است که به قاعده، به راه برّ و بحر، مرد به شحر [شهر] می فرستد و حاکم شحر

[شهر] خبرها [24] که موجب قرار و فراغت خاطر مردم کافر است، به شیخ راشد می رساند. اکنون حسبه الله تعالی [25] صدقات فرق پادشاه که از برق سرعت سیر استعاره کرده، تصمیم عزم جرون فرمایند و از مدد خرج و مدد [26] لشگر، هیچ اندیشه ننمایند که این مُخلص به هر دو صورت کمر بسته و مانعی نیست ؛ و التماس آنکه وقت توجّه به هر تلبیس که توان [27] شیخ مسقط به دست آورند. چه، بر اهل عالَم، چون آفتاب، روشن است که با فرنگی متّفق شده و برادر این مُخلص را مقتول ساخته ؛ ثبوت نامهٔ [28] قضات و حُکّام و اهل مُلک دارم. اگر لشگر سلطان او را به قصاص قتل برادرم مقتول سازند، پانصد تامان [تومان] می دهم ؛ چه، قتل او از قبیل قتل [29] افعی در سایر دین و ملل واجبست از آن جهت که معین و نصیر و بشیر کَفرهٔ شریر است و از حاکم شحر [شهر] حمایت و رعایت می بینند [30] و این خبرها به او می رساند و بنیان حصار و اساس کار این کُفّار اشرار، مستحکم می گردانند. لله لله که رحم [31] بر حال مسلمانان مظلوم آورند و تعلّل موجب آفات و استحکام کار کُفّار دانند. سخنی چند حوالت زبان [32] همین مُخلص است که به ملازمه می رسد. قول او قول بنده است و عهد او عهد این دولتخواه. [33] امیدوارم که هم چند [چه] زودتر عنان عزیمت [34] کشورگیر به این دیار و ترفه خاطر مسلما[نا]ن اسیر، معطوف [35] سازند. لله، لله که توقّف جایز نفرمایند. [36] دولت و اقبال، لایزال باد. آمین. [37] بنده ... مُخلص شتافت.

[38] الله تعالی

[39] چون حُجّاج متوجّه بودند، صورت حال [40] باز نمود. لکن جهت آنکه شاید که ایشان را [41] دولت خدمت دست ندهد، به ارسال هدیه [42] مصلحت ندید. در خاطر هست که عنقریب کسی که سوابق [43] خدمت به ملازمان دارد، به ملازمت فرستد. [44] امید که قبل از وصول او، دولت خدمت آن دین مدار [45] سمت حصول پذیرد.

[1] Hova hu
[2] Soltân Soleymân Shâh
[3] Ra'is Salmân
[4] Fath va eqbâl va nosrat va zafar va heshmat va jalâl, molâzem-e rekâb-e hazrat-e shojâ'at sho'âr-e besâlat madâr, asad-ol-ma'ârek-e [5] fel-âfâq, mohraz-e qasabât-ol-siyaq fi mezmâr al-shojâ'at-e bel-estehqâq, qâme'-e abniye al-kofr va al-zelâl, [6] râfe'-al-veye al-ghazve lel-ghâyat al-kamâl, manzur-e anzâr al-salâtin, maqbul-e al-qiâsere va al-khavâqin, [7] al-mokhtasse be 'enâyat al-Lâh al-sobhân ab-ol-ghâzi sâne al-Lâh ta'âlâ 'an tavâreq al-hadasân bâd. Mokhles-e sâdeq al-ekhlâs [8] ke ersiye va ektesâbiye kamar-e yek-jahati va mohabbat va tottâq-e yek-jahati va 'obudiyat-e ân zafar maâb bar miân-e jân dâde, ba'd az tabligh-e [9] zerâ'ât va enkesâr, 'arze midârad ke moddat-e madid shode ke balade-ye Jarun va tavâbe' elâ Hend dar dast-e koffâr-e Faranj [10] gereftârand va zarbe-hâ-ye jowr va jafâ bar qafâ mikhorand. Dar-in sanavât hitch moghisi [11] va mo'ini peydâ nashod ke mosalmânân [râ] az jowr-e kâferân bâz-rahânad. Bâr-hâ 'âzem bar ân shode ke khodam râ [12] be Ka'be-ye mo'azzame resânam va az ânjâ surat-e hâl va qesse-ye in ghosse be dargâh-e pâdeshâh-e Soleymân-jâh-e khorshid eshtebâh-e [13] 'edâlat dastgâh-e moluk sepâh, khallad al-Lâh sobhâne soltânoh, raf' namâyam ; va emdâd va e'ânat az ân soltân-e 'edâlat to'amân talabam [14] tâ ghowr farmude, tarahhom bar 'ebâd-ol-Lâh nemude, foji az 'asâker-e zafar ma-âser be-din banâder va sagân-e ghâder gomârad va be zarb-e [15] tup-hâ-ye âtash-bâr-e sâ'eqe kerdâr, mâ râ az ruzegâr-e koffâr bar-ârad. Tchand gâh entezâr-e in forsat dâshtam, nâgâh beshârat [16] resid ke jonud-e mozaffar vorud-e soleymâni jahat-e qal' va qam' banâ' kofr-e kafare-ye Farang be Jadde nozul-e ejlâl [17] farmude, ruz be ruz entezâr-e zohur-e lashgar-e firuz asar-e ân sarvar-e din-parvar dâshtam. Tchon khabar-e nozul-e [18] lashgar-e nosrat peykar be in jamâ'at-e kofr bezâ'at resid, tamâm dar maqâm-e farâr va jâdde-ye enkesâr khudand [19] va tchon qodrat-e moqâvemat va qovvat-e modâfe'at dar khod nemiâftand, ahmâl va asqâl rizân, gorizân budand. Mâ niz [20] bar hasb-e tâqat va qodrat, nâmzad-e lashgar az kamân-dârân-e jân-bâz va sardârân-e sar-andâz az bigâne va khish va bahâdorân-e razm-andish [21] nemudim. Nâgâh, ketâbat-e in zâlem-e din fâsed, Sheykh Râshed-e Masqati ke moshir va vazir va yek-rang-e Farang ast, be in goruh-e [22] bi-shokuh resid, moshtamel bar farah va shâdi ke 'asâker-e Rumiye az sardâr farâr nemude-and va be taraf-e Yaman rafte-and va vâli-e shahr [23] marâ khabar dâde va moddat-e madid ast ke be qâ'ede, be râh-e barr va bahr, mard be shahr miferestad va hâkem-e shahr khabar-hâ [24] ke mujeb-e qarâr va farâqat-e khâter-e mardom-e kâfer ast, be Sheykh Râshed miresânad. Aknun hasabah-ol-Lâh ta'âlâ [25] sadaqât farq-e pâdeshâh ke az barq-e sor'at-e seyr este'âre karde, tasmim 'azm-e Jarun farmâyand va madad-e kharj va madad-e [26] lashgar, hitch andishe nanamâyand ke in mokhles be har do surat kamar baste va mâne'i nist ; va eltemâs ânke vaqt-e tavajjoh be har telbis ke tavân [27] Sheykh-e Masqat be dast âvarand. Tche, bar ahl-e 'âlam, tchon âftâb, rowshan ast ke bâ farangi mottafeq shode va barâdar-e in mokhles râ maqtul sâkhte ; sobut-nâme-ye [28] qozât va hokkâm va ahl-e molk dâram. Agar lashgar-e soltân u râ be qesâs-e qatl-e barâdaram maqtul sâzand, pânsad tumân midaham ; tche, qatl-e u az qabil-e qatl-e [29] af'i dar sâyer-e din va melal vâjeb ast az ân jahat ke mo'in va nasir va bashir-e kafare-ye sharir ast va az hâkem-e shahr hemâyat va reâyat mibinad [30] va in khabar-hâ be u miresânad va bonyân-e hesâr va asâs-e kâr-e in koffâr-e ashrâr, mostahkam migardânad. Le-Lâh, le-Lâh ke rahm [31] bar hâl-e mosalmânân-e mazlum âvarand va ta'allol mujeb-e âfât va estehkâm-e kâr-e koffâr dânand. Sokhani tchand havâlat-e zabân [32] hamin mokhles ast ke be molâzeme miresad. Qol-e u qol-e bande ast va 'ahd-e u 'ahd-e in dowlat-khâh. [33] omidvâram ke har tche zud-tar 'enân-e 'azimat-e [34] keshvar-gir be in diâr va taraffoh-e khâter-e mosalmâ[nâ]n-e asir, ma'tuf [35] sâzand. Le-Lâh,

le-Lâh, le-Lâh ke tavaqqof jâyez nafarmâyand. [36] Dowlat va eqbâl, lâ-yazâl bâd. Âmin. [37] Bande (…) mokhles shetâft.

[38] Al-Lâh ta'âlâ

[39] Tchon hojjâj motevajje budand, surat-e hâl [40] bâz nemud. Lâken jahat-e ânke shâyad ke ishân râ [41] dowlat-e khedmat dast nadahad, be ersâl-e hedye [42] maslahat nadid. Dar khâter hast ke 'anqarib kasi ke savâbeq-e [43] khedmat bâ molâzemân dârad, be molâzemat ferestad. [44] Omid ke qabl az vosul-e u, dowlat-e khedmat-e ân din-madâr [45] semat-e hosul pazirad.

Traduction française :

Lui Dieu
Sultan Süleymân Shah
Ra'is Salmân

La victoire, la bonne chance, le triomphe, la somptuosité et le splendeur soient toujours avec vous qui êtes vaillant, lion sur les champs de bataille dans le monde entier, protecteur des villes et des villages musulmans, destructeur des bâtiments appartenant à des infidèles, porte-drapeau et leader dans des guerres saintes, le modèle préféré des sultans et agrée par les Césars et les rois, le seul qui bénéfice de la faveur et de l'attention de Dieu tout puissant, [Sultan Süleymân], Guerrier que Dieu le protège dans les voies et les événements.

Votre serviteur, dévoué sincère qui suis constamment du père en fils au service de Sa Majesté, après avoir vous présenté les éloges, vous expose que cela fait longtemps que la région de Djarun et ses alentours jusqu'à l'Inde sont aux mains des infidèles étrangers (*Farangs*) et que les habitants de ces régions subissent les rigueurs de l'oppression et de l'injustice des infidèles. Durant ces années, aucun secours ni aucune aide ne s'est trouvé pour apporter aux musulmans la libération de cette oppression. Plusieurs fois j'ai décidé de me rendre à la Mecque et de là, envoyer un rapport contenant le récit de cette triste situation à la Cour de Votre Majesté qui ressemble à celle de Süleymân le prophète et qui a le splendeur du soleil, Cour de la Justice dont les rois du monde entier sont les gardiens, [Cour du Sultan Süleymân] que Dieu rend éternelle sa royauté. J'ai voulu ainsi demander à Sa Majesté, qui est toujours juste et équitable, d'étudier à fond la situation des musulmans et d'envoyer, par la compassion pour eux, un régiment de son armée victorieuse vers ces ports contre les infidèles afin de combattre ces chiens perfides par les coups des canons qui pleuvent du feu et qui sont comme de la foudre. Pendant un certain temps j'attendais une occasion pour réaliser ce projet ; soudain j'ai reçu la bonne nouvelle d'après laquelle les soldats victorieux de Sa Majesté sont arrivés à Djeddah pour éliminer les infidèles étrangers (*Farangis*) et détruire leurs positions. Jour après jour, j'ai cultivé l'attente de voir ici l'armée victorieuse de Sa Majesté, souverain zélé pour la religion. Lorsque la nouvelle de l'arrivée de votre armée triomphale arriva à cette communauté d'infidèles, la totalité fut en position de fuite et étant donnée qu'ils n'avaient pas de moyen pour se battre ni se défendre, ils se sont enfuis en laissant leurs bagages et effets. Nous aussi, vu nos moyens, nous avons organisé des troupes et recruté ainsi des archers prêts à mourir au combat, des commandants courageux et des guerriers expérimentés venant de notre région et d'ailleurs. Soudain, une lettre d'encouragement de la part de ce tyran impie, le Sheykh Râshed Masqati, conseiller, ami et aillé des infidèles (*Farangis*) parvint à ce groupe sans honneur qui était en train de s'enfuir. Cette lettre provoquante de joie et de contentement annonçait que les troupes ottomanes (*Rumis*) avaient désertés de leur chef, parties en direction du Yémen. [Sheykh Râshed Masqati écrivait dans cette lettre que] le gouverneur de la ville l'avait

informé de cette nouvelle. En effet, cela fait longtemps que [le Sheykh] envoie régulièrement, par terre et par mer, des hommes à la ville et le gouverneur fait ainsi parvenir au Sheykh Râshed des nouvelles qui suscitent la stabilité et la tranquillité d'esprit des infidèles. Maintenant, par la volonté de Dieu, c'est le moment que Sa Majesté envoie à Djarun ses troupes qui au point de vue de la vitesse ressemblent à l'éclair ; pour ce qui concerne les frais matériaux et l'aide militaire, votre serviteur sera à votre disposition et il n'y aura aucun problème. La seule chose que je vous demande c'est que lors de votre attaque, faites arrêter, par n'importe quel stratagème, le Sheykh Masqati car il est évident à tout le monde qu'il est allié des étrangers (*Farangis*) et qu'il a fait assassiner le frère de votre serviteur. J'en ai la preuve écrite de la part des juges et des gens importants ainsi que des habitants de ce pays. Si les troupes du Sultan tuent le Sheykh pour venger le meurtre de mon frère, je leur payerai 500 *tomans* car tuer ce Sheykh, allié et agent des infidèles et protégé par le gouverneur, et informé par lui pour consolider la position des infidèles, est comme abattre le vipère qui doit être obligatoirement abattu dans toutes les nations et dans toutes les religions. J'en jure par Dieu, par Dieu, par Dieu qu'il est temps d'envoyer vos troupes par pitié pour les musulmans opprimés, car les tergiversations causent de problèmes et renforcent les infidèles.

Il existe encore quelques mots que mon messager dévoué qui apporte cette lettre à Sa Majesté vous dira. Sa parole est la mienne et sa promesse est celle de votre serviteur.

J'espère que le plus tôt possible Sa Majesté arrivera avec ses troupes à ce pays et arrangera ainsi la situation pour le bien-être des musulmans qui sont pour le moment captifs et opprimés par les infidèles. J'en jure par Dieu, par Dieu, par Dieu qu'il ne faut pas attendre. Que soient éternelles votre royauté et votre bonne chance. Amen.

(*La signature est illisible*)

[*Sur l'autre face du document*]

Dieu soit exalté

Étant donné que les pèlerins étaient en route, ce rapport a été écrit. Mais, comme je n'étais pas sûr qu'ils auront la possibilité d'être reçus en audience par Sa Majesté, je n'ai pas jugé bon d' envoyer des cadeaux. Or, j'ai à l'esprit que sous peu j'envoie à votre Cour quelqu'un digne de confiance. J'espère qu' avant son arrivée auprès de Sa Majesté, moi-même votre serviteur, je vous recevrai ici et j'y serai à votre service.

s.l.n.d.

LETTRE DE RA'IS CHARAFUDDIN À SÜLEYMÂN DEMANDANT SON SECOURS CONTRE LES PORTUGAIS

ANTT/CARTAS DOS VICE-REIS, doc. 82 (*TRELADO* PORTUGAIS)

Trelado de huua carta que escreveo Reix Xarafo algoazyr d'Ormuz a elRey Çoleimãao Rumy

Tu tu abrydor e descobrydor de grandes recebymentos e posporydade vençedor* e honrador cujo estrybo Deus ajudara esforçado e nomeado per lyam antre todolos houtros guardador dos castelos esforçado na verdade sostedor da nosa (*sic*) profeta contra hos arranegados e danadores sostedor dos algazyes em sua homra a que todolos reis esperão de que seres reçebydo e comfirmado com ajuda de Deus elRey Çoleimãao pay dos algazes a que Deus tenha em sua guarda ho tempo que lhe tem prometido. Eu verdadeiro servydor e de verdadeira vontade estou desposto e de çimto apertado pera ser em toda vosa ajuda e ysto he o que tenho no coração e asy sabera que Hormuz e as houtras teras ha muyto tempo que estão em poder d'arranegados e nos fazem muito mall rouba-nos e espamca-nos e nos dão muytas bofetadas e nestas partes numqa pareceo nem houvy* quem pelejasy contra eles nem quem lhe tirase hos mouros de seu poder. E ja por muytas vezes vos fez ysto a saber como a elRey Çoleymãao estralyçido como ho soll e de gramde justiça e poder a que Deus acreçemte os dias da vida e ysto vos faço saber e peço pelo amor de Deus que me acudaes e façaes justiça porque eu tenho esperanca em Deus que por pouqua jemte * que mandes se matara este fogo e tirar-nos-es e a outros fora destes ynymygos e jaa muito que esto esperavamos e nesta esperança nos vyeram novas que ho vemcedor* Raiz Coleimãao vynha pelo Estreito e com esta nova folgamos todos e com ella mesma estes arranegados estavão bem agastados e ja lhe nom alembravam [**f.°1v.°]** suas bombardas nem houtras armas e nom sabyam cada huu o que de sy fizesy. E neste tempo lhe veo hua carta de xeque Rasyd noso ynymyguo e companheiro dos arranegados em que lhe dezya que folgasem e tomasem prazer porque hos Rumes vãao com sua frota sobre as partes de Amaam que he o reino d'Adem e que estas novas lhe vyerao de Seher* homde ele mandara homejs seus per mar e per tera pera lhe trazerem as taes novas e asy lhas escreverão os regedores de Seher* que tambem são amygos dos arranegados e lhe pagão çerta cousa por ano. Agora vos requeyro pelo amor de Deus que venhaes a estas nosas partes e mandes sem reçeo ajuda que venha pouqa jemte por que eu vos ajudarey com mynha jemte que pera ysto estou desposto e com meu çimto apertado e ysto crede verdadeiramemte e o que lhe peço e rogo que primeyro que a nos acheguem me tomes * ao xeque de Mascate* e mo tende em voso poder porque crea que hasy como ho soll alumya por todo ho mumdo asy he o xeque de Mascate em ajuda dos Portugueses. E por amor delles matou a meu irmão e pelo amor de Deus que dele me des vymgança e do samgue * de meu irmãao e asy lhe peço pelo amor de Deus que mande pergumtar aos regedores* de Seher * que razão tem pera mandarem as taes novas a estes ynymygos e esforça-los e asy lhe peço pelo amor de Deus que holhes por estes coytados e nom façaes nenhũa tardança em vosa vynda sobre estes ynymygos. E ysto he o que lhe peço e requeyro e o que lhe prometo lhe comprirey com muyta verdade e quamto mais çedo quamto [**f.°2]** mylhor e todos estamos com hos olhos aberto *(sic)* e lomgos esperamdo vosa vinda e ysto lhe escreveo

por estes romeiros hojaaz e por nom aver hy mais tempo lhe nom mando houtro presemte.

Craro e desejoso rex xaraadim
Apostille extérieure : *en persan :* Riz Šav le torki

En portugais : Primeira carta de Rey xarafo que esprevya ao Turco e a rey Suleimão.

* Rectification de la lecture de Luciano Ribeiro.

(2)

LETTRE DE LOHRASB BEN MAHMUD SHÂH AU ROI

AN/TT, LETTRES DES VICE-ROIS, DOC. 86-86A (ORIGINAL PERSAN)

[1] بر رأی عالم آرای سلطان سلاطین عالم و پادشاه ممالک عرب و عجم و فارس و دیلم خلد الله تعالی مُلکه و عدله و احسانه روشن باد [2] که این بنده و آباء و اجداد، قدیماً در خدمتکاری و جانسپاری پادشاهان هرموز بوده ایم و الحمد لله که در این مدّت هرگز تقصیری [3] ننموده ایم که شرمندگی باشد ؛ و تا لشگریان پرتگال به هرموز آمده اند، بنده و قوم بنده که در درگاه هرموز مشهوریم، در هر [4] محل و هر مُلک که بوده ایم، خدمتکاری و اخلاص لشگر پرتگال به نوعی نموده ایم که بر ایشان، اخلاص بندگان ظاهر شده [5] و این حال بر کتیران و کاپیتانان، تمام معلوم است. و در این مدّت، مادام در خاطر بوده که در صحبت، کسی معتبر امین که [6] هم مُخلص پادشاه و هم خبیر این مُلک باشد، عرض اخلاص خود بنمایم تا از جانب پادشاه، مزید تربیت و عنایت ظاهر گردد. و چون [7] درین ولا کشتی آنتانی روانهٔ درگاه بود و لاف غلامی پادشاه داشت، بنابر اعتبار او و اخلاص به خدمت خود، واجب دیدم که [8] در صحنهٔ او اخلاص خود عرضه داشت کنم تا به محلّ مجال، مخفیانه به عرض پادشاه رساند به نوعی که در نزد مسلمانان موجب بدنامی [9] و دشمنکامی بنده و کسان بنده نشود. بنابر این، کتابت خود و کتابت شخصی معتبر که خود مطّلع بر این صورت است و کتابتها [10] که به مخالفان نوشته بوده اند و از راه گرفته شده، تماماً مُهر کرده، تسلیم انتانی نموده ایم و سوگند به سر پادشاه [11] و کتاب انجیل به او داده ایم و خطّ دست او گرفته ایم که به هیچ کس نتواند نمود الاّ خاصّه پادشاه پرتگال. و صورت [12] حال همین است که بنده در قلهات بودم که شجاع الدین نام، نوکر مَحرم وزیر هرموز به قلهات آمد و در مجلس پدر بنده [13] و بنده تقریر نمود که : « از جانب وزیر آمده ام که پیش رئیس سلمان و رومیان رَوم تا زود بیایند و اندیشهٔ هرموز کنند. » چون [14] پدرم و بنده شنیدیم، در فکر آن شدیم که نوعی نمائیم که او نتواند رفت. چند روز در فکر بودیم که ناگاه همان [15] شخص معتبر که خود احوال، حرف به حرف، عرضه داشت درگاه کرده، پیش بنده آمد و گفت که : « شجاع الدین پیش من آمده است [16] و میگوید که از قول وزیر، کتابت سلمان دارم مع تحفه و طوماری بیاض که وزیر به خطّ خود، اسم خود بر آن نوشته [17] جهت امراء. اوّل که اسم ایشان تحقیق نبود ؛ اکنون اسم ایشان معلوم نموده ام، میخواهم که تو بنویسی. من گفتم بلی ؛ [18] امّا خطّ سلمان بیاور تا ببینم و از آنطور بنویسم. رفت و آورد و گرفتم و گفتم

که فردا بنویسم و بدهم. فی [19] الحال، اینک گرفته ام و آورده ام. » چنانچه نمود و دیدم و گفتم که بازمَده تا نرود. بعد از آن، او هم مردانه نگه داشت [20] و هر چند که گفتگوها و حکایتها با هم نمودند تا به جنگ و غوغا رسید، بازنداد و نگاه داشت تا زمانی که وزیر از هرموز [21] به هند میرفت ؛ و همان شخص نیز همراه خود بردند که مگر به دلداری از او بازگیرند. در وقت توجّه، به او گفتم که کتابتها [22] با خود مَبَر و به من ده تا به دست کسی امین به پرتگال فرستم. القصه، پیش بنده گذاشت و رفت و تا غایت کسی که لایق [23] آن باشد که جوهری چنین بستد، نگاه دارد و به کس ننماید الاّ پادشاه، نمی دیدم و موقوف داشته بودم تا به هرموز بازآمدم و [24] در خدمت درگاه بودم که روزی انتانی پیش بنده آمد و گفت که : « در کوچی خبری چنین از آن شخص معتبر شنیدم » ؛ و احوال به [25] تفصیل گفت ؛ و جواب دادم که به سر پادشاه پرتگال و به انجیل سوگند خورد که آنچه گوئیم به کس اظهار نکند الاّ پادشاه [26] پرتگال و سرّ ما مخفی دارد آنچنان که هیچ مسلمان واقف نشود. تماماً قبول نمود و سوگندها خورد. و او [را] هم امین و معتبر و مُخلص [27] پادشاه دیدیم. از روی اخلاص و اعتبار، تسلیم او نمودیم تا به سِتر، در محلّ لایق به عرض پادشاه رساند و شرح [28] این حال به موجبی که دانسته و تحقیق کرده و به او روشن است، هیچ حرف از پادشاه مخفی ندارد، و به عرض رساند ؛ که آن زمان، پادشاه به آنچه صلاح دولت خود بیند، عمل فرماید. و این صورت، امری مشهور است ؛ امّا پوشیده نیست که همین کتابتها بر کس ظاهر نشده، آنچه شهرت [29] یافته، مردم از زبان همین شجاع الدین نام شنیده اند ؛ چرا که او این حرکت [را] موجب بزرگی و خدمت خود میدانست بلکه مینمود که : « مکرر رفته ام و این خدمت نموده ام و کتابت از رومیان به عهد و شرط گرفته ام و آورده ام. » تا بر غلامان سلطان پرتگال واضح باد [30] والباقی چون بزرگی عدالت و پادشاهی آن سلطان عالم، بیش از حدّ صفت و تقریر یا تحریر این بندهٔ ضعیف سخیف مسکین است، مصلحت بیش از این گستاخی و دلیری و لاف اخلاص ندید و به دعا[ی] دوام دولت پادشاه [31] ختم کرد. والامر الاعلی.

[32] بنده، کمترین غلامان مخلص بی شبهه

[33] لهرسب بن محمود شاه

[1] Bar ra'y-e âlam-ârâ-ye soltân-e salâtin-e 'âlam va pâdeshâh-e mamâlek-e 'arab va 'ajam va Fârs va Deylam khallad al-Lâh ta'âlâ molkoh va 'adloh va ehsânoh rowshan bâd [2] ke in bande va âbâ' va ajdâd, qadiman dar khedmat-kari va jân-sepâri-ye pâdeshâhân-e Hormuz bude-im va al-hamdo le-Lâh ke dar in moddat hargez taqsiri [3] nanemude-im ke sharmandegi bâshad ; va tâ lashgariyân-e Portegâl be Hormuz âmade-and, bande va qom-e bande ke dar dargâh-e Hormuz mashhurim, dar har [4] mahal va har molk ke bude-im, khedmat-kâri va ekhlâs-e lashgar-e Portegâl be now'i nemude-im ke bar ishân, ekhlâs-e bandegân zâher shode [5] va in hâl bar Katirân va Kapitânân, tamâm ma'lum ast. Va dar in moddat, mâdâm dar khâter bude ke dar sohbat, kasi mo'tabar-e amin ke [6] ham mokhles-e pâdeshâh va ham khabir-e in molk bâshad, 'arz-e ekhlâs-e khod benamâyam tâ az jâneb-e pâdeshâh, mazid-e tarbiyat va 'enâyat zâher gardad. Va tchon [7] dar in valâ keshti-e Ântani ravâne-ye dargâh bud va lâf-e gholâmi-ye pâdeshâh dâsht, banâ-bar e'tebâr u va ekhlâs-e be khedmat-e khod, vâjeb didam ke [8] dar sahne-ye u ekhlâs-e khod 'arze-dâsht konam tâ be mahall-e majâl, makhfiâne be 'arz-e pâdeshâh resânad be no'i ke dar nazd-e mosalmânân mujeb-e bad-nâmi [9] va doshman-kâmi-ye bande va kasân-e bande nashavad. Banâ-bar in, ketâbat-e khod va ketâbat-e shakhsi mo'tabar ke khod mottale' bar in surat ast va ketâbat-ha [10] ke be mokhâlefân neveshte bude-and va az râh gerefte shode, tamâman mohr karde, taslim-e Antâni nemude-im va sogand be sar-e pâdeshâh [11] va ketâb-e enjil be u dâde-im va khatt-e dast-e u gerefte-im ke be hitch kas natavând nemud ellâ khâsse pâdeshâh-e Portegâl. Va surat-e [12] hâl hamin ast ke bande dar Qollahât budam ke Shojâ' al-Din nâm, nokar-e mahram-e vazir-e Hormuz be Qollahât âmad va dar majles-e pedar-e bande [13] va bande taqrir nemud ke : « az jâneb-e vazir âmade-am ke pish-e ra'is Salmân va Rumiyân ravam tâ zud biâyand va andishe-ye Hormuz konand ». Tchon [14] pedaram va bande shenidim, dar fekr-e ân shodim ke now'i namâ'im ke u natavând raft. Tchand ruz dar fekr budim ke nâgâh hamân [15] shakhs-e mo'tabar ke khod ahvâl, harf be harf, 'arze-dâsht-e dargâh karde, pish-e bande âmad va goft ke : « Shojâ' al-Din pish-e man âmade ast [16] va miguyad ke az qol-e vazir, ketâbat-e Salmân dâram me'a tohfe va tumâri bayâz ke vazir be khatt-e khod, esm-e khod bar ân neveshte [17] jahat-e omarâ'. Avval ke esm-e ishân tahqiq nabud ; aknun esm-e ishân ma'lum nemude-am, mikhâham ke to benevisi. Man goftam bali ; [18] ammâ khatt-e Salmân biâvar tâ bebinam va az ântor benevisam. Raft va âvard va gereftam va goftam ke fardâ benevisam va bedaham. Fe [19] l-hâl, inak gerefte-am va âvarde-am ». Tchenân-tche nemud va didam va goftam ke bâz-made tâ naravad. Ba'd az ân, u ham mardâne negah-dâsht [20] va har tchand ke goftegu-hâ va hekâyat-hâ bâ ham nemudand tâ be jang va ghoghâ resid, bâz-nadâd va negâh-dâsht tâ zamâni ke vazir az Hormuz [21] be Hend miraft ; va hamân shakhs niz hamrâh-e khod bordand ke magar be del-dâri az u bâz-girand. Dar vaqt-e tavajjoh, be u goftam ke ketâbat-hâ [22] bâ khod mabar va be man de tâ be dast-e kasi amin be Portegâl ferestam. Al-qesse, pish-e bande gozâsht va raft va tâ ghâyat kasi ke lâyeq-e [23] ân bâshad ke jowhari tchonin besetad, negâh-dârad va be kas nanamâyad ellâ pâdeshâh, nemididam va mowquf dâshte budam tâ be Hormuz bâz-âmadam va [24] dar khedmat-e dargâh budam ke ruzi Antâni pish-e bande âmad va goft ke : « dar Kutchi khabari tchonin az ân shakhs-e mo'tabar shenidam »; va ahvâl be [25] tafsil goft ; va javâb dâdam ke be sar-e pâdeshâh-e Portegâl va be enjil sogand khorad ke ântche gu'im be kas ezhâr nakonad ellâ pâdeshâh-e [26] Portegâl va serr-e mâ makhfi dârad ântchenân ke hitch mosalmân vâqef nashavad. Tamâman qabul nemud va sogand-hâ khord. Va u [râ] ham amin va mo'tabar va mokhles-e [27] pâdeshâh didim. Az ruy-e ekhlâs va e'tebâr, taslim-e u nemudim tâ be setr, dar mahall-e lâyeq be 'arz-e pâdeshâh resânad va sharh-e [28] in hâl be mojebi ke dâneste va tahqiq karde va be u rowshan ast, hitch harf az pâdeshâh makhfi nadârad, va be 'arz resânad ; ke ân zamân, pâdeshâh be ântche salâh-e dowlat-e khod binad, 'amal farmâyad. Va in surat,

amri mashhur ast ; ammâ pushide nist ke hamin ketâbat-hâ bar kas zâher nashode, ântche shohrat [29] yâfte, mardom az zabân-e hamin Shojâ' al-Din nâm shenide-and ; tcherâ ke u in harekat [râ] mujeb-e bozorgi va khedmat-e khod midânest balke minemud ke : « mokarrar rafte-am va in khedmat nemude-am va ketâbat az Rumiyân be 'ahd va shart gerefte-am va âvarde-am ». Tâ bar qolâmân-e soltân-e Portegâl vâzeh bâd [30] ??? 31 ??? va al-bâqi tchon bozorgi-ye 'edâlat va pâdeshâhi-ye ân soltân 'âlam, bish az hadd-e sefat va taqrir yâ tahrir-e in bande-ye za'if-e sakhif-e meskin ast, maslahat-e bish az in gostâkhi va daliri va lâf-e ekhlâs nadid va be do'â-ye davâm-e dowlat-e pâdeshâh khatm kard. Va al-amr al-'alâ.

[32] bande, kamtarin-e gholâmân-e mokhles-e bi-shobhe

[33] Lohrasb ben Mahmud Shâh

Traduction française :

Le Sultan des sultans du monde et le roi des pays arabes et persans du Fârs et de Deylam, que Dieu rend éternelle sa royauté, sa justice et sa bienfaisance. Sache que votre serviteur (moi-même), mes aïeux et mes ancêtres, nous avons depuis longtemps été au service et à la dévotion des rois d'Hormuz et, Dieu soit loué, durant tout ce temps nous n'avons jamais commis de faute dont nous pourrions avoir honte ; depuis que les troupes portugaises sont venues à Hormuz, votre serviteur et ma tribu qui sommes bien connus à Hormuz, dans chaque lieu et dans chaque pays où nous étions, nous avons servi et montré un dévouement aux Portugais de telle manière que notre sincérité leur a bien apparue et cela est tout à fait évident aux grand-capitaines et aux capitaines. Et durant ce temps, nous avons toujours eu présent à l'esprit de vous envoyer quelqu'un digne de confiance qui soit à la fois dévoué au roi et bien informé de la situation de ce pays, pour qu'il vous présente notre sincérité et que de la part de Votre Altesse envers nous l'augmentation de l'attention se manifeste. Et comme sur ces entrefaites le bateau d' Antony, qui se présentait comme serviteur de Votre Altesse, était en route vers votre palais, en raison de sa crédibilité et de notre dévouement envers vous, je considérai comme indispensable de vous envoyer une lettre par lui pour qu'il la porte secrètement à la connaissance de Votre Altesse lorsque l'occasion se présentera d'une manière telle qu'auprès des musulmans cela ne suscite envers moi-même ni envers mes proches aucune mauvaise réputation tel qu'un ennemi peut le souhaiter. Par conséquent, ma lettre et celle d'une personne digne de confiance et bien informée de cette affaire ainsi que des lettres écrites à des opposants des Portugais, saisies durant leur transport, nous les avons toutes plombées et remises à Antony ; et nous lui avons fait jurer sur la tête du roi ainsi que sur le livre des Evangiles et nous avons pris de lui une preuve écrite pour qu'il ne montre ces lettres à personne si ce n'est le roi du Portugal lui-même. Voilà ce qui s'est passé ; moi, votre serviteur, je fus à Qollahât lorsque Shojâ' al-Din, serveur dévoué du vizir d'Hormuz y vint et devant mon père et votre serviteur et dit que : « je suis venu de la part du vizir pour aller chez Ra'is Salmân et chez les Rumis (Ottomans) pour leur demander de venir vite et de s'occuper de l'affaire de Hormuz ». Comme mon père et moi entendîmes, nous nous mîmes à penser de faire en quelque sorte qu'il ne puisse repartir. Nous réfléchissions pendant quelques jours lorsque soudain cette même personne digne de confiance (Kamâl Pur Hoseyn), qui elle-même vous explique mot par mot cette affaire dans sa lettre adressée à Votre Altesse, vint auprès de votre serviteur et dit que : « Shojâ' al-Din est venu me voir et [me] dire : « j'ai sur moi, de la part du vizir, une lettre pour Salmân jointe à un cadeau et à un document officiel en forme de rouleau de papier adressé aux émirs sur lequel le vizir a, de sa propre main, écrit son nom. Les titres des émirs n'étaient pas avérés auparavant ; mais maintenant je les

ai clarifiés et je te demande de les écrire sur le document ». J'ai dit : « d'accord, mais apporte-moi l'écriture de Salmân pour que je voie et écrive de la même façon ». Il partit et la rapporta ; je la pris et je dis : « je l'écrirai et te [la] donnerai demain ». « Je viens donc de la prendre et je vous l'ai apporté aussitôt ». Il me la montra, je la vis et je dis : « je ne la rend pas ».

Il la garda donc courageusement et même s'ils discutèrent et échangèrent des paroles entre eux, jusqu'à ce que s'ensuivent une querelle et une dispute, il ne rendit pas la lettre pour Salmân et la garda jusqu'à ce que le vizir s'en alla d'Hormuz vers l'Inde et que cette même personne [Kamâl Pur Hoseyn] fut emmenée par lui [vizir] dans sa suite afin de le consoler de lui avoir pris la lettre. Au moment du départ, je lui dis de ne pas prendre des lettres avec lui et de me les laisser pour que je les envoie au Portugal par l'intermédiaire de quelqu'un de sûr. Bref, il me les remit et partit en voyage et jusqu'à maintenant je ne voyais personne qui soit digne de prendre ces documents si précieux de les conserver et de vous apporter sans montrer à personne d'autre que Votre Altesse. J'avais donc suspendu ce projet jusqu'à mon retour à Hormuz où je continuai à vous servir lorsqu'un jour Antony vint auprès de moi et dit : « à Kutchi j'ai entendu une telle nouvelle de ladite personne digne de confiance [Kamâl Pur Hoseyn] ». Il m'exposa les choses en détail. Je répondis qu'il devait jurer sur la tête du roi du Portugal et sur les Evangiles qu'il ne raconterait notre conversation à personne sinon au roi du Portugal et qu'il garderait notre secret caché pour qu'aucun musulman ne l'apprenne. Il accepta tout et prêta serment. Et nous l'avons considéré comme sûr, digne de confiance et fidèle au roi. En raison de sa sincérité, nous lui avons confié des lettres pour qu'il les fasse parvenir à Votre Altesse secrètement dans un endroit qu'il faut, vous explique cette affaire comme il l'avait apprise, et ne cache rien du roi. En ce moment là, Votre Altesse prendra la décision qui lui conviendra. Et cette affaire est connue ici ; cependant, le contenu de ces lettres n'a pas été dévoilé à personne. Tout ce que les gens savent, ils l'ont entendu de la bouche de Shojâ'al-Din qui considérait ses agissements favorables à sa grandeur et à son service envers de Votre Altesse. Il annonçait même : « de nombreuses fois je suis allé et j'ai rendu ce service et j'ai pris la lettre des Rumis sous condition et serment et je l'ai rapportée ». Pour que les serviteurs du Sultan du Portugal sachent. Pour terminer, étant donnée que la grandeur de la justice et de la royauté de Votre Altesse, Sultan du monde est au-delà de ce que votre serviteur, faible, misérable et pauvre que je suis, puisse l'exprimer ou décrire, je ne me permets d'être plus insolent et audacieux et de vous exprimer davantage mes dévouements ; je finis donc par une prière pour la prolongation de la royauté de Votre Altesse.

Votre serviteur, le plus humble des serviteurs sincères sans aucun doute

Signature : Lohrasb ben Mahmud Shâh

S.l.n.d.

LETTRE DE MIR MAHMUD SHÂH AU ROI

AN/TT LETTRES DES VICE-ROIS, DOC.86-A (*TRELADO* PORTUGAIS)

Trelado da carta de Myr Mamud Xaa a elRey noso Senhor

Tu tu rey e senhor de todolos reis do mundo e senhoryos arabyos e parsyos e de todalas houtras partes a que Deus acreçemte os dias da vida e do seu reall estado e endurece (?) sua justiça. Eu voso criado lhe faço saber como meu pay e eu e nosos avoos fomos sempre servydores delRey d'Ormuz com hamor e vomtade e louvores sejão dados a Deus em todo ho tempo que ho servymos nunqa se achou em nos nenhuu hero porque fazendo fora nosa deshonra. E depois que hos portugueses vyerão ha Ormuz eu voso criado com hos meus sempre fomos nomeados e em quallquer outra tera em que estavamos sempre heramos conheçidos por servidores delRey de Portuguall como podera saber dos capitaes mores e dos outros capitaes e sempre desejey de ser hũũ amygo que soubese ho serviço que lhe tenho feito nesta tera pera os contar a Vosa Alteza e sabidos me fazer merce. E por este portador Antonio estar de camynho pera o voso paaço e ter boa fama e pela confiança que todos nele tem lhe escrevo por ele meu serviço o que nom quyrya que outrem soubese senom Vosa Alteza e de maneira que ho nom sayba nenhũũ mouro para que me nom queyrão mall e se me tornem hynymygos e se loam sabemdo desta carta e de outras cartas de hũũ homem homrado que lla lhe darão que escrevya contra voso serviço que se tomarão no camynho e as çaramos e demos [**f.°1v.°**] a Antonio e lhe demos juramemto pela cabeça delRey de Portugall e pelo livro dos avangelhes e tomamos dellos conheçememto de sua mãao que as nom amostrase a nenhũa pesoa senom a Vosa Alteza que he elRey de Portugall. E a maneira senhor que tevemos em tomaar as cartas he esta. Eu voso criado estamdo em Caleate chegou ahy hũũ criado do algoazyr d'Ormuz que chamão Cujah Adim e em emtramdo em Caleate veo ter a huu asemto de meu pay e falamdo comnosco começou a dezer que ele vynha e hya com recado do algoazyr d'Ormuz a Raiz Coleimãao Rume pera que vyese acudir a Ormuz. E eu vosos criado e meo pay como esto houvymos ficamos açaz cuidosos e cuidamdo como lhe fezesemos pera que nom partise e neste cuydado andamos çertos dias e nysto se veo a mym hũũ homem honrado que la lhe escreve do que ca pasou e me dixe como Cujah Adim veo per amte ele e lhe dexera como levava hũũas cartas do algoazyr pera Raiz Coleimãao as quaes herão asynadas da sua mãao e me pidio que nos houtros quygesemos escrever houtro tamto e nos lhe dixemos que nom podiamos escrever ate que nos nom amostrase as cartas que levava e que as leryamos e que por elas escreveryamos houtro tamto e ele dixe que sy e logo foy pelas cartas e como as trouxe lhe desemos que se fose e que vyese pela menhãa e que lhe darya a nos as cartas feitas e tamto que as nos lemos numqa lhas mais quysemos dar porque nom tevese razão de se partir e as guardamos muyto bem e por mais que ele bradase nem quebrase [**f.° 2**] a cabeça numqa lhos quygemos dar e as tevemos em noso poder ate que ho algoazyr partio de Ormuz pera a India e foy em sua companhya ho mesmo homem honrado e ao tempo da partida lhe dixe eu que nom levase as cartas comsygo e que mas leixase em meu poder e que eu as darya a alguu homem fiell e que has mandarya a Portugall de maneira que mas leixou e se foy e fiquey cuidamdo em quem comfiarya tall yoya (*sic*) que ha podese levar escomdida e que a nom hamostrase a nemguem senom ha Vosa Alteza e nom achava em quem nam comfiase e a tive sempre bem guardada ate

que fuy a Ormuz e estamdo servymdo hũũ dia no paaço se veo Amtonio a mym e me dixe que estamdo em Cochym que aquele homem honrado lhe contara todo o que tynha pasado comygo e que eu lhe quygese das (*souscrit* : <as>) cartas e eu lhe respondy que me jurase pela cabeça delRey de Portugall e pelo livro dos avamgelhos que ho que lhe eu dixe e dixesy que ho nom dexe nem dixesy a nemguem senom a el Rey de Portugall e que guardase ho meu segredo e que nom descobryse a nenhũũ mouro nem a outrem e ele me dixe que hera muyto contente e que asy o farya e asy mo jurou e por muytos juramemtos e por me pareçer homem de verdade e seguro lhos emtreguey em sua mãao pera que secretamemte as emtregase a Vosa Alteza e ysto pasou asy como ho mesmo portador dira a Vosa Alteza e veja em todo o que lhe mylhor parecer e yso faça e todas estas são cousas sabydas somemte ho das cartas nom sabe nemguem e se o alguem sabe sabe-lo-a da boca deste Cujah Adim que ho amdava comtamdo como hagravado por lhe pareçer que nyso lhe fazya [**f°2v.°]** serviço e proveito asy e agora anda este Cujah Adim dezemdo que ele fiz este serviço a Vosa Alteza e que has nom trouxe senom pera as descobrir e por Vosa Alteza ser ser elRey poderoso e justiçoso e lhe peço por merçe que holhe por mym que senom sea servydor mezquynho e gareboo.

Apostille extérieure : *en persan :* Mir Mahmud

En portugais : de Cuja Adym

(3)

s.l.n.d.

LETTRE DE KAMÂL PUR HOSEYN MAURE NATUREL DE LÂR AU ROI

ANTT/LETTRES DES VICE-ROIS, DOC. 161(*TRELADO* PORTUGAIS)

Trelado da carta de Camel Porhoçem mouro naturall de Lara a elRey noso Senhor

Tu tu rey de Portugall rey do maar e da terra rey d'Arabya Persia e de todolos houtros reinos a que faço saber que eu voso criado estamdo em Caleate cheguou ahy Rex Çujah Adim criado do algoazyr d'Ormuz e emtrando em Caleate nos deu novas e nos dixe como yha da party do algoazyr ao Rume Çoleimãao e dahy a dous dias me dixe (*rayé: me*) que ele levava huas cartas do algoazyr pera o Rume Çoleimãao e que hua das cartas hera da letra e synall do algoazyr, e me dixe que se quyrya escrever a Çoleimãao hou algũũ Myr da sua terra que escrevese por que dahy a tres dias hou quatro quyrya partir, e eu lhe dixe que me trouxese as cartas do algoazyr e que has vyrya e que por elas escreverya as houtras e ele me dixe que sy, e como foy por elas fuy contar todo este negoçeo a Myr Mamud Xaa e a ele pareçeo bem que fezesemos como nom pasasem as cartas por servyrmos a elRey de Portugall e como Cujah Adim me trouxe as cartas eu lhe dixe que mas leixase que pela menha lhas darya com has houtras e ele mas leixou e como s'ele foy loguo as fuy amostrar a Myr Mamud Xaa e como lhas amostrey as escumdy em hua parede e ao outro dia veo Çujah Adim e me pidio as cartas e eu lhe dixe que has perdera. Começou logo de pelejar e de falar mall e mandou dous escravos que me espancasem e que com poder de pancadas lhe tornase a dar as suas cartas e a ysto me [**f°1v]** dixe Myr Mamud Xaa que lhe pareçia bem nom lhe darmos numqa mais as cartas por servyrmos elRey de Portugall e asy o fezemos e depois que partio ho algoazyr com Manuell de Maçedo pera a India eu me fuy com elles e em partindo com eles me pidio Myr Mamud Xaa as (*souscrit : cartas*) pera as guardar ate que achasemos algũũ homem fiell dos vosos criados a que as desemos que has levase a Portugall e eu lhe emtreguey as cartas em sua maão e me party e depois estamdo em Cochym contey este negoçeo a Antonyo e como por servir elRey de Portugall nom deixey pasar estas cartas e como asy lho contey a Antonio se veo a Ormuz e pidio as cartas a Myr Mamud Xaa e lhe dixe que elle yha pera Portugall e que pelo servir folgarya de as levar e como ysto vyo Myr Mamud Xaa lhe deu juramemto pela cabeça delRey de Portugall e nos Avamgelhos que Hantonio a nenhũa pesoa dese delas conta nem nas amostrase a nemguem senon que has dese a elRey de Portugall na sua maão e por esta maneira se tomarão as cartas e entregarão e dando as a outrem que ho avyamos por culpado e desta maneira lhas emtregamos e çaradas e ysto que lhe escrevo he verdade.

Depoimentos

A HISTÓRIA DE UMA AMIZADE

Foi há pouco mais de trinta anos que conheci Luís Filipe Thomaz na Faculdade de Letras de Lisboa. Era aluno do seminário de História da Expansão Portuguesa, dirigido pelo Prof. Veríssimo Serrão. Tinha-me interessado pelos temas dos Descobrimentos e pretendia elaborar uma dissertação de licenciatura sobre os Açores. Havia lido recentemente um artigo de Maria Olímpia da Rocha Gil [1] e pensava poder estudar o comércio açoriano no século XVIII. A minha proposta não mereceria a aprovação do director do seminário que, com alguma razão, me alertou para a indispensabilidade de trabalhar em arquivos açorianos, o que me era impossível, já que na altura era professor provisório do Colégio Militar. A sugestão de Veríssimo Serrão de trabalhar sobre o vice-rei Conde de Alvor, também não me agradava.

Luís Filipe Thomaz havia regressado de Timor onde cumprira serviço militar e sugeriu-me que trabalhasse sobre a história de Timor. Mas a documentação parecia não ser abundante e Humberto Leitão publicara já dois volumes com fontes inéditas, além das já editadas por Artur Basílio de Sá em *Documentação para a História das Missões Portuguesas no Oriente. Insulíndia*. Ouvido o saudoso Padre Silva Rego, que louvou a iniciativa, alguma insistência de Luís Filipe Thomaz e a minha inclinação para matéria insular, levaram o director do seminário a consentir no tema da futura dissertação. Dado o conhecimento que Luís Filipe tinha da ilha e da sua história, como de todo o Extremo Oriente, desde logo se disponibilizou para me acompanhar nesse trabalho. Era a primeira vez que me lançava num estudo de investigação a sério, até porque tinha feito o curso em regime militar e sem a frequência habitual de aulas. Havia questões de metodologia a aprender, leituras e investigação a fazer. Dentro e fora da Faculdade as indicações foram sendo dadas por Luís Filipe Thomaz.

Logo surgiu alguma empatia. Leccionava na escola onde ele fizera toda a sua formação, era amigo de antigos professores seus e não tardou que nos encontrássemos na messe do Colégio. Além disso tinha raízes açorianas e estivera em serviço militar em Ponta Delgada. Algum tempo depois desco-

---

[1] «O porto de Ponta Delgada e o comércio açoriano no século XVII (Elementos para o estudo do seu movimento» in *Do Tempo e da História*, Lisboa, III (1970).

briríamos que a minha futura mulher era sua amiga e também ele se encontrava ligado a Goa, familiar e afectivamente.

Acompanharia de perto a minha dissertação de licenciatura, lendo atentamente todos os capítulos, corrigindo e sugerindo alterações. Além disso pôs-me em contacto com especialistas de Timor, com quem muito aprendi – Ruy Cinatti e Mons. Jorge Barros Duarte – e com os quais tive o prazer de conviver até que Deus os levou.

Já na Universidade dos Açores convidaria Luís Filipe a colaborar na docência da nova licenciatura. E os nossos laços foram-se estreitando, ora em Lisboa, Ponta Delgada ou Goa.

Quando me transferi para a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa em 1983, ao elaborar o plano curricular do mestrado de História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa (séculos XV a XVIII), pensei logo em Luís Filipe Thomaz como responsável pelas disciplinas e seminário do Oriente. Vinculado à Faculdade de Letras, onde alguma convulsão e desconsideração ainda se faziam sentir, conseguir-se-ia a sua transferência para a Universidade Nova de Lisboa. Aqui inicia o magistério de posgraduação, sendo o principal responsável pela nova geração de orientalistas portugueses. A sua amizade a especialistas franceses, como Geneviève Bouchon, Denys Lombard ou Jean Aubin, p. ex., seriam determinantes também na formação dessa nova geração. Quando em Macau lancei os mestrados em Estudos Luso-Orientais, contaria com a sua valiosa colaboração nas disciplinas de história asiática.

Nas diversas actividades que juntos desenvolvemos na Faculdade (no mestrado, no Instituto de História de Além-Mar e depois no Centro de História de Além-Mar) e fora dela (com especial relevância nos seminários internacionais de História Indo-Portuguesa) ao longo de quase duas décadas foi-se estreitando uma amizade fraterna e cordial, uma colaboração e inter-ajuda pautadas pela lealdade, respeito e sinceridade, que nunca conheceram desavenças, contrariedades, quesílias, invejas ou sequer mal-entendidos, tão frequentes nos nossos meios universitários. Estou certo de que esta amizade e solidariedade foram determinantes para as actividades que desenvolvemos e nos projectos que juntos construímos.

ARTUR TEODORO DE MATOS

TESTEMUNHO

Luís Filipe Ferreira Reis Thomaz, o jovem recém-chegado à Universidade já munido dos livros de Vasconcellos-Abreu, «Gramática Sãoscrita» e «Manual para o Estudo do Samscrito Clássico», procurou-me no Instituto de Línguas Africanas e Orientais, no então Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, no Príncipe Real, em seguida I.S.C.S.P.U., e perguntou-me se os livros eram bons. Respondi-lhe que sim, mas não os aconselhava a principiantes por a transliteração ser anterior à Convenção dos Orientalistas, o que podia fazer confusão.

Como o horário das aulas não se harmonizava com o da Faculdade de Letras voltou no ano seguinte já bastante adiantado e lendo os caracteres devanagáricos com desembaraço. Logo no primeiro exame final do ano surpreendeu o júri, presidido pelo Sub-Director, o Prof Silva Rego, com a sua invulgar erudição em estudante tão moço. Aí continuou o estudo de sãoscrito e indianismo por 3 anos tendo obtido alta classificação, 18 valores.

Por esse tempo não perdeu a oportunidade de aí frequentar a cadeira de amárico ministrada, pelo Prof. Guirmá Beshá, tendo eu presidido ao júri do exame. Ao mesmo tempo deslocava-se todas as semanas a Coimbra de «moto» onde frequentava as cadeiras da Licenciatura em latim e grego, a qual se a não terminou, pouco faltou.

Aquando da sua ida para Paris, onde ia especializar-se sob a direcção da grande historiadora M.me Bouchon, eu disse-lhe: «Vai para Paris? Não se esqueça do sãoscrito. Tem lá oportunidades que aqui não tem.» Pois voltou no fim do ano lectivo já licenciado, tendo-lhe sido dada a equivalência a 2 anos do curso e seguiu-se o Mestrado.

Na Índia, de cuja história e civilização é profundo conhecedor, é um óptimo cicerone e das várias vezes que a visitámos por ocasião de congressos ele organizou itinerários de grande interesse.

Além da sua carreira brilhante de historiador e orientalista dedicou-se também à arqueologia, tendo feito trabalho em Itália, em Lisboa e mais tarde em Odrinhas e Idanha, com o Prof. Doutor Fernando de Almeida.

Poliglota, fala além das mais comuns línguas europeias, o grego moderno, e das línguas vivas do Oriente o tetum e o malaio conhecendo muitas outras, o que se toma evidente nas suas publicações, tais como as que se referem à Índia como a Timor.

A botânica também não lhe escapou. Tal um Garcia de Orta do século XXI, classifica todas as plantas que lhe saem ao caminho. A música gregoriana tem tido nele assíduo cultor, e como por vezes a sua pena tenha produzido finos desenhos a «nankim», poder-se-á dizer, como alguém disse de Garcia de Resende, que: «… tange e canta muito bem e debuxará alguém se com isto não se ofende.»

A sua cultura invulgar, à maneira de um Renascentista, aliada àquela modéstia que todos lhe conhecemos, apanágio só daqueles possuidores de grande valor, fazem dele uma personalidade única.

É com admiração e amizade que o saúda, desejando a continuação da sua tão brilhante carreira a velha professora.

MARGARIDA DE PAIVA E PONA CORRÊA DE LACERDA

A PROPÓSITO DE LUÍS FILIPE THOMAZ

A História tem oscilado entre a literatura e a ciência. Polémicas intermináveis reconduzem-na a um ou outro desses tópicos; mas alguns dos seus cultores são apreciados pela igual destreza nos dois campos.

Em tempos mais próximos, reapreciou-se o factor humano, no que tem de mais específico e irredutível a esquematizações ou quadros prévios, mesmo como base interpretativa. Por isso mesmo, algumas das contribuições mais interessantes e bem recebidas para a historiografia nacional e estrangeira são biografias, onde o rigor heurístico dá a mão à narrativa literária.

Não estamos fora, em tudo isto, da resistência, agora comum, ao genérico, ao preconcebido, ao total(itário). E estamos bem dentro, aliás, de uma relativização geral dos saberes, compactos ou duros. A própria divisão deles, entre exactos e não-exactos, científicos ou não, naturais ou humanos, está hoje mais ou menos esquecida.

Bem viva está, pelo contrário, a interrogação premente sobre a humanidade, particular ou universal, a sua razão e destino. E, assimilado que foi o raciocínio por causa e consequência, é em chave histórica que quase tudo se entende. A nossa cultura, no sentido mais íntimo do termo, é histórica. Não que legitime opções actuais com pretextos passados, estando aliás em crise as efemérides ideológicas. Mas porque já não se toca aspecto algum da existência própria ou colectiva sem se pensar e falar em termos de devir. A historicidade é hoje um subentendido comum e um horizonte geral. É cultura, coexistindo porventura com pouca erudição. Creio, por exemplo, que nunca se procurou ou vendeu tanta literatura sobre terras, famílias e monumentos, mesmo proporcionalmente falando.

É sobre nós próprios, a interrogação mais forçosa. Por isso a história aparece como resposta esclarecedora, científica decerto, no rigor da fundamentação, mas humanística no seu objecto e mais ou menos literária na comunicação, pois não trata de temas impessoais, no respeitante ao autor e ao público.

A historiografia portuguesa contemporânea dá-nos exemplos destacados deste novo pendor científico e humanístico. Estas linhas referem-se a Luís Filipe Thomaz, em quem a história é ao mesmo tempo tarefa, vocação e vida. E qualquer destas intensamente praticadas e sentidas.

Conheço-o desde a Faculdade de Letras de Lisboa, quando lá segui o curso de História (1968-1973). Ele era um pouco mais velho e já deixara

nome e promessa. Desde então, os nossos contactos foram-se aprofundando, em três décadas do maior proveito meu. Com a sua sucessiva bibliografia, certamente. Mas com a bibliografia viva que ele próprio constitui, na conjugação perfeita de ciência e vivência. Viajar «de Ceuta a Timor» com Luís Filipe Thomaz é seguir a rota mais segura da expansão portuguesa; mas é sobretudo revivê-la e continuá-la em expansão anímica e mental tão lúcida como ampla; pela capacidade de assimilar contrastes, de refazer perspectivas, de crescer sempre como experiência humana, alheia ou própria.

Porém, se a sua contribuição escrita para a historiografia é essencial para o presente e o futuro da investigação nacional e estrangeira, como tem sido justamente considerado aquém e além fronteiras, sublinho aqui a sua contribuição pessoal para a formação de alunos e amigos, numa generosidade permanente que tem beneficiado muitíssimos. Das aulas universitárias à porta aberta da sua preciosa biblioteca, dos conselhos e indicações a qualquer investigador interessado, da conversação tão recheada como simples, Luís Filipe Thomaz manifesta como raros o que é ser um sábio e um mestre. Não pareça enfática a qualificação: nele tudo é simples e decorrente. Essencial.

Há alguns anos, pude acompanhar Luís Filipe Thomaz numa das suas deslocações à Índia. Foram quinze dias de informação abundante sobre história indiana e portuguesa, de Goa a Cochim, de Cochim a Meliapor. Mas foram, ainda mais, de formação global, nos contactos que nos proporcionou com tantas pessoas onde essa história continua viva, porque as explica e motiva, existencial, cultual e culturalmente. Dos seus conhecidos de Goa ao grande amigo de Portugal que foi o falecido bispo de Cochim, dos monges malabares, em cuja convivência nos introduziu no alto dos Gates, à gente comum com que nos misturava em templos cristãos ou hindus, do túmulo de S. Francisco Xavier em Goa ao de S. Tomé em Meliapor: tudo foi história viva, graças a quem a sente e reparte com tanto rigor como intensidade humana.

Tive oportunidade de seguir grandes mestres em visitas de estudo. Alguns foram-no também de Luís Filipe Thomaz, como o falecido Padre Manuel Antunes. Mas nunca foi tão forte a comunicação e a absorção do que víamos e ouvíamos, porque, desta vez, quem nos falava – vestido até como os peregrinos da Índia – era a demonstração sugestiva do que a história segregara de melhor, como encontro de culturas.

Claro que a imensa erudição de Luís Filipe Thomaz contribuía. Conhecendo as línguas e as literaturas religiosas e profanas; movendo-se à vontade nos mais diversos ambientes; preferindo até o transporte público ao turístico: estava na Índia como em casa. Mas assim nos ambientava a nós, como só pode fazer quem «é da terra». Como ele próprio é, seja ela qual for.

Retomando o princípio, seja então a História uma «ciência humana», tanto pelo rigor como pela humanidade do observado e do observador. E efective-se como prática em autores assim. É o melhor legado dos Mestres, indiscutível e fecundo.

MANUEL CLEMENTE

UMA MENTE BRILHANTE, MAS SIMPLES!

Falar de uma personalidade humanamente densa como Luís Filipe Thomaz envolve um alto risco.

O que se possa dizer de uma «mente brilhante», mesmo efervescente, a muitos títulos enciclopédica na sua relação com os saberes, peca facilmente por defeito.

O Luís Filipe é um daqueles Príncipes da Cultura, espécie altamente rarefeita, que «trata por tu» temas aprofundados que relevam das mais variadas esferas do conhecimento: História, Filosofia, Teologia, Arte, Política, Geografia Humana, Antropologia, Sociologia ou Estratégia.

Humanista de eleição, e por vocação, o nosso homenageado realiza uma notável síntese de saberes sobretudo quando discorre sobre as temáticas da orientalidade que foram uma sua constante durante quatro décadas de intenso labor académico.

O seu discurso em «hipertexto», numa filigrana de parêntesis e percursos «acidentais», impressiona pela coerência. Com efeito, por detrás de uma aparente anarquia febril de ideias, para além de uma prolixidade torrencial de narrativas, espreita o fio condutor do pensamento amadurecido, fortemente ancorado num aturado percurso de reflexão pessoal, que observa o mundo com os olhos de quem busca permanentemente o sentido das coisas.

Todavia, mais do que o académico, o cientista, o universitário, o que me impressiona sobremaneira na relação pessoal é a simplicidade tocante do homem.

Sempre disponível, de um trato humano irrepreensível, afável para com os outros e exigente consigo próprio, é impossível não se admirar a densidade humana do Luís Filipe e a riqueza de uma personalidade, a muitos títulos, ímpar.

Até nessa sua modéstia comportamental, genuína e cativante, o Luís Filipe é um *dom* para todos os demais que o conhecem e detêm o privilégio de com ele conviver.

Homem de Fé inquebrantável, o Luís Filipe faz da sua vida *sacramento*, isto é, *sinal* iniludível de serviço aos outros e testemunho de amor pelas

grandes causas de humanidade, como é o seu empenhamento total na defesa da dignidade do povo de Timor Lorosae.

Obrigado Luís Filipe, por seres aquilo que és.

Uma mente brilhante, mas simples!

ROBERTO CARNEIRO,
aos 16 de Agosto de 2002

LUÍS FILIPE REIS THOMAZ: UN DÉCOUVREUR DE L'HISTOIRE

Le Professeur Luis Filipe Thomaz est un savant atypique, ce qui lui permet d'éviter les postures conventionnelles et d'être à l'aise sous tous les horizons, qu'ils soient géographiques ou scientifiques.

Je l'ai rencontré pour la première fois à Lisbonne en 1976 alors que je poursuivais mes investigations aux Archives Nationales de Torre do Tombo sur les voyages portugais au Bengale. Je croyais être la première à entreprendre l'édition de la relation de l'ambassade qu'Antonio de Brito y conduisit en 1521. J'appris alors qu'un autre chercheur travaillait sur le même texte et je demandai à le rencontrer. Il s'agissait de Luís Filipe Thomaz dont je découvris l'extrême courtoisie. Après un échange de politesses nous décidâmes de bien délimiter l'aire de nos recherches respectives et de les publier ensemble. Le *Voyage dans les deltas du Gange et de l'Irraouaddy* paraîtra douze ans plus tard (1988) à Paris sous les auspices du Centre Culturel Calouste Gulbenkian.

L'année suivant notre rencontre, Luís Filipe Thomaz était à Paris où j'eus l'honneur de le présenter au Professeur Jean Aubin. Le mot « honneur » n'est pas emphatique lorsqu'il s'agit de deux personnalités aussi remarquables. Jean Aubin dirigeait alors le Centre d'études islamiques et orientales d'histoire comparée que Luís Filipe intégra aussitôt. Nos itinéraires scientifiques devaient se rencontrer : ils conduisaient à découvrir l'histoire de l'Asie par l'étude comparative des sources européennes et orientales (arabes, persanes, turques, indiennes, etc.). Limité d'abord au monde islamique, notre champ de recherche s'était étendu à l'Inde. Avec l'arrivée de Luís Filipe, il s'élargit jusqu'aux confins orientaux de l'Indonésie.

Luís Filipe passa six années à Paris au cours desquelles notre collaboration fut constante. Non seulement il réussira à maîtriser et à écrire le français, mais élargira ses connaissances en langues orientales : sanscrit, pali, syriaque, amharique, la liste serait longue des cours qu'il suivit fidèlement. Son plus grand effort porta sur l'approfondissement de ses connaissances en malais qu'il avait pratiqué lors d'une longue mission militaire à Timor.

Ami de Denys Lombard, il participa à la plupart des activités de son groupe et collabora à la revue *Archipel*.

Familier de l'Institut National des Langues et Civilisations orientales,

de l'Ecole française d'Extrême Orient, de la Société asiatique, de l'Institut des Études indiennes et autres lieux de science, il réussit à gagner l'estime et souvent l'amitié des professeurs et des chercheurs qui animaient ces institutions.

Dans le même temps, naissaient à Goa les premiers Séminaires Internationaux d'Histoire indo-portugaise où nous retrouvions des historiens européens et asiatiques. L'importance de la documentation portugaise pour l'histoire de l'Asie était désormais reconnue. A partir de 1978, de Goa à Cochin, de Macao aux Açores et autres places touchées par l'extension portugaise, Luis Filipe fut toujours présent pendant plus de vingt ans.

Au cours des longues séances de travail que Jean Aubin consacrait à nos publications, nous avions découvert la personnalité scientifique de notre ami, l'étendue d'une érudition vertigineuse dans l'espace et le temps, parfois déconcertante pour nos esprits cartésiens. Mais nous avons vite vu que la dispersion de ses centres d'intérêt n'est qu'apparente. Si Luís Filipe « a des clartés de tout » comme l'eût dit Molière, ses capacités mentales hors du commun lui permettent d'engranger des connaissances diverses. Il peut aussi mobiliser en un instant des informations littéraires, historiques, philologiques et théologiques. Séances de travail inoubliables où s'aiguisait notre sens critique mutuel et où l'humour n'était jamais absent.

De retour à Lisbonne, Luís Filipe rejoignit l'un de ses anciens étudiants, Artur Teodoro de Matos, Professeur à l'Universidade Nova. Tous deux créent en 1985 le Centro de História de Além-Mar, et me font l'honneur de m'associer à la formation des étudiants de maîtrise. La valeur de ces jeunes chercheurs me fit mesurer les qualités pédagogiques de leurs professeurs. L'originalité de l'enseignement de Luís Filipe était de former aussi des hommes de terrain. Il les incitait à l'accompagner dans ses voyages. Il fut le premier à les faire sortir des frontières de l'ancienne Asie portugaise, à les entraîner dans cette Inde profonde qu'il faut connaître pour comprendre les difficultés auxquels les agents et les diplomates portugais furent jadis confrontés. Ayant eu moi-même maintes fois l'occasion de les rencontrer en Asie, j'ai pu constater que les disciples du Professeur Luís Filipe Thomaz ne sont pas des savants enfermés dans leur tour d'ivoire. Ils ont le goût de l'exploration et de grandes facultés d'adaptation héritées de leurs ancêtres.

Le temps a passé, les pages se tournent. La mort pour les uns, la retraite ou les infirmités pour les autres nous conduisent à regarder l'avenir où de nouveaux projets se préparent. L'aventure de la *conquista* en Asie est maintenant dépassée mais les vestiges qu'elle a laissés jalonnent encore aujourd'hui la route de nouvelles découvertes en sciences humaines. Notre ami pourrait être le *capitão-mor* de cette noble entreprise.

Geneviève BOUCHON

TESTEMUNHO

O labor científico do Professor Luís Filipe Thomaz, ao longo dos anos, constitui um marco na historiografia portuguesa sobre as relações luso-asiáticas e sobre a própria Ásia. A uma erudição fora do vulgar, que alicerça um raciocínio sólido, junta um também excepcional conhecimento do terreno, pelo que ler os seus escritos ou ouvi-lo, em ocasiões formais ou em conversa, é uma experiência sempre proveitosa e ao mesmo tempo fascinante.

Como simples curioso e amador das coisas da História, sinto-me algo constrangido para tecer considerações sobre o percurso e a produção académica do Professor Luís Filipe Thomaz. Mas já me sinto à vontade, no plano das relações humanas, para dar testemunho do privilégio que é conhecê-lo e colher o benefício da sua convivência. Depressa aprendi a admirar a generosidade com que partilha o seu saber, a sua biblioteca e a sua casa. Descobri também um notável companheiro de viagem, lidando com igual «aisance» com os aspectos históricos, sociais, turísticos, gastronómicos ou outros nas mais variada partes do Mundo. Verdadeiro sábio no mais nobre sentido da palavra, homem de múltiplas qualidades, tem ainda o dom de saber fazer e cultivar amigos e manter um sentido de humor que não fere.

Agradeço ao Professor Artur Teodoro de Matos o convite e a oportunidade que me proporcionou para me associar a esta homenagem, grata incumbência a que com gosto acedi.

JOÃO DE DEUS RAMOS

BREVE EVOCAÇÃO DE LUÍS FILIPE THOMAZ

Embora o tenha tido como colega, durante vários anos, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa, apenas me dei plenamente conta do carácter decisivo das contribuições de Luís Filipe Thomaz para a história da expansão portuguesa quando – preparando um texto sobre história político-institucional do império português do Oriente, para os meus alunos da Faculdade de Direito de Macau –, tive que ler o seu seminal artigo sobre as estruturas político-administrativas do Império Oriental. A ideia, que aí perpassa, é, como se sabe, a de uma oposição estrutural entre um império baseado no controlo efectivo e monótono de um território contínuo, que era o do Império Romano e que tenderá a ser o do Império espanhol, e um Império constituído por um fluxo de redes, humanas, culturais, religiosas, económicas, como o tinha sido a talassocracia fenícia, e o será o Império português, nomeadamente no Oriente. Esta ideia foi, para mim, iluminadora, como esquema interpretativo global. Sempre creditando ao seu autor o mérito da descoberta – ou, pelo menos, de uma sua modelização expressa –, utilizei largamente este modelos, tendo-os eventualmente enriquecido – segundo penso – com uma dimensão jurídica e política mais detalhada e mais explícita, enformada por uma ideia – essa mais minha – de uma estrutura corporativa das entidades políticas de Antigo Regime. Historiadores de gerações seguintes têm voltado a utilizar o modelo, aproveitando ainda mais suas enormes virtualidades. E isto é frequentemente verdade, até por parte daqueles que aparentemente o contestam.

A criação de um modelo explicativo tão eficiente apenas é possível para quem domine muito bem a miríade de detalhes sobre uma determinada conjuntura histórica; é isso que acontece com Luís Filipe Thomaz. A sua cultura sobre história portuguesa, a sua enorme informação sobre história local dos mundos do Oriente, o seu conhecimento das línguas locais e a exploração que isso lhe permite de outras fontes históricas, tudo isto são os elementos de uma sabedoria ímpar que todos facilmente lhe reconhecem.

Outras das suas pré-compreensões são para mim menos evidentes. Refiro, a título de exemplo, a sua insistência num projecto imperial manuelino; mas, sobretudo, a sua ideia – aparentemente de inspiração luso-tropicalista – de uma convivialidade inter-religiosa e cultural, peculiar ao ultramar português.

O saber enciclopédico combina-se, em Luís Filipe Thomaz, com uma inquietude de espírito e com uma sociabilidade académica que, porventura, acabaram por o impedir de produzir uma carreira académica e uma obra científica tão linearmente estruturada como alguns esperariam. Não tenho sobre este ponto uma ideia negativa formada; penso, apenas, que a entusiástica dispersão do seu espírito e a consequente incompletude formal da sua carreira académica, além de o expor em maior grau aos acessos de inveja e mesquinhez que o meio universitário tão bem conhece, privou a Universidade portuguesa de uma sua posição institucional que, frequentemente, muita falta lhe fez. Tudo isto são, no entanto, produtos de uma menor grandeza, não deste Colega e Amigo, mas do ambiente acanhado, pouco generoso e menos cosmopolita que caracteriza algumas zonas da comunidade académica no nosso país.

ANTÓNIO MANUEL HESPANHA

LUÍS FILIPE THOMAZ E OS AÇORES

No então Instituto Universitário dos Açores, no ano também já longínquo de 1978, conheci o Prof. Doutor Luís Filipe Thomaz, no decurso da leccionação de um módulo sobre a Índia e a China Antigas, incluído no programa da cadeira de História das Civilizações Pré-Clássicas, do 1,º ano do Curso de História. Apesar da brevidade do contacto, sempre retive dele duas memórias: a da disponibilidade do amigo, que logo converte os alunos em companheiros, e a da competência do docente, que cedo suscita o entusiasmo da aprendizagem.

Mais tarde, já na qualidade de docente da Universidade dos Açores, reatei contactos com o Prof. Doutor Luís Filipe Thomaz. Então, dotado de outras capacidades analíticas, descobri nele uma nova valência: a do investigador de mérito, especialista em muitas das problemáticas dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, que resultam da esforçada diáspora lusitana, desde os campos vizinhos de Ceuta até às paragens longínquas de Timor. Por muito tempo, a leitura dos seus estudos, uma confluência de erudição e de reflexão, e o fruto das suas conversas, uma torrente de ensinamentos múltiplos, constituíram para mim auxiliares importantes da interrogação do passado.

Agora, quando abandona as lides universitárias, mas ainda em pleno gozo de todas as suas faculdades, não cabe a realização de um balanço da sua actividade científica, pois tudo aponta no sentido da continuidade de um labor intelectual, que há-de necessariamente reverter em acréscimo da bibliografia. Todavia, o acto da aposentação sempre constitui um pretexto de reconhecimento do mérito de uma carreira, que ressalta da qualidade da obra e do legado dos discípulos. Nestas circunstâncias, releva por acção de elementar justiça a recente distinção do Prof. Doutor Luís Filipe Thomaz, que deriva da atribuição do título de Doutor *Honoris Causa* pela Universidade Nova de Lisboa.

Aos Açores, o Prof. Doutor Luís Filipe Thomaz presta uma valiosa cooperação científica e cultural, que impõe o dever da rememoração. Com efeito, pertence a um grupo de pioneiros que, no domínio do ensino da História, muito contribui para o avigoramento do projecto universitário insular. Do mesmo modo, ao longo dos anos, colabora com muitos Institutos Culturais açorianos, avultando como participante da revivescência da cultura,

própria do quotidiano do arquipélago do último quartel do século XX, decerto uma consequência da revolução portuguesa de 1974, que reverte na institucionalização da Autonomia e na criação da Universidade.

AVELINO DE FREITAS DE MENESES

GOSTAR DO FUTURO

Conhecemo-nos na idade dourada dos 18 anos, idade de todos os sonhos. É quando tudo ainda pode vir a acontecer. É num dia poder optar por uma vida lisa, tranquila, e no outro preferirmos uma existência turbulenta, apaixonada, com altos e baixos, acabando sempre num final feliz ou, por que não, imaginando-nos imolados a um ideal. Constituíamos o curso de História de 1959-1964 da Faculdade de Letras de Lisboa. Éramos 60 alunos no primeiro ano e, passados cinco anos, defendemos tese menos de uma dúzia. Não sei definir se estou a lembrar o primeiro ou o último ano ou ainda se, a esta distância, apenas consigo lembrar os tempos de estudantes que vivemos juntos. Comecei pelo sonho, porque, na verdade, é o maior bem que possuímos nessa idade. E se até hoje não o tivermos perdido por completo, então tivemos a sorte de guardar a juventude, a capacidade de gostarmos do futuro. Se todos os colegas do curso tivessem sido convidados a depor neste livro de homenagem, iriam em uníssono recordar o aluno brilhante, o colega leal, o amigo disponível. Mas nessa idade cada um de nós não via nos outros, nem em si próprio, o que éramos naquele tempo presente. Víamo-nos em potência, sonhávamos o nosso futuro e o de todos os outros, mesmo sabendo que estávamos a construir quimeras. Por mim confesso que te adivinhava uma carreira universitária vitoriosa, até ao topo rápido e em força. Nada te poderia deter. Inteligência, memória, originalidade, criatividade, persistência, bom convívio, para não entrar nos domínios da ética, tornavam quase impossível prever contrariedades para aquele, hoje diríamos jovem, naquele tempo dizíamos rapazinho, louro, pele de pêssego, que a barba clara não ensombrava, mãos fofinhas, a contrastar com os olhos profundos, inquisidores e firmes. Era aí, nessas pupilas que se tornavam quase negras, quando as fixavas no vazio para contrariares, reafirmares ou procurares o certo e repor a verdade, que poderia ter surgido a dúvida. No entanto para aquela boca sorridente sonhava-se mais que uma carreira brilhante, imaginava-se um rancho de filhos. Desculpa, Luís, desculpa! Mas a verdade é que, para dizer que davas explicações à porta dos exames, que sabias matemática e a usavas, sabias latim e o usavas, que as tuas notas atingiam o 18 porque em ciências humanas não se dá o 20, parece-me que estou a repetir o óbvio, o vulgar, o que qualquer um que não fosse teu Amigo há 43 anos, poderia contar ou ter ouvido contar e estar a reproduzir. Aqueles bolinhos de man-

teiga ou até mesmo os pãezinhos bem recheados que distribuías no anfiteatro I ao colega da esquerda e da direita, sem qualquer segundo sentido, esse repartir do pão pelos companheiros é apenas o lado visível de um outro repartir, da dádiva do saber que não vinha tanto do teu sorriso como do estudo, da meditação e da curiosidade por tudo, pelo todo. Que sorte tivemos com o escol de professores que nos calharam por desígnios insondáveis da fortuna! Nem pensar em referir nomes, embora quase todos tenham já desaparecido. A geração dobrou a página. Ensinavam-nos muito, sem dizerem o que estavam a ensinar. Estava a chegar a História Sócio-económica, e nós não sabíamos. A escola de etnologia portuguesa introduzia uma nova metodologia, na disciplina, e nós não sabíamos. Os professores liam e seguiam os *Annales*, e nós não sabíamos. As nossas teses de licenciatura foram elaboradas segundo metodologias modernas, com instrumentos de trabalho utilíssimos que ainda usamos hoje e se mantêm actualizados, e nós não sabíamos. Acabado o curso ficámos alguns anos afastados. Quando finalmente, na biblioteca do CEHCA, nos contámos um ao outro as nossas vidas, fiquei fascinada. Eu dedicava-me ao duro trabalho de pesquisa, sumariação e ideografia documental destinado ao ficheiro de História de África, o que era apenas um emprego. E tu tinhas estado em Paris, como diríamos hoje, a fazer uma pós-graduação. A metodologia explícita na universidade francesa ao serviço do teu saber acumulado e da memória invejável que possuis tinham feito de ti um jovem muito mais interessante. Não me lembro de ter sonhado nada para o teu futuro. O teu presente era já tão excitante, tão atractivo que dava vontade de ficar a soboreá-lo e nada mais. Agora já não era tempo de esperar o futuro, era tempo de viver o presente. Tu escolheste sempre o caminho mais árduo, mais raramente percorrido, mais invulgar e mais inesperado, mais livre, portanto, onde quem ditava as regras eras tu. Saberes canto gregoriano, línguas «exóticas», quando grelam as coves ou como funciona o motor do teu carro liberta-te perante o erudito e o «homem da rua». Mas também as instituições não eram poupadas, apenas me ocorre a Igreja como excepção. A Universidade, por exemplo, passava-te ao lado, sobejava-te, para não dizer que te era supérflua, embora te tivesses dedicado ao seu serviço de corpo e alma continuando sempre a repartição e a dádiva do saber. Hoje és um homem sábio que não se encaixa a nenhum modelo. És uma prova de resistência ao estabelecido, ao institucional e de amor à liberdade do pensamento e da opção de vida. Tu não precisas nem sequer de apelido, embora te assines sempre por completo. Quem poderia sonhar aos teus 18 anos que irias traçar um destino tão singular, tão fora das ambições da «fama» e da «glória», mas não destituído de vaidade – ou de auto-estima, como se diria hoje – no despojamento dos fumos do mundo, a par da consciência de que todos nós te admiramos e que mais dia, menos dia, todos precisamos de ti.

MARIA EMÍLIA MADEIRA SANTOS

DOWN MEMORY LANE

I met Luís Filipe for the first time when he attended the First International Seminar on Indo-Portuguese History organized by Father John Correia-Afonso in Goa in 1978. This introduction has since developed into a warm and lasting friendship. We have continued to meet both at successive IISIP organized in different parts of the globe as well as during his trips to India and mine to Portugal.

My exposure to the manifold areas in which he excels has been a gradual process. Emerging from the cocoon of Anglo-Saxon scholarship which prevailed at the time in India I never ceased to be amazed by the linguistic abilities of Luís Filipe which have enabled him to deal with a range of original sources. His is a totally uncircumscribed mind. In a historiography dominated by the written word he has known how to deal with sensitive and fragile source material derived from the oral and visual. It was his perceptive empathy with the «other» which prompted the Portuguese postal authorities to seek Indian sensitivity on the pictorial elements proposed to be incorporated into a postage stamp to be released in celebration of the voyage of Vasco da Gama to the Indian west coast. This proved a fruitful «encounter» albeit in a twentieth century setting.

The originality of his mind no less than his meticulous scholarship is evident in all the areas touched by him. For me the most revealing has been his recent work on the botanical aspects of the journey of plants across three oceans during the Discoveries. Not content with Greek and Latin sources he has also analyzed linguistic terms used by Brazilian Indians. Having nurtured a generation of young scholars, one will watch his new academic venture with great interest.

LOTIKA VARADARAJAN

TABULA GRATULATORIA

Adel Sidarus
Alberto Pimenta
Alfredo Pinheiro Marques
Amadeu Carvalho Homem
Amélia Aguiar Andrade
Amélia Polónia
Ana Cristina Araújo
Ana Maria Pereira Ferreira
Ana Paula Guimarães
Antónia Fialho Conde
António Camões Gouveia
António de Oliveira
António de Silva Pereira
António Dias Farinha
António Manuel de Barros Cardoso
António Manuel Lázaro
António Martins Gomes
António Moniz
António Pedro Vicente
António Ramos dos Santos
Artur Boavida Madeira
Aurélio de Oliveira
Bernardo de Sá Nogueira
Bernardo Vasconcelos e Sousa
Carlos Cordeiro
Carlos E. Pacheco Amaral
Carlos José Margaça Veiga
Catarina Madeira Santos
Elisabeth Évora Nunes
Elvira Cunha da Silva Mea
Ernesto Castro Leal

Fernanda Olival
Fernando Branco Correia
Fernando Castelo-Branco
Fernando Catroga
Fernando Gil
Filipe Furtado
Filipe Themudo Barata
Francisco António Lourenço Vaz
Francisco Caramelo
Francisco Ribeiro da Silva
Graça Videira Lopes
Iria Gonçalves
Isabel Carmona Barreto R. D. Henriques
Isabel Cid
Isabel Drumond Braga
João Carlos Pires Brigola
João Cosme
João Silva de Sousa
João José Alves Dias
João Lopes
João Marinho dos Santos
João Saágua
Joaquim Oliveira Caetano
Jorge Couto
Jorge Crespo
José A. Bragança de Miranda
José Afonso Teixeira
José Amado Mendes
José António Tenedório
José Cardim Ribeiro
José Custódio Vieira de Silva
José d'Encarnação
José da Silva Horta
José Damião Rodrigues
José Esteves Pereira
José Guilherme Reis Leite
José Maciel Honrado Morais Santos
José Manuel Azevedo Silva
José Nunes Carreira
Júlio Joaquim da Costa Rodrigues da Silva
Luís Espinha da Silveira
Luís Manuel de Araújo

Luís Miguel Duarte
Mafalda Soares da Cunha
Manuel Augusto Rodrigues
Margarida Barahona Simões Esteves Pereira
Margarida Garcez Ventura
Maria Adelaide da Conceição Miranda
Maria Ângela Beirante
Maria da Conceição Meireles Pereira
Maria Gabriela Couto Teves de Azevedo e Castro
Maria de Lurdes Crispim
Maria de Lurdes Pereira Rosa
Maria do Carmo Vieira da Silva
Maria do Rosário Pimentel
Maria do Rosário Themudo Barata
Maria Fernanda Alegria
Maria Francisca Xavier
Maria Helena Trindade Lopes
Maria Inês F. de Amorim Brandão da Silva
Maria Júlia Ferreira
Maria Manuela Ferreira Lucas
Maria Paula Marçal Lourenço
Maria Teresa Nobre Veloso
Mário Jorge de Carvalho
Mário Viana
Miguel Corrêa Monteiro
Nuno Severiano Teixeira
Nuno Simões Rodrigues
Octávio de Medeiros
Paula Pinho Costa
Pedro Aires Oliveira
Pedro Cardim
Rui Zink
Rute Dias Gregório
Salwa Castelo-Branco
Susana Miranda
Susana Serpa Silva
Vasco Gil Soares Mantas
Zília Osório de Castro

Resumos / Abstracts

Maria Augusta Lima Cruz

Mouro para os cristãos e cristão para os mouros - o caso Bentafufa

Resumo

Bentafufa foi um muçulmano que, como alcaide dos «mouros das pazes», teve um papel fundamental na criação de um efémero protectorado português em Marrocos, no séc. XVI. Neste artigo, traçam-se as etapas fundamentais do percurso deste alcaide, enquadradas no complexo campo de lealdades, alianças, estratégias e interesses em jogo.

Abstract

Bentafufa was a muslim who, as governor of the «moors of peace», played a fundamental role in the creation of a short-lived Portuguese protectorate in Morocco in the 16th century. This article traces the main stages in this man's life as governor, set in a complex world where loyalties, alliances, strategies and interests were at stake.

*

Carment Radulet

Baccio da Filicaia: um florentino entre Portugal e o Brasil em finais do século XVI e princípios do século XVII.

Resumo

A partir do século XIV Lisboa constitui para Florença uma chave de acesso ao Atlântico, oferecendo-lhe a possibilidade de alargar a sua influência, inicialmente em direcção à Europa do Norte, sucessivamente para as Ilhas atlânticas e para as costas da África e, após as viagens de Vasco da Gama e de Pedro Álvares Cabral, para o Oriente e para o Brasil. Além de empenhar grandes capitais e pessoal qualificado no movimento de Descoberta e Expansão empreendido pela Coroa portuguesa, Florença cultivava também o sonho de desempenhar um papel de relevo nesta empresa através da utilização de Porto Pisano como empório para a comercialização dos produtos orientais no Mediterrâneo e na Europa Central. Este projecto inicial fracassou por motivos de política interna e internacional mas quer Cósimo I, quer Francesco I e Ferdinando de Médicis, retomaram, de certa maneira, a ideia de um envolvimento directo de Florença na Expansão extra-europeia. Neste contexto inscreve-se o desejo de Ferdinando de Médicis de criar no Atlântico – nas costas da África ou no Brasil – um empório capaz de abrir ao Principado novas perspectivas de desenvolvimento e, também, a experiência pessoal do arquitecto militar fIorentino Baccio da Filicaia que viveu e trabalhou durante algumas décadas no Brasil.

Abstract

From the 14th century onwards, Lisbon became to Florence a key to the Atlantic Ocean, favouring the enlargment of the Principality's influence towards Northern Europe, the Atlantic Islands, Western Africa and, after the voyages of Vasco da Gama and Pedro Álvares Cabral, also to Asia and Brazil.

Besides participating in the Portuguese voyages of Discovery and Expansion with large sums of money and qualified personnel, Florence toyed with the idea of playing a relevant role in this enterprise by using Porto Pisano as an emporium to place Asian commodities both in the Mediterranean Sea and in Central Europe. The project failed due to internal and external political conditions, but also because at a certain point Cósimo I, Francesco I and Ferdinando de Médicis nurtered the idea of a direct involvement of Florence where overseas Expansion is concerned. The dream of Ferdinando de Médicis of creating in the Atlantic Ocean (either Western Africa or Brazil) an emporium capable of giving the Principality new perspectives of development must be placed in this context. The same applies to the personal experience of Baccio da Filicaia, a Florentine expert in military architecture that lived and worked for some decades in Brazil.

*

Francisco Contente Domingues
O Naufrágio da Nau «S. Alberto»

Resumo

Em 1735-1736, Bernardo Gomes de Brito publicou os dois volumes da sua História Trágico-Marítima, contendo doze relatos de naufrágios da Carreira da Índia. Alguns desses textos são particularmente úteis para a compreensão das razões de natureza técnica que estavam na sua origem, embora nem todos os autores revelem preparação suficiente para dicutir esse lado específico da questão.

João Baptista Lavanha (c. 1555-1624), cosmógrafo-mor do reino de Portugal, foi o autor do relato do naufrágio da nau «S. Alberto», precisamente aquele que melhor combina o conhecimento técnico com a valia literária. Lavanha nunca embarcou em navios de grande porte, mas o seu relato revela uma compreensão adequada do que aconteceu, e porquê.

Lavanha considerava que o método de carenagem e a construção dos navios por contrato eram as razões principais que levavam à perda dos navios da Carreira da Índia, e neste artigo discute-se a pertinência da sua análise da questão.

Abstract

In 1735-1736, Bernardo Gomes de Brito published the two volumes of *The Tragic History of the Sea*, containing twelve accounts of shipwrecks. Some of those texts are particularly useful to understand the technical reasons for the shipwrecks, although not all the authors were prepared to focus that particular issue.

João Baptista Lavanha (c. 1555-1624), chief-cosmographer of the Kingdom of Portugal, is the author of the report of the shipwreck of the «S. Alberto», precisely the one that

combines the most accurate description of the circumstances of the ship loss with a valuable literary style. Lavanha was never on board on an ocean going ship, but reveals to understand quite well what happened, and why.

Lavanha considers that the careening method used in Portugal and the construction under contract where the main causes for the disasters in the sea, and this article discuss the accuracy of his analyses.

*

João Paulo Oliveira e Costa

O Império Português Em Meados Do Século XVI

Resumo

Desde o século XV, a Expansão Portuguesa evoluiu sob um modelo de imperialismo marítimo, e o eixo geo-estratégico do Império estava ainda centrado no Mediterrâneo, na linha de fronteira entre a Cristandade e o Crescente. Apesar de ter alargado os seus domínios e a sua influência do Brasil até à China, D. Manuel I permanecera fiel a esta lógica. Além disso, toda a estrutura militar e político-administrativa do Império era preenchida por membros da média e baixa nobreza, sobretudo membros da Casa Real, e o comércio ultramarino estava em grande medida sujeito ao monopólio régio.

D. João III introduziu várias dinâmicas de mudança na política imperial: desligou-se da velha ideia da Grande Cruzada à Terra Santa e centrou os seus interesses nos oceanos; criou um império bipolar em que a Coroa intervinha simultaneamente no mundo atlântico e no oriental; liberalizou o comércio e abriu espaço para a crescente intervenção de outros agentes sociais, nomeadamente os mercadores e os missionários; finalmente, apoiou e estimulou o desenvolvimento de estratégias de ocupação territorial.

Assim, por meados do século XVI, o Império Português era uma entidade pujante. Apesar dos múltiplos problemas que enfrentava, começava a transformar-se profundamente. A velha lógica do imperialismo marítimo convivia então com a lógica de ocupação espacial; esta acabaria por se impor definitivamente por meados do século XVII, quando quase todas as posições ligadas apenas ao comércio marítimo foram perdidas ou abandonadas.

Abstract

The Portuguese expansion developed since the 15th century according to the model of maritime Imperialism. By that time, the geo-strategic axis of the Empire was still centred in the Mediterranean, in the borderline between Christianity and Islam. Despite having enlarged both his domains and influence from Brasil to China, D. Manuel I was still attached to this logic. Moreover, the entire military, administrative and Political structure was controlled by people pertaining to low and middle ranks of nobility, mainly members of the royal house. Overseas trade, to a large extent, was still a crown monopoly.

D. João III introduced several changes regarding imperial policy. He abandoned the old idea of cruzada to the Holy Land and focused his attention in the Oceans. The king managed to build a bipolar empire and the crown intervened simultaneously in the Atlantic Ocean and in the Eastern World. He liberalized trade and pared the way to bigger intervention of other social groups, such as traders and missionaries. Finally, he supported strategies of territorial acquisition.

Despite a certain number of problems that he had to face, the Portuguese empire in the mid-sixteenth century was a strong entity and a transforming one. The old logic of maritime imperialism was maintained side by side with the logic of territorial intervention. The latter would definitively win the game by mid-seventeenth century, won all the positions exclusively related to maritime trade were either lost or abandoned.

*

Zoltán Biedermann

A última carta de Francisco de Albuquerque (Cochim, 31 de Dezembro de 1503)

Resumo

Oferece-se no presente artigo uma versão portuguesa anotada da ultima carta que Francisco de Albuquerque enviou a D. Manuel, desde Cochim, em finais de Dezembro de 1503. O documento, conservado apenas numa tradução alemã de 1504 e publicado em Augsburgo no século XIX, constitui um acervo importante de dados relativos aos acontecimentos que levaram a um primeiro acordo político dos portugueses com os governantes de Calicute. Numa breve introdução, explica-se o significado de tal carta e lançam-se algumas questões sobre a sua importância enquanto texto que não condiz, em todos os seus detalhes, com as crónicas habitualmente usadas para o período em questão.

Abstract

The central piece of this article is a Portuguese retranslation of a long-forgotten letter written in Cochin by Francisco de Albuquerque to King Manuel I, dated late December 1503. The original was lost, but a contemporary german version survives in the Konrad Peutinger collection in Augsburg and was published in the 19th century. Here one can find information on the events on the Malabar coast in 1503, including the peace negotiations with Calicut and some episodes that do not coincide with the history as it is given by the chronicles.

*

Vitor Luís Gaspar Rodrigues

O Reforço do Poder Naval Português no Oriente com Afonso de Albuquerque (1510-1515): suas implicações

Resumo

No artigo que agora se apresenta começamos por analisar as concepções políticas e militares de Afonso de Albuquerque, que conduziram à adopção de uma política de carácter marcadamente imperialista com a consequente conquista de alguns dos principais centros político-militares e estratégicos do Índico.

Abordamos, seguidamente, todas as implicações daí decorrentes, não só em termos do aumento do número de navios e artilharia, mas também de efectivos militares, com a consequente necessidade de mais capitais disponíveis para fazer face ao aumento das despesas, e analisamos detalhadamente toda a acção desenvolvida pelo Governador no

sentido de proceder não só à reforma das suas estruturas militares, mas também, e sobretudo, à criação de novas armadas que possibilitassem o controlo de uma área cada vez mais vasta.

Por último, procuramos explicar como, do nosso ponto de vista, essas profundas transformações, que estiveram na base da afirmação dos portugueses como principal potência naval no Oriente, contribuíram também para iniciar o que designamos como um processo de «orientalização das armadas portuguesas», que virá a ser responsável, a longo prazo, por alterações profundas nas práticas de combate naval dos portugueses no Índico e nos mares do Sul, com todos os problemas daí decorrentes.

Abstract

This article analizes the main military and political ideas of Afonso de Albuquerque. It focuses namely on those that led into the conquest of some of the more important coastal centres of the Indian Ocean.

On one hand, one tries to understand the reform of the Portuguese military organization in Asia, namely the building of several new *armadas*. On the other hand, one tries to show how these reform contributed to the so-called «asiatization» of Portuguese shipbuilding and in a very short period to profound changes in the Portuguese sea-warfare in the Indian Ocean.

*

Alexandra Pelúcia

Entre a Honra e o Proveito: Nobres à Margem do Estado Português da Índia na Primeira Metade do Século XVI

Resumo

De uma forma geral, os elementos da nobreza portuguesa que participaram no processo de expansão ultramarina foram motivados tanto pela ambição material como pela necessidade de afirmação social.

No contexto específico da Ásia marítima da primeira metade do século XVI registaram-se, porém, alguns casos de nobres que protagonizaram actos de revolta, hipotecando seriamente um dos princípios que lhes deveriam ser mais caros, ou seja, a honra nobiliárquica. Este estudo tem por objectivos compreender os fundamentos de tais atitudes e analisar as respectivas consequências, no quadro da presença portuguesa no Oriente.

Abstract

In a general way, the members of portuguese nobility who participated in the process of overseas expansion were motivated both by material ambition and the need of social affirmation.

In the specific context of maritime Asia, in the first half of the 16th century, nevertheless, occurred some cases of noblemen's revolt. In doing so, they hypothecated seriously one of the principles that should be more cherished by them, that is, nobiliary honour.

This study seeks to understand the reasons of such attitudes and to analyse their consequences facing to the Portuguese presence in the East.

*

João Teles e Cunha

Sombras no acaso do Emperium Mundi. *A família real e a luta pelo poder em Ormuz (1565-1622)*

Resumo

Os três últimos reis de Ormuz (1565-1622) fornecem um pretexto para estudar a decomposição do reino sob domínio português. Apesar de manter estruturas políticas autónomas desde 1515, a luta entre soberanos e vizires minou as possibilidades de reocuparem a posição perdida, apesar de alianças conjunturais e de casamentos. As autoridades portuguesas, com destaque para os capitães, foram os principais beneficiários do «declínio» ormuziano, para além de serem os principais actores dessa situação. A interferência económica registada desde 1515 privou a elite ormuziana de receber receitas substanciais, e o envolvimento português acabou por ser político e religioso, o que se revelou nocivo para os laços pessoais e políticos que mantinham coesa a talassocracia ormuziana no Golfo Pérsico. Quando se tornou patente o resultado desta linha política, com o perigo subjacente de fazer perigar a posição do Estado da Índia numa área estrategicamente vital, a Coroa procurou arrepiar caminho e estabelecer um novo relacionamento com as instituições locais, particularmente com o rei. Demasiado tarde, a expansão Safévida sob ʻAbbas impediu a mudança, e o resultado final foi a conquista de Ormuz em 1622 por uma força anglo-persa.

Apesar de tentar reviver o resto da talassocracia ormuziana no Omã, os esforços portugueses revelaram-se vãos e despertaram a resistência local que acabaria por os expulsar do Golfo Pérsico, com excepção da alfândega mista luso-persa do Congo, uma relíquia que só desapareceria c. 1722.

Abstract

Hormuz's last three reigns (1565-1622) provide an insight to study the Kingdom's decomposition under Portuguese rule, even if it kept its native ruler and political structures since 1515. Internal struggles between kings and viziers, despite timely alliances and marriages, undermined any attempt to regain their lost status. And the Portuguese authorities, namely the local captains, where the major beneficiaries of the Hormuzian «decline», and become also major players behind scenes. Their economic interference from 1515 onwards, deprived Hormuz elite from receiving substantial financial resources that would enable them to reconquer lost ground. And what was worse, Portuguese political, economical, and religious interference undermined the personal and political ties that held together Hormuz thalassocracy over the Persian Gulf. When the outcome of such policies became evident, with its underlying danger, the frailty of Estado da Índia position in a sensitive strategic area, the Portuguese Crown tried to undo things done, and to establish a new pattern of relationship with local authorities, particularly with the king. Too late, since Safavid expansion under ʻAbbas cut short the new policy, and the outcome was Hormuz conquest in 1622 by an Anglo-Persian force.

Despite attempts to revive the remaining Hormuz thalassocracy in Oman, Portuguese efforts proved vain, and awakened local resistance that ultimately lead them out of all

possessions in the Persian Gulf, with the exception of Bandar Kung, a joint Portuguese-Persian factory, a relic that disappeared c. 1722.

*

Jorge Flores & Sanjay Subrahmanyam

Rei ou bode expiatório?
A lenda do sultão Bulaqi e a política mogol do Estado da Índia (1630-1635)

Resumo

O artigo ocupa-se da história do sultão Bulaqi e da sua relação com a política do Estado da Índia para o Decão e Norte da Índia durante o governo de D. Miguel de Noronha, conde de Linhares. Neto do imperador mogol Jahangir (r. 1605-1627), Bulaqi foi mandado matar pelo tio, o príncipe Khurram (Shahjahan, r. 1628-1658), para que não ascendesse ao trono. Todavia, logo se difundiu o rumor de que o sultão lograra fugir e, deambulando entre a Pérsia e vários lugares da Índia, tencionava recuperar os seus direitos régios. Seguimos aqui os múltiplos trajectos e implicações deste rumor, confrontando a esse propósito fontes portuguesas com fontes persas (mogóis e safavidas).

Abstract

The present article deals with the story of Sultan Bulaqi and his connection to the policy of the *Estado da Índia* regarding Deccan and Northern India during the governorship of D. Miguel de Noronha, Count of Linhares. Grandson of the Mughal Emperor Jahangir (r. 1605-1627), Bulaqi was killed by his uncle Prince Khurram (Shahjahan, r. 1628-1658), who wanted to prevent him from ascending to the throne. However, the rumour that the sultan was still alive soon spread: wandering between Persia and different areas of India, Bulaqi presumably had plans to recover his royal rights. In this work, one intends to explore the multiple paths and implications of this rumour, by comparing Portuguese and Persian (both Mughal and Safavid) sources.

*

Luís Frederico Dias Antunes

Algumas considerações sobre os Prazos de Baçaim e Damão

Resumo

O estudo das estruturas de enquadramento e administração do território e da população, especialmente em Damão e Baçaim, praças em que o domínio português se fazia sentir em territórios mais vastos, é um terreno de investigação importante, não apenas no campo da história política e institucional, mas também, e talvez sobretudo, no que respeita à forma como se formou e evoluiu o Estado Português da Índia.

O presente artigo estuda precisamente a génese da atribuição dos chamados prazos na chamada região da «Província do Norte» e a evolução da estrutura agrária hindu e das instituições locais, por influência do regime político e do direito português exercido entre 1535 e 1573.

Abstract

The study of the framework and administration structures of land and population, especially in Daman and Bassein, cities where the Portuguese power was perceived over wider territories, is an important field of research, not only on what concerns political and institutional history, but also, and perhaps chiefly, on the way how the Estado Português da Índia got shape and has developed.

The present article analyses both the origin of the granting of the so called prazos, in the region know as Província do Norte, and the development of hindu land structure and local institutions, by influence of the political regime and the Portuguese law, which ruled from 1535 to 1573.

*

Anthony Disney

The Fiscal Reforms of Ciceroy Linhares at Goa

Resumo

O vice-rei Linhares chegou a Goa em 1629 com instruções para realizar reformas fundamentais no sistema fiscal do governo da Índia. Durante os cinco anos seguintes, Linhares empenhou-se decisivamente na implementação destas reformas. Apesar da vigorosa oposição do clero e dos funcionários do aparelho administrativo do Estado da Índia, o vice-rei logrou consolidar as receitas e tentou dar prioridade às necessidades da defesa. Procurou também reduzir em muito as despesas, principalmente através a diminuição do número de pessoas arroladas na folha de pagamentos do Estado. Linhares recuperou a polémica colecta, renegociou os contratos dos direitos da alfândega e, pela primeira vez, estabeleceu uma alfândega em Chaul. Ao mesmo tempo, tentou realizar reformas na matrícula e na casa dos contos e esforçou-se por estabelecer um terço em Goa. Desde o início do seu governo, Linhares teve de enfrentar uma forte oposição dos interesses particulares, tanto mais que o apoio que recebia da Coroa era, na prática, muito limitado. Nestas circunstâncias, não é de surpreender que, apesar dos seus esforços, as reformas fiscais de Linhares não tenham alcançado grande êxito.

Abstract

Viceroy Linhares arrived at Goa in 1629 with orders to carry out fundamental fiscal reforms in the administration of the viceroyalty. Over the next five years he made strenuous efforts to fulfil these instructions. Despite bitter opposition from the clergy and other recipients of state-funded incomes, he succeeded in consolidating revenue into a single viceregal treasury and then moved towards giving defence needs priority. He attempted to make heavy cuts in regular expenditure, mainly by reducing numbers on the state payroll. Linhares also renewed the controversial tax known as the collecta, renegotiated customs contracts to increase returns to the crown, and for the first time established a customs house at Chaul. At the same time he pushed for reform of both the matrícula and the casa dos contos and endeavoured to establish a terço in Goa. When shortfalls in revenue continued to be experienced he improvised, resorting to whatever loans he could raise. From the start Linhares was confronted by determined opposition from local vested interests while his policies in practice received only qualified support from the crown. Under all the circumstances it is not surprising that in the long term, despite all his efforts, Linhares' fiscal reforms achieved disappointingly little.

Maria de Jesus dos Mártires Lopes

A Problemática da Conversão ao Cristianismo em Goa: os Catecúmenos de Betim (séculos XVIII-XIX)

Resumo

O que se pretende neste artigo é dar um contributo para as várias questões relacionadas para as conversões – mormente dos goeses hindus – para o cristianismo.

O estudo sistemático de um acervo documental – *Os Catecúmenos de Betim (1733-1841)* – permite reflectir sobre alguns aspectos dessa complexa matéria, tais como as motivações dos conversos, a sua proveniência geográfica, a sua condição social e profissional, a sua origem religiosa, etc.

O cruzamento desta documentação com os editos da Inquisição – sobretudo o de 1736 – e as listas dos sentenciados, bem como os decretos episcopais, possibilita o conhecimento de alguns traços peculiares do seu quotidiano religioso.

Abstract

The purpose of the present article is to explore a number of questions related to conversions to Christianity in India, namely of Hindus from Goa. The systematic study of a set of documents – the *Catecúmenos de Betim* (1733-1841) – allows the historian to study some of the problems connected to this rather complex phenomenon, such as motivations of converts, their geographical origin, their social and professional condition as well as their religious practice.

By combining these documents with the editcs from the Inquisition (namely the one dated 1736), the lists of *sentenciados* and the Bishop's decrees, one manages to recover some peculiar signs of the religious daily life of these converts.

*

José Alberto Rodrigues da Silva Tavim

Judeus de Cochim: Um Caminho em Aberto … Sinopse de Estudos Editados e em Publicação

Resumo

Nesta artigo tentamos analisar e contextulizar as obras «científicas» produzidas sobre os judeus de Cochim, desde os prolixos estudos de Walter Joseph Fischel até à actualidade, ou seja, mormente até aos artigos elaborados com base no cancioneiro judaico, em malaiala, que vem sendo traduzido, interpretado e editado por um núcleo inicial constituído por P. M. Jussay, Shirley Berry Isenberg e Barbara C. Johnson, mas que se tornou mais e mais abrangente. O que foi produzido sobre os judeus de Cochim, e por que foi produzido, ao longo do século XX, é um dos temas fundamentais deste artigo. O outro são os projectos em curso, no sentido de obras a publicar, percursos de investigação e encontros científicos programados, em áreas que vão da Literatura à Sociologia, à Antropologia, à Etnomusicologia e aos Estudos de Folclore, revelando que sobre um grupo diminuto, do ponto de vista sociológico, existe ainda um «caminho em aberto», em termos de investigação social.

Abstract

In this article I try to analyse and establish the context of the scientific work about the Cochin Jews, since the prolix studies of Walter Joseph Fischel till the actuality, it means, chiefly, till the studies of P.M. Jussay, Shirley Berry Isenberg and Barbara C. Johnson, and other authors later interested by the subject. What was made about the Cochin Jews, and why was made, during the XX century on, is one of the fundamental subjects of this article. The other are the new projects, it means, the work on print, research projects and future scientific meetings, in Literary, Sociological, Anthropological, Etnomusicological and Folkloristical Studies, showing that about a small group can exist, yet, «an open way», in terms of social research.

*

Maria Ana Marques Guedes

Intérpretes de Português na Birmânia

Resumo

O desvanecer das relações oficiais não pôs termo aos contactos luso-birmanos. Muitos portugueses permaneceram na Birmânia, como voluntários ou cativos, uns e outros assimilados a nível político-administrativo ou económico-cultural. Exerciam funções de serviçais régios, ahmudan, abrangendo um leque de actividades públicas que abraçavam comércio, diplomacia e protocolo de corte. Destacam-se os intérpretes, indispensáveis nos contactos externos do país de acolhimento onde o emprego de tradutores é quase cultural: a diversidade etnolinguística, obstando a centralização política, implica recurso a especialistas em línguas; e a dependência secular de estrangeiros na navegação marítima criou plataformas de entendimento assentes na interpretação profissional.

O presente artigo aborda o uso de intérpretes e do luso idioma como língua franca e de corte. O fenómeno é comum às formações políticas locais: consideram-se a Birmânia Imperial e o Arracão. Quanto ao cargo, denota-se o modelo regional de relações internacionais. Um funcionalismo hierarquizado e enquadrado por estatuto próprio aproxima o «língua» local do macaense; porém a ausência de profissionais ao serviço de Goa e a escolha do idioma português, distanciam o intérprete birmano do seu congénere china e abeiram-no do sueste asiático. Quanto à língua, a documentação birmana em português ou bilingue não foge ao estilo da prosa oficial coeva; fica por averiguar a oralidade de um português-crioulo semelhante ao corrente em outras partes da Ásia.

Abstract

The fading of official relationships did not bring to an end the luso-burmese contacts. Many Portuguese remained in Burma, as volunteers or in captivity, both integrated into political, administrative, economic or cultural levels. They were royal servants, ahmudan, covering a range of public activities that included commerce, diplomacy and court protocol. The interpreters stand out, indispensable in the external contacts of the receiving country where the employment of translators is almost cultural: the ethno-linguistic diversity, despite political centralization implies the resort to language specialists; and the centuries-long dependency on foreigners in sea navigation created platforms of understanding based on professional interpretation.

This article approaches the use of interpreters and the Portuguese language as one that was used as lingua franca and within the court. The phenomena is common to the local political formations: we here consider Imperial Burma and Arakan. As to the post, the regional model of international relationships is highlighted. A hierarchical functionalism and framed by its own statute brings the local língua close to that of Macau; however, the absence of professionals to the service of Goa and the choice of Portuguese language distanced the Burmese interpreter from his congenerous china and bring him closer to the southeastasiatic. As to the language, the Burmese documentation, whether in Portuguese or bilingual, is close to the contemporary official style of writing; the speaking of a Portuguese-creole similar to the current one in other parts of Asia remains to be ascertained.

*

Maria da Conceição Flores

A embaixada de Pedro Vaz de Siqueira ao Sião em 1684

Resumo

Durante o século XVII os portugueses tentaram travar a influência de outros povos europeus estabelecidos entretanto no reino de Ayuthya ou Sião. Primeiro, trabalharam sem sucesso, no sentido de afastar os seus grandes rivais holandeses de terras siamesas. Mais tarde, já na segunda metade de Seiscentos, tiveram de enfrentar a crescente influência dos franceses em Ayuthya que, através da acção dos seus vigários apostólicos, ameaçavam os direitos do Padroado português sobre o Sião e pareciam vir a alcançar grande predominância económica naquele reino.

Em 1683 o vice-rei da Índia, D. Francisco de Távora, decidiu enviar Pedro Vaz de Siqueira como embaixador ao rei Narai do Sião no intuito de confirmar a antiga amizade com aquele reino e conseguir a expulsão dos missionários franceses. A embaixada chegou ao Sião em Março de 1684. Siqueira foi recebido em Ayuthya por Constantino Falcão, o valido grego do rei Narai, com quem acertou os pormenores da embaixada. Mais tarde, o embaixador português foi recebido em Lopburi pelo próprio monarca com grandes honras e cordialidade. Embora não conseguindo a expulsão dos franceses, Siqueira alcançou garantias de que a colónia portuguesa estabelecida em Ayuthya não seria por eles incomodada. Mais importante ainda para a causa portuguesa, Narai decidiu enviar três embaixadores a Portugal. Estes últimos, contudo, nunca chegariam à Europa, pois pereceram no naufrágio da nau em que viajavam em direcção a Lisboa por alturas do Cabo da Boa Esperança.

Os franceses, que alcançariam nos anos seguintes uma posição ainda mais importante no Sião, acabariam por ser quase todos expulsos de terras siamesas na chamada revolução de 1688.

Abstract

During the seventeenth century, the Portuguese tried to block the influence of other European people in the Kingdom of Siam or Ayuthya. First, they worked without success, to drive away their great rivals, the Dutch, from Siamese lands. Later, already in the second half of the seventeenth century, they had to face the growing influence of the French who, by the action of their missionaries, menaced the religious rights of the Portuguese upon Siam and could get great economic facilities in that kingdom.

In 1683, the viceroy of India, D. Francisco de Távora, sent Pedro Vaz de Siqueira as ambassador to king Narai of Siam to confirm the ancient friendship with that kingdom and to obtain the expulsion of the French missionaries. The embassy arrived in March 1684. Siqueira was received in Ayuthya by Narai's Greek minister Constantine Phaulkon with whom he talked about the embassy details. Later, he was received by the king in Lopburi with great honours and cordiality. Despite he didn't get the French expulsion, Siqueira obtained guaranties that the Portuguese community established in Ayuthya would not be bothered by them. More important for the Portuguese interests, king Narai decided to send his ambassadors to Portugal. However this ones would not get to Europe because they were lost on sea in a shipwreck near cape Good Hope.

The French would reach higher position in Siam in the following years. They would be almost all throw away from Siam in the so-called revolution of 1688.

*

Jorge Manuel dos Santos Alves

As Moedas de Ouro e Estanho nos Sultanatos do Extremo Norte de Samatra (séculos XIV a XVI)

Resumo

Este artigo estuda a cunhagem da moedas de ouro e estanho nos principais sultanatos do topo norte de Samatra, Pedir, Samudera-Pacém e Achém, entre os séculos XIV e XVI. Nele se procura destacar os seguinte aspectos:

1. O problema das fontes auríferas e da qualidade do ouro que abastecia aqueles três sultanatos malaios
2. A organização dos três sistemas monetários
3. A questão do entesouramento e do «sentido» dado ao dinheiro, sobretudo o de ouro, pelos sultões malaios do norte de Samatra naquela época.

Abstract

This article deals with gold and thin coinage in the main Malay sultanates of northern Sumatra between the 14th and 16th centuries, namely Pidie, Samudera-Pasai and Aceh. Three main topics are considered.

1. The gold sources for coinage purposes in these three Malay sultanates
2. The monetary systems
3. The collection and the meaning of gold and gold coins to those Malay sultans.

Manuel Lobato

Notas e correções para um edição crítica do Ms. da Livraria n..º 805 (IAN/TT), a propósito da publicação de um tratado do P.e Manuel de Carvalho SJ

Resumo

Descreve-se o códice, destacando os tratados da autoria de Jesuítas das Províncias da Ásia, especialmente o P.e Francisco Rodrigues, cujos escritos representam cerca de 40% do total do códice, justificando, assim, o título *Comentarios do Padre Francisco Rodrigues (…)* que ele ostenta. Passa-se em revista a literatura produzida, quer sobre a totalidade desta peça única do direito canónico português quer sobre alguns dos seus conteúdos, destacando um anterior trabalho do autor do artigo, onde este transcreveu parcialmente alguns desses conteúdos e, na íntegra, o tratado intitulado «Resolução de alguns casos versados nas partes da India lida pelo pe Manoel Carualho da Companhia de Jesu no anno de 1600. em Malaca», depois publicado em letra de forma por outro especialista nestas matérias, Ivo Carneiro de Sousa, infelizmente com graves deficiências quer na transcrição quer no estudo preliminar que lhe dedicou. Dá-se ainda um especial destaque ao projecto de edição crítica em curso no CEHCA-IICT, cuja conclusão se prevê para 2004. Finalmente, transcreve-se na íntegra, em apêndice, o tratado «Dos Contratos dos Bares de Sandolo de Solor e Timor» [c. 1600] da autoria do P.e Gomes Vaz SJ.

Abstract

This paper describes the codex, emphasizing the treaties written by authors of the Jesuit Asian Provinces, specially Father Francisco Rodrigues, who wrote about 40% of the whole codex, justifying the title *Comentarios do Padre Francisco Rodrigues (…)* that it presents at the beginning. The literature produced on this unique piece of Portuguese canonical law, as well as about some of its contents, is also reviewed, paying special attention to the former work accomplished by the author of the paper, who fully transcribed the treaty titled «Resolução de alguns casos versados nas partes da India lida pelo pe Manoel Carualho da Companhia de Jesu no anno de 1600. em Malaca», in his Master's thesis, newly published by another specialist on these matters, Ivo Carneiro de Sousa, unfortunately misleading the reader in the introductory study as well as in the transcription itself. The project of an annotated edition that is going on in CEHCA-IICT, to be concluded by 2004, is also highlighted. Finally, a fully transcription of the treaty «Dos Contratos dos Bares de Sandolo de Solor e Timor» [c. 1600], written by Father Gomes Vaz SJ, is also published in appendix.

*

Luís Filipe Barreto

Da China Ming na Cultura Europeia: os Pólos Português e Italiano (1499-1550)

Resumo

O objectivo deste artigo é acompanhar a constituição do banco europeu de textos sobre a China Ming entre 1499, época das cartas de Lisboa de Girolamo Sernigi aquando do regresso da primeira viagem de Vasco da Gama à Índia, e 1550, primeira edição em Veneza do *Delle Navigationi et Viaggi* de G. B. Ramusio.

São estes os primeiros anos de uma informação europeia sobre a China Ming. Compreender as fundações que possibilitam as visões europeias da China é um exercício fascinante que coloca mil e um problemas.

Abstract

The purpose of this article is to follow the formation of the European «database» of texts regarding Ming China between 1499 when Girolamo Sernizi wrote his letters from Lisbon upon the arrival of Vasco da Gama from India and 1550, when the first edition of G. B. Ramusio's *Delle Navigationi et Viaggi* was published in Venice.
These are the first years of the European knowledge of Ming China. To understand the foundations of the early European visions of China is a fascinating exercise which brings along several problems.

*

Roderich Ptak

The Fujianese, Ryukyuans and Portuguese (c. 1511 to 1540s): Allies or Competitors?

Resumo

Aquando da conquista de Malaca em 1511, os portugueses contaram com a colabração de alguns chineses, com toda a probabilidade mercadores oriundos do sul do Fujian. De outro modo, chineses havia que estavam contra os portugueses e que, certamente, se retiraram então de Malaca. O mesmo se terá passaso com os mercadores de Ryukyu e do Champá. Nessa altura, a rede de Ryukyu já entrara em decadência, ao passo que o comércio do Fujian se encontrava em processo de espansão.

À cooperação entre Portugueses e comerciantes do Fujian, aparentemente fomentada pela procura de pimenta na China, correspondia uma redução das actividades mercantis de Ryukyu. Ainda que, como sucedia no Sião, os negócios dos comerciantes Ryukyu e do Fujian convergissem, o certo é que os segundos tinham começado a minar os interesses dos primeiros. Uma das áreas onde os navios de Naha foram gradualmente desaparecendo depois de 1500 foi justamente a região da actual Macau.

Os conflitos entre chineses e portugueses nos anos de 1520 conduziram ao encerramento temporário de Guangzhou, o que fortaleceu a posição do Fujian. Quando os mercados de Guangzhou reabriram, os comerciantes do Fujian regressaram a Guangdong, enquanto que os portugueses se mantinham excluídos. Aos olhos dos mercadores do Fujian, estes já não formavam um «bloco», antes se encontravam fragmentados em diferentes grupos privados. Estes grupos, que evitavam o Guangdong, orientaram-se alternativamente para o Fujian e o Zhejiang, assim contribuindo para o crescimentos do Fujian.

Assim, o Fujian lucrava duplamente, tanto graças à queda de Malaca como aos acontecimentos dos anos de 1520. Os maiores perdedores eram os mercadores de Ryukyu, tanto mais que os portugueses não encetaram qualquer tentativa de cooperação com Naha, o que teria constituído um desafio à hegemonia do Fujian.

Abstract

In 1511, when Melaka fell, the Portuguese cooperated with some Chinese merchants. In all likelihood these traders came from southern Fujian. Other Chinese were against the Portuguese and certainly withdrew from Melaka. The same applies to the Ryukyuans and Champanese. By then, the Ryukyuan network had already begun to decline; Fujianese trade, however, was in a process of expansion.

Luso-Fujianese cooperation, apparently fuelled by China's demand for pepper, was parallelled by a further reduction in Ryukyuan activities. Although certain segments of the Ryukyuan and Fujianese «sectors» were «interlocked», for example in Siam, the latter began to «undermine» the former. One area, where Naha's ships seem to have gradually disappeared after 1500, was the region near modern Macau.

Sino-Portuguese clashes in the 1520s led to a temporary closure of Guangzhou. This strengthened Fujian's position. When Guangzhou reopened, the Fujianese came back to Guangdong. The Portuguese, however, had to stay out. Seen through Fujianese eyes, they no longer formed one «block», but were now fragmented into different private groups. These groups avoided Guangdong, turning to Fujian and Zhejiang instead, thereby contributing to Fujian's growth.

Thus, the Fujianese profited twice: from the fall of Melaka and from events in the 1520s. The major losers were the Ryukyuans. It may be added that Portuguese merchants made no serious attempts to cooperate with Naha. This would have challenged the Fujianese.

*

Dejanirah Couto

Trois Documents sur une Demande de Secours Ormouzi à la Porte Ottomane

Resumo

Os três documentos apresentados (dois originais persas acompanhados do respectivo trelado português, e um terceiro de que só nos resta o trelado) giram à volta de uma carta dirigida pelo vizir de Ormuz, Ra'is Charafuddin Falî, a Suleyman o Magnífico, pedindo-lhe que expulsasse os portugueses. Para obter a adesão dos emires das cidades omanitas dependentes de Ormuz, o vizir enviou-lhes em 1526-1527 um dos seus próximos, Shoja'al-Din, munido da carta para Suleyman. Todavia a carta foi interceptada por um nobre de Qalhat favorável aos portugueses, Lorhasb ben Mahmud Shah, com a ajuda de um mercador persa, Kamel Pur Hoseyn, e recuperada em seguida por António Tenreiro. Apesar de algumas dificuldades na datação da estadia de Ra'is Charafuddin na India tudo indica que estas foram redigidas em 1528, tendo sido trazidas para Portugal por Antonio Tenreiro no Outono do mesmo ano. Para além de fornecerem alguns dados sobre o estado das relações otomano-ormuzis contemporâneas, estes três documentos são igualmente reveladores da ingerência portuguesa na vida política local, e da clivagem no seio da nobreza arabo-persa de Ormuz, dividida entre partidários e adversários dos portugueses. Por outro lado, a confrontação do conteúdo dos originais persas com o trelado português permite avaliar o rigor da tradução do intérprete d'Ormuz.

Abstract

The three documents presented in this article – two originals in Persian language with the contemporary Portuguese translation and a third one available only in translation – one connected to a letter from the Wazir of Hormuz, Ra'is charafuddin Falî, to Suleyman the Magnificent, asking the ottoman empiror to expel the Portuguese. In order to obtain the collaboration of the amirs from the Omani cites controled by Hormuz, the Wazir has sent them in 1526-1527 an envoy (shoja'al-Din) with the letter to suleyman. However, the letter was intercepted by a noble from Qalhat (Lohrasb ben Mahmud Shâh) favourable to the Portuguese, with the help of a Persian merchant (Kamel Pur Hoseyn) and then recovered by António Tenreiro. In spite of some difficulties regarding one exact date of Ra'is Charafuddin's stay in India, one can say that these letters were written in 1528 and brought to Portugal by António Tenreiro in the Autumn of that same year.

Besides giving important date about the relations between Hormuz and the Ottoman Empire in that epoch, these three documents are equally relevant about the degree of Portuguese interference in local politics, as well as on the dilemmas of the Arabic-Persian Nobility from Hormuz, divided between cooperation and conflict with the Portuguese on the other hand, by comparing the Persian originals to the Portuguese translation, one is able to appreciate the «fidelity» of the Portuguese translation prepared by the interpreter in Hormuz.

NORMAS DE COLABORAÇÃO

— As contribuições têm de ser inéditas;

— Os artigos serão enviados à Redacção da Revista;

— Os artigos devem ser dactilografados a dois espaços. Deverão ser enviadas duas cópias, acompanhadas de um resumo, com um máximo de 100 palavras, em português e em inglês;

— A decisão de publicar o artigo compete ao Conselho Editorial da revista, o qual dará um parecer vinculativo sobre cada um dos artigos enviados à Redacção. A decisão será comunicada por escrito ao autor;

— Os originais não serão devolvidos, quer sejam publicados quer o não sejam.

NORMAS PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE TEXTOS

Apresentação dos originais:

Folhas A4 dactilografadas a dois espaços e sessenta batidas por linha (1800 batidas). Entregar também a disquete caso os textos tenham sido processados em computador compatível (MS-DOS) ou em Macintosh e nos programas Word Perfect para DOS ou MAC Word para DOS, Windows e MAC DisplayWrite 4 Word Star (de preferência para DOS) Write para Windows Ami Pro para Windows ou MAC.

Gráficos: Entregar a disquete e a respectiva impressão em papel no caso de os gráficos terem sido processados em computador compatível (MS-DOS) e nos programas Excel para Windows ou MAC Harvard Graphics para DOS ou Windows Power Point para Windows ou MAC Gráficos do Word para Windows ou MAC. Nos outros casos, fornecer os gráficos em papel e uma relação dos dados que lhe deram origem.

CITAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

Primeira ocorrência. Exemplos:

Frédéric MAURO, *Études économiques sur l'expansion portugaise (1500-1569)*, Paris, Gulbenkian, 1970, pp. 13 segs.

Raul PROENÇA (ed.), *Guia de Portugal, I. Generalidade: Lisboa*, Lisboa, Gulbenkian, 1975.

Veronica IONS, *Egyptian Mythology*, Londres, Hamlyn, 1982.

Ocorrências seguintes. Exemplo:

F. MAURO, *Études*... cit., pp. 117 segs.

INVESTIGADORES DO CENTRO DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR

– Doutor Artur Teodoro de Matos (professor catedrático aposentado FCSH; Director do Instituto de Coordenação de Investigação Científica da UCP)
– Doutor Avelino Freitas de Meneses (professor catedrático, Reitor da Universidade dos Açores)
– Doutora Ana Isabel Buescu (professora associada c/ agregação FCSH)
– Doutora Maria Augusta Lima Cruz (professora associada c/ agregação da Univ. Minho)
– Doutora Maria de Jesus dos Mártires Lopes (investigadora principal c/agregação do IICT)
– Doutor António dos Santos Pereira (professor associado da Univ. Beira Interior)
– Doutor Luís Filipe Thomaz (professor associado aposentado FCSH; director do Instituto Oriental-UCP)
– Doutor Rafael Moreira (professor associado FCSH)
– Doutor Rui Carita (professor associado e pró-reitor da Univ. Madeira)
– Doutor João Paulo Oliveira e Costa (professor associado c/ agregação FCSH)
– Doutora Ana Maria Ferreira (professora auxiliar FCSH)
– Doutora Ângela Domingues (investigadora auxiliar IICT)
– Doutor Armando Marques Guedes (professor auxiliar Faculdade de Direito UNL)
– Doutor Henrique Leitão (investigador auxiliar da Universidade de Lisboa)
– Doutor João Nelson Veríssimo (professor auxiliar da Univ. Madeira)
– Doutor José Damião Rodrigues (professor auxiliar da Univ. Açores)
– Doutor José Miguel Pinto dos Santos (professor associado Universidade de Hiroshima)
– Doutora Maria Madalena Larcher (professora auxiliar Instituto Politécnico de Tomar)
– Doutora Maria Cecília Guirado (Professora na Universidade de Marília-Brasil)
– Doutora Maria Margarida Machado (professora auxiliar da Univ. Açores)
– Doutora Maria do Rosário Pimentel (professora auxiliar FCSH)
– Doutor Pedro Cardim (professor auxiliar FCSH)
– Doutor Rui Manuel Loureiro (Universidade Lusófona)
– Doutora Ana Salema (bolseira de pós-doutoramento da FCT)
– Doutor Francisco Roque de Oliveira (investigador)
– Mestra Alexandra Curvelo (Instituto Português de Conservação e Restauro; assistente convidada FCSH)
– Mestra Alexandra Pelúcia (assistente convidada FCSH; bolseira da Fundação Oriente)
– Mestra Ana Fernandes Pinto (bolseira de doutoramento da FCT)
– Mestre André Teixeira (bolseiro de doutoramento da FCT)
– Mestra Carla Alferes Pinto (investigadora)
– Mestra Isabel Pina (bolseira de doutoramento da FCT)
– Mestra Isabel Tavares Mourão (investigadora)
– Mestre João Teles e Cunha (investigador)
– Mestre João Silva de Jesus (investigador)
– Mestre Jorge Flores (assistente da Univ. de Aveiro)
– Mestra Maria Conceição Flores (investigadora)
– Mestra Maria de Lourdes Sales (investigadora)
– Mestra Marisa Marques (investigadora)
– Mestre Paulo Corino Pinto (investigador)
– Mestre Pedro Lage Correia (bolseiro de doutoramento da FCT)
– Mestra Susana Munch Miranda (assistente convidada da FCSH)
– Mestre Valdemar Coutinho (professor aposentado do Ensino Secundário)
– Mestre Zoltán András Biedermann (bolseiro de doutoramento da FCT)
– Licenciada Ana Rita Chaves Domingues (investigadora)
– Licenciado André Murteira (bolseiro de mestrado da Fundação Oriente)
– Licenciada Andreia Martins de Carvalho (investigadora)
– Licenciado Arlindo Caldeira (investigador)
– Licenciada Helena Margarida Barros Rodrigues (bolseira da Fundação Oriente)
– Licenciado João Figueiroa Rego (investigador)
– Licenciado Luís Pinheiro (investigador)
– Licenciada Luzia Ruiva Soromenho (investigadora)
– Licenciada Madalena Ribeiro (investigadora)
– Licenciada Maria de Fátima Tomás (investigadora)
– Licenciada Maria Leonor Leiria (investigadora)
– Licenciado Miguel Pereira Coutinho (investigador)
– Licenciada Patrícia Carvalho (investigadora)
– Licenciada Natália Tojo (investigadora)
– Licenciado Rogério Puga (professor do Ensino Secundário)
– Licenciado Renato Pires (investigador)
– Licenciada Roopanjali Roy (investigadora)
– Licenciada Rute Gregório (assistente da Universidade dos Açores)
– Licenciada Silvana Pires (bolseira de investigação da FCT no âmbito de projecto do IICT)
– Licenciada Sofia Diniz (investigadora)
– Licenciada Teresa Lacerda (bolseira de investigação da FCT no âmbito de projecto CHAM)